



HOMOS

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE



ISSN 2675-8725
2023.1 Vol 4, n 1



A **Revista Eletrônica Discente Homos** é uma revista científica da área de História, com periodicidade anual e fluxo contínuo, ligada ao **Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG)** e tendo como principal objetivo publicar artigos e trabalhos científicos produzidos por alunos de Graduação, fomentando a pesquisa acadêmica e a inserção de discentes graduandos nos mundos da pesquisa e da divulgação científica.

Publicada em dezembro de 2023.
Última edição em maio de 2022

EXPEDIENTE _____

Diagramação: Felipe Cardoso de Souza

Mestre, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Projeto Gráfico: Felipe Cardoso de Souza

Mestre, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Capa: Felipe Cardoso de Souza

Mestre, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Foto de capa: Kyle Geib - KG23 (Banco do Creative Commons)

“Alphonse Mucha - L25 Clio, 1900.” por KG23 está marcado em CC0 1.0.

Para ver os termos, visite <https://creativecommons.org/licenses/cc0/1.0/> Este trabalho foi marcado como dedicado ao domínio público.

“Alphonse Mucha - L25 Clio, 1900.” por KG23 é marcado com CC0 1.0

Disponível em <https://search.creativecommons.org/photos/24162fa6-b3fe-409c-9d14-afd7f6d0723b> (Acesso em 1 de maio 2021).

Editora-Chefe: Jessica Kaline Oliveira Santos

Mestre, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Editor-Chefe Adjunto: Franciel dos Santos Rodrigues

Mestre em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Secretária administrativa: Ana Carolina De Souza Ferreira

Graduanda em História, Universidade Estadual da Paraíba.

Secretária administrativa: Maria Letícia Costa Vieira

Mestre em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Secretária administrativa: Ana Vitória Imperiano da Silva

Graduanda em História, Universidade Estadual da Paraíba.

Secretário administrativo: Luiz Gervazio Lopes Junior

Mestrando em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

REDATORES ORTOGRÁFICOS _____

Jacqueline Lima Coelho Sampaio

Doutora em Literatura Brasileira e Portuguesa, The Ohio State University.

Ângela Márcia dos Santos Façanha

Mestra em Letras, Universidade Regional do Cariri.

Daniely Oliveira da Silva

Graduanda em Letras, Universidade Estadual da Paraíba.

Alanna Tábata Cavalcanti Nunes

Graduanda em Letras Português, Universidade Estadual da Paraíba.

Chrisllayne Farias da Silva

Mestranda em Literatura e Interculturalidad e, Universidade Estadual da Paraíba.

Renaly Ferreira Rocha

Graduando em letras português, Universidade Estadual da Paraíba.

Ester Estevão da Silva

Mestranda em Linguagem e Ensino.

Mônielly Silva de Medeiros

Graduada em Letras-Português, Universidade Estadual da Paraíba.

Nathalie de Jesus Maria Ribeiro

Graduada em Letras Português, Universidade Estadual do Maranhão.

Deyzianne Costa Oliveira

Graduada em Letras-Portuguesa, Uniasselvi.

CONSELHO EDITORIAL _____

Luca Araujo de Oliveira Leite

Mestrando em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges

Mestre em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Ewerton Rafael Raimundo Gomes

Mestrando em Formação de Professores, Universidade Estadual da Paraíba.

Lucas Antoszczyszyn

Doutorando em Educação, Unicentro.

Andressa Rayane Maria Almeida da Mota

Mestranda em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Felipe Cardoso de Souza

Mestre em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Jilton Joselito de Lucena Ferreira

Mestre em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Meiriane Jordão da Silva

Mestra em Mídia e Tecnologia

Maria Artenisia da Costa Lima

Mestranda em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Maxciel Joaquim de Santana

Mestrando em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Francisco Ytalo de Lima Silva

Doutorando em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

José Renan da Silva Souza

Graduado em História, Universidade Estadual da Paraíba.

Pâmela Camargo Soares

Mestranda em História, Universidade Federal do Espírito Santo.

Jaqueline Gonçalves Araújo

Mestre em Divulgação Científica e Cultural, Universidade Estadual de Campinas.

Raquel Alves Pereira

Mestranda em História, Universidade Estadual de Feira de Santana.

João Pereira Silva Neto

Mestrando em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Júlia Boor Nequete

Mestra em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Elielma da Silva Nóbrega

Mestranda em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Erykles Natanael de Lima Vieira

Mestre em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Alex Souza Felix

Mestrando em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Luiz Gervázio Lopes Junior

Mestrando em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Maria Letícia Costa Vieira

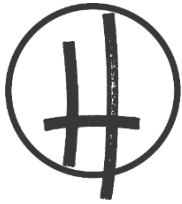
Mestre em História, PPGH, Universidade Federal de Campina Grande.

Éverton Alves Aragão

Mestre em História – UFCG

EDITORIAL





Com grande satisfação e orgulho, apresentamos o quarto volume da chamada externa da revista eletrônica discente Homos. Este momento marca não apenas a continuidade de nossa missão em promover a pesquisa e a reflexão nas ciências humanas, mas também a expansão e aprofundamento de diálogos que transcendem as fronteiras acadêmicas.

A relevância intrínseca dos artigos científicos que compõem este volume é uma testemunha eloquente do compromisso apaixonado dos discentes com a exploração crítica das complexidades humanas. Cada contribuição é um farol, iluminando temas que vão desde questões sociais prementes até análises filosóficas e culturais perspicazes. Ao mergulharmos nessas páginas, somos convidados a uma jornada intelectual que desafia nossas preconcepções e amplia nossa compreensão do mundo que nos cerca.

As ciências humanas, em sua diversidade e interconexão, desempenham um papel vital na construção de sociedades informadas e compassivas. Este volume da Homos reafirma esse compromisso ao destacar a importância da pesquisa nas ciências humanas como um meio de compreender, contextualizar e abordar os desafios contemporâneos. Os temas abordados oferecem uma visão rica e variada, refletindo a vitalidade das disciplinas que constituem nosso campo de estudo.

A Homos, ao fornecer uma plataforma eletrônica para a divulgação acadêmica, desempenha um papel crucial na democratização do conhecimento. Ao oferecer acesso aberto a esses artigos, estamos contribuindo para a criação de uma comunidade intelectual global, onde as ideias podem fluir livremente, desafiando fronteiras geográficas e facilitando a colaboração entre mentes brilhantes em todo o mundo.

Franciel dos Santos Rodrigues

Mestre em História (PPGH-UFCG)

Dezembro de 2023

SUMÁRIO



SUMÁRIO

ARTIGOS

O FUTEBOL MODERNO E SUA A RESSIGNIFICAÇÃO CAPITALISTA: A LUCRATIVA TRANSFORMAÇÃO DO FUTEBOL EM ESPAÇOS COMERCIAIS (2012-2022)	p 13
O IMPACTO DA RCT NA UNIÃO SOVIÉTICA: A PERESTROIKA COMO PONTO DE INFLEXÃO OU APENAS MAIS UMA TENTATIVA DE REFORMA?.....	p 27
PASSIVIDADE, OMISSÃO OU INÉRCIA? O GOLPE DE 1964 E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	p 44
EXTREMA DIREITA: COMPRESÃO DO BOLSONARISMO E SEUS ELEMENTOS IDEOLÓGICOS.....	p 56
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SER-PROFESSOR: A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A INSERÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR (CAMPINA GRANDE/PB, 2023).....	p 70
A “HISTÓRIA” DO CINEMA - UM BREVE MAPEAMENTO.....	p 79
“SISTER, THERE’S A MILLION DIFFERET RACES BUT WE ALL SHARES THE SAME FUTURE IN THE WORLD”: O FEMINISMO NORTE-AMERICANOS E OS SEUS IMPACTOS.....	p 98
HISTORIOGRAFIA DO ENSINO DE HISTÓRIA: AS FACES DA HISTÓRIA ENSINADA ENQUANTO DISCIPLINA ESCOLAR NO BRASIL (SÉC. XIX - XX).....	p 114
SERRA DA RAIZ/PB: REFLEXÕES TEÓRICO-LITERÁRIAS SOBRE O ESTATUTO DO MITO POR MEIO DA CRÔNICA “SERRA DA COPAOBA: O DIA DO BONFIM (2020)” DO ESCRITOR PARAIBANO JÚLIO CÉSAR MIGUEL DE AQUINO CABRAL.....	p128
OS MECANISMOS DA CONQUISTA E O COMBATE ÀS IDOLATRIAS: NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS NA AMÉRICA E A RESISTÊNCIA INDÍGENA.....	p140
PROSTITUIÇÃO NA IDADE MÉDIA: DAS SOMBRAS AO BANQUETE REAL – UMA JORNADA PELOS PECADOS CARNAIS E PELO PERDÃO DIVINO.....	p 153
O XOLOITZCUINTLE E A CEMPOALXÓCHITL: ELEMENTOS ASTECAS INCORPORADOS NA CULTURA MEXICANA E SUAS REPRESENTAÇÕES EM VIVA: A VIDA É UMA FESTA.....	p 164
OS GRANDES PROJETOS EM DIREÇÃO AO NORDESTE: POLÍTICAS NEOLIBERAIS, DESEQUILÍBRIOS E DESIGUALDADES NOS PLANOS INTER E INTRA-REGIONAL (CAMPINA GRANDE/PB, 2023).....	p 177
A FEIRA DE POCINHOS - PB: LUGAR DE HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA.....	p 187
A ATUAÇÃO DO PCB NAS LIGAS CAMPONESAS DE 1945-1960: UM DEBATE SOBRE LUTA E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....	p 200
A OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE ALUÍSIO AZEVEDO: LEITURA DE O CORTIÇO SOB A ÓTICA DE MICHEL DE CERTEAU.....	p 210

EDUCAÇÃO EM PERÍODO PANDÊMICO E A PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES SOBRE O FIM DAS METANARRATIVAS.....	p 218
A CIÊNCIA VISTA COMO UMA VELA NO ESCURO: UMA EDUCAÇÃO PARA A REALIDADE.....	p 231
CRISTIANISMO, POLÍTICA E CONDENAÇÃO DA ESCRAVIDÃO: OS QUAKERS DO DELAWARE VALLEY DURANTE O SÉCULO XVIII.....	p 241
MULHERES (IN)CIVILIZADAS EM UM PERIÓDICO NO INTERIOR DA AMAZÔNIA PARAENSE (VIGIA/1878-1879).....	p 252
ENTRE A PASSAGEM E A MORADA: AS FALAS DOS MORADORES DE UM EDIFÍCIO NO BAIRRO BELA VISTA EM CAMPINA GRANDE/PB.....	p 265
GETÚLIO VARGAS: ENTRE A REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E A REALIDADE.....	p 275
HISTÓRIA LOCAL, FUTEBOL E PAIXÃO: ENCONTRANDO NARRADORES E CONSTRUINDO RELAÇÕES NO ESTÁDIO GOVERNADOR ERNANI SÁTYRO “O AMIGÃO”.....	p 292
AS PERSEGUIÇÕES AOS CARBONÁRIOS NO DUCADO DE MÓDENA ENTRE 1820 E 1822.....	p 301
ENTRE A REVOLUÇÃO URBANA E O FIM DE UMA ERA.....	p 312
CORPOS SUBALTERNIZADOS, VIDAS ENTRELAÇADAS: A VIOLÊNCIA FICCIONAL CONTRA AS MULHERES À LUZ DA OBRA CORPO DESFEITO, DE JARID ARRAES.....	p 323
COMPLEXO ARQUEOLÓGICO CANTA GALO: ESPAÇO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA DE PEDRA LAVRADA.....	p 338
A REVOLTA DA CHIBATA 1910: REVISÃO HISTÓRIOGRÁFICA.....	p 346
ENTRE A PASSAGEM E A MORADA: AS FALAS DOS MORADORES DE UM EDIFÍCIO NO BAIRRO BELA VISTA EM CAMPINA GRANDE/PB.....	p 355
LIBERDADE OU OPRESSÃO? AS MULHERES E SUA CHEGADA NO BANDO DE LAMPIÃO (1930-1938).....	p 366
“A LINGUAGEM DA MODA NA ERA VARGAS: PADRÕES. PODER E REPRESENTATIVIDADE FEMININA”.....	p 384
PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: O PODER DA DOMINAÇÃO OLIGÁRQUICA PATRIARCAL E SEUS REFLEXOS NA HISTÓRIA PARTICIPATIVA FEMININA NO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ.....	p 394
ANALISANDO HISTÓRIA COM MANGÁ: AS CONSEQUÊNCIAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL ATRAVÉS DE GEN PÉS DESCALÇO.....	p 410
DESAFIO ENFRENTADO PELA SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO: UM RECORTE DA VIVÊNCIA PIBIDIANA NA ESCOLA CLEMENTINO PROCÓPIO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB.....	p 425
EU SOU APENAS UM RAPAZ LATINO-AMERICANO, SEM PARENTES MILITARES E VINDO DO INTERIOR: BELCHIOR E O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1970.....	p 438

RESENHAS

HISTÓRIA ORAL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: AS TRINCHEIRAS NO FILME "1917".....p 454

O ANO MÍTICO DE 1968: CLIMA POLÍTICO, SIMBOLISMO CULTURAL E LÓGICA TRANSNACIONAL EM "1968 CINQUENTÃO".....p460

O DINAMISMO DO JOGO POLÍTICO SOB A CONCEPÇÃO DE "O PRÍNCIPE" EM NICOLAU MAQUIAVEL.....p 465

RELATOS

TRAGA-ME MEMÓRIAS E EU TE CONTO HISTÓRIAS: RELATO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS EXPERIENCIADAS NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM TEMPOS DE AULA REMOTA PARA O EJA (2021) (CAMPINA GRANDE/PB, 2023).....p 472

ARTIGOS



O FUTEBOL MODERNO E SUA A RESSIGNIFICAÇÃO CAPITALISTA: A LUCRATIVA TRANSFORMAÇÃO DO FUTEBOL EM ESPAÇOS COMERCIAIS (2012-2022)

José Augusto Evangelista da Silva
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
Email: aevangelista324@gmail.com

João Hebert Araújo Silva
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande
Email: joaohebert1973@gmail.com

Resumo: Diante do avanço desenvolvimentista do capitalismo e, sobretudo, da financeirização e do advento do marketing em diversos segmentos das sociedades industriais a partir da segunda década do século XXI, o futebol brasileiro vem passando por uma transformação em sua estrutura, baseada na introdução do capitalismo financeiro e de marketing profundo. Diante disso, aflora o interesse e a necessidade de entender o fenômeno mercadológico das grandes empresas nacionais e estrangeiras em utilizar o meio do futebol como espaço de propaganda de suas marcas, evidenciando uma das maiores características do capitalismo, o seu expansionismo. Nessa perspectiva, buscaremos, por meio de uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo, analisar como o futebol brasileiro vem enfrentando esse processo de aprofundamento na sua mercantilização. Em termos objetivos, buscamos entender as implicações e as transformações que levaram ao aumento de investimentos das grandes empresas no futebol brasileiro como espaço de propagação de suas marcas entre 2012 e 2022.

Palavras-chave: Empresas. Futebol Brasileiro. Capitalismo.

Introdução

A hegemonia do capitalismo durante boa parte do século XX foi possível a partir da aproximação entre a democracia liberal e a economia de mercado, resolvendo assim uma questão tributária da competição partidária em conjunto com o Welfare State keynesiano, no qual foi possível arranjar a política e a economia de modo muito peculiar: uma alta taxa de empregabilidade com fortes investimento do setor público, em conjunção com partidos políticos organizados a partir de orientações ideológicas (havendo uma variedade de entidades representativas orientadas com tais filiações partidárias) e, por fim, a força política da social-democracia são fenômenos que captam

esta forma específica do capitalismo. O modo de produção fordista garantiria altas taxas de produções que, a partir de uma pretensa política salarial, escoava um consumo em massa que fazia jus a este cenário. Além disso, o Welfare State keynesiano era responsável por conferir um robusto sistema de proteção social: a partir de elevadas taxas de contribuição do assalariado, seu acesso a serviços públicos fundamentais conferia-lhe estabilidade ante a esse quadro institucional de natureza política e econômica (OFFE, 1984; PRZEWORSKI, 1988, p. 14).

Observa-se, no entanto, que entre a década de 1960 e 1970 fora promovido uma série de políticas nos países desenvolvidos que representaram uma mudança significativa neste quadro, independentemente de sua disposição ideológica. Nas políticas monetárias e econômicas foram adotadas medidas de teor flexível, passando de uma taxa de câmbio fixa para uma taxa de câmbio flutuante e um distanciamento da intervenção governamental na economia de mercado. Essas políticas não representam apenas uma reordenação do capitalismo; elas são tributárias à refundação intelectual do liberalismo já germinada desde o século XIX. Esse quadro indica uma clara orientação para um novo momento histórico do capitalismo, uma “nova razão do mundo”, segundo Dardot e Laval (2016).

Diante dessa mudança estrutural que o capitalismo sofreu no século XX, baseada em um novo ideal intelectual no campo da economia, percebe-se um expansionismo de atuação do capitalismo em segmentos até então poucos explorados. Neste contexto de expansão do capitalismo e, sobretudo, da fortificação da globalização, o futebol passa a ser visto como um espaço com alto teor midiático e de divulgação cada vez mais crescente, se configurando como um espaço comercial sobre todos os aspectos que o envolve e não apenas cultural. Neste sentido, não demorou muito para que o futebol brasileiro, considerado o melhor futebol do mundo, entrasse dentro deste contexto mundial e passasse também por essas mudanças estruturais.

No Brasil, desde 1990, foram estabelecidas uma série de políticas neoliberais que promovem a diversificação do capitalismo e sua consequente atuação na sociedade, ou seja, a expansão para diversas áreas até então não exploradas. Assim, dentre os espaços/mercados rentáveis economicamente nos últimos anos, destaca-se o âmbito futebolístico, uma vez que é o principal esporte e o de maior visibilidade no Brasil, atingindo consumidores de todas as idades, etnias e gênero, na qual são vistos pelos grandes empresários como consumidores “prontos”, visto que os critérios de consumo fogem de suas intencionalidades e até mesmo do seu controle, tendo em vista que, hodiernamente, basta o torcedor assistir à transmissão do seu time do coração no conforto de sua casa para assumir uma postura de usuário frente a diversidade de

propagandas veiculadas ao longo da transmissão (ADORNO, 2002, P. 25).

Assim, a televisão assumiu um papel primordial nesse cenário para potencializar o futebol como o esporte mais rentável para se fazer investimentos, dado a necessidade de se conectar com o universo do futebol globalizado, a televisão foi e continua sendo o modelo que permite tal relação e que faz a ligação entre o consumidor e o produto que está sendo exposto naquele espaço.

Segundo o jornalista Igor Savenhago (2001), a complexa estrutura organizacional da mídia tem como objetivo a produção de espetáculos, valorizando continuamente “celebridades, atores e outras personalidades” (SAVENHAGO, 2011, p.23). Nesse sentido, a exploração do futebol por meio da televisão realiza uma relação que faz com que o espectador identifique os “heróis” que são produzidos cotidianamente, além de mostrar qual marca, aquele jogador ou time estão sendo patrocinados, aumentando de forma significativa a procura por estes produtos.

Desse modo, se faz necessário acompanhar as tendências e progressões do mercado capitalista no futebol brasileiro que tem feito parte do espetáculo esportivo, seja na presença das marcas na camisa dos jogadores, nos materiais esportivos que individualizam o atleta ou nos anúncios que são construídos a partir daquela personificação típica do torcedor brasileiro, isto é, seus costumes e preferências prontamente padronizados e transformados em produtos.

Diante desse contexto, o Brasil, considerado o país do futebol, vai passar por uma grande transformação na estrutura financeira a partir de 2012. A apropriação identitária do país realizado e enfatizado pelas grandes marcas provocou uma ampliação das atividades direcionadas ao referido setor. A exemplo disso, nos últimos 5 anos, os serviços de streaming alcançaram o futebol como uma alternativa em relação às emissoras e, conseqüentemente, aumentando as possibilidades da utilização das grandes empresas para divulgação de suas marcas. A privatização e exclusividade na exibição dos principais campeonatos nacionais expõe a rentabilidade do ramo que, guiada por uma reestruturação administrativa dos clubes brasileiros, passa a ser visto como uma excelente oportunidade de mercado de marketing a ser explorado.

A partir desse viés, esse cenário se desenha a partir da formação sociocultural existente no Brasil. Nesse sentido, o futebol, sendo o esporte mais praticado e assistido pela população do país, leva a antropóloga Simoni Guedes (1998) a defender que o futebol se constitui como uma prática operadora da massa brasileira. Dessa maneira, a utilização do referido esporte, no contexto atual do capitalismo, se constitui como uma rica oportunidade para as grandes empresas estatais e privadas fazerem a expansão de seus produtos e firmarem a sua dominação frente a dependência muitas vezes emotivas dos

principais atores do futebol, neste caso os torcedores e sua paixão pelo esporte.

Desta forma, com o início da comercialização internacional dos direitos televisivos para as transmissões do futebol brasileiro, abriu-se um leque de possibilidades de divulgação das empresas como nunca visto antes, levando os torcedores a consumirem ou criarem expectativas acerca de determinados produtos vistos como necessidades no simples ato de torcer, uma vez que são entendidos como adereços e ferramentas obrigatórias nessa nova personalização do torcedor brasileiro construídos pelas empresas esportivas.

Metodologia

Esta pesquisa, deriva, sobretudo, do interesse de entender como o futebol, sendo uma prática cultural, foi cooptada pela lógica do capital e, mais precisamente, como essas ações aumentaram exponencialmente desde 2012 até o ano de 2022. Além disso, manifesta o desejo de entender quais foram as mudanças e os impactos estruturais dentro do próprio futebol brasileiro e as influências dessas intencionalidades do mercado para os torcedores e clubes.

A partir da identificação de uma limitação bibliográfica referente ao eixo de pesquisa, torna-se mais do que nunca necessário introduzir tal temática como forma de estimular possíveis trabalhos acadêmicos e potenciais pesquisadores desse campo em estado de maturação. Bem como levantar uma discussão pertinente para toda a sociedade e amantes de futebol, com intuito de transparecer e trazer ao entendimento com uma linguagem acessível, certas impressões acerca de como os torcedores brasileiros, mesmo sem intenção, se tornam peças fundamentais dentro desse jogo de interesses e negócios, na qual diante de todas as circunstâncias que giram em torno de uma partida de futebol o ideal do lucro para certas empresas são ditas como resultados previsíveis.

Nesse sentido, no intuito de elaborar este trabalho, partimos de uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, tendo base o Google acadêmico como ferramenta para buscar as fontes. Tendo delimitado os nossos objetivos, buscamos selecionar textos que levantassem dados sobre os investimentos realizados nos clubes no período do recorte temporal selecionado, além de textos que apresentasse uma crítica baseada no materialismo histórico dialético sobre a temática. Com esses critérios para seleção de textos, conseguimos obter uma visão ampla e, ao mesmo tempo, profunda de todos os aspectos que estão engendradas dentro desta temática.

O futebol na economia brasileira

De acordo com o relatório final do Plano de Modernização do Futebol Brasileiro (2000) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), levando em consideração federações, clubes, agentes diretos e indiretos, chegaram ao incrível número de 250 bilhões de dólares por ano movimentados pelo referido esporte. No Brasil, o futebol consegue beneficiar a economia de diversas formas, são cerca de 300 mil empregos diretos que fazem a estrutura do futebol andar, sem levar em consideração aqueles empregos que não estão envolvidos de forma oficial, mas que se beneficia do evento (GASPARETTO, 2013, P. 45). Ainda assim, o Brasil está longe de aproveitar todo o seu potencial, graças a uma defasagem existente no que tange a questão administrativa das entidades federativas e dos próprios clubes. Em comparação ao valor mundial mencionado acima, o futebol brasileiro representa menos de 1% dos 250 bilhões de dólares movimentados anualmente.

Além dos problemas estruturais da economia brasileira e das diferenças de renda per capita entre o Brasil e os principais países que investem no futebol como uma atividade econômica (como Espanha, Alemanha, Itália e Inglaterra). A administração de caráter amador de clubes e federações de futebol, tem sido apontada como a principal causa que impede que o futebol brasileiro atinja o pleno aproveitamento do seu potencial econômico, sobretudo nos agentes diretos - clubes e federações. Atualmente, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) realizou um estudo no qual foi apontado que o futebol movimenta um total de R\$ 52,9 bilhões na economia do País, o que representa 0,72% do total do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, mostrando que R\$ 37,8 milhões são de efeitos indiretos. Em 2018, o futebol brasileiro contribuiu com 3,3 bilhões em salários e encargos sociais pagos direta e indiretamente, bem como 761 milhões em tributos anuais.

Embora o futebol tenha esse impacto positivo que possibilita a geração de emprego e ajuda de custo ao Estado, vale ressaltar que a questão administrativa do país se apresenta como um problema crônico que, durante a copa do mundo de 2014, ocasionou uma série problemas financeiros para o Brasil na realização deste evento. Por ser um país apaixonado pelo esporte e o mais vitorioso, além de muita questão política envolvida, o Brasil sediou por duas oportunidades o campeonato mundial, tendo sua primeira experiência em 1950. A época, sobre o comando de Juscelino Kubitschek, o evento foi visto como uma demonstração de crescimento que o país vinha vivendo, infelizmente, o mesmo não se repetiu em 2014.

Sob uma forte pressão social, ao meio de uma visível crise econômica, o Brasil

desembolsou 31,2 bilhões para a construção ou reformas de 12 estádios e os demais gastos. Embora a copa do mundo trouxesse bastante investimento e, ao mesmo tempo, possibilitasse um aumento de arrecadação por parte dos envolvidos, se criou uma crise extremamente desfavorável para o poder executivo que refletiu de forma direta no aprofundamento da crise financeira que o país estava prestes a enfrentar (HAAG, 2013, p.67). Todos esses aspectos evidenciam como a macroestrutura do futebol brasileiro consegue influenciar na economia do país, de forma positiva e negativa, demonstrando a necessidade de se ter um olhar mais profissional em sua totalidade e, principalmente, no que tange a sua administração.

O poder das marcas nos clubes brasileiros e a versatilidade dos negócios

Sobre esse prisma, cabe evidenciar os exemplos marcantes de parcerias de grandes marcas com as equipes brasileiras na última década, o que, conseqüentemente, potencializa não só o desempenho dentro de campo dos respectivos clubes, como também a fomentação do planejamento administrativo no longo prazo que passa a ser desenvolvido mediante os contratos com as marcas nacionais e internacionais. Talvez o exemplo mais recente em termos de lucratividade e resultados positivos entre as instituições esportiva e as entidades financeiras seja a parceria de 2015 da Crefisa¹ com o time do Palmeiras, que naquele momento encontrava-se em um estado de crise financeira e endividamento que se refletia dentro de campo com o desempenho abaixo do esperado pela torcida e acúmulo de vexames, como o rebaixamento no ano de 2012.

Sob a administração da empresária Leila Pereira - dona da marca da Crefisa e também da Faculdade das Américas (FAM) e hodiernamente, presidente do clube alviverde - foram investidos diretamente cerca de 400 milhões de reais em menos de 4 anos de contrato. Tais ações financeiras culminadas com o discurso de paixão de seus donos pelo Palmeiras, tornaram a empresa parte da história e até mesmo da identidade do time, uma vez que a retomada do clube à elite e as recentes conquistas são prontamente associadas pela torcida, mídia e até mesmo pelos adversários como fruto dos recursos aplicados.

A partir dessa parceria, os retornos financeiros e esportivos foram inegáveis para o clube alviverde, no entanto, a Crefisa teve um retorno exorbitante por estampar a sua

¹ A Crefisa é uma empresa de crédito pessoal fundada em 1964. Opera com recursos próprios, contando com mais de 1000 pontos de atendimento e 1 milhão de clientes. Foi das pioneiras no segmento de crédito pessoal se destacando nas décadas de 60 e 70 com seu processo de expansão para todo centro da cidade de São Paulo

marca como patrocinadora master² do Palmeiras. Em entrevista coletiva realizada no dia da reunião de renovação da patrocinadora em 2019, a presidenta do Palmeira e da Crefisa, Leila Pereira, admitiu que a Crefisa passou a ter seu nome renomado internacionalmente a partir dos investimentos no clube paulista. Segundo dados do GE, a Crefisa dobrou seu patrimônio de 2,1 bilhões para 4,55 bilhões desde o início da parceria em 2015.

Além disso, outro caso pertinente e singularizado, refere-se ao acordo realizado pelo Bragantino, time do interior de São Paulo, controlado pela multinacional de bebidas energéticas Red Bull. A transferência de ativos do clube de Bragança para a multinacional foi concretizada em 2021. Nessa parceria, especificamente, concentrou-se na modificação de todo o departamento de futebol da tradicional equipe alvinegra, desde do acréscimo da marca Red Bull a denominação do clube, modificação no escudo e até o monopólio de todas as ações, custos e planejamentos da instituição (SALDANHA, 2011, P. 1). Em outras palavras, a referida marca que nos últimos anos têm direcionados seus investimentos para o âmbito esportivo, como futebol e basquete ambos em diferentes ligas, se apropriou de uma equipe pronta como forma de otimizar tempo e recursos.

Neste caso, o Bragantino, time centenário do interior do estado de São Paulo, com uma torcida considerável e que em virtude da expressão da marca tem assumido expectativa nunca vista pela torcida em termos de competitividade e investimentos, como na última temporada - 2022 - que foram aplicados aproximadamente 115 milhões apenas em reforços num projeto que visava a conquista de títulos importantes e a propagação da respectiva empresa em toda a América do Sul, vem se mostrando um exemplo de rentabilidade e lucratividade a partir do momento que se estabelece uma parceria entre uma instituição esportiva e privada bem administrada.

Dessa forma, acordos contratuais como os expostos acima são vistos com entusiasmo pelos amantes dos clubes, uma vez que tais empresas são encaradas como salvadoras dos times, na qual ilusoriamente ou estrategicamente, passam uma imagem de que a principal intenção das marcas é de impulsionar os plantéis esportivos ou o futebol brasileiro como um todo (COCETRONE, 2022, P.2). No entanto, nessa relação econômica entre os agentes comerciais, o ideal do lucro para as empresas capitalistas sempre se sobressai em detrimento das necessidades e anseios dos clubes, provocando muitas das vezes uma situação de dependência por parte dos times de futebol, desprovidos de recursos próprios e com endividamentos milionários.

Dada a complexidade das dívidas, às vezes impagáveis, que são deixadas a times

² O patrocinador master é aquele que tem a maior cota de patrocínio, ou seja, aquele que entrega mais valor, e consequentemente possui um maior destaque.

tradicionais do Brasil por administrações amadoras, comprometendo todo o funcionamento interno da instituição administrativa, acarreta na busca incessante por essas negociações com gigantes multinacionais. Entraves como esses provocam tomadas de decisões bruscas pelos sócios e dirigentes que dividem opiniões da torcida, ou seja, a perspectiva de submissão dos clubes a investidores por preços extremamente baixos que expõe certos questionamentos de pertencimento do clube, que passa de uma instituição popular, formada por torcedores a uma empresa privada, na qual os cargos como de investidores se apresentam como expressões que ainda geram estranheza, principalmente no ambiente futebolístico do Brasil.

Dito isto, a incorporação do modelo administrativo conhecido como SAF³ - Sociedade Anônima do Futebol - criada pela Lei 14.193/2021 pode ser considerada, atualmente, a principal saída para sustento das equipes brasileiras. Trata-se de uma lei que permite a conversão dos clubes de futebol a empresas, facilitando, assim, a compra e venda de suas ações. O primeiro clube a assumir esse novo modelo foi o Cruzeiro de Minas Gerais que, por 400 milhões de reais pagos por uma empresa do ex-jogador Ronaldo Fenômeno, passou a ter um “dono”. Na sequência tivemos a experiência do Botafogo e o Vasco, que pelos valores, respectivamente de 413 milhões de euros e 700 milhões, foram vendidos para investidores estrangeiros (BALTAR; SCHMIDT, 2022, P.5).

Outro exemplo de parcerias dos setores privados no âmbito futebolístico são os Naming Rights⁴, prática incomum até então no futebol brasileiro, mas que gerou cerca de 300 milhões aos “cofres” do Corinthians (MATTOS, 2020, p.3). De modo geral, essa estratégia de divulgação ainda é pequena no país e no mundo devido seu custo para estampar suas marcas nos grandes estádios.

No entanto, times como Palmeiras, Bahia, Bayern de Munique, Manchester City, Juventus e Arsenal são exemplos que negociaram os nomes de seus estádios recentemente como forma de arrecadação e, para as empresas, uma forma permanente de expor sua marca em grandes palcos pelo mundo. É importante destacar que essas formas de expansão das marcas em cima de patrocínios ou de compra dos direitos normativos dos estádios, não são realizados a partir do simples desejo de se investir nessa área, esses investimentos acabam sendo aprovados devido a rigorosos estudos e das reformas administrativas que vem profissionalizando os gestores dos clubes,

³ A Sociedade Anônima do Futebol (SAF) é um tipo específico de empresa, criado pelo Congresso em 6 de agosto de 2021, por meio da Lei 14.193/2021. A legislação estimula que clubes de futebol migrem da associação civil sem fins lucrativos para a empresarial.

⁴ Trata da concessão legal para nomear um evento ou local específico. Ou seja, a marca que adquire esse direito pode colocar o seu nome em determinada realização cultural

possibilitando uma melhor saúde financeira e responsabilidade fiscal.

De uma maneira geral, um estudo feito entre os 20 clubes da série A e os mais tradicionais que estavam na série B, mostraram que as receitas dos clubes brasileiros evoluíram cerca de 153% entre 2012 e 2021. Ao passo que, entre 2020 e 2021, as dívidas dos clubes caíram em média 7% (SEDA, 2022, p.4). Diante disso, percebe-se o fenômeno do qual chamamos de cadeia qualitativa, se baseando na ideia que, com uma reestruturação profissional em todos os âmbitos, melhor será o processo para ambos os lados, levando a um maior investimento e desenvolvimento técnico no esporte.

Com toda essa evolução, ainda podemos destacar os pioneiros nessas reestruturações, Flamengo e Palmeiras. Os dois clubes passaram por uma dura reformulação administrativa, abarcando, sobretudo, a quitação de grande parte de suas dívidas e a promoção de uma melhor venda dos ativos do clube, aumentando potencialmente o nível de arrecadação e, conseqüentemente, atraindo a visibilidade de marcas para toda a liga que soube muito bem se apropriar do futebol arte do Brasil na movimentação e concentração de recursos financeiros.

Assim, as mudanças de direcionamentos administrativos dos principais clubes nacionais, como Flamengo, Palmeiras e Athletico Paranaense que, na oportunidade, assumiram estratégias parecidas no que tange o investimento direto nas categorias de base, a introdução dos jogadores no trabalho de marketing na tentativa de cativar novos sócios-torcedores e como consequência desse trabalho e entre outras ações resultaram, no longo prazo, o controle das dívidas dos clubes.

Sobre esse viés, a adoção dessas políticas pelos times mencionados e a incorporação anos mais tarde de tantas outras equipes da elite nacional podem ser encarados como a preparação de um terreno totalmente atrativo e propício para a firmação de parcerias mercadológicas, seja das principais marcas de materiais esportivos, seja dos diversos ramos comerciais que enxergaram no futebol brasileiro uma verdadeira vitrine, na qual os resultados positivos obtidos dentro de campo são imediatamente associados pelos torcedores como frutos dos negócios e investimentos com os patrocinadores, bem como convertidos em consumo, visibilidade e rentabilidade para as empresas vinculadas aos times.

A manipulação televisiva na exposição das marcas e a personificação do torcedor brasileiro

Nessa perspectiva, e com toda essa reorganização estrutural e administrativa, os clubes brasileiros começaram a se reestruturar financeiramente com o impulso causado

pelas grandes empresas, também chamado de patrocinadores master, a partir desse terreno mais sólido e preparado que se configurou nessa última década. Desse modo, essas diversas transformações proporcionaram, em última análise, um espaço oportuno para que cada vez mais houvesse a exploração das especificidades identitárias dos times, assim como também das imagens dos principais jogadores, que passaram a ser vistos como modelos para as propagandas veiculadas nos canais televisivos e redes sociais, ambiente virtual de maior concentração da torcida, em sua maioria, do público juvenil (MEDES; CRESTANI, 2016, p.8).

Ao longo desse intervalo de 2012 a 2022 é necessário evidenciar as transformações/aperfeiçoamento tecnológico na exibição dos jogos, visto que além de proporcionar uma melhor acomodação para o telespectador, as transmissões possuem capacidade de dialogar e identificar um público-alvo específico de determinado campeonato ou partida, por exemplo, na exibição do campeonato brasileiro de futebol masculino, temos um reconhecimento realizado pelos canais de exibição de um grupo social, majoritariamente composto pelo sexo masculino, classe média, baixa renda e em sua maioria de comunidades periféricas (SILVA; LAS CASAS, 2018, p.159).

As identificações desses padrões de usuários pelas redes televisivas são direcionadas aos investidores e, rapidamente, convertidos em propagandas ao longo de toda a transmissão da partida. Tendo em vista o referido corpo social levantado, as marcas veiculadas vão ser alternadamente compostas por bancos ou serviços de empréstimos, marcas de bebidas alcoólicas, em especial cerveja, e comerciais de empresas de alimentos frigoríficos que, apoiados no marketing de aproximação das condições financeiras dos sujeitos, expõe seus produtos como necessidades naquele contexto de lazer e no modo habitual de torcer, como se evidencia:

O desenvolvimento da Indústria Cultural a partir do século XIX e, principalmente, durante o século XX, ampliou a quantidade de bens simbólicos a não só serem utilizados para a venda de produtos industriais, mas sendo eles próprios apropriados enquanto produtos e/ou programas a serem negociados, seja diretamente com o público ou para se conseguir audiência e está a vir a ser a mercadoria principal intercambiada (SANTOS, 2014, p.1)

Em 2014 os centros das atenções se voltaram para o Brasil, a partir das lentes da Globo - principal canal na exibição da copa do mundo no Brasil - tivemos a ampliação do

público e do horário esportivo na grade da emissora. Em virtude dessa visibilidade midiática e relevância da competição, os espaços de propagandas foram ocupados em sua maioria por multinacionais. Nesse sentido, cabe destacar a fabricante alemã de veículos, Volkswagen, que produziu um modelo limitado da linha Gol especialmente para campeonato mundial, o modelo que contou com apenas 20.000 unidades personalizadas nas cores da seleção brasileira foi um sucesso de vendas, muito pelo esforço midiático na divulgação da empresa nos intervalos das transmissões dos jogos do Brasil.

Destarte, se inicialmente, tínhamos essa funcionalidade inserida na televisão, mais especificamente nos canais esportivos, de estipulação da audiência para servir de moldes as grandes empresas, hodiernamente, é perceptível um cenário inverso, em que os telespectadores assumindo uma postura de consumidores buscam os produtos exibidos nas propagandas a título de estar a caráter do “torcedor” idealizado e construído pela mídia e pelas grandes marcas capitalistas. Entretanto, o distanciamento do proletariado com os produtos oficiais que são constantemente comercializados e atualizados a cada nova temporada, ainda permanecem inertes, o que de certa maneira provoca uma frustração por parte dos torcedores que se sentem atraídos pelas propagandas que realçam seu valor de pertencimento ao time. Contudo, tais idealizações de marketing são facilmente rompidas, tendo em vista o preço que se paga para ser considerado um torcedor fiel.

Além disso, outra prática comumente realizada visando apenas o lucro em detrimento das limitações da torcida no acesso aos jogos está na recente perda do monopólio dos direitos de imagens das principais competições nacionais pela TV aberta. A ascensão dos chamados streamings⁵ na exibição dos jogos e a consequente divisão dos campeonatos para plataformas distintas pode ser entendido como forma de segregação socioeconômica, visto que temos uma compra de ingressos pelos torcedores, mesmo sem ir aos estádios, na forma da contratação dos pacotes de jogos por empresas como a Prime Vídeo, Premiere, DAZN.

Neste caso, o pagamento mensal ou anual para essas redes audiovisuais são os únicos meios legais para o acompanhamento de uma equipe de elite nacional ao longo de toda sua temporada. As limitações no acesso dos jogos motivados pela diversificação e custos das plataformas digitais são atribuídas como tendências em progressão (GONÇALVES; CARVALHO, 2006, p.18). A versatilidade desses novos veículos faz parte de uma estratégia de privatização dos direitos de imagens dessas empresas capitalistas, na qual, as divulgações das marcas são limitadas apenas às ramificações de produtos da

⁵ Streaming é o processo de transmitir e reproduzir conteúdo – como música, vídeos ou jogos – em tempo real pela internet. Ou seja, você pode consumir conteúdo sob demanda sem precisar tê-lo baixado anteriormente no celular, tablet, notebook, entre outros.

própria empresa de exibição, fazendo com que o usuário da plataforma estenda seu consumo dentro daquela rede mercadológica específica.

Considerações finais

Nessa perspectiva, com o desenvolvimento do espaço financeiro dentro do futebol, o marketing feroz que avança cada vez mais na direção de obter um maior alcance e com a profissionalização administrativa que os clubes brasileiros vem passando, é notável a elevação de custos para os torcedores poderem acompanhar o seu time de perto e como está ficando mais caro manter as tradições que envolve esse esporte. Diante dessa precificação cada vez mais elevada dos direitos para assistir aos jogos na TV e no estádio, custeio de camisas e pacotes de sócio – torcedores, o futebol acaba passando por uma transformação que o torna um esporte mais elitista, deixando o seu caráter popular de lado. Em decorrência disso, o futebol acaba mudando o seu perfil pela nova visão de como se deve atuar frente às novas demandas, as faces que o estádio produz também sofre essa transformação pelas novas classes que começam a frequentar o espetáculo.

Diante desse cenário, se torna notório a percepção de que o futebol brasileiro está vivenciando um período de plena evolução, não apenas em termos de qualidade de jogo, mas em toda a sua estrutura financeira, de marketing e administração. Diante dos fatos, é importante entender como essa última década foi importante e revolucionária dentro dessa enorme fonte de possibilidades que é o futebol brasileiro.

Cabe também ressaltar a adaptabilidade dos torcedores brasileiros, que mesmo diante de certas adversidades econômicas impostas pelos próprios clubes, estão ocupando os espaços, seja nos estádios ou na perpetuação do que é ser um torcedor por meio de comportamentos criativos e que fogem muitas vezes da padronização que lhe são impostas pelo mercado.

Portanto, a partir das problematizações e considerações realizadas no presente estudo, convém mencionar que, o mais importante é entender que temos espaços para potencializarmos ainda mais esse setor esportivo, numa perspectiva otimista de analisar parte dos erros que acompanharam a evolução financeira do futebol e amenizar esses possíveis entraves como forma de oferecer a sociedade brasileira o espetáculo do futebol na sua mais pura essência, ou seja, de uma maneira democrática e inclusiva, sobre a qual os impasses e frustrações da torcida fiquem por conta das emoções e circunstâncias que permeiam uma partida de futebol e não por causa do fetiche mercadológico.

Referências:

ADORNO, Theodor W. Indústria cultural e sociedade. Seleção de textos: Jorge Miranda de Almeida. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BALTAR, Marcelo; SCHMIDT, Tébaro. Vasco e 777 finalizam nesta sexta venda de 70% da SAF por R\$ 700 milhões. GE.globo, Rio de Janeiro, 02 set. 2022. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/vasco/noticia/2022/09/02/vasco-e-777-finalizam-nesta-sexta-venda-de-70percent-da-saf-por-r-120-milhoes.ghtml>. Acesso em: 12 jul. 2023.

COCETRONE, Gabriel. O que é a SAF? modelo que virou sensação no futebol brasileiro. Uol, 22 fev. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/lei-em-campo/2022/02/22/o-que-e-a-saf-a-nova-paixao-dos-clubes-brasileiros.htm>. Acesso em: 12 jul. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

GASPARETTO, Thadeu Miranda. O futebol como negócio: uma comparação financeira com outros segmentos. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 35, p. 825-845, 2013.

GONÇALVES, Julio Cesar de Santana; CARVALHO, Cristina Amélia. A mercantilização do futebol brasileiro: instrumentos, avanços e resistências. Cadernos EBAPE. BR, v. 4, p. 01-27, 2006.

GUEDES, Simoni Lahud. O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

HAAG, Fernanda Ribeiro. Futebol e o giro neoliberal: apontamentos e o caso brasileiro. PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review, v. 2, n. 1, p. 57-80, 2013.

MAFFEI, Luis. O futebol no Capitalismo: uma poética da contradição?. FuLiA/UFMG, v. 1, n. 1, p. 24-35, 2016.

MATTOS, Rodrigo. Como venda do nome do estádio do Corinthians afeta tempo para pagar dívida. UOL, São Paulo, 9 set. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/colunas/rodrigo-mattos/2020/09/09/como-venda-do-nome-do-estadio-do-corinthians-afeta-tempo-para-pagar-divida.htm>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MEDES, Lucas; CRESTANI, Leandro de Araújo. PUBLICIDADE NO FUTEBOL: A INFLUÊNCIA DENTRO DE CAMPO. ENCITEC, 12, 2016, Cascavel, PR. Anais [...], Cascavel, PR: Centro Universitário FAG, p.1-4, 2016.

OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o “welfare state” keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *In*: OFFE, C. Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PRZEWORKSKI, A. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova*, n. 15, p. 41–81, out. 1988

SALDANHA, Marinho. Mais caro na Sul-Americana, RB Bragantino investe 115 mi por novo status. *Uol*, Porto Alegre, 22 set. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/09/22/mais-carro-da-semi-bragantino-investiu-r-115-milhoes-por-novo-status.htm>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SANTOS, A. D. G. dos. (2014). Os três pontos de entrada da economia política no futebol. *Revista Brasileira De Ciências Do Esporte*, 36(2), 561–575.

SAVENHAGO, I. Futebol na TV: evolução tecnológica e linguagem de espetáculo. *Verso e Reverso*, v. XXV, n. 58, p. 22-31, 2011.

SEDA, Vicente. Levantamento financeiro de clubes mostra queda de 7% nas dívidas e aumento de 37% nas receitas. *Ge.globo*, Rio de Janeiro, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://ge.globo.com/negocios-do-esporte/noticia/2022/05/13/levantamento-financeiro-de-clubes-mostra-queda-de-7percent-nas-dividas-e-aumento-de-37percent-nas-receitas.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SILVA, Edson Coutinho da; LAS CASAS, Alexandre Luzi. Princípios de orientação ao mercado em clubes de futebol: marca, receitas e torcedores. *Revista de Ciências da Administração*, v. 20, n. 52, p. 155-168, 2018.

O IMPACTO DA RCT NA UNIÃO SOVIÉTICA: A PERESTROIKA COMO PONTO DE INFLEXÃO OU APENAS MAIS UMA TENTATIVA DE REFORMA?

Weverton Aguiar da Silva

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail:
Emial: wevertonaguiar@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo a análise da Revolução Científico-Tecnológica (RCT) e como a sua proliferação após os anos de 1960 teve influência na implementação da perestroika soviética. Baseado em uma bibliografia brasileira sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, buscando identificar as características do modelo e sistema de produção soviéticos, tentando explicar de que forma a URSS lidou com um novo paradigma de produção, conhecido como Toyotismo, que passou a questionar o até então dominante modelo de produção fordista, tão presente na União Soviética, cuja consciência estava calcada em uma produção em larga escala, pouco flexível e que facilmente se adaptou às pretensões do governo soviético e de seu sistema de produção.

Palavras-chave: União Soviética. Perestroika. Crise do Socialismo. Toyotismo.

Introdução:

Nas décadas de 1950 e 60, enquanto os dirigentes do PCUS (Partido Comunista da União Soviética) comemoravam uma quantidade extraordinária de números positivos que aparentemente colocavam o país como a grande força produtiva do mundo, uma análise mais profunda indicava um cenário diferente. Ao mesmo tempo em que era proclamada como “grande realização a conquista do primeiro lugar mundial na produção de aço e petróleo [...] economistas e engenheiros perceberam que se tratava de ilusória superioridade” (GORENDER, 1992, P.6). Era de conhecimentos geral entre especialistas soviéticos que para ser produzidos, os produtos da federação consumiam, em média, duas ou três vezes mais metal e energia do que os similares dos países capitalistas.

No IV Plano Quinquenal, em 1950, a força da URSS estava se confirmando: “os dinossauros comedores de ferro e aço” registraram números animadores, ultrapassando e muito a produção anterior à Segunda Guerra Mundial. Reis Filho (2007, p. 175), comenta que “a produção de carvão passou de 165, 9 para 261, 1 milhões de toneladas. A de petróleo, de 31,1 para 37, 9 milhões de toneladas. A de aço, de 18,3 para 27,3 milhões de toneladas. A de eletricidade, de 48,3 para 91,2 bilhões de quilowatts”. Esses resultados se mostravam importantes numa época de reconstrução do país que mais perdeu com a Segunda Guerra Mundial, que, graças a esforços sobre-humanos,

conseguiu se reconstruir.

Nas décadas 30, 40, 50 e até no início dos anos de 1960, a União Soviética teve altos índices de crescimento econômico, alcançando em alguns anos taxas acima de 10%; em 1961, alcançou a sua maior taxa de participação no PIB mundial: 10,2%. O entusiasmo com o chamado “anos de ouro” do sistema socialista soviético – as duas décadas posteriores ao fim da Segunda Guerra Mundial – era tanto que, em 1956, num discurso proferido para os embaixadores dos principais países capitalistas em Moscou, Nikita Krushev, na época Primeiro-Secretário do PCUS, disse que a União Soviética iria “enterrar” os países capitalistas. Em 1959, no XXI Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o novo programa do partido declarou a vitória do socialismo na URSS; o programa, que foi aprovado em 1961, “anunciava que a União Soviética alcançaria e superaria economicamente os Estados Unidos em dez anos e entraria na fase do comunismo em 1980” (FERNANDES, 2017a, p. 146). Porém, a partir de 60, começou um processo de declínio, chegando a 3% de crescimento econômico anual no início dos anos 80.

A Revolução de Outubro encontrou um país primordialmente agrário, que trabalhava com arados de madeira, e colocou o país, principalmente durante o período stalinista, dentro do cenário econômico e político mundial como protagonista. Os números alcançados pela URSS mostravam o sucesso da empreitada modernizadora realizada por Stalin. O modelo de industrialização soviético se tornou referência para o lançamento de programas desenvolvimentistas para países que tinham recém-adquirido sua independência, como casos identificados na África e na Ásia.

O problema, que é justamente o ponto de análise deste artigo, reside no fato de que na década de 1970 houve a o desenvolvimento do chamado Toyotismo, um modelo de produção que saiu das fábricas japonesas da Toyota e proliferou-se, dominando a Europa e os EUA. Mas o modelo de produção toyotista não foi a única revolução do período: ele veio acompanhado da dominação que a tecnologia passou a exercer na indústria, a chamada Revolução Científico-Técnica, ou apenas RCT. Richta (1972) aponta que a distinção fundamental que separa a Revolução Industrial da era da RCT reside na conversão da ciência em força produtiva e das forças produtivas em ciência e tecnologia.

Apesar da revolução ocasionada pela RCT, o seu funcionamento operou sobre bases tradicionais e procedimentos formados ao longo de gerações. Mas isso não excluiu o aspecto revolucionário da RCT, que causou uma “ampliação muito mais ampla da ciência”, generalizando-a em larga escala e de forma duradoura para o terreno industrial. Isso levou a ciência a “se beneficiar universalmente da força produtiva” enquanto “a indústria está se beneficiando em toda a sua linha na aplicação tecnológica da ciência” (idem, p. 26).

É objetivo deste artigo demonstrar como a revolução ocasionada pela RCT teve impacto na implementação da perestroika (em português reconstrução ou reestruturação) soviética. Por mais que algumas leituras da época defendiam que a perestroika tenha sido implementada por pressões políticas ocasionadas pelo desejo do povo soviético por uma maior abertura democrática, entendemos, assim como Segrillo (1999), que a “chave para entender o dilema russo estava na economia” (p. 15).

O dilema era real. Como veremos mais adiante, durante a década de 1970 estava claro que a URSS, a despeito dos grandes índices econômicos das décadas anteriores, tinha perdido a corrida tecnológica com o Ocidente, em especial os EUA. É de se imaginar que, dez anos mais tarde a situação não tenha melhorado significativamente, mesmo com as tentativas de reformas pontuais do sistema soviético, tema que será aprofundado mais ora frente no texto. E no dia 11 de março de 1985, apenas quatro horas após a morte de Konstantin Chernenko, o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) escolheu um novo Secretário-Geral: Mikhail Gorbachev.

Gorbachev assumiu a responsabilidade de implementar uma diversidade de medidas buscando a reconstrução do sistema soviético, que para este era “necessária e inevitável”. Em meados dos anos 70, formou-se “uma espécie de freio que afetou o desenvolvimento socioeconômico” soviético; além deste freio, o contexto não podia ser pior: pois “tudo isso aconteceu numa época em que a revolução científica e tecnológica abria novos horizontes para o progresso econômico e social” (GORBACHEV, 1988, p. 17).

Nos primeiros anos da década de 1980, a perestroika surgiu, como apontado pelo seu principal idealizador, como uma resposta ao freio que desacelerou o desenvolvimento da economia soviética. A perestroika, lançada em 1987, buscava a reconstrução do sistema soviético como um todo, não se restringindo apenas à economia. Segundo Pomeranz (1991, p. 57), a perestroika “compreendia uma reforma econômica e uma reforma político-institucional”, esta última apoiando-se numa “abertura democrática, a glasnot, que [...] deveria ancorar as suas mudanças político-institucionais”. Quanto a reforma econômica, seu principal objetivo era a introdução de mecanismos de mercado (regulado), cuja implementação ocorreria em dois caminhos principais: “a descentralização do processo decisório e a criação do referencial macroeconômico para regulamentação indireta desse processo”.

As discussões sobre a necessidade de reformas do sistema soviético

Mesmo com toda a euforia dos anos 50 e 60, crescia no PCUS o entendimento de que o sistema soviético necessitava de reformas descentralizadoras, capazes de manter a

eficiência do desempenho alcançado até então. Após assumir as funções de Secretário do Partido e Primeiro Ministro do Governo em 1953, Nikita Krushev, designado primeiro-secretário, sinalizava a necessidade de mudanças no sistema de planejamento da URSS, apontando o objetivo de diminuir a centralização dos sistemas de planejamento.

Diversas medidas foram tomadas, entre elas a ampliação de poder por parte dos governos das repúblicas, além da expansão dos poderes dos diretores das empresas soviéticas. Além do lançamento dos enormes programas de expansão agrícola, que pretendiam a ocupação de vastos hectares de terras virgens para o cultivo de trigo e milho, a grande mudança veio em 1957 “com a abolição dos ministérios centrais que eram os condutores da economia até então, e sua substituição por 105 conselhos econômicos regionais” (FERNANDES, 2017a, p. 149).

As reformas realizadas por Krushev não agradaram o comando do PCUS, que decidiu removê-lo das suas funções, sucedendo-o por Brejnev, que ocupou o cargo de Secretário do Partido de 1964 a 1982, período que foi marcado por uma projeção mundial da União Soviética e por uma estagnação doméstica. A escolha por Brejnev vinha na esteira da insatisfação com as mudanças realizadas por Krushev; a burocracia partidária queria mais estabilidade e buscava a diminuição dos conflitos internos desencadeados pelas recentes reformas.

Assim que ascendeu, a nova liderança da União Soviética identificou a necessidade de mudar a fase do desenvolvimento soviético, rumo a um caminho mais intensivo da sua economia. O professor Evsei Liberman, em 1962, apresentou no Pravda, os fundamentos das reformas que seriam propostas por Brejnev dois anos depois:

É essencial encontrar uma solução que seja, ao mesmo tempo, simples e bem fundamentada para um dos mais importantes problemas colocados pelo programa do PCUS: construir um sistema de planejamento e estímulo para o trabalho das empresas, para que elas possam ter um vivo interesse em cumprir ao máximo as metas do plano, em introduzir novas técnicas e produtos de melhor qualidade, em suma, maximizar a eficiência da produção. (DOBB, Maurice. Apud Fernandes, 2017a, p. 161).

Liberman, assim como outros importantes acadêmicos estavam em um frenético debate que gradualmente desmantelou, teoricamente, aspectos essenciais do sistema soviético. Em 1964, o acadêmico Nemchinov publicou no Kommunist uma denúncia de todo o sistema de suprimentos materiais e técnicos, apontando que este era o principal

obstáculo ao desenvolvimento econômico soviético. Além de Nemchinov, economistas conhecidos participaram dos debates, como Novozhilov, Kantorovich, e todos atacaram diretamente o Gosplan, entendendo que o ministério pensava a economia apenas em termos unitários, escanteando a produtividade. Os economistas defendiam que o capital disponibilizado gratuitamente pelo órgão para investimento por parte das empresas elevava a pressão por maiores investimentos, que não eram utilizados produtivamente, sendo o crescimento extensivo o principal critério.

A partir deste momento, as reformas estabelecidas por Brejnev e Aleksei Kosyguin - que ficou responsável pelo planejamento econômico do país, que logo desfez alguns dos principais fundamentos da reforma proposta por Krushev, voltando à ênfase na centralização nos Planos Quinquenais - alteraram diversos planos e objetivos estabelecidos anteriormente. O primeiro Plano Quinquenal estabelecido por Kosyguin prometia maior consumo à população; em 1966, buscando aumentar a produção, foi estabelecido um acordo com a Fiat para a instalação de uma fábrica de automóveis, o que inaugurava na União Soviética a era do automóvel como meio de transporte individual.

Dois anos após a nova administração ter assumido o comando da União Soviética, no XXIII Congresso do Partido, em 1966, foi identificada a mesma preocupação antecipada pelo professor Liberman quatro anos antes. A preocupação estava calcada nas análises feitas pelo PCUS que identificaram um desequilíbrio gritante entre o modelo de extensão da economia, que eram a base da produção econômica soviética, aliada ao método de planificação, herdados do período stalinista. No Partido passou-se a defender a absorção dos poderosos ganhos possibilitados pela revolução técnico-científica, argumento que unificada com as vantagens político-sociais do regime socialista (em relação à economia de mercado dos países capitalistas) continham enorme potencialidade.

Os novos pacotes de reformas

Foi em busca dessa potencialidade que a União Soviética lançou um novo pacote de reformas que ficaram conhecidas como As reformas de Kosyguin, anteriormente mencionadas. A primeira medida adotada por Kosyguin foi a anulação dos órgãos sucessores criados por Krushev, e o ressurgimento dos antigos e gigantescos poderes de execução dos ministérios centrais e do *Gosplan* (Comitê Estatal de Planejamento), responsável por propor um planejamento futuro e de elaborar um planejamento imediato.

Esse ressurgimento não veio sozinho, sendo acompanhado de novas medidas.

Além das já mencionadas, Fernandes (2017a, p. 162), identifica outras medidas, como a) “a ampliação da autonomia e iniciativa das empresas, tanto na elaboração dos planos quanto na sua execução”, b) “introdução da autonomia financeira das empresas e a ampliação dos seus direitos e deveres nessa base”; além de outras medidas como: c) “o reforço e a ampliação dos contratos econômicos entre as empresas”, d) “o estabelecimento do lucro como critério central para determinar a eficiência empresarial junto com o reforço de outras ‘alavancas econômicas’, como o preço, o crédito, os salários, os prêmios etc.”; além de e) o “reforço e a ampliação dos poderes dos diretores de empresa (inclusive na determinação de cortes na mão de obra, visando ao aumento da eficiência produtiva), com diminuição do número e tipo de índices determinados pelas ‘instâncias superiores’”. Outras medidas como: f) “abolição da distribuição gratuita e centralizada de meios de produção e fundos de investimento [...]”, g) ampliação da parcela de lucro a ser retida pelas empresas para reinvestimento” e h) “reajuste nos sistemas de produção, para que eles refletissem de maneira mais precisa os custos de produção”.

Apesar dessas profundas e importantes mudanças, as medidas não alteraram significativamente os fundamentos do já consolidado sistema soviético, que seguia o mesmo modelo (fordista) desde os anos de 1930. Não foram introduzidos os componentes identificados por Lênin na década de 1920 como “capitalismo de Estado”. A economia de produção soviética não só manteve a sua estruturação na propriedade social-estatal, como a sua influência aumentou, já que a participação dos campos estatais na produção agrícola da União Soviética saltou de 18% para 28% em dez anos, de 1960 a 1970.

O sistema soviético preservava consigo diversas características básicas que acabaram por minar a potencialidade existente nas reformas de Kosyguin. Mesmo que os direitos e deveres das empresas tenham aumentado, os poderes decisórios dos órgãos centrais eram reinstituídos e ampliados na mesma medida. O exemplo disto é que o Banco Central do Estado continuou sendo a principal fonte de investimentos na compra de bens por parte das empresas, tendo ele ao mesmo tempo a capacidade e o poder de controlá-las e monitorá-las. Além disso, o compromisso do poder soviético com o desemprego minava o poder dos diretores das empresas para demitir trabalhadores, o que obviamente dificultava o trabalho delas na obtenção de lucro, que como apresentado anteriormente, passou a ser o principal critério de sucesso das empresas. Tanto que em 1970, como aponta Pomeranz (2018, p. 117): “só restou, como poderes gerenciais conferidos às empresas pelas reformas, a recentralização administrativa”.

Havia uma enorme e poderosa resistência a mudanças por parte do sistema soviético. Mesmo que algumas medidas isoladas tenham sido tomadas, o sistema insistia

em resistir a elas. Como aponta Pomeranz (2018), mesmo que a lógica da reforma tivesse como baldrame a descentralização das decisões, os indicadores de preços não acompanharam o dinamismo pretendido pelas reformas que estavam em andamento, tornando a autonomia das empresas em um discurso que não sobrevivia a críticas e análises mais profundas. A tarefa de flexibilizar os preços não era fácil. Um exemplo nos ajuda a ilustrar o tamanho da dificuldade imposta por características inerentes ao sistema soviético: em 1966 houve uma tentativa de reformas de preços de diversos produtos que acabou por ser concluída apenas em julho de 1967. Além das dificuldades impostas pelas características próprias do sistema, os ministérios resistiam expressamente, seja por motivos políticos ou pela dificuldade e inércia do sistema.

No mesmo caminho que Fernandes (2017a), Segrillo (1999) identifica no núcleo do sistema soviético o bloqueador beta que impossibilitou a recepção das novas medidas propostas pelas reformas de Kosyguin:

Teoricamente, as próprias empresas, dentro da “camisa-de-força” dos diferentes indicadores de produção e planos de distribuição que tinham que cumprir, podiam (principalmente depois das reformas de Kosygin, em meados dos anos 60) empregar as técnicas e mix de produtos que achassem mais adequados para a produção dos bens exigidos pelo plano. Entretanto, na prática, mesmo após 1965, “as diretivas específicas para a produção bruta obrigatória eram tão detalhadas que a liberdade de escolha que restava aos produtores era mínima”. (Shmelev & Popov, 1989, p. 82 apud SEGRILLO, 1999, p. 46).

O principal problema da União Soviética durante as reformas de Kosyguin parece realmente ter sido a sua dificuldade em transformar uma economia de tipo extensiva em uma produção intensiva, capaz de aumentar a produtividade sem a necessidade de dispendiosos investimentos e subsídios. As reformas tinham o objetivo principal de *flexibilizar um sistema rígido*, com uma cadeia de comando vertical extremamente inchada.

Mesmo com essa dificuldade latente, ao adentrar nos anos de 1970, a União Soviética ainda alcançou importantes números, mantendo os mesmos índices de 1950 da sua participação no PIB mundial; mas estava muito longe de alcançar o seu paradigma e principal adversário econômico: enquanto a participação no PIB mundial dos Estados Unidos em 1970 era de 22,4%, o da União Soviética representava 9,8%. Ainda mais

preocupante eram os números alcançados por outras potências capitalistas, como Japão e Alemanha, que obtiveram 7,4% e 6,1% respectivamente. Mais do que isso, o desempenho do Japão assustava pelas grandiosas taxas de 9,2% de crescimento anual médio entre 1950 e 1973, tendo superado em muito inclusive os Estados Unidos.

Mas os números soviéticos não eram em nada ruins, apenas não eram capazes de alcançar a promessa estabelecida duas décadas antes: alcançar e superar os principais países capitalistas. Após 1970, a União Soviética adentrou uma nova fase do socialismo desenvolvido, caracterizada pelo “elevado nível de maturidade de todas as relações sociais, por uma poderosa base técnica e material, e por uma estrutura social marcada pela ausência de antagonismos entre as nações e por seu alto grau de unidade e homogeneidade” (CHESTOV, V. 1981 apud FERNANDES, 2017a p. 173). Essas condições alcançadas pela União Soviética seriam o grande triunfo do país na absorção da revolução técnico-científica, termo que já havia sido incorporado pelos dirigentes do PCUS. Dentro do Partido havia o entendimento de que a capacidade do sistema soviético de organizar e planejar a alocação de recursos (economia planificada) permitiria ao país desenvolver de forma mais intensa a ciência e a técnica do que os seus rivais capitalistas, assim como a sua generalização por toda indústria, podendo leva-las inclusive ao campo.

Em busca de absolver os novos preceitos da revolução técnico-científica, a União Soviética investiu e apostou cada vez mais na formação educacional e técnica de engenheiros e na produção de pesquisas, tendo o número de engenheiros e cientistas saltado de 499 mil para 1,1 milhão entre 1965 e 1975. Os investimentos em educação representavam uma fatia cada vez maior do PIB soviético, representando 7,3% em 1973. Além disso, “os investimentos em P&D na URSS passaram do equivalente a 1,3% do seu PIB, em 1950, para 2,6% em 1975 e para 3% no final dos anos 1980. [...] os investimentos em P&D nos Estados Unidos em relação ao seu PIB oscilaram entre 1,5% e 2,5% no mesmo período” (idem, p. 174).

O declínio soviético e a necessidade de mudanças na década 1980

Mesmo com importantes investimentos em tecnologia e ciência, a União Soviética não foi capaz de atingir os objetivos estabelecidos décadas antes e nem de absolver de forma orgânica e competente os paradigmas da revolução técnico-científica. O crescimento soviético apresentado no início dos anos 1980, mostrava um crescimento anual médio de 3%; da mesma forma, a participação no PIB mundial caiu para 8,5%. Havia um enorme grau de frustração com o trabalho e investimentos que não geravam o desenvolvimento esperado, já que, nesse caso, o aumento da produtividade foi

responsável por 40% do crescimento da renda nacional no oitavo plano quinquenal, no período de 1966 a 1970, e a participação no PIB mundial caiu para 25% nos primeiros anos da década de 1980.

A passagem para o caminho do desenvolvimento intensivo ainda era o grande dilema da União Soviética, sendo a década de 60 o momento em que a economia começou a demonstrar sinais de desaceleração, causados pela diminuição dos fatores extensivos de produção e a dificuldade de se adaptar a fatores intensivos:

Desde a década de 60 (ou mesmo final dos anos 50), vários economistas e políticos soviéticos chamavam a atenção para o fato de que a URSS teria que passar a um tipo de crescimento intensivo da economia, se quisesse continuar tendo altas taxas de aumento da renda nacional. As tentativas de reforma do sistema econômico a partir dali, principalmente as reformas de Kosygin (em meados da década de 60), a reorganização industrial de 1973-74, o decreto de julho de 1979 e os experimentos econômicos de Andropov (em 1983), todas tinham como objetivo final aumentar os estímulos econômicos para se obter um aumento da produtividade do trabalho através de métodos “intensivos”. Entretanto, essas tentativas de mudança não alcançaram plenamente seu objetivo final. (SEGRILLO, 1999, p. 57).

Todas as dificuldades enfrentadas pela economia soviética podem ser resumidas como o “desafio da inovação”. Pois, mesmo que, acompanhando os países capitalistas e realizando maciços investimentos em busca de um maior desenvolvimento das forças produtivas, o problema residia na aplicação dos novos métodos idealizados que pareciam totalmente alheios e deslocados nas empresas, já que, para Fernandes (2017b, p. 333) “o sistema de ciência e tecnologia soviético foi estruturado, em grande medida, de forma segmentada e desconectada das empresas”. O resultado só podia ser uma “baixa propensão das empresas para desenvolver ou incorporar métodos, técnicas, equipamentos e produtos inovadores aos seus processos produtivos, dando preferência à assimilação e reprodução de pacotes tecnológicos já testados”.

Identificamos assim que as indústrias soviéticas tinham uma baixa propensão a inovação e a aplicação de novos métodos tecnológicos. Seguindo esse raciocínio, Segrillo aponta que:

Nos anos 70 a política industrial soviética concentrou-se mais do que nunca na modernização. Entretanto, fica evidente que a política de investimentos, que deveria ter gerado novos processos produtivos, não deu os resultados desejados. Há as seguintes indicações disto: a idade média do estoque das máquinas e instalações produtivas na indústria soviética aumentou mais ainda, de 12,2 anos em 1960 para 14,2 anos em 1980. Isto ocorreu porque as novas máquinas produzidas foram designadas, em sua grande maioria, para fábricas novas, em vez de substituírem o estoque obsoleto ou envelhecido das antigas fábricas. Conseqüentemente não foi possível modificar nos anos 70 o padrão industrial tradicional. O investimento foi usado para a criação de novas unidades modernas [grifo nosso] e não para a racionalização do já existente. Entretanto, se a racionalização das fábricas já existentes é baixa, o aumento na produtividade do trabalho é correspondentemente baixo." (Nötzold, 1987, p. 70 apud Segrillo, 1999, p. 57).

O fracasso soviético em modernizar e flexibilizar a produção, introduzindo uma nova forma de produzir capaz de intensificar e modernizar a economia, se mostra um dos pontos que alavancaram a *perestroika*. Apesar de momentos anteriores de glória em relação a produção econômica bruta, o modelo de produção soviético se manteve inalterado, nos fazendo perguntar o que havia de errado com ele.

Os problemas enfrentados pela União Soviética, aqui já apresentados, estavam cada vez mais evidentes, a ponto da ideia de mudanças profundas passar a fazer parte dos discursos das principais lideranças soviéticas. Em fevereiro de 1981, no XXVI Congresso do PCUS, Brejnev, então secretário do Partido Comunista da União Soviética deu destaque para as principais tarefas que o país enfrentaria na década de 1980:

A tarefa principal no décimo primeiro quinquênio (1981-1985), diz-se no projeto, consiste em assegurar a constante elevação do bem-estar dos soviéticos, na base do avanço estável da economia nacional, da aceleração do progresso científico-técnico e da passagem da economia para a via de desenvolvimento intensivo, da utilização mais racional do potencial de produção do país, da máxima poupança de todos os tipos de recursos e do melhoramento da qualidade do trabalho. (BREJNEV, 1981, p.

49).

No quesito produção, a União Soviética adentrou os anos 1980 com a possibilidade de mais uma reforma em vista, tendo os dois primeiros sucessores de Leonid Brejnev (Iúri Andropov e Konstantin Chernenko) tentado avançar com mudanças tímidas a princípio, mas com um discurso forte de mudança.

Podemos definir as tentativas de reformas como a história do “esforço da liderança soviética para sustentar o modo de funcionamento do sistema, sem perda de seu controle sobre o mesmo”. Algumas discussões sobre reformas mais profundas foram travadas durante o curto governo de Andropov, que em alguns momentos chegou a falar em mudança do próprio sistema soviético, deixando de lado as discussões “apenas” reformistas. Essas discussões foram aprofundadas com Gorbachev e com a *perestroika*.

O modelo de produção soviético em questão e a perestroika

A questão a respeito da estagnação da economia soviética a partir dos anos 80 não pode ser explicada apenas pela agricultura ou pela produção industrial. O que surge como motivo de questionamento é também a própria natureza do sistema de produção soviético.

Desta forma, o olhar deve estar no sistema e não no modelo de produção em si, pois como aponta Segrillo (1999, p. 78): “O que impedia a URSS de ser socialista não era o problema das relações de propriedade e sim o do nível de desenvolvimento das forças produtivas”.

Vários dos problemas que levaram à estagnação da economia soviética não estavam ligados apenas ao modelo de produção (a oposição entre Fordismo e Toyotismo), mas sim também ao seu próprio sistema que, em diversos momentos apresentou características de tipo capitalistas, tornando a União Soviética um modelo “híbrido”: socialista pela centralização e inexistência da propriedade privada, e capitalista em sua forma de desenvolvimento, realizada através de uma acumulação primitiva. Ao realizar tal movimento de análise, podemos identificar que a estagnação econômica pela qual a URSS passava, não foi causada diretamente pela falta de flexibilidade do sistema de produção, mas a falta de flexibilidade sim foi “definida” pela própria natureza do sistema soviético de produção.

Quando se fala em modelo “híbrido”, deve-se atentar para o fato de que a União Soviética após a Revolução de 1917 passou por um período em que se era esperado que mais revoluções de tipos socialistas fossem ocorrer pela Europa, especialmente na Alemanha, um dos países mais desenvolvidos da época. As revoluções esperadas após

1917 não ocorreram, e a Rússia bolchevique se viu isolada em seu atraso, sendo que para sobreviver, utilizou meios repressivos na tentativa de elevar seu nível de desenvolvimento.

Por conta de seu caráter subdesenvolvido, a União Soviética assumiu para si tarefas que eram consideradas capitalistas. Como aponta TROTSKI, 1936, p.287: “[...] a tendência à acumulação primitiva, nascida da escassez, manifesta-se em inumeráveis poros da economia planificada [...]”.

Essa foi uma tônica que acompanhou a União Soviética durante toda a sua existência. O grande objetivo do comando soviético era o de copiar, alcançar, para então ultrapassar o ocidente, especialmente os EUA. Segrillo (1999, p.79), acredita que mesmo neste momento inicial, “a discrepância entre as relações sociais de produção [...] e o relativamente baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas” nos ajudam a entender os motivos que levaram à *perestroika*. Na medida em que a União Soviética ia se afundando no seu isolamento econômico e político, as relações de produção herdadas do czarismo não podiam ser ultrapassadas de uma só vez, sendo necessário um planejamento para que as relações de produção pudessem se desenvolver e criar condições satisfatórias para o desenvolvimento do país.

Desde as primeiras décadas de sua existência, a União Soviética se mostrara um país propenso ao isolamento, seja pelas condições internacionais impostas a ela, seja pela forma como o seu sistema foi se desenvolvendo. É difícil imaginar que um país tão rígido em diversos níveis fosse capaz de uma década para outra se tornar flexível a ponto de absolver os mecanismos próprios do mercado, pois, por mais que fosse parte constituinte do sistema capitalista mundial, a União Soviética tinha consigo uma tarefa histórica a ser realizada: a superação dos parâmetros capitalistas a nível mundial. Como realizar uma tarefa tão difícil sem assumir para si características desse sistema? Ou, como superar tais parâmetros sendo parte importante da engrenagem capitalista mundial?

Na sua competição com o Ocidente e com o objetivo de copiar e alcançar as principais potências capitalistas, o sistema capitalista pode até ser visto como o paradigma soviético. Mesmo que a tarefa histórica fosse a superação em escala mundial de tudo que representava o sistema capitalista, o seu modelo e sistema de produção eram as únicas referências que a União Soviética tinha, mesmo que a intenção fosse se afastar e criar algo diferente dentro do seu território. Por essa competição constante, Segrillo (1999) defende que a União Soviética via a *perestroika* como uma forma de sair da estagnação olhando para o Ocidente avançado. Dessa forma, “a URSS não poderia permitir-se cair ainda mais na competição tecnológica e econômica com o Ocidente avançado em meados dos anos 80”, pois desde a sua criação, “a *raison d’être* do regime soviético era a superação do capitalismo” e por isso “[...] ficava excluída qualquer

possibilidade de não-reforma do sistema por volta de meados dos anos 80” (p. 82).

Além dessa visão da *reconstrução* como forma de sair da estagnação, buscando as respostas no paradigma ocidental, o que se vê é que a *perestroika* não ocorreu apenas por condições internas da URSS, mas que “estas necessidades de mudanças eram tornadas prementes a partir de meados dos anos 70 não tão diretamente por causa da situação interna da URSS [...], mas devido à situação comparativa da URSS na competição com o capitalismo” (*idem*).

Ao analisar profundamente a natureza do modelo de produção soviético, podemos compreender melhor o atraso aguçado nas décadas de 70 e 80. Em sua comparação com os países capitalistas, a União Soviética constantemente obteve resultados expressivos na produção, principalmente no quesito produção bruta e crescimento econômico total. Com o surgimento da RCT, a União Soviética perdeu poder em relação aos países capitalistas, especialmente Japão e EUA. Seguindo o ritmo de crescimento da época, desencadeado na década de 70, a URSS jamais alcançaria estes países, muito menos teria condições reais de ultrapassá-los.

Segrillo (1999) argumenta que a RCT (Revolução Científico-Técnica) foi uma das causadoras da queda nos índices de crescimento da economia soviética, apesar do pensamento de euforia dentro do comando do PCUS, que entendia que o país socialista teria mais facilidade em se adaptar a revolução técnico-científica do que os rivais capitalistas por conta das contradições inerentes do sistema destes países, principalmente quando ligadas a crescente automação da produção, que era esperado que trouxesse problemas de adaptação às economias de mercado, enquanto que o sistema planejado soviético poderia dar conta dos possíveis problemas gerados.

Na época da RCT, os novos paradigmas de produção estavam basicamente baseados em um tripé: flexibilidade, informação e qualidade. O modelo de produção soviético, *conscientemente* próximo do modelo fordista, teve dificuldades em se adaptar ao novo paradigma de produção: o Toyotismo. O sistema de produção desenvolvido por Taiichi Ohno e Eiji Toyoda, carregava consigo este tripé, que surgiu como oposição ao rígido sistema fordista. O sistema soviético permaneceu preso ao modelo fordista (baseado na ampliação da produção); adicionado a isto, está a forma extensiva de crescimento da economia soviética.

Segrillo (1999) aponta que a RCT teve três grandes fases de desenvolvimento: 1) o desenvolvimento da computação, que teve início na década de 50; 2) a fusão entre computação e robótica, que se aguçou nos anos 60; e teve seu ciclo fechado nos anos 70, com a 3) associação da robótica com a telemática generalizada, encarnado na microeletrônica. Essa revolução tecnológica, associada ao novo sistema de produção que aos poucos ia se estabelecendo contundentemente, criou um paradigma praticamente

inalcançável para os parâmetros até então presentes na União Soviética.

Os números corroboram a tese aqui defendida: após 1975, o crescimento econômico soviético caiu drasticamente, sempre abaixo dos 5% anuais. Entre 1961-75, o aumento da produtividade nas indústrias soviéticas (3,5) foi maior do que nas indústrias americanas no mesmo período (2,9). Já no período de 1976-82, o jogo mudou: enquanto o incremento da produtividade soviética esteve em 0,9%, os EUA alcançaram 1,6%.

Com uma situação de estagnação, os antigos métodos soviéticos não eram capazes de tirar o país da crise em que se encontrava, pois “se nos anos 60 e início dos anos 70, os antigos métodos de crescimento soviéticos (em grande parte extensivos) ainda podiam, mesmo a nível mais lento, ‘concorrer’ com o Ocidente ‘fordista’”, a partir de meados dos anos de 1970 “com o auge da ‘Terceira Revolução Tecnológica’, isto se tornou impossível. Algo tinha que ser mudado no sistema” (*idem*, p. 88).

Durante os anos 1970, onde a estagnação econômica e a dificuldade de flexibilização não eram mais novidade, a URSS manteve o controle dos preços e da inflação, sendo um país com elevada homogeneidade econômico-social, estas eram decisões centrais e importantes na manutenção de um determinado padrão de consumo. Mas a fixação de preços, mesmo que bem-vinda, tinha um problema crônico: impedia a União Soviética de abastecer as lojas e mercados com bens de consumo duráveis e de qualidade, sendo o resultado pouca variedade, produtos de baixa qualidade e racionamento. O sistema soviético de planejamento:

carecia de um mecanismo econômico que operasse como equivalente funcional à ‘anarquia na produção’ das economias capitalistas para promover a difusão do progresso técnico com base no processo de ‘destruição criativa’ de métodos e técnicas estabelecidos, identificado por Schumpeter. O ‘modelo’ socialista soviético teve grande êxito na promoção da acelerada industrialização do seu vasto território baseada na assimilação das técnicas mais avançadas empregadas nos países capitalistas, mas foi incapaz de desenvolver e disseminar [grifo nosso] (sobretudo, disseminar) bases tecnológicas para alavancar novos ciclos de crescimento da sua economia (FERNANDES, 2017a, p. 178).

Nos anos em que o fordismo era o paradigma mais avançado no ocidente, o sistema soviético foi capaz de crescer economicamente mais do que os países capitalistas. Segrillo (1999) defende que, justamente por serem extremamente parecidos, o sistema

soviético, junto de uma economia baseada num crescimento extensivo, obteve melhores resultados do que o ocidente. Quando a competição com a parte mais avançada do ocidente passou a ser contra um sistema flexível de produção, o modelo soviético, adicionado o esgotamento dos fatores extensivos de produção e a dificuldade de se adaptar a um desenvolvimento extensivo, foram as grandes causas que levaram a uma contração da economia soviética, identificada a partir dos anos 60:

A defasagem tecnológica com o Ocidente foi se tornando cada vez maior, chegando a um ponto crítico em meados dos anos 70 e se tornando um fosso catastrófico na década de 80. Enquanto o Ocidente avançado já enveredara pelos caminhos da RCT (Revolução Científico-Técnica), a União Soviética tinha imensas dificuldades de iniciar uma via de desenvolvimento intensivo, se apegando ainda a métodos largamente extensivos (SEGRILLO, 1999, p. 16).

Na entrada dos anos 1980, a necessidade de se alterar o sistema de produção soviético eram mais que evidentes; a perestroika começou a agir em cima deste problema identificado na economia soviética, agravada pela Terceira Revolução Industrial que alterou profundamente os sistemas de produção. No período pós-segunda guerra, o Japão não possuía um mercado comprador suficientemente grande capaz de dar conta de uma produção em larga escala, surgiu assim a necessidade de flexibilizar a produção, alterando o sistema, criando uma economia de variedade capaz de produzir modelos diferentes.

Conclusão

Para Segrillo (1999), a *perestroika* apareceu como uma tentativa de *flexibilizar* o sistema soviético, buscando reacelerar o desenvolvimento econômico que vinha numa espiral de queda. A *perestroika* era “apenas” mais uma das tentativas da URSS de flexibilizar o seu sistema de produção. As reformas de Khrushchev, implantadas na segunda metade da década de 50 (que criaram os conselhos econômicos regionais), buscavam descentralizar a maioria das funções de operação, como também de planejamento, transformando a economia numa produção com bases regionais, em vez de ministeriais. Já as reformas de Kosygin, iniciadas na segunda metade da década de 60, reavaliaram as ações da reforma anterior, extinguindo os conselhos regionais, e

recentralizando a administração da economia novamente em bases ministeriais.

Sobre as reformas, podemos afirmar que enquanto presa ao sistema fordista de produção e incapaz de se adaptar ao moderno e flexível modelo toyotista, a União Soviética estava fadada a manter o seu crescimento econômico através de bases extensivas, aumentando a produção bruta e não a produtividade, marca do crescimento intensivo. O problema:

é que, enquanto o crescimento intensivo pode se dar indefinidamente, o extensivo tem a tendência a esgotar-se com o tempo. Isso ocorre, pois: 1) o tamanho do território está dado, 2) a extração de recursos naturais, como minérios e combustíveis fósseis, torna-se cada vez mais difícil conforme aumenta o volume da quantidade extraída e 3) a taxa de crescimento populacional impõe um limite ao crescimento do número de trabalhadores empregados. No caso específico da URSS, os dados [...] indicam que esse processo de esgotamento começa a desenrolar-se a partir da década de 1970 (ALMEIDA JÚNIOR, A. C., 2019, p. 9).

Assim, podemos concluir que a situação em que a União Soviética se encontrava no início dos anos 80, pedia mudanças capazes de reformar o sistema e a produção como um todo. Vê-se que o tema da reforma era presente dentro da URSS, tendo o país socialista enfrentado diversas reformas em períodos anteriores a *perestroika*, com o objetivo principal de implementar uma maior flexibilização dentro do seu modelo e sistema de produção:

[...] a partir dos anos 60, as relações de produção rígidas, verticais, hierárquicas do modelo soviético começaram a entrar em choque progressivamente cada vez maior com o desenvolvimento das forças produtivas. A *perestroika* (com sua ênfase em descentralização e “intensificação” da economia) foi uma tentativa de resolver este conflito (SEGRILLO, 1999, p. 86).

O sistema soviético, marcado por ser fechado e autoritário, funcionou bem na medida em que os parâmetros ocidentais eram alcançáveis. Mas a sua rigidez o impediu de se alterar, sendo um empecilho na tentativa soviética de fazer a passagem de um crescimento econômico extensivo para um crescimento intensivo, aumentando assim a produtividade da produção. Assim, o sistema soviético não podia reinventar-se por si só,

o resultado foi o aumento nas discussões sobre a necessidade ou não de uma reconstrução.

Muitas discussões foram e ainda podem ser levantadas a respeito dos resultados da perestroika. Essa discussão será tratada com mais detalhe e atenção futuramente. O que fica aqui deste trabalho é que, a perestroika foi no final das contas a tentativa de realizar uma “transformação global do sistema, como o resultado da conscientização do esgotamento do modelo de organização social vigente até meados dos anos 80” (POMERANZ, 1996, p. 37). Esgotamento este que se manifestou não só na relativa queda dos índices econômicos ou no atraso tecnológico, mas também na “degradação das relações sociais”.

Fontes:

As fontes utilizadas podem ser encontradas no Google acadêmico ou por meio de sites que vendem livros, como Amazon, Estante Virtual etc. Todas as referências usadas estão disponíveis na internet.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA JÚNIOR, A. C. Os Fatores Determinantes da Desaceleração Econômica da União Soviética. REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, v. 54, p. 183-215, 2019.

FERNANDES, Luis. A Revolução Bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2017a.

_____. A TEIA DE TÂNATO: DA INDUSTRIALIZAÇÃO ACELERADA À ENCRUZILHADA DA INOVAÇÃO NO SOCIALISMO SOVIÉTICO. In: BERTOLINO, Osvaldo; MONTEIRO, Adalberto (org.). 100 anos da Revolução Russa: Legados e Lições. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017b. p. 289-352.

GORENDER, Jacob. O fim da URSS: origens e fracasso da perestroika. 2. Ed. São Paulo: Atual, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

RICHTA, Radovan. Economia Socialista e Revolução Tecnológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1972.

SEGRILLO, Ângelo. Reconstruindo a “Reconstrução”: uma análise das principais causas da Perestroika soviética. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, p. 203. 1999.

POMERANZ, Lenina. Do Socialismo Soviético ao Capitalismo Russo: A transformação sistêmica da Rússia. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018.

_____. Acabou a "perestróika"? Revista USP, São Paulo, v. 10, p. 57-64, ago. 1991.

_____. Transformações sistêmicas e privatização na Rússia. 1996. Tese (Livre Docência em Teoria econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

Passividade, Omissão ou Inércia? O Golpe de 1964 e o Supremo Tribunal Federal

Adovaldo Dias de Medeiros Filho
Graduando em História pela Universidade de Brasília
Email: adovaldofilho@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo estabelecer alguns parâmetros históricos para a discussão sobre o papel do Poder Judiciário, especialmente do seu órgão de cúpula, em momento imediatamente posterior à deflagração do golpe de 1964, de modo a demonstrar os mais diversos motivos para uma postura de passividade, inércia e omissão por parte da Corte. Em análise documental, de produção bibliográfica sobre o tema e das memórias dos próprios Ministros da época, é possível observar, os elementos acima citados. Ressalte-se, por oportuno, que a referida postura foi justificada por aspectos pessoais ou até mesmo legais e constitucionais, o que levou à inexistência de maiores questionamentos jurídicos dos atos que deram sustentação ao golpe liderado por Castello Branco e que ensejaram na impossibilidade de declaração de inconstitucionalidade de tais normas.

Palavras-chave: Ditadura. Omissão. Golpe de 1964. Supremo Tribunal Federal.

Introdução

O presente artigo tem por objeto traçar uma pequena e incipiente discussão acerca das ações do Poder Judiciário quando do momento de deflagração do Golpe de 1964, que apeou da chefia do Poder Executivo o então Presidente João Goulart, eleito no pleito anterior, e que já havia sofrido para tomar posse de seu cargo.

Fundamental destacar que o Poder Judiciário, a despeito de agir por provocação, não pode ser alijado do contexto da época, sobretudo pela ação, ou inação, de seus membros diante da marcha inconstitucional que o país vivenciada. Nesse sentido, é preciso avaliar se o Supremo Tribunal, como órgão máximo do Poder Judiciário, foi passivo, omissivo ou inerte, sob o aspecto histórico propriamente dito ou sob a vertente histórico-jurídica, a partir de sua atuação em casos importantes para o dito “poder revolucionário”.

Tais premissas nos auxiliarão a fazer as reflexões necessárias sobre a

postura daquele momento, especialmente dos Ministros da Suprema Corte, logo após o dia 31 de março de 1964.

Passividade ou Omissão? O “dia” depois do golpe para os Ministros do Supremo Tribunal Federal

A postura dos Ministros da Suprema Corte brasileira, após a deflagração do golpe de 1964, foi e ainda é objeto de diversas pesquisas na academia brasileira. Alguns autores, como Mateus Gamba Torres, apontam, de forma inequívoca, para sua passividade no momento da tomada de poder, conforme se verifica no excerto a seguir:

“Todos os Ministros silenciaram sobre o golpe, todos se reuniram com Castelo Branco, sem questionamentos ao golpe, aceitando a quebra da Constituição e como medo de serem cassados.”
(TORRES, 2016, p. 62)

A sua conclusão tem por referências discursos do então Presidente do Supremo Tribunal Federal à época do Golpe, Ministro Ribeiro da Costa, e também do Ministro Evandro Lins e Silva, que foi cassado quando da edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, em momento posterior à análise empreendida no presente artigo.

A conclusão apresentada por Torres nos parece absolutamente correta. Não obstante, compreender que, de fato, os integrantes da Corte foram absolutamente passivos, alguns aspectos precisam ser considerados de modo a reforçar e corroborar com a conclusão apontada acima.

Em um primeiro momento, é preciso destacar fato extremamente relevante, que se refere à postura do Ministro Ribeiro da Costa, que aderiu, incontestemente, ao movimento tido por revolucionário, e que dizia ser um movimento necessário para a manutenção da democracia.¹ Sua postura, por óbvio, emprestou alguma legitimidade ao golpe, já que esteve na cerimônia de posse do Presidente Ranieri Mazzilli, sem ao menos consultar os demais Ministros, como explica Felipe Recondo:

“Ribeiro da Costa não negava sua simpatia pela intervenção dos

¹ Torres explica, com base na obra de Emília Viotti da Costa, que Ribeiro da Costa, em discurso de saudação a Castelo Branco, por ocasião de visita do então Presidente da República ao Supremo Tribunal Federal, argumentava no sentido de que a sobrevivência da democracia em momento de crise permitiria o sacrifício transitório de princípios e garantias constitucionais. (TORRES, 2016, p. 59)

militares. Ao contrário, franqueou publicamente seu apoio e, naquele exato momento, estava ali para emprestar a força do seu cargo à consumação institucional do Golpe de 1964.” (RECONDO, 2018, p. 25)

Contudo, os demais Ministros não se manifestaram sobre o golpe, nem a favor, nem contra. Torres explica que, ao menos para parte dos Ministros, havia um receio de cassação por parte de alguns integrantes do Tribunal, uma vez que foram nomeados por Presidentes das Repúblicas que obviamente eram alvos do regime instalado. (TORRES, 2016, p. 61) Outros, afirmavam ser preciso aguardar até onde o tal “movimento” iria chegar.

De forma bastante diversa do que há atualmente, em que os Ministros – alguns deles, é bem verdade, não se furtam em se manifestar sobre diversos temas, inclusive sobre aqueles que estão sob a análise da Corte, não são muitos os registros de manifestações dos Ministros da época sobre o golpe.

Dos poucos que se conhece, um deles é extremamente importante. O Ministro Evandro Lins e Silva, que fora nomeado pelo Presidente João Goulart, explica, em algumas passagens do livro *o Salão dos Passos Perdidos*, as razões pelas quais havia uma inação dos Ministros quanto ao golpe, sobretudo quanto ao fato de que era preciso verificar quais seriam as consequências institucionais:

“Caiu um governo, desabou um governo, foi deposto um governo. Era preciso ver as conseqüências daquilo, até que se reinstitucionalizasse o país, e o Supremo ficou naquela expectativa, com seus juízes vitalícios, inamovíveis, aguardando. Então, veio o Ato Institucional, que era para ser o único mas foi o primeiro, mantendo a Constituição e estabelecendo certas regras de prosseguimento do funcionamento do poder.” (LINS E SILVA, 1997, p. 377)

Em outra passagem, o Ministro Evandro Lins e Silva menciona algo que ajuda na reflexão proposta neste artigo e que se amolda à perspectiva jurídico-histórica, e que se faz necessário pontuar. Ele recorda que os Ministros falam nos autos do processo e, portanto, para que pudessem externar as suas posições, era preciso que fossem provocados para tanto, o que, quanto às normas fundamentais que deram sustentação ao golpe, não ocorreu.

Veja-se, nesse particular, o que disse Lins e Silva acerca do

comportamento de seus colegas à época do Golpe:

“Em geral, os Ministros do Supremo vivem um pouco numa torre de marfim. É claro que pode haver uma conversa, um comentário, mas não pronunciamentos. Os Ministros se pronunciam nos seus votos, publicamente.” (LINS E SILVA, 1997, p. 377)

Recondo explica que, anos mais tarde (após o golpe), o Ministro Hermes Lima afirmara que o STF não praticava o antigoverno. Suas decisões (do Tribunal) faziam parte da missão estatal de preservar a cidadania, as liberdades e a estrutura jurídica do país. (RECONDO, 2018, p. 31)

Para além desses aspectos, observa-se que a ausência de manifestações explícitas dos Ministros em oposição ao golpe e ao governo recém-empossado, reforça o aspecto já mencionado, qual seja, de eventual passividade da Corte acerca dos movimentos externos.

Assim, tanto Recondo quanto Torres confirmam a passividade dos Ministros sobre o golpe, especialmente daqueles nomeados por João Goulart (Evandro Lins e Silva, já citado, e Hermes Lima), que fora deposto naquele momento. Na mesma direção, Torres cita obra de Flávio Tavares, que também reforça a inexistência de qualquer crítica ao golpe. Ele explica que, a manutenção do colegiado do STF, após o golpe, provavelmente decorreria do apoio explícito do Ministro Ribeiro da Costa, consoante já demonstrado, e da ausência das críticas ao golpe em si. (TORRES, 2021, p. 30)

A despeito da ausência de manifestações em contrário, o Supremo Tribunal não foi apartado do debate político e, portanto, não afastou dele qualquer conflito com o Poder Executivo, sobretudo em razão de decisões proferidas em casos rumorosos, como os dos Governadores Mauro Borges, de Goiás, e Miguel Arraes, de Pernambuco. Isso é um segundo aspecto a ser analisado neste artigo, especialmente quanto à provocação da Corte para tratar do golpe, de forma institucional e processual.

O certo é que, mesmo que tais conflitos tenham ensejado a edição dos Atos Institucionais n.º 2 e 5, com efeitos mais diretos em relação ao Poder Judiciário, ainda assim a Corte não se debruçou de forma refratária sobre o golpe, seja pela espera mencionada pelo Ministro Lins e Silva, seja pela forma como a Constituição de 1967 foi escrita e, por fim, pela própria organização da estrutura administrativa estatal da época.

Inércia e Omissão: O Tribunal fora efetivamente provocado a debater atos e normas que deram sustentação ao Golpe?

A resposta à pergunta formulada acima também nos ajuda a explicar a passividade dos Ministros da época, à exceção do explícito apoio inicial do Presidente Ribeiro da Costa. Consoante já explicado por Lins e Silva, os antigos Ministros prezavam por explicitar suas razões e motivações em seus votos, decorrendo da necessária provocação para a atuação do Poder Judiciário, porquanto não podem agir de ofício.

Tal assertiva ajuda a reforçar a ideia do Ministro Evandro Lins e Silva, que indica que os ministros da Corte vivem como se estivessem em uma torre de marfim, modo a confirmar, inclusive simbolicamente, que o Judiciário só age por provocação². E assim o é até os dias atuais, conforme os princípios basilares constantes na Constituição de 1988.

Note-se, contudo, que a inércia do Poder Judiciário, ao não se manifestar diretamente sobre o golpe, sobretudo para esperar até onde iria chegar o dito poder revolucionário, não impediu que o Poder Executivo interpretasse que decisões proferidas pelo Supremo fossem contrárias aos seus interesses, de modo a gerar conflitos.

O Ato Institucional n.º 1, já mencionado, tido por alguns como norma constitucional transitória, manteve, na íntegra, a hígidez da Constituição de 1946, ressalvadas as normas contidas no próprio Ato, o que, obviamente, trazia um potencial conflito intrínseco à aplicação dos preceitos constitucionais aos casos concretos.

Com efeito, a Constituição de 1946 tinha aspectos avançados quanto a direitos e garantias fundamentais. Recorde-se que ela advém de um contexto posterior ao Estado Novo e, portanto, inaugura ordem constitucional. E isso ensejou em alguns conflitos com o STF.

Recondo bem demonstra a situação excepcional vivenciada à época, ao mencionar as palavras do Ministro Oswaldo Trigueiro, que tomou posse na Corte em 1965, tendo antes ocupado o cargo de Procurador-Geral da República:

“(...) Oswaldo Trigueiro reconheceu que o governo Castelo Branco era peculiar ao tentar conciliar o processo revolucionário com a manutenção do Congresso, com a ampla liberdade de imprensa e a plena vigência do habeas corpus. (...) Os conflitos entre o governo e o Supremo foram gerados, na essência, por essa separação a que Trigueiro faz referência. A chamada legalidade

² O princípio da inércia se revela na proibição de que o Poder Judiciário inicie, por impulso próprio, uma demanda judicial, ou seja, jamais prestará a tutela estatal sem que alguém o requeira. Ver, nesse sentido, o artigo 2º do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015), disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13105.htm. Acesso em 17.07.2023, às 14h13.

revolucionária não se confundia com o estado de direito. O Supremo julgava seus processos tendo como premissas as leis e o direito vigentes. Os militares não haviam reformado o arcabouço legal que lhes permitisse atingir seus objetivos. Assim, o Supremo julgava de uma forma e o Executivo pensava de outra.”(RECONDO, 2018, p. 31)

Torres também recorda, mais uma vez, o Ministro Evandro Lins e Silva, que atribui tais conflitos ao cumprimento da Constituição de 1946:

“Nós nunca decidimos um processo contra a Revolução em si, contra o movimento militar, nós decidíamos segundo a Constituição: ninguém podia ficar preso além do prazo legal, ser perseguido politicamente se não havia cometido crime. O Supremo cumpriu rigorosamente a Constituição da República.” (LINS E SILVA, 1997, p. 386).

Essas rugas, por certo, fomentaram a edição do Ato Institucional nº 2. Antes mesmo de ser editado, mas já se antevendo à ideia de ampliação da Corte, até em razão de propostas encaminhadas para o Congresso Nacional naquele momento, para o Regime Militar poder nomear mais cinco ministros, uma vez que a composição era toda indicação de presidentes anteriores, alguns Magistrados se manifestaram de forma contrária. Destaque para o Ministro Victor Nunes Leal que, em estudo publicado em setembro de 1965, opinou de forma contrária à ampliação do Tribunal:

“O Supremo discordava da proposta e a criticou publicamente. O Ministro Victor Nunes Leal, em estudo publicado em setembro de 1965, argumentava a inconveniência do aumento do número de juízes do Supremo Tribunal em razão da natureza de suas funções, isto é, no pressuposto do seu funcionamento em reuniões plenárias. Lembrava que a criação de uma turma de julgamentos – que se somaria às duas já existentes – como defendia o governo, não resolveria o acúmulo de processos do Tribunal Pleno. (...) Nesse estudo, recordando exemplos da Suprema Corte americana, Nunes Leal antecipou que o governo poderia se frustrar se a ideia por trás da ampliação do número de ministros fosse virar a jurisprudência do tribunal em temas

sensíveis para os militares. ‘Raro é o governante que não se decepcionou, ao escolher pessoas respeitáveis e honradas, com a expectativa de serem seus porta-vozes no Tribunal.’ (RECONDO, 2018, p. 101)

Nem mesmo o Presidente Ribeiro da Costa apoiava a medida de aumentar o número de Ministros da Corte. Chamou-a de inconveniente e inútil. Para ele, seria uma iniciativa de dois poderes, em conluio, para empacotar o outro Poder.

Recondo explica que as declarações do Ministro Ribeiro da Costa não foram bem recebidas pelo Executivo, tendo sido repudiadas por oficiais de alta patente. Assim, o que era proposta legislativa virou Ato Institucional, publicado em outubro de 1965. (RECONDO, 2018, p. 113). Além disso, conforme nos leciona Castanheira (CASTANHEIRA, 2023, p. 412), a manifestação do Presidente Ribeiro da Costa teve enorme repercussão na mídia, entre os militares e no meio político. No entanto

“em contrapartida, o jornal O Globo defendeu a necessidade de mudança. Em editorial, o jornal se posicionou no sentido de que se o Congresso negasse colaboração ao Presidente, estaria descumprindo as obrigações contraídas com o ‘Movimento Revolucionário’, o qual deveria ser uno, devendo os três poderes marcharem juntos, no que for essencial à revolução.”

Contudo, esse conluio entre poderes sequer foi necessário. Como mais uma ação de continuidade do tal poder revolucionário, o AI – 2 foi editado e cinco novos ministros foram empossados: Aliomar Baleeiro, Prado Kelly, Adalício Nogueira, Oswaldo Trigueiro e Carlos Medeiros.

E como isso se relaciona com a passividade destacada no primeiro tópico desse artigo? Ora, é preciso saber se os atos institucionais, tidos como derivados do poder revolucionário, seriam apreciados ou não pela mesma Corte que teve a sua composição aumentada por este ato e que manteve o sistema constitucional de 1946.

Para analisar tal fato, é preciso trazer dois aspectos à baila. O primeiro deles é que o Ato Institucional n.º 2 inseriu no sistema normativo brasileiro a possibilidade de apresentação de emenda constitucional pelo Presidente da República³,

³ Art. 2º - A Constituição poderá ser emendada por iniciativa:

I - dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II - do Presidente da República;

III - das Assembleias Legislativas dos Estados.

§ 1º - Considerar-se-á proposta a emenda se for apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos

inclusive com a redução do quórum anterior para a aprovação das emendas.

E o segundo aspecto, decorre da própria edição do AI-2, uma vez que, no exercício do Poder reformador, o Presidente Castello Branco encaminhou ao Poder Legislativo projeto de emenda à constituição que resultou na promulgação da Emenda n.º 16, de 26 de novembro de 1965.

A referida emenda concedeu poderes ao Supremo Tribunal Federal para apreciar a representação contra inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa, federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador-Geral da República, que, à época, também tinha as atribuições de Advogado-Geral da União e, portanto, era indicação direta do Presidente da República.

Dessa forma, é praticamente impensável se pensar que ação dessa natureza, considerando o único ator legitimado para tanto, seria contrária ao regime instalado no país, o que dificultava, ainda mais, qualquer manifestação da Corte contrariando o golpe.

No entanto, as modificações não param por aí. Em 1967, o Congresso Nacional promulga novo texto constitucional, que trouxe em seu bojo o artigo 173, que validou os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964. Eis o seu teor:

Art. 173 - Ficam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como:

I - pelo Governo federal, com base nos Atos Institucionais nº 1, de 9 de abril de 1964; nº 2, de 27 de outubro de 1965; nº 3, de 5 de fevereiro de 1966; e nº 4, de 6 de dezembro de 1966, e nos Atos Complementares dos mesmos Atos Institucionais;

II - as resoluções das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores que hajam cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos e Vereadores, fundados nos referidos Atos institucionais;

membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, por mensagem do Presidente da República, ou por mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

§ 2º - Dar-se-á por aceita a emenda aprovada em dois turnos na mesma sessão legislativa, por maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 3º - Aprovada numa, a emenda será logo enviada à outra Câmara, para sua deliberação.

Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em 20.9.2023, às 9h55.

III - os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares referidos no item I;

IV - as correções que, até 27 de outubro de 1965, hajam incidido, em decorrência da desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, sobre vencimentos, ajuda de custo e subsídios de componentes de qualquer dos Poderes da República.

O texto constitucional nos parece muito claro. O que se valida são os atos praticados com base nos Atos Institucionais e não estes últimos. E aqui temos dois problemas. Um deles é a impossibilidade de declaração de inconstitucionalidade de normas emanadas pelo poder constituinte originário. Assim, o artigo 173 da Constituição de 1967 não seria passível de controle.

O segundo problema que acaba por responder à questão proposta nesse tópico é que o STF decidiu, no caso em que se julgava qual o foro competente para julgar o ex-Presidente João Goulart, que o Ato Institucional n.º 2 era norma de natureza constitucional e, portanto, não se poderia cogitar a sua inconstitucionalidade em face da nova Constituição, a despeito do entendimento de 7 (sete) ministros em sentido contrário, entre eles Victor Nunes Leal, que assim se posicionou no bojo do julgamento do Inquérito Policial n.º 2:

“Os atos institucionais são considerados de categoria constitucional no período de sua plena vigência. Aqui se discute se tais normas sobrevivem na vigência de nova Constituição; e também, no caso de sobreviverem, em que categoria deverão ser situadas. Parece-me incontestável que elas não podem sobreviver como normas constitucionais, como sustentei no caso das Docas da Bahia, onde salientei a impossibilidade de coexistirem dois sistemas constitucionais colidentes. Portanto, Sr. Presidente, a sobreviverem essas normas pretéritas, constantes dos Atos Institucionais, terão elas de ficar situadas em categoria inferior à da Constituição. Já não teremos normas da mesma hierarquia, que era o pressuposto do meu voto.” (ALMEIDA, 2006, p. 185/186)

O Ministro Evandro Lins e Silva também se manifestou de forma contrária. Prevaleceu, no entanto, a tese que definiu que os Atos Institucionais teriam estatura constitucional. A esse respeito:

“O mais interessante nesse julgamento é o entendimento da Corte agasalhando a tese de que os atos institucionais estavam no mesmo plano hierárquico das normas constitucionais. Desse julgamento se extrai que a maioria da Corte admitia a juridicidade dos atos institucionais, aceitando-os com a mesma (ou superior) força normativa das normas constitucionais.” (ALVES JÚNIOR, 2009, p. 121)

Tal decisão nos permite afirmar, sem quaisquer embaraços, que os atos institucionais foram recepcionados no mesmo plano hierárquico das normas constitucionais originárias, não se admitindo, pois, qualquer declaração de inconstitucionalidade ante a histórica jurisprudência da Corte.

Assim, é possível afirmar que, mesmo após alguns conflitos em razão da aplicação da ordem constitucional vigente, que o STF teve a oportunidade de se manifestar sobre os Atos Institucionais. E ao assim fazer optou por lhe dar característica de norma constitucional, reforçando-se, portanto, a sua validade, reforçando, por tanto, o sistema instituído pelo dito Poder Revolucionário.

Conclusão

O que se pode extrair do presente artigo é que a passividade assumida pelos Ministros do STF, sobretudo por aqueles nomeados por Presidentes que seriam alvo dos militares, deriva de aspectos pessoais (receio de cassação) e outros institucionais (rearranjos dos Poderes diante do Golpe e dos atos praticados pela Junta governativa). Torres, Recondo e os excertos das declarações do próprio Ministro Evandro Lins e Silva confirmam essa tese.

Para fins de justificativa, é possível afirmar que a inércia, enquanto característica do Poder Judiciário, seria um de seus fundamentos principais, haja vista que o Tribunal não poderia, de ofício, dizer se o golpe tinha lastro constitucional ou não.

Contudo, quando chamado a dizer sobre a constitucionalidade dos atos institucionais, inclusive daquele que ampliou a sua composição e, ao mesmo tempo, restringiu garantias fundamentais e direitos políticos, o STF decidiu serem normas constitucionais típicas, semelhantes ao poder constituinte originário, razão pela qual não se poderia declarar a sua invalidade diante da nova Constituição de 1967.

Não se pode desconsiderar que, na balança dos poderes à época, que o Poder Judiciário não tinha a relevância que hoje tem. A Constituição de 1988 tem forte

influência nisso. No entanto, é certo que a tese adotada pela maioria da Corte no julgamento do ex-presidente João Goulart não somente confirma a tese, mas reforça a manifestação do Ministro José Carlos Moreira Alves que, anos depois, assim disse:

“O Supremo disse que os atos institucionais estavam fora da análise da Constituição. Não se tinha o que discutir. Poder-se-ia, quando muito, ter opiniões. Não adiantava discutir.”(RECONDO, 2018, p.124)

Quanto a esse tema, parece-nos que o STF ainda mantém certa passividade quanto à lesividade do golpe para a sociedade brasileira, tanto o é que declarou a constitucionalidade da Lei de Anistia, Lei Federal nº 6.683/79. Mas isso nos exorta a fazer outras reflexões.

Fontes:

BRASIL. Ato Institucional nº 1. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em 17.07.2023.

_____. Ato Institucional nº 2. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em 17.07.2023.

_____. Constituição Federal de 1946. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 17.07.2023.

_____. Constituição Federal de 1967. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 17.07.2023.

_____. Código de Processo Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 17.07.2023.

Referências

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de. **Memória Jurisprudencial: Ministro Victor Nunes** – Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2006. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoInstitucionalMemoriaJurisprud/anexo/VictorNunes.pdf>.

ALVES JÚNIOR, Luis Carlos Martins. **Memória Jurisprudencial: Ministro Evandro Lins** – Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2009. Disponível em http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoInstitucionalMemoriaJurisprud/anexo/Evandro_Lins.pdf.

CASTANHEIRA, Cristina Reis Kokkinos. **O Supremo Tribunal Federal e a representação de inconstitucionalidade no regime militar**. In: **História Constitucional Brasileira: da primeira república à constituição de 1988**.

Coordenadores Cristiano Paixão, Cláudia Paica Carvalho. São Paulo: Almedina, 2023. p. 407-429.

LINS E SILVA, Evandro. **O Salão dos passos perdidos**: depoimento ao CPDOC / [Entrevistas e notas: Marly Silva da Motta, Verena Alberti; Edição de texto Dora Rocha]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

RECONDO, FELIPE. **Tanques e Togas. O STF e a Ditadura Militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Coleção Arquivos da Repressão no Brasil.

TORRES, Mateus Gamba. **O discurso do Supremo Tribunal Federal na Ditadura Militar**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

_____. **O Golpe, o Ato, os Juristas e o STF. Uma História da Recepção da Ditadura no Campo Jurídico**. In: Revista Direitos Humanos e Democracia. Ano 4 • n. 7 • jan./jun. • 2016, Pág. 62. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/5514>.

EXTREMA DIREITA: COMPREENSÃO DO BOLSONARISMO E SEUS ELEMENTOS IDEOLÓGICOS

Audi Roberto Rodrigues

Graduando em História pela universidade estadual da Paraíba. Pesquisador do Núcleo de História e Linguagem Contemporânea. Email: audi.rodrigues@aluno.uepb.edu.br.

Daniel Rodrigues dos Santos

Graduando em História pela universidade estadual da Paraíba. Pesquisador do Núcleo de História e Linguagem Contemporânea. E-mail: Daniel.rodrigues.santos@aluno.uepb.edu.br.

RESUMO

O presente artigo visa problematizar e abordar a questão da ascensão do Bolsonarismo no Brasil, bem como o crescimento da extrema-direita mundial que chegou no país com força na última década. A problematização segue este rol: como é possível compreender tanta identificação e adesão ao movimento pela enorme maioria da população brasileira? Num primeiro momento propomos discutir o fenômeno analisando elementos que fizeram parte da historicidade do país. Portanto, almejamos retratar como se constituiu o núcleo do movimento, a partir de acordos, explicitando seus principais segmentos, essenciais para a alienação e acentuação do reacionarismo, autoritarismo e do ultraconservadorismo no seio da população brasileira. Ao mesmo tempo que líderes extremistas, sobretudo, o ex-presidente Jair Bolsonaro, se aproveitam de falsos ideais; valores conservadores; discursos contendo teor religioso, nacionalista, anticomunista, anticorrupção e antipetista, sendo fundamentalmente utilizados estrategicamente para conquistar apoiadores.

Palavras-Chave: Bolsonarismo, Extrema-direita, Autoritarismo

INTRODUÇÃO

O objetivo principal do artigo é pontuar as características do Bolsonarismo, termo aqui, entendido enquanto um movimento de extrema-direita, fruto das contradições e

complexidade brasileira. Percebido, também, como heterogêneo, ao possuir apoiadores de diferentes setores da população e com uma profunda capacidade de mobilização que o torna bastante organizado e influente em nosso contexto atual. Isto é, enunciar o Bolsonarismo em suas particularidades e formas facetadas de seus discursos ideológicos e práticas políticas, que nutrem um sentimento de ódio, intolerância e ressentimento em seu militante mais radical, profundamente antidemocrático e contrário a qualquer mudança social. Portanto, este trabalho se fez da historiografia e da vasta literatura que existe sobre as raízes autoritárias nacionais, no objetivo de oferecer um aparato bibliográfico para as discussões que serão levantadas ao decorrer do texto.

No primeiro momento, nos concentraremos em pontuar a ascensão da face da extrema-direita, com ênfase no processo histórico a qual ela pertence e os principais motivadores de sua escalada para dentro do debate nacional. Posteriormente, definiremos o que seria o próprio “Bolsonarismo”, seus elementos e pautas, problematizando o termo e trazendo características que, seguramente estão intrínsecas no movimento, enquanto político, ideológico e discursivo, ligado à uma grande parcela da nossa sociedade que se sente representada pelo extremismo reacionário. Ademais, discursos com teor religioso, nacionalista, anticomunista, antipetista e fortemente militarizados serão trazidos para a compreensão dos conjuntos de elementos que denominamos: Bolsonarismo.

Vale ressaltar que, práticas e discursos autoritários não são novos no Brasil, mas que, em determinados períodos da nossa história, principalmente em graves crises econômicas e de representatividade, tais movimentos se aproveitam do caos econômico e social para aumentarem sua zona de influência e, paulatinamente, implementarem seus respectivos programas. No contexto analisado nesta pesquisa, as estratégias utilizadas pelo movimento como a proliferação de notícias falsas e ressentimento entre as pessoas foram eficazes, tendo em vista o sucesso eleitoral no pleito presidencial de 2018. Em suma, visaremos elencar o maior número de características ligadas a esse extremismo de direita, a fim de trazer suas raízes históricas e a gama de alianças feitas pelo movimento, para que conseguisse, de maneira efetiva, tomar o poder, legitimar seus discursos esdrúxulos e se constituir como alternativa política viável para uma grande parcela da nossa sociedade.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO BOLSONARISMO

A priori, torna-se necessário mencionar e dar ênfase a uma certa historicidade do fenômeno bolsonarista, afirmando que, movimentos de extrema-direita não são novidade no Brasil. Existiram diversos casos que poderíamos classificar como sendo

desse segmento reacionário, como, por exemplo, o maior deles: a Ação Integralista Brasileira (AIB), entre os anos 1932 e 1937. Liderada por Plínio Salgado⁴, o grupo possuía como bandeira política elementos que se relacionavam profundamente com o fascismo italiano dos anos 1930. No integralismo, a figura do líder, da militarização do estado e em certa medida, o autoritarismo, eram excessivamente disseminados pelos membros e apoiadores. É de grande valor mencionar a AIB pelo fato de que, a partir dela, podemos perceber como programas políticos autoritários, que fizeram parte da nossa história política, e seus princípios, infelizmente, seguem presentes na nossa realidade. Evidentemente, que essa “nova extrema-direita” não é necessariamente a mesma do movimento dos anos 30, mas possui em seus elementos históricos e, principalmente, discursivos certas continuidades ideológicas. Assim, pode-se afirmar que:

Na análise de Camila Rocha (2018), a nova direita é um fenômeno amplo e complexo, com origens que não são necessariamente imediatas. O processo de formação da nova direita brasileira envolve desde questões relativas à oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) até a contrariedade diante de determinadas agendas políticas, como a legalização do aborto, ou questões de costumes. (ROCHA; ODILON, 2018. p.122).

Em resumo, consideramos o Bolsonarismo como um movimento heterogêneo, plural e com elementos que, em certa medida, buscam afirmação e legitimação no passado anteriormente citado — integralismo é um exemplo claro dessa legitimação. O lema fascista, um dos preceitos utilizados pelos integralistas, “Deus, pátria e família”, foi bastante difundido pelos apoiadores do Ex-presidente, Bolsonaro. São em circunstâncias como essas que tais fenômenos possuem certa similaridade, sendo importante mencioná-las.

Diante disso, o professor Neto (2022), em entrevista ao canal “Brasil de fato⁵”, nos ajuda a compreender essa similaridade, ao dizer que: “parece interessante pontuar que uma cultura política autoritária ou efetivamente fascista, fazem parte do caldo

⁴ Foi um escritor, poeta, jornalista e historiador que fundou a ação integralista nos anos 1930 no Brasil, fortemente influenciado pelo fascismo italiano e seus princípios ideológicos. Morreu em 1975.

⁵ Entrevista concedida logo após as eleições presidenciais de 2022. Em clima de polarização e radicalização, o título da entrevista foi: “Rumos da extrema-direita após a derrota de Bolsonaro e está disponível no YouTube.

político brasileiro, temas como: teoria da conspiração, enxergar política como arena de batalha, o uso do anticomunismo, como elemento de mobilização, são elementos que em certa medida, sempre estiveram presentes na história brasileira.”

Portanto, é possível observar que todas essas características se interligam de maneira muito específica com o Bolsonarismo e com tudo que ele representa. Dessa maneira, torna-se indispensável o enfoque a alguns elementos centrais do ponto de vista ideológico e de mobilização do movimento, como, por exemplo, a Guarda contra o perigo vermelho, ou seja, a guarda contra o Comunismo — como afirma o historiador Motta, na titulação de sua obra: “Em Guarda contra o Perigo Vermelho - O Anticomunismo no Brasil (1917-1966)”. O medo aos vermelhos seja talvez o elemento de mobilização com maior adesão dos apoiadores.

Nesse sentido, em entrevista (2023) concedida ao Historiador Marco Antônio Villa ⁶em seu canal do YouTube, Fernando Gabeira acredita que bastante utilizado é o medo do comunismo, ou seja, os fantasmas da guerra fria se fazem presentes em uma escala muito grande no bolsonarismo. A eficácia de tal representação totalmente distorcida da ideologia de Marx, que demoniza tudo que se refere meramente à justiça social ou algo do gênero, pode ser considerado um dos pontos de maior sucesso do movimento bolsonarista em angariar militantes e apoiadores. Temas esses que serão retomados posteriormente.

Vale destacar outro movimento bastante influente da extrema-direita, materializado no Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) entre os anos 1989 e 2006. Fundado e idealizado pelo médico conservador, Enéas Carneiro, o partido foi por um bom tempo a grande representação da extrema-direita no cenário político nacional. Em seus escritos, Lopes (2016) indaga que:

Nascido em 1938, Enéas foi militar do Exército. Formou-se em Matemática, Física e Medicina, especializando-se em cardiologia, sendo autoridade nacional na área. O médico resolveu fundar o PRONA depois que sua ex-mulher, cansada de suas reclamações a respeito da situação política do país, sugeriu que ele fundasse um partido e se candidatasse a presidente. ¹ Enéas recolheu assinaturas de 112 alunos, ex-alunos, amigos e colegas de profissão e fundou o partido, que obteve o registro provisório em 29 de junho de 1989 com o número 56. Em pouco tempo, o

⁶ Historiador e Jornalista. Atualmente trabalha na CNN e produz material de História e política na internet.

PRONA já estava organizado em 14 unidades da federação e 110 municípios. (LOPES, 2016. p. 11 E 12)

Tendo participado de várias campanhas presidenciais, sua votação mais expressiva foi no pleito de 1994, adquirindo cerca de 7% dos votos e totalizando um pouco mais de 4 milhões de eleitores. Marcado enquanto uma figura distinta e até um pouco exótica, Enéas, por possuir uma ótima oratória, chamava atenção nos debates e programas que participava, com sua voz eloquente defendia pautas polêmicas, como a criação de uma bomba atômica. No entanto, o que nos interessa aqui é a ênfase em seu programa político baseado na moral, no conservadorismo e no discurso patriótico.

Enéas conseguiu, a partir de sua personalidade, no mínimo forte, e de suas ideias veementemente de direita, ressurgir o ideal nacionalista que não se via desde Getúlio Vargas e a Ditadura Militar pós-64. Em um manifesto político criado para as eleições de 1994, o partido elencava algumas bandeiras essenciais para seu sucesso enquanto representante da moral, da ordem e dos bons costumes. Segundo o escrito, era difundido o desaparecimento da ordem e da autoridade, em que o PRONA, em uma perspectiva dialética, seria a antítese desses problemas que assolavam a conjuntura nacional da época. (CALDEIRA, 2016. p.150)

Percebemos que já havia uma certa camada da população que se identificava com um programa político que consistia em uma ideia de moralidade e autoridade, bem como o preconceito, e a aversão a alteridade, como o próprio Enéas salientava em entrevistas e programas, uma delas concedidas ao programa “Altas Horas” da TV Globo. Em suas próprias palavras ele apontou que, “o homossexual não iria para o céu, por viver em uma prática pecaminosa e condenada por Deus”, (1994) dentre outras falas extremamente inadequadas do então líder do conservadorismo brasileiro. Consequentemente, essas duas faces ideológicas da extrema-direita que foram aqui mencionadas — o Integralismo e o PRONA — são exemplos fundamentais para enfatizar o caráter histórico das representações reacionárias do país, cada qual a sua maneira e seu respectivo contexto histórico.

Sobressaltando a isso, existe um determinado manifesto, uma certa recepção de nosso povo às práticas e discursos profundamente antidemocráticos e autoritários, que visam, dentro de sua leitura e concepção de mundo, estabelecer uma moral que, segundo tais grupos, foi perdida em algum momento de nossa história, e que só eles conseguiriam resgatar esse elo perdido do Brasil com ele mesmo.

A violência, o autoritarismo, o extremismo e o reacionarismo estão arraigados na história do Brasil, contribuindo para o assentamento do tradicionalismo e o conservadorismo exacerbado na população. Dessa maneira, a tomada de decisões a

respeito da escolha do representante político passa a depender, principalmente, de pautas moralizantes, baseadas nos valores e tradições — como é possível observar nos exemplos citados anteriormente, de ideologias extremistas, no qual se legitimaram e influenciaram uma grande parcela da sociedade. Resultando, no fim, na falta de consciência democrática das camadas populares, sendo ainda mais forte na classe média.

O ultraconservadorismo está impregnado no seio da sociedade brasileira. É possível observar esse fato, a partir de 2015, uma vez que as classes médias e as massas populares passam a mostrar suas faces (reacionarismo, autoritarismo e exclusão das minorias), que estavam encobertas e muito bem disfarçadas. Mas, antes de tudo, vale ressaltar que estes elementos (não só moralizantes) observados na historicidade do país e que ressurgem neste século, é fruto da onda conservadora crescente tanto na América Latina como na Europa Ocidental (FILHO, 2020, p. 43).

Assim, discutido o caráter histórico do fenômeno bolsonarista, nos interessa agora, elencar como se deu sua ascensão na realidade da política internacional e nacional, partindo desde a implementação de pautas do neoliberalismo no Brasil até a operação da Lava Jato em 2014, que criminalizou diversas vertentes ideológicas, sobretudo, os partidos de esquerda, e colaborou para a disseminação da negação a política, pauta frequentemente utilizada pelo Bolsonarismo. No próximo tópico, trataremos como esses elementos colaboraram para o fenômeno ter sucesso em sua investida política e chegasse à ordem do dia.

ASCENSÃO DO BOLSONARISMO

Para ser possível a compreensão do respectivo movimento, este tópico elenca alguns pontos que, ao nosso ver, contribuíram profundamente para o surgimento dessa face da extrema-direita, desde a implementação de políticas neoliberais ao discurso inflamado de pautas moralistas, sobretudo o discurso anticomunista, se reverberando, principalmente na luta contra a corrupção e em certa medida, a ideia de moralização da nossa sociedade.

Nessa perspectiva, o ideal neoliberal se tornou crescente no Brasil, mais precisamente, nos governos de Collor⁷ e FHC⁸, quando decidiram que os problemas que assolavam o país seriam resolvidos com a diminuição de gastos públicos e a abertura do mercado interno aos produtos e capitais estrangeiros. No ajuste fiscal (símbolo do governo FHC), o Estado economizaria e não destinaria recursos para setores entendidos como sendo

⁷ Fernando Collor de Mello, foi presidente do Brasil de 1990 a 1992. Sendo destituído do cargo por denúncias de corrupção e formação de quadrilha.

⁸ Fernando Henrique Cardoso, foi Presidente do Brasil de 1995 até 2003. Sendo o primeiro da História a ser eleito para 2 mandatos. Sua grande bandeira foi a de privatizações e abertura do mercado.

inúteis, culminando na diminuição de servidores públicos, congelamento de salários e privatização de empresas estatais. Tudo não passou de ilusão, a inflação não se estabilizou, a desigualdade em todos os âmbitos não decaiu, o salário-mínimo, não só não aumentou, como também perdeu seu valor aquisitivo e a economia não cresceu. A partir disso, Lula venceu o pleito eleitoral de 2002, apostando no modelo de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, o que garantiu quatro vitórias sucessivas da esquerda.

Contudo, desde sua derrota, a direita iniciou seu processo de oposição ao PT, difamando o partido dos trabalhadores, transformando-o em um partido antiético. Isto é, a campanha do mensalão⁹ é considerada a primeira grande frente da direita, buscando vincular a esquerda brasileira à corrupção. Elemento fundamental utilizado no discurso fascista, como, por exemplo, o aspecto da anticorrupção, associando a corrupção a qualquer partido de esquerda (nesse caso o PT), desenvolvendo o sentimento antipetista na população. Esse sentimento vai sendo trabalhado, lapidado para que mais tarde o ódio descomunal ao PT seja um dos aspectos fundamentais para a vitória da extrema-direita e que seus programas sejam recebidos com certo entusiasmo, perante uma grande parcela da população (SADER, 2020, p. 19).

No que se refere aos discursos, um dos mais utilizados pela extrema-direita e, talvez, o mais acalorado (que também atravessou décadas) temos o discurso do Anticomunismo. O enfrentamento do comunismo foi se reafirmando e tomando forma graças a grande mídia, controlada pela classe dominante do país. Por conseguinte, o elo para com a sociedade foi sendo desenvolvido sob alguns pretextos. Para ser possível entender o discurso do Anticomunismo e sua forte inserção, principalmente nos momentos de crise na história do país, o historiador Motta (2002), tem em vista explicar o surgimento de tal discurso a partir de três paradigmas essenciais: o Catolicismo, o Nacionalismo e o Liberalismo. O Comunismo se mostrava/mostra como uma ameaça ao catolicismo ao seguir uma linha de perspectiva no que concerne a questionar a existência de Deus, ao mesmo tempo que se destacava por um suposto materialismo ateu. Dessa forma, a Igreja Católica adotou o discurso anticomunista sob a justificativa de que os comunistas almejavam o fim da moral cristã e a destituição da família tradicional.

Sobre o âmbito do Nacionalismo, o Comunismo se mostrava também como uma ameaça. Os Nacionalistas defendiam ideais de ordem, o predomínio das hierarquias sociais, os valores tradicionais e a centralização das instituições do Estado. Logo, o Comunismo era visto como uma ameaça a toda estrutura de organização da sociedade,

⁹ Escândalo de compra de parlamentares para aprovação de leis, durante o primeiro mandato do governo Lula. Podemos dizer que foi a primeira grande crise política que a esquerda sofreu em seus primeiros anos de presidência.

visto que defende fortemente a divisão social e a luta de classe. Na doutrina Liberal, o Comunismo era visto como um sistema que destrói a liberdade individual e a propriedade privada, uma vez que nesse sistema econômico e político, prevalece o ideal de uma sociedade sem classe. Não existe propriedade, somente o conceito de bens comuns, no qual os indivíduos são proprietários dos meios de produção (propriedade comum) e seus próprios empregados. Portanto, tal discurso anticomunista prevalece, não somente na sociedade brasileira, talvez, mais forte atualmente no que diz respeito a guarda contra a corrupção, mas também na narrativa dos movimentos de Extrema Direita espalhados pelo mundo, como na Itália, Hungria, Portugal, dentre outros.

Como o discurso anticomunista foi tomando forma ao longo dos anos e se reverberando no combate a corrupção, vale ressaltar que o uso desse discurso foi bastante disseminado em períodos históricos anteriores, como bem nos explicita Motta (2021):

Vale a pena destacar o peso que o tema assumiu no debate político brasileiro. Notadamente a partir dos anos 1940-50, acusações de corrupção contra líderes políticos constituíram-se em tema recorrente e de notável impacto no cenário público brasileiro. Daí não causar surpresa que, recentemente, em especial a partir da Operação Lava Jato, tenham voltado a ocorrer mobilizações anticorrupção, revelando a permanência de uma tradição política (MOTTA, 2021. p. 164).

Além de ser um forte elemento de mobilização das massas, a bandeira contra esse tipo de prática é frequentemente utilizada para criminalizar adversários políticos e, sobretudo, polarizar o debate, atribuindo sempre agentes políticos de esquerda a favorecimentos ou enriquecimento ilícito. É relevante pontuar que alegações e denúncias contra corrupção podem ser praticadas independentemente do espectro ideológico — Esquerda e Direta — mas, ao menos no Brasil, a mobilização da pauta tem sido utilizada particularmente pelos segmentos da direita, que se julgam defensores da ordem, do restabelecimento da moral e dos bons costumes (MOTTA, 2021. p.164). Outro elemento que pode ser considerado causa para o sucesso do bolsonarismo é, sem dúvida, a pauta econômica de punho liberal.

A direita deparando-se com ótimos resultados do seu plano antiético e asqueroso de transformar a esquerda brasileira em sinônimo de corrupção, visto que diversas manifestações de rejeição ao PT começaram a surgir no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, desenvolveu a Operação Lava Jato um verdadeiro caça às bruxas, uma

verdadeira perseguição política ao PT e a toda gama de setores ligado ao partido.

É importante, também, destacar os impactos da crise internacional de 2008, o aparato central que contribuiu, veementemente, para essas manifestações em 2013 no Brasil. A profunda crise econômica de 2008 assolou o Brasil e o mundo, incidindo seus efeitos ao longo dos anos do governo progressista no poder, bem como o aumento considerável do desemprego; aumento da insegurança; da corrupção; da inflação; declínio do poder aquisitivo dos trabalhadores; desmantelamento do setor trabalhista, degradação do serviço público, dentre outros. As forças progressistas se mostraram incapazes de resolver os problemas da crise, pois estavam despreparados, desnorteados e desarticulados, ao subestimarem a crise. Quem surfou em cima desse desastre foram os capitais financeiros, colocando tudo nas mãos da população para pagar a conta (FILHO, p.62, 2020). Nota-se, com isso, o crescimento e o ressurgimento de uma extrema-direita que não conseguia forças para se erguer desde os anos 1930. Um extremismo que saía de seu estado de hibernação em todo o mundo, inclusive, no Brasil.

A partir da criação da Lava Jato de Curitiba em 2014, foi arquitetado um plano, extremamente eficaz, entre procuradores e juizes, que resultou na condenação injusta de Lula, tirando-o automaticamente da disputa eleitoral de 2018 — até então, líder das pesquisas no pleito desse ano. Nesse momento, a imagem e popularidade da esquerda estava abatida, na lama, jogada no lixo. Logo, o partido dos trabalhadores passou a ser sinônimo de corrupção. Sua hegemonia já havia terminado com o impeachment da ex-presidente Dilma¹⁰, em 2016. O resquício de democracia que ainda se encontrava visível aos olhos, acabou sumindo completamente. Mas, para tal movimento ter completado sucesso rumo ao poder, fizeram-se necessárias amplas alianças com setores de suma importância para a base política e ideológica. Nas palavras de Rios (2021):

As principais alianças costuradas por Bolsonaro foram, sobretudo, com os seguintes segmentos: a burguesia financeira, frações da alta burguesia comercial e industrial, setor importante do agronegócio, alta cúpula das forças armadas e três importantes agrupamentos sociais: o lavajatismo, o olavismo e a bancada evangélica. Cada um destes grupos articula atores específicos que muitas vezes transitam entre esses setores, formando, nestas condições, uma rede, contribuindo, em certa medida, para fortalecer suas posições e criar uma

¹⁰ Processo que iniciou-se em dezembro de 2015, com a aceitação do pedido na câmara dos deputados, na figura do então Presidente Eduardo Cunha. Juristas e especialistas de todo mundo apontam para irregularidades no processo que culminou em agosto de 2016 no afastamento definido da Ex-Presidente Dilma Rousseff.

homogeneidade entre os setores que sustentaram a aliança. (RIOS, 2021, p. 354).

Dessa forma, foram desenvolvidas, inicialmente, alianças consideradas essenciais e que deram sustentação ao movimento. As corporações militares englobaram as forças institucionais do Estado como parte das forças armadas e das polícias militares. Os fundamentalistas, mais precisamente as igrejas evangélicas, foram e continuam sendo uma peça muito valiosa nesse jogo político. Os fiéis são utilizados como massa de manobra para solidificar e aumentar o ideal nacionalista e o florescimento de amor à pátria. Uma vez que os conservadores/reacionários se identificam com o autoritarismo imposto pelo Estado, solidificam, fortalecem e aderem à ideia dos bons costumes e a moralidade cristã, é facilitado a criação de um elo entre a sociedade e o Estado.

Os donos do agronegócio e do grande capital financeiro seguem os moldes da doutrina neoliberal. Possuem uma enorme influência no governo e o Estado. Financiando campanhas eleitorais; domina os meios de comunicação; adentram cargos no governo, conspiram — essa alta burguesia pode ser denominada/entendida também como “O mercado”, impõe a política econômica. Vale ressaltar, que não necessariamente, o mercado comunga com os ideais extremistas do respectivo movimento, quem faz parte desse rol é, principalmente, a bancada evangélica, no entanto, quaisquer governos serão pressionados por eles, a fim que se siga à risca a doutrina liberal (FILHO, 2020, p. 65).

Mesmo o símbolo do autoritarismo sendo um elemento de tradição, isto é, enraizado na historicidade do país, a esquerda, após a constituição de 1988, dominou o campo político até 2018. Portanto, questionamos: o que, especificamente, garantiu o domínio do Bolsonarismo na política brasileira? É possível dizer que o aspecto ideológico se sobressai a qualquer questão entendida como lógica, lúdica, racional (fenômeno economicista). Logo, para que as forças de direita obtivessem êxito, elas foram obrigadas a desenvolver um elo com a sociedade através dos discursos ideológicos, a fim de legitimar seus atos repugnantes.

Portanto, consideramos que todos esses fatores e elementos ideológicos contribuíram de maneira muito efetiva para a ascensão do Bolsonarismo. Este cenário, mesmo que breve, era de suma importância ser discutido para podermos perceber o contexto no qual o movimento toma forma e, conseqüentemente, entra no debate político e realiza todas as mazelas conhecidas. No próximo tópico, discutiremos de forma mais aprofundada a gama de alianças que o movimento fez para conseguir certa legitimidade e importância no cenário político nacional, desde camadas do âmbito religioso até os poderosos do agronegócio.

ESFERAS DE APOIO AO BOLSONARISMO

É de conhecimento geral que uma ampla parcela da nossa sociedade aderiu ao projeto de poder da extrema-direita, tendo em vista o grande número de sufrágios recebidos pelo então Presidente Bolsonaro. O que demonstra, em certa medida, é que o apoio maciço dessa parte do eleitorado não pode ser explicado apenas como meros extremistas ou coisa do tipo. Ao fim ao cabo, esse campo ideológico mais à direita começa a se articular em um período anterior a 2022, sendo fundamental um fenômeno da classe média e de indivíduos insatisfeitos com os rumos da política nacional, sobretudo a partir de 2013.

Desde o início das manifestações contra a Dilma Roussef, em 2013, juntamente com a crise de 2008, fatores como o aumento da inflação, o discurso anticorrupção se inflamando e os espetáculos explicitados propositalmente pela mídia elitista, contribuíram para um momento de radicalização política e polarização ideológica no país. Como já afirmado, o Bolsonarismo necessitou de alianças, acordos, apoios e, portanto, foi desenvolvido uma espécie de aliança característica, própria, porém instável, em que, após esses exemplos e outros citados, desencadeou-se no país, pré e pós-2018, tendências nacionalistas autoritárias, já ultrapassadas; elementos fascistas de um passado recente; o fundamentalismo religioso notoriamente de direita; instituições repressivas (pois foram criadas com esse caráter na Ditadura pós-64) como as polícias, a cúpula das forças armadas e, juntamente com os liberais, todos unidos nesse bloco extremista. Assemelhando-se com a heterogenia ideológica que constituiu o golpe civil-militar de 1964, compondo o setor liberal, conservador e nacionalista autoritário, no entanto, esse bloco se faz diverso e original.

O Bolsonaro, como um grande oportunista, surfou nessa onda — a ascensão da direita extremosa em todo o mundo, inclusive, o apoio do então pretendente Donald Trump dos EUA a candidatura de Bolsonaro no pleito eleitoral de 2018 —, elaborando e potencializando alianças, entre os setores do empresariado, do agronegócio e do grande capital inicialmente.

Podemos dizer que o Bolsonarismo obteve êxito no jogo político graças a ascensão do ultraconservadorismo mundial; a crise internacional de 2008 que impactou o mundo inteiro, inclusive, o Brasil; o desmantelamento, desavenças, má gestão do PT nos últimos anos, ocasionando uma racha na esquerda brasileira; a mídia elitista proporcionando espetáculos de escândalos de corrupção e perseguição a setores, políticos e indivíduos relacionados ao PT, desencadeando o sentimento anticomunista na população, nesse momento levantando guarda contra a corrupção; a Operação Lava Jato de Curitiba — que contribuiu para um poder judiciário avacalhado e corrompido graças aos áudios

vazados, prisões injustas, confissões realizadas a partir de chantagens, coerções, explicitando a imagem oportunista e reacionária do Sérgio Moro, dentre outros envolvidos —; a adesão da classe média conservadora que se identificou com todas as atrocidades e ideias subversivas de Bolsonaro; apoio da extrema-direita internacional, entre outros.

A despeito da adesão ao Bolsonarismo pelo Agronegócio, os empresários e os representantes do grande capital financeiro, Filho, afirma que quem se beneficiou com esse desgoverno foram os representantes do capital financeiro, do agronegócio e das empresas multinacionais, beneficiados com empréstimos de bilhões de reais, com a desvalorização do real, com a não afetação pela lei do Teto de Gastos sobre o sistema financeiro privado, com a não tributação das grandes fortunas e heranças e com a flexibilização das leis trabalhistas ambientais (FILHO, 2022, p.220).

Percebemos, com isso, que essas ações repugnantes, que foram adotadas pós-2018 no governo Bolsonaro, só foram possíveis graças as elites do grande capital e a adesão dos restantes agentes sociais. Portanto, o indivíduo Bolsonaro é somente um brinquedo, quase sem importância, utilizado simplesmente como massa de manobra para a burguesia tradicional alcançar seus objetivos e garantir a hegemonia do poder.

Como foi analisado, o núcleo do Bolsonarismo, sendo explicitado todos os segmentos que o compõem e apoiaram-no, é possível defini-lo como sendo mais que uma simples ideologia. Pois, tal movimento se caracteriza por possuir determinada prática política expressiva, no que se refere à sua interação com o mundo social, isto é, mergulhando nas profundezas de seu núcleo, é inevitável a interpretação de sua essência e sua autodestrutividade. Os apoiadores conservadores mais radicais do movimento seguem lealmente as ordens de seu proclamado “capitão” sobretudo, no período pandêmico da Covid-19 ¹¹ em que o líder da nação naquele momento defendia o não uso da máscara; o “não fique em casa”; defendia, por outro lado, o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento do vírus e que levaram diversas pessoas a morte, como a hidroxicloroquina; defendia um discurso contrário à imunização durante o período na presidência, dentre outras narrativas e ordens esdrúxulas que claramente contribuíram e ainda reverberam para o rol de um movimento autodestrutivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹¹ É um vírus altamente infeccioso causado pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Com casos confirmados no fim de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei (República Popular da China), a Organização Mundial da Saúde (OMS), só declarou o início da pandemia em março de 2020. Vindo a declarar seu fim, somente em maio de 2023.

A partir dos argumentos desenvolvidos e das teorias utilizadas, tivemos como propósito a ser alcançado com este artigo a colaboração com o debate historiográfico acerca dos elementos de uma direita extremosa internacional e nacional, que contribuíram para uma sólida base de apoio ao núcleo bolsonarista e para a articulação de características da sociedade brasileira que vão de encontro com os ideais dessa esfera ideológica. Que soube muito bem mobilizar parcela dos civis que legitimasse seu programa político. Bem como, conseguiram em grande escala apoiadores que se dizem da esfera do radicalismo, defendendo, precipuamente, todas as pautas conservadoras estabelecidas, sejam quais forem.

Portanto, consideramos que o movimento e tudo o que ele representa — Ódio, Violência, Preconceito — são frutos de nossas próprias contradições, que fazem parte de uma historicização de nosso país. Líderes extremistas como Bolsonaro e seus seguidores que compõem os segmentos sociais, souberam, de maneira muito eficaz, se aproveitar desses elementos enraizados na história do Brasil — conscientemente ou não —, disseminando discursos e práticas políticas que fomentam e legitimam aspectos de uma direita radical. Um país que possui características únicas, como sua cultura, que, impregnada pelos ideais de extrema-direita, no fim se mostra corroída/corrompida, não respeitando totalmente as instituições e se apresentando como profundamente antidemocrática. Culturalmente essas vias sempre foram as ditas normais em nosso cenário político. Brasileiro não costuma gostar de democracia.

Entender essa nova face do extremismo de direita é fundamental para podermos compreender o cenário que o Brasil e o mundo vivem. Em países como Itália, Portugal e França, líderes que se consideram desse campo vem ganhando força política e relevância em suas respectivas realidades. O que nos pode indicar que o fenômeno brasileiro está incluso — mas não somente — no contexto global, pautas que em cada país possui sua particularidade, mas que no geral divulga o mesmo programa: ódio e a intolerância.

Por fim, foi pretendido nesta pesquisa, a partir de diálogos com destacados historiadores como: Filho (2020), Neto (2016), Motta (2021), Sader (2021), docentes como Filho (2020), discutir as principais características que proporcionaram a ascensão do Bolsonarismo; analisar os elementos que fazem parte desse núcleo; definindo, por fim como esse fenômeno extremista conseguiu ter êxito em adentrar no debate político. Partindo principalmente dos discursos de mobilização frequentemente utilizados, da gama de apoiadores ao movimento e de pautas voltadas para a moral e os bons costumes (principal ideal conservador).

Finalmente, o que torna esse tipo de discursão importante e inegavelmente atual é o aumento de casos de intolerância que nosso país vive. Esperemos que ao final, possamos

contribuir para além das questões acadêmicas e sim para conscientizar nossa população que a democracia ainda será o melhor caminho. Bem como, não esquecemos de todos os avanços que tivemos, sobretudo a partir a constituição de 1988, defendê-la é em certa medida, defender o bom senso, a cidadania e a humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FILHO, Daniel Aarão Reis. **Ascensão e Caráter do Bolsonarismo**. In: FILHO, José Adilson. O Brasil em Tempos Sombrios. São Paulo, SP: Editora Liber Ars, 2020. p. 59-66.
- FILHO, José Adilson. **Uma Onda Conservadora Balança o Brasil**. In: FILHO, José Adilson. O Brasil em Tempos Sombrios. São Paulo, SP: Editora Liber Ars, 2020. p. 41-58.
- FILHO, José Adilson. O Brasil na mira de Thanatos: bolsonarismo, adoecimento e morte. **Ars Historica**, Recife-PE, v. 31, n.1, p. 302-235, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/danie/Downloads/LIVRO%20SA%C3%9ADE%20E%20SOCIEDADE%20NO%20BRASIL%20\(1\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/danie/Downloads/LIVRO%20SA%C3%9ADE%20E%20SOCIEDADE%20NO%20BRASIL%20(1)%20(1).pdf). Acesso em: 17 de junho de 2023.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NETO, Odilon Caldeira. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.
- NETO, Odilon Caldeira. " **Nosso nome é Enéas!**": **Partido da Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)**. 2016.
- SADER, Emir. **Para Onde vai o Brasil?**. In: FILHO, José Adilson. O Brasil em Tempos Sombrios. São Paulo, SP: Editora Liber Ars, 2020. p. 17-22.
- LOPES, Guilherme Esteves Galvão. ENÉAS CARNEIRO E O PRONA: NACIONALISMO E CONSERVADORISMO NO BRASIL PÓS-DITADURA MILITAR. **Dia-Logos: Revista Discente da Pós-Graduação em História**, v. 10, n. 2, 2016
- VILLA, Marco Antônio. Fernando Gabeira: “a Extrema direita não voltara para a garrafa”. YouTube, 20/02/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hi01c-PKgRg&t=1819s>
- BRASIL DE FATO. Rumos da extrema direita após derrota de Bolsonaro. YouTube, 07/11/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jPiOLtfMbbe&t=522s>

A construção da identidade do ser-professor: a residência pedagógica e a inserção no ambiente escolar (Campina Grande/PB, 2023)

Adrian Marcelo Pereira da Silva
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
adrian.marcelo@estudante.ufcg.edu.br

Resumo

Fruto da experiência e análise das atividades desenvolvidas no Programa Residência Pedagógica (PRP), este trabalho objetiva demonstrar a potencialidade do aluno envolvido no projeto em se reconhecer tanto profissional como emocionalmente. Foram utilizadas, portanto, as observações dentro e fora de sala de aula, como planejamentos pedagógicos, encontros de formação e atividades de pesquisa teórica e metodológica. Enquanto referencial teórico foram referências basilares os escritos de bell hooks, Francisco Gutierrez, Paulo Freire, Maurice Tardiff e Claude Lessard. A metodologia adotada foi a de um relato de experiência. O processo de análise culminou na percepção de que o professor e as suas identidades estão condicionados ao tempo e ao espaço, ou seja, estão em constante processo de desenvolvimento e de apropriação. Esses, contudo, só podem realizar-se a partir do reconhecimento do professor enquanto agente de transformação social.

Palavras-chave: Residência Pedagógica. Educação. Identidade docente.

INTRODUÇÃO

Os universos pelos quais o ser-docente, entendido como tal, enquanto agente e sujeito, compartilham entre si uma característica em comum que, simultaneamente, une e aparta: a dimensão humana do trabalho do professor. Este elemento que, na contemporaneidade, é dizimado pelo avanço das ideologias neoliberais que, dentre tantas iniciativas, se mostra mais eficaz na escola através do tecnicismo. Uma atividade que gradualmente perde a sua essência, consumida por um sistema burocrático e desigual, e configura-se numa crise de identidade dos próprios profissionais da educação.

Nesse ínterim, os cursos de formação de professores ancoram-se numa perspectiva de um verdadeiro resgate daquilo que se conhece como o ser-professor. O que seria um professor? Ele ou ela teriam uma aparência comum? Ministrariam as suas aulas da mesma maneira? Enfim, o que forma o professor? Estas questões estiveram

presentes desde o início da graduação em História. A ausência da experiência propiciou um tipo de deslocamento profissional. A identidade, por mais básica que possa parecer, carrega consigo uma infinidade simbólica inimaginável: ela é a responsável pela identificação individual e coletiva, compõe afetos, entre outros. O fomento de programas como a Residência Pedagógica contribuem firmemente para a consolidação de tais identidades.

Dado este cenário, o presente trabalho se justifica não só como um relato da experiência desenvolvida no primeiro módulo do Programa Residência Pedagógica (PRP), como também é parte integrante de um processo complexo de (re)descobertas, no plural, da profissão docente. As atividades aqui relatadas, bem como os questionamentos delas derivadas, foram gestadas na Escola Cidadã Integral e Técnica Nenzinha Cunha, em trabalho contínuo com a professora preceptora Cristiane Raposo Araújo, no subprojeto História, cuja coordenação está sob a responsabilidade da professora Regina Coelli Gomes Nascimento.

A escola-campo localiza-se no município de Campina Grande, no bairro José Pinheiro, CEP: 58.407-540, situada à Rua Fernandes Vieira. A instituição possui, atualmente, como modalidades de ensino no escopo do projeto de Escola Cidadã Integral Técnicas (ECIT) o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio técnico nas áreas de “Marketing” e “Design” de Interiores. As atividades desenvolveram-se em turmas do Terceiro Ano do Ensino Médio, tanto do curso de “Marketing” quanto de “Design”. Para tanto, além do planejamento das aulas e leituras, as atividades foram desenvolvidas em uma aula, por turma, de cinquenta minutos. A presença do residente fez-se em dois dias diferentes da semana.

Assim, tem-se como objetivo principal a exposição das impressões que foram sendo gestadas no período em questão, bem como discutir a importância do Programa Residência Pedagógica na construção identitária do ser-docente e explicitar a importância de que o professor se reconheça enquanto tal. O texto será dividido em duas seções: a primeira será descritiva e a segunda conterá uma análise do que foi apresentado no primeiro momento.

Para a construção deste trabalho, foram mobilizados autores e pesquisas que versam sobre a temática da Educação em consonância com outras áreas, a saber: História, Psicologia e Sociologia. Destaca-se, principalmente, as contribuições teóricas de bell hooks¹² (2013) e Paulo Freire (1997; 2002).

¹² A grafia em minúsculo é adotada pela própria autora e, em respeito à sua obra, preferiu-se manter a escrita original.

CONTEXTUALIZAÇÃO

De modo a considerar a importância da aproximação de professores em formação com seu ambiente profissional futuro, nos deteremos nesta seção à observação dos princípios objetivos do Programa de Residência Pedagógica (PRP) em consonância com as experiências obtidas no semestre em questão. Para tanto, utilizaremos como norteador os objetivos obtidos na plataforma virtual do projeto, listados a seguir:

- 1) Fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura;
- 2) Contribuir para a construção da identidade profissional docente dos licenciandos;
- 3) Estabelecer corresponsabilidade entre IES, redes de ensino e escolas na formação inicial de professores;
- 4) Valorizar a experiência dos professores da educação básica na preparação dos licenciandos para a sua futura atuação profissional;
- 5) Induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula (CAPES, 2018).

De forma geral, todos os cinco pontos estiveram presentes nas atividades realizadas, em maior ou menor amplitude. A inserção no ambiente escolar daqueles que estão prestes a iniciar sua vida profissional está além do reconhecimento de campo, mas também da construção identitária do profissional de educação; que, ao se reconhecer como intérprete do conhecimento e mediador da construção do conhecimento científico, criativo, crítico e autônomo dos alunos, inserido no processo de ensino-aprendizagem, desempenha um papel preponderante na estrutura de ensino.

Contudo, consideramos que a maior contribuição da experiência na escola-campo, seja em projetos como PIBID e PRP ou até mesmo nos estágios obrigatórios que os cursos de licenciatura exigem, é a de formar um profissional consciente das estruturas sociopolíticas que condicionam a sua atuação. Apreende-se a leitura e análise de documentos curriculares, nacionais e estaduais, de políticas públicas da educação brasileira; em simultâneo, empreendem-se estudos relacionados à busca por metodologias de ensino que abarquem muito mais que o ensino de História tradicional, àquele que se baseia na exposição de conteúdos e sua memorização.

DESENVOLVIMENTO

Nas turmas do terceiro ano do Ensino Médio os conteúdos trabalhados envolvem

os primeiros anos do século XX, conteúdos como Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, Crise de 1929 e Ascensão do Totalitarismo. As aulas seguiram a metodologia de exposição dialogada com o auxílio de materiais previamente preparados pelo residente em consonância com os objetivos propostos nos planos de aula.

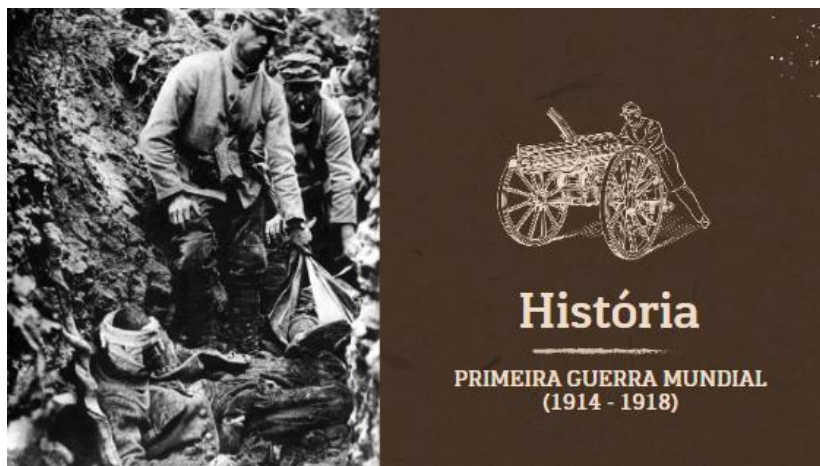


FIGURA 1. Apresentação de conteúdo, preparada no site Canva, como recurso didático. I Guerra Mundial. (Adrian Marcelo P. da Silva, 01/03/23).



FIGURA 2. Apresentação de conteúdo, preparada no site Canva, como recurso didático. Revolução Russa. (Adrian Marcelo P. da Silva, 24/03/23).

Deste modo, apostou-se em materiais didáticos visuais, lançando mão de cores vívidas e chamativas, para o conteúdo estar segundo padrões estéticos representativos de cada período ou assunto. A figura 1, por exemplo, traz uma imagem em preto e branco, fundo marrom e letras na cor branca, afinal, apostando na ideia de que, à época, a guerra tornou-se opaca devido ao grau de violência. Já a figura 2, que remete ao período revolucionário da Rússia e liderado por Vladimir Lênin, tem em vista representar as

cores predominantes da bandeira do Partido Comunista (amarelo e vermelho), bem como a representação do clássico a foice e o martelo.

A busca por materiais didáticos adequados, visando as diferentes proposições que se colocam ao profissional da educação, esbarram em questões como: materialidade do espaço escolar, tempo disponível e recepção dos alunos. Em duas aulas semanais, cada uma com duração de cinquenta minutos, percebeu-se uma limitação crucial: educador e educandos são instados a um modelo educacional fadado ao fracasso, o da educação bancária. Trabalhando com os ideais da recepção e do receptáculo, a concepção bancária de educação é a contraparte da educação crítica.

Há, portanto, um perigo eminente na profusão de tais ideais, que pregam a sala de aula como mero teatro, onde um ator principal – o professor – professa seus conhecimentos para os personagens secundários – os alunos. Surge, então, uma inquietação que dá origem aos questionamentos do papel do professor, da educação e do projeto político atual que rege a sociedade brasileira frente à formação das novas gerações de cidadãos. Como o professor, que entende a escola como um espaço de compartilhamento de ideias e formação humana, se posiciona diante dos desafios? Não é uma resposta fácil, porém vai em direção às maneiras pelas quais o profissional da educação enxerga o seu papel no mundo.

Em contrapartida, é na elaboração de materiais didáticos e no planejamento das aulas que a identificação profissional começa a surgir: um trabalho é realizado e a partir desse acontece – ou não – o reconhecimento do sentido da educação. Afinal, como me posicionar enquanto professor em formação frente a desafios como o Novo Ensino Médio, a desmotivação dos alunos e as inseguranças que provêm da novidade de assumir uma sala de aula? Problemáticas como essas estão aquém de qualquer especulação, mas foi na busca pela identidade do que seria o “ser-professor” que novos caminhos foram abertos.



FIGURA 3: Início da aula sobre a Revolução Russa de Outubro de 1917. (Adrian Marcelo P. da Silva 24/03/2023).

DISCUSSÃO

A experiência em sala de aula, os momentos de planejamento individual e coletivo, totalizam apenas uma parte daquilo que acreditamos ser o papel do professor. No escopo social, muito se fala e se critica quanto ao papel do docente, muitas vezes tido como “maestro máximo da educação”, cuja responsabilidade é ampliada em demasia; outras, mais negativas, o tem como uma “espécie” de doutrinador, sendo a sua principal tarefa transformar delinquentes, rebeldes. Outras questões como a aparência, a idade e os jeitos de se portar formam o ser-docente. Esta formação não se dá fora do espaço-tempo, muito pelo contrário, é condicionado pela época e pela sociedade ao qual o sujeito está inserido.

A constituição do ser professor, isto é, de sua identidade, perpassa diversas questões que vão desde a sua socialização primária, enquanto aluno da escola, seguindo para a formação inicial em cursos de licenciatura, até tornar-se professor de fato, ficando em formação permanente (IZA et al. 2014, p. 277).

Apoiando-nos, então, nesta ideia da multidimensionalidade do ser-docente, foi possível a percepção de alguns destes elementos na própria experiência enquanto residente, afinal, a experiência está a ser vivida e constantemente revisitada a cada aula, reunião e planejamento de modo a analisar as práticas, os métodos e os conteúdos. A

prática da crítica da experiência está presente no pensamento de Paulo Freire. Para Freire, o ser humano é inconclusivo, sempre em estado de aperfeiçoamento (FREIRE, 2002, p. 08).

A identidade do professor é, consoante as leituras realizadas e com a confluência das atividades desenvolvidas no programa, condicionada a aspectos distintos entre si: o ambiente externo (sociedade, comunidade, política) e interno (dimensão individual, subjetiva, afetiva). Caimi (2015) nos diz que:

Nas últimas décadas, os processos de mudança social e as políticas de transformação educativa têm feito com que os requerimentos para o desempenho dos professores sejam mais complexos e exigentes. Os docentes em geral, não só os que atuam na disciplina História, são hoje chamados a exercer o seu trabalho com níveis mais altos de autonomia, o que traz novas e maiores exigências, muitas das quais de caráter burocrático (CAIMI, 2015, p. 109).

Estar em sala de aula com alunos de idades aproximadas é um verdadeiro laboratório da experiência docente. A proximidade etária permite uma maior intimidade com os alunos, de modo a desmistificar a distância entre aluno e professor, como se fossem sujeitos destinados à segregação. Maurice Tardiff e Claude Lessard (2014) ressaltam a dimensão humana e dialética do profissional da educação: sem ela, não há aula, afinal, as interações e questões que delas derivam (mediações, conflitos, persuasão), são os pontos fulcrais de uma prática educativa cuja intenção é integrar os alunos à sociedade de forma crítica (TARDIFF; LESSARD, 2014, p. 43).

Em suma, a identidade docente, em consonância com as práticas desenvolvidas no programa, pode ser visualizada sob a ótica da não conclusão, do condicionamento e do aperfeiçoamento profissional e pessoal do indivíduo. A produção de materiais, os planejamentos e outros elementos burocráticos (guias de aprendizagem, análise de currículo, programas pedagógicos escolares, entre outros) constituem apenas uma parte desse ser que é complexo. Consideramos também essencial a consideração da emoção, da afetividade, da escuta, enfim, do aspecto humano do professor em relação aos seus alunos e espaço de trabalho.

As dinâmicas presentes no cotidiano escolar na atualidade, prezando pelo tecnicismo e pela aversão à crítica histórica, local pelo qual o professor é um dos sujeitos, adquire contornos complexos e, como resultado, ampliam as exigências frente ao papel do trabalhador da educação. Assim, confrontados com maiores responsabilidades e a

dinamização de sua atuação, os professores se veem imersos em um mundo de trabalho que inviabiliza a identidade docente, sendo este visto como apenas um mero transmissor.

O ato que, em um primeiro momento pode parecer simplório, a defesa do reconhecimento da identidade do professor, é, na verdade, o momento pelo qual o profissional da educação se põe enquanto agente de ação, um dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, de mediação na sala de aula e nas discussões políticas fora dos muros da escola; além de posicionar-se frente aos anseios e problemáticas sociais que se impõe ao professor comprometido com a educação como prática de liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo ao qual este trabalho se destinou, da elucubração da identidade docente e de como o Programa Residência Pedagógica auxilia no reconhecimento profissional, se delineou através das aulas e do planejamento. Esta busca, por fim, se deu consoante a ideia de inconclusão, ou seja, o professor existe e reexiste. Em outras palavras, a sua identidade é condicionada as convenções sociais, as políticas públicas e à subjetividade em que o indivíduo, neste caso o professor, está inserido.

Deste modo, a experiência relatada tem sua importância justificada quando a presença em sala de aula é cercada pela vontade, pela busca de excelência e na abertura ao diálogo, ao pensamento crítico e ao respeito as diversidades humanas. Compreende-se que o professor se forma e se reforma, parafraseando Paulo Freire, na construção de uma sociedade mais justa e combativa.

Ao docente, portanto, cabe a (re)construção da sua identidade e o retorno ao papel do aprendiz. Isso significa afastar a ideia de um profissional “acabado”, ou seja, que não necessita de aprimoramento tanto da sua prática pedagógica quanto dos conhecimentos advindos das ciências de referência. Novos tempos exigem que os profissionais da educação renovem as suas crenças, conhecimentos e práticas.

Em suma, o professor é peça central no ensino-escolar, mas a sua ação perpassa pelo reconhecimento da identidade profissional. Reconhecer-se como intermediador e fomentador do conhecimento nada mais é que ampliar a partição do alunado no processo de ensino-aprendizagem. Ensinar é mais que mero decoreba, é reconhecer a humanidade de outrem, de se colocar à disposição da transformação; é negar preconceitos e injustiças.

BIBLIOGRAFIA

- CAIMI, Flávia Eloisa. **O que precisa saber um professor de história?** In: História & Ensino, v.21, n.2, 2015.
- DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sociocultural.** In: _____. Múltiplos olhares sobre a educação e cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- FREITAS, M. C. de; FREITAS, B. M. de; ALMEIDA, D. M. Residência pedagógica e sua contribuição na formação docente. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 1–12, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4540>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010
- GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política.** trad. NEGRINO, A. São Paulo: Summus, 1988, p. 17-46.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- IZA, Dijnane Fernanda Vedovatto et al. **Identidade docente: as várias faces da constituição do ser professor.** Revista eletrônica de educação, v. 8, n. 2, p. 273-292, 2014.
- OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. Cultura escolar: revisando conceitos. In: RBPAE, v.19, n. 2, 2003.
- Programa de Residência Pedagógica.** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 15-80.

A “HISTÓRIA” DO CINEMA - Um Breve Mapeamento

Thais Fernandes do Amaral

Mestra em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada em Pedagogia pela mesma instituição. thais77fa@hotmail.com.br.

Resumo: Com vistas a ampliar discussões relativas aos estudos sobre o cinema na área de Ciências Humanas no Brasil, este breve mapeamento objetiva responder a seguinte questão: é possível dizer de uma gênese do cinema mundial? Para tal, por meio de uma pesquisa bibliográfica, o início se voltará para a compreensão da relação entre pinturas rupestres, fotografias e imagens estáticas. A seguir, o foco será na cocriação de aparatos tecnológicos que permitiram a animação dessas imagens, perpassando por alguns nomes importantes da história do cinema. Por fim, o foco se voltará para as primeiras exhibições filmicas, bem como os maquinários necessários para tal. Todo esse contexto, entrecortado por trágicos episódios que marcaram o cinema mundial, em uma gênese nem tão linear quanto se imagina.

Palavras-chave: Cinema. Sétima Arte. História do Cinema.

Introdução

“As pessoas que pensam na mesma coisa estão sempre ligadas, por maior que seja a distância entre elas.”

(Somente o Mar Sabe, 2017)

Os seres humanos sempre buscam respostas sobre a origem das coisas. Essa busca transpassa ora os mitos, ora a religião, ora a Filosofia, ora a ciência. Há um desejo, quase intrínseco, em descobrir o ‘pai’ de objetos, de ideias e de pensamentos. Desejo esse que, na maioria, desconsidera significativamente o protagonismo feminino ao longo da história, afinal, busca-se o ‘pai’ e nunca a ‘mãe’. Sobre o cinema, essa busca não seria diferente.

Dessa forma, a fim de responder a seguinte questão: é possível dizer de uma gênese do cinema mundial? busca-se, em breves linhas, realizar um mapeamento da história do cinema, a partir de alguns inventos que pavimentaram o seu caminho. Tendo como foco a pesquisa bibliográfica, este breve mapeamento não tem a pretensão de

construir uma linha do tempo relativa a uma *origem* do cinema. Pretende-se expor, de forma breve, marcos recortados intencionalmente. Dentre os autores e autoras utilizados, destaca-se Morin (1970), Arlindo Machado (2005) e Flávia Cesarino Costa (2005). A estrutura da explicação aqui apresentada foi elaborada tendo como referência o episódio 87 do podcast¹³ do GEOPIZZA¹⁴, intitulado *A Invenção do Cinema*, apresentado por Rodrigo Zottis e Alexander Desmouceaux.

Das pinturas rupestres a fotografia

Edgar Morin já escrevia que “torna-se, de facto, impossível localizar a paternidade do cinema num nome, num homem, num país: Inglaterra, em França, na Itália, na Rússia, em toda a parte onde se produzem filmes, brotam idênticas descobertas” (Morin, 1970, p. 62). Por esse aspecto, é possível a compreensão de que quanto mais se tentar cavar para descobrir o túmulo do ‘pai do cinema’, mais areia surgirá. Nesse sentido, “qualquer marco cronológico que eles possam eleger como inaugural será sempre arbitrário, pois o desejo e a procura do cinema são tão velhos quanto a civilização de que somos filhos” (Machado, 2005, p. 10). Conforme afirma Flávia Cesarino Costa (2005), o cinema, por volta do final do século XIX, marcou uma era de domínio da imagem. A linguagem cinematográfica, que diz respeito a uma forma de organizar imagens e sons, tem “[...] desde então, influenciado nossas maneiras de conceber e representar o mundo, nossa subjetividade, nosso modo de vivenciar nossas experiências, de armazenar conhecimento, e de transmitir informações” (Costa, 2005, p. 17). O cinema pode, por essa perspectiva, criar um *ethos* social.

Ao tratar desse tema, talvez possa emergir nos leitores a temática da fotografia¹⁵, também do século XIX que, tendo o tempo como recorte, é considerada por alguns como uma predecessora do cinema. Todavia,

[...] a fotografia - parente próxima do cinema ou muito velha e mui longínqua prima de província? - nunca teve o projeto de contar histórias. Quando o faz, é que ela imita o cinema: esparrama no espaço a sucessividade que o filme teria

¹³ Podcast é um conteúdo em áudio, disponibilizado por meio de um arquivo ou streaming como Spotify e Google Play.

¹⁴ O Geopizza foi criado em maio de 2016 por Rodrigo Zottis, como um canal do YouTube. Posteriormente, Alexander Desmouceaux entrou como roteirista e editor dos vídeos. Está presente em redes como Facebook, Instagram e Globo Play.

¹⁵ A história da fotografia pode ser ouvida no episódio 86 do podcast do GEOPIZZA, intitulado *A Corrida pela Fotografia*.

desenvolvido no tempo, e na página da fotonovela o olhar soletra na ordem desejada os fotogramas que, na mesma ordem, teriam desfilado na tela. [...] Uma foto isolada nada pode narrar; evidentemente (METZ, 2014, p. 62).

A fotografia “[...] pode desempenhar um papel determinante “[...] é como uma pilha que se carrega de presença: rostos amados, objectos admirados, acontecimentos belos, extraordinários, intensos” (Morin, 1970, p. 26-27). Por mais que seja “[...] imóvel, a imagem fotográfica não é uma imagem morta. Uma prova disso é que gostamos das fotografias, que olhamos para elas. E, no entanto, as fotografias não são animadas” (Morin, 1970, p. 24). Nesse momento, é possível o encontro com um termo que será de fundamental importância para aqueles inventores do cinema: a *animação*. Contudo, mesmo antes de serem pensadas as possibilidades trazidas pelas fotografias, será que ainda não havia o interesse nas imagens? E nessa junção entre fotografia e animação?

Nesse contexto, é possível partir das pinturas rupestres para dar início às reflexões. É fácil perceber que essas pinturas, registros do cotidiano dos antigos seres humanos, e aqui o termo *antigos* apenas como marco temporal, podem se relacionar com a fotografia¹⁶, mas e com o cinema? No sul da França, encontra-se a Caverna de Chauvet¹⁷ que, junto a Lascaux, Serra da Capivara e a Caverna de Altamira, é um dos sítios arqueológicos mais importantes do mundo. Nessa caverna, foram encontradas pinturas rupestres que datam de 32 mil anos e remontam ao Período Paleolítico¹⁸. Em algumas das pinturas, os animais representados, geralmente cavalos, bisões e veados, pareciam ter duas ou três cabeças e alguns estavam sobrepostos aos outros. Em 1993, o pesquisador Edward Wachtel¹⁹ entrou na Caverna de Chauvet e, como não havia outro tipo de iluminação instalada, fez uso de uma lanterna. Conforme andava, o pesquisador percebeu que os animais ali pintados pareciam se mover. Como? Ora, quando a luz de sua lanterna iluminava uma parte e, logo em seguida, outra, aquelas sobreposições de animais e numerosas cabeças tinham um efeito semelhante a uma animação.

As pinturas dentro da caverna pareciam sair da estaticidade à medida que o jogo de luz e sombra acontecia nos relevos das paredes. Como afirma, Arlindo Machado,

¹⁶ Cf. WILLIAMS, Carla; JOHNSON, William. **A History of Photography. from 1839 to the Present**. Alemanha: Taschen, 2012.

¹⁷ A plataforma Google Arts and Culture disponibilizou um tour virtual pela Caverna de Chauvet. Para visitar, basta acessar ao link: <<https://artsandculture.google.com/project/chauvet-cave>.

¹⁸ O Período Paleolítico foi marcado pela caça de animais e pela coleta de frutos e raízes na natureza pelos primeiros seres humanos, o que deixa evidente as características desses sujeitos de serem nômades.

¹⁹ Cf. WACHTEL, Edward. **The First Picture Show: Cinematic Aspects of Cave**. San Francisco: The MIT Press, 1993.

Muitas das imagens encontradas nas paredes de Altamira, Lascaux ou Font-de-Gaume foram gravadas em relevo na rocha e os seus sulcos pintados com cores variadas. À medida que o observador se locomove nas trevas da caverna, a luz de sua tênue lanterna ilumina e obscurece parte dos desenhos; algumas linhas se sobressaem, suas cores são realçadas pela luz, enquanto outras desaparecem nas sombras. [...] E assim, à medida em que o observador caminha perante as figuras parietais, elas parecem se *movimentar* em relação a ele [...] (MACHADO, 2005, p. 9-10).

Essa ideia de movimento reforça a marcante presença do conceito de *animação*, que perpassou os primórdios da criação do cinema e que poderá ser visto com maior profundidade em Charles-Émile Reynaud.

A busca pela ilusão

Após essas breves intuições iniciais, é possível perceber que esse fascínio pela ilusão é característica quase intrínseca dos seres humanos. No século XIX, nota-se que havia diversos inventores determinados a encontrar formas de enganar a visão humana por meio de ilusões. Nesse contexto, surge, no ano de 1824, o taumatrópio, criado pelo médico inglês John Ayrton Paris. Esse aparelho “[...] consistia em um disco de papelão com duas imagens diferentes, uma em cada lado preso por dois pedaços de fio em suas extremidades e quando girados em um movimento contínuo relativamente rápido, dava-se a impressão de fusão dessas imagens” (Costa, 2019, p. 21).

O taumatrópio tornou-se popular na Inglaterra por causar nos espectadores a ilusão de animação de um desenho estático. Se, de um lado do disco, estivesse desenhado uma gaiola e, do outro lado, um passarinho, quando tencionado os barbantes, pareceria que o pássaro estava preso à gaiola em uma única imagem.

Cerca de oito anos mais tarde, em 1832, o inventor belga Joseph Plateau criou o *phantoscope* ou fenaquistoscópio. Esse era um aparelho capaz de realizar uma espécie de animações de curta duração. Conforme afirma Thais Chagas da Costa,

O belga Joseph Plateau aprimorou a teoria sobre a percepção do movimento inventando em 1832 o fenaquistoscópio, disposto em 16 frames com imagens coloridas e levemente diferenciadas, Plateau conseguiu apresentar um instrumento que proporcionava uma ilusão óptica que não permitia perceber a

variação imagética, fazendo o observador crer que ocorre uma movimentação fluida. Suas invenções foram usadas para reforçar a teoria da persistência retiniana, esses conceitos conseqüentemente acabam influenciando vários outros cientistas e assim possibilitando diversos instrumentos de ilusão ótica (COSTA, 2019, p. 21-22).

No fenaquistoscópio, em um disco de papel, eram dispostas as mesmas imagens, porém, em seqüências de movimentos diferentes. Quando o disco era girado, as figuras pareciam estar em movimento.

Já no ano de 1834, o britânico William George Horner cria o zootrópio, que consistia em “[...] um tambor com pequenas aberturas nas laterais que denotavam os intervalos para os filetes de frames ilustrados que eram dispostos no interior das laterais do dispositivo, ao girá-los proporcionavam uma ilusão de movimento [...]” (Costa, 2019, p. 22). Quando o cilindro girava, pelos buracos que corriam frente aos olhos do observador, era possível observar uma seqüência de desenhos ou pinturas se movendo.

Nesse momento, é possível o encontro com o já citado, Charles-Émile Reynaud. Em uma época, na qual ainda não havia acusações por plágio²⁰, Charles-Émile Reynaud acabou por ter seu trabalho copiado por pessoas mais influentes e abastadas, sendo, dessa forma, um nome por vezes esquecido. Segundo Gilberto Caserta,

Charles Émile Reynaud nasce em 8 de dezembro de 1844 em Montreuil-Sous Bois, atualmente um subúrbio de Paris. Seu pai, relojoeiro e gravador em metais, chamado Benoit Claude “Brutus” Antoine Reynaud, muda-se de sua cidade natal para Paris em 1842 aos 50 anos de idade e se apaixona por sua vizinha de prédio, a professora Marie-Caroline Bellanger, então com 35 anos. Casam-se em 1843 e Marie larga o emprego para ficar em casa e cuidar da educação do filho. Enquanto o pai lhe ensina mecânica de precisão, entre outras coisas, a mãe o estimula a ser curioso sobre tudo, transmite seus conhecimentos de desenho, principalmente aquarela, e de como organizar suas ideias de maneira científica. Assim que Émile atinge idade suficiente, seu pai o coloca para trabalhar em pequenas atividades em sua oficina, impregnando-o com um senso de mecânica e uma

²⁰ O plágio é a prática de assinar, apresentar ou publicar uma obra, seja em partes ou na íntegra, cuja autoria pertence a outra pessoa.

capacidade favorável para o trabalho com as mãos. Aos 13 anos constrói pequenas máquinas a vapor. Impressionados com suas habilidades, seus pais o colocam em um aprendizado para projetar instrumentos óticos e mecânicos, e posteriormente nos estudos de design industrial (CASERTA, 2017, p. 27).

Durante algum tempo de sua vida, Charles-Émile Reynaud foi assistente do fotógrafo Antoine Samuel Adam-Salomon e, em 1862, “[...] Reynaud já obtém suas próprias fotografias, inclusive algumas que ilustrariam um dicionário de ciências aplicadas publicado em 1870” (Caserta, 2017, p. 27). Sendo, durante outra parte de sua vida, assistente de Abbé Moigno, foi refém de palestras sobre catolicismo. Abbé Moigno, ao descobrir que Charles-Émile Reynaud não teve uma educação católica, começou a ensiná-lo sobre a história da bíblia, por meio de projeções em uma lanterna mágica. Não se sabe com precisão se as palestras foram de interesse de Charles-Émile Reynaud, todavia, o aparelho utilizado chamou sua atenção. Dessa forma, ele

[...] inicia, ainda em Puy-en-Velay, apresentações de lanterna mágica no estilo de Moigno que atraem um público entusiasta. Ficam conhecidas através do jornal local como as “aulas de Reynaud”, realizadas uma vez por semana, gratuitamente e abertas ao público. As palestras tratam de física, química, princípios de mecânica e artes industriais aplicadas. [...] Reynaud utiliza dois projetores, que lhe permitem criar fusões entre duas imagens diferentes. A fonte de luz é criada por uma chama de oxigênio-hidrogênio (CASERTA, 2017, p. 29).

A diferença entre o uso por Abbé Moigno e Charles-Émile Reynaud é que o segundo utiliza duas lanternas mágicas, conseguindo, assim, um efeito de sobreposição de imagens, bem como uma espécie de transição entre elas, ao aumentar a intensidade da luz de uma e diminuir a da outra.

Caserta afirma que, “quando, em abril de 1876, a revista *La Nature*, dedicada às ciências e suas aplicações às artes e à indústria, publica uma série de artigos sobre dispositivos que demonstram o efeito de persistência da visão, Reynaud promete construir um brinquedo ótico para seu assistente” (Caserta, 2017, p. 29). Seu assistente era Pierre Tixier, um garoto de 9 anos responsável por colocar as lâminas de vidro nos projetores usados. Com vistas a colocar sua promessa em prática, Charles-Émile Reynaud busca referências nos já citados Joseph Plateau, inventor do fenaquistoscópio,

e William George Horner, o inventor do zootrópio. Surge então, de sua autoria, o praxinoscópio.

Charles-Émile Reynaud, ainda em 1876, após criar o praxinoscópio, solicitou uma patente francesa de sua invenção. Retornando a Paris, depois de uma temporada nos Estados Unidos, o inventor continua aperfeiçoando o praxinoscópio, até conseguir uma forma de realizar projeção em uma tela, tal qual a lanterna mágica. Contudo, enquanto a lanterna mágica projetava imagens estáticas, o praxinoscópio agora projetava imagens em movimento. A partir desse aperfeiçoamento, Charles-Émile Reynaud começa a realizar projeções em teatros cujo público lotava os assentos.

Dessa forma,

[...] exposições públicas regulares do Teatro Ótico para público pagante acontecem no Cabinet Fantastique do Museu Grévin no boulevard Montmartre. O primeiro show inclui três exposições de seus filmes animados: Un Bon Bock, Clown Et Ses Chiens e Le Pauvre Pierrot (Caserta, 2017, p. 33).

Nessas exposições, Charles-Émile Reynaud projetava uma série de imagens desenhadas, passadas em sequência de movimento, que dava a sensação de animação. Elas eram denominadas de *Pantomimes Lumineuses*. Por volta de 1879,

[...] Reynaud projeta o que chamou de teatro praxinoscópio, uma caixa com uma aba articulada onde o praxinoscópio era colocado. Uma janela de visualização na aba superior é alinhada com os espelhos do praxinoscópio e também com uma miniatura decorativa refletida por um painel de vidro posicionado entre eles. Quando observado através da abertura na aba de madeira, as figuras desenhadas na tira se movem em um pequeno palco, numa primitiva forma de projeção frontal (CASERTA, 2017, p. 31).

Entre os anos de 1888 a 1898, Charles-Émile Reynaud produziu cerca de 30 animações, cada uma era composta por aproximadamente 500 imagens. Todavia, com o passar do tempo, seu prestígio, bem como o seu público, foi diminuindo. Em 1910, a novidade do praxinoscópio foi ultrapassada pelo cinematógrafo dos irmãos Lumière. Por mais que tenha feito inúmeras produções, “[...] Reynaud em desespero pega um martelo e despedaça sua criação. Alguns anos depois, joga a maior parte de suas fitas desenhadas no rio Sena, restando apenas duas escondidas por seu filho (Autour D’Une Cabine e Le

Pauvre Pierrot)”²¹ (Caserta, 2017, p. 34-35). Em 1917, esse propulsor da animação foi abandonado em um hospício às margens do rio Sena, o cemitério de grande parte de suas produções e, em 1918, ele faleceu. Em síntese

No decurso do século XIX, sábios e amadores compartilham da invenção e, a cada trajecto, um aperfeiçoamento se define. O fenaquistiscópio de Plateau transforma-se em zootrópio (Horner, 1834), em lanterna mágica animada projectando sobre un écran (von Uchatus, 1853), em desenho animado (praxinoscópio de Reynaud, 1887, e teatro óptico, 1889). Paralelamente, o brinquedo, associado a esse outro jogo para pessoas crescidas que é a fotografia, e embora passando pela extravagante fantasia do milionário Lelan Stanford, torna-se um instrumento de pesquisa (revólver fotográfico de Jansen, 1876, cronofotógrafo de Marey, 1882. E mais: os amadores transformam-se em homens da ciência, e os próprios homens de ciência em amadores: o professor de ciências naturais Reynaud acaba por se ver director dum teatro óptico e Lumière organizador de espetáculos de feira (MORIN, 1970, p. 17).

Faz-se necessário expor algumas linhas sobre Lelan Stanford, uma vez que ele está presente na citação acima. Para isso, é preciso tratar de trazer Eadweard Muybridge, fotógrafo inglês que se mudou para os Estados Unidos no século XIX. Seu trabalho ficou conhecido pela qualidade das fotos de grandes paisagens. Em 1872, Lelan Stanford, “[...] um excêntrico frequentador de hipódromos [...]” (Morin, 1970, p. 15), ex-governador da Califórnia, estava absorto em um debate muito relevante entre os apostadores de corridas de cavalo: ao correr, em algum momento, todas as patas do cavalo ficavam no ar, de modo que ele pareça voar? A fim de responder a essa questão, Lelan Stanford contrata Eadweard Muybridge para tentar registrar uma imagem do cavalo pairando ou não no ar. Ainda não havia sido inventado um sistema que fosse capaz de captar imagens de forma rápida, o que era exigido dado a velocidade na qual os cavalos corriam. Assim, Eadweard Muybridge, depois de muito pesquisar e planejar,

[...] utilizou doze câmeras simultâneas com um obturador que

²¹ A animação *Autour D'Une Cabine* pode ser vista no YouTube através do link <<https://youtu.be/A5MXcxaRXNc>>. Já a animação *Le Pauvre Pierrot* pode ser vista também no YouTube através do link <<https://youtu.be/426mqjB-kAY>>.

permitia a apreensão da imagem em menos de dois centésimos de segundo. Fios conectados a baterias elétricas pontuavam o trajeto a ser percorrido pelo cavalo: ao rompê-los, o animal acionava as objetivas sucessivamente, tendo como resultado uma série de negativos (BUCCINI, 2017, p. 64).

O resultado desse primeiro teste foi inconclusivo. Então Eadweard Muybridge decidiu dobrar o número de câmeras utilizadas, o que possibilitou a confirmação da hipótese de que o cavalo “voava”. Esse método desenvolvido por Eadweard Muybridge foi um dos responsáveis por, mais tarde, em 1999, o filme Matrix, ter sido filmado. Em consonância com Rafael José Oliveira Ofemann,

Em 1999, a produção hollywoodiana Matrix introduziu uma série de novos efeitos visuais no cinema. Técnicas de captura de imagem foram usadas para proporcionar a sensação de que as personagens do filme flutuam no ar e desviam de projéteis, distorcendo o continuum espaço-temporal. Para produzir estas imagens espetaculares, o método de captura consistia em filmar o movimento dos atores e atrizes no centro de um círculo formado por dezenas de câmeras, [...] Criado por John Gaeta, o efeito que ficou conhecido como bullet time era finalizado na montagem usando sequencialmente as imagens de cada câmera que, ao serem reproduzidas em câmera lenta, realizavam um giro ao redor da personagem provocando no espectador a sensação de suspensão temporal. A técnica, considerada inovadora, foi amplamente utilizada nos anos seguintes (OFEMANN, 2017, p. 15).

Os resultados referentes a essa descoberta de Eadweard Muybridge foram amplamente divulgados na mídia. Nesse sentido, “a diferença essencial entre a técnica criada por Muybridge e a de Gaeta para Matrix é que o destino final da última já é o entretenimento, enquanto a de Muybridge, no momento de sua produção, ainda era uma experiência estritamente científica” (Ofemann, 2017, p. 16). Com isso, ele começou a viajar pela Europa e Estados Unidos dando palestras sobre a locomoção animal. Dessa forma, “baseando-se em inventos como a Lanterna Mágica, o Zoetrope e o Phenakistoscope, em 1879, Muybridge desenvolveu um projetor primitivo chamado Zoopraxiscope” (Buccini, 2017, p. 64). Essa invenção era utilizada para ilustrar suas

palestras, uma vez que os chamados *negacionistas*, como bem conhecemos na contemporaneidade, questionavam suas conclusões obtidas e provadas por sua captura. No início, o zoopraxiscópio “[...] utilizava um disco de vidro com imagens em silhuetas pintadas sobre sua superfície. Em 1982, começou a usar desenhos a traços impressos no vidro fotograficamente e coloridos à mão” (Buccini, 2017, p. 64).

Outro nome de grande relevância na invenção de máquinas que mais tarde influenciaram o cinema da contemporaneidade é o francês Louis Le Prince, também com uma história trágica.

Em 28 de agosto de 1841, nascia na cidade de Metz, na França, Louis Aimé Augustin Le Prince. Filho de um major prestigiado e respeitado da Légion d’Honneur, uma ordem francesa criada por Napoleão Bonaparte em 1802, Le Prince sempre foi uma criança muito curiosa e isso certamente contribuiu para o seu futuro quando foi apresentado a Louis Daguerre. O melhor amigo de seu pai era simplesmente o inventor da fotografia moderna através de um aparelho chamado daguerreótipo, um equipamento responsável pela produção de imagens fotográficas sem negativo (ARAÚJO, 2020).

Em 1886, ele criou uma câmera com 16 lentes e, assim, solicitou uma patente, a recebendo em 1888. Quando vai para Inglaterra, Louis Le Prince constrói uma câmara, composta por uma caixa de madeira, com duas lentes fotográficas. Uma permitia o operador visualizar o que estava fotografando, a outra, permitia a entrada da luz. Ao girar uma manivela, era possível movimentar dois mecanismos dentro da caixa: uma fita de papel fotográfico, produzida pela Kodak²², passava do rolo de cima para o rolo de baixo. Nesse movimento, o papel fotográfico, sensível à luz, era exposto a ela. Quanto maior a velocidade de giro da manivela, maior era o número de fotografias registradas em sequência, o que causava um efeito de ilusão ao olho humano, causando a impressão de estar vendo um movimento contínuo.

Ele construiu uma nova câmera, só que essa de lente única, pois o homem chegou à conclusão que não se tratava simplesmente de abrir e fechar o obturador 16 vezes por segundo, o que

²² O nome Kodak foi pensado por George Eastman, que, de forma comercial, criou o primeiro rolo de filme celulóide transparente e flexível. Atualmente é uma empresa que produz vários produtos relacionados com a fotografia.

resultava em desfoque devido à exposição incorreta da cena. Le Prince, então, criou uma espécie de grampo que parava o filme toda a vez que o obturador abria, mas para que não causasse seu rompimento ao longo do processo, ele precisava que o filme só se movesse quando o obturador fosse fechado (ARAÚJO, 2020).

Por advento desse equipamento, em outubro de 1888, ele produziu o primeiro vídeo conhecido, *Roundhay Garden Scene*²³, três anos antes de Thomas Edison anunciar o cinetoscópio, e sete anos antes do Lumiere realizar a *primeira* exibição comercial de um filme em uma sala de cinema. Em setembro de 1890, Louis Le Prince se preparava para voltar ao Reino Unido para patentear essa sua nova invenção, contudo,

No início de setembro de 1890, no mês da exibição pública de seus feitos, Le Prince foi a Bourges, na França, para visitar alguns amigos antes de voltar à Nova York para seu evento. Em 13 de setembro, ele viajou para Borgonha, em Dijon, onde morava seu irmão, Albert. Três dias depois, Albert embarcou Le Prince num trem de volta à Paris para encontrar com amigos que o esperavam na estação. Só que ele nunca desceu. Pior, não havia rastros de que alguma vez o inventor tenha pegado aquele trem, muito embora seu irmão pudesse testemunhar o contrário. Ainda por cima, o expresso de Dijon até Paris não possuía nenhuma parada, logo, era impossível que Le Prince não estivesse a bordo (ARAÚJO, 2020).

Exceto o seu irmão Albert, nenhum outro passageiro havia visto Louis Le Prince na estação ou dentro de algum vagão. Com isso, “a polícia francesa começou as buscas imediatamente [...]. Apesar de tantas investigações, não havia pista nenhuma acerca do paradeiro do inventor [...]. Sua bagagem não foi localizada, tampouco seu cadáver. O trem não parou para que ele descesse” (Araújo, 2020). Levando em consideração que Louis Le Prince tinha 1,90 de altura e costeletas bem marcadas, o que era considerado um padrão de beleza da época, não era muito difícil que ele chamasse atenção por onde passasse. Seu desaparecimento continua sendo um mistério não resolvido. Durante a época em que ocorreu, e ainda hoje, é seguido por muitas especulações e teorias²⁴.

²³ O filme pode ser visto no YouTube pelo link: <https://youtu.be/tc-L9_4jGc4>.

²⁴ Cf. FISCHER, Paul. **The Man Who Invented Motion Pictures: A True Tale of Obsession, Murder, and the Movies**. Nova York: Simon & Schuster. 2022.

[...] segundo a família de Le Prince, a concorrência de Thomas Edison, o famoso inventor que possuía um histórico de levar o crédito pelas criações de outras pessoas, estaria por trás desse desaparecimento. Essa teoria se fortificou quando Edison afirmou ter sido o único inventor da imagem em movimento e da câmera cinematográfica, e exigiu ganhar os royalties sobre uma patente em aberto, sendo que já conhecia os registros de Le Prince. A Mustoscope Company processou Edison pelos créditos na patente e chegou a chamar Adolphe Le Prince, filho do inventor, como testemunha. Eles não ganharam a causa, mas um ano depois a decisão foi anulada. Logo em seguida, Adolphe foi morto a tiros em Nova York aos 29 anos de idade. Nunca descobriram seu assassino (ARAÚJO, 2020).

Pouco tempo após a morte de Louis Le Prince, Thomas Edison tentou levar crédito pela invenção da câmera de cinema. Contudo, o filho e a viúva de Le Prince lutaram para defender o legado do inventor. O tribunal decidiu o processo em favor de Thomas Edison, que reivindicava direitos autorais sobre uma invenção que não era dele. Em 1901, o filho de Louis Le Prince é encontrado morto. Para a sua mãe, esse episódio foi uma retaliação por todo o ocorrido no tribunal. É possível perceber que, ao longo da história, não basta apenas ter boas ideias e mínimas condições de colocá-las em prática, ainda que seja por meio de protótipos. O que acaba contando no final é o dinheiro e a influência.

O já citado Thomas Edison, em certo grau, não pode ser considerado um inventor, senão um industrial, detentor de diversos laboratórios que, por sua vez, abrigava centenas de engenheiros, cientistas, pesquisadores, entre outros, para inventar coisas. Quando algo era inventado, a patente não era registrada no nome dos engenheiros, cientistas, pesquisadores e outros colaboradores, mas no nome da empresa de Thomas Edison.

Em 1888, Eadweard Muybridge, aquele que fotografou cavalos correndo para Lelan Stanford, estava visitando o estado de Kentucky, dando suas palestras e utilizando sua invenção, o zoopraxiscópio. Thomas Edison, que estava presente nessa palestra, se encontrou com Eadweard Muybridge nas instalações de seu laboratório dois dias após essa palestra. Nesse encontro, foi firmado um acordo para trabalharem juntos, unindo o zoopraxiscópio de Muybridge e o fonógrafo de Edison, um aparelho que gravava som em um cilindro e o reproduzia.

A invenção que surgiria com a fusão dessas outras duas tinha como pano de fundo o intuito de unir imagem e som. Todavia, a intenção de Thomas Edison era desenvolver o seu próprio zoopraxiscópio, para retirar o Eadweard Muybridge da cena. Assim, em 1888, Thomas Edison apresentou uma solicitação preliminar de uma patente, junto ao escritório de patentes dos Estados Unidos. Dessa forma, no primeiro semestre de 1889, o funcionário Willian Kennedy Laurie Dickson recebe a ordem de Thomas Edison para trabalhar nessa ideia de registro de imagens em movimento²⁵. O que Thomas Edison queria era aproveitar como o fonógrafo funcionava e replicar isso para captar as imagens. O problema era que o espaço do cilindro era muito limitado. Assim, em 1889, os técnicos dos laboratórios de Thomas Edison decidem enrolar fitas de celulóide no cilindro para permitir que mais cenas fossem capturadas. Essas fitas de celulóide, desenvolvidas e disponibilizadas por John Carbutt, substituiriam as chapas de vidro utilizadas por Charles-Émile Reynaud.

Nos laboratórios de Thomas Edison, os experimentos com tiras de filme fotográfico continuam e, nesse contexto, surge o considerado *primeiro filme gravado nos Estados Unidos – o Monkeyshines n.1*²⁶. Em 1891, advindo dos diversos testes feitos, surge então o quinetoscópio. Esse aparelho “possuía um visor através do qual se podia assistir, mediante a inserção de uma moeda, a exibição de uma pequena tira de filme em que apareciam imagens em movimento de lutas de boxe, bailarinas, cenas eróticas, números cômicos [...]” (Costa, 2005, p. 36-37).

Esse aparelho, movido por um motor elétrico, girava um mecanismo que abria e fechava o obturador, permitindo a entrada da luz. Tudo isso, girando dois rolos de filme dentro da câmera.

[...] o quinetógrafo era a câmera que viria produzir esses filmes para serem passados no quinetoscópio. Suas atividades nesse ramo, iniciou-se em abril de 1894 em Nova York onde Thomas Edison instalou o primeiro salão de quinetoscópios sendo no total de dez máquinas. Edison produzia seus filmes em um pequeno estúdio construído nos fundos de seu laboratório. O local era pintado de preto e tinha um teto retrátil que deixava penetrar a luz do sol e que também girava para acompanhar a luz solar. Esse aspecto estranho de estúdio, fora dos padrões comuns conhecidos hoje, lhe rendeu o nome de “Black Maria”, pois se parecia com os camburões da polícia da época. Dentro desse

²⁵ Cf. BALIO, Tino. Part I: A Novelty Spawns Small Businesses, 1894-1908. In. BALIO, Tino. **The American Film Industry**. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

²⁶ O filme pode ser visto no YouTube pelo link: <<https://youtu.be/QTcZnxraHgg>>.

estúdio eram filmados atletas, bailarinas, acrobatas e palhaços contra um fundo preto iluminados pelo sol (AQUINO, 2012, p. 12).

Os primeiros filmes exibidos por Thomas Edison não eram projetados em uma tela com o uso de um projetor. As películas eram exibidas em uma caixa de madeira, as pessoas as assistia individualmente. Em 1893, Edison, como de costume, vai a um escritório para registrar a patente do invento. Todavia, houve conflitos. Não havia definição se o registro era para o quinetógrafo - a câmera que gravava, para o quinetoscópio – equipamento no qual eram exibidos os filmes - ou para os dois. Essa confusão só foi sanada em 1897. Sobre a confecção dos filmes exibidos, Thomas Edison os produzia

[...] em um pequeno estúdio construído nos fundos de seu laboratório. O local era pintado de preto e tinha um teto retrátil que deixava penetrar a luz do sol e que também girava para acompanhar a luz solar. Esse aspecto estranho de estúdio, fora dos padrões comuns conhecidos hoje, lhe rendeu o nome de “Black Maria”, pois se parecia com os camburões da polícia da época. Dentro desse estúdio eram filmados atletas, bailarinas, acrobatas e palhaços contra um fundo preto iluminados pelo sol (AQUINO, 2012, p.12).

A ‘primeira exibição’ de filmes ocorrida nos Estados Unidos em nada se assemelham às salas de cinema que conhecemos na contemporaneidade. A primeira sala comercial para exibição dos filmes produzidos por Thomas Edison foi aberta em Nova York, em 1894, chamada *Holland Bros*. No salão, destinado à exibição, haviam dispostos dez quinetoscópios, distribuídos em duas fileiras, onde cada um exibia um filme diferente. O valor, convertendo em reais, era de 25 centavos para ver cinco filmes, ou 50 centavos para ver os dez filmes. Levando em conta a cotação da época, era um valor muito alto. Por essa mesma quantia era possível ir ao teatro, ao circo ou a um parque de diversões. Todavia, o sucesso da exibição foi tão grande que diversos empresários entraram em contato com Thomas Edison querendo comprar a invenção para exibir em outros locais. Além do quinetoscópio, também eram comercializados os filmes. De acordo com Arlindo Machado, “[...] o quinetoscópio comercializado por Edison difere dos outros modelos de cinema experimentados pelos demais inventores, não apenas pelo estilo *peepshow* do aparelho, concebido para recepção em escala individual, mas

também por ser o único modelo sonoro [...]” (Machado, 2014, p. 142). Todavia, esse fato não quer dizer que os filmes já exibidos anteriormente não contemplavam esse aspecto sonoro. Os espaços para exibição contavam com cantores e musicistas para realizar o som da cena projetada. A questão é que os funcionários de Thomas Edison conseguiram a proeza de fusionar esses dois.

Nesse mesmo período, na Europa, o quinetoscópio de Thomas Edison também fazia sucesso. Em Paris, ele foi visto pelo fotógrafo e pintor, Antoine Lumière, o pai de Auguste e Louis Lumière. Morando na cidade de Lyon, Antoine Lumière abriu um negócio de chapas fotográficas. Pensando, literalmente, fora da caixa, ele encorajou seus filhos a criarem uma forma, de exibir filmes, diferente da proposta por Thomas Edison. Temos aqui a gênese do cinematógrafo. Segundo Edgar Morin, “por mais limitado que seja, o cinematógrafo Lumière é já, de facto, um microcosmo do cinema total, o qual, em certo sentido, é a ressurreição integral do universo dos duplos” (Morin, 1970, p. 57).

Os irmãos Lumière fizeram o uso de uma película de celulóide banhada em uma emulsão química de fabricação própria, cortaram o filme em tiras e perfuraram buracos nas laterais na fita cortada. Pense naqueles negativos de fotos usados para revelação nos anos 2000. O que os Lumière utilizavam eram parecidos com eles. Os buracos seriam utilizados para que o mecanismo interno da câmera pudesse enganchar e mover o filme dentro da câmera, que consistia em um

[...] aparelho no qual utilizava-se filme de 35 milímetros, que na verdade era um maquinário que se baseava nas máquinas de costura que captavam as imagens numa velocidade de 16 quadros por segundo, que logo em seguida tornou-se padrão na época, diferentemente dos 46 quadros por segundo usados por Edison (AQUINO, 2012, p. 12-13).

A principal vantagem do cinematógrafo em comparação ao quinetoscópio era o peso. Enquanto a invenção de Thomas Edison tinha 453 quilos, a dos Lumière tinha nove quilos. Além disso,

[...] a máquina dos Lumière era ao mesmo tempo câmera e projetor, não utilizava luz elétrica e era acionada por manivela. Devido ao seu pouco peso, podia ser transportada facilmente e assim filmar assuntos mais interessantes que os de estúdio, encontrados nas paisagens urbanas e rurais, ao ar livre ou em locais de acesso complicado. Além disso, os operadores do Lumiere atuavam também como cinegrafistas e multiplicavam as

imagens do mundo para fazê-las figurarem nos seus catálogos (COSTA, 2005, p. 43).

O sucesso do cinematógrafo se deu entre os chamados cineastas da época e, dessa forma, se tornou padrão entre os primeiros que tinham o interesse em produzir filmes. Além disso, “os irmãos Lumiere ofereciam um esquema de marketing muito interessante para os vaudevilles, que eram seu alvo predileto no mercado” (Costa, 2015, p. 2005).

Os Vaudevilles, a saber, inicialmente “[...] tinham surgido a partir de teatros de variedades - com conotações exclusivamente eróticas - que, em geral, funcionavam anexos aos chamados ‘salões de curiosidades’ [...]” (Costa, 2005, p. 40). Por mais que tenha esse marco em seu início, o Vaudeville, por volta de 1896, se despede desse erotismo, e passa a ser uma forma de diversão popular mais recatada.

Um show no Vaudeville, de acordo com Thais Chagas da Costa (2005), poderia durar por volta de dez a vinte minutos. Os atos não tinham, necessariamente, conexão narrativa entre si, podendo incluir acrobacias de animais, encenação de comédia, demonstração de força física, declamação de poesia, exibição de filmes, entre outros. Nesse contexto, “[...] em maio de 1895, que o Cinematógrafo Lumière estreou nos Estados Unidos, fazendo um tremendo sucesso” (Costa, 2005, p. 41), entrando no território de Thomas Edison. Veja, os primeiros filmes exibidos já diferem dos que conhecemos hoje no aspecto de local e tempo de duração, além de serem “[...] em sua ampla maioria, feitos em uma única tomada [...]” (Costa, 2005, p. 43). Dentro dos Vaudevilles, eles eram atrações autônomas que se encaixavam entre uma diversidade de outros atos. Para Arlindo Machado,

O cinema, mesmo o cinema *stricto sensu*, ou seja, que se constitui a partir do cinematógrafo de LeRoy, Edison, Paul, Skladanowsky e dos Lumière, não era ainda, nos seus primórdios, o que hoje chamamos de cinema. Ele reunia, na sua base de celulóide, várias modalidades de espetáculo derivadas das formas populares de cultura, como o circo, o carnaval, a magia e a prestidigitação, a pantomima, a feira de atrações e aberrações etc. Como tudo o que pertence à cultura popular, ele formava também um outro mundo, um mundo paralelo ao da cultura oficial, um mundo de cinismo, obscenidades, grossuras e ambiguidades, onde não cabia qualquer escrúpulo de elevação espiritualista abstrata (MACHADO, 2014, p. 73).

Com relação aos filmes produzidos pelos irmãos Lumière, a grande maioria mostrava cenas de seu cotidiano familiar, como crianças brincando, eles próprios alimentando seus filhos, dentre outras práticas. Em 1895 acontece a primeira exibição comercial de um dos filmes produzidos, no Grand Café, em Paris, a primeira sessão de cinema na Europa, onde foi cobrado ingresso. O filme exibido foi *A chegada do trem à estação de La Ciotat*²⁷, em francês, *L'arrivée d'un train en gare de La Ciotat*. Não há evidências, seja nos jornais da época ou em boletins policiais, sobre pessoas entrando em pânico na exibição desse filme, como é costumeiramente lido. Estava aqui, depois da contribuição de muitos nomes, o cinema como o conhecemos na contemporaneidade. Como afirma Morin,

O cinematógrafo dispõe do *encanto da imagem*, ou seja, renova ou exalta a visão das coisas banais e quotidianas. A qualidade implícita do duplo, os poderes da sombra e uma certa sensibilidade à fantasmagoria, vem reunir os seus prestígios milenários no seio da ampliação fotogénica e atrair as projecções-identificações imaginárias melhor, muitas vezes, mais que a própria vida prática. [...] Lumière revela desde as primeiras sessões os prazeres da identificação e a necessidade do reconhecimento; aconselha os seus operadores a filmar as pessoas na rua [...] (MORIN, 1970, p. 115-116).

Todavia, por mais que diversas exibições de filmes, ainda não em um espaço denominado cinema, estivessem acontecendo em alguns países, com números significativos de público, isso não significava, entretanto, “[...] que o cinema tivesse alguma respeitabilidade como atração autônoma, muito menos como uma forma de arte” (Costa, 2005, p. 23). O cinema não nasceu como arte, alcançou esse status com Ricciotto Canudo²⁸. O que, de fato, é o cinema? O resultado da animação de fotografias? Para Morin, “o cinema é, pois, o mundo, mas um mundo meio assimilado pelo espírito humano. Assim como também é o espírito humano, mas projectado este, activamente, no mundo, em todo seu trabalho de elaboração e de transformação, de permuta e de assimilação” (Morin, 1970, p. 245).

Conclusão

²⁷ O filme pode ser visto no YouTube pelo link: <<https://youtu.be/CUgyS7i4TDg>>.

²⁸ Cf. CANUDO, Ricciotto. **Manifeste des sept arts**. Paris: Séguier, 1995.

A história do cinema não se configura como linear. Tampouco se pode dizer de um genitor dessa sétima arte, que menos ainda nasceu com esse status. Retomando a frase que abre esse breve mapeamento, extraída do filme *Somente o Mar sabe*, “*as pessoas que pensam na mesma coisa estão sempre ligadas, por maior que seja a distância entre elas*”. Ao encarar a frase dita por Donald Crowhurst, é possível fazer emergir a compreensão de que a Arte do cinema só foi possível graças a pessoas que, mesmo distantes geograficamente, compartilhavam de um mesmo objetivo: colocar animação em imagens estáticas.

Por mais que todo o caminho apresentado neste breve mapeamento tenha tido como recorte as máquinas, configura-se reducionista a compreensão de que o cinema pode ser reduzido a uma mera positividade científica, tipicamente europeia. Os caminhos que levaram ao cinema como se conhece na contemporaneidade partem de diversos locais, nomes e invenções, não sendo assim, um sistema isolado, senão um trabalho colaborativo, mesmo que não houvesse sequer a concepção de tal fato. Foi esse espaço e sua forma enquanto Arte que permitiu que grupos se encontrassem para o consumi-lo. E aqui não somente um consumo capitalista, mas capaz de causar impactos no axiológico humano.

Referências

AQUINO, Rafael. **O Cinema Como Fonte de Inspiração na Produção de Filmes Publicitários**. Disponível em: <https://biblioteca.univap.br/dados/00002a/00002a81.pdf>. Acesso em 20 de set. 2022.

ARAÚJO, Julio Cezar. **Le Prince: O Polêmico Fim do Gênio Esquecido do Cinema**. Disponível em: <https://www.megacurioso.com.br/misterios/114268-le-prince-o-polemico-fim-do-genio-esquecido-do-cinema.htm>. Acesso em 22 set. 2022.

BERNADET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BUCCINI, Marcos. **O INSTANTE E O MOVIMENTO: a influência da fotografia de Muybridge e Marey**. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/CARTEMA/article/view/234555/27738>. Acesso em 21 set. 2022.

CASERTA, Gilberto. **Um Olhar Contemporâneo Sobre o Cinema Sem Câmera de Charles-Émile Reynaud**. Disponível em: <https://uniso.br/mestrado-doutorado/comunicacao-e-cultura/dissertacoes/2017/gilberto-caserta.pdf>. Acesso em 21 set. 2022.

COSTA, Flávia Cesarino. **O Pioneiro Cinema - espetáculo, narração, domesticação**. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

COSTA, Thais Chagas. **Imagem em Movimento: Caminhos Possíveis para**

Produção de Animação. Disponível em:
[https://www2.ufrb.edu.br/artesvisuais/images/TCCs -
_Trabalhos de Conclus%C3%A3o de Curso/TCC 2019/TCC THAIS CHAGAS DA
COSTA IMAGEM EM MOVIMENTO CAMINHOS POSSI%CC%81VEIS PARA P
RODUC%CC%A7A%CC%83O DE ANIMAC%CC%A7A%CC%83O 2019.pdf](https://www2.ufrb.edu.br/artesvisuais/images/TCCs_-_Trabalhos_de_Conclus%C3%A3o_de_Curso/TCC_2019/TCC_THAIS_CHAGAS_DA_COSTA_IMAGEM_EM_MOVIMENTO_CAMINHOS_POSS%C3%80VEIS_PARA_PRODUC%C3%A7%C3%A3O_DE_ANIMAC%C3%A7%C3%A3O_2019.pdf). Acesso
em: 20 set. 2022.

MACHADO, Arlindo. Apresentação. In: COSTA, Flávia Cesarino. **O Pioneiro Cinema - espetáculo, narração, domesticação.** Rio de Janeiro: Azougue, 2005.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas e pós-cinemas.** São Paulo: Papirus, 2014.

METZ, Christian. **A significação no cinema.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário.** Moraes Editores, 1970.

OFEMANN, Rafael José Oliveira. **CULTURA PARTICIPATIVA NA CIBERCINEFILIA Produção e consumo cinéfilo na internet.** Disponível em:
[https://tede2.espm.br/bitstream/tede/253/2/RAFAEL%20J%20OLIVEIRA%20OFEM
ANN.pdf](https://tede2.espm.br/bitstream/tede/253/2/RAFAEL%20J%20OLIVEIRA%20OFEMANN.pdf). Acesso em: 29 de nov. 2022.

**“SISTER, THERE’S A MILLION DIFFERET RACES BUT WE ALL SHARES
THE SAME FUTURE IN THE WORLD”: O FEMINISMO NORTE-
AMERICANOS E OS SEUS IMPACTOS**

João Paulo Brito Lima

Graduado do curso de licenciatura plena em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em 2017. Mestre em 2021 pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), aluno bolsista do CNPQ.

UFCG – Campus Campina Grande
joaopaulolima156@gmail.com

RESUMO

O trecho acima diz assim: “Irmã / existem milhões de diferentes raças / mas nós todos dividiremos o mesmo futuro no mundo”, é da música *Angela*, composta por John e Yoko em 1971 e lançada em 1972, e foi direcionada a Angela Davis, no que sua história esbarrou na do casal Lennon na década de 1970. Yoko Ono foi uma das grandes feministas do século XX, na qual, utilizou de seus trabalhos artísticos de vanguarda para propagar as mensagens feministas nos anos 60, e com muito mais afinco após seu casamento com John Lennon, que percebeu a importância do homem no combate ao patriarcado e na eclosão dos direitos feministas por igualdade, não superioridade sobre os homens. Essas e outras colocações podem ser estudadas e debatidas graças à uma vasta bibliografia feminista que será debatida neste trabalho, como Perrot (2019) e Hooks (2020), onde nos faz entender as três “ondas” divisórias do feminismo norte-americano, onde é justamente que serve de “palco” para as performances de Yoko Ono como também sua atuação em prol do feminismo.

PALAVRAS-CHAVE: Yoko Ono. John Lennon. Feminismo. História.

INTRODUÇÃO

Antes de começar a discorrer sobre o assunto, é importante frisar que feminismo é um conceito construído. Esse feminismo que nós estudamos neste trabalho, buscava, em um primeiro momento, além do sufrágio (o direito ao voto), uma igualdade social em

campos como intelectual, econômica, política e sexual. Em um sentido amplo, pode-se afirmar que sempre que as mulheres - individual ou coletivamente - criticaram o destino injusto e muitas vezes amargo que o patriarcado lhes impôs e reivindicaram seus direitos por uma vida mais justa estamos diante de uma ação feminista [...] (GARCIA, 2011, p. 13).

O feminismo e todos os seus estudos teórico-metodológico estão aí para auxiliar todas as pessoas a desmistificar esse preconceito que as feministas querem ser maiores e melhores que os homens. Pelo contrário, elas querem ter o mesmo direito, o mesmo tratamento, de forma igualitária e justa. Ele pode ser empregado em vários aspectos e camadas das relações sociais, trazendo a mulher de igual para o homem, juntamente com sua sabedoria, seus ensinamentos e sua visão de vida e de mundo. As mulheres da nossa sociedade têm e muito o que contribuir com a população em termos de cultura, de economia, de valores éticos e morais, e em muitos outros aspectos.

Não somente isso, o feminismo não é somente uma espécie de manual de como uma mulher deve realmente se comportar, mas também é de grande auxílio no que diz respeito a figura masculina. O feminismo pode contribuir com homem em sua vivência cotidiana, no que diz respeito em ajudá-lo em casa, no trabalho, na escola, na política, na cultura, nas artes, e entre tantos outros segmentos.

O feminismo pode ajudar a mulher a decidir e ter autonomia sobre seu corpo, sem medo e sem restrições. Neste sentido, tanto mulheres quanto homens que possuem acesso a uma educação feminista desenvolvem uma consciência crítica e podem empoderar-se acerca dos direitos sobre seu corpo e a reprodução. Questões como o corpo, o ser, a ter direito de escolher se quer se reproduzir ou sobre aborto livre, espontâneo e seguro, fora outros métodos contraceptivos, pode contribuir para que a mulher tenha o controle de si mesma e ficar cada vez mais fora do controle patriarcal e machista mantenedor de uma família sem ser desejada nem planejada. Quantos de nós somos frutos de gravidez indesejadas e assim não recebemos o amor, o cuidado e a atenção de nossos pais?

O feminismo também pode impactar nas questões de beleza física e corporal das mulheres. Por exemplo, em nossa sociedade capitalista, controladora e vaidosa, a mulher é condicionada pelas grandes marcas de roupas e produtos de beleza a se apresentar sempre bem vestida, maquiada, impecável. Eles esquecem que a mulher muitas vezes é mãe, dona de casa, com pouca escolaridade e trabalha fora a mercê de salários irrisórios que mal dar de conta do sustento de sua família. A mulher deve, de acordo com ditames dessa sociedade, ter o corpo físico em perfeitas condições. Ser muito magra, de cabelos loiros, liso, sem estrias, rugas ou gorduras localizadas.

Com esse tipo de conduta, homens e mulheres sofrem com as pressões das

grandes empresas. Não conseguindo competir com as exigências do mercado da beleza e da moda, que cada vez mais apresentam tendências e padrões quase impossíveis de serem atingidos, as mulheres apresentam distúrbios como bulimia, depressão, baixa autoestima e outros problemas psicológicos.

Para os homens, que vislumbram achar a mulher perfeita, são frustrados quando lidam com uma mulher com gordurinhas no quadril, com estrias, pelos pubianos e nas axilas, seus cabelos são crespos e a vagina tem um odor próprio, sendo totalmente saudável e normal. O feminismo vem ajudar nesse quesito nos mostrando que a mulher não precisa ser perfeita para se sentir bem, como também vem desmistificar essa idealização de mulher perfeita. Ela deve agradar primeiro a si mesma e não se matar, literalmente, em uma gama de procedimentos cirúrgicos e estéticos caríssimos e nenhum pouco saudáveis ou recomendáveis.

[...] Desafiar o pensamento sexista em relação ao corpo da mulher foi uma das intervenções mais poderosas feitas pelo movimento sexista contemporâneo. Antes da libertação das mulheres todas as mulheres, mais jovens ou mais velhas, foram socializadas pelo pensamento sexista para acreditarem que nosso valor estava somente na imagem e em ser ou não notada como uma pessoa de boa aparência, principalmente por homens [...] (HOOKS, 2020, p. 57).

Como dito acima, Bell Hooks nos alerta que, fazer as pessoas entenderem que a idealização de perfeição do corpo das mulheres é algo utópico e que, intervir nos discursos sobre o corpo da mulher foi e ainda é um dos grandes desafios para o movimento sexista. Em um mundo contemporâneo onde cada vez mais a imagem externa está sendo posta à prova a todo momento nas redes sociais e em outros meios de comunicação e visualização.

A cobrança excessivamente extenuante para que as mulheres encaixem suas vidas e seus corpos em um padrão de beleza enrijecido, faz com que se acredite, em muitas situações, que as mulheres estão capacitadas, para uma vaga de emprego, por exemplo, se sua aparência estiver dentro das normas estabelecidas. O que não é verdade. Uma boa aparência não é sinônimo de capacidade intelectual, moral ou mental, por exemplo. Sendo assim, esse é um dos muitos desafios do movimento sexista: fazer com que as mulheres sejam notadas, levadas em consideração, em qualquer esfera de relação social, não somente por sua aparência externa, mas por suas capacidades cognitivas, físicas e

intelectuais. Porém, devemos entender que este não é o único desafio do movimento feminista.

O feminismo, em sua gama de lutas em prol dos direitos de igualdade das mulheres, também traz em seu portfólio de suas frentes de lutas, a luta de classes feminista. Pois quando o movimento feminista começou, as mulheres de classes privilegiadas conseguiram trazer para o centro das atenções as suas questões e preocupações como sendo as questões iguais para todas as mulheres e que elas deveriam ser o foco das lutas e insatisfações. As mulheres começaram a debater e discutir sobre a questão da classe social bem antes da questão da raça, pelo fato dos problemas econômicos atingirem as mulheres de todas as cores e raças.

Um dos problemas foi que as mulheres privilegiadas receberam toda uma educação esmerada no seio de sua família bem estruturada e economicamente elevada, passaram por provações e oposições também e tiveram que quebrar certos paradigmas. Por exemplo, quando essas mulheres atingiram a idade adulta, tentaram encontrar trabalhos fora de casa, e isso já foi algo a ser transpassado, pois com essa atitude, elas lidavam com a resistência da família, do marido e da sociedade que viviam. Bem, transpassando essa barreira, elas perceberam que os empregos disponíveis para elas, mulheres adultas, brancas e privilegiadas, não se diferenciavam muito dos trabalhos oferecidos a mãos de obras menos qualificadas e suas remunerações eram igualmente irrisórias.

Então muitas delas desafiaram a sociedade e as suas famílias, mesmo com todos esses problemas, aceitaram as condições de trabalho e se lançaram em empregos fora de seus lares. Uma dessas mulheres que tinham os privilégios de ser branca, morar em um bairro favorecido de Liverpool, e com um bom casamento, foi Mary Elizabeth Smith (1906-1991), a Tia Mimi de John Lennon. Mimi Smith não tinha filhos, era de classe média e, apesar de não trabalhar numa fábrica, trabalhava em sua casa. Além de cuidar de seu sobrinho junto com seu marido George Smith, que tinha uma pequena fazenda leiteira próxima de onde eles moravam, Mimi transformou sua residência em uma pensão para estudantes. Então ela mantinha todas as roupas de cama limpas, cuidava das refeições e arrumava os cômodos de seus inquilinos. Apesar de não ser um trabalho nas grandes fábricas têxteis inglesas, ainda assim não devemos desmerecer o intuito de Mimi em ajudar seu marido com as contas da casa, abrindo-a para alugar os quartos para estranhos.

Dito isto, o feminismo norte-americano, segundo Garcia (2011) ficou dividido em três ondas: **A Primeira Onda**, aconteceu nos Estados Unidos no século XIX, após a abolição da escravidão nos Estados Unidos, no qual foi decretada em 1º de janeiro de 1863 com a Lei de Emancipação dos Escravos e foi reafirmada com a promulgação da 13ª

Emenda Constitucional em 1865, após o fim da Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865). A **Segunda Onda** já está inserida em um contexto pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que as mulheres passaram a discutir sobre o uso de contraceptivos, minissaias, uso de drogas alucinógenas e um sexo mais livre, casual, sem a necessidade de um namoro ou uma união heterossexual ou homoafetiva.

A PRIMEIRA ONDA FEMINISTA

Em um primeiro momento houve um crescimento dos movimentos e protestos sociais que ficaram conhecidos posteriormente como a “**Primeira Onda Feminista**” nos Estados Unidos, aconteceu para a garantia dos seus direitos e sua igualdade por lei. Esta onda feminista juntamente com outros movimentos sociais nos Estados Unidos surgiu no século XIX, na maior parte como uma crítica a falta dos direitos de igualdade, de humanidade, e também uma crítica ferrenha sobre a concentração de grandes quantidades de riquezas nas mãos de poucos, a maioria empresários, devido à crescente industrialização que vinha acontecendo em meados do século XIX e que atingiria o ápice no século seguinte.

O movimento sufragista também representou a primeira onda do feminismo, luta histórica pela igualdade de gênero, que buscava, em sua primeira fase, garantir às mulheres o direito ao voto. Nessa época, as mulheres que protagonizaram a primeira onda feminista foram mulheres ~~infla~~ com o fato de que, em 1870, o direito de votar foi estendido aos negros com a vigência da 15ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos. Essas mulheres haviam estudado – em geral, filhas da classe burguesa – estavam reivindicando os direitos femininos à educação, ao trabalho em suas áreas de formação (vale lembrar que as mulheres pobres já trabalhavam nas indústrias e nas manufaturas há pelo menos 200 anos), ao divórcio e à participação política.

O primeiro país democrático a reconhecer o direito ao sufrágio feminino foi a Nova Zelândia, no ano de 1893. Esse direito somente foi reconhecido após uma intensa luta liderada pela feminista neozelandesa Kate Sheppard. Tomando conhecimento o feminismo de Kate Sheppard acerca das conquistas das mulheres neozelandesas, iniciou-se um intenso movimento pelo sufrágio feminino ao redor do mundo, como na Inglaterra, por exemplo, no ano de 1897, que, após radical intensificação e anos de luta, conquistou o direito ao voto feminino no ano de 1918.

A partir daí, mulheres de todo o mundo passaram a reivindicar o direito ao voto em diferentes países. Nos Estados Unidos, por exemplo, para se ter uma ideia das desigualdades e falta de direitos das mulheres. O primeiro Estado a permitir o voto feminino foi Wyoming, que permitiu que mulheres maiores de 21 anos de idade

votassem, e somente em 1920, depois de muita luta, protestos e reuniões das líderes feministas pressionando o governo e o congresso que todas as mulheres norte-americanas adquiriram o direito ao voto. Já fora dos Estados Unidos, em outros países do mundo, as mulheres fizeram campanhas para adquirirem o direito de votar desde o século XIX.

E assim foi se erguendo a luta feminista no século XIX e início do século XX, sobre a igualdade de gênero no que diz respeito ao voto feminino e as melhores condições de trabalho até mesmo de igualdade dentro dos seus lares. Mas, como disse Angela Davis (2016), que nos informa que quando os escravos do Sul dos Estados Unidos foram libertos em 1865 através da 13^a Emenda Constitucional sancionada pelo então presidente Abraham Lincoln (1809 – 1865), o Partido Republicano queria agora conceder o poder de voto para esses homens agora livres.

Mas, mulheres feministas da época, como Susan B. Anthony (1820 – 1906) e Elizabeth Cady Stanton (1815 – 1902) atacaram veementemente esta ideia, quando perceberam que os ex-escravos dos Estados Unidos, principalmente do Sul, poderiam obter o direito ao voto antes das mulheres. Elas queriam ter o direito ao voto primeiro. Mas não sabiam, ou ignoravam que “A igualdade política não abriu a porta da igualdade econômica” (p.146).

Ela ainda continua elencando as petições e reivindicações das mulheres ao longo desses anos de lutas e protestos, como o direito ao saber, ao trabalho, a paridade salarial, os direitos civis, políticos, partidários, e por último, mas não menos importante, os direitos do corpo; que caracterizam uma frente já contemporânea de luta feminista.

Sendo assim, com o passar do tempo, a industrialização mudou os modos de ver a mulher na sociedade, principalmente a mulher branca. O trabalho interminável na lavoura fez com que as mulheres negras, por exemplo, percebessem que tinham forças suficientes para defrontar o patriarcado e seus senhores brancos, e batalhar por seus direitos. Enquanto na sociedade capitalista, branca e patriarcal, as mulheres eram relegadas ao lugar do “sexo frágil”, na mão-de-obra escrava isso não existia. Todos eram trabalhadores braçais, a cobrança era a mesma e pouquíssimos e irrisórios direitos eram concedidos a ambos os sexos.

E algumas indústrias do século XVIII e XIX, tanto no sul escravista dos Estados Unidos quanto na Inglaterra, também viam o lucro em empregar mulheres e crianças em seus empreendimentos. Nos Estados Unidos, apesar do Sul ser quase agrícola em sua totalidade, as poucas empresas utilizavam as mulheres, principalmente as escravas, para o trabalho duro. Para elas, as escravas eram muito mais lucrativas do que os trabalhadores do sexo masculino, sejam eles escravos ou homens livres.

Mesmo assim, apesar de serem tratadas e obrigadas a trabalharem e viverem de

modo tão “masculino”, essas mulheres negras e escravas de alguma forma tiveram sequelas dessa vivência tão desumana. Mas mesmo assim, “embora seja pouco provável que essas mulheres estivessem expressando orgulho pelo trabalho realizado sob a constante ameaça do açoite, elas deviam ter consciência de seu enorme poder – sua capacidade de produzir e criar” (DAVIS, 2016, p. 24).

Um fato muito controverso na história feminina norte-americana é que quando as primeiras fábricas têxteis chegaram aos Estados Unidos, em meados do século XIX, as mulheres foram as primeiras a serem recrutadas pelos donos dessas fábricas para o trabalho por serem hábeis tecelãs e fiadeiras nos novos teares à vapor. Considerando-se a subsequente exclusão das mulheres da produção industrial como um todo, trata-se de uma das grandes ironias da história econômica desse país o fato de que a mão-de-obra industrial pioneira foi constituída por elas. (IBIDEM).

[...] Embora a “dona de casa” tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade. Como a propaganda popular representava a vocação de todas as mulheres em função dos papéis que elas exerciam no lar, mulheres obrigadas a trabalhar em troca de salários passaram a ser tratadas como visitantes alienígenas no mundo masculino da economia pública. Fora da sua esfera “natural”, as mulheres não seriam tratadas como trabalhadoras assalariadas completas [...] (IBIDEM, 2016, p.231).

Podemos perceber que a análise de Angela Davis no que diz respeito ao trabalho feminino, foi, e ainda é carregada de preconceitos. Mesmo sendo pioneiras nas indústrias têxteis que abasteciam o mundo com os produtos derivados da cultura algodoeira, percebemos que, se cristalizou a idealização da mulher como sendo a mãe, esposa e dona de casa. Tendo esses elementos como sendo sinônimo do que é ser uma mulher, a partir do momento em que essas mulheres trespassaram as barreiras do seu lar, e, somando a função de mãe e esposa, partiram para o trabalho fora de seus lares, não foram bem recebidas, e vistas até mesmo, com seres de outro mundo, não de outro mundo astronômico, mas sim, econômico e machista.

Procurando ganhar um mísero salário, seja para sua própria independência financeira e emocional, ou seja, para justamente ajudar em seu lar, as mulheres que passaram a trabalhar nas fábricas, como dito acima, fora da sua esfera que foi instituída e naturalizada, passou a sofrer com o preconceito e o machismo dos outros trabalhadores, dos patrões, e da sociedade.

Dito isto, com o passar dos anos na virada do século XX, a escravidão já havia acabado, porém, as mulheres e as crianças ainda eram coagidas ao trabalho braçal e pesado. Eram “livres”, mas viviam e trabalhavam em situações tão desumanas que havia pouca diferença dessa atual situação, comparando com o período da escravidão. Nas décadas que se seguiram à Guerra Civil norte-americana (1861-1865), a economia agrícola foi dando lugar cada vez mais às indústrias, com suas matérias-primas que fizeram as fortunas dos “capitães de indústria”. Agora era a vez das matérias-primas, como o algodão para as fábricas têxteis, mas também o carvão, o aço, o vapor, e o petróleo com seus derivados.

Essas empresas foram crescendo ao ponto de se tornarem verdadeiros conglomerados com valores de milhões de dólares, já nos anos 20 do século XX. Os avanços tecnológicos como a eletricidade, o aço para os trilhos dos trens, os motores a vapor e a combustão de combustíveis fósseis fazendo com que surgissem os primeiros automóveis, pediam mais matéria-prima das indústrias, que conseqüentemente exigiam mais da mão de obra barata e sem muita instrução, fazendo uma verdadeira revolução tanto na produção industrial quanto no transporte. E as mulheres e crianças não ficaram alheias às novas exigências do mercado:

[...] Muitas empresas empregavam preferencialmente mulheres e crianças, cujos salários eram bem menores que os pagos aos homens. Até 1920, mulheres constituíram 20% da mão de obra industrial. Sem direitos políticos e sociais, mulheres também tinham que lidar com o “fardo duplo” de cuidar da casa e dos filhos além de trabalhar. Em 1900, pelo menos 1,7 milhão de crianças menores de 16 anos de idade trabalhavam em fábricas e no campo. Esforços para banir o trabalho infantil tiveram pouco impacto até a Primeira Guerra Mundial” [...] (KARNAL, 2018, p. 177).

A importância da mulher passou a ser relegada de volta para dentro de seus lares. Lugardas mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro, diz Perrot (1988, p.186). Nesta época, principalmente na década de 50, o mais bem visto pela sociedade seria uma família pequena, com poucos filhos, o pai e patriarca da família, com seu emprego assalariado o suficiente para gozarem dos prazeres que o consumismo estava lhes proporcionando: uma boa casa, um bom carro, acesso à educação dos filhos e o papel da mãe e dona de casa, que agora não era mais necessária nas fábricas, e sim no cuidado da casa, da família, e do desfrute de toda a tecnologia doméstica que estava sendo

inventada, como o refrigerador, o micro-ondas e o aspirador de pó, por exemplo. São eletrodomésticos de casa, que um pai de família não deveriamanusear esse tipo de coisa, pois ele já trabalhava muito fora para garantir o sustento da família,o cuidar da casa e dos filhos voltou a ser papel desenvolvido unicamente pela mulher, que antes não tinha sido retirado dela essa obrigação, mas dividira espaço com o trabalho fora de casa enquanto os homens estavam servindo a seu país, em outros países.

Com o passar das décadas, as mulheres foram disputando seus territórios e desarticulando, angariando espaços na economia, na cultura e na sociedade. Mas não foi tão fácil assim. Realmente a tecnologia ajudou muito em se tratando do maquinário doméstico trazido para dentro dos lares que, com alguns apertos de botões, nossa roupa está lavada e nossa comida feita: “Mas os filhos – sua saúde, seus estudos, suas distrações – os substituíram. De tal forma que o doméstico continua a pesar na agenda das mulheres. Sem que os homens colaborem muito mais” (PERROT, 2019, p.118).

[...] Uma grande mudança que afetou a classe operária, e também a maioria de outros setores das sociedades desenvolvidas, foi o papel impressionantemente maior nela desempenhado pelas mulheres; e sobretudo – fenômeno novo e revolucionário - as mulheres casadas. A mudança foi de fato sensacional. Em 1940, as mulheres casadas que viviam com os maridos e trabalhavam por salário somavam menos de 14% do total da população feminina dos EUA. Em 1980, eram mais da metade: a porcentagem quase duplicou entre 1950 e 1970. [...] (HOBSBAWN, 1995, p. 304).

Ainda surge outro agravante: uma dupla ou até mesmo tripla jornada feminina, no que consiste em elas cuidarem de casa (do lar, do marido e dos filhos, reservando pouquíssimo tempo para si mesma); vão para o trabalho; e ainda conseguir algum tempo para se dedicarem a algo que lhes assegure um futuro melhor, como os estudos, por exemplo. Hobsbawn nos alerta na citação acima que o número de mulheres da classe operária aumentou entre as que são casadas nos Estados Unidos. O número de mulheres que buscaram a independência financeira entre os anos 1950 e 1970 quase duplicou. E nesse aspecto, John Lennon também mudou. Yoko Ono já era uma mulher rica, proveniente de uma família rica, além de ter uma independência financeira e artística bem antes de conhecê-lo.

Em todo caso, as mulheres nessa época da década de 40 e 50 do século XX, passaram a ser relegadas às tarefas domésticas e a obediência servil a toda essa

teatralidade patriarcal, violenta, misógina e preconceituosa. A própria Yoko Ono sofreu desde a juventude com a pressão dos pais. Por ser uma jovem da aristocracia japonesa, deveria se dedicar aos estudos, às artes e à música, mas para ser uma pessoa culta e para proveito pessoal no meio da elite japonesa, e não para sobreviver disso como uma artista independente.

Michelle Perrot discorre sobre o trabalho das mulheres na França, discute que em qualquer ambiente, seja no campo, na cidade, no operariado fabril ou em sua vida, “as mulheres sempre trabalharam” e seu trabalho era mais de ordem do que de desejo próprio, como o doméstico e o reprodutor, “não valorizado, não remunerado”. “As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível” (2019, p.109).

Dito isto, o próximo tópico versará sobre a **Segunda Onda Feminista**, época na qual Yoko Ono nasceu e desenvolveu seus trabalhos artísticos, influenciando e sendo influenciada pelas autoras feministas e seus valores culturais e sociais como Angela Davis, como também com a arte vanguardista em que seu próprio corpo e mente são obras de arte que devem ser apreciadas de modo interativo e com seriedade.

A SEGUNDA ONDA FEMINISTA

Yoko Ono foi e ainda é uma mulher de voz ativa, de opinião. Contrariando o desejo patriarcal de seus pais, e por ela ser uma jovem moça de uma família rica do Japão, deveria secasar com um homem em situação financeira igual ou superior a dela. Mas Yoko fez quase o contrário. Ela se tornou sim uma mulher de família, casou com um homem muito rico, mas não se aquietou em casa e tentou – e ainda tenta – a todo custo sair detrás da sombra projetada por John Lennon.

Para falar um pouco acerca desse assunto, é preciso fazer uma ampliação da escala no que diz respeito ao tempo e o espaço. Os casos de feminicídio, ou trazendo para nossa pesquisa, de ataques desrespeitosos a figura de Yoko Ono, lhe atribuindo uma falta de confiança e gerando um desconforto, não é um caso isolado. Yoko passou a lutar pelos mesmos direitos e espaços de John Lennon. Por exemplo, houve uma inversão nos papéis quando o filho do casal, Sean, nasceu. Além de ter trocado seu nome, adicionando o sobrenome de Yoko Ono ao seu – algo incomum para os homens até mesmo hoje –, Lennon ficou em casa cuidando do lar e da criança, enquanto Yoko assumiu a frente dos negócios da família e representava John Lennon em reuniões nas grandes corporações. Uma mulher “baixinha”, estrangeira e que havia entrado na vida de John Lennon a pouco tempo, se reunia periodicamente com empresários, diretores e agentes musicais para discutir acerca do portfólio musical e artístico de seu marido.

Dito isso, seguiremos agora para as lutas e reivindicações feministas que ficaram conhecidas como **Segunda Onda Feminista**, nos anos de 1960, na qual transformou a sociedade e se tornou palco para as performances artísticas e críticas de Yoko e John sobre os rumos da sociedade patriarcal norte-americana naquele momento.

Depois do fim do “sonho americano” com a morte de John Kennedy e a Guerra do Vietnã (1955-1975), suscitaram a formação de frentes opositoras e contestadoras desse modelo de governo racista, classicista e imperialista. Portanto, frentes como a Nova Esquerda, movimentos antirracistas, pacifistas e claro, feministas, surgiram e/ou ressurgiram com outra configuração, mas com o mesmo intuito, de caráter eminentemente contracultural, ou seja, não estavam interessados na política reformista dos grandes partidos, mas sim em forjar novas formas de vida.

Anos depois, numa época de crescente segregação racial e discursos de ódio, acusações, frases machistas e misóginas, a segunda onda das lutas feministas se engajou em um direcionamento diferente, mas com a mesma finalidade: a igualdade entre homens e mulheres. Mas as particularidades femininas também estavam em alta. Por exemplo, as pautas e os engajamentos desta vez se referiam principalmente aos direitos de igualdade sexuais e reprodutivos, tendo em vista que no dia 18 de agosto de 1960 foi lançado o contraceptivo oral Enovid-10 nos Estados Unidos, e o Estado queria agora o controle da natalidade dessas mulheres. Outra pauta grandemente reforçada foi à igualdade formal de direitos e contestação dos papéis e condutas delegados às mulheres. Nesse período o movimento continua avançando com a aprovação do *Equal Pay Act* (A Lei da Igualdade Salarial) de 1963, é uma lei trabalhista que proíbe qualquer discriminação no trabalho com base no gênero.

Durante o século XX, principalmente durante os anos da Guerra do Vietnã, se intensificaram os protestos pelos Estados Unidos. Os jovens do final dos anos 60 amalgamaram os protestos antiguerra, juntamente o clima criado pelos grupos que também protestavam por direitos civis e criaram um campo de inspiração para o que ficou conhecido como Segunda Onda Feminista viesse à tona. A partir da década de 1960 as diversas teorias dos vários movimentos sociais que estavam lutando por seus direitos nas ruas norte-americanas, pareciam tomar consistência inclusive no contexto de efervescência social no final da década. As “Mulheres constituíram 40% da mão de obra economicamente ativa em 1970, mas ainda sofriam de discriminação no emprego, na família e na sociedade como um todo” (KARNAL, 2018, p. 251).

Mas houve uma controvérsia no que diz respeito aos movimentos sociais que surgiram nessa época. Isso porque nos Estados Unidos da América toda essa gama intensa que surgiu de movimentos sociais e políticos dos anos sessenta e setenta do século XX se sentiram derrotados e se não foi, pelo menos perdeu grande parte do seu flego e

dos seus adeptos. Isso porque no âmbito político, os Estados Unidos foram seguidos por mais de duas décadas muito conservadoras guiadas por um regime reacionário ímpar, nomeadamente, o “triumvirato republicano” das eras Reagan-Bush/Bush (1981-1993; 2001-2009), se bem que não em simultâneo e não seguidamente. Principalmente a era de Richard Nixon, que havia ganho as eleições presidenciais em 1968, e depois em 1972 – essa última vitória dele enfraqueceu muitos movimentos, e fez pelo menos John e Yoko se perguntarem se valia a pena continuarem na luta e nos protestos – mas que veio a sair após o escândalo do caso *Watergat*

Seguindo adiante, nessa nova onda feminista, houve várias outras esferas que este feminismo englobou, como a igualdade sexual em toda a sua plenitude, em todos os aspectos e segmentos da sociedade. A crítica as instituições públicas que não davam espaço para as mulheres, como na política, por exemplo, e a frente dos movimentos como fora antes no século XIX. Criticaram também as instituições tradicionalistas e patriarcais, como casamento, a família, o lar, e agora um elemento bem mais crítico: as relações heterossexuais, como foi o caso de outros grupos que questionaram publicamente valores sexuais dominantes na sociedade. Lésbicas e gays, que se organizaram em outros movimentos sociais. A Contracultura abarcou todos esses movimentos e influenciou todos eles.

O que podemos aprender com essas mulheres são os seus ensinamentos e contribuições para a queda de um patriarcado branco, capitalista e violento, substituído por um feminismo, ou mesmo uma sociedade mais igualitária, justa e pacífica, onde este movimento sexista não é superior ao público masculino, mas igual e justo para ambos. Todos esses valores feministas chegaram até nós devido as grandes figuras femininas do passado que povoaram as sociedades e se engendraram em várias atividades artísticas onde utilizaram de seus talentos para expandirem suas mensagens e ideais de mudanças socioculturais e da queda do patriarcado machista e misógino

[...] O mundo das décadas de 1930 e 1940 foi povoado por mulheres excepcionais; a arte, como em uma explosão de luz, de figurações poéticas e de revelações sobre uma parte do ser e da conduta que até então não era mencionada, foi enriquecida com as contribuições de atrizes, escritoras, bailarinas, pintoras, escultoras, biógrafas, amantes ou dissolutas cujas aventuras demonstram que, sem verdade nem coragem de conhecer a fundo a si próprias, nenhuma obra capital é possível [...] (ROBLES, 2019,p. 398).

Mesmo não tendo muito protagonismo, em setores como o trabalho fora de casa, e também dentro dos seus próprios lares, as mulheres encontraram nas artes, um meio de expressar seus sentimentos, desejos e visões acerca de uma gama de possibilidades. Uma dessas mulheres utilizou de uma série de ações artísticas para propagar sua visão de mundo, como também para enaltecer o poder da mente individual, do pacifismo, sem também não abandonar a luta pelo feminismo e pela igualdade racial e de gênero, foi Yoko Ono.

A arte possibilitou ela e tantas outras a conhecerem a si mesmas, como também mostrar ao mundo que não por que são mulheres, que devem ser diminuídas ou limitadas. Yoko Ono utilizou das artes plásticas, pinturas, apresentações ao vivo, dos poemas, das composições musicais, e tantas outras formas de arte, para enaltecer o poder feminino, em meio a um contexto e a uma época bastante misógina. Inclusive dentro do próprio meio artístico, que a ridicularizou, primeiro, por ser japonesa, aí vem a questão xenofóbica; segundo, por ser mulher; e terceiro, por ter se envolvido com um dos maiores astros da música da época que foi o John Lennon.

Para tanto, em 1973, Yoko Ono lança o *single Woman Power* (Poder Feminino), que apareceu no álbum do mesmo ano, intitulado *Feeling The Space* (Sentindo O Espaço). É uma música com uma melodia cheia de *riffs* de guitarra elétrica retorcidos, tocadas por John Lennon, em que a melodia auxilia a cantora a não adoçar a sua mensagem. Em certa altura da música, Yoko Ono faz uma previsão, no auge das lutas feministas nos Estados Unidos.

A influência do engajamento feminista de Yoko Ono nas suas artes, influenciou tanto na obra artística como na vida pessoal de John Lennon. Com seus trabalhos, apresentações artísticas e declarações, além de suas novas composições e seu conhecimento, Yoko Ono traz uma mudança radical no comportamento de vida e no estilo musical de Lennon, após seu contato e envolvimento com Yoko Ono e com os movimentos políticos e sociais que eclodiram no final da década de 60 como o pacifismo, o movimento *hippie* e sobretudo, o feminismo.

Antes mesmo do fim dos *Beatles*, Yoko Ono foi fazendo seu espaço junto com John Lennon, de igual para igual. Primeiramente como artista, depois como um casal. Para Lennon, depois de conhecer Yoko Ono, ele passou a reconhecer que não existem diferenças entre os sexos, e que ele precisava mudar seu comportamento machista e seu discurso misógino em suas composições.

Por isso a influência de Yoko tanto no seu discurso e em seu ativismo feminista quanto no seu modo de viver e de agir foram tão importantes para Lennon, que o fez refletir sobre seu comportamento egocêntrico, machista e até mesmo violento em relação

às mulheres. E Lennon não se esqueceu de agradecer a Yoko Ono por isso, tanto em forma de músicas como forma de declarações para a mídia sempre que podia. Tendo John Lennon discutido e exercido em suas práticas, em suas músicas, discursos, não como forma de controlar Yoko Ono, a meu ver, mas uma forma de projeção do subconsciente que em grande parte estava sendo influenciado pelos movimentos da época, como feminismo, direitos civis e a contracultura como um todo.

Haja vista que Foucault, um filósofo do corpo e de suas subjetividades, direcionou seu olhar, a sua pesquisa, ao longo de seus estudos, para o corpo e suas conexões com as práticas, estratégias, saberes e discursos dentro dessas práticas. O autor discute, desde as práticas disciplinares e mantenedoras de ordem - que visam à fabricação de corpos dóceis entendendo o corpo como um objeto, alvo de poder às técnicas de si, responsáveis por produzir uma estética da existência. Longe de ser um elemento neutro nas suas práticas, o discurso exerce poderes ou o desejo de ter poder sobre o outro

[...] Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar [...] (FOUCAULT, 1970, p.10).

Dessa forma, prosseguindo com a análise, retorno agora para discussão de algumas músicas como exemplos relacionados à própria Yoko Ono e a figura feminina como um todo. No que diz respeito após o conhecimento de John e Yoko e as mudanças que Yoko contribuiu na vida e na escrita musical de Lennon. Aquelas músicas que agrediam a imagem da mulher logo seriam passadas, e Lennon entraria num processo de reinvenção.

Após seu contato com Yoko Ono, Lennon percebeu uma ruptura em sua vida em muitos aspectos que acabaram influenciando sua música. Uma ruptura de gênero. John percebeu através de Yoko que os gêneros sexuais são ideias, são construídas, e podem ser criadas e reinventadas, em grande parte a partir das sensibilidades. Antes de ser afetado pelas sensações da paixão, desse amor verdadeiro, John Lennon tinha um discurso duro, machista e arrogante, que logo foi se dissolvendo em algo mais aceitável, palatável, e até em certo momento, utópico

[...] Tal mudança de visão pode ter decorrido da vivência de seu relacionamento com Yoko Ono, a qual sempre defendeu a luta das mulheres, e também das mudanças que ocorriam na sociedade, advindas do fortalecimento do movimento feminista. E essas mudanças teriam refletido não só no pensamento de John Lennon, mas nas convicções da banda como um todo [...] (MILANI, 2018, p. 72-73).

Como podemos ver acima, a mudança de visão que estava acontecendo com John Lennon a partir da segunda metade da década de 1960, deve-se muito a sua convivência e ao início de seu relacionamento com Yoko Ono. De fato, ninguém pode mudar 100% do que era antes e se transformar em outra pessoa totalmente diferente, nem mesmo John Lennon. Mas, uma maneira nova de ver, abordar e conversar sobre certos aspectos pode sim ser mudado, até melhorado. No caso de Lennon, sua visão ante as mulheres, os governos mundiais, a pacificação e igualdade dos povos, foi se tornando mais séria e amadurecendo conforme os anos foram passando, e seu contato com pessoas como Yoko Ono, Tariq Ali, Abbie Hoffman e outras figuras intelectuais da época lhe trouxeram maiores esclarecimentos sobre esses e outros temas que estavam em alta (e ainda estão) no momento.

CONCLUSÃO

Após isso, podemos entender que a luta de classe das mulheres se deu nos esforços para reformular as questões trabalhistas. As mulheres da classe trabalhadora já tinham em mente que os ínfimos salários que recebiam dos seus exaustivos empregos não seriam suficientes para libertá-las. Esse luxo só foi dado as classes privilegiadas. Para elas, foi fácil imaginar que trabalhar fora de casa lhes proporcionaria ganhos suficientes para serem autossuficientes.

Para isso as lutas de classes das mulheres se deram no quesito de mudar o mercado de trabalho, procurando igualdade de salários e que tivesse mais acesso a cargos elevados, mais credibilidade em suas funções e em suas formações acadêmicas. Pois as mulheres podem exercer o mesmo trabalho de um homem, com a mesma formação, recebendo o mesmo salário. Além de combater problemas como o fim da discriminação sexual e o assédio no trabalho. Elas não precisam se submeter aos assédios, a violência e as tentativas de estupro de seus chefes, elas querem oportunidades iguais de mostrarem que são capazes de ascenderem em suas funções como qualquer outro homem na mesma função.

Então, depois de toda essa discussão, podemos perceber que o feminismo não é apenas um movimento do público feminino em prol da igualdade. Isso é muito importante obviamente, mas não é só isso, feminismo é um estilo de vida. O movimento ensina valores éticos, políticos e morais para a formação de um cidadão consciente e respeitoso com as mulheres e os homens para toda a vida.

A partir do momento que entramos em contato e deixamos que os ensinamentos do movimento em prol da igualdade, da paridade de direitos, no tratamento das mulheres em qualquer esfera de relação interpessoal. Contribuindo a mudança do pensamento sexista e violento no que diz respeito a deixarmos de objetificar a mulher, o seu corpo e seu sexo, no que diz respeito às suas vontades, desejos e liberdades sexuais. Na queda do machismo e das imposições falocêntricas, misóginas, racistas e sem a consciência das lutas de classe, e em outros muitos aspectos.

Podemos perceber, ao analisar as letras que os valores do feminismo foram abraçados por Lennon, que passou a defender as mulheres, a respeitá-las e com Yoko Ono fez questão de colocá-la em pé de igualdade consigo mesmo. Algumas ações diárias como cuidar sozinho do filho do casal enquanto Yoko cuidava dos negócios, ou colocar o sobrenome de Yoko junto ao seu no ato do casamento, ou ainda recusar convites para apresentações quando este convite não era estendido a Yoko Ono, foram algumas ações feministas empregadas por Lennon após seu envolvimento artístico e amoroso com Yoko Ono, no qual trouxe os valores feministas e de vanguarda para o relacionamento dos dois.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo** - São Paulo: Claridade, 2011.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos – O Breve Século XX**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOOKS, Bell. **O Feminismo é Para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras** / bell hooks; tradução Bhuvan Libanio. – 11ªed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI** / Leandro Karnal... [et al.]. – 3.ed., 6ª reimpressão. – São Paulo: Contexto 2018.
- MILANI, Vanessa Pironato. **She's Leaving Home: o processo de feminilização nas canções dos Beatles, o movimento feminista e a contracultura**. In: SOUSA, Rainer Gonçalves. **Nas trilhas do rock: experimentalismo e mercado musical**. / Rainer Gonçalves Sousa (org.). – Goiânia: Kelps, 2018.
- PERROT, Michele. **Minha história das mulheres** / Michele Perrot; [tradução

Historiografia do ensino de história: As faces da história ensinada enquanto disciplina escolar no Brasil (Séc. XIX - XX)

Eduardo Bruno da Silva

Graduando em história pela Universidade Federal de Campina Grande. Integrante bolsista do Programa de Educação Tutorial em História (PET HISTÓRIA/UFMG). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Práxis da Educação (GEPPPE/UAED/UFMG). Monitor de história do Brasil I. eduardobrunodasilva56@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem por finalidade analisar e discutir a respeito de como a história enquanto disciplina escolar no Brasil se configurou. Nesse sentido, partindo de sua presença no regimento do colégio Dom Pedro II no início do século XIX, o trabalho desenvolve-se pela análise das diversas faces que a história ensinada no ensino secundário - atual educação básica - apresentou até o fim do século XX, passando assim pelas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema do Estado Novo Vargasista (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o período de redemocratização (1985/...). Para isso, optou-se por um estudo de natureza qualitativa e exploratória com pesquisa bibliográfica em portais como SciELO, CAPES, entre outros. Assim, os resultados apontaram que a história enquanto disciplina escolar em diversos momentos foi utilizada como parte de algum projeto político para legitimar seu poder, bem como recebendo ou não características das correntes historiográficas do período.

Palavras-chave: Ensino de história. Historiografia do ensino. Ensino secundário no Brasil.

Introdução

No decorrer da historiografia diversas foram as configurações do ensino de história enquanto disciplina escolar da educação básica no Brasil (SCHMIDT. 2011). Para mais, conforme Carlos Leonardo (2011) a história ensinada acaba por apresentar diversas faces no decorrer do tempo em razão de diversos fatores que influenciam sua prática, como, por exemplo, as ideologias dominantes de determinado momento que poderiam atribuir a história um papel específico que em outrora não necessariamente desenvolveria. Mais que isso, o ensino de história nas escolas e nos colégios poderia – ou não necessariamente – estar de acordo com as tendências historiográficas do seu tempo, bem como os materiais didáticos que eram produzidos e utilizados (FONSECA. 2006).

Nesse sentido, o ensino de história esteve inserido “na dinâmica das articulações entre as instituições escolares e determinados projetos e propostas políticas” (SCHMIDT.

2011. P. 76) desde a sua “inauguração” enquanto conteúdo escolar no Brasil, momento o qual é consensual entre muitos historiadores de ser com o “regulamento de 1838 do colégio D. Pedro II que determinou a inserção de história como conteúdo no currículo” (SCHMIDT. 2011. P. 78). Assim, pode-se afirmar que a partir daquele momento a história ensinada nessas instituições escolares teriam objetivos, métodos e interesses bastante claros, bem como apresentaria rupturas e continuidades no decorrer do século XIX, XX (BITTENCOURT. 1998) e início do XXI (MATHIAS. 2011).

Ainda mais, sobre os manuais didáticos planejados, produzidos e utilizados – pautados dentro de projetos políticos de suas respectivas épocas – no decorrer da historiografia do ensino de história, os mesmos podem ser classificados juntamente com os currículos como os “textos visíveis do código disciplinar” que acabaram de ser analisados por diversos pesquisadores para se estudar tal historiografia – para culminar nesse objetivo, os chamados “textos invisíveis”, por exemplo, e as práticas educativas dos professores de história também seriam estudados (CUESTA apud SCHMIDT. 2011).

Assim, diante de uma vasta historiografia do ensino de história no Brasil, o seguinte artigo objetiva analisar – embora não busque esgotar a mesma, em razão de sua grande densidade – de maneira geral como a história enquanto parte do currículo escolar se configurou perante o século XIX até o fim do século XX, isso partindo de sua constituição na instituição escolar, a qual foi em fins da década de 40 do século XIX no colégio D. Pedro II.

Procedimentos metodológicos

Para a realização do referido trabalho, o estudo contou com a busca e análise de livros e artigos que buscassem trabalhar a temática da historiografia do ensino de história diretamente. Assim, com o intuito de enriquecer o referencial teórico da pesquisa, o Google acadêmico, em conjunto com o portal de periódicos da CAPES e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) foram utilizados como principais meios de pesquisa, as quais utilizando os operadores booleanos – de filtração de resultados – em conjunto com os termos “Ensino de história no Brasil”, “Historiografia brasileira”, “Historiografia do ensino do século XIX”, “A disciplina história durante a primeira República”, “Ensino de história durante a ditadura militar”, “Políticas educacionais durante o Estado novo” e “Ensino de história no período de redemocratização” que resultaram no referencial.

Enfim, foram escolhidas publicações a partir de 1995 – 2023, resultando em autores e autoras como Circe Maria Fernandes Bittencourt, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, Selva Guimarães Fonseca, entre outros. Assim, notou-se que os pesquisadores do campo geralmente atribuem e colocam em debate o ensino de história

ao contexto político e ideológico da época, propondo assim uma discussão por “períodos” do próprio ensino de história. Nesse sentido, analisaremos a historiografia do ensino de história a partir de sua colocação enquanto conteúdo no currículo do colégio D. Pedro II, bem como seu desenrolar até o fim do século XX. Com isso, esse estudo se realiza pelos seguintes “períodos”: A história historicizante do século XIX; as décadas de 30 e 40 do século XX; o contexto da ditadura militar; e a história ensinada no tempo da “redemocratização”.

Resultados e Debates

Os tópicos a seguir enumerados fazem parte do desenvolvimento do estudo sobre a historiografia do ensino de história no Brasil que este trabalho buscar analisar de maneira ampla. Ademais, após os estudos, se encontram as considerações finais.

A história historicizante do século XIX

Como afirmado anteriormente, a história enquanto pertencente a um currículo em uma instituição escolar no Brasil, se encontrará a partir do ano de 1838 com o regulamento do colégio D. Pedro II – Colégio feito para os filhos e filhas das elites do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a princípio a história ensinada teria como principal objetivo trabalhar noções de “pátria”, “nacionalismo” e “identidade nacional” para formar um cidadão brasileiro que respeitasse o Brasil monárquico – bem como seu futuro imperador. Assim, teremos uma "didática do ensino de história se baseava no emprego de uma narração factual seleta, elegendo grandes personagens, acontecimentos simbólicos e, eventualmente, mitos fundadores” (MATHIAS. 2011. P. 42). Nesse sentido, a história enquanto disciplina escolar estaria de acordo com o projeto político que favorecia as grandes figuras do império brasileiro.

Figura 1 - Colégio D. Pedro II



Fonte: Litografia feita por Pieter Godfred Bertichem em 1856. Domínio Público - Biblioteca Nacional Digital.

Acrescenta-se também, além dessa construção da identidade nacional e o amor à pátria presente no conteúdo da história ensinada, temáticas de cunho religioso (BITTENCOURT. 2008), já que havia uma relação do Estado com a igreja católica no momento em questão – isso para favorecer uma certa “moralidade” cívica que se almejava construir. Enfim, “nas décadas de 20 e 30 do século XIX surgiram vários projetos educacionais que, ao tratar da definição e da organização dos currículos, abordavam o ensino de História, que incluía a ‘História Sagrada’, a História Universal e a História Pátria” (FONSECA *apud* FERREIRA. SILVA. CARVALHO. 2021. P. 66).

O IHGB e as Influências advindas das europeias para o ensino de história no século XIX

Apesar de intenções de uma história que favorece o nacionalismo brasileiro, o ensino de história obteve diversas influências, e não apenas do Instituto histórico e geográfico brasileiro (IHGB) - o qual também seria fundado no mesmo ano de instauração do regimento de atividades do colégio D. Pedro II. Inclusive ressalta-se que professores da instituição escolar frequentemente participavam também do que se discutia e produzia no IHGB, uma história positivista – mas também externas, advindas do continente europeu, como, por exemplo, a divisão eurocêntrica da história: antiga, medieval, moderna e contemporânea. Além disso, a “história da sociedade brasileira deveria ser branca e cristã, seguindo os moldes da civilização europeia” (CARDOSO.

AMORIM. REIS. 2016) e o IHGB deveria ter a preocupação e o dever de uma busca no desenvolvimento de tal informação, bem como a mesma deveria ser passada para a história ensinada. Para mais, observe:

Essa preocupação explica a vitória do alemão Karl Philipp Von Martius no concurso de monografias promovido pelo IHGB, sobre o melhor plano para se escrever a história do Brasil. Von Martius propunha uma história que partisse da mistura das três raças para explicar a formação da nacionalidade brasileira, ressaltando o elemento branco e sugerindo um progressivo branqueamento como caminho seguro para a civilização” (FONSECA. 2006. P. 46)

Cardoso (2016) e Amorim (2016) colocam em questão que mesmo aparentando ser um projeto que teria considerações a brancos, índios e negros, na verdade Von Martius colocava a “raça” branca como a dominante e a real para um verdadeiro progresso, e assim destacando a necessidade de um branqueamento no Brasil. Assim, percebe-se uma história pautada extremamente no positivismo – que era a tendência historiografia do século XIX, século que é considerado o auge da história enquanto ciência no mundo. Ademais, vale ressaltar que influenciado pela historiografia positivista:

Adolfo de Varnhagen, membro do IHGB, escreveu na década de 1850 a sua ‘História geral do Brasil’, tendo como orientação geral o texto do alemão Karl Von Martius intitulado ‘Como se deve escrever a história do Brasil’, de 1847. (MATHIAS. 2011. P. 43

Figura 2 – dedicatória ao imperador no livro “História geral do Brasil” de Varnhagen

O SENHOR D. PEDRO II.

SENHOR,

O Brazil todo sabe que ao generoso amparo de Vossa Magestade Imperial deve o seu Instituto Historico a existencia, e que delle Immediato Protector de facto, Vossa Magestade Imperial o Fez installar no proprio Paço, e Assiste ás suas sessões litterarias no intuito de fomentar o estudo da Patria Historia, tão importante ao esplendor da Nação, á instrucção commum e até ao bom governo do paiz. O autor do presente ensaio de uma compendiosa HISTORIA GERAL DO BRAZIL, votada áquella associação, de que faz parte, e a cujas publicações e impulso tanto deve, beija pois reverentemente com o mais espontaneo fervor a Mão do Sabio Imperante, que Protegeu tambem esta obra, não só Protegendo o mesmo Instituto, senão Favorecendo e Estimulando o autor della com Regia Munificencia.

SENHOR! Ao alistar-me em último logar entre os chronistas

imparcialidade; e a tal respeito a voz da consciencia não me accusa o minimo escrupulo. E Dignando-se Vossa Magestade Imperial acolher benignamente este trabalho, que, apesar das suas irregularidades e rudeza que a lima do tempo irá afeiçoando, ousei dedicar a Vossa Magestade Imperial, desvanço-me a publicar que ao Seu Glorioso Reinado, eminentemente organisador como a seu tempo dirá friamente a Historia, devi todos os elementos para elle.

Como os demais subditos de Vossa Magestade Imperial, segue implorando ao Altissimo que por dilatados annos perpetue o mesmo Augusto Reinado, para felicidade e gloria da Monarchia Brasileira,

SENHOR,

De Vossa Magestade Imperial,

O mais humilde e leal subdito,
Francisco Adolpho de Varnhagen

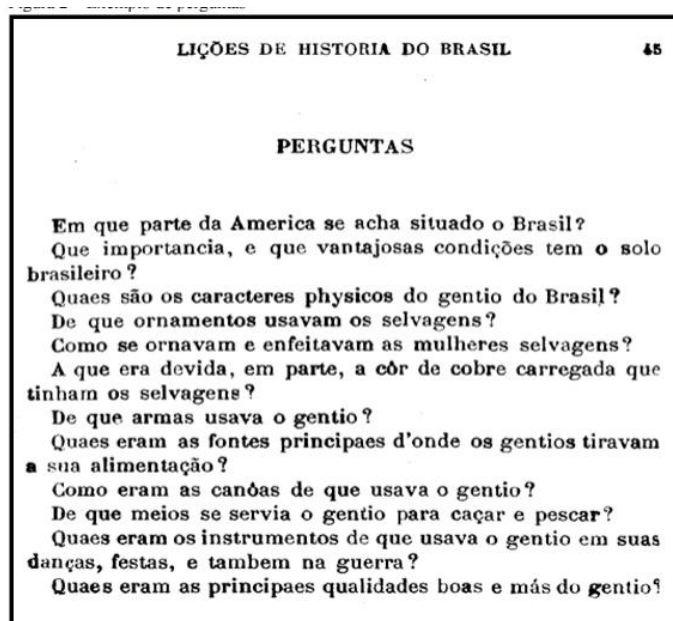
Fonte: Digitalização feita pela equipe da biblioteca brasileira, 2023. Disponível em:<

Nessa linha, o livro de Varnhagen acabou sendo conhecido e bastante utilizado pela historiografia do século XIX, obra que influenciou materiais e manuais didáticos produzidos para professores do ensino primário e secundário no Brasil. Logo, a história ensinada no decorrer do século XIX nas instituições escolares estava em conformidade com a historiografia do período, bem como os principais métodos que eram a leitura, o professor como único ser ativo dentro de sala de aula, devendo o docente formar brasileiros que respeitassem e admirassem o Estado Monárquico, assim como a figura do imperador, com uma história impactada pelas influências advindas da Europa, especialmente da França (MATHIAS. 2011).

Os manuais didáticos de história do século XIX

Ainda na linha do século XIX, é relevante afirmar que os manuais didáticos – considerados textos visíveis da história (CUESTA *apud* SCHMIDT. 2011) e utilizados como fonte para muitos pesquisadores estudarem a historiografia do ensino de história – como afirmado anteriormente, possuíam influências diretas da história positivista que era a tendência naquele momento. Nesse sentido, um exemplo seria o “lições de história do Brasil” de Joaquim Manoel Macedo que foi publicado no final do século XIX – o livro era organizado em “lições” que seriam como capítulos e tais lições eram seguidas de um glossário denominado “explicação”, e ao fim de cada lição havia uma atividade para instrumento avaliativo denominada “perguntas” (CARDOSO. AMORIM. REIS. 2016). Para mais, percebe-se sua intenção em hierarquizar o branco, o negro e o índio na sociedade brasileira, quando observamos uma das atividades avaliativas do material:

Figura 3 - “Perguntas” de Lições de história do Brasil (século XIX)



Fonte: Digitalizado por Lílian Bárbara Cavalcanti Cardoso, 2016. Disponível na SciELO.

É notável a predominância do positivismo na história ensinada das instituições escolares no século XIX, quando se encontra temáticas envolvendo o nacionalismo, grandes mitos e personagens, bem como uma história de cunho religioso – esta última perdendo força com a Proclamação da República, mas os demais temas e objetivos da história ensinada ganharam força e que agora iriam favorecer o modelo republicano (MATHIAS. 2011). Logo, uma história que tinha uma função dentro do projeto político ideológico do império passa a exercer o mesmo papel favorecendo agora a primeira República – aqui já em fins do século XIX, advinda com os entraves entre monarquistas e republicanos (SCHMIDT. 2011).

O auge da história enquanto disciplina escolar? Da década de 30 a 60 do século XX

Como discutido, com a Proclamação da República em 1889 a história ensinada passaria por algumas mudanças, como a diminuição da presença da “história religiosa” nos temas trabalhados – que até então possuíam grande presença no currículo de história – mas manteria e avançaria o empenho da história enquanto parte de um projeto político que favorecia e almejava o nacionalismo, o respeito e o dever para com sua nação que agora era republicana (MATHIAS. 2011). Assim, mudanças mais aparentes seriam vistas novamente a partir da década dos anos 30, com o Estado “novista” de Getúlio Vargas

(1882-1954), quando tínhamos a criação do Ministério da Educação e Saúde (1931) e a primeira reforma de ensino realizada pela mesma no Brasil, a qual ficou conhecida como “Francisco Campos” em razão de ser o nome do primeiro-ministro escolhido por Vargas. Assim observa-se que:

Por intermédio da reforma educacional promovida por Francisco Campos, o ano de 1931 marcou o fim da hegemonia do Colégio D. Pedro II à frente do ensino no Brasil. A título de exemplo, o D. Pedro II perdeu a prerrogativa de ser o único colégio habilitado a emitir o certificado de conclusão do curso secundário – vale notar que ao longo da Primeira República (1890-1930) o ensino secundário contava com forte atuação da Igreja Católica através de seus colégios de cunho religioso. De igual maneira, o ministro da educação passou a ser quem estabelecia os currículos e os métodos de ensino, retirando essa atribuição das escolas secundárias (DALLABRIDA. BITTENCOURT *Apud* MATHIAS. 2011. P. 43).

A história ensinada nas escolas – agora não tão dependente do colégio Dom Pedro II – teria mais destaque no Brasil do que até então tinha, mas também mantendo uma estrutura de educação similar com a história historicizante. Houve a tentativa de uma renovação metodológica do ensino (SCHMIDT. 2011.), por exemplo, ao trazer aspectos do cotidiano de estudantes para o ensino de história – método este que não teve tanta eficácia, visto que o foco da história deveria ser principalmente para promulgar os grandes heróis nacionais e defender o modelo republicano, com o auxílio dos membros da elite “intelectual” que deveriam conduzir o país ao progresso.

Ademais, em 1942 ocorre uma nova reforma que também é conhecida pelo mesmo nome daquele que a instaurou, o ministro Gustavo Capanema – vale destacar que as referidas reformas não eram direcionadas especificamente para a história, mas sim para toda a educação básica, embora afetasse a história ensinada. Dessa maneira, para o ensino de história a reforma foi positiva, visto que a história se torna ainda mais autônoma enquanto disciplina, embora continue com seus anseios nacionalistas, e havia a tentativa de englobar aspectos do presente relacionados aos estudantes (MATHIAS. 2011).

Mais que isso, com o surgimento do CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário – em 1953, a história e as outras disciplinas escolares ganhavam ainda mais estudo e investimento, visto que esse órgão buscava melhorar a

educação secundária no Brasil, e para isso foi investido na formação continuada dos professores. Os professores de história teriam agora mais manuais didáticos, artigos feitos por docentes publicados na Revista Escola Secundária que foi criada para favorecer o projeto, mas também teriam seminários que continham a seguinte programação:

1. Objetivos do Ensino da História na Escola Secundária: prof. Guy de Hollanda (6 de setembro);
 2. Métodos e processos do ensino da História na escola secundária: prof. Hugo Weiss (13 de setembro);
 3. A formação do professor de História: prof. Eremildo Luiz Vianna (s/d);
 4. A motivação no Ensino da História: prof. Arthur Bernardes Weiss (s/d);
 5. A verificação da Aprendizagem em História: prof. James Braga Vieira da Fonseca (4 de outubro);
 6. O estudo dirigido na aprendizagem da História: prof. Vicente Tapajós (11 de outubro);
 7. O material didático e sua utilização no ensino da História: prof. Cláudio José de Figueiredo (18 de outubro);
 8. A História no currículo secundário brasileiro: programas oficiais, sua interpretação. Prof. Roberto Accioli (25 de outubro).
- A definição e opção pela ênfase em itens como métodos e processos de ensino, motivação, estudo dirigido e material didático são evidências da valorização dos aspectos metodológicos do ensino. (SCHMIDT. 2011. P. 84)

Dessa maneira, é possível analisar que no século XX – especialmente nos anos 30 – até em torno dos anos 50, a história enquanto disciplina escolar ganhava cada vez mais espaço, embora os conteúdos e a metodologia – bem como toda a preocupação na formação dos professores – estivessem de acordo para que a história continuasse dentro do projeto político nacionalista do Estado brasileiro Republicano, o qual embora já constava algumas pinceladas de uma história do “presente” e do cotidiano, ainda se tinha ecos de uma história historicizante. Vale destacar que nesse momento que a Escola dos Annales já vinha criticando essa “história factual” pura, mas a história historicizante ainda tinha forte apelo no ensino do secundário no Brasil (MATHIAS. 2011).

Os Estudos sociais: A ditadura miliar (1964-1985)

Sobre o currículo escolar de história durante a ditadura militar, cito Mathias (2011): “As metas para o ensino de história no posterior ao ano de 1964 estavam amplamente vincadas pelo ideário de segurança nacional e desenvolvimento econômico” (P. 44).

Dessa forma, como colocado e discutido pelo autor, a história das escolas durante o período de regime militar (1964-1985) estaria mais voltada aos ideais econômicos, políticos e dos grandes homens. Ainda, a história historicizante estaria mais forte e mais presente do que antes, além de que a disciplina estaria principalmente dentro desse novo projeto político, que fez o uso da disciplina história e abusou da mesma para legitimar seu poder, suas ações e seus castigos. Dessa forma, observemos mais características da história ensinada durante o período militar, a qual perde muito da sua autonomia, sendo basicamente anexada a outros componentes como a sociologia, geografia e com noções de econômica, moral e civilidade – os chamados Estudos Sociais (SCHMIDT. 2011).

Nesse sentido, mesmo que os “estudos sociais” já estivessem minimamente presentes antes de 1964, é concordante entre muitos pesquisadores que o mesmo teve seu apogeu após o golpe dos militares, bem como no período ditatorial a história perde sua autonomia e quase tudo que havia conquistado enquanto disciplinar escolar no Brasil nas décadas anteriores do século XX (FERREIRA. SILVA. CARVALHO. 2021). Ainda, nota-se que todo esse processo de diminuição do componente história para parte dos estudos sociais – e outros, posteriormente criados, como a disciplina “educação moral e cívica” – foi legalizado por meio de algumas leis, para que os conteúdos de história agora diluídos servissem ao Estado ditatorial. Assim foram estabelecidos os códigos civis: Lei n.º 5.692/713; Lei n.º 5.540/694; decreto-lei n.º 869/695; decreto-lei n.º 68.065/716; decreto-lei n.º 477/697; Lei n.º 5.700 e o decreto-lei n.º 65.814/69” (FERREIRA. SILVA. CARVALHO. 2021. P. 67). Bem como a Lei n. 5.692/71 que:

impôs os Estudos Sociais como matéria. Desta forma, os conteúdos poderiam ser tratados como Atividades (1a a 4a séries sob o nome de Integração Social); Áreas de Estudo (5a a 8a séries, sob o nome de estudos sociais) e disciplina (somente no segundo grau). Como se pode observar, o ensino de história ficou restrito ao segundo grau, inserido na grade curricular com carga horária máxima de duas horas semanais, durante um ano deste curso. (SCHMIDT. 2011. P.85)

Logo, os conteúdos históricos diluídos que ainda se tinham presentes na maior parte do ensino serviriam aos anseios do Estado militar, assim “é nesse escopo que o ensino de história é ‘derrotado’, perecendo nas mãos de tiranos que buscavam fazer deste um de seus meios de propaganda ideológica, redigindo constantemente legislações que impedissem a criticidade e a função da História como disciplina escolar” (FERREIRA. SILVA. CARVALHO. 2021. P. 64). Ademais, no período, estudantes e historiadores que

resistiam ao sistema ditatorial foram amplamente perseguidos, razão de não concordarem com os rumos da história ensinada na escola – compreendida nesse momento como um forte local de reprodução da ideologia em favor dos militares e da classe dominante.

As “histórias ensinadas” no período de redemocratização até o fim da década de 1990.

Como analisado e discutido, a história enquanto disciplina escolar sofreu diversas e profundas mudanças no período da ditadura militar, perdendo muito de sua autonomia “conquistada” no início do século XX ao ser “anexada” aos Estudos Sociais e Moral Cívica para formar indivíduos para obedecer ao Estado ditador, sem questionamento, rumo a “civildade”. Entretanto, com o período denominado de “redemocratização” a partir de 1984 no Brasil, a história passou por diversas revisões na educação básica com uma estimativa 23 propostas curriculares (BITTENCOURT *Apud* SCHMIDT. 2011.). Sendo assim, a história ensinada apresentaria várias características que foram se transformando até chegarmos aos fins da década de 1990, com o Governo de Fernando Henrique Cardoso, quando propostas neoliberais impactariam a área de educação.

Dessa maneira, a história enquanto componente curricular ensinado passaria a abordar questões sociais da realidade dos estudantes bem como apresentaria traços de uma metodologia mais marxista em alguns locais. Também, nota-se que o “ensino de história angariou a tarefa de capacitar o aluno a questionar sua própria historicidade e refletir sobre a natureza histórica do mundo, noutros termos, torná-lo crítico” (MATHIAS. 2011. P. 47), e para isso a educação bancária criticada por Paulo Freire deveria ser deixada de lado para que o aluno se tornasse um ser mais ativo em sua jornada.

Enfim, o ensino de história passou por uma verdadeira mudança em sua formulação, bem como voltou a possuir maior autonomia que teria perdido com a ditadura militar. Todavia, na década de 1990, com as reformas – de viés econômico que afetariam a educação – do até então presidente Fernando Henrique Cardoso, políticas neoliberais afetariam aos poucos as metodologias de ensino e as disciplinas escolares no geral, apesar de tais pensamentos só voltarem a ser efetivados anos depois na segunda década do século XXI quando temos aprovada a reforma neoliberal empresarial do novo ensino médio.

Considerações finais

Assim, como analisado e discutido dentro da proposta, foi possível observar que a história enquanto disciplina escolar, desde sua presença no currículo do colégio Dom Pedro II no início do século XIX até o fim da década de 1990, passou por diversas transformações e configurações, bem como momentos em que a história possuía mais autonomia e em outros quase nenhuma autonomia.

Por fim, ressalta-se que obviamente a história ensinada ainda percorre e passa por mudanças em sua forma de ser trabalhada e colocada dentro dos currículos da educação básica e, como dito, a reforma do ensino médio é um exemplo já do início do século XXI, quando a história está novamente perdendo espaço em uma conjuntura neoliberal. Logo, é notório a necessidade de mais estudos e pesquisadores no que tange a historiografia do ensino de história no Brasil, pois a mesma sempre terá cada vez mais momentos em que os professores historiadores devem amplamente participar, analisar, debater e sugerir mudanças em favor da criticidade e da autonomia da história enquanto componente curricular, bem como enquanto ciência.

Referências:

MATHIAS. Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. In: História Unisinos. Rio de Janeiro. 2011.

GASPARELLO. Arlete Medeiros. O ensino de História no século XIX: a contribuição de historiadores/professores para uma pedagogia da história. In: ANPUH – XXV Simpósio Nacional de história. Fortaleza. 2009.

FERREIRA. Camilla. SILVA. Felipe. CARVALHO. Larissa. Escolas de Chumbo: o ensino de história no Brasil pós 1964. In: Revista espaço Livre.V-16, N.32. 2021.

BITTENCOURT. Circe Fernandes. Reflexões sobre o ensino de história. In: Estudos avançados. São Paulo. 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros e materiais didáticos de História. In: Ensino de História: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SCHIMIDT. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de história no Brasil: Uma sugestão de padronização. In: Revista História da Educação, vol. 16, núm. 37, mayo-agosto, 2012, pp. 73-91 Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação Rio Grande do Sul. In: Revista Roteiro. V- 41, n. 2, p. 431. 2016.

CARDOSO. Lílian. AMORIM. Roseane. O ensino de história e o manual didático de Joaquim Manoel de Macedo no início da República brasileira (1889-1940).

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, Antoni. (org.). Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**SERRA DA RAIZ/PB: REFLEXÕES TEÓRICO-LITERÁRIAS SOBRE O
ESTATUTO DO MITO POR MEIO DA CRÔNICA “SERRA DA COPAOBA: O DIA
DO BONFIM (2020)” DO ESCRITOR PARAIBANO JÚLIO CÉSAR MIGUEL DE
AQUINO CABRAL**

Cleiton da Silva Duarte Lira Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba
Email: professorcleitonlira@gmail.com

Marilia Gabriela do Nascimento Domingos Lira
Universidade Estadual da Paraíba
Email: gabrielanasci197@gmail.com

Resumo: A realidade a qual conceituamos é forjada por discursos que carregam um conjunto de valores e experiências de um determinado sujeito. Neste sentido, o objetivo principal é analisar uma crônica do escritor e historiador paraibano Júlio César Miguel de Aquino Cabral, intitulada “*Serra da Copaoba: o dia do Bonfim (2020)*”, a partir de uma perspectiva mitológica. Para realizar esta análise, utilizamos uma abordagem qualitativa, por meio do qual introduzimos os conceitos de *Lugar Mítico*, do geógrafo chinês Yu-Fu Tuan (1983), Filipe Ariès (2012) com o conceito de *Macabro* em sua obra “*A história da morte no ocidente*”, o conceito de *Eterno Retorno* de Mircea Eliade (1992), entre outros. Por meio da crônica analisada, verificou-se que o escritor previu a vitória do atual gestor Luís Gonzaga Bezerra Duarte sete dias antes da eleição de 2020, no qual narrou mitologicamente a ascensão deste ao poder.

Palavras-chave: Serra da Raiz. Mitologia. Sagrado. Macabro.

INTRODUÇÃO

A realidade a qual conceituamos é forjada por discursos que carregam um conjunto de valores e experiências de um determinado sujeito, no qual este, por sua vez, levado pelos desejos de poder, ambiciona outras forma de controle, migrando do material para o simbólico para construir e constituir sua sede.

Neste sentido, o nosso objetivo principal é analisar uma crônica do escritor e historiador paraibano Júlio César Miguel de Aquino Cabral, intitulada “*Serra da Copaoba: o dia do Bonfim (2020)*”, a partir de uma perspectiva mitológica, buscando compreender o município de Serra da Raiz/PB. Esta cidade é um município do estado da Paraíba que está localizado na região metropolitana de Guarabira, brejo paraibano, a cerca de 138 km da capital João Pessoa. Foi fundado em 1959, mas tem origem no século XVIII, quando o senhor Bento José da Costa

Revista Eletrônica Discente Homos, Volume 4, ISSN 2675-8725, dezembro 2023.

construiu uma indústria de algodão e uma capela dedicada ao Senhor do Bonfim.

Esta pesquisa é parte de um estudo realizado durante a graduação em Letras Português na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), configurado numa monografia sob o título: O “Cárcere da Santa Oligarquia’: uma análise da representação mitológica de Serra da Raiz/PB por meio de crônicas” (Cf. <https://encurtador.com.br/vJLS5>). Em função disso, aparecerão algumas referências indicando a expressão “Capítulo”, o qual faço referência direta a essa monografia. Nos demais casos, dado o formato deste trabalho (artigo científico), permanece a indicação “Seção” para as demais partes deste estudo.

Para realizar esta análise, utilizamos uma abordagem qualitativa, por meio do qual introduzimos os conceitos de *Lugar Mítico*, do geógrafo chinês Yu-Fu Tuan (1983), Ariès (2012) com o conceito de *Macabro* em sua obra “A história da morte no ocidente” e o conceito de *Eterno Retorno* de Mircea Eliade (1992), entre outros.

O SAGRADO E O PROFANO: UMA ANÁLISE DO MACABRO NA CRÔNICA “SERRA DA COPAOBA: O DIA DO BONFIM”

A história antiga do homem está sendo redescoberta de maneira significativa através dos mitos e imagens simbólicas que lhe sobreviveram.

(Carl G. Jung, 2002)

A representação do macabro foi amplamente discutida por Ariès (2012) em seu livro *A História da Morte no Ocidente* o qual nos deu base para lançarmos algumas proposições acerca do macabro nos textos de Cabral. De acordo com Ariès, na Idade Média a representação do macabro, seus símbolos, estavam intrinsecamente vinculados à morte física, o fim de si, alimentando a ideia, sobretudo de uma filosofia da morte, voltada a inexorabilidade de nossa mortalidade (Ariès, 2012).

O autor ainda descreve que com a cristianização do sentido de macabro, assim como o advento da *Yersinia Pestis* (Peste Negra) na Idade Média, foram aspectos que moldaram a subjetividade do homem medievo, mas que, em sua ótica, foi deturpada pela igreja por utilizar os simulacros do macabro e da morte como redenção dos pecados ou para, forçosamente, converter os hereges e geri-los pelo medo.

Durante o ano de 2020, precisamente no dia 08 de novembro daquele ano, Cabral

publicou um texto intitulado “*Serra da Copaoba: o dia Bonfim*”. Nesse texto, publicado no Facebook sete dias antes das eleições municipais que ocorreram no dia 15 de novembro de 2020, o escritor narra mitologicamente a ascensão do atual prefeito que, em 2020, elegeu-se com 1.554 votos. Analisemos o primeiro fragmento desta crônica:

Na praça, os adolescentes brincavam com cabeças de bode, enquanto os pais observavam orgulhosos. Antes das 21 horas, escutei os cânticos da via-sacra. Repentinamente, Lúcifer iluminou o céu da noite. *No clarão, enxerguei, na frente do antigo teatro, um bode coroadado e os habitantes da Copaoba ajoelhados.* O senhor do Bonfim foi rapidamente coberto com um enorme pano vermelho. “[...] a vós não está consagrada” – gritei. Todos me lançaram um olhar de reprovação (Cabral, 2020, s.p., grifo nosso).

O antigo teatro de Serra da Raiz funciona atualmente como uma agência dos Correios. No enredo, observamos que o macabro está presente na figura do bode, isto é, um animal coroadado enquanto os habitantes que votaram no candidato estão prostrados, adorando a vitória da figura diabólica. Tuan (1983) escreve que “A arte literária chama a atenção para áreas de experiência que de outro modo passariam despercebidas” (p. 180).

A partir desta asserção, o real, o racionalismo e a ciência empírica em alguns casos não possuem a astúcia do fenômeno literário que, neste sentido, dispõe da capacidade de fazer aparecer a dramaturgia hermeticamente ocultada por discursos cordiais e que se mostram “despretensiosos”.

A acepção de macabro para Cabral se aproxima do conceito de macabro levantado por Ariès no qual este, para explicar a nova manifestação dessa imagem na centúria novecentista, distancia-se do sentido empregado no medievo defendendo o seguinte: “Creio que todo homem de hoje experimente, em um dado momento de sua vida, a sensação mais ou menos forte, mais ou menos reconhecida ou recalçada de fracasso – fracasso familiar, fracasso profissional, etc.” (Ariès, 2012, p. 147).

O “macabro” de Cabral é tão contemporâneo como foi para Ariès no século XX. A imagem do macabro, tanto no século XX quanto no século XXI, não está em consonância com Ariès, ao medo da morte – como na Idade Média –, mas a medos coletivos como de perder um emprego, não ter dinheiro para a própria subsistência, entre outros. “O homem de hoje se vê um dia como um fracassado” (Ariès, 2012, p. 147).

Descrita como ritualística, a ideia de macabro empregada por Cabral problematiza um determinado sujeito assimilado ao fracasso, à dissolução dos direitos como cidadão a partir da

perpetuação de mais um ciclo sobre o qual a besta metafórica iria reinar.

Na epígrafe deste capítulo, conjuramos uma premissa de Carl G. Jung (1875-1961) na qual o homem vem sendo repensado e redescoberto por símbolos que antes não foram problematizados por pensadores, sobretudo em sua dimensão religiosa e mitológica. Uma ideia que aparece veementemente na filosofia de Cabral é acerca da regeneração cíclica do tempo e dos acontecimentos. Esse conceito, por sua vez, funde-se à premissa defendida por Eliade (1992a) o qual determina que é “[...] na época da celebração do Ano Novo (durante os doze dias entre o Natal e a Epifania), significam a esperança de que a abolição do tempo é possível nesse momento mítico, no qual o mundo é destruído e recriado” (Eliade, 1992a, p. 65).

No texto abordado no capítulo I (Cf. <https://abre.ai/gRCz>) analisamos o texto *Lúcifer* publicado em 08 de agosto de 2020, sobre o qual o autor trata deste período cíclico e de regeneração do tempo presente em sua mitologia. Em sua visão, o sentido mais pertinente, de acordo com a nossa tese de um sagrado-macabro, é a de que o escritor utilizou esse conceito para determinar a atuação dos pais fundadores como agentes divinos que, de 4 a 4 anos (período de duração de mandato para prefeito), surgem como epifania para andar, bebericar e fazer-se presente junto ao eleitorado. E nesse período de interrupção do tempo, também são interrompidas as atividades astuciosas de perpetuação da miséria, perseguição política e qualquer noção que ultraje a representatividade política dos pais fundadores. As pessoas entram num “transe”, dançam ao som ritmado das canções políticas nos carros de som, participam de carreatas e passeatas. Nesse tempo, não existe nada de errado com o lugar “Serra da Raiz”. “Para ela, toda estação é tempo fértil. Em cada noite, no final de cada ano, o ritual de amamentação acontece” (Cabral, 2020, s.p.).

Presente na dogmática crística, assim como nas sociedades tradicionais, a tese do *Eterno retorno* cunhada por Eliade (1992a) se mescla as atividades, por obséquio, de uma sociedade – neste sentido, moderna – que as toma por natural, à medida que reproduzem, de forma inconsciente, práticas primitivas. Ao invocar as práticas míticas antiquíssimas das sociedades tradicionais à nossa contemporaneidade, Luc Benoist (1893-1980) escreveu:

Qualquer ocupação quotidiana era ritual. Nós próprios, homens de hoje, quando tiramos o chapéu por respeito, quando inclinamos a cabeça com deferência, quando estendemos a mão com cortesia, repetimos um rito antigamente sagrado que se tomou profano, um símbolo que se tornou hábito simples, mas que seria muitas vezes perigoso para a nossa segurança, ou simplesmente para a nossa reputação, não executar (Benoist, 1975, p. 88).

O autor acima atingiu a mesma noção construída por Eliade (1992a) ao situar o profano, antítese do sagrado como *modus operandi* do homem moderno. O que hoje se tem por senso comum, práticas por obséquio e “cultural”, um dia foi sagrado porque fazia parte da realidade como um sistema governante para os povos arcaicos. “O homem faz-se a si próprio, e só consegue fazer-se completamente na medida em que se dessacraliza e dessacraliza o mundo” (Eliade, 1992b, p. 98).

Traduzindo essa relação a partir da modernidade, especificamente do caráter moral, Feuerbach (2007), assim como Eliade (1992a, 1992b) e Benoist (1975) convergem para o fenômeno do homem profano, o que abdicou do sagrado como método de liberdade individual, do puritanismo medievo.

Mas certamente para esta época que prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a fantasia à realidade, a aparência à essência, é esta transformação, exatamente por ser uma desilusão, uma destruição absoluta ou uma pérfida profanação, porque sagrada é somente a ilusão, mas profana a verdade (Feuerbach, 2007, p. 25).

Se o macabro em nossos dias está ligado a medos coletivos como o de perder um emprego e de alvejar a velhice ou a morte sem realizar suas utopias individuais, logo o medo da morte, os cultos antigos, os sacrifícios a deuses (práticas primitivas do sagrado) perdem seu status por, na modernidade, não vibrar na mesma frequência daquilo que chamamos de “liberdade”.

Em nossa entrevista com Cabral no dia 09 de junho de 2021, o escritor afirmou que “Esse grupo de pessoas explora o medo do desconhecido”. E na pós-modernidade, que medo haveria de ser maior para famílias que sobrevivem de uma política assistencialista do que a incerteza do amanhã? De não terem a renda básica para comprar sua própria comida? Ainda de acordo com o entrevistado, “A legitimidade de um grupo político é construída no campo simbólico, portanto está relacionada ao uso de palavras, signos, movimentos, comportamentos e tudo mais que é capaz de se comunicar com o mundo interior das pessoas” (Cabral, 2021, s.p.).

Mais importante do que refletir acerca de como um mito se estrutura é sabermos como ele nasce, isto é, sobre quais condições a espécie humana exorciza o racionalismo de si, invocando o ficcional em sua realidade? Deste modo,

O mito frequentemente é contrastado com a realidade. *Os mitos florescem na ausência do conhecimento preciso.* Por isso, no passado,

o homem ocidental acreditou que existisse a Terra sem Mal, o Paraíso, a Passagem Noroeste ou a Terra Australis. Agora já não acredita. No entanto, os mitos não são uma coisa do passado, porque o conhecimento humano permanece limitado (Tuan, 1983, p. 96, grifo nosso).

Os poucos intelectuais que existiram e que ainda estão vivos no município de Serra da Raiz, traduzidos por uma aristocracia inegável, não refletiram, sistematizaram ou examinaram os discursos dos “grandes chefões”, à medida que seria inconveniente do ponto de vista do acesso à fortuna e glória imaginárias que eles estimam apropriar-se.

UMA HISTORIOGRAFIA SINUOSA: UMA SERRA DA RAIZ ENTRE CONFLITOS SIMBÓLICOS

A historiografia de Serra da Raiz, na pós-modernidade, vem sendo forjada a partir de uma “supervalorização da cultura”, cuja força emana do poder executivo local em diálogo com o legislativo. A forma de exercício desses poderes tem se constituído como um grupo de pessoas que “combatem décadas de ostracismo” imprimidas na cidade supracitada, à medida que são esses poderes, por tanto, responsáveis por criar esta mesma realidade controversa que eles forjaram.

Tais intelectuais fabricaram narrativas, nomeadamente sobre a história cultural de Serra da Raiz, ocultando o manancial de símbolos do macabro que se ligam ao “fanatismo religioso” dos munícipes ao perpetuarem, de quatro a quatro anos, os pais fundadores. À custa disso, Tuan (1983) afirma que os mitos surgem na ausência de um conhecimento e/ou explicação sobre um dado fenômeno específico.

Esse espaço não preenchido por uma resposta com base no real é onde nasce o mito, são as circunstâncias férteis para preenchê-las com representações, subjetivações, signos, gestos, ideais e utopias. Um dos objetivos circundantes de Cabral foi de embrenhar-se nesses espaços que, conseqüentemente, foram ocupados por uma mitologia já gestada no ceio do cárcere e transmitida como algo dado, como cultural, como tradição.

Quando nós criamos um mito queremos, certamente, delegar um conjunto de valores sobre quem somos; o que fizemos e o que sistematizamos como “verdade” para posteridade. Neste sentido, Campbell (1990, p. 16, grifo nosso) em discussão com Moyers em seu livro *O Poder do Mito* defende o seguinte:

[...] *vim a compreender que aquilo que os seres humanos têm em comum se revela nos mitos*. Mitos são histórias de nossa busca da verdade, de sentido, de significação, através dos tempos. *Todos nós precisamos contar nossa história, compreender nossa história*. Todos nós precisamos compreender a morte e enfrentar a morte, e todos nós precisamos de ajuda em nossa passagem do nascimento à vida e depois à morte. Precisamos que a vida tenha significação, precisamos tocar o eterno, compreender o misterioso, descobrir o que somos.

No território do município de Serra da Raiz há, por meio de estudos historiográficos, uma determinada “história” contada, com métodos científicos e procedimentos que se apoiam naquilo que o nosso corpo físico consegue, a partir de operadores motores, biológicos e fisiológicos, acreditar como real. Nesse ínterim há, também, uma história não contada, mantida em cativeiro como uma “política metafísica” a qual seria absurda, sobretudo como conceito.

Em suas considerações, Eliade (1981) escreve que os mitos sempre apontam para acontecimentos primordiais, isto é, eventos da criação, do início e que, além disso, o mito revela a atividade das entidades sobrenaturais durante esse momento mítico, seus aspectos, suas finalidades. Campbell, nesta mesma linha teórica, defende similarmente duas questões fundamentais destacadas na citação acima. A primeira delas diz respeito aos aspectos em comum que uma dada parcela do coletivo manifesta, enquanto a segunda se assenta na necessidade de contarmos a nossa história pelo desejo de imortalizar algo que para nós é primordial.

Em nossa investigação, as fontes sugerem que o escritor tenha percebido essa história não contada, isto é, um controle político que o autor chama de “imperialismo das almas”. Distante de se resvalar em ponderações metafísicas, à expedição acerca da *mitologia da copaoba* indica a subsistência de dispositivos de controle dos corpos, mas também dispositivos de controle da alma, do simbólico.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (Foucault, 1996, p. 9, grifo do autor).

O conceito de “*Interdição*” foucaultiano nos auxilia para percebermos que um dado

indivíduo, recluso a um sistema de poder, não pode agir contrário às leis regimentadas para o funcionamento de uma dada instituição, seja ela física ou simbólica. A *interdição* é uma premissa que prevê o que surge por oposição a uma noção holística da “liberdade individual”.

No caso do município de Serra da Raiz, por exemplo, os pais fundadores possuem um sistema de controle relativamente a mais de 1500 pessoas, haja vista que segundo dados do IBGE, a cidade possuía, em 2020, cerca de 3.131 habitantes, no qual dá aos gestores o controle de 60,7% ± dos eleitores ao longo dos anos. Sempre que um dos oligarcas cede à vez para outro de sua espécie, conseguem transferir – com pouca margem de erro – o percentual informado de eleitores (votos). Luiz G. B. Duarte obteve 1554 votos durante as eleições municipais de 2020, logo, 60,7% ± é em relação ao total de habitantes aptos a votarem que, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o município de Serra da Raiz possui exatamente 2.559 eleitores (Cf. <https://bityli.com/AuGKY>).

Em suas crônicas, Cabral não busca a conscientização dos sujeitos por meio de valores (certo/errado) ou pretende expor algo (práticas políticas com teor de ilegalidade), mas, ao que sugere a crônica a seguir, o escritor se interessa por humanizar os eventos dos “deuses”, descrevendo seus equivalentes simbólicos no real, sobretudo que o diabo para ele não é uma entidade metafísica, mas feita de carne e osso como escreveu na crônica “*A Serra da Raiz que existe em mim*” (2019).

À vista disso, à medida que Cabral humaniza os oligarcas que, em sua ótica, pretendem ser “adorado como deuses”, ele os destitui de seu lugar mítico, evidenciando a falibilidade de seus símbolos, e consolidando a premissa de que não há sagrado, mas que há algo de profano na atuação desse grupo político.

No tocante a isso, a humanização não é uma visão unilateral, ela parte de um consenso, de uma coletividade, de uma democracia das sensibilidades.

Acho que era um domingo. *O sítio trindade* se escondia por detrás de uma névoa densa. Todos os habitantes da Copaoba se preparavam para o grande dia. Havia algo de gostoso no vento: acho que ele estava trazendo *os rastros da língua de fogo do oriente*. O terceiro monte que se elevava ao lado de Iniguaçu estava coberto por uma *túnica roxa*: “estamos na semana santa” – pensei. Todos os velhos da cidade se reuniram no *antigo Cuscuz* a fim de sagrar *a rainha da primavera*. O sacerdote da cidade, com um cingulo preto, pediu que apagassem as lâmpadas do centro. Eu sentei no antigo receptáculo da televisão comunitária. Todas as casas construídas no início do século XX estavam com santinhos em suas portas (Cabral, 2020, s.p., grifo

nosso).

Para compreendermos essa crônica, é importante situarmos seus intertextos e significados de algumas expressões que lhe conferem como texto literário. A crônica citada – “*Serra da Copaoba – o dia do Bonfim*”, foi publicada no dia 08 de novembro de 2020, sete dias antes das eleições municipais. Nela, o escritor narra a vitória do atual prefeito à luz de uma festividade profana e macabra. O grande lugar da crônica é Serra da Raiz (toponímia da antiga Serra da Copaoba) e os micro-espacos do município são: o Sítio Trindade (zona rural da cidade e que pode ser vista do alpendre da Igreja Matriz) e o Antigo Cuscuz, atualmente a praça principal do centro da cidade, situada na Rua Largo da Matriz que se encontra em frente à prefeitura municipal.

No intuito de explorar detalhadamente cada referência dessa crônica, sistematizamos um quadro no qual expomos seus significados e referências:

Quadro 01: Fragmentos da crônica “*Serra da Copaoba – o dia do Bonfim*” (2020).

FRAGMENTO	SIGNIFICADO CORRESPONDENTE
“[...] rastros da língua de fogo do oriente”	<p>No ato dos Apóstolos (Cf. BÍBLIA ONLINE. Atos 2. [s.d.]. Disponível em: https://www.bibliaonline.com.br/acf/atos/2. Acesso em: 31 ago. 2021) , cap. 2, v. 1-4 encontra-se a referência a esta passagem:</p> <p>1 E, cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos concordemente no mesmo lugar;</p> <p>2 E de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados.</p> <p>3 E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo, as quais pousaram sobre cada um deles.</p> <p>4 E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem.</p>

“túnica roxa”	A túnica Roxa faz referência a São João Batista e simboliza o jejum e austeridade para fins de fortalecimento espiritual. No calendário cristão, a túnica roxa é utilizada em Pentecostes, no dia 05 de junho.
“Rainha da Primavera”	Na mitologia grega a <i>Rainha da Primavera</i> é Perséfone, filha de Démeter e Zeus, esposa de Hades (Deus do submundo).
“Cíngulo Preto”	Uma espécie de cinto utilizado por acólitos, leitores e clérigos e que obedece ao tempo litúrgico.

Fonte: Autoria pessoal.

Na crônica, continuamos a análise a partir da alusão à “névoa densa por detrás das montanhas” que pode significar uma atmosfera de tensão, de espera, de expectativa concernente ao dia da vitória do atual gestor. No quadro 1, estão sequenciadas algumas referências que o autor se muniu para ilustrar aquele acontecimento vindouro. Primeiramente, ele cita que havia um vento estranho, isto é, “rastros da língua de fogo do oriente”, aludindo ao dia de Pentecostes, quando o Espírito Santo (metáfora do fogo) desce dos céus (hierofania) e, com efeito, as pessoas começam a falar em outras línguas.

No sentido em que foi empregada na crônica, essa hierofania se apresentava como sagrada para o público presente, mas na verdade esse evento seria macabro, hipótese confirmada quando o escritor diz: “Estamos na semana santa – pensei”. Em seguida, ele escreve que os velhos estavam reunidos no antigo cuscuz para sagrar a Rainha da Primavera. No quadro, a rainha mítica é Perséfone, esposa de Hades (Deus do Submundo) e filha de Démeter (Deusa da agricultura) e Zeus (pai de todos os deuses).

Antes de casar-se com Hades, Perséfone era também chamada de Cora ou Kore, que significa “moça”, “donzela” ou “moça virgem”. Já o nome Perséfone significa “a que destrói a luz”. Outro nome comum de ser encontrado em referência à deusa é Persefoneia, uma variação do nome Perséfone (Hiperultura, [s.d], s.p.).

Na citação acima, o significado do nome de Perséfone (a que destrói a luz) se harmoniza com a tese de que os pais fundadores, na mitologia cunhada por Cabral, agem como agentes pestilentos. Ainda que a alusão à Perséfone seja a vitória de um homem, no caso de Luiz Machado, Cabral os coloca num único corpo já que eles são uma única ideia. Na vida amorosa são separados, mas na política são casados. Assim sendo, Perséfone era esposa de Hades,

responsável por causar destruição aos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo como conceituamos a realidade não é unívoco. Através da crônica analisada, passamos a nos conectar com outros sentidos que determinados sujeitos operam, podendo identificar suas aparições no tempo presente.

Encontrando-se no plano simbólico, podemos perceber que o autor da crônica, imbuído de seus valores e demais aspectos que constituem sua cultura, crença e discurso, narrou mitologicamente alguns aspectos políticos praticados pela “oligarquia” do município de Serra da Raiz. Além disso, é perceptível como a sociedade atual, pós-moderna em seu primado, realiza consciente ou inconscientemente, práticas míticas como aquelas praticadas pelas sociedades tradicionais, na acepção de Luc Benoist.

Em linhas gerais, verificou-se, primeiramente, que o escritor previu a vitória do atual gestor Luís Gonzaga Bezerra Duarte sete dias antes da eleição de 2020, no qual narrou mitologicamente a ascensão deste ao poder, além de registrar, numa perspectiva mítica, o modo pelo qual a população reproduz os gestos primordiais de adoração à uma entidade sagrada figurada na imagem do atual prefeito de Serra da Raiz.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- BENOIST, L. **Signos, Símbolos e Mitos**. Lisboa: Edições 70, 1975.
- BÍBLIA ONLINE. **Atos 2**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/atos/2>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- CABRAL, J. C. M. de A. **Entrevista com Júlio**. [Entrevista cedida a] Cleiton da Silva Duarte Lira. [S.I.], Serra da Raiz, 30 out. 2020.
- CABRAL, J. C. M. de A. **Entrevista com Júlio**. [Entrevista cedida a] Cleiton da Silva Duarte Lira. [S.I.], Serra da Raiz, 09 jun. 2021.
- CABRAL, Júlio (Júlio Miguel de Aquino). **Serra da Copaoba: o dia do Bonfim**. Serra da Raiz, 08 nov. 2020. **Facebook**: usuário **Facebook**. Disponível em: <https://bityli.com/QnH85>. Acesso em: 05 ago. 2021.
- CABRAL, Júlio (Júlio Miguel de Aquino). **A Serra da Raiz que existe em mim**. Serra da Raiz, 18 ago. 2019. **Facebook**: usuário **Facebook**. Disponível em: <https://bityli.com/JyE6u>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CAMPBELL, J. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

ELIADE, Mircea. **O mito do eterno retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992a.

FEUERBACH, L. **A essência do cristianismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

IBGE. **Serra da Raiz**. Disponível em: <https://bityli.com/GU7TZ>. Acesso em: 30 jul. 2021. Online.

JUNG, Carl G. **O homem e seus símbolos**. 6. ed. São Paulo: Casa dos Livros, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas do eleitorado – Consulta por município/zona eleitoral**. Disponível em: <https://bityli.com/AuGKY>. Acesso em: 11 ago. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA. **Eleições anteriores**. Disponível em: <https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/eleicoes>. Acesso em: 11 ago. 2021.

Os Mecanismos da Conquista e o Combate às Idolatrias: Novas configurações sociais na América e a Resistência Indígena

Deivid Felipe dos Santos Quaresma
Universidade Federal de Campina Grande
deividfelipe20031@gmail.com

Resumo: A conquista europeia nas Américas foi um processo complexo que envolveu uma série de mecanismos de dominação, incluindo a imposição da religião cristã. Os povos indígenas, no entanto, resistiram ativamente a essas imposições, preservando suas práticas religiosas e desenvolvendo formas sincréticas de religião. Essa resistência resultou em novas conformações sociais e religiosas na América. As estruturas sociais foram reconfiguradas e as práticas religiosas sincréticas refletiram a diversidade cultural da América. A compreensão desses processos é essencial para analisar as dinâmicas sociais e religiosas nas Américas contemporâneas.

Palavras-chave: Idolatrias. Conquista. Indígenas. Resistência.

Introdução:

Debater a conquista é algo que requer cuidado, visto que a relação entre o europeu e o indígena proporcionou choques culturais, tanto do lado europeu como por parte dos indígenas. Esse choque realizou novas conformações sociais, já que essas sociedades eram bem-organizadas, com seus próprios valores e organização. Analisar a conquista e historiar esse fato torna-se difícil diante das diversas reproduções eurocêntricas, que apresentavam apenas o olhar do conquistador espanhol. Essas produções tiveram como única finalidade justificar a dominação europeia.

Infelizmente, os registros dos povos indígenas da América no período da invasão, popularmente conhecido como "descobrimento", marcada pela violência, são em sua grande maioria fontes europeias. Foram eles que invadiram as terras e, por inúmeros fatores, foram eles que fizeram esses registros do que seriam denominadas "idolatrias", seja para a própria organização social, política e econômica dos povos originários. Contudo, devemos problematizar tais sentidos das palavras, e é isso que esse trabalho propõe. Através de registros e trabalhos que bebem dessas fontes, objetiva-se demonstrar como se deram as novas interações sociais entre indígenas e europeus, como se deram os acontecimentos da conquista

e, principalmente, como esses povos indígenas resistiram a essa imposição europeia, tanto no aspecto físico quanto no cultural.

Além disso, este trabalho propõe analisar os mecanismos e dispositivos de conquista utilizados pelos europeus no processo de conquista da América e a tentativa de imposição de seus valores para com os indígenas. Entretanto, durante este trabalho, será analisado os limites dessa conquista, visto que não ocorreu em sua totalidade, ressaltando o papel indígena e sua resistência.

Os mecanismos de conquista:

A invasão e a conquista da América foram marcadas por diversos fatores, como a violência, a injustiça, a hipocrisia dos europeus, entre outros. Um dos grandes fatores para essa conquista se dá através de "La espada", como afirma Ruggiero Romano (ROMANO, 1973, p.13) – este fator se torna obvio como uma das formas de conquista utilizadas contra esses povos originários, incluindo o aspecto militar, as armas, as estratégias e outros elementos relacionados. Esse elemento, sem dúvida, não é o único, mas é fundamental para o entendimento da conquista europeia da América.

Por muito tempo o elemento da espada foi reproduzido várias vezes como o elemento fundamental para a realização da conquista, sempre demonstrando a “desproporção” dos armamentos entre estas duas civilizações; o aço contra a madeira; armas de fogo contra os arcos e flechas até mesmos as estratégias e concepções de guerra eram sempre destacadas o fator da disparidade, sendo sempre os europeus como o ápice do desenvolvimento e um ideal a ser seguido.

O próprio entendimento de que a "espada" é o fator preponderante para a dominação nos faz questionar a eminente ‘superioridade’ entre esses povos com culturas, relações e economias diferentes. Embora muito já tenha sido falado sobre essa disparidade no armamento, como aço, couro e outros materiais, a "superioridade" do armamento europeu se dá em três instâncias. Primeiro, a arma de fogo; segundo os animais, como o cavalo e o cachorro, o primeiro como meio de transporte e o segundo como auxiliar nas batalhas; e terceiro, o uso das armaduras de aço e armas de aço, que são mais resistentes (ROMANO, 1973, p.13).

Entretanto, essas vantagens podem e devem ser questionadas. As armas de fogo, embora tenham um poder penetrante maior, muitas vezes se tornavam inúteis devido às chuvas, enferrujando as armas e molhando a pólvora. As armaduras de aço se tornavam inviáveis devido à falta de mobilidade e ao calor da região. Os cachorros eram eficazes apenas em poucas situações, onde as batalhas não eram organizadas. (ROMANO, 1973, p.14).

Agora, sem dúvidas, questões como o "escaupil", uma espécie de túnica de algodão, foram importantes, pois protegiam das flechas inimigas, embora os indígenas também possuíssem tecnologias semelhantes (ROMANO, 1973, p.15). Então, mesmo com diversas limitações, como os europeus tiveram êxito em sua conquista, apesar da evidente desproporção numérica onde existia uma maioria indígena?

Certamente, não se deve atribuir o sucesso apenas ao aspecto das armas. Os europeus se valeram muito das relações sociais entre os indígenas, pois existiam povos dominados por outros povos e viram no conquistador espanhol uma oportunidade de mudar a estrutura hierarquizada desta sociedade, passando de oprimidos para opressores. Sem dúvida, os europeus utilizaram-se destes conflitos internos, e assim conseguiram romper essa disparidade numérica e contaram com uma grande ajuda dos próprios indígenas. A partir disso, podemos concluir que o armamento não foi o único fator; os espanhóis dependeram enormemente da ajuda dos povos originários no processo da conquista.

Além disso, os europeus compreenderam rapidamente que a margem de segurança que a técnica militar lhes assegurava era cada vez menor, visto que apareciam cada vez mais zonas de resistência. Essas zonas conseguiram assimilar rapidamente as técnicas militares dos europeus, aperfeiçoando-as e indo além, ou seja, ultrapassando esse aspecto militar (ROMANO, 1973, p.17). Diante desse cenário, os europeus compreenderam que era preciso algo a mais para dominar e impor sua organização cultural, religiosa e social aos indígenas. Um dos fatores foi "La cruz".

A conquista espiritual desempenhou um papel fundamental na conquista da América, representada desde o início da invasão quando Cristóvão Colombo fincou a cruz na terra justificando a conquista em nome de Deus. A conquista espiritual influenciou na dominação material e militar da América, considerando também a própria organização da sociedade dos mexicas. O forte caráter religioso, expresso pelos sinais e interpretações dos fenômenos religiosos, assegurava a chegada de novos deuses, e os europeus foram vistos como esses novos deuses (ROMANO, 1973, p.17).

Sem dúvida, essa "mística" envolvendo os europeus durou pouco tempo. No entanto, outros fatores, como a falência das religiões indígenas, contribuíram para a penetração da cruz. Essa falência ocorreu devido a alguns processos, incluindo a concentração do poder político e religioso na mesma pessoa. Além disso, a forte estrutura hierárquica possibilitou essa falência, pois quando o topo da pirâmide cedia e aceitava a nova religião, muitos faziam o mesmo.

Os europeus, para demonstrarem esse "triunfo" sob os povos originários, destruíram os velhos templos e construíram novos que estavam carregados de simbolismo, a fim de provar que aquela religião era superior. Logo, podemos afirmar que "La cruz" é uma forma de

agressão, uma tentativa de modificar hábitos seculares de uma população. Essa tentativa de conversão dos indígenas se torna um elemento complementar ao aspecto da espada, pois está diretamente ligada à violência, e juntas são as bases da dominação dos sistemas sociais, políticos, morais e religiosos dos indígenas da América (ROMANO,1973, p.19).

Em síntese, o projeto de evangelização é negativo, pois tem em sua raiz a desintegração cultural e espiritual dos povos originários. A imposição do cristianismo era "justificada" com a ideia de que as religiões e práticas indígenas eram "pagãs" e "idólatras", sendo estas inferiores pelo simples fato de serem a cultura do outro. Essa prática de denominar como idolatria essas práticas religiosas serviam como forma de dominação, desvalorização e deslegitimação da cultura dos povos indígenas, visando assim a justificação da colonização e da "superioridade" cultural e social dos europeus. Além disso, os espanhóis queimaram os livros dos mexicanos como forma de dominação, tentativa de apagar sua religião e destruição de monumentos religiosos, visando o total apagamento de uma grandeza antiga. Também, como dito anteriormente, construíram novos templos nos escombros, templos católicos, a fim de reescrever a história da maneira que desejavam (TODOROV, 1998, p.67).

Contudo, assim como enfrentaram a espada, os indígenas organizaram sua defesa frente à cruz. Não foi um processo de imposição sem resistência, pelo contrário, os indígenas se defenderam, embora de maneira penosa e difícil, mas sem dúvida ocorreu e foi eficaz diante da realidade estabelecida para eles. O grande caráter dessa resistência foi a assimilação de sua cultura com a cultura da classe que os oprime, neste caso, os europeus. A virgem foi assimilada com deuses indígenas sendo agora representados por santos cristãos e similares (ROMANO, 1973, p.21).

O último elemento é "y el hambre", a fome. Não se trata da fome física e material, mas sim da fome espiritual, ocasionada pela ruptura de sua cultura devido à imposição de um novo tipo de vida imposto pelos europeus: novos tipos de cultura, ritmos de trabalho e novo sistema de tributos que resultaram em desordem na sociedade e injustiça, além da transferência dos habitantes para outras regiões. O mundo dos indígenas da América foi, portanto, completamente desestruturado com a chegada dos europeus (ROMANO, 1973, p.21). Esse elemento se soma à guerra bacteriológica, que tinha doenças trazidas pelo povo europeu como um grande fator para baixas consideráveis no exército asteca, uma verdadeira arma biológica com um poder consideravelmente destrutivo (TODOROV, 1998, p.68).

Entretanto, essa desestruturação não ocorreu somente com o intuito de governar e espoliar, embora, sem dúvida, tenha servido para essa finalidade. Na realidade, esse processo ocorreu devido à diferença entre duas civilizações e culturas tão distantes, onde o processo de aculturação não ocorre de forma "positiva" (ROMANO, 1973, p.22), se é que existe uma forma desse processo ser positivo, pois essas civilizações compartilhavam pouco em comum em sua

estrutura. Logo, o processo de aculturação se dá de forma negativa, somente com a predominância e imposição de uma cultura pela outra de forma violenta.

Logo, a desestruturação é um dos elementos fundamentais e determinantes da conquista, através dela que a conquista passa a se manter a partir da supremacia de certos grupos ligados à conquista. Essa repressão e desestruturação tiveram um impacto significativo na sociedade indígena, contribuíram para a marginalização e supressão de suas culturas, causando traumas e desequilíbrio social. A partir desses elementos, indicamos os aspectos que permitiram essa conquista da América e que marcaram os elementos de resistência de sua cultura dos indígenas. Entretanto, devemos salientar que esses elementos não estão isolados e atuaram unidos constantemente no processo de dominação.

Diante da realidade supracitada, torna-se evidente que esse contato entre o "Velho" e "Novo" mundo, a partir da invasão de Colombo, teve um caráter fundamental: a guerra, a conquista. Veremos que embora os três fatores, sendo estes a espada, a cruz e a fome, expliquem elementos da conquista, torna-se necessário entender os pormenores da realidade dos indígenas, o que possibilitou que esses elementos penetrassem na estrutura da sociedade dos mexicas, por exemplo?

Muito se fala do líder desta sociedade, sendo este a figura de Montezuma. Muito se fala sobre seu comportamento e como ele "entregou" a Cidade do México, falando sobre seu comportamento caracterizado constantemente como um líder hesitante, ambíguo, melancólico e resignado, ou um homem depressivo, embora Montezuma fosse um grande orador e um grande retórico (TODOROV, 1998, p.64).

Contudo, Montezuma reflete perfeitamente a estrutura dessa sociedade, uma sociedade super determinada e conseqüentemente super interpretada. Sendo ele o topo dessa sociedade, ele demonstra que, por mais que tivesse um grande poder frente à pequena expedição de Cortês, por seus deuses não lhe darem a palavra, visto que suas ações necessitavam dessa palavra dos deuses para tomar uma ação, Montezuma diante dessa realidade nada faz, assim cumprindo a vontade dos deuses.

Além disso, temos que romper com essa "mística" de que os europeus eram invencíveis devido ao seu armamento ou eram superiores. Pelo contrário, Cortês perdeu algumas batalhas, só obtendo sucesso após contar com apoio logístico, aproveitando-se das brigas internas das diversas populações que ocupam o solo mexicano, já que muitas viram nos europeus a chance de mudar a hierarquia. Cortês soube se aproveitar disso muito bem, visto que, na fase inicial o mesmo comandava um exército de tlaxcaltecas e outros indígenas aliados a ele e esse indígenas eram comparados numericamente ao do exército mexicano. (TODOROV, 1998, p.65). Sendo assim torna-se claro que não foi o europeu, suas armas e tecnologias e o fator preponderante na conquista, e sim o papel primordial do indígena na forma de resistência ou

na análise da conjuntura da sociedade e, movido pelos seus próprios interesses, a consequente aliança com os europeus.

Outrossim, um dos grandes influenciadores na conquista foi a falta de entendimento do outro por parte dos astecas. Montezuma tinha sob seu comando um grande número de espiões, mas mesmo assim ele não entendia o que os espanhóis buscavam. Ouro ele cedia, cacau também, mulheres foram cedidas, mas nada os parava. Nesse processo de busca do entendimento do outro, Montezuma busca compreender o presente a partir do que os deuses falam, mas eles nada falam, e quando falavam, os presságios eram sempre favoráveis aos espanhóis (TODOROV, 1998, p.68). Os indígenas perderam a palavra dos Deuses assim como os deuses se calaram-se diante da conquista, logo, essa sociedade que é baseada em grande parte das interpretações não agiu uma vez que não havia sinais divinos para guiá-los em suas ações.

O próprio sentido do combate entre espanhóis e indígenas era diferente. O dos indígenas não visava à aniquilação do outro, mas sim a captura dos inimigos, e acabava quando o perdedor deveria pagar ao vencedor. Já a guerra dos espanhóis, por exemplo, era uma guerra de assimilação, e eles conseguiram assimilar desde o início o seu modo de guerra (TODOROV, 1998, p.85) – embora deve-se considerar que as formas de resistência indígena se mantiveram no que tange a comunicação.

A vitória durante a conquista é algo problemático e complexo, porém ainda mais complexa é a análise dos elementos que atuaram para essa conquista. Sem dúvida, são inúmeros fatores, culminando com a vitória inegável dos espanhóis. Contudo, essa vitória não aconteceu em sua totalidade, pois as tentativas de imposição da dominação europeia foram respondidas com resistência dos indígenas de diversas maneiras.

O próprio conceito de idolatria é uma forma de resistência. Entretanto, devemos pensar que a hermenêutica da palavra idolatria carrega consigo discursos, especialmente para os europeus. A palavra idolatria era carregada de um sentido de dominação cultural, de ilegitimação do outro, visto pelos europeus como um ânimo diabólico, o caminho contrário aos desígnios de Deus e do cristianismo. Logo, a idolatria passou a ser vista como culto aos ídolos, carregada em suas raízes de práticas diabólicas, como o sacrifício humano e as práticas antropofágicas. Os teólogos colonizadores consideravam a idolatria como uma "forma errônea da religião natural" (VAINFAS, 1991, p. 103) – essa religião "natural" para os europeus era o cristianismo e seus costumes.

Essa demonização das idolatrias é um elemento da teologia cristã, que meramente foi transportada para o mundo americano. Para os teólogos, aqui era o refúgio dessas práticas demoníacas, com sacrifícios humanos, culto às estátuas (hipocrisia talvez), divinização de rochas ou fenômenos. Em todos os aspectos da cultura indígena, os missionários viam formas

demoníacas, pois não compreendiam aquilo e nem buscavam compreender. Assim, o principal objetivo da igreja e seus agentes nesta terra foi a "extirpação das idolatrias" (VAINFAS, 1991, p.104).

Apesar disso, a idolatria passou a ser vista como forma de resistência cultural das populações indígenas. Ela é um processo histórico-cultural de resistência, caracterizada como a persistência e renovação de ritos e crenças na busca de retomar a identidade nacional que se perdeu com o colonialismo. Diversas foram as estratégias para essa luta de resistência, tanto no aspecto cultural como no material de suas vidas (VAINFAS, 1991, p.105). Ainda, a idolatria colonial deve ser entendida como um fenômeno novo, muito diferente das culturas ameríndias pré-coloniais. A idolatria é uma forma de reedição do passado em vias de extinguir-se. Visto que, nas sociedades indígenas controladas e dominadas pelos europeus, aos indígenas foram impostos o processo de aculturação e, diante dessa realidade, eles viram a opção de resistir violentamente a essa imposição ou passar pelo processo de assimilação cultural (VAINFAS, 1991, p.105).

Inúmeras foram as formas de resistência, e as autoridades não tardaram em perceber as idolatrias como forma de resistência e persistência da cultura indígena, começando a considerar essas práticas como crime passível de morte. Algumas dessas idolatrias são a idolatria ajustada e a idolatria insurgente, ambas formas de resistência com suas particularidades.

Formas de idolatrias e suas formas de resistência.

A idolatria ajustada era caracterizada por estar presente no núcleo doméstico, mas poderia ultrapassá-lo e atuar no espaço de trabalho. Ela era uma idolatria clandestina no sentido de que, à primeira vista, não era perceptível. Estava longe de romper com a estrutura dominante colonial, implantando-se nessa estrutura dominante e resistindo a partir desses setores, como a assimilação cultural, dando outro sentido a práticas culturais que lhe eram impostas. Contudo, a idolatria não pode e não é reduzida ao aspecto religioso. Ela estava ligada à vida familiar, ao trabalho, a religião e afins.

Esse tipo de idolatria, como dito anteriormente, estava ligado ao *locus*, no núcleo doméstico, e era nestes locais que emergiam os antigos ritos dos indígenas, adaptados a nova realidade material imposta. Contudo, essa imposição não era aceita, uma vez que embora eles no espaço exterior fossem as missas, indo as confissões e comungando, no espaço doméstico eles ainda praticavam os ritos indígenas como a regada a *oclti*. Contudo, embora essa idolatria ultrapassasse o núcleo doméstico atingindo o trabalho, por exemplo, ela não rompia com a ordem colonial (VAINFAS, 1991, p.110).

Já as idolatrias insurgentes, embora tenham características similares às idolatrias ajustadas – o surgimento de novas lideranças que não são os sacerdotes, a hipertrofia dos deuses menores, a presença dos elementos cristãos em sua teologia e a resistência sendo alguns desses elementos que as aproximam – distinguiram-se das idolatrias ajustadas pelo forte sentido de desafiar a exploração social e a imposição cultural pelos europeus. Foram inúmeras as formas assumidas, desde movimento armado até pregação escatológica. Inúmeras foram as formas de resistência, cada uma com suas particularidades, como o caso de Taqui Ongo no Peru, a Santidade de Jaguaripe no Brasil, entre outros (VAINFAS, 1991, p.112).

Santidade de Jaguaripe:

Aprofundando-se agora na temática das idolatrias insurgentes, o caso Jaguaripe é um exemplo perfeito que retrata as características deste fenômeno e sua importância como resistência contra a tentativa de desintegração cultural e espiritual dos povos originários. O Jaguaripe foi um movimento religioso, político e social liderado por indígenas Tupinambá. O movimento foi visto como uma cerimônia que, em certas temporalidades, realizavam visitas às aldeias os pajés, onde nestas aldeias ocorriam transe, cantos e danças. Os pajés que tinham livre trânsito entre as aldeias tupinambás exortavam os indígenas a não trabalharem, pois tudo provinha da terra e que as flechas caçariam sozinhas. É notória a semelhança com o movimento do Taqui Ongo, que será trabalhado posteriormente, onde ambos ordenavam que os indígenas os seguissem e utilizavam o medo para conseguir tal feito (VAINFAS, 1991, p. 120).

Percebe-se no Jaguaripe os elementos fundamentais de uma idolatria insurgente, no sentido da tentativa de ruptura com a exploração social imposta pelos europeus, o surgimento de novas lideranças e a valorização das tradições seculares indígenas. O Jaguaripe, neste sentido, pregava a volta aos costumes tradicionais indígenas e a resistência contra os portugueses. Em especial, a valorização do antigo mito da "terra sem mal", um paraíso terrestre, local onde não se envelhecia, e esta busca pela terra sem mal iria funcionar como a atitude de resistência necessária contra as imposições europeias (VAINFAS, 1991, p. 120).

O movimento era localizado nas matas de Jaguaripe e assumiu a forma de uma seita religiosa oposta às armas da conquista, estas sendo a escravidão e o catolicismo (VAINFAS, 1991, p. 121). O movimento rapidamente cresceu em seguidores e, com isso, os portugueses ficaram alarmados diante desta forma de resistência (VAINFAS, 1992, p. 14).

Entretanto, houve sim o caráter insurgente e isso é notório pela presença do sincretismo. O líder da seita era um indígena com o nome de Antônio, que dirigia o culto e não

somente entrava em transe, como fazia as exortações e recebia a santidade bebendo a "erva santa". A santidade visava, em suma, refazer os antigos costumes e valores indígenas e adaptar ao "modelo cristão", se autointitulando inclusive como "papa".

O movimento teve fim quando deixou-se seduzir por um grande senhor de engenho chamado Fernão Cabral, o qual via na santidade uma grande quantidade de mão de obra para utilizar ao seu bel-prazer, e os indígenas viram a possibilidade de cultuar seu ídolo sem interferência dos jesuítas. Contudo, a mando do governo, Fernão Cabral teve que investir contra a santidade e Antônio foi entregue às autoridades pelos seus próprios seguidores e, por fim, foi enforcado pelos mesmos seguidores a mando do governador (VAINFAS, 1991, p. 123).

Embora, como supracitado, o movimento tenha "fracassado", o Jaguaripe demonstrou ser uma grande resistência indígena contra a conquista europeia e toda a desestruturação dos valores que vêm com a conquista. O movimento vai de encontro justamente ao discurso eurocêntrico de que os indígenas foram passíveis de conquista. Pelo contrário, eles resistiram contra esse processo de dominação e estavam dispostos a lutar por sua liberdade.

O movimento se caracterizou como uma forma de resistência indígena contra a conquista portuguesa de várias maneiras. Dentre estas, destacava-se o fato de que o movimento pregava a volta dos valores tradicionais indígenas, que eram muito diferentes da cultura portuguesa. Diante dessa realidade, o movimento se caracteriza como uma forma de resistir às próprias assimilações culturais que eram impostas pelos portugueses com a catequização ou com o uso da força. Outrossim, o movimento lutava pela resistência contra os portugueses, incluindo o combate direto contra a ordem estabelecida.

A resistência dos indígenas nos sertões e nas vilas de El-Rei :

Essa forma de resistência ocorreu no território de Minas Gerais, principalmente durante a metade do século XVIII, onde, após a explosão da mineração, provocou a criação de vilas coloniais, e após a diminuição dos recursos que impulsionavam essa exploração, foi diminuindo. Os colonizadores passaram a adentrar nas florestas em busca de riquezas minerais, agricultura, pastoreio e o comércio, o que levou os colonos à apropriação brusca das terras dos nativos do sertão. Ao longo dessa invasão, os indígenas travaram uma luta pela sua própria sobrevivência, mas não lutavam apenas pela defesa própria, refletindo em exemplos como o dos Botocudos, onde esporadicamente iniciavam ataques em lugares já controlados pelo poder colonial, reforçando a ideia de que os indígenas eram ao mesmo tempo vítimas e perpetradores da violência (RESENDE, 2007, p.9-10).

Deve-se tornar explícito que esse conflito ocorria principalmente entre os indígenas e os posseiros, visto que, na medida em que esses posseiros de todas as classes adentravam nos

territórios indígenas, os mesmos não ficaram de braços cruzados. Pelo contrário, escolhiam seus alvos entre os posseiros de forma cuidadosa; as fazendas, ranchos espalhados e até mesmo pequenos povoamentos que estavam contidos entre a fronteira móvel dos nativos e portugueses eram atacados.

Entretanto, embora os indígenas tenham, em um primeiro momento, resistido a todo custo aos conflitos armados, resistiram também quando foram incorporados na sociedade colonial. Neste momento, sua resistência estava ligada à prática de escravização nas vilas. Nos conflitos surgidos pelas entradas nos sertões, muitos indígenas foram capturados e, nestes confrontos, foram utilizados como mão de obra para serviços domésticos ou agrícolas.

Contudo, havia muitas restrições sobre a escravização de indígenas por uma série de leis. No entanto, os colonos reproduziram a prática da “administração” em Minas Gerais. Sob o pretexto de catequizar os indígenas, os colonos obtinham o aval para exercer o controle sobre os mesmos, sem que isso fosse caracterizado como escravidão. Essa prerrogativa da administração foi uma das diversas formas de burlar a legislação colonial que garantisse a liberdade dos indígenas, mas não foi aceita sem resistência. Tentando proteger-se dos cativos, muitos indígenas moveram “ações de liberdade” contra seus administradores, e vários desses julgamentos foram levados a cabo (RESENDE, 2007, p.18).

É verdade que, embora muitos tenham conseguido sua liberdade através da legislação, muitos outros encontraram dificuldades para comprovar sua ascendência indígena. Os administradores não ficaram inertes à questão da liberdade dos povos indígenas e procuraram, através de uma brecha na legislação, designar os indígenas como mestiços. Realizando tal ato, além de produzir uma inviabilidade para esses sujeitos, podiam continuar o cativeiro desta população, já que o cativeiro de mestiços era legitimado (RESENDE, 2007, p.19).

Muitas vezes, os povos indígenas recorriam a essa ação e, em alguns casos, o juiz avaliava a aparência física do sujeito. No entanto, mesmo nestes casos, os indígenas conseguiram tirar proveito. Se as características fenotípicas foram um método para classificar alguns sujeitos como mestiços, em outras situações, foi essa mesma característica física que possibilitou a passagem de mestiços para a classificação de índios coloniais.

Diante da realidade supracitada, analisa-se que o percurso dos sertões e das vilas no período colonial é marcado por uma questão: a resistência. O papel da resistência dos povos indígenas na região de Minas Gerais torna-se evidente primeiramente de forma insurgente com a resistência armada, contra a ocupação de suas terras e de seus laços culturais. Posteriormente, levados às vilas, a luta não cessou. Desta vez, de forma ajustada, os indígenas utilizaram a legislação para afirmar sua origem indígena, para que a lei assegurasse sua liberdade.

Taqui Ongo:

Ainda no sentido das idolatrias insurgentes, o movimento conhecido como Taqui Ongo se configura nesta idolatria. Esse movimento surgiu no Peru central durante os anos de 1560. Deve-se salientar que o movimento se irradia a partir da província de Huamanga. Essa província esteve sob o controle dos espanhóis, embora o Taqui Ongo tivesse sido um grande movimento de resistência, mas no seu início ele não se distinguia das pregações de um Ocelotl. Embora o Taqui Ongo tenha acabado assumindo o caráter de uma "seita religiosa", ainda sim se manteve hostil à presença espanhola no Peru (VAINFAS, 1991, p. 115).

As fontes sobre o Taqui Ongo são muito limitadas. Embora, através de contemporâneos do movimento, saibamos algo, como as informações dos seus adeptos que chegaram em seu apogeu a 8.000. Este movimento era considerado para os espanhóis como uma heresia, que na concepção deles era uma forma de renegar aos valores cristãos, mas para os indígenas, o foco era outro, tratava-se de uma cerimônia, de uma dança enfermidade, visto que, na linguagem quéchua, Ongo se refere a enfermidade e Taqui a "canto" ou dança (VAINFAS, 1991, p. 116).

Estes cantos eram realizados pelos sacerdotes itinerantes que percorriam as aldeias, tal como xamãs, e anunciavam a chegada de uma nova era, sendo esta nova era o tempo em que os espanhóis e seu Deus seriam expulsos da terra e em seu lugar ficariam as "huacas", as divindades ancestrais (VAINFAS, 1991, p. 116). Durante as visitas às aldeias, os pregadores entravam em transe possuídos pelas "huacas" e durante este transe eles afirmavam a vitória e faziam exortações a um novo tempo. A música e a dança, neste cenário, atuavam como forma de resistência, com entoações de canções que glorificavam a cultura inca e denunciavam a conquista espanhola. Eles também dançavam danças tradicionais que expressavam sua identidade cultural.

O Taqui Ongo era a ritualização da tragédia, visto que ela representava a própria condição dos indígenas que, segundo os xamãs, eram frutos do deus cristão e a fome, doenças e a morte, mas também eram a tragédia dos antigos deuses. O líder destes pregadores era don Juan Chocne, o que melhor encarnava a "huaca", exigindo oferendas e sacrifícios para ele. Juan não foi o único pregador do Taqui Ongo, mas é inegável sua importância e, sem dúvidas, foi o pregador mor do movimento (VAINFAS, 1991, p. 117).

O movimento ainda se caracterizou muito em sua constituição pelo medo, ou seja, o medo era utilizado como arma para que aqueles indígenas abandonassem as "huacas" e retornassem ao controle exercido pelo Império espanhol fim de evitar consequências como irem para o inferno. O Taqui Ongo foi marcado também pelo forte processo de aculturação,

reinterpretando elementos do cristianismo quando eram reinterpretados títulos como "Santa Maria", ostentados pelas indígenas.

Entretanto, o caráter de insurgência do Taqui Ongo residia não em sua maioria na pregação dos xamãs, mas sim na resistência inca de Vilcabamba. O então denominado império neo-inca, inaugurado por Manco Inca, não se curvou à exploração dos espanhóis, pregando contra a religião cristã e, em vários momentos da história, movendo guerras contra os espanhóis e forçando-os, assim, a negociar. Contudo, o movimento teve seu fim após os principais idolatras serem perseguidos e com o assassinato do Tupac Amaru, o último inca (VAINFAS, 1991, p. 119).

O movimento Taqui Ongo foi de suma importância, pois mostrou que os índios não estavam dispostos a aceitar a conquista espanhola de braços cruzados e que estavam dispostos a lutar contra a opressão espanhola, muitas vezes obrigando os espanhóis a realizarem acordos, o que rompe com a ideia de que os espanhóis, ou melhor, os europeus eram superiores aos valores ou organização dos povos originários.

Considerações Finais:

As proposições aqui expostas permitem a visualização de como o cenário da conquista europeia é complexo e o quanto é incompleto e, diante disto, torna-se necessário se atentar às minúcias do processo. Contudo, a partir do estudo realizado, é possível entender que houve sim a Conquista. Precisa-se, todavia, entender suas minúcias. A conquista não ocorreu em sua totalidade; o processo de imposição dos valores e restrições da cultura dos povos indígenas não foram fáceis. As imposições europeias para com o indígenas, em diversos momentos, foram confrontadas; diversas foram as formas de resistência por parte dos indígenas, como demonstrado no trabalho desde resistência ajustadas para resistências insurgentes, como o caso de Taqui Ongo ou da Santidade de Jaguaripe.

Demonstramos aqui os processos de conquista e como eles foram utilizados pelos espanhóis, sendo estes mecanismos a espada, as enfermidades, as rivalidades entre os indígenas e a aliança entre os indígenas e o colonizador. Entretanto, apenas um mecanismo não foi responsável por toda a conquista, rompendo assim com a visão de que o europeu é superior ao indígena graças à sua "tecnologia".

O que podemos perceber é que, por mais que tenha ocorrido a vitória da conquista por inúmeros fatores aqui já listados, a imposição dos europeus não aconteceu como eles planejavam. Os indígenas fizeram resistência ao colonialismo. Devemos lembrar que não foi somente uma resistência religiosa, foi uma negação da ordem imposta, crenças e costumes. E para essa resistência, os indígenas utilizaram-se tanto de forma armada contra essa imposição

quanto da resistência ajustada, renovando suas crenças.

Assim, podemos e devemos compreender que através da idolatria – carregada por estigmas de colonização e dominação dos europeus – que podemos compreender as assimilações e disjunções culturais que ocorreram, os dualismos e, em especial, as lutas e resistências. Por isso é importante entendermos a idolatria como uma resistência indígena contra a colonização e suas imposições.

Referências bibliográficas:

GODINHO, Vitorino Magalhães. Que significa descobrir? In: NOVAES, Adauto. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 55-82

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A Conquista do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. **Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei**. *Tempo*, v. 12, p. 5-22, 2007.

ROMANO, Ruggiero. **Mecanismos da conquista colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

TODOROV, Tzvetan. Conquistar. In: **La conquista de América: el problema del otro**. Ciudad de México: Siglo Veintiun, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. Colonialismo e idolatrias: cultura e resistência indígenas no mundo colonial ibérico. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 21, pp. 101-124, fevereiro de 1991.

PROSTITUIÇÃO NA IDADE MÉDIA: DAS SOMBRAS AO BANQUETE REAL – UMA JORNADA PELOS PECADOS CARNAIS E PELO PERDÃO DIVINO

Geyza Bezerra da Silva
Graduanda do 3º período, pela Universidade Federal de Campina
GrandeEmail:geyza70.com@gmail.com.

Rener Evaristo de Sales
Graduando do 3º período, pela Universidade Federal de Campina Grande. Endereço
eletrônico: rener123ev@gmail.com

RESUMO

Este artigo faz parte dos estudos realizados na disciplina de História Medieval, ofertada pela Professora Doutora Marinalva Lima, componente obrigatório do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Nosso objetivo neste artigo é abordar a presença e percepção da prostituição na Europa durante a Baixa Idade Média. A prostituição enfrentou diferentes níveis de aceitação, variando conforme a região. São Luís ordenou a expulsão e perseguição das prostitutas no século XIII. No entanto, no século XIV, algumas cidades passaram a regularizar a atividade, estabelecendo bordéis institucionalizados. A visão sobre os pecados da carne evoluiu ao longo desse período, distinguindo pecados espirituais dos carnavais. Embora as prostitutas fossem consideradas culpadas pelos pecados sexuais, a prostituição passou a ser vista como um mal necessário para evitar pecados mais graves. Jovens eram encorajados a se envolver com prostitutas desde cedo, acreditando-se na força da natureza humana sobre as leis.

Palavras-chave: Prostituição. Medieval Ocidental. Pecado. Igreja Católica.

INTRODUÇÃO

O historiador deve explicar as situações históricas como se não conhecesse seu futuro. Quer dizer, não deve explicá-las somente pelo conhecido desenlace de uma situação, como não deve fazê-lo tampouco pelas “intenções” dos atores. A explicação fundamenta-se na dialética precisa entre ambas as coisas. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 364.)

A história é um conhecimento inscrito não no passado, mas no temporal e o trabalho do historiador, descrito no livro *A Pesquisa Histórica (2006)* do próprio Aróstegui é analisar

no presente o passado, de forma crítica e com um olhar sensível, buscar explicações através das fontes, que são os documentos. E como o beija-flor precisa da flor, para ter o seu pólen, o historiador precisa do documento, aquele como descreve Samaran, escrito, ilustrado, transmitido pelo som, pela imagem, de qualquer forma, a fim de sugar o néctar e cumprir com seu ofício de historiador e pesquisador, pois sem documento não existe história.

Em questão, as pautas sobre mulheres e seus corpos são bem adversas, atualmente, suas vivências dentro da sociedade, seus desejos e posicionamentos se encontram em grandes desafios intermináveis, como protesta a cantora Rita Lee em sua música *Luz Del Fuego* (1975), em homenagem a Dora Vivacqua uma grande guerreira do feminismo brasileiro em 1949. Contudo, a justificativa para tal produção vem dos encontros durante a disciplina de História Medieval, dos diálogos orientados pela professora Marinalva, que nos fez refletir até alcançar um olhar crítico para essa temática, que é as mulheres e sua trajetória histórica. Essa inquietação gerou o interesse por buscar entender e problematizar sobre esse grupo específico, no começo intocáveis, excluídas e pecaminosas e depois vistas como importantes, essenciais e desejáveis, esse grupo são as prostitutas do mundo medieval, as protagonistas da profissão mais antiga já conhecida.

DA EXCLUSÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO

Durante aquilo que chamamos de Baixa Idade Média²⁹, a prostituição pairava por toda a Europa, tanto nos campos rurais quanto nas vielas urbanas, assim como nosso sangue, fluindo através das veias dessa sociedade. No entanto, uma dualidade imensa existia, sendo grandes as diferenças no processo de rejeição para a aceitação dependendo da região.

Baseado nisso, no livro *A Prostituição na Idade Média* (1991), de Jacques Rossiaud³⁰, é visto toda a evolução no estilo de vida dessas prostitutas, saindo dos becos e da exclusão até alcançar as mesas nos grandes banquetes reais, assunto que será discutido durante toda a nossa jornada através dessa grande complexidade que é a figura da prostituta, durante esse período regido pelas leis divinas.

²⁹Baixa Idade Média ou período medieval tardio, foi o período da história europeia que durou de 1300 a 1500 d.C.

³⁰Jacques Rossiaud, nascido em 1932 em Taverny (Val d'Oise), é um historiador francês, conhecido por suas contribuições significativas para o campo da história social e cultural, com foco especial na vida cotidiana e costumes da Idade Média. Rossiaud examina a prostituição na Europa medieval, abordando questões como suas causas, práticas, regulamentações e representações na sociedade da época. Ele adota uma abordagem interdisciplinar, combinando fontes literárias, documentos legais, registros judiciais e iconografia para reconstruir a história da prostituição medieval. Uma das perspectivas-chave de Rossiaud é a ideia de que a prostituição na Idade Média era uma instituição complexa e multifacetada. O argumento de que a prostituição não pode ser compreendida de forma simplista como um aspecto puramente imoral ou marginal. Em vez disso, ele sugere que a prostituição desempenhou papéis diversos na sociedade medieval, desafiando estereótipos tradicionais.

Em dezembro de 1254, São Luís ordena que as mulheres da vida sejam expulsas do seu reino, que seus bens sejam confiscados, inclusive a sua vestimenta; em 1256, reitera a ordem de perseguir as mulheres “com a loucura no corpo e outras mulheres comuns”, mas acrescenta que convém afastá-las das ruas honestas, dos estabelecimentos, religiosos e se possível colocá-las para fora dos muros da cidade. (ROSSIAUD, 1991, p. 59-60).

No trecho acima, reflete-se o imaginário do século XIII, trancado a abertura de portas para essas mulheres, que sempre estiveram presentes na sociedade, citadas em poesias e representadas em pinturas, eram excluídas, tiradas o direito de exercerem sua profissão. Ao chegar na segunda metade do mesmo século, a prostituta agora marcada como impura, colocadas sob o mesmo patamar dos judeus e dos leprosos, “Os estatutos redigidos em meados do século XIII estabelecem que no mercado, judeus e prostitutas não podem tocar os víveres, sob pena de tê-los que comprar obrigatoriamente” (ROSSIAUD, 1991, p. 60). Dessa forma também é necessário marcá-la para a sociedade conhecer aquela que se deve manter distância e não as confundir com as mulheres "normais", no caso, tratava-se de usar uma agulheta em cor viva e a proibição de chapéus, véus ou toucas.

Quando chegamos ao século XIV, enquanto os leprosos passam a desaparecer e os Judeus são marginalizados, os regulamentos que limitava o trabalho das meretrizes começam a sumir nas marcas do tempo, assim “entre 1350 e 1450, as cidades institucionalizam a prostituição e edificam um *prostibulum publicum*” (ROSSIAUD, 1991, p. 62). A fundação dessa instituição seria, enfim, uma grande alavanca para as mulheres da vida, possibilitando sua disparada na sociedade.

Os locais destinados a liberar os prazeres da carne e ceder à sedução (Casas de Banho, Prostíbulos e Bordéis), eram por sua vez, regradados e monitorados, passando por vigilância sanitária e fechando em eventos de peste, também paravam o seu funcionamento em datas religiosas, como a semana santa, além disso, também eram inspecionadas as vestimentas do local e o mantimento da ordem por parte das autoridades. Contudo, não apenas nos locais fechados, encontravam as meretrizes nas ruas, praças, becos e tavernas.

Dessa forma, aquilo que no começo estava nas sombras, passou a ser a chama que iluminava as noites nas cidades e no campo, ainda assim, as portas da igreja mantinham-se fechadas, não só as mulheres da vida, mas também aos luxuriosos e aqueles que cometiam esse ato infame de fornicção.

ENTRE A SOMBRA DA IGREJA E A NECESSIDADE SOCIAL

Na obra, *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri³¹, escrita no séc. XIV, narra a jornada de seu protagonista, o próprio Dante, através do Inferno, o Purgatório e o Paraíso. Em um trecho onde narra a passagem do protagonista e de seu guia "Virgílio" através do Inferno, nela, Dante descreve os diferentes círculos onde estão as almas condenadas, sofrendo mediante o pecado que cometeram em sua vida. No "Segundo Círculo" é apresentada a Luxúria, pecado esse relacionado a prostituição, aqui, as almas são eternamente atormentadas por uma tempestade violenta, simbolizando a falta de controle sobre seus desejos carnis durante suas vidas terrenas.

Quando a borda do abismo as precipita,
Ais, soluços, lamentos vão se rompendo.
Blasfema a Deus a multidão Maldita.
Ouvi dizer que estão no padecer horrendo
Os que aos vícios da carne se entregavam,
Razão aos apetites submetendo.
Quais estorninhos, que a voar se travam
Em densos bandos na estação já fira,
Em rodopio as almas voltavam,
Ao capricho do vento, que as trazia.
De pausa não, de menos dor a esperança
Conforto lhes não dá essa agonia. (DANTE, Inferno, Canto V).

Então, com as portas do inferno abertas para as prostitutas e para aqueles que cometiam o pecado da fornicção, se sujeitando aos prazeres da carne, as portas da igreja pareciam não serem capazes de se abrir para as meretrizes. Foi assim que surgiu o debate acerca da natureza, que embora a opinião dos humildes não seja encontrada, os clérigos possuíam forte opinião sobre cair nesse mal.

Durante o final XII e o século XIV surge um debate profundo para entender qual pecado pesava mais que o outro, visando diferenciar os pecados do espírito e os da carne, assim, Rossiaud cita o que escreveu P. d'Abernon, por volta de 1275:

Entre os pecados capitais, há cinco espirituais e dois carnis; os vícios da carne vem da natureza e, portanto, parece que os pecados carnis

³¹Foi um escritor, poeta e político florentino, nascido na atual Itália. É considerado o primeiro e maior poeta da língua italiana, definido como il sommo poeta.

são menos graves (...). A avareza é pior que a Lascívia, que não impede que as pessoas amem a o seu próximo e até mesmo a Nosso Senhor, e que gastem bastante. Além do mais, o luxurioso é mais propenso ao arrependimento do que o avaro. (ROSSIAUD, 1991, p. 73).

Por pecados da carne, não apenas uma série de prazeres sexuais eram incluídos, também a masturbação que, mesmo após uma mudança de olhares por parte do ato sexual, não deixou de ser discriminada.

A visão demonizada da busca pelo prazer da carne, agora era relativizada, “[...] O prazer sexual é bom quando os fins que se perseguem são bons” (ROSSIAUD, 1991, p.74), sendo agora possível o ato conjugal para se evitar o adultério, tema esse que entrou em pauta com o novo olhar sobre as práticas sexuais. Porém, ainda com o olhar misógino presente na idade média, a culpa da traição ou até mesmo dos estupros era da mulher, “Pois a mulher, cuja natureza é fraca, respondem às solicitações ou aceitam a brutalidade” (ROSSIAUD, 1991, p.74). Assim, toda a responsabilidade no pecado da carne era unicamente da figura feminina.

Assim, os clérigos passam a afinar suas reflexões acerca da fornicação, diferenciando-a em dois tipos, a “Fornicação Qualificada”, correspondendo ao pecado da luxúria, englobando um aglomerado de crimes públicos, e a “Fornicação Simples”, ainda um pecado, porém somente quando cometido em grande frequência é repudiada, assim, cometido por pessoas livres de qualquer vínculo e com o consenso mútuo, ou seja, o sexo pré-matrimonial.

Então, se os pecados da carne pesam menos que os pecados espirituais, como se enquadrava a mulher da vida que tirava da prostituição o seu dinheiro? Com isso voltamos a falar das meretrizes, pois, para que não fosse pecado, era necessário que ambos estivessem fora de um matrimônio, por mais que algumas dessas mulheres fossem a prostituição mesmo que casadas. Porém, não havia uma investigação das vidas daquelas mulheres que buscavam tornar-se prostitutas, algo que deveria ser feito para que não colocassem seus clientes no pecado da luxúria por relacionar-se sexualmente com uma mulher casada. Outro ponto importante é que a prostituição devia ser feita única e exclusivamente para ganho financeiro.

Por outro lado, é necessário que as meretrizes sejam belas; pois se se quer o bem comum do *ordo conjugatorum*, é preciso agir eficazmente, orientar o desejo dos solteiros ou dos viúvos para prostitutas “belas e apetitosas”. Sendo o seu corpo sedutor, isso não diminuiria a falta do fornicador? Alain de Lille já perguntava: “Aquela com a qual o pecado foi cometido era bela? Em caso afirmativo, convém moderar a penitência”; São Tomás lhe faz eco: “Um pecado é menos culpável em função do incentivo que se tem para cometê-lo (...). Se a resistência é

difícil, o pecado diminui”. A visão de uma beleza feminina acessível estimula a natureza, aumenta a concupiscência, diminui o juízo e, portanto, a falta. (ROSSIAUD, 1991, p. 79).

Dessa forma, a prostituição é agora tomada como um bem comum, uma necessidade social. Pois, para que não se cometam pecados mais graves é necessário a prostituição, os desejos carnis se saciam e assim não cairiam na “Fornicação Qualificada”, não se cometeriam a luxúria. A natureza passa a ser vitoriosa nessa batalha e a chama da prostituição se torna mais viva, enquanto a igreja se torna sua sombra.

ENTRE A NATUREZA, O PURGATÓRIO E A LUTA PELO CORPO

Com a chama dos prazeres carnis viva, aqueles homens que antes, temiam tocar nas mulheres, passam a ser ensinados e motivados sobre. Frequentam os bordéis para sentir prazer e se divertir, pois, a natureza os obriga a tal feito. Assim, a segunda metade do século XV é por sua vez, marcada por esses novos valores que regiam a sociedade medieval.

Assim, os pais dão o dinheiro para o vinho e para a mulher, para a taberna e para a fornicção; essas frases são pronunciadas diversas vezes nos sermões e mostram que essa prática social não se limitava evidentemente no sudeste da França. Com uma frequência praticamente igual, os sacerdotes também interpelam os pais que frequentam tanto o *prostibulum* como a taberna. (ROSSIAUD, 1991, p. 100).

Esses jovens, que possuíam entre dezesseis e dezoito anos, eram rapidamente colocados a par de sua “natureza” sexual, recebendo permissão para fornicar desde muito cedo com as mulheres públicas. Não precisavam se preocupar, pois, eram persuadidos a crer que Deus o perdoaria, sendo a luxúria, para um jovem, apenas um simples pecado natural que não irritaria a Jesus.

Não há lei que não possa fazer nada
contra o poder da natureza
que domina todas as criaturas. (complainte, vv. 1898 e segs).

Assim, os poderes sexuais são mais fortes que quaisquer leis humanas. Algo que independente daquilo que nos proíbe de agir, a natureza impele ao ato, a natureza manda e ordena. O poder da natureza e tal, enquanto o dos homens é agir mediante o que ela ordena.

É demonstrado por J. Le Goff que o purgatório, triunfa no plano da doutrina, entre

os séculos XII e XIII. Sendo por sua vez um lugar entre o céu e o inferno, representando por sua vez, a esperança, pois trata-se de um local de penitência, para pagar pelos seus pecados e por fim ser perdoado ou levado ao inferno. Dessa forma, aqueles pecados cometidos contra a natureza ou até mesmo os de luxúria, recebiam sua segunda chance, para pagar por eles no purgatório. Esse local também é representado na obra, a *Divina Comédia* de Dante, nela o purgatório é dividido em cada andar para cada pecado capital, sendo o último, dedicado aqueles que foram luxuriosos ou pecaram contra a natureza.

Essa esperança do purgatório é de grande importância na mentalidade do século XV, pois, atos que iam contra a natureza eram amplos no campo que se dava a sexualidade e a prostituição. Pois, como essas meretrizes faziam para não engravidar, visto a gravidade que era o ato de ir contra a natureza, logo, ir contra aquilo determinado por Deus? As prostitutas já haviam adotados a muito tempo métodos anticoncepcionais, que embora fossem funestos, eram bastante conhecidos, prova disso se dá quando Olivier Maillard se refere a eles de maneira direta:

Algumas mulheres e sacerdotes dizem que as mulheres que tomam drogas a fim de expulsar a matéria da sua matriz antes que a alma se introduza nela não cometem pecado mortal. Vejam só, que grave pecado é este. (ROSSIAUD, 1991, p. 117).

As penitências em torno do aborto eram principalmente levadas em conta se o feto possuía ou não alma, caso não possuísse, era uma penitência leve, porém, caso considerassem que possuía, era tratado como um homicídio, digno de uma severa pena. Com isso fica evidente a luta da mulher para ganhar espaço e domínio pelo seu próprio corpo, quando passamos a tratar da prostituição, essa dificuldade fica cada vez mais clara. Um trabalho, considerado um dos mais antigos do mundo, que na idade média demorou a ser considerado trabalho. Vemos uma longa jornada, saindo dos becos e vielas às escuras, para tornarem-se “damas de alegria” de reis e participarem dos mais exuberantes banquetes e ter um lugar na cama como uma concubina.

Representadas em quadros e em poesias, essas mulheres que até mesmo na linguagem com termo *meretrix*; sendo aplicado às elegantes, galesas, cortesãs e prostitutas públicas, sempre estiveram na sociedade medieval, mas apenas através do tempo se tornaram as chamadas noturnas que aquece os corpos através dos prazeres carnais.

ENTRE AS CHAMAS DA DUALIDADE HUMANA E A REPRESSÃO DA IGREJA

Se pensarmos na filosofia como a jornada pela sabedoria, filósofo como alguém envolvido nessa jornada e em uma filosofia qualquer como o destino alcançado por tal buscador, Agostinho deve ser considerado um filósofo, e o entendimento alcançado por ele deve ser considerado uma filosofia. (MCGRADY, 2008, p. 22).

A arte da filosofia³² na idade média foi muito produzida e discutida, como mostra o livro *Filosofia Medieval (2008)* de A. S. McGrade, que produziu todo um estudo acerca dessa temática, uma época já compreendida pela dominação da igreja, principalmente no começo do período medieval. Santo Agostinho, o maior teólogo do cristianismo, que gerou grandes questionamentos, impõe princípios religiosos, focados principalmente na castidade e na preparação para vida após a morte, que era algo que se acreditava plenamente. Conhecido também por sua grande filosofia de unir a fé à razão, afirmando que deveria crer para entender.

Diante disso estabelecemos uma analogia da visão das prostitutas na idade média e a concepção cristã sobre o papel do corpo, desejos sexuais e o pecado. Já que a moral da igreja se baseava na visão rígida sobre a sexualidade e o corpo, enfatizando a necessidade de reprimir os desejos carnis em prol de uma busca pela salvação espiritual. Por isso, as prostitutas eram julgadas como impuras, pecadoras e abomináveis, já que Santo Agostinho apontava que deveria se viver em espírito e ter o controle dos desejos carnis, do mesmo modo que se encontra na bíblia, uma lista de pecados que ao cometê-los não chegariam ao “reino dos céus”.

Digo, porém: Andai em Espírito, e não cumprireis a concupiscência da carne. Porque **a carne cobiça contra o Espírito, e o Espírito contra a carne**; e estes opõem-se um ao outro, para que não façais o que quereis. Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei. Porque as obras da carne são manifestas, as quais são: adultério, **fornicação, impureza**, lascívia, idolatria, feitiçaria, inimizades, porfias, emulações, iras, pelejas, dissensões, heresias, invejas, homicídios, bebedices, glotonarias, e coisas semelhantes a estas, acerca das quais vos declaro, como já antes vos disse, que **os que cometem tais coisas não herdarão o reino de Deus.** (GÁLATAS, 5:16-21). (Grifos nossos).

Como protagonistas nesse trabalho e em todo percurso da história até os dias de hoje,

³²O estudo de questões gerais e fundamentais sobre a existência, conhecimento, valores, razão, mente e linguagem; frequentemente colocadas como problemas a se resolver.

as meretrizes medievais eram como uma chama dançante em meio à escuridão criada pela igreja. Era simultaneamente hipnotizante e perigosa, atraindo e intrigando os observadores. Essa chama clandestina e impura queimava nas sombras, iluminando segredos e desejos reprimidos da sociedade. Era um fogo que ardia tanto nos corpos dos clientes quanto nas almas das concubinas. Como uma dança hipnótica, a prostituição na idade média seduzente e intrigante, até para o próprio clero, revelando a dualidade humana e desafiando as normas estabelecidas, pela obscuridade da cristandade. Elas queimaram com paixão e anseio, mas também carregaram consigo o risco e a vulnerabilidade daqueles que se arriscaram nas suas chamas de pecado.

“Com a graça de Deus, o maior pecador pode ser convertido à virtude” (MCGRADY, 2008, p. 278). Menos as prostitutas, pois suas atividades levava as pessoas à perdição pelo o fato de desviá-las dos valores morais e religiosos, impedindo-as de compreender a verdadeira natureza do divino e de alcançar a vida eterna, como defende Agostinho na sua filosofia de crer para entender. Entretanto, a moralidade da prostituição não deve ser reduzida a uma questão simplista de certo ou errado. Devesse considerar as complexidades sociais, econômicas e individuais que envolvem essa atividade, ressaltando também o contexto histórico e essa influência da igreja sobre a sociedade da época.

É importante lembrar que a busca pela sabedoria filosófica também requer a consideração das dimensões humanas, sociais e históricas. Nesse sentido, Agostinho, como filósofo, desenvolveu uma filosofia que unia a fé à razão, enfatizando a necessidade de crer para entender. No entanto, essa perspectiva não deve ser considerada a única verdade absoluta, mas sim como uma interpretação dentro de um contexto específico.

Concluindo, a compreensão da moralidade da prostituição requer uma análise profunda e contextualizada, que leve em conta as complexidades sociais, econômicas e individuais envolvidas. A superação do estigma associado as prostitutas requer um olhar empático e uma abordagem mais ampla, buscando promover condições sociais mais justas e igualitárias para todos os indivíduos. Somente assim poderemos alcançar uma visão mais completa e humana sobre esse tema complexo e multifacetado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da prostituição na Idade Média nos revela um contexto complexo e em constante transformação. Inicialmente excluídas e estigmatizadas, as prostitutas passaram por um processo de transição, no qual foram institucionalizadas e reconhecidas como uma necessidade social. Esse processo foi influenciado por fatores religiosos, morais e sociais, que

moldaram a visão da sociedade medieval em relação à sexualidade e ao papel das mulheres.

Durante o período medieval, a prostituição era considerada um pecado, e as meretrizes eram vistas como impuras e indignas de participar da vida social. No entanto, ao longo do tempo, a visão sobre os pecados da carne começou a relativizar e a igreja passou a reconhecer a importância de controlar os desejos carnis para evitar pecados mais graves. A prostituição foi assim tolerada e até mesmo incentivada como forma de saciar esses desejos e evitar a luxúria.

Essa mudança de perspectiva refletiu-se também na regulamentação da prostituição. Surgiram os prostíbulos públicos, que eram locais controlados e regulados pelas autoridades, sujeitos a inspeções sanitárias e restrições em determinadas ocasiões. Esses locais proporcionavam um ambiente mais seguro para a prática da prostituição e permitiam que as prostitutas exercessem sua profissão de forma mais visível e aceita pela sociedade.

No entanto, mesmo com essa institucionalização, as prostitutas ainda enfrentavam estigmas sociais e eram vistas como seres inferiores. A beleza e a aparência física eram valorizadas, pois uma prostituta atraente poderia estimular a concupiscência e diminuir a culpa do pecado. Ainda assim, a igreja continuava a condenar a prática e as prostitutas eram excluídas das portas da igreja e dos sacramentos religiosos.

Diante desse contexto, é fundamental reconhecer que a história da prostituição na Idade Média vai além de uma simples análise moralista ou de julgamento. É necessário compreender as múltiplas dimensões sociais, econômicas e culturais envolvidas nesse fenômeno, assim como as complexidades das relações de poder e das normas sociais que o permeavam.

Através do estudo da prostituição medieval, podemos perceber como as concepções sobre sexualidade, gênero e moralidade são construídas e transformadas ao longo do tempo. Além disso, esse tema nos convida a refletir sobre as questões contemporâneas relacionadas à sexualidade, ao corpo e aos direitos das mulheres, ressaltando a importância de uma abordagem crítica e sensível ao pesquisar e escrever sobre a história das mulheres e suas trajetórias históricas.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia: Inferno**. Tradução de José Pedro Xavier Pinheiro. Jandira, SP: Editora Principis, 2020.

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia: Purgatório**. Tradução de José Pedro Xavier Pinheiro. Jandira, SP: Editora Principis, 2020.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica: teoria e método.** Tradução de Andréa Dore; Revisão Técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Editora Edusc, 2006.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

DUBY, Georges. **Damas do século XII: A lembrança dos ancestrais.** Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: do Amor e outros ensaios.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório.** São Paulo: Edusc, 2006.

MCGRADY, A. S. **Filosofia Medieval.** Tradução de André Oídes. Aparecida, SP: Editora Ideias & Letras, 2008.

ROSSIAUD, Jacques. **A Prostituição na idade média.** Tradução de Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

O XOLOITZCUINTLE E A CEMPOALXÓCHITL: ELEMENTOS ASTECAS INCORPORADOS NA CULTURA MEXICANA E SUAS REPRESENTAÇÕES EM VIVA: A VIDA É UMA FESTA

Isabella Oliveira da Silva
Universidade Federal de Uberlândia
Isabellaoliveira0404@gmail.com

RESUMO

Os costumes que envolvem a realização da festa em honra aos mortos no México atraem olhares curiosos, dado o seu distinto tratamento à morte. Suscitada em um país cristão com forte apelo às características indígenas pré-colombianas, a cultura mexicana e sua relação com a morte gera interesse e propicia a criação de formas de entretenimento que se baseiam nela, como produções cinematográficas. *Viva: a vida é uma festa* é um dos filmes que abordam essa temática. Este artigo trata-se de uma análise de dois elementos astecas, os *xoloitzcuintles* e a flor *cempoalxóchitl*, acerca de sua incorporação na cultura mexicana atual e de sua retratação no longa-metragem. Para a elaboração do artigo foi utilizado como fonte o filme supracitado, além da pesquisa realizada em trabalhos historiográficos sobre a cultura do México de hoje e de seu passado pré-colonial.

Palavras-chaves: Xoloitzcuintle. México. Cempoalxóchit. Cultura.

INTRODUÇÃO

Comemorado anualmente, o Dia dos Mortos é um forte traço da cultura mexicana, que foi fomentada pelo contato entre europeus cristãos e povos nativos pagãos – causado pela vinda dos espanhóis ao Novo Mundo decorrente do processo de exploração ultramarina – e ampliada com o passar dos séculos. Dessa forma, foram adotados e adaptados costumes e símbolos de diversas origens e momentos históricos, dentre os quais se destacam aqueles pertencentes à civilização asteca, que foi uma das mais proeminentes na América pré-colombiana. Através de uma lenta migração, partida do norte do continente americano, grupos nômades nomeados como chichimecas ocuparam a região central do atual território do México, que já era habitado por outra população indígena, os toltecas. O convívio entre os chichimecas e os remanescentes toltecas primariamente se estabeleceu de forma tensa, marcada por conflitos bélicos, mas ainda assim permitiu a mesclagem de estruturas e condutas dos grupos, o que resultou posteriormente na civilização asteca, também chamada de mexica.

Através da historiografia, hoje se conhecem várias especificidades da sociedade asteca,

que despontavam em múltiplos âmbitos da sua sociedade, como em suas práticas religiosas. Relacionado a isso, a morte era encarada por essa população nativa como um aspecto comum, pois, face a destruição inevitável do mundo prevista por eles, o medo da morte se tornava efêmero. A morte, aliás, tinha papel fundamental na postergação no final do universo e da humanidade: sacrifícios de animais e humanos, usuais nos ritos astecas, eram realizados em honra ao Sol de forma a adiar o cataclisma ao qual Terra era destinada. Assim, a morte entre os astecas “[...] era muito mais do que uma possibilidade próxima e previsível; com a morte se convivia todo o tempo.” (ALVES, 2015, p. 88).

Essa forma de encarar a finitude da vida, marcada pela proximidade e tolerância, afetou crenças do povo mexicana em casos particulares de reencarnações (como para aqueles sacrificados em homenagem ao poder divino) e em reinos pós-morte. Ou seja, os astecas acreditavam que posterior à vida mundana haviam outros destinos aos indivíduos, gerados de forma intencional pelas divindades adoradas por eles. E a premissa da existência após a morte continua na cultura do México atual. A festividade em homenagem aos mortos é assinalada pela convicção de que, uma vez a cada ano, os familiares falecidos saem de seus recantos pós-morte e caminham pela Terra, ao lado dos entes vivos, graças às oferendas feitas por eles, constituídas por alimentos, bebidas, fotografias e flores. A ruptura entre os limites da morte e da vida no Dia dos Mortos, junto do festejo alegre e colorido, distingue-se da noção empregada por outros povos cristãos à morte, com um tratamento baseado na austeridade e na perda.

Viva: a vida é uma festa retrata justamente essa comemoração. Gravado durante seis anos e lançado em 2017, o filme estadunidense contou com uma produção detalhista relativa às práticas religiosas do México, preocupada em não a tratar de modo simplista após serem alvo de controvérsias pelos cidadãos mexicanos quando anunciaram seu intento de fazer um filme sobre uma celebração estrangeira. A história de Miguel e sua jornada ao Mundo dos Mortos abarca características originadas num contexto pré-colonial, incluídas na cultura mexicana praticada atualmente.

Os *xoloitzcuintles* e a flor *cempoalxóchitl* são exemplos desses elementos astecas e partes essenciais da narrativa do filme. Eles são intimamente ligados com o festejo da morte, tanto no passado asteca quanto na presente cultura mexicana. Em virtude disso, será feita a seguir uma apresentação preliminar dos dois componentes, de seus aspectos e sua importância cultural na civilização asteca, destacando posteriormente como se deu suas incorporações na cultura do México atual, de modo a possibilitar uma análise de como o longa-metragem retrata ambos os elementos, incorporando-os em sua narrativa sobre o Dia dos Mortos.

XOLOITZCUINTLE: O GUIA ESPIRITUAL DA CIVILIZAÇÃO ASTECA

O *xoloitzcuintle* é uma raça canina oriunda do México, cujo surgimento remonta a milhares de anos. Seu nome deriva-se da língua náhuatl, dos termos *xólotl* (estranho, disforme) e *itzcuintli* (cachorro), sinalizando sua aparência física, cujo traço mais marcante em grande parte dos espécimes dessa raça é a ausência de pelos, causada por uma mutação genética hereditária, além da mal formação dentária característica.

Uma raça, cuja evolução pode ser considerada bastante diversa e antiga, é o *xoloitzcuintle*. Exótico, carismático e facilmente identificável, testemunhou todos os tipos de manifestações humanas desde a sua ascensão como uma divindade dentro das culturas pré-colombianas [...] (ARRIOJA E AZÚA, 2007, p.7, tradução nossa)

Com forte presença nas *práticas funerárias astecas*, esses animais teriam, segundo crenças dessa civilização pré-colombiana, ligação com o deus *Xolotl*. Para os mexicas, *Xolotl* era uma divindade associada às trevas, ao contrário de seu gêmeo *Quetzalcoatl*, a deidade da luz e da vida. *Xolotl* é descrito por sua forma monstruosa, dono de uma cabeça de cachorro, que presenteou a humanidade com a criação dos *xoloitzcuintle* através de fragmentos dos ossos, obtidos no reino de *Mictlantecuhtli*, o deus da morte.

Esses mesmos ossos foram o princípio da criação de toda vida existente contemporânea aos astecas, provenientes de antigas civilizações, que foram destruídas por diferentes catástrofes naturais. Essas ossadas, mescladas com sangue divino, teriam dado início à geração governada pelos astecas, chamado *nauui-ollin*, também conhecida como o quinto sol, que estaria destinado a desaparecer em um grande terremoto, fazendo emergir monstrosidades que devorariam toda a humanidade.

É perceptível, portanto, que as práticas religiosas astecas estavam envoltas por um ciclo de gênese e destruição, no qual “[...] a morte e a vida não são senão dois aspectos de uma mesma realidade [...] a vida provinha da morte, como a planta nova do grão decomposto na terra” (SOUSTELLE, 1962, p. 151). Graças esse modo bastante específico de encarar a morte, o princípio dos sacrifícios humanos, tratados com tanto desprendimento e horror pelo olhar ocidental, tinham uma concepção própria para essa sociedade. Soustelle (1962) afirma que, por vezes, eram sacrificados sujeitos que se voluntariavam para se tornarem companheiros do deus *Huitzilopochtli* após suas mortes. Nesse sentido, o sacrifício humano entre mexicas não seria inspirado por crueldade ou ódio; era, na realidade “[...] a resposta – a única que concebiam – à instabilidade de um mundo constantemente ameaçado. Para salvar esse mundo e a Humanidade era preciso sangue: o sacrificado não era já o inimigo que se mata, mas o emissário que se envia aos deuses.” (SOUSTELLE, 1962, p. 143).

Diferentes desses voluntários, que se tornavam parte do cortejo do Sol após a morte, aqueles que faleciam por circunstâncias comuns tinham de enfrentar desafios na travessia para o pós vida designado e é nesse contexto que se dá a participação e relevância do *xoloitzcuintle* nos ritos fúnebres astecas. Quando partiam da vida mundana, esses sujeitos desafortunados eram enterrados em lugares sagrados, onde se queimavam pertences do falecido e eram colocadas oferendas e pequenas estatuetas de deuses junto do corpo; os cães da raça *xoloitzcuintle* eram sacrificados e colocados juntos dos corpos.

Acreditava-se que, a partir daí, eles acompanhavam os homens destinados ao reino das mortes ordinárias, Mictlán, afinal “[...] não havia Xolotl, o deus com a cabeça de cão, irmão gêmeo de Quetzalcoatl, triunfado em um passado fabuloso das armadilhas de um mundo infernal?” (SOUSTELLE, 2002, p. 62)

Os *xoloitzcuintles* ajudavam na jornada dos mortos, os protegendo de espíritos malignos e monstros que tentavam impedir sua chegada ao submundo. Esse trajeto durava quatro anos, em que o morto suportava as dificuldades impostas, enfrentando o vento furioso e gelado de Mictlán, para atravessar os Nove Rios. O caminho era dividido em níveis e logo no primeiro deles (*Apanohuaia*), qualquer pessoa que, enquanto viva, maltratasse os cães não poderia continuar o caminho à Mictlán e ficava preso na *Apanohuaia*, em remorso eterno. Além disso, a atuação dos cães como ajuda dos mortos se dava na travessia dos rios infernais: os mortos a realizam a nado, utilizando como suporte de nado seus guias espirituais.

Essas etapas demonstram a importância dos *xoloitzcuintles* nos rituais mortuários; todavia, não somente como símbolo religioso essa raça marcou a história do povo asteca. Segundo Arrijoja e Azúa (2007), com a chegada dos espanhóis na América, e especialmente sua expansão sob os territórios que hoje fazem parte do México, os espécimes de *xoloitzcuintles* sofreram uma intensa diminuição. Se já eram utilizados como fonte de alimento por povos indígenas, com a exploração europeia no Novo Mundo, foram ainda mais consumidos pelos, que também exterminavam os cães como forma de aniquilar dos elementos culturais nativos.

CEMPOALXÓCHITL: A FLOR DOS MORTOS

De origem náhuatl, o termo *cempoalxóchitl* deriva-se dos vocábulos *cempoli* (vinte) e *xóchitl* (flor), agrupando diversas espécies de flores, pertencentes a um gênero (**Tagetes**). Reconhecidas também como *cempasúchitls* e cravo-de-defunto, as *cempoalxóchitls* tem como centro de origem a região mexicana, onde há a maior diversidade dessas plantas. É nesse mesmo território que elas têm um papel especial nos costumes relacionados ao culto a morte.

No México distribui-se por toda a República, pois para a população em geral, especialmente para os grupos indígenas, é uma planta muito

popular, dado seu uso antigo para fins cerimoniais [...] Por esse motivo, lhe é comumente atribuído o nome "flor dos mortos" (RAMÍREZ, 2019, p.02, tradução nossa)

O reconhecimento dessa flor, bem como seu uso, data dos tempos pré-coloniais, em que eram utilizadas em cerimoniais de vários povos, entre eles a civilização asteca. Com seu trabalho baseado no Códice Florentino – que foi produzido no século XVI pelo Frei Bernardino de Sahagún, sendo uma das mais importante fontes sobre a civilização asteca – Ramírez (2019) declara que as *cempoalxóchitls* eram cultivadas e utilizadas em festas e sacrifícios em honra aos deuses do panteão mexicana. Os astecas semeavam as *cempoalxóchitls* em chinampas, assim chamados os jardins suspensos, nos canais de Xochimilco (“lugar onde crescem as flores” em náhuatl), uma região próxima da atual Cidade do México. Embora sejam chamados de flutuantes, os chinampas eram enraizados no leito do lago, por várias camadas de plantas aquáticas e lama, que ampliavam a criação de áreas agrícolas no império asteca, produzindo plantas comestíveis e cerimoniais, tal como a *cempoalxóchitl*

Segundo as crenças mexicas, a *cempoalxóchitl* surgira graças ao poder do próprio deus Tonatiuh, o rei Sol, e suas cores intensas eram resultados dos raios solares, variantes entre amarelo e alaranjado, sendo esta característica mais marcante dessas flores. Os astecas acreditavam que os tons vibrantes da *cempoalxóchitl*, juntamente com seu odor forte, permitia que o morto fosse guiado ao mundo pós-morte atribuído a eles. E a festividade em que esta flor é bastante associada acontecia na época correspondente ao décimo primeiro mês asteca, o *ochpaniztli*, e era dedicada a deusa Toci (reconhecida com a avó dos deuses). As flores decoravam o festejo em que “[...] uma menina era sacrificada, esfolada e exibida com destaque no topo do santuário de Toci” (GRIMBERG, 2004, p.25), em honra a essa divindade. A data em que essa festa era comemorada coincide com a que é atualmente celebrada a festa dos mortos, explicitando uma certa continuidade cultural dos costumes dos astecas entre os mexicanos.

INCORPORAÇÃO DOS ELEMENTOS NA CULTURA MEXICANA

A cultura mexicana praticada atualmente tem raízes longínquas, que foram desenvolvidas, como dito anteriormente, desde a vinda dos europeus ao Novo Mundo, através do contato destes com os povos nativos americanos, marcado pela tensão e por disputas entre os grupos, causadas pelo que Gruzinski (2000) denominou como choque da Conquista. As práticas religiosas astecas e o cristianismo trazido do Velho Mundo colidiram na região do que viria a ser o México, estabelecendo as bases dos costumes exercidos hoje.

De forma a controlar o território americano e os povos nativos, os espanhóis instituíam sua fé como única e buscavam aniquilar crenças indígenas, destruindo templos e hostilizando as divindades adoradas por eles, bem como traduzindo seus costumes e comportamentos políticos, econômicos, sociais e culturais como primitivos e selvagens. Contudo, mesmo com a imposição espanhola, as cerimônias e deuses não foram completamente esquecidos e trocados pelo Deus cristão.

Na realidade, no espaço da Nova Espanha – como era denominado o primeiro vice-reinado controlado pela Coroa espanhola na região do atual México, que teve início em 1535 e durou 286 anos – “[...] os rituais da Igreja coexistiam, em muitos lugares, com práticas autóctones.” (GRUZINSKI, 2003, p.226). E, embora muitas vezes seja aplicado os termos etnocídio e aculturação quando citadas as culturas pré-colombianas, a ideia de que todas as práticas astecas tenham sido exterminadas pelos conquistadores europeus e substituídas pela ritos cristãos é errônea, pois elas se mantiveram em vigor no cotidiano colonial, principalmente em ambientes privados dos nativos, e, mesmo com o avanço da evangelização e a intensa imposição de uma nova realidade religiosa (e nela, realmente vários costumes foram abandonados pelos mexicas e outros, ocidentais, foram adotados por eles), elementos dessa civilização permaneceram, mesmo que modificados, na cultura mexicana.

A relação asteca com a morte, vista como um processo natural pela mentalidade desta civilização, cujos ritos assumiam ares festivos, perdurou no processo sincrético entre o cristianismo e paganismo, influenciando a maneira como os mexicanos hoje lidam com seus rituais fúnebres, comemorando-a e homenageando seus mortos com oferendas. Além do tratamento da morte distinto do modo ocidental, que é marcado pelo luto e sobriedade, outros elementos astecas se encontram hoje presentes na cultura mexicana, como os *xoloitzcuintles* e a *tempoalxóchitl* – que, no caso, também são relacionados com as práticas mortuárias. A *tempoalxóchitl*, por exemplo, é utilizada no México atual como ornamento, apreciada pelas suas capacidades aromáticas, alimentares e medicinais e, de forma mais reconhecida, usada como oferenda, colocada em altares e caminhos no Dia dos Mortos nas casas e sepulturas.

Representantes da luz solar, as flores são compreendidas no país como uma forma de atrair e encaminhar os mortos à Terra, na data em que eles convivem com seus entes queridos vivos – isso explica a preocupação da população mexicana em plantá-la no tempo certo (em meados de junho) para que as flores estejam presentes na cerimônia comemorada no início de novembro.

Já o cão *xolo* só foi reconhecido como um símbolo mexicano após um movimento de recuperação e preservação da raça no século XX que impediu a extinção desses cães, dizimados durante a conquista da América. Esse esforço foi apoiado por personalidades mexicanas das artes e foi realizado num momento histórico nacionalista em que o país defendia “[...] um

resgate da identidade mexicana e de seus símbolos culturais, principalmente os provenientes do passado pré-hispânicos” (AZÚA E ARRIOJA, 2007, p.69, tradução nossa).

Relacionados ao Dia dos Mortos mexicano, os *xoloitzcuintles* são incorporados na festividade, sendo colocadas estatuetas desses cães nas oferendas tradicionais, para garantir que os espíritos se encaminhem de maneira segura ao mundo pós-morte, após sua visita à Terra no Dia dos Mortos. Essa retomada tardia do cão *xolo* como símbolo fúnebre, além de ser uma forma de reconstituição histórica para a construção da memória e da identidade nacional do México, demonstra também que a cultura deste país, mesmo tendo como base o sincretismo entre nativos e espanhóis, não ficou imutável desde o período colonial. Aos costumes culturais mexicanos foram incorporados outros elementos, concebidos recentemente, como os alebrijes – que serão comentados a seguir.

A REPRESENTAÇÃO DESSES ELEMENTOS EM VIVA: A VIDA É UMA FESTA

Se estabelecemos o objetivo de analisar o *xoloitzcuintle* e a *cempoalxóchitl* no filme selecionado, é importante destacar o uso de uma obra cinematográfica como documento sobre uma sociedade, já que “[...] o cinema, sobretudo de ficção, parece assim muito produtivo para a reflexão sobre a noção de representação [...]” (LAGNY, 2007, p.106). No caso de *Viva: a vida é uma festa*, ao retratar a comemoração do Dia dos Mortos no México, o filme incorpora traços da cultura do país, de forma que o cão *xolo* e a flor-dos-mortos aparecem constantemente em cena, ajudando a compor o longa-metragem - que se tornou a maior bilheteria do México em 2017, ressaltando valores mexicanos, como o vínculo familiar e o respeito aos ancestrais, narrando a aventura que Miguel Rivera realiza ao entrar, acidentalmente, no Mundo dos Mortos.

Os Rivera são reconhecidos em Santa Cecília tanto pela sua tradição familiar, a produção de sapatos, quanto pelo ódio pela música, ambos causados pelo abandono parental do patriarca dos Rivera, que negligenciou sua mulher e filha para viver seu sonho de ser um grande músico. Todos os seus descendentes não tocam no seu nome, não o incluem nas oferendas e se abstêm de qualquer ambiente musical. Miguel, tataraneto do aspirante à cantor, não concorda com essas atitudes.

Ele quer ser um artista e, mesmo proibido pelos familiares de seguir esse caminho, ele persiste e invade o jazigo de um famoso músico, pegando emprestado seu violão para participar de uma competição musical. É nesse momento em que ele entra em contato com outra realidade sobreposta à dos vivos, intocável a eles, existente apenas uma vez por ano durante o Dia dos Mortos, quando os mortos revisitam seus entes queridos. Miguel nesse momento consegue interagir com os espíritos presentes na Terra, estando no limiar entre a

vida e a morte, assumindo temporariamente a forma de um espírito, sem que seus pais e demais familiares vivos possam vê-lo. Mesmo assustado, ele encontra seus parentes já falecidos, que tentam encontrar uma forma de reverter a situação e fazer a criança voltar para junto de seus pais. É a partir daí que a aventura de Miguel no Mundo dos Mortos começa.

Nessa trajetória dele a um mundo desconhecido pelos vivos, o garoto tem a companhia de Dante, um cão de rua ligeiramente atrapalhado, que costumeiramente perseguiu o garoto pelas ruas de Santa Cecília. Dante é o único, além de Miguel, que consegue ver as almas ao seu redor mesmo estando vivo, interagindo com elas. Quando o garoto atravessa a ponte que separa os dois mundos, que se torna tangível apenas no Dia dos Mortos, o cão consegue acompanhá-lo e fica ao seu lado durante o filme. Dante é um *xoloitzcuintle* e possui o fenótipo característico dessa raça, sem pelos e com a dentição defeituosa, sem molares. Além da semelhança física com essa espécie, o personagem age similarmente aos atos dos *xoloitzcuintles* nas crenças astecas.

Dante é o guia de Miguel em um mundo que pertence aos espíritos, protegendo e ajudando a criança em sua alçada: encontrar o homem que ele acredita ser seu avô, para conseguir sua benção, necessária para voltar à sua realidade, sem, contudo, a restrição imposta pelos outros familiares falecidos: de nunca mais chegar próximo à música novamente.

Uma das personagens do filme que habita o além em *Viva: a vida é uma festa* é Frida Kahlo (1904-1954), que foi uma proeminente pintora mexicana, cujas obras inspiravam-se na cultura popular do país, sendo um dos principais referenciais quando se discursa sobre personalidades do país. Ela foi uma das artistas que apoiaram a preservação da raça *xoloitzcuintle* no século XX, inclusive retratando-a em seus quadros, como na pintura *El abrazo de amor de El universo, la tierra (México)*, *Yo, Diego y el señor Xólotl*, de 1949, que hoje se encontra na Cidade de México como parte da coleção particular de Jacques e Natasha Gelman. E é justamente a personagem de Frida Kahlo, representada por seu espírito no Mundo dos Mortos que, no longa-metragem, reconhece Dante como um poderoso cão *xolo*, o guia dos espíritos errantes. É também ela que indica Dante como um possível *alebrije*; por meio de suas falas, ela assinala a associação feita pela produção do filme entre os *xoloitzcuintles* e este outro elemento da cultura mexicana, bastante presente em ritos religiosos.

Os *alebrijes* tiveram origem nas mãos de Pedro Linares López, cartunista mexicano, que em um momento de inconsciência, teve um devaneio sobre animais híbridos fantásticos. Quando desperto, López se empenhou em construir essas figuras. A fabricação dos *alebrijes* foram transmitidas por gerações no México e eles foram introduzidos na cultura mexicana, por imagens e esculturas que sempre ressaltavam suas intensas cores. Essas figuras têm como função proteger e espantar pesadelos e maus-presságios no imaginário mexicano. Em *Viva: a*

vida é uma festa, os *alebrijes* são, além de protetores, os guias espirituais dos mortos no plano pós vida, possuindo diversas formas, cores e poderes. Dessa forma, o cão *xoloitzcuintle*, representado por Dante, é ligado a esse elemento cultural mexicano bastante recente, uma vez que López começou a fabricá-los em meados do século XX. Dante inclusive transforma-se em um deles quando salva Miguel de uma ameaça iminente, assumindo cores vibrantes e asas como os demais *alebrijes* retratados na animação.

Como dito anteriormente, os cães *xolos* são um importante componente das práticas astecas, tendo um papel essencial na relação desse povo com a morte, ajudando nos percalços que o espírito enfrenta em sua empreitada até Mictlán, o submundo asteca. Dante, o *xoloitzcuintle* retratado no longa-metragem também apoia Miguel em sua aventura no Mundo dos Mortos. Contudo, o auxílio do *xoloitzcuintle* é representado de modo distinto do seu uso na religião asteca, graças as adaptações feitas a esse elemento com sua introdução as tradições mexicanas, e pelo próprio caráter ficcional de *Viva: a vida é uma festa*: a narrativa de Miguel ao submundo e o acompanhamento de Dante ao garoto foram amenizados quando comparados às crenças mexicas. Primeiramente, Dante não é sacrificado para acompanhar o humano ao Mundo dos Mortos: ele já era capaz de contatar os mortos enquanto vivo no mundo terreno. Esse aspecto fica ainda mais claro quando analisado um curta-metragem, derivado do filme original, feito sobre esse personagem, nomeado como o *Almoço de Dante*. Nele, o cão persegue incessantemente um osso por toda a vibrante Santa Cecília até o cemitério da cidade, e ele no final se revela como parte da estrutura de uma caveira reanimada, que é tangível a Dante.

No começo da trajetória de Miguel no além, Dante não tem o exato papel que os *xoloitzcuintles* têm para os astecas, pois o percurso do garoto não é o mesmo que dos desencarnados mexicas. O cão não mais ajuda o homem a ultrapassar difíceis barreiras até o descanso eterno ou deixa o morto atravessar rios infernais em seu dorso. Todavia, Dante acompanha o menino em suas dificuldades e, mesmo afugentado por Miguel, ele o protege de uma situação perigosa, encontrando àqueles capazes de salvar o garoto: sua família. Aliás, é quando ele faz isso, que se transforma em *alebrije*. Portanto, o *xoloitzcuintle*, nessa ótica cinematográfica, sofre com ajustamentos, em que o papel desse cão se torna menos lúgubre, sem, todavia, perder sua importância.

Quando Miguel regressa à sua realidade terrena, Dante permanece nos Mundo dos Mortos, mas volta à Terra no próximo Dia dos Mortos, abandonando suas características como *alebrije* (ser existente apenas no mundo pós-morte), e recuperando sua forma original (de um cão comum), acompanhando os espíritos dos Rivera e visitando Miguel. O que reitera que, embora seja realmente um guia espiritual, o aspecto principal da representação do *xoloitzcuintle* em *Viva: a vida é uma festa* é como o protetor do protagonista. É interesse

pensar que até o nome do *xoloitzcuintle* pode ser associado ao enredo da animação, uma vez que a escolha por nomear o guia espiritual de Miguel como Dante indica uma alusão ao escritor florentino Dante Alighieri, cuja mais importante obra, *A Divina Comédia*, narra uma jornada espiritual ao três reinos pós-morte (o Inferno, o Purgatório e o Paraíso).

Pensemos agora na flor-dos-mortos: a princípio, elas aparentemente são retratadas da mesma forma que as *cempoalxóchitls* utilizadas na cultura mexicana tradicional como oferendas presentes em altares e caminhos, garantindo a vinda dos ancestrais desencarnados ao Mundo dos Vivos no Dia dos Mortos. Durante as cenas da animação, muitos personagens aparecem carregando ramalhetes dessas flores nos braços, colorindo a tela com seus fortes tons variando entre o amarelo e o laranja, característicos dessa espécie. A família Rivera as coloca em seu altar particular, na sala de oferenda, junto com velas, alimentos e fotos dos entes queridos; essas flores aliás estão presentes por toda a propriedade familiar e também pela cidade, inclusive nas sepulturas de Santa Cecília, ornamentando o festejo aos mortos.

A maneira como elas são dispostas, decorando a festa em homenagem aos ancestrais com seus fortes tons remete ao uso das *cempoalxóchitls* nas cerimônias realizadas pelos astecas em honra aos deuses.

Na casa do protagonista, foi criado um caminho de pétalas das *cempoalxóchitls*, permitindo que os mortos o visualizem e fossem guiados pelas flores até os vivos. Dentro do jazigo, que o garoto invade para pegar um violão, há igualmente um trajeto das flores, que se ilumina quando a criança acaba acessando a realidade em que os espíritos se tornam visíveis. As pétalas de *cempoalxóchitl* também brilham em outro componente do filme: nas pontes, que separam os mundos dos vivos e dos mortos, cujas estruturas são formadas essencialmente por essas flores, permitindo a passagem dos espíritos que foram homenageados pelas suas famílias, através da inserção de suas fotos nos altares, no Dia dos Mortos. As pontes, invisíveis ao olhar dos vivos, conectam-se aos caminhos dessas flores construídos no mundo terreno e fixam um de seus lados nos cemitérios, pois são neles que as pessoas esperam seus ancestrais durante a noite do dia dois de novembro, com objetos e alimentos que esses apreciavam quando vivos.

E é por meio das *cempoalxóchitls* que Miguel tem a possibilidade de voltar a sua rotina normal, pois uma pétala da flor, associada com a benção da matriarca dos Rivera ao garoto - amaldiçoado quando roubou dos mortos o violão em um dia em que é dedicado aos falecidos - garante o retorno dele à sua vida. Da mesma forma, quando Miguel desobedece aos critérios impostos por sua tataravó e apanha novamente o instrumento no Mundo dos Vivos, ele é transportado mais uma vez à terra dos mortos.

É somente no final do longa, quando nenhuma imposição é feita para a volta do garoto à Terra, que o toque de Miguel à flor, iluminada pela benção de seus antepassados, faz com

que ele reencontre a família viva e encerre a conexão com a outra realidade espiritual, com inúmeras pétalas o envolvendo e garantindo sua passagem. Dessa forma, assim como o *xoloitzcuintle*, a atribuição da *cempoalxóchitl* em *Viva: a vida é uma festa* sofreu alterações se comparada com sua utilização no mundo asteca. Ela ainda perdura como um elemento importante no festejo aos mortos, cujas espécimes florais ornamentavam as festividades mexicas feitas em honra as divindades, sendo as *cempoalxóchitls* reconhecidas como uma forma de guiar os desencarnados aos seus recantos após a morte.

No filme, essa visão das flores como guias dos espíritos não desaparece. A incorporação delas nas oferendas e caminhos construídos pelos vivos em homenagem aos seus ancestrais possibilita a vinda dos espíritos à Terra no Dia dos Mortos e seu retorno em seu mundo pós vida quando finalizada a data da festividade. Contudo, esse não é o único atributo da *cempoalxóchitl*: ela garante a transposição imediata de Miguel entre os dois mundos retratados no filme, o dos vivos e dos mortos, possibilitando a Miguel a experiência do que acontece quando findada a vida, sem impor que o personagem faça a passagem derradeira.

Dessa forma, a *cempoalxóchitl* não é um simples mecanismo que orienta o morto até seu destino final, como na cultura asteca, mas é um elemento que contém o poder necessário para provocar a movimentação do protagonista, permitindo o desenrolar da narrativa, imprescindível a ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que possua certa liberdade criativa por ser de um gênero cinematográfico ficcional, *Viva: a vida é uma festa* é uma representação da cultura mexicana referente ao Dia dos Mortos. Neste filme, é perceptível as mudanças sobre os significados do *xoloitzcuintle* e a *cempoalxóchitl* dos astecas para as tradições do atual México, demonstrando que, mesmo mantendo o cerne dos elementos quando associados a questão da morte – o cão ainda como um guia espiritual, a flor ainda como um auxílio à travessia dos mortos – aspectos culturais se modificam conforme os processos existentes na região. Neste caso, o sincretismo cultural causado pelo contato entre o cristianismo europeu e o paganismo mexica influenciou a cultura no México, constituída por componentes de ambos os grupos.

A *cempoalxóchitl* permanece atualmente como uma importante parte da comemoração do Dia dos Mortos, como oferenda, mas no caminho inverso a travessia dos mortos astecas: o brilho dela não só guia os espíritos para os reinos pós morte, mas garante sua volta à Terra, na data dedicada a eles. O *xoloitzcuintle* permanece culturalmente como um guia espiritual, mas não no exato molde mexica, além de ter sido incluído como um símbolo do país apenas no século XX. Isso demonstra que a cultura mexicana não conserva inalteravelmente os elementos do seu passado indígena e europeu, pois os aspectos culturais

de um povo são moldados com o passar do tempo, alterados graças a atuações humanas durante seu curso, desde movimentos de recuperação ou de renúncia a alguns elementos a ressignificações daqueles escolhidos e incorporados à uma cultura.

FONTE

O ALMOÇO de Dante. Direção: Lee Unkrich. Produção: Darla K. Anderson. Estados Unidos: Disney/Pixar, 2017. 1 vídeo (2 min.). Título original: Dante's Lunch. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VVriiDocCHE>. Acesso em: 25/04/2023.

VIVA: a vida é uma festa. Direção: Lee Unkrich e Adrian Molina. Produção: Darla K. Anderson. Estados Unidos: Disney/Pixar, 2017, 1 DVD (105 min.). Título original: Coco.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. **Mexicas e mexicanos: a morte como identidade cultural**. Agenda Social Eletronic Journal, vol. 9, n. 2, 2015.

ARRIOJA, G. M; AZÚA, R. V. Prólogo; Perros y Xoloitcuintles em la história de México. In: ____ **Xoloitcuintle: del enigma al siglo XXI**. México: Arternación Ediciones, 2007.

BARTALINI, V. **Paisagismo asteca**. Vitruvius. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.063/433>. Acesso em: 29 de abril de 2023.

CLASTRES, P. Do Etnocídio. In: ____ **Arqueologia da violência: pesquisas da antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DINIZ, V. M. **El imaginário popular y la leyenda de los alebrijes em la película "Coco"**. Dissertação. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2018.

GRIMBERG, S. **Frida Kahlo's Still Lifes: "I Paint Flowers So They Will Not Die"**. Woman's Art Journal, v. 25, n.2, p. 25-30.

GRUZINSKI, S. A idolatria colonial. In: ____ **A colonização do imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI e XVIII)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, S. O choque da conquista. In: ____ **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HISTÓRIA geral das coisas da Nova Espanha de Frei Bernardino de Sahagún: O Códice Florentino. Biblioteca Digital Mundial. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/item/10096/> . Acesso em: 20 de abril de 2023.

LAGNY, M. História e Cinema. In: Gardies, R (Org.). **Compreender o cinema e as imagens**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2007.

LEON-PORTILLA, M. A Mesoamérica antes de 1519. In: BETHEL, Leslie (Org.). **História da**

América Latina: América Latina colonial. Vol. 1. São Paulo/Brasília: Edusp/Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

RAMÍREZ, A. E. C. **Origen, naturaleza y usos del cempoalxóchitl.** Revista de Geografía Agrícola. Universidad Autónoma Chapingo, 1994.

RZEDOWSKI, G. C.; RZEDOWSKI, J. Tagetes L. **Flora fanerogámica del Valle de México.** 2a. ed., 1a reimp., Instituto de Ecología, A.C. y Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad, Pátzcuaro (Michoacán), 2005.

SOUSTELLE, J. A vida cotidiana; A religião. In: _____. **A civilização asteca.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

SOUSTELLE, J. O mundo, o homem e o tempo. In: _____. **A vida quotidiana dos astecas às vésperas da conquista espanhola.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1962.

TORRES, Y.G; GUADALARAJA, J.C.R. Xolotl; Toci. In _____. **Diccionario de Mitología y Religión de Mesoamérica.** México: Ed. Laurosse, 1991.

Os grandes projetos em direção ao Nordeste: políticas neoliberais, desequilíbrios e desigualdades nos planos inter e intra-regional (Campina Grande/PB, 2023)

Gabriel De Araujo Souto
PPGH - UFPB
gabrielldearaujo@gmail.com

RESUMO

Tendo em vista o contexto brasileiro da década de 1990, veremos que o operariado de serviços no país cresce em grande escala, dando assim uma nova cara à classe trabalhadora nacional, o que gerou importantes repercussões no Nordeste. No entanto, as defasagens entre o Nordeste e o Brasil continuaram, visto que as heranças do trabalho escravo e da estrutura fundiária, associadas ao processo de incorporação do trabalho assalariado e a grande disponibilidade de mão de obra, condicionaram a manutenção de relações espoliativas de trabalho e de baixos níveis de remuneração, mesmo com os novos projetos e os processos de modernização econômica. Utilizamos das centrais de *telemarketing*, como exemplo da reorientação espacial de empresas em direção ao Nordeste, pois a descentralização territorial dessas centrais no país revela a estratégia empresarial de se utilizar das desigualdades territoriais em favor de sua expansão.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Nordeste. Trabalhadores.

INTRODUÇÃO

Diante de uma crise econômica iniciada em fins dos anos de 1960, e intensificada nos anos 1970, seguiram-se amplos processos de reestruturação produtiva, consistentes em modificações consideráveis na organização da produção e dos processos de trabalho. Verificou-se também uma ampla financeirização da economia, de maneira que as empresas passaram a destinar cada vez mais seus investimentos à esfera do capital fictício, assim como também uma profunda mudança na atuação do Estado, fundada na retração do seu papel de ator econômico, como também na diminuição de suas funções de regular a economia e as relações trabalhistas. Esse cenário levou a uma reestruturação produtiva e uma flexibilização das relações trabalhistas a partir do fim dos anos 1970, mas no caso do Brasil a partir do início dos anos de 1990.

Algumas reflexões teóricas que norteiam o trabalho são fundamentais antes de

adentrar na discussão central aqui pretendida. Veremos a seguir.

Proposições sobre o materialismo histórico

E.P. Thompson, em *Miséria da Teoria* (1981), nos traz algumas contribuições importantes quanto à lógica histórica. Visto que diante da imensidão de técnicas e métodos de investigação histórica, não é difícil que haja conflitos entre os próprios historiadores, não seria diferente com pesquisadores de outras áreas, como a Antropologia. Portanto, não pode a lógica histórica ser submetida aos mesmos critérios da lógica analítica ou ao discurso filosófico, por exemplo, pois a lógica histórica está adequada aos fenômenos que estão sempre em movimento. Thompson vê a lógica histórica como “método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinados, na medida do possível, a testar hipóteses quanto a estrutura, causação etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores” (1981, p. 57).

Nesse sentido, o seguinte trabalho tem como fio condutor o materialismo histórico, por Marx e Engels, onde o objeto imediato (material), podem ser fatos ou evidências de existência real que serão conhecidos através do método histórico. Destacamos que todo conhecimento histórico é provisório, incompleto, limitado e seletivo, mas não inverídico, pois sua veracidade vai de acordo com o campo escolhido para pesquisa levando em conta as perguntas e conceitos que trarão as respostas (nesse caso o materialismo histórico).

É em *A Ideologia Alemã*, que Marx e Engels demonstram como as ideias dominantes de uma época influenciam os demais e são colocadas como as ideias do restante da população. Quando não percebemos isso, temos a produção da ideologia que inverte a realidade para beneficiar um setor dominante. Na visão de Marx, a consciência de classe dos trabalhadores se dá de forma processual mediante à luta de classes. Portanto, é importante destacar mais uma vez o papel da práxis como fundamental nesse processo de consciência, como próprio demonstrou Marx em seus estudos.

Pensando um pouco sobre o trabalho em Marx

Marx observa que o trabalho moderno é caracterizado por uma forte alienação do trabalhador que se vê destituído das forças produtivas, tendo sua força de trabalho sugada ao máximo pelo capital – que tende a se autovalorizar. No livro I de *O capital*, Marx expõe sua visão:

O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou

do trabalhador (MARX, 2013, p. 306-307).

O trabalho é formador de valores de uso, e como sendo útil, se torna uma condição de existência do homem, uma necessidade natural que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a própria natureza, ou seja, a vida dos homens. Ao mesmo tempo que o trabalho responde às necessidades e carências do ser social, autotransforma a própria natureza humana. O sujeito histórico potencialmente transformador que Marx e Engels encontraram no século XIX continua a desafiar as mais diversas análises de quem o estuda, portanto, não seria diferente ao apreender o sujeito do presente, entendendo que a classe trabalhadora não cabe a definições restritas, como próprio demonstrou Marx (SOUTO, 2021).

Sendo assim, do ponto de vista aqui expresso, o entendimento da realidade atual tem muito a se beneficiar com as categorias de análise e os métodos empregados por Marx para compreender a formação e composição da classe trabalhadora, tudo isso em meio aos conflitos das relações sociais capitalistas.

A história social no Brasil e sua importância

Parte das dificuldades de se fazer a “história das pessoas comuns”³³ reside principalmente nas fontes, pois são difíceis de encontrar, seja porque se acostumou a pensar que a vida desses indivíduos não merecia pesquisas - e, portanto, não havia por que guardar documentação de suas atividades, seja porque dificilmente sobram suficientes relatos, diários, atas e outros documentos que auxiliem a contar a vida do homem comum, o trabalhador de nossa sociedade. A pesquisa em história social, além de trazer continuamente novas formas de apropriação de diferentes materiais de utilização humana, como fontes para a pesquisa, acabou valorizando também muitos documentos tradicionais que usualmente eram vistos como sem utilidade ou com um valor de pesquisa meramente estatístico.

Observa-se que a influência de alguns historiadores marxistas chegou de forma mais branda ao Brasil, tendo sido os programas de pós-graduação e a chegada de professores de fora do país responsáveis por maior difusão de traduções, resenhas e etc. Thompson (não exclusivamente) e seus estudos certamente trouxeram grande contribuição para o cenário brasileiro, ao considerar as classes sociais em suas diversas relações de poder. Seus estudos “contribuíram para renovar as pesquisas sobre grupos sociais com expectativas culturais marcadas pelo costume, para questionar e superar a tese da passividade do proletariado de origem rural” (NEGRO, 2006, p. 73).

³³ A história de pessoas comuns ou vista de baixo, como costuma ser chamada, é utilizada para criticar a história oficial, ao inserir novos personagens, os quais não constavam dos registros antes do século XVIII.

Portanto, a história social evolui dentro desse contexto com pesquisas que davam aos africanos e seus descendentes uma outra perspectiva de análise no cenário brasileiro, assim como permitiram estudos da formação da classe trabalhadora brasileira com a chegada de alguns imigrantes. Sendo assim, a história social contribui substancialmente ao nos oferecer reflexões e conhecimentos a respeito dos trabalhadores mais pobres.

O CENÁRIO ECONÔMICO NORDESTINO

Sob influências de Celso Furtado, foi criada em 1959, a Sudene, que tinha como missão promover a expansão industrial do Nordeste e sua integração à economia nacional. Entre 1960 e 1980, com base em investimentos de capitais do Centro-Sul, mas sob uma integração dependente, a economia regional passou por profundas transformações (Oliveira, 1981). No entanto, na nova divisão regional do trabalho, coube ao Nordeste um papel coadjuvante, como o de produtor de insumos para a indústria das regiões mais desenvolvidas, de consumidor de seus produtos e de fornecedor de força de trabalho a preços rebaixados, por exemplo.

Chegamos aos anos 1990 num ambiente fortemente influenciado pelas políticas neoliberais. Segundo Souto (2021, p. 16):

Resultado disso é a onda de privatizações e as consequentes mudanças nas relações de trabalho, que são cada vez mais precárias, onde as políticas neoliberais visam manter uma hegemonia e poderio de determinada classe, pois cabe ao capital a todo momento se reorganizar buscando manter sua dominação.

Essas mudanças tiveram respaldo principalmente no Nordeste, onde a Sudene já havia influenciado o Estado a ter um peso decisivo na economia. No entanto, a Sudene foi extinta em 2001 e recriada em 2007, mas sem a mesma importância de antes. Alguns autores, como o Ricardo Antunes (2009), entre outros, afirmam que somente a partir de 1990, com a adoção dessas medidas de liberalização e consequente privatização da economia, que algumas inovações tecnológicas e organizacionais se intensificaram.

Nas palavras de Cano (2017), Oliveira e Rodgers (2021, p. 119) pontuam:

Dessa inação, passamos a uma dominação externa mais complexa, com a adoção do neoliberalismo a partir dos anos 1990: é quando o

Estado efetivamente sucumbe aos interesses privados, notadamente aos do capital estrangeiro. Com isso, as desgastadas políticas regionais e suas instituições saem da agenda pública, ampliando ainda mais a nociva guerra fiscal e dando continuidade à desconcentração espúria. É flagrante, a partir daí, a maior contração e atomização das decisões nacionais, que passam, na maior parte, ao comando do capital financeiro interno e externo.

Esse contexto foi responsável pelo agravamento dos desequilíbrios e desigualdades nos planos inter e intra-regional já existentes, assim como nos âmbitos econômico e social. Quanto às condições laborais, as defasagens entre o Nordeste e o Brasil foram mantidas, tendo ocorrido em geral uma piora nos indicadores de ocupação e renda.

Quando nos voltamos para o desempenho diferenciado dos macrossetores da economia dessa região, a partir da participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (%), entre os anos de 2003-2015, Vêras de Oliveira (2021, p. 151-152) observa:

A agropecuária continuou sua trajetória de queda, passando de 7,2%, em 2003, para 5,5% em 2015. Quanto à indústria, após atingir 152 um peso máximo em 2005 (com 28,5%), iniciou uma gradativa trajetória de queda (interrompida brevemente em 2011), que foi acelerada nos últimos anos da série. Neste setor, a variação mais relevante (em sentido declinante) ocorreu na “indústria de transformação”, de maior peso no setor industrial, tendo passado de 16,9% para 12,2% entre 2003 e 2015. No que se refere ao setor de serviços, manteve-se estabilizado na maior parte do tempo entre 66% e 68%, mas passou a conquistar posições a partir de 2012, até atingir 72,5% em 2015.

Nota-se, então, o crescimento e a prevalência do setor de serviços nos últimos anos na região Nordeste. Portanto, iremos tratar de analisar em seguida alguns ramos desse setor.

OS CALL CENTERS E O TRABALHO DIGITAL: MENSURAÇÃO, VIGILÂNCIA E CONTROLE

Usando o exemplo dos *Call Centers* dentro do setor de serviços e de seus trabalhadores que são conhecidos como os famosos *telemarketings*, podemos chegar a algumas conclusões quanto às mudanças no mundo do trabalho em virtude das políticas já comentadas.

Essas empresas ganharam muito destaque dentro do setor de serviços pois associaram novos tipos de tecnologia ao processo de trabalho, garantindo aos patrões facilidade na avaliação da qualidade e produtividade, que era muito mais difícil de ser mensurada quando se tratava do ramo de serviços. Portanto, o *call center* se tornou símbolo de muitas dessas mudanças, tendo um crescimento exponencial após a década de 1990, com seus *sites* de atendimento se voltando cada vez mais para o Nordeste. Nas palavras de Braga (2012, p.189):

Resultado do amadurecimento de um novo regime de acumulação pósfordista no país, os call centers brasileiros espalharam-se pelo Nordeste, nutrindo-se de um vasto contingente de trabalhadores jovens, especialmente mulheres e negros, em busca de uma primeira oportunidade no mercado formal de trabalho.

A descentralização territorial das centrais de teleatividades no país revela a estratégia empresarial de se utilizar das desigualdades territoriais em favor de sua expansão. Segundo Braga (2012), tal movimento ocorreu prioritariamente em direção ao Nordeste, mas envolve somente as unidades de operação, tendo o controle e as estruturas decisórias permanecido centralizadas no Sudeste.

Pensando o caso dos *call centers* na Paraíba, podemos observar alguns dados que comprovam essa disparidade entre as regiões Nordeste e Sudeste, por exemplo. Navarro de Moraes (2018) observa que quando comparando as rendas médias dos trabalhadores da Paraíba com a média nacional e as médias regionais do Nordeste e do Sudeste, entre 2012-2019, é possível observar que, em 2012, a renda média na Paraíba era de R\$ 722,47, sendo inferior às médias regionais e nacional, o que configura o Nordeste como forte atrativo para essas empresas, como já foi comentado. Já a partir de 2013, a renda média da Paraíba consegue se equiparar à média do Nordeste, e até superando a mesma em 2019. No entanto, durante este período, a renda média da região Nordeste permaneceu sempre inferior à do Sudeste e da média nacional.

Analisando o perfil de alguns atendentes na cidade de Campina Grande, Souto (2021)

observou que nas duas empresas objeto de seu estudo o público era em maioria jovem, com idade entre 18 e 24 anos, ensino superior completo ou incompleto e mulheres. Confirmando uma certa tendência já observada em outros estudos.

A flexibilidade de relação salarial, o baixo nível dos salários, a alta rotatividade dos trabalhadores em seus empregos e as poucas possibilidades de ascensão interna nas empresas sujeitam de forma notável os trabalhadores do setor ao processo de precarização, com todas as conseqüências que esse processo tem para a dificuldade de construção de formas de ação coletiva. Segundo Oliveira (2006), é nesse contexto que as negociações entre sindicato e empresa, expressas nas convenções coletivas de trabalho, têm seguido um padrão passível de ser verificado também em outros setores: a substituição da luta por melhores salários pela proposição da criação de novos empregos.

De acordo com Moraes e Oliveira (2019), a chegada das empresas de *call center* na Paraíba contou com um forte apoio do poder público do Estado e de municípios, com muitos incentivos e isenções fiscais, bem como a partir de investimentos em infraestrutura. O discurso governamental previa criação de emprego e a geração de renda, especialmente enaltecendo a geração de oportunidades de primeiro emprego para os jovens, por exemplo, tendo em vista “atrativos” que iam desde uma carga horária reduzida (característica do setor), a não exigência de experiência prévia e a garantia de vínculo formal e pagamento do salário mínimo.

Interessados em captar investimentos geradores de expressivas quantidades de emprego formal, governos e municípios oferecem variados tipos de incentivos fiscais e territoriais para atrair os *call centers*. As empresas, por sua vez, levam em conta, também, a mobilidade urbana e a proximidade de centros universitários, visando recrutar uma força de trabalho jovem, relativamente melhor qualificada, sem outras opções de emprego formal e sem tradição sindical.

Articulando-se com o setor de telecomunicações e com o desenvolvimento de novas tecnologias, os *call centers* também utilizam de antigas noções de exploração e intensificação da força do trabalho, na medida que:

Articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação no teleoperador, ao modo da flexibilidade toyotista, como técnicas gerenciais tayloristas de controle sobre o trabalhador; associa ao serviço em grupo com a individualização das relações trabalhistas, estimula a cooperação ao mesmo tempo que fortalece a concorrência entre os teleoperadores, dentre tantas outras alterações, ampliando as formas mais complexificadas de estranhamento e alienação na contemporaneidade do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 10).

Mattos (2019) entende que a grande marca do trabalho mundial é a precariedade, até mesmo nos países de desenvolvimento industrial avançado. No entanto, a precariedade atinge de forma diferenciada os países de desenvolvimento industrial tardio, pois são dependentes das economias centrais, e entre estes há ainda os setores mais atingidos, que são mulheres e jovens e outros grupos oprimidos.

Outro exemplo que vale ser mencionado são os trabalhadores por aplicativo, os *ubers*. Diferentemente do trabalhador de *call center*, esse não tem qualquer aparato formal de trabalho. O motorista por aplicativo utiliza seu próprio carro e “faz” o seu horário de trabalho, criando uma falsa ilusão de autonomia, e é aí que mora o perigo. A crítica a essas plataformas se faz necessária na medida em que elas têm sido “um instrumento no processo de dissolução do emprego direto, criando, dessa forma, um futuro de baixos salários para milhões de pessoas” (SCHOLZ, 2016, p. 13).

Portanto, a contemporaneidade está cada vez mais marcada por essa tendência de um trabalho marcado por ferramentas digitais. Ao organizar os estudos de Mark Graham e Mohammad Amir Anwar, sobre trabalho digital, Antunes (2020, p. 51) destaca:

Os trabalhadores são classificados como independentes, em vez de empregados, e são impelidos a se sentir como empreendedores relativamente atomizados competindo por trabalhos temporários em um mercado global, mais do que empregados ou trabalhadores com interesses cruciais em comum, que possuem direitos enquanto empregados e que talvez se beneficiem de organização e negociações coletivas.

No caso do *call center*, a empresa centraliza comunicações telefônicas com o intuito de atender clientes e usuários de serviços públicos e privados, seja vendas, cobranças, suporte técnico, fornecimento de informações e outros. Com o uso associado de recursos da informática e das telecomunicações e com alto rigor na organização e controle do trabalho, temos atividades caracterizadas pela padronização dos serviços, que são prestados diretamente aos consumidores e usuários, mas principalmente a outras empresas, de ramos diversos, como de setor financeiro, comércio e serviços de telecomunicações, por exemplo.

Segundo Souto (2021, p.34):

É evidente o quão desgastante pode ser um “simples” emprego com jornada de seis horas por dia. O trabalho, tão dignificante para muitos, pode causar a ruína e o malestar de muitos também. Controle de tempo rígido acaba por reduzir a liberdade de trabalho, onde o funcionário da

empresa fica sempre a mercê da máquina realizando movimentos e diálogos repetitivos. Metas e campanhas para alcançá-las são as maiores jogadas dos patrões para lucrarem mais, campanhas essas que só estimulam a rivalidade e muitos não se dão conta das reais intenções desses eventos que são mascarados como um “incentivo motivacional”.

Podemos afirmar que os mecanismos mais fortes de controle do trabalho presente nas atividades dos atendentes de *call center* são: controle de tempo, do conteúdo, do comportamento, dos resultados e do volume de serviços realizados. Portanto, a empresa depende do esforço físico e principalmente mental do trabalhador. Desse modo o resultado não seria outro senão o adoecimento da maioria dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, observamos que desde os primórdios do processo de industrialização brasileiro tivemos uma grande desigualdade do Nordeste em relação ao sudeste do país, com mão de obra sempre mais barata.

Pensando no contexto da crise econômica que despontou em 2015 e que se agravou nos anos seguintes, observamos uma tendência muito maior de trabalhos informais no Nordeste e até mesmo trabalhos formais que começam a ganhar caráter informal.

Um outro ponto que também vale nos debruçarmos de forma crítica é o fator pandemia que acarretou novas mudanças e naturalizações, tornando as relações de trabalho cada vez mais precárias, a exemplo da modalidade *home office*. Temos, portanto, o lar misturado ao ambiente de trabalho, onde muitas vezes interpretado como uma “comodidade” para o trabalhador, mas que acaba revelando o quão a capacidade de exploração e precarização das empresas vão além de seus muros, na medida em que os rígidos métodos de controle e monitoramento continuam sobre os mesmos.

Somado a isso, ainda temos a política ostensiva contra os direitos dos trabalhadores nos últimos anos e os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a economia. Com isso, o Nordeste sai perdendo mais que a média do país, com aumentos desproporcionais nos níveis de desocupação e uma força de trabalho cada vez maior e sujeita a trabalho precário.

1. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). (2009). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.

_____. (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo.

BRAGA, Ruy. (2012). *A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

BURKE, Peter (Org.). (1992). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP.

MARX, Karl. (2013). *O capital: crítica da economia política, Livro I: O processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.

MARX, Karl; ENGELS, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. Trad. Luciano Cavini Martorano; Nélio Schneider; Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.

MATTOS, Marcelo Badaró. (2019). *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.

NEGRO, Antonio Luigi. (2006). Um certo número de ideias para uma história social ampla, geral e irrestrita. *in* Coletânea MALERBA, J.; AGUIRRE ROJAS, C. A. *História contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: Edusc.

NAVARRO DE MORAES, A. C. (2018). *Trabalhadores de Call Centers: Trabalho precário e resistências na Paraíba*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.

_____; OLIVEIRA, Roberto Vêras De. (2019). A reconfiguração espacial do segmento de call center no Brasil vista a partir da instalação de centrais de teleatividades na Paraíba. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.* São Paulo, V.21, N.2, p. 371- 389.

OLIVEIRA, Roberto Vêras De; RODGERS, Gerry (orgs.). (2021). *Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Annablume.

OLIVEIRA, Marco Antonio De. (2006). Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil. *In*: RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo.

SOUTO, Gabriel. (2021). *AeC e Orbitall: trabalho e precarização dos atendentes de Call Center em Campina Grande (2020 – 2021)*. Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia (Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal De Campina Grande; Centro de Humanidades.

SCHOLZ, Trebor. (2016). *Uberworked and Underpaid: How Workers Are Disrupting the Digital Economy*. Cambridge/Malden, Polity.

THOMPSON, E P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar.

A FEIRA DE POCINHOS - PB: LUGAR DE HISTÓRIA, MEMÓRIA, IDENTIDADE E RESISTÊNCIA

Gessica Lucia de Oliveira Barros
Email: gessica.lucia@estudante.ufcg.edu.br
Universidade Federal de Campina Grande

Dra. Keila Queiroz e Silva (UAEd/UFCG)
Email: keila.queiroz@professor.ufcg.edu.br
Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

Este artigo aborda o tema da Feira de Pocinhos, como resultado de uma proposta de pesquisa da disciplina História II, com o objetivo de desenvolver uma educação histórica local, motivada pela afirmação do sentimento de pertença à cidade dos educandos. A metodologia de pesquisa utilizada foi a metodologia da história oral fundamentada em Ecléa Bosi (2003), tendo como depoentes, alguns feirantes e fregueses do município de Pocinhos. Para as reflexões teóricas, recorreremos ao conceito de representações baseado em Roger Chartier (1996); de lugar e sentimento de pertença, com base nos princípios da Geografia Humanista Cultural; de cidade, inspirado na historiadora Sandra Pesavento (2007) e patrimônio cultural, com foco nas contribuições da historiadora Giovana de Aquino Fonseca Araújo (2006) que trabalha a feira como patrimônio imaterial. As narrativas dos feirantes e fregueses entrevistados afirmaram o sentimento topofílico destes com a feira, como um lugar de memória e afirmação de suas identidades individuais e coletivas locais.

Palavras-chave: Feira. Memória. Identidade. Resistência.

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido no componente curricular de História, do curso de formação em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, sob a orientação da professora Dra. Keila Queiroz e Silva. O objetivo primordial deste trabalho com a história local dos educandos, é questionar e superar a patologia da despertença (INNENARITY, 2010), fenômeno social predominante no imaginário coletivo dos moradores das cidades contemporâneas. Ao apresentar essa proposta de pesquisa, os estudantes são orientados a escolher um lugar de memória que marcou a construção da sua subjetividade local. Após a realização de uma escrita autobiográfica sobre a experiência como moradora da cidade de Pocinhos, focada na Feira Central, teve início toda a trajetória de investigação das

representações dos moradores com relação a esse espaço, destacando seu processo de construção, sua importância e as vivências em torno da mesma. Para alcançar tal objetivo, utilizou-se de pesquisas bibliográficas e principalmente dos relatos orais de memória das pessoas que dão vida a essa feira, o seu público, que por mais variadas sejam suas representações desse lugar, estas permitem que o mesmo continue resistindo.

Diante do exposto, ressaltamos que iniciar essa pesquisa foi em primeiro lugar uma atividade de reflexão. Rememorar a nossa origem e as nossas vivências, nos permite seguir o caminho da nossa memória e conseqüentemente da nossa própria história. Tive uma infância nômade devido ao fato dos meus pais não terem casa própria, por este motivo sempre estávamos nos mudando de um sítio para outro, aproveitando as oportunidades que aparecessem para a nossa subsistência. Nasci, cresci e me criei nesse contexto. Procurar um objeto de pesquisa em meio a tantos lugares importantes da minha memória não foi um exercício fácil. No entanto, em meio a tantas mudanças, a feira de Pocinhos sempre esteve presente pulsantemente em minha história, é um ponto em comum de todos os lugares que estive. Lembro-me pequena pegando um caminhão pau de arara com minha mãe e irmã, caminhão este que substituí improvisadamente os ônibus convencionais. A aventura da semana era ir aos sábados para a feira, onde minha mãe vendia ovos de galinha que passava a semana agrupando, ou até mesmo as galinhas, dependendo das condições financeiras do momento. Além disso, foi na Feira de Pocinhos que sempre vi meu avô materno entregar os seus queijos de coalhos de produção artesanal e familiar, para os feirantes locais os comercializarem, queijos esses conhecidos pela excelência no sabor e na qualidade da fabricação. Por fim, foi na Feira de Pocinhos que já na adolescência ajudei a minha mãe a vender frangos abatidos em um banco de feira, tarefa essa que era cansativa e estressante, mas que era regada de aprendizados e interações. Conforme explicita Redin (2007) a cidade é potencialmente educadora, tendo em vista que :

A cidade é, com mais força para a criança, que vive o período da vida mais sensível para a formação da personalidade, uma comunidade educadora[...] são as pessoas que dão vida à cidade, que fazem sua alma. São as pessoas que a enchem de beleza ou feiúra. Delas dependem que a cidade seja habitável ou insana, que provoque medo ou inspire segurança, que seja digna de um poema, ou comentada por seus atos de violência. “ A cidade é o mapa da interação social”. E essa é uma área da educação.(p.30-31)

Neste contexto, o cenário da minha história passou a ser meu objeto de pesquisa, ao

qual pulsantemente me contagiou, me motivando a escrever esse artigo, pois como interiorizei ao longo das orientações “a História Local só tem importância se esta lhe afeta” (SILVA, 2023). Neste sentido, concordo com a perspectiva defendida por Roger Chartier ao afirmar que a proximidade do historiador com o objeto de estudo o coloca em um lugar privilegiado, considerando que há uma maior aproximação da realidade em estudo, permitindo uma maior compreensão da mesma. Segundo Chartier,

O pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história (1996, p.10)

Nesta perspectiva, pesquisar uma história em tempo presente do meu objeto me permitiu ter maior compreensão da realidade analisada, me aproximando afetivamente e intelectualmente daqueles que fizeram e fazem a história de Pocinhos e em especial da Feira, o meu objeto de estudo. Os atores da pesquisa foram parentes e conhecidos que a partir das suas memórias e vivências, narraram suas representações acerca desse lugar, com nostalgia, sensibilidade, pertença e raiz identitária, características essas que permitem a resistência desse lugar em meio às transformações e avanços da modernidade. No segundo momento da trajetória investigativa, há uma passagem da ego história (SILVA; 2008) para a história local.

A História da Feira de Pocinhos: uma tradição de mais de 100 anos

A feira pública de Pocinhos surgiu em meados do século XIX, trazendo para a cidade comerciantes dos povoados e municípios vizinhos, que nela encontraram uma grande variedade de produtos agrícolas e artesanais, necessários à subsistência do povo. Segundo Costa e Alves (2013),

Um novo cenário político no Brasil proporcionou o surgimento da feira de Pocinhos, uma época conturbada e repleta de indefinições no campo político administrativo, assim foi o período de transição entre a monarquia e a república, no entanto, a ausência de leis eleitorais e de

uma constituição só colaboravam para os conflitos civis que se davam por todo o estado. Em 1890, Campina Grande viveu dias de pânico, jagunços armados aterrorizavam as pessoas, o partido conservador e o liberal dispunham de seus capangas que assim faziam a guarda daqueles de representação mais “importante” no cenário político da cidade, de maneira que a população ficavam a mercê da violência, onde foram registrados constantemente espancamentos e assassinatos. (p.4)

É diante desse cenário caótico que a feira de Pocinhos se consolida, surgindo como entreposto entre as cidades e vilarejos vizinhos que temiam negociar na feira de Campina Grande, pois esta vivia dias turbulentos e difíceis nessa época. A consolidação da feira de Pocinhos permitiu que o povoado se desenvolvesse. Povoado este que outrora passou a ser distrito de Campina Grande, até conseguir sua emancipação política em 1953. Durante todo esse período de tempo, as feiras de Pocinhos ocorriam em frente a igreja Matriz, no entorno central.



Figura 1:Antiga Feira Pública de Pocinhos na década de 50 - Fotografia original do acervo da Enciclopédia dos municípios Brasileiros (Disponível no Museu Virtual de Pocinhos).



Figura 2: Antiga Feira Pública de Pocinhos na década de 50 - Fotografia original do acervo de Edmilson Rodrigues do Ó (Disponível no Museu Virtual de Pocinhos).



Figura 3: Antiga Feira Pública de Pocinhos na década de 60 - Fotografia original do acervo da Senhora Maria das Neves Oliveira Rocha (Disponível no Museu Virtual de Pocinhos).

Ademais, é válido ressaltar que mesmo após a Emancipação Política de Pocinhos, que teve como grande expoente o visionário Padre Galvão, a feira ainda continuou localizada no entorno central, em frente a igreja Matriz, mudando apenas de localização a partir da inauguração do Mercado Público de

Pocinhos, em 1969. O Mercado Público de Pocinhos foi idealizado e construído a partir de uma visão modernista e visionária de Padre Galvão, como é explicitado durante a entrevista do advogado Bismarck Martins de Oliveira no documentário “Padre Galvão: O visionário que construiu uma cidade”. Segundo o advogado:

O Padre que incansavelmente procurava sempre desenvolver a cidade; ele concluído e solidificado sua obra na Educação (através do Ginásio Municipal Padre Galvão), pensou na infraestrutura do município. Qual era a grande deficiência que ele percebeu? A questão do comércio, da feira. A nossa feira na quarta-feira era uma feira boa, podemos dizer assim. Se a gente comparar com Esperança, Barra de Santa Rosa, Soledade e os municípios ao redor, a feira de Pocinhos era maior e a melhor, mas era uma feira de praça. O padre com sua visão modernista, progressista e até visionária - ele imaginava Pocinhos num contexto bem mais moderno - e aí fez o mercado público.

No entanto, a construção do Mercado Público realizou-se sob várias críticas, sendo o principal motivo delas a questão da localização. O mercado foi construído na época em uma área afastada do centro da cidade e que não havia construções comerciais nas imediações, como é enfatizado pelo advogado, ao dizer que o Mercado Público foi:

Uma obra que trouxe para ele muitas críticas na época. [...] Chegaram a oposição a dizer que o padre... tinha duas versões, (a primeira) o padre tinha endoidecido de levar o povo para fazer feira no mato, ou a segunda versão: que o padre tinha feito o colégio nas terras de Cícero Canudo para favorecer o sogro de José Pereira Nascimento, porque ia valorizar aquelas terras da fazenda de seu Cícero Canuto. Então veja, não era uma coisa e nem era outra. O padre aproveitou uma situação. Na verdade aquelas terras onde estão localizado o Mercado Público - o Mercado Público praticamente - foram doadas pelo Cícero Canudo. Claro que também teve uma visão de uma pessoa que sabendo que se o mercado público é colocado dentro da minha terra o entorno vai valorizar, "eu vou perder um pouco aqui, mas eu ganho um pouco aqui". Então o Padre fez um mercado que ainda hoje [...] eu lhe digo com convicção é o maior.

Tal obra visionária e futurista era necessária diante do novo padrão organizacional e estético das cidades, presente na época. Pocinhos, como outras cidades, precisa produzir um novo espaço social, criando assim a praça central da cidade no lugar onde ocorria a feira livre (COSTA; ALVES, 2013). Essa modificação originou a expansão da cidade e o lugar que “só tinha mato” representa hoje o maior bairro de Pocinhos. Por fim, é válido informar que a inauguração do Mercado Público de Pocinhos ocorreu em 1969, ainda no mandado de Padre Galvão, e que em 18 de fevereiro de 1977, a partir de um Decreto

Municipal de nº 242, o dia da feira foi modificado das quartas-feiras para os sábados, sendo organizada assim até hoje.

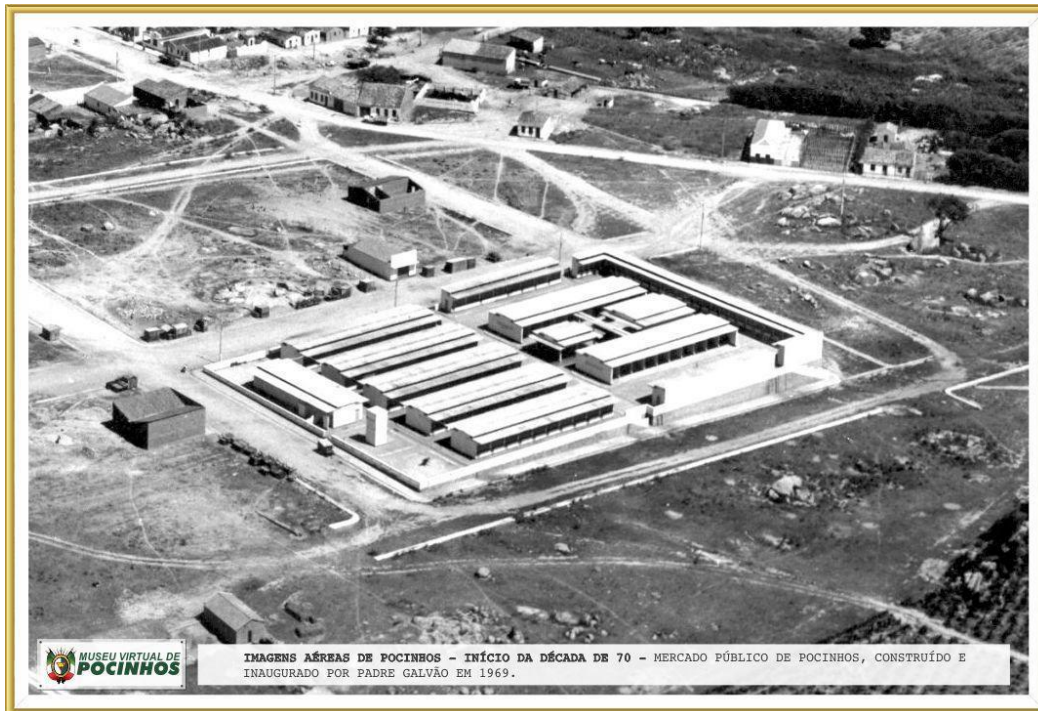


Figura 4: Foto aérea do Mercado Público de Pocinhos, tirada no início da década de 70 - Fotografia do acervo da Família de José Alves. (Disponível no Museu Virtual de Pocinhos)

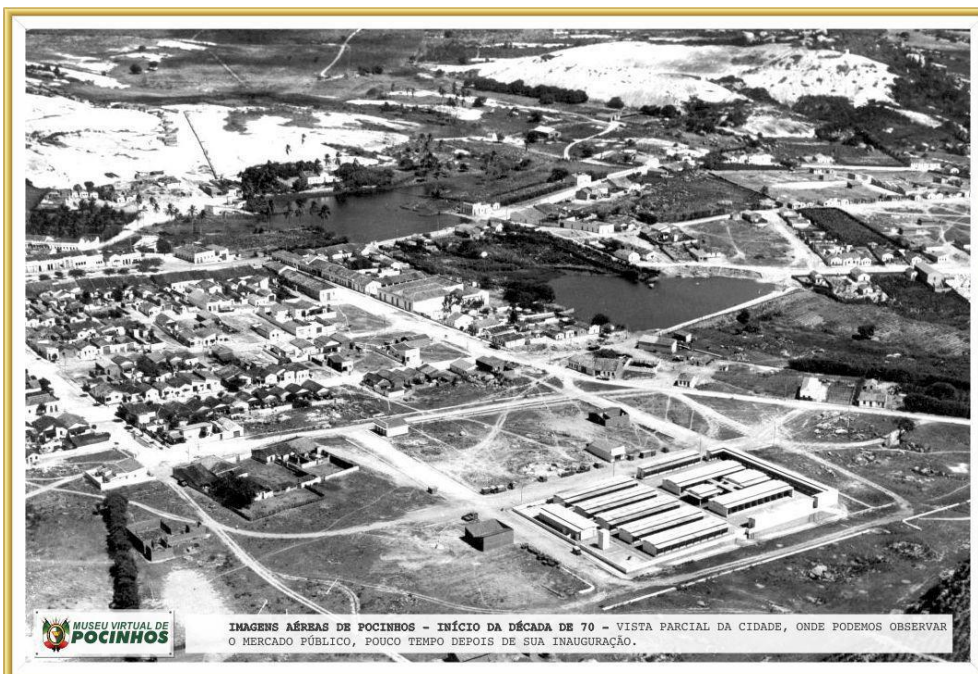


Figura 5: Foto aérea do Mercado Público de Pocinhos, tirada no início da década de 70. Na imagem podemos observar a distância entre o mercado e o centro da cidade - Fotografia do acervo da Família de José Alves. (Disponível no Museu Virtual de Pocinhos)

Na Memória e na Identidade de um povo: a feira de Pocinhos e suas representações

Partindo do pressuposto que os espaços públicos são lugares de encontro, interação, convivência, partilha e troca de experiências entre as pessoas, a Feira de Pocinhos encontra-se com sendo um espaço de grande representação de memória da sua população, contribuindo para a construção da identidade cultural dessa sociedade, pois nesse lugar encontramos vestígios de sua história, memória e resistência. É por meio da convivência nos espaços públicos, no caso específico à feira, que as pessoas podem desenvolver sua percepção de pertencimento à uma comunidade, à uma cultura e suas tradições, uma identidade topofílica com o lugar como explica o paradigma da Geografia Humanista.

À vista disso, o presente tópico busca apresentar a Feira de Pocinhos a partir das representações de seus atores principais, os agentes de sua história, que direta ou indiretamente contribuem para que ela continue viva. Dessa forma, utilizaremos dos relatos de narradores orais para refletir sobre a importância e a contribuição da Feira de Pocinhos nas experiências de vida do povo pocinhense e na história local da cidade, pois como sensivelmente afirma Benjamin “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia.” (1987, p. 213).

Nessa direção, a primeira entrevistada - Calina Lígia -, foi uma grande colaboradora para compreensão da representação da Feira de Pocinhos na história e identidade de seu povo, uma vez que esta ocupou diferentes papéis nesse lugar, foi feirante e ainda faz parte da freguesia. A narradora relata de forma afetiva como a Feira de Pocinhos esteve presente em diferentes fases de sua vida e como foi significativo para a sua construção:

Quando vocês eram pequenas, eu ia com vocês num pau de arara do Gravatá a Pocinhos na caminhonete de Dudu de Nazaré. Eu levava ovos pra vender, levava galinhas... Ia pra feira e ficava lá vendendo as galinhas. Quando terminava de vender, eu juntava o dinheirinho e ia pra feira comprar as verduras, as frutas e quando o dinheiro dava, comprava aquele mói de feijão verde para comer no domingo. Com o passar do tempo, eu já vendi frango na feira de Pocinhos, já fui feirante nos bancos da feira de carne do mercado e depois em um banquinho na feira livre... e foi assim que criei vocês.

A feira representa para mim muita coisa... tem haver com a minha infância; com a minha juventude, quando vinha com meu pai para feira no sábado. Na infância fazia a feira com meu pai, ele trazia queijos para vender... toda a vida ele vendeu queijo. Aí trazia os queijos para vender na feira de Pocinhos, saia entregando os queijos dele nos mercados, só não tenho lembrança quais os mercados, mas ele entregava nos mercados também. Depois íamos no mercado público fazer a feira. Me criei, e a minha adolescência / juventude foi na feira de Pocinhos. Depois criei vocês no mesmo esquema que meu pai me criou. (Entrevista realizada em 28 de maio de 2023)

A narrativa da primeira entrevistada, mostra o seu sentimento topofílico em relação a feira.

Suas representações ilustram que este lugar está presente em suas dimensões subjetivas, afetivas, culturais e simbólicas. Ele “representa muita coisa”, pois trata-se de um produto da sua experiência humana, como bem explica o paradigma da Geografia Humanista. Dessa forma, este espaço passa a ser percebido como um lugar de sua identidade, permitindo aos sujeitos se verem como agentes de uma história que também é sua, se reconhecendo assim a partir desse lugar. Além disso, outro ponto que deve ser destacado na narrativa da entrevistada é a feira como uma importante atividade de subsistência econômica e social de sua população ao longo do tempo e como esta faz parte de uma tradição que passa de pai para filho: “[...] criei vocês no mesmo esquema que meu pai me criou”. Ademais, a narradora acrescenta que

A feira é especial porque é simples e é uma marca da cidade, uma identidade de Pocinhos, onde todo mundo se conhece, chega e se cumprimenta, faz amizades. Além do lugar físico que existe, ela é também é lugar das relações entre as pessoas que se tornam mais que conhecidas, parece família, acho tem haver com ser uma cidade pequena.[..]

Pra Pocinhos a feira representa o comércio, muita coisa gira em torno da feira: é onde vende, onde compra. O comércio é girado na feira de Pocinhos... e antes era ainda melhor, por conta da pandemia acabou diminuindo. (Entrevista realizada em 28 de maio de 2023)

A partir disso, compreende-se que a feira além de ser um importante meio de comercialização dos produtos: um lugar físico, ela também é um espaço de convivência e troca de experiências entre os habitantes da cidade: “lugar das relações entre as pessoas que se tornam mais que conhecidas, parece família”, sentindo-se pertencentes a esse lugar, que embora pareça “simples” é uma marca da cidade, a sua identidade. Nessa direção, Viana (2016, p.29) afirma a importância da memória como elemento crucial na constituição das identidades individuais e coletivas

[...] já que ela permite o estabelecimento de vínculos entre as gerações. Assim, na tentativa de preservar a história das sociedades em que vivem os indivíduos, se valem da memória social como suporte que sustenta o sentimento de pertença. É esse sentimento que serve de recurso para a percepção de uma continuidade temporal que, de certo modo, enraíza a identidade e cria os vínculos entre a comunidade local e o passado. Ao proporcionar esta identificação, a memória fundamenta a história de um lugar, instrumentalizando uma autoimagem que na maioria das vezes faz com que uma sociedade inteira se reconheça de um jeito e não de outro.

Tal afirmação reflete na minha própria vivência com a Feira de Pocinhos, a qual os laços de afeto e pertencimento presentes na minha mãe me permitiram criar laços de afetividade com este lugar

que é tão representativo em minhas memórias e vivências, reiterando assim os vínculos entre gerações com um local, onde pessoas que embora tenham vividos épocas distintas e outras experiências, enraizaram o sentimento topofílico de pertencimento que foi passando de uma geração para outra. Por fim, tal característica contribui também para a diversidade cultural presente nas feiras, nelas podemos encontrar pessoas de diferentes idades, com as mais variadas origens, profissões, gostos, etc., permitindo a construção de uma identidade cultural coletiva. Neste sentido, a feira além de ser uma importante atividade econômica para a cidade de Pocinhos, é também uma importante representação da raiz identitária e cultural deste lugar.

Entre o Passado e o Presente: a feira como resistência

Iniciar esse último tópico, significa rememorar o que vem sendo abordado desde o título desse artigo: a feira como um lugar de resistência. Apesar de estarem sofrendo há algumas décadas com os impactos cada vez maiores do capitalismo, com avanço das tecnologias e desenvolvimento desenfreado das empresas nacionais e multinacionais de atacarejo, as feiras brasileiras continuam a existir e resistir a essa realidade, passando a ser um lugar de resistência, mesmo diante de perdas significativas. A autora Giovana de Aquino Fonseca Araújo em seu trabalho sobre a feira de Campina Grande ressalta esse caráter coletivo de resistência do lugar, reconhecendo-a ao mesmo tempo como patrimônio cultural e que

embora não conheçamos políticas de incentivo à sua preservação cultural. acreditamos como sociedade civil que a mesma deva ser conservada, preservada, pois representa um passado de gerações que sobreviveram no sentido econômico, político, sobretudo social deste lugar e que ainda hoje permanece “formando’ cultura popular através da criatividade e transformação de elementos do cotidiano daqueles que a frequentam” (2006; p.99)

Mesmo antes da pandemia por COVID-19, já existia uma tendência a diminuição da frequência à Feira de Pocinhos, consequência da ausência de políticas públicas de valorização da feira como comércio local, bem como pela frágil consciência da população que as frequenta e as recorda de forma saudosista, como é o caso apontado pelo segundo narrador deste artigo. Este lembra com nostalgia da Feira de Pocinhos, segundo ele:

Antes, na feira vinha muitas pessoas de fora, era uma feira bonita, cheia de gente, de conversa, de diversidade... quando eu tinha uns 18 anos para 20 anos, na feira o caba não andava não, de tanta gente que tinha, era chei, chei, chei de gente, o mercado ali da carne era cheio, era bonito de se ver. O comércio era apenas a feira nessa época, tinha de tudo para vender, era roupa, era calçado, era oxe... Hoje tem vários mercadinhos... aí pronto, foi coisando, mercadinho daqui,

mercadinho acolá... a maioria do povo hoje só compra nos mercadinhos aí a feira diminuiu bastante... Aí veio essa doença (referindo-se à pandemia de COVID-19) aí acabou de diminuir tudo, mas era feirona antes. (Entrevista realizada em 09 de Junho de 2023)

Indo em consonância com a problemática levantada, a primeira narradora acrescenta que:

Antes a feira era mais extensa. Hoje, depois da pandemia, diminuiu muita coisa, muito feirante pequeno não teve mais condições de manter mais seu banco. A feira de hoje mudou muita coisa, antes tinha um comércio bem maior: o comércio de carne era maior do que é hoje, hoje diminuiu bastante, porque os supermercados vendem tudo o que antes tinha na feira: frutas, verduras, carnes... diminuindo bastante a feira. Os delivery, o cartão de crédito gira muito, então o pessoal que compra no cartão deixa para fazer no supermercado porque já passa o cartão e a feira não funciona assim é no dinheiro e na confiança. (Entrevista realizada em 28 de maio de 2023)

Conforme os depoimentos apresentados e a própria experiência como moradora local, podemos afirmar que está havendo um progressivo esvaziamento da Feira de Pocinhos, tanto no contingente de fregueses, como no número de feirantes e bancos, em especial, os de carne. Tal fato se agravou após a pandemia de COVID-19, em que o isolamento levou as pessoas a comprarem de casa, por aplicativos. Outro motivo que leva a esse esvaziamento é decorrente do fato das feiras serem consideradas por muitas pessoas algo ultrapassado e em função das práticas “anti-higiênicas”, associadas a estas. Neste sentido, a feira se reinventa como um lugar de resistência e tradição local para os moradores, feirantes e frequentadores que continuam associando o seu sentimento de pertença à cidade, ao costume de frequentar, comercializar e consumir na feira de Pocinhos. Essa experiência de resistência coletiva material e simbólica, de forma criativa e orgânica cultiva esse espaço público como lugar de comércio e sociabilidade, fomenta a cultura popular local contribuindo para a efetivação da feira como patrimônio material e imaterial que constrói identidades individuais e coletivas pocinhenses, conforme bem explicitou Araújo (2006), ao tratar da feira central de Campina Grande e afirmar que ela “se constitui num depositário de valores, expressões, tradições, transformações que ressignificam a todo instante a memória dos que a frequentam, na tentativa de representar suas identidades sociais, mesmo que de caráter múltiplo” (p.157).

Considerações Finais

A feira livre de Pocinhos foi e tem sido um espaço de resistência e de potencialidade. Em meio aos avanços tecnológicos, bem como aos impactos oriundos do modelo capitalista de sociedade, as feiras passam a ser um lugar de grande criatividade, genialidade e recreação, estimulando de nova forma, mas sem perder as tradições, a cultura local e popular de nosso país. Ela é viva e nos oxigena, é

pulsante na representação topofílica de seus frequentadores, que a enxergam não apenas como um lugar de compra e venda de produtos, mas também como um lugar de pertencimento. É na feira de Pocinhos que os moradores locais aproveitam o sábado para se encontrar com os conhecidos, trocar conversa e experiências em comunidade, manifestando sua cultura e suas tradições que são passadas de geração em geração.

Realizar essa pesquisa de história local, nos permitiu superar a patologia da despertença (INNENARITY; 2010), que infelizmente é tão presente em nosso cotidiano. Pesquisar, refletir e partir da escuta atenta das narrativas orais, nos permitiu compreender sensivelmente a realidade analisada, aproximando-nos afetivamente e intelectualmente daqueles que fizeram e fazem a história de Pocinhos e em especial da Feira. As representações históricas dos narradores mostram o encontro entre o passado e o presente e a importância deste encontro para a sua construção identitária, se reconhecendo culturalmente a partir de um lugar e lhes permitindo a possibilidade de se enxergarem como agentes produtores da história. Nessa perspectiva, defendemos a luta pela valorização da História Local e das narrativas orais, reconhecendo que a História vai além dos grandes heróis presentes nos livros didáticos positivistas. Olhar para a cidade de Pocinhos com as lentes focadas na sua Feira Central, é mergulhar na história dos moradores populares e reconhecer a potência e a resistência destes na tessitura do texto cidade e nas pulsões, desejos e necessidades que permeiam e dão sentido à vida de grande parte da população pocinhense, é definitivamente, escrever uma história local horizontal e à contrapelo dos interesses e manipulações das subjetividades capitalistas e utilitaristas. As vozes narradas nesse percurso escriturístico são vozes que expressam e afirmam o lugar Feira como patrimônio cultural e como cartografia afetiva dos corpos que teimam em pertencer à cidade e reinventar uma arquitetura do sensível, na qual, os “sujeitos ordinários” (CERTEAU; 1994) não só cabem, como pulsam sua vida material simbólica, afetiva e relacional, afirmando suas identidades e seu sentimento de pertença à cartografia pocinhense.

Referências

AGRIPINO, Danilo. PADRE GALVÃO: O VISIONÁRIO QUE CONSTRUIU UMA CIDADE - Documentário sobre Padre Galvão. Disponível em: <https://youtu.be/GaB8Qo-MRkc>. Acesso em: Maio de 2023.

ARAÚJO, Giovana de Aquino Fonseca. **Múltiplos discursos sobre a feira central de Campina Grande-PB**. Campina Grande: Agenda, 2006. 168p.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Atheliê Editorial, 2003.

CERTEAU, Michel de . **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.10.

COSTA, Sérgio Ricardo Araújo; ALVES, Matusalém. **A feira de Pocinhos em sua diversidade: mudanças e resistências**. Campina Grande, 2013.

INNENARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Editorial Teorema: Lisboa, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, sensíveis e imaginárias**. *Revista Brasileira de História*, Dossiê Cidades. p. 27-53, São Paulo, 2007.

REDIM, Euclides (Orgs). **Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças**. Porto Alegre: Mediação, 2007. 152p.

SILVA, Keila Queiroz e. Educação Histórica no Curso de Pedagogia: das memórias de estranhamento ao encontro com o lugar. In: MAIOR, Paulo Souto (et al) orgs. **Saberes históricos, patrimônio e espaços de memória: Experimentos e reflexões sobre práticas no ensino de História**. Vol.2. Editora CCTA: João Pessoa, 2022.

SILVA, Keila Queiroz e. **Os corpos enrugados e meus outros espelhos etários**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFPB. 2008. 279p.

VIANA, José Italo Bezerra. **História Local**.1.ed. Sobral: Instituto Superior de Teologia Aplicada-INTA, 2016.

A atuação do PCB nas Ligas Camponesas de 1945-1960: um debate sobre luta e questão agrária no Brasil.

Pedro Guilherme Martins Dias Lima
Universidade Federal de Campina Grande
Email: guilherme.dias@estudante.ufcg.edu.br

Renata Cavalcante Cordeiro
Universidade Federal de Campina Grande
Email: renatacavalcantec2019@gmail.com

Resumo: A grande desigualdade existente nas relações de trabalho no campo brasileiro possui bases históricas antigas que ainda se apresentam no presente, o monopólio de terras é uma questão que nunca alcançou solução, porém não foram poucos os movimentos de resistência travados pelos camponeses. Este trabalho trata, portanto, de alguns exemplos marcantes das Ligas Camponesas na primeira metade do século XX, objetivando analisar a participação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o impacto desta relação na questão agrária do país. Para isso, foi feito o uso de uma historiografia especializada no assunto, com nomes como o de Fernando Azevedo, Márcia Motta, Caio Prado Júnior, entre outros, usando também de conceitos do materialismo dialético para observar a luta de classes presente no movimento. Assim, se pode concluir que agentes, e os óbices por eles assegurados, do século anterior ainda são vigentes atualmente no campo, pois o sistema de opressão continua o mesmo.

Palavras-chave: Ligas Camponesas. PCB. Questão Agrária.

INTRODUÇÃO

O Brasil do século XX pode ser entendido como um país que buscava encontrar uma lógica de ser e estar perante o capitalismo, mesmo que tardiamente. Se no início do século, as experiências oligárquicas solidificaram a classe burguesa como a operante primal do estado econômico e político do país, a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 30 faria o país cumprir os seus deveres frente à hegemonia dominante dos Estados Unidos e Europa.

Seria também no Brasil do Estado Novo³⁴ que as primeiras consolidações trabalhistas do operariado brasileiro despertariam alguns progressos significativos na qual a classe operária crescente estava necessitando e buscando através de cooptação³⁵ com o Estado, as chamadas vantagens. Porém,

³⁴ Período ao qual Getúlio Vargas governou o país entre 1937-1945 através de um golpe de estado. Neste contexto, alguns historiadores divergem quanto aos “favores” oferecidos pela ditadura Vargasista às classes operárias urbanas.

³⁵ De acordo com Florestan Fernandes (1976, p. 421), a democracia de cooptação tem como função a integração esterilizante das pressões dos de baixo, permitindo a articulação política “entre os mais iguais” em nova forma;

se por um lado os operários urbanos *pareciam* estar à frente da agenda pública do estado ditatorial de Vargas, o campesinato ainda estava esquecido nas áreas rurais do país.

A experiência democrática dos anos seguintes até o pré-golpe de 1964 abriu pela primeira vez no país a oportunidade de uma fase de negociações sobre a mais importante questão social do Brasil até hoje: a Reforma Agrária. O Estado brasileiro viu-se cara-a-cara com a questão agrária, mal resolvida e abandonada em todo o decorrer da sua história, questão agrária esta que sempre foi um percalço histórico da exploração colonial do nosso país. O historiador Caio Prado Júnior deixou uma contribuição importante para se pensar na reforma agrária do país; o autor defendeu que a economia agrária brasileira não se constituiu na base da produção individual, familiar ou ainda da ocupação parcelaria da terra, como na Europa. Aqui a economia agrária estruturou-se na grande exploração agrícola voltada para o mercado. Nesse contexto, segundo o autor:

Não se constituiu uma economia e uma classe camponesa, mas uma estrutura com base em grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas por escravos que, após a abolição da escravidão, converteram-se num enorme e empobrecido contingente de proletários rurais. (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 118).

Assim, nas teses de Caio Prado sempre ficou evidente o caráter de luta de classes que se formou nas questões de campo do Brasil, pois a exploração do trabalho por parte dos grandes proprietários passou a ser a característica mais marcante da dinâmica de relações entre as duas classes, sendo que a elevada concentração fundiária se consolidou como alicerce principal dessa dinâmica.

A chegada de governos populistas e de modelos econômicos liberais abriria ainda mais uma ferida no campo. Com o avanço da industrialização, cresce o êxodo rural e a urbanização, modificando a vida social e política do país; o número de sindicatos aumentou, trabalhadores se associaram a partidos políticos e garantiram o direito de voto a todos os cidadãos alfabetizados, nesse mesmo período a burguesia do sudeste industrial do país consolidou-se como classe dominante, essa mesma classe buscou alianças frutíferas com a elite agrária do país, sobretudo a do Nordeste. Deste encontro fez surgir no país uma modernização agrícola chamada de “Revolução Verde”³⁶, em que houve a substituição de uma parte de trabalhadores por máquinas, tornando a mão de obra desse trabalhador totalmente precarizada, assim o campesinato passava cada vez mais a vender a sua força de trabalho, barata, para conseguir sobreviver.

A partir deste momento os movimentos sociais do campo passaram cada vez mais a reivindicar seus direitos, muitos viraram grandes atores políticos do país. As organizações políticas e sociais que

promove, ao mesmo tempo, o consentimento das classes; pressupõe interesses-valores variados em conflito na cena política, a institucionalização do poder político excedente, abertura para os “de baixo”, para os movimentos de protestos, promovendo a manutenção de um capitalismo dependente bem como um sistema democrático restrito.

³⁶ Essa revolução foi introduzida no país na época da ditadura militar, nos anos 60 e 70, com as mesmas características do restante do mundo, uma vez que o modelo sustenta a premissa de que a agricultura pode ser industrializada.

tiveram maiores conflitos e ganho de repercussão, no período, foram as Ligas Camponesas. O silêncio rompido pelas ligas se mostrou de acordo com as tensões armadas ocorridas no campo, mas também foi fruto da efervescência social e política da época. Elas, de forma inédita, foram os primeiros movimentos sociais de base com atuação política a exigirem uma reforma agrária no país, e em um patamar mais avançado, almejando, em alguns casos, a revolução armada no Brasil.

As ligas camponesas se caracterizam principalmente como formas organizativas de trabalhadores rurais que, em associações, reivindicavam por seus direitos das formas, métodos e políticas mais variadas, como será explicitado em seguida. Ocorrendo, principalmente, entre a década de 50 e 60, é marcante para a história do Brasil por representar um período de conjuntura de tensionamento entre variadas forças e a existência dessas associações despertam análises críticas até os dias atuais, divergindo até mesmo entre historiografias diversas, que as estudam de modo diferente.

As primeiras ligas camponesas são datadas da década de 1940, sendo constituídas principalmente pelo PCB. O Partido Comunista Brasileiro, entretanto, enfrentava uma conjuntura adversa com um forte crescimento do **obreirismo** e da necessidade de uma aliança operária camponesa, necessária para combater o integralismo e a forte repressão sofrida pelo partido após a revolução de 30. Em 1947, por exemplo, a UJC (União da Juventude Comunista) foi fechada pelos dirigentes devido ao grande sentimento anticomunista propagado pelas instâncias do governo getulista e pela grande mídia, assim como os mandatos e os registros do partido anulados.

Entretanto, antes do período de ilegalidade, foi possível criar várias ligas camponesas por todo o país, que com cunho associativas, trabalhavam nas brechas do Código Civil em busca de sua principal pauta: assalariamento rural. Assim, entende-se que os comunistas foram os pioneiros, na prática de mobilização dos posseiros e dos arrendatários, e mesmo durante a clandestinidade e o declínio das práticas organizativas, ainda era possível notar tentativas de mobilização rural aos moldes do partido.

Sabendo que as ligas atuaram de norte a sul no país inteiro, por mais de duas décadas, é preciso, portanto, utilizar-se da historiografia para lembrarmos algumas dessas associações e como atuavam, como também analisar sua importância para a questão agrária e a luta de classes no país. Assim, servindo de exemplo, inspiração e objeto de estudo até hodiernamente, muitos setores ainda reivindicam o caráter das ligas camponesas, por isso a importância de resgate desse evento, para melhor análise de seus principais nomes, lugares, partidos e linhas que a regiam.

O ELO QUE UNIU AS LIGAS CAMPONESAS E O PCB.

As ligas camponesas surgem como organizações entre camponeses e população rural na qual há uma organização política e social para lutar de forma organizada e conjunta pelos direitos às terras iguais, também era característico dessas ligas a luta clandestina armada e a expulsão dos grileiros inapropriados nas terras do estado. A luta por pão e terra, como ficou marcado nas ligas, tem caráter de resistência e logo surge como uma oportunidade de revolução socialista no país. As primeiras organizações camponesas são datadas entre os anos de 1944 e 1945 no Sudeste e triângulo mineiro,

porém a historiografia das ligas mostra que o termo ligas camponesas só passou a ser usado mesmo a partir da década de 1950, no Nordeste, sobretudo em Pernambuco, onde foram registradas mais atividades de lutas e identificações com a causa agrária.

Em Pernambuco, no ano de 1954, as ligas se organizaram novamente, bem como em outros estados e regiões. Neste mesmo ano, o PCB criou a ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas), que se estabeleceu em quase todo o território nacional, com essa forma de organização, o partido pretendia realizar uma aliança camponesa operária. A cooperação do partido comunista e das Ligas Camponesas não é à toa, a história dos dois se confunde. O PCB é sempre o ponto de partida, a origem, o lugar de gênese. (RANGEL, 2000)

Após anos de ilegalidade, a pequena brecha democrática de 1945-1947 na qual o PCB conseguiu adquirir de volta a legalidade, usou da oportunidade para propor suas intenções comunistas de uma revolução no país, chegando está também às reivindicações do campo.

Tendo isso em vista, o partido passava a se preocupar não apenas com as grandes questões e desafios nacionais, mas também com as reivindicações locais, práticas e imediatas; restritas ao plano do bairro, da fazenda ou até mesmo de uma única rua. Retomava-se então a tese da classe³⁷ camponesa como a aliada fundamental da classe operária na revolução democrático-burguesa. Se parte da teoria marxista dizia ser preciso que o partido saísse da cidade para o campo, o PCB, principalmente naquela conjuntura, estava decidido a colocar em prática.

Assim surgia uma aliança formativa que se estendeu por anos, na qual o Partido Comunista Brasileiro ajudava não apenas financeiramente, mas sobretudo na política e legislação das ligas, criando em vários estados associações de ligas camponesas. A cooperação se dava de várias maneiras: criar escolas do campo, categorizar, preparar, formar os camponeses, criar sindicatos dos trabalhadores rurais, assistência jurídica através da “**via legal**”, entre outras.

A parceria entre o PCB e as ligas camponesas, apesar de fundamental, não se delongou, pois, havia bastante diferenças teóricas entre os dirigentes das ligas camponesas e os dirigentes do próprio partido, enquanto este último acreditava estarem sendo criadas condições para que os camponeses pudessem atuar como um agente capaz de alterar a correlação de forças políticas que então vigoravam no país, alguns líderes sindicais e rurais mais radicais defendiam uma reforma agrária imediata e radical, com um projeto de intervenção política focado totalmente na luta do campo armada. Assim o imediatismo dos trabalhadores e sindicatos rurais logo entrou em choque com as teses do partido mediante à conjuntura.

CASOS ESPECÍFICOS NO BRASIL: LINHAS DE ATUAÇÃO

Historiadores como Angelo Priori, Carlos Leandro da Silva e Márcia Motta revelam algumas camadas do envolvimento entre o PCB e as Ligas Camponesas, assim como dissertam algumas

³⁷ Tese esta defendida por Lenin, na qual chegou à conclusão de que o proletariado Russo, não teria conquistado o poder se não pela aliança entre os operários e os camponeses. Esta ideia foi fundamental para o sucesso das revoluções de outubro no país.

especificidades de atuação das ligas camponesas em diferentes estados do país: Paraná, Goiás, Pernambuco e outros. Entender as formas de atuação das ligas camponesas, assim como seus principais atores, remontam a necessidade estudar cada vez mais a questão agrária no país, se aprofundando nas pautas de injustiça e devastação que pairam até hodiernamente no campo brasileiro.

Para aprofundar a discussão, é preciso retomar exemplos específicos que apresentam como se davam as ligas, começando pela região de Porecatu, no norte do estado do Paraná. Na perspectiva da Marcha para o Oeste³⁸ do governo de Getúlio Vargas, diversos posseiros e pequenos proprietários se mobilizaram em busca de melhores condições de trabalho nesta área. Porém, a tensão presente colocava estes trabalhadores contra os grileiros — pessoas que exerciam o loteamento de terras públicas sem autorização, usando a prática da grilagem — que expulsaram os camponeses para produzir grandes cultivos de café, criação de gado e cana-de-açúcar, se baseando principalmente na monocultura e no trabalho assalariado, porém precarizado.

A organização de uma resistência armada se deu, especialmente, para defender as posses de terras contra as intervenções dos grileiros, jagunços e polícia local. Os conflitos tiveram início em 1948 e só teve seu fim em 1951, mobilizando a grande mídia e até mesmo a Polícia Militar do Estado e do DOPS (Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social).

Como já exposto anteriormente, o papel do PCB é de grande importância ao analisar a atuação das ligas camponesas, até mesmo as que surgiram na década de 50 e que não tem relação direta com o partido. Neste caso não vai diferir, o movimento armado de Porecatu foi de tamanha comoção que gerou até uma mudança da linha política dos comunistas, que passou a defender a violência revolucionária como tática de ação, tomando a luta direta como única alternativa para a tomada de poder, objetivando a revolução agrária anti-imperialista.

A antiga liga camponesa da região, datada de 1944, foi essencial para a resistência a favor da legalização da posse de terra, que por meio de manifestações populares conseguiu forte adesão, visibilidade e sentimento de unidade entre os posseiros de sua época. Aqui mais uma vez se nota a importância do partido nas articulações com as ligas, até mesmo no âmbito parlamentar, com o deputado Carlos Marighella que cobrava insistentemente a criação de uma CPI ³⁹para apurar as denúncias de violências contra os camponeses da região mencionada.

A forma organizativa da liga, contando com o apoio e reconhecimento do partido, atuava em duas frentes: a armada e a legalmente aceitável. A que desempenhava um papel mais radical contava com um grupo reduzido de pessoas, mas com forte organização e disciplina, se dividindo em alguns grupos e localizados em áreas estratégicas. A segunda, que era composta pela maior parte dos camponeses, atuava tendo como finalidade garantir as posses nas fazendas, além do caráter solidário entre as famílias.

Assim, o movimento dos camponeses desta região desempenhou papel especial ao trazer um

³⁸ Durante a década de 30 no Governo Vargas decidiu acelerar o ritmo de modernização do país. Para isto foi necessária uma política de segurança nacional através de um território unido e em conjunto progresso, abandonando os aspectos coloniais. Assim a Marcha para o Oeste significou a exploração de outras partes do país ainda subjugadas como “atrasadas”, como o sertão e principalmente o norte do país.

³⁹ Comissão Parlamentar de Inquérito

novo campo de estudos para a historiografia destinada ao assunto: a atuação do PCB no campo e como era o desempenho de sua nova linha política. São claro o elo comum e a união entre os posseiros e os quadros do partido, além da forte participação de jornais como *O Voz Operária*⁴⁰ (próprio do partido) nas intermediações do conflito. Mesmo que a aproximação tenha sido pontual, foi necessária quando se tratava da conjuntura.

Como já exposto anteriormente, a década de 50 foi fundamental no que diz respeito a criação de ligas camponesas em diversos estados do país, o caso de Formoso, no estado de Goiás, é outro exemplo que precisa de atenção. A Associação de Lavradores resultou de diversas lutas travadas dos posseiros pela posse de terra, formando praticamente um “governo” de organização própria e popular.

A imposição das novas relações sociais de terra e a grilagem crescente no período foi, nesta região também, o motivo para o conflito. Os grandes fazendeiros investiam fortemente na expulsão dos trabalhadores das terras nas quais eles tinham direito de permanência, advindo disso, as opções restantes se afunilaram em desocupar ou resistir, sendo a escolha da última alternativa o estopim da revolta.

Acreditando fielmente na possibilidade do cumprimento da lei e na ação efetiva do governo, os posseiros se revoltaram ao observar o descaso das instituições para com suas reivindicações. José Porfírio é exemplo dessa resistência ao desejar falar diretamente com o presidente Getúlio Vargas para expor sua indignação, além da carta entregue diretamente ao presidente.

Mesmo com caráter imediato, algumas tentativas insistentes de Porfírio e de seus companheiros desempenharam um acúmulo de forças e construção — mesmo que lenta — da luta pela posse de terras. Mas teve como período decisivo o ano de 1954, com a chegada de quadros do PCB à disputa, que tinha como finalidade a mobilização dos posseiros como meio para chegar à revolução brasileira. O partido comunista via em Formoso e Trombas um palco promissor para focalizar seus planos revolucionários, assim como foi o caso de Porecatu, mencionado anteriormente.

Paulo Ribeiro da Cunha afirma sempre a presença vital do partido na luta de Formoso e Trombas, colocando, inclusive, que o êxito alcançado pelos posseiros não teria sido possível sem a intervenção dos quadros comunistas, principalmente nos enfrentamentos armados de 1955. A mídia também desempenha papel importante ao expor as súplicas de Porfírio ao povo de seu estado, pedindo que estes reconheçam a luta dos trabalhadores contra os verdadeiros invasores. O pedido foi atendido e a forte adesão popular foi crucial para a decisão do governador de retirar as forças policiais da região, logo, a presença dos posseiros nas páginas dos jornais foi decisiva na estratégia de resistência de ampliar os espaços de luta.

Em 1958 acontece um certo declínio dos combates, pois o vazio administrativo da região foi ocupado pelos próprios membros da Associação, tornando um período relativamente calmo e bem organizado, com até mesmo estrutura legislativa de cunho próprio. Outras conquistas se consolidaram, como a emancipação política de Formoso, a eleição de Porfírio como deputado estadual em Goiás e as escrituras das terras dadas aos posseiros em 1963. Porém, assim como a liga camponesa de Julião, o

⁴⁰ Jornal fundado por Luiz Carlos Prestes e inaugurado como órgão oficial do PCB durante os anos de 1950.

golpe militar de abril de 1964 pôs fim a organização, além da forte perseguição, prisão e exílio. Porfírio, por exemplo, ficou preso durante seis meses e depois **desapareceu definitivamente em 1972**.⁴¹

O PROJETO DE JULIÃO; O MUNDO CAMPONÊS APESAR DO PLANO POLÍTICO.

Porém, seria no Nordeste que a atuação das ligas camponesas e do PCB na questão agrária do país ficariam mais evidentes. O exemplo do Engenho da Galileia e do nome de Francisco Julião são expressivos na historiografia e estendem um debate que em muitas linhas se resumem ao tipo de relação entre os julianistas (atuantes nas ordens do deputado Francisco Julião) e os comunistas (os quadros do partido). A não sintonia entre discursos e formas de atuar dentre estes dois grupos durante o conflito ocorrido no município de Vitória de Santo Antão se mostra como um marco no que diz respeito à luta das ligas camponesas, sendo o estopim inicial do que viria a ser uma sequência de disputas no campo em todo o país.

A assistência jurídica fornecida pelo então advogado Francisco Julião às famílias do Engenho Galileia estava centrada em um plano político e de luta empenhado em travar uma grande luta judicial que incluísse Câmara dos deputados, tribunais e muitos outros órgãos, contra a desapropriação dos camponeses do engenho, pois na sua visão a situação de terras estava, como descrita por Fernando Antônio de Azevedo:

Os camponeses, camponesas, assalariados e assalariadas rurais eram obrigados e obrigadas a negociar os contratos de trabalho diretamente com os donos das terras. E como não havia amparo em nenhum tipo de legislação, esses contratos eram rompidos quando o latifundiário assim o quisesse. (AZEVEDO, 1982, p. 38)

Dessa maneira o projeto trazido por Julião envolvia a criação de uma espécie de sindicato, a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), marco do surgimento das Ligas Camponesas, mas também contava com um projeto educacional para as classes subordinadas, onde se estabelecia uma educação do campo participativa de um projeto muito maior de consciência da educação na realidade histórica social dos lavradores e arrendatários do Engenho. Além disso, Julião produziu muitos escritos sobre o tema e é reconhecido justamente pela pedagogia e dinamização de suas palavras, objetivando principalmente a conquista de novos camponeses para o projeto das ligas. Sua abordagem era de pertencimento ao “mundo camponês” e não eram poucas as vezes que os recebiam em sua casa e participava ativamente das atividades da associação.

Apesar de o projeto ter claras categorias de um projeto comunitário, a aproximação de Julião com o PCB nunca foi estabelecida de forma concreta. Francisco Julião não aceitava os caminhos

⁴¹ José Porfírio Diaz entrou para o grande número de desaparecidos na ditadura militar no Brasil (1964-1985), preso em 1972, 8 anos após a cassação do seu mandato pela Polícia Militar de Goiás. Liberado 6 meses depois, Porfírio foi visto pela última vez sendo transferido para a cidade de Goiânia.

trilhados pelo partido comunista mediante à conjuntura nacional do período, para ele a luta armada por terras valeria muito mais a pena para se conquistar um patamar definitivo de liberdade do que as alianças políticas travadas por alguns setores da esquerda, assim Julião destacava a reforma agrária como o principal conteúdo presente em um regime democrático. Contudo, o sistema existente no Brasil não proporcionou a realização de tal reforma, logo, a democracia burguesa liberal praticada no Brasil não promoveu nenhuma mudança, cujo resultado fosse uma maior justiça social.

Julião ao fazer essa dissociação com o partido também buscava expor os camponeses como os únicos articuladores, organizadores, criadores e fundadores da SAPP, demonstrar o papel revolucionário do camponês nas mais diversas mudanças políticas da história (RANGEL, 2000, pp.100-101). O debate que se centralizou em torno de toda a década de 1950 e 1960, foi ainda mais incisiva diante da postura adotada por muitos líderes do PCB em tentar demonstrar que a luta dos camponeses não era algo recente e nem o deputado Francisco Julião teria sido o primeiro a procurar organizar os trabalhadores rurais, buscando questionar a autoridade de Francisco Julião, o partido buscava apresentar em relação ao direcionamento das lutas sociais no meio rural, adotando e sendo orgulhoso da luta até então construída no campo desde a década de 40, como citado anteriormente.

As eleições de 1962 no país se mostraram como uma oportunidade da esquerda se unir em torno de tentar a via democrática para colocar suas pautas em prática, muitos setores da esquerda instigaram grandes nomes da política que haviam trabalhado e construído projetos no campo social para buscar o apoio popular e eleger seus nomes. Seria em 62, portanto, que Francisco Julião se lançaria a um mandato para deputado federal pelo PSB de Pernambuco. Em declaração, afirmou participar do processo eletivo apenas para denunciá-lo, no palanque do candidato, subiram diversos integrantes de movimentos que pregavam abertamente a luta armada como caminho para uma revolução, tais como os trotskistas e setores do PCdoB, os quais estavam descontentes com a política de alianças adotada pelo PCB no final da década de 1950.

Francisco Julião, como um líder social de destaque, representava e, em simultâneo, revelava o interesse de setores da sociedade, que procuravam trilhar caminhos diferentes dos escolhidos pelo PCB. Contudo, mesmo criticando a estratégia de frente única defendida pelos comunistas, o presidente de honra das Ligas Camponesas participou do pleito de 1962, contribuindo para a vitória dos candidatos de esquerda. É em Galileia, na liga de Pernambuco, onde podemos encontrar um dos pontos de ruptura do PCB com as associações camponesas julianistas e mais que isso, onde somos levados a investigar formas de se pensar a revolução e as maneiras de combate e lutas no campo, mapeando suas áreas de influências.

Por fim, se percebe que a parceria entre o PCB e as ligas camponesas, apesar de fundamental, não se delongou, pois, havia bastante diferenças teóricas entre os dirigentes das ligas camponesas e os dirigentes do próprio partido, enquanto este último acreditava estarem sendo criadas condições para que os camponeses pudessem atuar como um agente capaz de alterar a correlação de forças políticas que então vigoravam no país, alguns líderes sindicais e rurais mais radicais defendiam uma reforma agrária imediata e radical, com um projeto de intervenção política focado totalmente na luta do campo armada. Assim o imediatismo dos trabalhadores e sindicatos rurais logo entrou em choque com as teses

do partido mediante à conjuntura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, a historiografia acerca das ligas camponesas, escrita por historiadores como Paulo Ribeiro da Cunha, Angelo Priori, Carlos Leandro, Márcia Motta, entre tantos outros revelam especificações sobre a questão agrária e as lutas de classes ocorridas no campo durante os anos efervescentes da história do Brasil. Revoltas como a de Porecatu e Formoso são experiências que deflagram a heterogeneidade do processo de luta no campo, se em Porecatu a materialidade histórica permitiu que o processo se desse pela opção da luta armada, em Formoso o processo se deu através das “vias legais” e da divulgação da imprensa camponesa. Porém, vale destacar a participação do PCB em ambas as revoltas, que mesmo atuando em ilegalidade, sempre prestou apoio a via camponesa, de diversas maneiras, mas principalmente formando quadros capacitados para a questão do campo, e que apesar das contradições arraigadas nos breves anos de aproximação entre PCB e as Ligas, é importante valorizar a atuação deste durante o processo histórico de 1945-1964. Destaca-se também o papel da ULTAB e, novamente, da particular atuação do Partido Comunista em meio às promoções de estratégias de luta e revolução comunista para o período, que leva a historiografia a pensar na possibilidade de a revolução camponesa ter se tornado real, ou pelo menos encaminhada durante as décadas de 1950- 1960.

Neste processo historiográfico se pode citar também o grande filme “O cabra Marcado para Morrer”, um perfeito exemplo de como o imaginário das Ligas Camponesas sobrevive com o tempo, a longa que foi perdido e depois achado na redemocratização da década de 80 é um pedaço da história a ser contada, a unicidade a qual é exposta a história de João Pedro e Elizabeth Teixeira marca também a dupla tarefa política do filme em mostrar a força do Estado opressor e repressivo que governava e governa através da força, mas também de demonstrar a força sindical e dos movimentos sociais do campo, que resistem e lutam até atualmente pela reforma agrária. É, portanto, uma mensagem de força que se encontra seja no fazer das ligas camponesas ou na coragem de João Pedro, ou na força de Elizabeth Teixeira.

Diante disso, tomando todos esses exemplos para analisar a atuação das ligas camponesas no período anterior à ditadura militar, é possível perceber a importância dessas organizações como símbolos de resistência contra os grandes proprietários rurais e a política conservadora e de direita que consome o país há séculos, não findando até os dias atuais, que ainda é notável a forte repressão e tomada de direitos de grupos que exigem reivindicações para os trabalhadores rurais e sem-terra.

Logo, o que marca sem dúvidas a historiografia das ligas camponesas é a necessidade constante de reafirmação de que é impossível pensar a questão agrária no Brasil sem falar das lutas de classes. Há toda uma trajetória de confrontos que propicia estudos e informações importantes para se compreender a questão agrária, via os conflitos pela posse da terra e reforma agrária. É necessário um estudo que destaque, sobretudo, as relações de trabalho, as formas de vida, de organização e o conteúdo comunitário que nessas terras também estão sendo destruídas, ou que estão conseguindo resistir.

Assim como um imediatismo constante que surge de uma Reforma Agrária neste país.

Se a história da humanidade é a história da luta de classes, é possível encontrar na questão agrária essa máxima afirmada. Isso é demonstrado na forma como o Brasil historicamente procurou oprimir e tirar das classes subalternas o direito à terra; povos indígenas, escravizados e filhos de escravizados, o pobre, o trabalhador ou o camponês, a lógica se fez a mesma. Na margem desta história, portanto, movimentos se fizeram e consolidaram a luta pela terra sagrada que nunca morreu. Isso marca a importância do tema atualmente, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) herdou das ligas camponesas no final da década de 70 a continuação do sonho pela reforma agrária e conquistar espaço na esquerda do país, fazendo hoje frente como um dos grupos mais engajados reivindicativos nos movimentos sociais existentes.

Durante séculos, os movimentos camponeses tentaram romper com essa estrutura de poder, por meio da luta pela terra. Entretanto, todas as lutas ainda não foram suficientes para uma mudança iminente. Pela sua perenidade, a questão agrária nutre-se de conflitos, assumindo diferentes feições sem modificar sua essência. Portanto, a persistência da questão agrária é um cerco político de um projeto camponês. A luta contra a concentração fundiária se mantém e irá se manter enquanto houver camponês sem-terra e pão. Se em 1945 os germes da revolução agrária nasceram, hoje, 70 anos depois, é imprescindível não pensar política pública no Brasil sem pensar em reforma agrária. A revolução prossegue até sua realização completa, estamos longe do tempo no qual será possível um descanso relativo, e a vida é sempre revolução. (GRAMSCI, 2020)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra

Gramsci, Antonio. **“Odeio os indiferentes: escritos de 1917”**. São Paulo: Boitempo, 2020. 120p

MOTTA, Márcia Maria Menendez. ZORTH, Paulo Afonso. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história** – Vol. II. Editora UNESP, 2009, (PÁG 117-142). - (PÁG 161-173) - (PÁG 243-256).

PORFÍRIO. Pablo F. de A. **A trajetória política de Francisco Julião: Considerações sobre as idéias de revolução e anistia no Brasil**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

PORPHIRIO. Max Felipe Cezario. **LIGAS CAMPONESAS COMO QUESTÃO HISTORIOGRÁFICA**. Dissertação de Mestrado UFRJ. Seropédica Abril de 2013.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo, editora Brasiliense, 1966.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte e Esperança de Vida: uma história das Ligas Camponesas**. Campinas: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SANTOS, Leonardo Soares dos. **Do que “os Livros Diziam” à Rua da Glória, n.52: o PCB e a**

A Operação Historiográfica de Aluísio Azevedo: Leitura de *O Cortiço* sob a ótica de Michel de Certeau.

Nícolas Tavares Lira
PPGH-UFGC
nicolastavares49@gmail.com

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo a utilização de conceitos teóricos cunhados por Michel de Certeau em uma leitura historiográfica da obra *O Cortiço* de Aluísio Azevedo. Buscamos com isso demonstrar como a narrativa deste livro possui elementos de real valor para o estudo historiográfico da época que precede sua publicação. No decorrer do trabalho buscaremos esclarecer o distanciamento da literatura com a história de forma geral e da literatura naturalista em particular, bem como seu distanciamento para com o positivismo; seguido de uma tentativa de nuançar a fronteira entre estas duas disciplinas por meio do diálogo entre *O Cortiço* e textos de teor historiográfico, demonstrando que a separação entre a literatura e a história pode ocorrer apenas no formato das narrativas, preservando um mesmo conteúdo. Por fim, tentaremos pôr à prova a tese de Michel de Certeau de que “a literatura é o discurso teórico dos processos históricos”.

PALAVRAS-CHAVE:

Aluísio Azevedo. Michel de Certeau. História do Brasil. Literatura brasileira.

INTRODUÇÃO

Este artigo nasceu como a expansão de um trabalho feito para uma cadeira de História do Brasil. Para a disciplina, havia sido solicitada a elaboração de um texto que articulasse de forma conjunta a análise literária de alguma obra nacional com a análise historiográfica do período em que ela ocorria ou que era escrita. A partir das escolhas então feitas, o seguinte trabalho culminou no objetivo de utilizar os conceitos teóricos cunhados por Michel de Certeau (1982; 2008; 2016; GIARD, 2008) em uma leitura historicizante da obra *O Cortiço* de Aluísio Azevedo (2018). Buscamos com isso demonstrar como a narrativa dessa obra possui elementos de real valor para o estudo historiográfico da época que precede sua publicação, tanto no que tange a formação das cidades quanto no que tange a formação das mentalidades – tanto do homem ordinário (CERTEAU, 1982), os inúmeros personagens da obra, quanto do intelectual romancista, o próprio Aluísio Azevedo.

No decorrer do trabalho buscaremos esclarecer o distanciamento da literatura com a história de forma geral e da literatura naturalista em particular; seguindo uma tentativa de nuançar a fronteira entre estas duas disciplinas por meio do diálogo entre *O Cortiço* e textos de Pierre Mayol e Paulo Cesar Garcez Marins acerca do convívio em bairros e da transformação do público em privado na expansão das metrópoles brasileiras. Por fim tentaremos pôr à prova a tese de Michel de Certeau (2016) de que

a literatura é o discurso teórico dos processos históricos.

A HISTÓRIA E A LITERATURA ENTRE A CIÊNCIA E A FICÇÃO

A obra de Aluísio Azevedo se destaca por sua escrita pertencente ao *naturalismo*, um gênero literário originado como uma das correntes estéticas do realismo, praticamente uma versão “extremada” do mesmo (BARROCAS, 1984, p. 131). O realismo, por sua vez, é uma vertente filosófica que nasceu em reação ao romantismo – e que mais tarde fará oposição ao construtivismo (LATOURE, 1994) – e conseqüentemente sofre de um cientificismo comum ao século XIX, o qual foi período marcado pelos positivismos de Auguste Comte e Émile Durkheim, que também se opunham ao romantismo na filosofia e na historiografia e que dominaram as humanidades com um projeto que visava a construção de uma ciência única com as mesmas garantias de *objetividade* da física.

A paternidade do naturalismo é creditada a Émile Zola, autor dos clássicos *Germinal* e *A Besta Humana*, que, em contraposição ao positivismo – corrente filosófica burguesa por excelência, a qual quando exportada para a historiografia se torna aficionado pela *história dos grandes* – desloca sua lente para as massas: “A multidão, a coletividade torna-se personagens [...] bem como certos objetos, máquinas ou estruturas, que devoram os homens vítimas da revolução industrial” (BARROCAS, 1984, p. 139). No caso de Azevedo os homens são vítimas de outro monstro, em seu romance é o cortiço que cresce feito uma *floresta implacável* “[...] cujas raízes, piores e mais grossas do que serpentes, minavam por toda a parte, ameaçando rebentar o chão em torno dela, rachando o solo e abalando tudo” (AZEVEDO, 2018, p. 17).

Se analisado seu ponto de vista historiográfico, Aluísio Azevedo aparecerá mais distante da história dos grandes do que da história vista de baixo, apesar do naturalismo compartilhar – junto ao positivismo que originava, justamente, essa história dos grandes – do cientificismo. De certo modo, o pretenso cientificismo era mais um ponto de distanciamento entre o naturalismo e o positivismo do que de aproximação. Pois enquanto o positivismo buscava se igualar à física como forma de se provar real, o naturalismo limitava-se a se tornar experimental. O autor naturalista levantava uma hipótese e criava sua narrativa experimentando-a em seus personagens e cenários – para Zola, por exemplo, o que interessava “[...] não era a sanção da realidade, mas a coerência da hipótese, o que salvaguarda o naturalismo enquanto ficção” (BARROCAS, 1984, p. 138).

Encontramos nessa *ficção experimental* um paralelo com a tese levantada por Michel de Certeau em *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção* de que “a literatura é o discurso teórico dos processos históricos” (CERTEAU, 2016, p. 91), ou seja, na narrativa literária se projeta de forma teórica – e não metódica – os esquemas estruturais que regeriam o processo histórico. De modo que os escritores escrevem narrativas que acreditam que poderiam ter acontecido. Assim, Zola, experimenta o processo de formação político-sindical de trabalhadores franceses na literatura de forma equivalente à qual E.P. Thompson (1987) narraria, quase um século depois, a formação e organização política dos trabalhadores ingleses, sendo a principal diferença entre eles o fato deste mesmo fenômeno histórico ser trabalhado no primeiro apenas de forma teórica e abstrata, enquanto no segundo uma extensa

documentação é usada de pedra angular para a narrativa. (Essa diferença, entretanto, se expandiria se tomássemos a visão de Thompson (1983) sobre a teoria, tendo em vista sua recusa ativa em engajar com as questões teóricas e de aceitar qualquer estruturalismo como representação válida da história; soma-se ainda a divergência do que seria a experiência no naturalismo de Zola e no empirismo de Thompson).

O caso de Azevedo encontra também na historiografia seus paralelos, um bom exemplo é o texto *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras* de Paulo César Garcez Marins (1998) no qual o nascimento de cortiços no Brasil é narrado de forma tanto menos poética que a de Azevedo (2018, p. 16) – para quem “naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco” – quanto mais metódica, e por extensão menos *teórica*.

Retornando a Certeau (1982) encontraremos outro tipo de discurso unicamente teórico sobre a história: os *modelos*. O autor conta que parte do trabalho do historiador durante sua operação historiográfica é o de comparação, para tal ele constrói *modelos*. Uma espécie de *estruturas generalizantes* que resumem e simplificam (e, por vezes, vulgarizam) acontecimentos ou períodos históricos, com base nas informações já capitalizadas, e, a partir da comparação destas generalizações o historiador encontra em suas fontes *desvios*, isto é, casos que fogem a regra, que as coisas aconteceram de forma inesperada. Exemplo comum é *O Queijo e os Vermes* no qual Carlo Ginzburg (2006) narra os processos inquisitoriais contra Domenico Scandella, um sujeito peculiar que excepcionalmente (desvio) sobrevive ao primeiro processo, apesar de que por via de regra (modelo) o *crime* dele resultava em pena de morte – toda a micro-história italiana se centra nestes desvios, em narrativas com recortes *tão pequenos* que não só observa a regra, mas suas exceções.

Em determinados casos estes desvios, mesmo com extensa documentação, aparentam ser mais ficcionais que diversas obras literárias, dada a importância que os realistas e demais segmentos dão à coerência em suas obras – Não é difícil, por exemplo, encontrar em Rodka, protagonista de *Crime e Castigo*, romance escrito por Fiódor Dostoiévski e categorizado pelo próprio autor como realismo fantástico (fruto do Realismo Russo), uma humanidade que não parece se conter na ficção. É válido lembrar que parte do enredo de *Crime e Castigo* é de certa maneira autobiográfico, principalmente na última parte do livro, quando o protagonista enfrenta o castigo de seu crime – o mesmo é observável em outras obras do autor, como em *O Idiota* quando o Príncipe Míchkin relata o caso de um sujeito que fora condenado a morte no cadafalso, mas que no último momento, após ele já ter refletido sobre a vida e a morte, sua pena foi alterada (Cf. DOSTOIÉVSKI, 2015; 2016).

Por outro lado, o que causa o sucesso com os leitores não é o modelo, mas sim o desvio, não obstante, a obra de Azevedo possui ambos, modelo e desvio. É o caso particular que chama atenção do público literário, é a fuga do cotidiano e do ordinário. Deste modo, O Cortiço não é apenas *modelo*, mas também *desvio*, como pode ser observado nas relações de seus inquilinos ou, como será o caso aqui abordado, na relação de João Romão, o dono do cortiço, com seu vizinho, Miranda.

A ESCRITA DE CONCRETO DE MIRANDA E JOÃO ROMÃO

Para De Decca (1997) o que distancia a história da literatura é a necessidade *objetivista* de referenciar o que está sendo narrado, associando-o a referências de arquivos, da historiografia, de autores ou outras fontes históricas; dado o objetivo deste artigo, cabe-nos mostrar que essa distância se dá apenas no *formato da narrativa*, podendo o conteúdo da literatura estar tão ligado à realidade histórica quanto está a narrativa historiográfica. Para tal, recapitemos alguns dos acontecimentos que precedem e acompanham a construção do cortiço de João Romão.

Um destes acontecimentos é a mudança de Miranda, um comerciante português, e sua família para a mesma vizinhança do cortiço de João Romão. As razões da mudança foram, diz o narrador, “[...] pois que a mulher, Dona Estela, senhora pretensiosa e com fumaças de nobreza, já não podia suportar a residência no centro da cidade, como também sua menina, a Zulmirinha, crescia muito pálida e precisava de largueza para enrijar e tomar corpo” (AZEVEDO, 2018, p. 9). No entanto, seu casamento possuía um longo histórico de infidelidade conjugal por parte da Dona Estela e “a verdadeira causa da mudança estava na necessidade, que ele [Miranda] reconhecia urgente, de afastar Dona Estela do alcance dos seus caixeiros.” (AZEVEDO, 2018, p. 9)

A casa para qual a família de Miranda se mudou era boa, mas possuía um defeito: a escassez de quintal; “mas para isso havia remédio” coloca o narrador, antes de relatar a empreitada de Miranda para negociar algumas braças de terra com João Romão. Michel de Certeau e Luce Giard (2008) argumentam que os moradores de um bairro também são *autores* dele, de modo que não é estranha a ação de Miranda de tentar *reescrever* a topografia de sua vizinhança, também não é estranha a convicção de João Romão em negar a *tinta* que o português precisava para canonizar sua prosa em texto, isto é, seu quintal ideal em real.

O Bairro, diz-nos Pierre Mayol (2008, p.46), “se define como uma organização coletiva de trajetórias individuais” sendo ele “o espaço de uma relação com o outro como ser social [...]” (MAYOL, 2008, p. 43) e corrobora Marins (1998, p. 136), para quem as vizinhanças são extensões do âmbito privado, ao dizer que a “Privacidade, portanto, não poderia mais confundir-se com domesticidade, com os simples limites da casa, mas escapava para uma dimensão que abarcava os convívios, os vizinhos [...]”. Deste modo a querela entre Miranda e João Romão se prende ao modelo estabelecido de relação privada imposta pela convivência em um mesmo bairro (Mayol) ou vizinhança (Marins). Mayol (2008, p. 46) continua: “Um indivíduo que nasce ou se instala em um bairro é obrigado a levar em conta o seu meio social, inserir-se nele para poder viver aí”, como ocorreu quando Miranda se mudou.

Não obstante, a mudança do próprio bairro também leva aos indivíduos a obrigação de uma nova inserção, de modo que quando João Romão constrói seu cortiço – uma habitação categorizada como *Res Publica* (coisa pública) – atraindo toda uma nova população para a vizinhança, transformando-a tanto socialmente quanto materialmente e impondo novas regras de conveniência, Miranda é obrigado a aceitar sua casa de quintal curto e ceder a proposição feita outrora por João Romão que o advertiu a fazer um muro.

O Miranda mandou logo levantar o muro.

[...]

E os quartos do cortiço pararam enfim de encontro ao muro do negociante, formando com a continuação da casa deste um grande quadrilongo, espécie de pátio de quartel, onde podia formar um batalhão. (AZEVEDO, 2018, p. 16).

Como colocam Certeau e Giard (2008, p. 203) na casa “[...] todo visitante é um intruso, a menos que tenha sido explícita e livremente convidado a entrar. [E] Mesmo neste caso, o convidado deve saber ‘ficar no seu lugar’, sem atrever-se a circular por todas as dependências da casa”; João Romão, com todos os moradores de seu cortiço, não era bem-vindo na casa de Miranda o qual sabia que “aquele demônio era capaz de invadir-lhe a casa até a sala de visitas!” (AZEVEDO, 2018, p. 16) caso o muro não fosse levantado. Assim a construção do muro acaba não por ser um *ceder* na guerra dos dois, como poderia se argumentar tendo em vista que põe fim a possibilidade de expansão do quintal, mas sim uma *tática*.

O QUINTAL DE MIRANDA FRENTE AO CORTIÇO: GERMINA O NOVO MUNDO

No primeiro volume de *A Invenção do Cotidiano*, Michel de Certeau (2008) retoma a questão de modelos e desvios pela perspectiva dos consumidores e não mais dos historiadores; nesta perspectiva não se fala mais de modelos e desvios, mas sim de *estratégias* e *táticas*. O autor diz que a estratégia “[...] postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTÉAU, 2008, p. 46). A grosso modo a estratégia é um *modelo* de relações pré-estabelecido, um exemplo que pode ser dado é o comportamento da *mulher recatada e do lar*, no qual ela deve ser fiel e obediente ao marido dentre outras coisas (Cf. MALUF; MOTT, 1998). Quando um historiador narra os relatos de um sujeito enquanto suas relações são as estabelecidas pela estratégia, sua trajetória é a do modelo.

Já *tática* é descrita pelo autor como a “arte do fraco”, na qual, sem um lugar *próprio*, uma relação se estabelece momentaneamente, economizando tempo, na tópica da estratégia, realizando o desejo de outro. Podemos resumir a tática como um *desvio* tomado que, apesar de destoar do *modelo* da estratégia, logo retorna ao que antes estava estabelecido – para exemplificar, podemos usar o caso da Dona Estela que, apesar de viver sob a estratégia do matrimônio, que implica em fidelidade e submissão ao marido, trai Miranda com seus caixeiros inúmeras vezes e segue uma vida pública tão respeitada quanto a de qualquer outra dona graças à necessidade que seu marido tem de seus dotes para sustentar seus negócios, isto é, Estela usa dos dotes de seu casamento como *tática*, para escapular da *estratégia*. Um historiador que narrasse relatos desta categoria teria como trajetória o desvio.

De volta à vizinhança dos personagens da obra de Azevedo, o cortiço se estabelece como uma tópica, literalmente, regida sob a influência de João Romão e quanto mais a estalagem cresce maior se torna a força do vendeiro, ao passo que mais fraco se torna Miranda em relação a este, chegando o momento no qual a construção do muro nada mais é que uma tática (tão material quanto a

estratégia/cortiço do vizinho) para conseguir resguardar seu desejo em meio a nova forma da vizinhança moldada pelos usos e consumos que os inúmeros habitantes do cortiço, que são tão autores quanto Miranda e João Romão, fazem do bairro.

Retomando a tese de Certeau (2016), na qual *a literatura é o discurso teórico dos processos históricos*, cabe-nos entender qual processo histórico é representado por estas passagens d'*O Cortiço*. Para tal, vejamos rapidamente os protagonistas destes momentos: Miranda e João Romão, são contrapostos não só topograficamente, mas, também, socialmente; ao passo que o vendeiro constrói sua rota de *self-made man*, economizando com tudo o possível em sua acumulação primitiva de capital, o outro se vê economicamente estável, tendo como primeiro obstáculo econômico a traição da esposa, com a qual o divórcio, e a conseqüente perda do dote, o traria uma enorme perda de lucro. No entanto, antes de tudo o problema da infidelidade de Dona Estela era um problema moral, e a mudança da família buscava fugir dele.

A paz de Miranda acaba e a situação se inverte quando consumada a construção do cortiço. João Romão encarna cada vez mais o espírito capitalista moderno com seus rendimentos imobiliários, representando o *novo mundo* que ascendia pouco antes da proclamação da república. Os inquilinos da estalagem eram também signo dessa modernidade que como coloca Sevcenko (1998) seguia a ritmo acelerado. O crescimento ameaçador do cortiço põe na ordem do dia uma dialética entre dois mundos, de um lado está o torrencial mundo por vir do capitalismo (assim como apresentado por Zola no *Germinal*) enquanto do outro se encolhe em um muro no quintal de Miranda o velho mundo pré-republicano, que se recusa a aceitar esta *melancólica* invasão que dará um fim ao mundo... ou pelo menos ao mundo como Miranda conhecia (Cf. DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados os pontos levantados e trabalhados acima, não nos parece equivocado afirmar que a relação que *O Cortiço* de Aluísio Azevedo possui com a história é consistentemente forte, encontrando nos textos que trouxemos (Cf. MARINS, 1998; MAYOL, 2008; SEVCENKO, 1998) e na metodologia de Michel de Certeau (1982; 2008; 2016; GIARD, 2008) paralelos e referências suficientes para assegurar a obra do naturalista como um *documento* histórico de seu tempo, o qual nos permite estudar várias das condições que lhes foram contemporâneas, como a relação público-privada nas vizinhanças (ex. Miranda), a recepção das relações conjugais e extraconjugais (ex. Dona Estela), a acumulação primitiva do capital (ex. João Romão), e até mesmo o enfrentamento entre dois diferentes mundos, o Brasil imperial que chegava ao seu fim e o Brasil republicano que lutava para nascer.

Deste modo concluímos ressaltando a tese de Certeau sobre a literatura enquanto um discurso teórico dos acontecimentos históricos, tendo em vista a força da relação entre o livro de Azevedo e os acontecimentos históricos que lhes eram contemporâneos. É possível, sem muita dificuldade, diga-se

de passagem, observar o modelo que estruturava o Brasil ao fim de seu período imperial sendo descrito de maneira bastante acurada nas páginas d'*O Cortiço* tanto de forma literal quanto de forma simbólica sem a necessidade de recorrer a outras fontes históricas. Também é possível acreditar em seus *desvios*, nas táticas de suas personagens para burlar a estratégia, e compará-las com casos reais bem documentados. A abstração presente no livro, expressa, em teoria, muito bem as histórias que de fato aconteciam naquele período.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 2 Ed. Ciranda Cultural, 2018

BARROCAS, Maria Thereza Redig de Campos. A Passagem Realista—Naturalista. In: VASSALO, Ligia (Org.). **A Narrativa ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Os fantasmas da cidade. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2**. Morar, cozinhar. 8 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A Invenção do Cotidiano: 1**. Artes de fazer. 14 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. 2 Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Cultura e Barbárie Editora, 2014.

DECCA, Edgar Salvadori de. Questões teórico-metodológicas da história. SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis (Orgs.). **História e História da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O Idiota**. 3 Ed. São Paulo: Martin Claret, 2015.

_____. **Crime e Castigo**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Editora 34, 1994.

MALUF, Marina; MOTTI, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil - 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MARINS, Paulo Cesar Garcez. Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da Vida Privada no Brasil - 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MAYOL, Pierre. Primeira Parte: Morar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 8 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (p.37-185)

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In:_____. **História da Vida Privada no Brasil - 3**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

EDUCAÇÃO EM PERÍODO PANDÊMICO E A PÓS-MODERNIDADE: REFLEXÕES SOBRE O FIM DAS METANARRATIVAS

Pedro Feitoza da Silva
Universidade Estadual da Paraíba
pedrosilvakiai@gmail.com

Vitoria Pereira
Universidade Estadual da Paraíba
vitoriapereirapd@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tenciona uma análise acerca da pós-modernidade e a sua descrença nas metanarrativas, processo que viabiliza, sobretudo, a implantação do projeto neoliberal e a propagação de suas ideologias políticas e econômicas sobre o plano democrático do Estado, o que atinge diretamente os espaços constituídos nessa lógica, como é o caso da educação. Por sua vez, o neoliberalismo usa o arcabouço teórico do movimento pós-moderno para justificar a necessidade de drásticas mudanças na economia em tempos de crise política, como também a adoção de extremas medidas de ajuste fiscal que, ao invés de resgatar a economia dos Estados, apenas favorecem a expansão econômica do capitalismo. Ao deslegitimar as grandes narrativas – que seriam base para se pensar as estruturas sociais, econômicas e políticas – as teorias da pós-modernidade abrem espaço para que os ideais neoliberais e conservadores sejam aceitos como alternativas nos períodos de crise e busquem controlar os diversos espaços, sobretudo os educacionais.

Palavras-chave: Pós-moderno. Metanarrativas. Neoliberalismo. Educação.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a onda conservadora tem ganhado espaço em todas as partes do mundo, acentuando cada vez mais a polarização política em vários países. O discurso conservador baseado em promessas de mudanças no âmbito, sociocultural, educacional, político, e principalmente econômico ganha cada vez mais adeptos porque apresenta propostas milagrosas como condição para reverter quadros de crise. Nessa lógica, pois, para alicerçar teoricamente esses discursos um grupo de pensadores começou a analisar a contemporaneidade como uma espécie de ruptura em relação ao período anterior, isto é, a época em que vivemos hoje seria o resultado do desmembramento do que conhecemos como modernidade.

O movimento pós-moderno surgiu após a segunda guerra mundial, em um contexto marcado

não só pela reestruturação produtiva do ocidente, como por drásticas transformações nas sociedades capitalistas. Entre as décadas de 1950 e 1960, o mundo ocidental passou a vivenciar incontáveis mudanças culturais, sociais e econômicas resultantes do acelerado crescimento do capitalismo avançado, período este denominado por alguns autores como “a era de ouro” do capitalismo. A princípio, faz-se necessário pontuar que o pós-moderno é um movimento intelectual que trabalha a base teórica, que sustenta cientificamente o neoliberalismo, isto é, seria a base ideológica para reprodução, justificação e manutenção da hegemonia do capitalismo mundial.

Neste sentido, a ideologia pós-moderna procura justificar a necessidade de novas formas de reprodução do capital, sobretudo por meio da afirmação de discursos conservadores, que visam resgatar socialmente o poder econômico do sistema. O principal alvo dos neoliberais é justamente o chamado Estado de Bem-Estar Social, uma vez que, segundo eles, um “Estado forte” é uma ameaça às relações comerciais do sistema capitalista, fato que limita substancialmente a expansão do capital. Com efeito, o projeto neoliberal tem um caráter reacionário contra o Estado intervencionista e condena toda e qualquer ação do Estado que possa limitar a economia de mercado.

Por conseguinte, na perspectiva pós-moderna, as metanarrativas, que impulsionaram o progresso de muitos saberes na modernidade, foram deslegitimadas por não corresponderem ao que se esperava daquelas, perdendo, por consequência, a sua credibilidade. Em vista disso, o desencanto com a cultura moderna foi seguido de uma verdadeira crise dos conceitos que são considerados determinantes para o pensamento na modernidade, a saber, razão e o progresso científico. Nessa esteira, o pós-moderno, propagando a descrença nas metanarrativas, além de viabilizar o retorno das elites conservadoras ao poder, busca desestruturar politicamente o ideal democrático para promover a implantação e aceitação do neoliberalismo como modelo econômico. A partir disso, a lógica de mercado passa a gerir todos os campos sociais, desde a própria ideia de política enquanto instituição até os meios educacionais, que cada vez mais, principalmente neste período pandêmico, têm desvelado as profundas desigualdades socioeducacionais que perpassam a formação humana no Brasil.

Contextualização

O movimento pós-moderno surgiu após a segunda guerra mundial (1939-1945), em um cenário marcado pela reestruturação produtiva, bem como por drásticas transformações nas sociedades capitalistas. Entre as décadas de 1950 e 1960, o mundo ocidental passou a vivenciar incontáveis mudanças culturais, sociais e econômicas resultantes do acelerado crescimento do capitalismo avançado, período este denominado por alguns autores como “a era de ouro” do capitalismo (ANDERSON, 1999). Além disso, “o processo de urbanização acelerado trouxe a difusão de novos hábitos de consumo e novos valores socioculturais foram adotados e difundidos socialmente”. (EVANGELISTA, 2013, p. 271). Assim, nos chamados “anos dourados”, como forma de contestar os valores e os padrões de comportamentos impostos por essa sociedade, surgem vários movimentos como a contracultura e o feminismo, bem como grupos que lutavam contra a discriminação racial, mas que acabam perdendo força com a chegada da crise capitalista. Segundo Evangelista (2013, p. 274) “a

contracultura e a contestação dos movimentos sociais do final dos anos 1960 foram os precursores políticos e culturais do pós-modernismo”. Nesse contexto, segundo Harvey (2008, p. 18)

Os sinais de uma grave crise de acumulação eram em toda parte aparentes. O desemprego e a inflação se ampliavam em toda parte, desencadeando uma fase global de “estagflação” que duraria por boa parte dos anos 1970. Surgiram crises fiscais de vários Estados (a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser salva com recursos do FMI em 1975-76), enquanto as receitas de impostos caíam acentuadamente e os gastos sociais disparavam [...] Os dólares dos Estados Unidos tinham inundado o mundo e escapado do controle daquele país, sendo depositados em bancos europeus [...] Uma resposta consistiu em aprofundar o controle e a regulação estatais da economia por meio de estratégias corporativistas (incluindo, se necessário, reprimir as aspirações do trabalho e dos movimentos populares por meio de medidas de austeridade, políticas de renda e mesmo controle de salários e de preços) [...].

Em meados da década de 1970, o capitalismo entra em uma profunda recessão, o que gerou um significativo declínio no crescimento econômico do ocidente e elevou excessivamente as taxas de inflação. Neste sentido, segundo Anderson (1995), a partir desse momento as ideias neoliberais passaram a ganhar cada vez mais terreno, uma vez que os adeptos dessa ideologia afirmavam que as raízes da crise que se alastrava estavam no fortalecimento dos sindicatos. A alegação era a de que o movimento operário havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas por melhorias nas condições de trabalho e melhores salários, onerando cada vez mais o Estado, que teria que arcar com os direitos trabalhistas. Muitos teóricos compreendem o neoliberalismo como uma faceta restruturada do capitalismo, que funcionou como um meio pelo qual seus adeptos buscavam resgatar a hegemonia do sistema.

Diante disso, diz Anderson (1999, p. 107) que “a reação do sistema à crise produziu o quadro dos anos 80; a derrota do movimento operário em áreas centrais [...] a ampliação dos gastos militares e o aumento vertiginoso do peso relativo à especulação financeira às custas da produção”. Por sua vez, para David Harvey, o neoliberalismo é um projeto político criado pela classe capitalista corporativista, que se sentia ameaçada não apenas no aspecto politicamente, , mas, sobretudo economicamente pela classe trabalhadora, que intensificava cada vez mais a luta contra o sistema que as oprimia. Nessa lógica, o principal alvo dos neoliberais é justamente o chamado Estado de Bem-Estar social, uma vez que, em sua concepção, um “Estado forte” é uma ameaça às relações comerciais do sistema capitalista, já que limita substancialmente a expansão do capital.

Ou seja, o projeto neoliberal tinha um caráter reacionário contra o Estado intervencionista e condena toda e qualquer ação do Estado que pudesse limitar a economia de mercado. Dessa forma, na visão dos partidários dessa doutrina, “a estabilidade monetária deve ser a meta suprema de qualquer

governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego”. (ANDERSON, 1995, p. 2). Outrossim, diz Harvey (2008, p. 75) sobre a lógica teórica do Estado Neoliberal, o qual

[...] deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercado de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado. O Estado tem, portanto, de usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo custo essas liberdades. A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza. Protege-se os direitos de propriedade intelectual (por exemplo, através de patentes) a fim de estimular as mudanças tecnológicas.

Para que esse processo seja possível, no entanto, é necessário que se organize um Estado que tenha o mínimo de intervenção possível na economia de mercado, nas relações entre capital e trabalho produtivo. O que se deseja, portanto, é um “Estado mínimo” no que tange aos trabalhadores e um “Estado máximo” em relação ao capital financeiro. Ainda nesse raciocínio, segundo Harvey (2008, p. 76)

[...] o Estado tem de usar o seu poder para impor ou inventar sistemas de mercado [...] afirma-se que a privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos – tanto os custos diretos ao consumidor (graças a mercadorias e serviços mais baratos) como, indiretamente, mediante a redução da carga de impostos. A livre mobilidade do capital entre setores, regiões e países é julgada crucial. Todas as barreiras ao livre movimento (como tarifas, compensatórias, sobretaxas, o planejamento e controle ambientais ou outros impedimentos específicos a um dado lugar) têm de ser removidas, em áreas essenciais ao “interesse nacional” [...] A soberania do Estado com relação aos movimentos de mercadorias e de capital é entregue de bom grado ao mercado global.

A meta do projeto neoliberal é criar mecanismos que favoreçam a valorização do capital em detrimento dos direitos sociais e viabilize a mercadificação dos serviços públicos, enquanto direciona os seus esforços para a privatização das empresas estatais. Neste sentido, o Estado, para a doutrina neoliberal, tem como função tão somente a manutenção da infraestrutura necessária para o funcionamento, bem como escoamento da produção de mercadorias, favorecendo e facilitando sempre

a mobilidade do capital nas transações econômicas.

A crise no sistema produtivo do capitalismo, ocorrida por volta das décadas de 1970 e 1980, era atribuída então à má administração e ao desorganizado funcionamento do Estado. Assim, conforme aponta Anderson (1999, p. 107) “foi a euforia dessa conjuntura que gerou, com um meticuloso senso de oportunidade, a primeira iluminação do real do pós-modernismo”. Os neoliberais alegavam que o Estado tinha custos operacionais muito elevados e apresentava-se como incapaz de se adequar às demandas exigidas pelo processo de globalização vigente na época. Dessa forma, como já foi colocado, o Estado teria de ser reduzido, ou seja, ter a sua autonomia econômica drasticamente diminuída tendo em vista a sua incapacidade de gerir suas políticas econômicas e sociais. Nessa esteira, de acordo com Anderson (1999, p. 108)

O triunfo universal do capital significa mais do que simplesmente uma derrota para todas aquelas forças outrora dispostas contra ele, embora seja isso também. Seu sentido mais profundo está no cancelamento das alternativas políticas. A modernidade chega ao fim, como observa Jamerson, ao perder todo o contrário. A possibilidade de outras ordens sociais era um horizonte essencial do modernismo. Uma vez desaparecido esse horizonte, surge em seu lugar algo como o pós-modernismo. Este é o momento não declarado da verdade na interpretação de Lyotard. O capitalismo como um todo entrou numa nova fase histórica, com o fim súbito do *boom* iniciado no pós-guerra.

Faz-se necessário pontuar que o pós-moderno é um movimento intelectual que trabalha a base teórica e ideológica que sustenta cientificamente o neoliberalismo, isto é, seria a base ideológica para reprodução, justificação e manutenção da hegemonia do capitalismo mundial. Neste sentido, a ideologia pós-moderna procura justificar a necessidade de novas formas de reprodução do capital, sobretudo por meio da afirmação de discursos conservadores, que visam resgatar socialmente o poder econômico do sistema.

Pós-modernismo e a descrença metanarrativa

Segundo Lyotard (2009, p. 34), em sua obra *A condição pós-moderna*, a pós-modernidade, do ponto de vista conceitual, pode ser compreendida como a incredulidade nos grandes relatos da modernidade. Para os pós-modernos, o projeto da modernidade para o futuro da humanidade transformou-se em uma grande utopia, ou seja, o progresso científico, processo emancipatório da razão e seus desdobramentos no plano político e social falharam em suas ambições. Desta forma, “o pós-modernismo é a expressão mais típica dessa sensibilidade emergente e afirma-se como um novo padrão cultural dominante nas sociedades do capitalismo tardio”. (EVANGELISTA, 2013, p. 274). O pós-

moderno, na visão de Lyotard, é acompanhado pela descrença em todas as narrativas⁴² modernas, que passam a ser deslegitimadas de seu poder de consenso.

Para Lyotard, a chegada da pós-modernidade ligava-se ao surgimento de uma sociedade pós-industrial [...] na qual o conhecimento tornava-se a principal força econômica de produção numa corrente desviada dos Estados Nacionais, embora ao mesmo tempo tendo perdido suas legitimações tradicionais. (ANDERSON, 1999, p. 32)

Nesta acepção, o saber foi transformado juntamente com as sociedades e passou a ser compreendido a partir da perspectiva econômica do capital e de seu aspecto produtivo. As metanarrativas, que impulsionaram o progresso de muitos saberes e seus movimentos na modernidade, foram deslegitimadas por não corresponderem ao que delas se esperava, perdendo, por consequência, a sua credibilidade diante da não concretude de seus projetos. Em vista disso, o desencanto com a cultura moderna foi seguido de uma verdadeira crise dos conceitos, que são considerados determinantes para o pensamento na modernidade, a saber, razão e seus desdobramentos no campo social e político e progresso científico.

O pós-moderno questiona o progresso oriundo da modernidade e coloca em dúvida os ideais socioculturais, políticos, filosóficos e, sobretudo científicos projetados pelos iluministas e por outros pensadores da época. A chamada condição pós-moderna situa-se na fragmentação do mundo ocidental e alega que todo o discurso moderno tradicional proferido ao longo do século XIX, que serviu de fundamento estrutural para a fundação de algumas das mais importantes correntes do pensamento contemporâneo, deve ser desconstruído. Neste sentido, a pós-modernidade declara o rompimento com as metanarrativas, partindo de um profundo ceticismo acerca dos discursos tradicionais, entre os principais podemos citar: o projeto emancipatório da razão, que se consubstancia em diferentes segmentos – dentre estes o político –, o marxismo como resposta à desigualdade de classes, a exploração do trabalho e o progresso científico.

Na visão pós-moderna, a filosofia iluminista, compreendendo a razão e a ciência como o caminho pelo qual o homem poderia alcançar a sua emancipação e, por conseguinte, a felicidade, também criou paradigmas que estão desgastados a ponto de perder o seu valor. A razão e a ciência trouxeram muitos benefícios nas condições de vida do homem, mas a um preço muito alto, é verdade. A segunda guerra mundial é um bom exemplo disso. O poder destrutivo nas mãos insanas do homem “racional”, que criou bombas nucleares a base de Urânio⁴³ extremamente nocivas, que não apenas

⁴² Segundo os pós-modernos, as narrativas funcionam basicamente como explicações sobre: o mundo, a história das sociedades e suas políticas, a existência humana, mas que, por outro lado, não são nada além de projeções utópicas que se tornaram obsoletas e, por essa razão, se esfacelam por não conseguirem responder às expectativas de suas propostas.

⁴³ Elemento descoberto em 1789 pelo cientista alemão Martin Klaproth. Pensado inicialmente como uma poderosa fonte de combustível nuclear para produção de energia elétrica. Todavia, por causa de suas propriedades radioativas, foi usado também como principal componente na fabricação das bombas nucleares.

tiraram a vida de milhões de pessoas⁴⁴, mas ocasionaram mudanças climáticas, cujas consequências já são sentidas e comprometem até mesmo a sobrevivência da vida no planeta a longo prazo.

Todavia, não buscando justificar as atrocidades cometidas durante as guerras como necessárias ao progresso, mas apontando que a ciência, de forma generalizada, não deveria ser enquadrada no âmbito das metanarrativas, podemos fazer, de maneira sucinta, algumas ressalvas sobre os efeitos benéficos das pesquisas científicas nesse período. Durante esse período tivemos um célere desenvolvimento nos avanços científicos não apenas no campo bélico para fins militares, como muitos apontam, mas também em áreas que beneficiam diretamente a população civil atualmente, como é o caso dos antibióticos, métodos instrumentais para realização cirurgias emergenciais, bem como inúmeros aparelhos que utilizamos no nosso cotidiano.

Ao contrário do que postulam os pós-modernos, a racionalidade nunca se transformou em uma metanarrativa deslegitimada, até porque para se pensar algo dessa natureza, recorre-se primeiramente a capacidade racional humana, o que por si só já faz com que a afirmação se torne paradoxal. O projeto de emancipação do iluminismo através da razão pode não ter sido tão grandioso como se esperava dele, mas nem por isso deve ser desconsiderado como se não tivesse qualquer valor.

Deve-se compreender que o processo de emancipação humana, sobretudo através da educação, que visa à humanização, é algo inacabado e se manterá ativo por tempo indeterminado, ou seja, enquanto o ser humano estiver evoluindo, a sua razão terá que se adaptar às novas roupagens e radicalizações socioculturais, políticas, econômicas e educacionais. O processo de emancipação humana projetado na modernidade tem se transformado com o passar dos tempos e se adaptado às novas formas do pensar filosófico na contemporaneidade. Em suma a libertação humana das garras da alienação nunca será algo obsoleto, principalmente quando esse perigo ganha novas dimensões com os avanços da tecnologia no que tange aos meios de comunicação.

Educação e Pandemia

A pandemia do Covid-19, muito além de uma crise sanitária mundial, trouxe à tona inúmeras de nossas fragilidades sociais. É sabido que a falta de condições mínimas e dignas de vida impacta diretamente em outros direitos sociais, sobretudo o acesso à educação. A parcela da população que já vivia em situação de pobreza e reproduzia, de forma cíclica, esse cenário de desigualdades tem sido a mais atingida e prejudicada nesse período pandêmico. Embora a Constituição Federal reconheça a educação como direito social, assim como outros direitos como trabalho, moradia, segurança, saúde, e a Lei de Diretrizes de Bases ratifique a educação pública como direito subjetivo do indivíduo, as políticas públicas desenvolvidas para promover esse acesso ainda estão longe de alcançar a todos.

A desigualdade entre os homens, que na origem é uma desigualdade econômica no seio das relações entre as classes sociais, determina não apenas as condições

⁴⁴ No final da segunda guerra mundial, no dia 6 de agosto de 1945, para forçar a rendição japonesa, os americanos lançaram a chamada *Little boy* sobre a cidade de Hiroshima, no Japão, dizimando boa parte da população e deixando muitos feridos com sequelas patológicas, por causa da radiação, que duram até hoje.

materiais de vida e de trabalho dos indivíduos, mas também a diferenciação no acesso à cultura e à educação (LIBÂNEO, 1994, p. 20).

Nesse sentido, a desigualdade social tem efeitos diretos sobre a formação escolar de várias maneiras, mas eleva, principalmente, os níveis de evasão escolar, uma vez que, pela falta de recursos em seus lares, muitas famílias não possuem condições sequer de manter suas crianças frequentando à escola. Além disso, muitos adolescentes quando chegam a certa idade precisam deixar a escola para buscar algum trabalho precarizado para ajudar na renda familiar. Nesse período de pandemia, esse problema apenas se agravou, já que, como sabemos, por medidas sanitárias de segurança, os estabelecimentos de ensino precisaram ser fechados, adotando-se como alternativa de continuidade da formação escolar, o ensino remoto.

Um levantamento feito pela organização não governamental *Todos pela Educação*, auxiliado por dados coletados pelo PNAD contínua/IBGE, apontou em seu relatório que até o segundo trimestre de 2021, cerca de 244 mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 e de 15 a 17 anos, anos estavam fora da escola. Esses dados mostram que, por mais que a pandemia tenha incidido diretamente em todos os setores sociais e econômicos, as pessoas mais afetadas foram as que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social, e essa crise sanitária apenas intensificou o problema. Diante disso, é preciso ressaltar que, embora instituições públicas e privadas tenham sido afetadas pelas medidas preventivas de distanciamento social e conseqüente fechamento, foram as escolas públicas as mais prejudicadas nesse processo de suspensão das aulas presenciais e adesão ao ensino remoto.

Nas escolas particulares a resposta a essa situação foi bem mais célere do que no ensino público, demonstrando o abismo que ainda existe na educação prestada por esses sistemas. Com um aparato tecnológico e recursos digitais, além é claro de maior interesse na lógica do capital, já que a educação privada se pauta pela racionalidade do mercado consumidor, o sistema privado rapidamente aderiu a certas plataformas digitais, organizou um novo calendário escolar, e colocou seus docentes para planejar novas formas de dar continuidade às aulas no formato EaD (Educação a distância). Com o isolamento social proposto pela suspensão do ensino presencial, muitas destas instituições já estavam oferecendo formação continuada para professores e cursos tutoriais para alunos sobre como utilizar as plataformas.

Evidentemente, que a questão econômica aqui foi um fator substancial, uma vez que o sistema privado não possui alunos, mas clientes cujo produto adquirido são as aulas. Ou seja, havia uma clara necessidade de se adaptar o mais rápido para continuar atendendo sua clientela e cumprir com o contrato de elevadas mensalidades amortizadas pelas famílias. Por sua vez, o sistema público, muito antes da pandemia, já enfrentava graves problemas pela carência de recursos tecnológicos, falta de materiais didáticos, e, sobretudo, pela precarização da própria infraestrutura dos espaços escolares. Enquanto o ensino privado conseguiu responder rapidamente a essa situação e, em alguns casos, até mesmo elevar os seus lucros. Nesse contexto, muitas escolas privadas passaram até mesmo a vender cursos específicos de reforço escolar no formato digital, ao passo que a maioria das instituições públicas propuseram que suas aulas seriam, inicialmente, apenas um incentivo ao retorno gradativo

do alunado.

[...] mesmo aqueles que possuem o acesso à rede entre os mais pobres cuja renda chega a um salário mínimo mensal sentem as dificuldades da carência de computadores durante o processo de aprendizagem, pois 78% usam exclusivamente dos aparelhos smartphones para se conectar ao mundo virtual. Esse quadro se torna ainda mais crítico quando se trata da população marginalizada, em que mais da metade dos domicílios não possuem aparato tecnológicos e sequer acesso à disponibilidade de serviços de telefonia e banda larga (BARBOSA; CUNHA, 2020, p.34).

Com efeito, diante desse cenário, nas escolas públicas, as aulas iniciaram de forma facultativa como uma forma de estimular os estudantes a não evadirem tanto neste período. Esse problema se tornou ainda mais notável quando observamos a tamanha dificuldade que os Estados e Municípios tiveram não só para promover o retorno das aulas no formato EaD, mas, principalmente para que seus alunos pudessem ter acesso a essa modalidade.⁴⁵

Dessa forma, devido à desigualdade social, muitos estudantes sobrevivem em condição de vulnerabilidade, sendo que isso se traduz em dificuldades no acesso à internet, bem como ausência de qualquer estrutura tecnológica para integrar-se ao ensino remoto. Na maioria dos casos, os responsáveis destes estudantes possuem pouco estudo, já como resultado dessa estrutura educacional precarizada, ou mesmo trabalham em tempo integral e ficam sem condições de ajudar seus filhos, que se encontram sozinhos em casa.

Mesmo com algumas políticas públicas implementadas como ajudas de custo para alguns alunos, ou mesmo distribuição de aparelhos celular para alguns grupos mais vulneráveis socialmente, a qualidade do ensino público decaiu ainda mais no Brasil nesse período pandêmico (Cf. BARBOSA e CUNHA, 2020, p. 36). Essas disparidades, representadas na profunda desigualdade existente no Brasil, são consequências de um sistema econômico que se retroalimenta e se expande cada vez mais a partir das diferenças entre as classes sociais. Depois de décadas de medidas econômicas que apenas restringiram uma maior distribuição de renda, privilegiando certas camadas sociais, bem como promovendo a redução da oferta de serviços públicos essenciais de qualidade a todos, encontramos a educação – que deveria ser um elemento transformador – como apenas mais um espaço dominado pelo capital e marcado pela segregação e exclusão social.

⁴⁵ Uma pesquisa promovida pela UNDIME Uma pesquisa promovida pela UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), apoiada pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pelo Itaú Social, apontou que o maior obstáculo nesse processo de retorno das aulas na rede pública de forma remota foi o acesso do estudante à internet. Cerca de “78% das redes respondentes identificaram um grau de dificuldade de médio e alto nesse quesito” (UNICEF, 2021). Além disso, outras dificuldades foram levantadas como a adequação de infraestrutura das escolas públicas, o próprio planejamento pedagógico precisou ser refeito e adaptado, formação de profissionais da educação, e até mesmo o acesso dos professores à internet. A maioria dos municípios participantes da pesquisa responderam que, em 2020, as atividades não presenciais foram frequentemente concentradas em orientações por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp e em materiais impressos.

É preciso pontuar que o Estado, como entidade política e administrativa, é um produto resultante das relações sociais e econômicas dos indivíduos que nele se encontram, e não o contrário. Nesse sentido, ele figura como uma entidade política que se propõe a regular o funcionamento e o desenvolvimento das relações dentro da sociedade (ALMEIDA, 2020, 45). Sendo assim, se a sociedade foi estruturada em bases econômicas desiguais, que privilegiaram certas camadas em detrimento de outras, bem como criaram parâmetros de exclusão para favorecer o crescimento de determinada ordem social, o Estado poder surgir como aquele que criará as condições para que tudo isso se perpetue e se aprofunde.

Nesta lógica, o Estado detém o poder sobre as instituições públicas, e a estratificação social decorrente de sua organização, que afeta boa parte da população, em nada o atinge, ao contrário, ele se mantém firme promovendo a manutenção do poder nas mãos daqueles que podem influir diretamente na sua estabilidade. Por essa razão, o papel do Estado ao promover uma política de austeridade fiscal sempre será embasado pela lógica capitalista do mercado (ANDERSON, 1995, p. 72). A configuração política do Estado é construída de modo que seus investimentos no mercado sejam sempre em direção a um projeto econômico, que beneficia os vários investidores que dependem diretamente da grande circulação de capital para o desenvolvimento de seus negócios. A lógica desse raciocínio desemboca na questão da precarização e do desmonte da educação brasileira, que já vem ocorrendo há décadas.

Pós-modernidade e Marxismo

O que os defensores do pós-modernismo e do neoliberalismo não percebem, ou se percebem, não admitem, parece óbvio: a sociabilidade mercantil é totalizante e opressora, já que tende a coagir os indivíduos à submissão de sua lógica global, sob pena de negar a existência social daqueles que deste sistema não participem. Essa negação, muitas vezes intencional, visto que o capitalismo evolui através da desigualdade, traz o pressuposto básico de que o sistema capitalista não é capaz de absorver a todos. O que resta para aqueles que do sistema foram excluídos é vender a sua força de trabalho e submeter-se aos ditames da política econômica da qual é peão (EAGLETON, 1998, p. 55).

Por sua vez, para Lyotard, o marxismo, que vai questionar essa ordem sistêmica, seria mais uma das metanarrativas a ser deslegitimada, por não ter alcançado seu projeto de transformação social, ou seja, como resposta para a luta de classes, que ao fim da revolução do proletariado, conquistariam uma sociedade sem classes e igualitária, ou seja, o comunismo. Entretanto, para o pensamento pós-moderno, a história mostrou que esse projeto, ao invés de liberdade e igualdade de classes, promoveu a criação de regimes autoritários e totalitários que violaram (e violam) os direitos humanos restringindo liberdades onde alguns imperam até hoje como é o caso da China.

No entanto, não é porque alguns de seus ideais foram distorcidos que devemos deslegitimar toda a teoria marxista colocando-a sob o rótulo de uma utópica metanarrativa sem qualquer importância. Como já foi colocado, o pós-moderno trabalha, por assim dizer, para o neoliberalismo que, por um viés conservador e econômico, procura usar o poder dos Estados para promover a

expansão da economia no mercado capitalista. Assim, o interesse da teoria pós-moderna em deslegitimar o marxismo como ferramenta teórica para pensar as relações sociais e perspectivas políticas, é justamente segundo Evangelista (2013, p. 276), porque essa teoria

[...] revelou-se um instrumental heurístico altamente percuciente das transformações societárias contemporâneas. Surpreendendo aos obituaristas ideológicos de plantão, o marxismo mostrou que ainda é capaz de propiciar, a despeito das inelutáveis tendências fragmentadoras do capitalismo tardio, uma análise teórica abrangente das mudanças socioculturais que dominaram o cenário mundial nas duas últimas décadas, ao mesmo tempo em que municia as armas da crítica política e cultural da ordem capitalista triunfante.

Ou seja, olhando por uma perspectiva livre de ideologias extremistas ou paranoicas, a teoria marxista é indiscutivelmente atual e, por muito tempo o será, porque talvez seja um dos únicos movimentos teórico-sociais que encara todas as questões que envolvem a supremacia do sistema capitalista, que figura hoje através de roupagens como neoliberalismo ou mesmo globalização. Nesse sentido, segundo Lessa e Tonet (2011, p. 119) “a lógica desumana da reprodução capitalista [...] torna-se a própria dinâmica da vida social. O desenvolvimento da sociedade [...] se converte na intensificação das alienações das desumanidades socialmente produzidas”. Com efeito, a teoria marxista será sempre atual, pois o neoliberalismo “é um movimento inacabado. Economicamente [...] fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente [...] conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais [...]”. (ANDERSON, 1995, p. 12).

Dessa forma, podemos depreender que, enquanto houver desigualdades sociais e exploração das minorias através de reformas que favoreçam apenas o aumento da reprodução do capital, bem como causas justas em que haja imposição de discursos de uma classe sobre outra também com objetivos de dominação, o pensamento marxista nunca deixará de ser um dos (senão o mais) importante instrumento teórico para não só se pensar esses cenários, mas lutar para transformá-los e, se não é possível extinguir, diminuir radicalmente as desigualdades.

Por conseguinte, conforme coloca Figueredo (2015, p. 354):

O processo de hegemonia na educação no Brasil traz, de tempo em tempo, a necessidade de imposição de ideias pedagógicas, o que contribui para a manutenção das desigualdades sociais, culturais, políticas e educacionais. Essa desigualdade revestida de uma dita pós-modernidade no lugar de avançar, só tem atrasado o processo educacional nesse país.

A mundialização do capital, atualmente, promove relevantes mudanças nos modos de produção e, sobretudo, nas relações de trabalho. Nessa lógica simbiótica entre pós-moderno e o neoliberalismo,

a educação como formação, construção crítica e humanizadora do sujeito não contribui em absolutamente nada para o ambicioso projeto capitalista, uma vez que o indivíduo, quando passa a refletir criticamente sobre a sua própria realidade e é capaz de enxergar o que está realmente acontecendo, não se submeterá aos interesses do capital. Ou seja, não aceitará ser educado para obedecer ou servir como mão de obra cuja remuneração deste último será apenas o suficiente para que continue dependente do sistema.

Diante desse contexto, podemos aferir que a onda conservadora responsável por esses discursos de anticomunismo e, por sua vez, de antimarxismo tem o seu terreno mais fértil nos ideais propagados pelos pós-modernos. Ancorados no discurso das metanarrativas, o pós-modernismo recusa a razão como caminho que promove a libertação do indivíduo, buscando a todo custo desconstruí-la por afirmar que ela, como um produto da modernidade, não conseguiu cumprir as suas aspirações. Neste sentido, “há uma verdadeira tentativa de [...] autores pós-modernos em impor um pensamento único, cuja ideia central é eliminar os clássicos com a justificativa que estão ultrapassados para interpretar o presente [...]” (FIGUEREDO, 2015, p. 354). O marxismo, também considerado uma metanarrativa que fracassou em sua trajetória como processo libertador, hoje é reduzido à ideologia de um comunismo anarquista revolucionário e à conhecida expressão que vem sendo disseminada nos meios acadêmicos, sociais e culturais, isto é, o *marxismo cultural*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta perspectiva, percebe-se que o fim das metanarrativas significa a supremacia das ideologias dominantes que sempre buscam a sua legitimação e credibilidade em tempos de crise. O pós-moderno e neoliberalismo caminham lado a lado em busca de desconstruir os saberes que se mostram como opositores de seus ideais de massificação e dominação, sobretudo, econômica no trabalho. Com efeito, a onda conservadora, que retorna de tempos em tempos, apresentando o incentivo econômico ao capital como alternativa em períodos de crise, ou seja, a adoção de medidas neoliberais, sente-se ameaçada quando uma “faísca” surge perto de seu celeiro tão bem organizado e justificado por discursos messiânicos e demagogos de prosperidade.

Nesse sentido, as metanarrativas representam uma grande ameaça global à ordem autocrática liberal e às suas promessas de desenvolvimento econômico por meio dos altos investimentos no mercado financeiro para a reprodução do capital. As elites precisam de uma sociedade alienada e inerte diante dos acontecimentos e das decisões antidemocráticas que atingem diretamente à população menos favorecida. Assim, o neoliberalismo é alimentado com o aumento da desigualdade social, quanto maior o distanciamento entre as classes, bem como menos poder de intervenção do Estado, mais fácil será para impor e implantar suas medidas econômicas que esmagam as massas, principalmente a classe trabalhadora.

Como alguém pode acreditar que a drástica redução de programas governamentais e direitos sociais, restrições salariais, imposição de reformas educacionais, administrativas, sociais sem qualquer estudo prévio poderá resultar no desenvolvimento de padrões de vida mais elevados para toda a

população? Comprar uma promessa vaga e utópica como essa resulta de uma sociedade que virou as costas para o conhecimento histórico e filosófico, e adotou as mídias e seus produtores de conhecimento como inquestionáveis e oniscientes fontes primárias de “formação” e informação. O pensamento pós-moderno prepara o terreno para que políticas econômicas neoliberais sejam aceitas sem questionamento pelas massas porque quando se trata do sistema capitalista, todas as facetas da direita neofacista e conservadora se unem em prol da antidemocracia.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. As origens da pós-modernidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- BARBOSA, L. O.; CUNHA P.G. Pandemia e precarização do direito ao acesso à educação. *RevistaPetEconomiaUfes*. Vol.1. Julho, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/31745/21186> Acesso em: 09/04/2023.
- EAGLETON, Terry. (1998). As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- EVANGELISTA, João Emanuel. Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos. *Revista Cronos*, v. 7, n. 2, 10 jan. 2013 (271-281). Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3207>.
- Pnad: Levantamento do Todos mostra primeiros impactos da pandemia nas taxas de atendimento escolar. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnadlevantamento-do-todos-mostra-primeiros-impactos-da-pandemia-nas-taxas-de-atendimento-escolar/> Acesso em 27/11/22.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz & Terra, 1999.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FIGUEREDO, A. N. Pós-modernidade e educação: uma incursão sob a égide do mercado?. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 15, n. 63, p. 353-366, 11. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641190>.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, SP: UNESP, 1991.
- HARVEY, David. *O NEOLIBERALISMO história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 12 a. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é Pós-moderno*. 10. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

A ciência vista como uma vela no escuro: uma educação para a realidade.

Ruan Lucas Gomes da Silva
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
Email: ruandsilva9@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem a proposta de discutir novas perspectivas para o estudo da ética, considerando que a tendência contemporânea é se afastar de pensadores racionalistas, e que discussões desse tipo normalmente giram em torno de nomes conhecidos da filosofia ocidental, seguirei outro caminho, a proposta aqui é partir da análise de alguns pensadores (ocidentais) contemporâneos, racionalistas e ligados ao mundo das ciências, para pensar sobre problemas e dilemas do século XX, que também se perpetuam em nosso século, assim como discutir a ideia de a humanidade superar a sua “infância”, presente tanto em Freud como em autores posteriores. O trabalho é dividido em dois momentos, no primeiro momento, apresentarei os pensamentos do psicanalista Carl Jung como uma síntese da crítica contemporânea ao racionalismo, e no segundo momento, a discussão gira em torno de três autores que podem ser tomados como uma síntese do pensamento freudiano, são autores que podemos dizer que pensavam um futuro em que a ciência seria a mestra da vida.

Palavras-chave: Educação. Ética. Racionalismo.

Introdução

Sempre que escuto alguém comentar, e principalmente, se posicionar criticamente contra a razão, tenho a impressão de que essas pessoas, até certo ponto, parecem se recusar a “crescer” e de que estão paradas no tempo. A discussão parece seguir uma fórmula: inicia-se com um tom pesaroso, comentando sobre onde supostamente o pensamento racional nos conduziu (as catástrofes do século XX); fala-se dos grandes nomes da filosofia ocidental e precursores desse pensamento, como Kant e Hegel, por vezes se estendendo até as “origens”, com Sócrates e Platão; normalmente se faz uma conexão com o estudo da ética; em seguida, trazem a crítica pós-moderna. No fim, a discussão termina em aberto, é demasiado complexa para ser fechada em poucas aulas ou palestras. Porém, por mais bem elaboradas que sejam, o tom comum da crítica pós-moderna é de que os pensamentos racional, cético e científico, são danosos para a humanidade, são o grande mal da modernidade, que teria resultado nos males causados a humanidade no breve século XX⁴⁶. Essa é a impressão que fica “no ar”, principalmente ao se analisar críticos como Carl Jung, que chega mesmo ao extremo de insinuar que é

⁴⁶ Termo usado pelo historiador Eric Hobsbawm para descrever o período entre 1914-1991.

culpa dos racionais e céticos que Deus não fale ou se manifeste mais a humanidade (JUNG, 2016, p.129).

Tal crítica ferrenha à razão e por tabela, às ciências, sempre me causa estranhamento, pois, apesar de pertencer às ciências humanas, sempre tive curiosidade e interesse pelas ciências da natureza, pelas ciências físicas e pela ficção científica - que em alguns casos, foram escritas por homens da ciência, e nunca vi sujeitos mais éticos! Sempre mostram preocupação com os males que afligem a humanidade, com os rumos que esta vem tomando, com os maus usos das ciências, com questões sociais e ambientais, e se empenhando em fazer as pessoas enxergarem a magia da realidade, tentando tanto estimular a imaginação das pessoas como alertá-las sobre os futuros possíveis que podem decorrer do bom ou mau uso das ciências. Como regra geral nas produções cinematográficas, tudo não começa a dar errado quando as opiniões dos cientistas são ignoradas?

Uma coisa curiosa nas ficções científicas é que os futuros mais otimistas quase sempre são regidos por alguma espécie de socialismo, e os maiores problemas da humanidade são de ordem filosófica/existencial, como o tédio⁴⁷. Então, esses homens da ciência são idealistas demais e não enxergam a realidade? Ao invés de ser a raiz desses males, a razão não seria apenas uma ferramenta que vem sendo usada para os fins daqueles que a manipulam? A crítica precisa se atualizar? Essa é uma discussão complexa, e que por conta do limite do presente trabalho, não poderá ser aprofundada como deveria. Desse modo, Carl Jung será tratado aqui como uma síntese da crítica ao racionalismo, enquanto isso, do lado do racionalismo, abordaremos uns poucos autores que representam esse movimento, se aproximando mais do “lado freudiano da força”⁴⁸. Com o presente trabalho cogito tratar dessas questões, convidando o leitor a dar uma segunda chance a razão, até mesmo a pensar sobre uma ética científica.

Desse modo, a análise feita aqui será centrada em três “homens da ciência”, são autores conhecidos nesse mundo (das ciências) e até mesmo fora dele, pois atuaram/atua como divulgadores científicos, e cada um deles trata de forma particular (mas que se complementam) de assuntos amplos, como educação, sociedade, meio ambiente, moral e ética. Esses são: Bertrand Russel (1872-1970), Carl Sagan (1934-1996) e Richard Dawkins (1941-presente). A análise se prende assim, a questões e dilemas do século XX que abarcam o pensamento racional/cético/científico.

O pessimismo da sociedade moderna

São inúmeros os alertas e advertências dos perigosos caminhos que a humanidade percorre desde o advento da razão, sobretudo a partir do século XX com suas inúmeras catástrofes, como a Grande Guerra, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, o capitalismo selvagem e seus sintomas

⁴⁷ Arthur C. Clarke (1917-2008), físico e conhecido escritor de ficção científica, imaginou no romance *O fim da infância* (1953) uma humanidade que foi pacificamente dominada por uma raça alienígena que provia de tudo e criou um paraíso na terra para os humanos, o único problema era o tédio e a falta de criatividade decorrente desse estado geral de bem-estar.

⁴⁸ A expressão “lado da força” usada aqui é uma referência a franquia *Star Wars* (Lucasfilm), que trabalha com o dualismo da luta entre bem e mal, luz e trevas.

como a exploração do trabalho humano em níveis nunca antes vistos, o descaso com a natureza e com a vida humana, o individualismo excessivo, a falta de perspectiva, etc.

O ponto central da crítica é que essa nova visão de mundo prometia demais e não cumpriu, que apenas deixou a humanidade ciente de seus infortúnios e contribuiu para agravá-los. Na perspectiva de boa parte desses críticos, a razão nada oferece além de uma realidade fria e insalubre. A aposta na racionalidade e no progresso teria sido um erro assim tão terrível? Talvez a humanidade não estivesse totalmente pronta para se guiar pela luz da razão e da Ciência, mas grande parte disto parece mais uma recusa da humanidade em aceitar que era chegada a hora de amadurecer, amadurecer no sentido que Sigmund Freud trata em *o futuro de uma ilusão* (2021), de que a *infância* da humanidade é aquela fase em que a imaginação é fértil e a magia está presente em todos os cantos, mas, ao mesmo tempo, nos sentimos desamparados e buscamos o consolo de um “pai”, então, *amadurecer* seria parar de acreditar em contos e fantasias e lidar com a realidade.

Parece mesmo que a humanidade sofre de uma síndrome de Peter Pan⁴⁹, é de fácil constatação que as religiões sofreram uma queda vertiginosa em sua influência na vida pública e privada das pessoas, mas essas pessoas não estão se tornando menos crentes, não estão encarando a realidade de um modo mais racional, no século XX surgem diversas novas formas de crenças e filosofias metafísicas, mas que possuem muito de crença e pouco de filosofia, é a chamada “nova era”.

A modernidade não rompe totalmente com o pensamento teológico, antes, o adapta, o ideal de salvação continua presente, o que muda são os meios para alcançá-la, e essa salvação perde o caráter espiritual e se torna material (GOERGEN, 2001, p.16). Seria nesse ponto que as coisas começaram a dar errado, nesse casamento da racionalidade com a eficiência empírica. Nessa perspectiva, Carl Jung (JUNG, 2016, p.103) é bem explícito na sua crítica ao homem moderno, esse ser decadente que “consegue até mesmo dispensar a oração cotidiana em busca de auxílio divino”:

Para sustentar essa crença [no lema “querer é poder”], no entanto, o homem contemporâneo paga o preço dá uma incrível falta de introspecção[...] Seus demônios e deuses absolutamente não desapareceram; tem apenas novos nomes. E o conservam em contato íntimo com a inquietude, com apreensões vagas, com complicações psicológicas, com uma insaciável necessidade de pílulas, álcool, fumo, alimento, e acima de tudo, com uma enorme coleção de neuroses.

A crítica de Jung a condição do homem moderno não para por aí, podem-se encontrar diversos comentários semelhantes entre os subtópicos que compõe o seu trabalho neste livro, aqui, Jung mais parece um crente ressentido do que um psicanalista/psicólogo, sempre que começa a refletir sobre a modernidade e o quanto a humanidade se afastou, ou para usar o seu conceito, se *dissociou* dos valores

⁴⁹ Peter Pan é um personagem literário mundialmente conhecido, criado pelo escritor J.M. Barrie (1902), é um garoto que foge de casa e se junta a fada sininho para viver na “Terra do nunca”, onde se recusa a se tornar um adulto.

religiosos/espirituais, é como se na sua perspectiva, a humanidade do tempo presente tivesse se tornado uma criança desamparada, que fugiu dos pais e se perdeu em uma floresta, vivendo atormentada por não compreender o mundo que a cerca, sem o amparo de nenhuma proteção superior, pois

À medida que aumenta o conhecimento científico, diminui o grau de humanização do nosso mundo, o homem sente-se isolado no cosmos porque, já não estando envolvido com a natureza, perdeu a sua 'identificação emocional inconsciente' com os fenômenos naturais. (JUNG, 2016, p.120)

Não sou pretensioso a ponto de querer refutar Carl Jung, e sinceramente não me parece algo a ser refutado, já que o discurso dele é sincero e em parte verdadeiro. Realmente esse racionalismo tecnicista, impulsionado pela sociedade industrial e capitalista saiu dos trilhos e trouxe muitos novos problemas para a humanidade, concordamos com Jung quando ele diz que é a consciência de que a vida tem um significado que eleva o homem além do simples “ganhar e gastar”, e que sem isso a infelicidade é o que ocorre (JUNG, 2016, p.111), mas ao passo que inclui seus ideais religiosos na sua crítica a modernidade, seu discurso nada mais é que uma declaração da fraqueza humana, que não consegue lidar com a realidade nua e crua sem nenhum tipo de consolo, ilusão ou anestesia.

Ao comentar uma publicação anônima num periódico britânico, em que o autor mostrava a sua decepção face à perda de importância da humanidade em relação ao universo - decorrente do advento da ciência, Carl Sagan faz um comentário que parece adequado também às queixas de Jung, Sagan diz:

O que realmente querem os da Filosofia e da Religião? Paliativos? Terapia? Consolo? Queremos fábulas tranquilizadoras ou a compreensão de nossas verdadeiras circunstâncias? A consternação pelo fato de o Universo não se adaptar a nossas preferências parece infantil. É de supor que os adultos ficariam envergonhados de publicar esse desapontamento. (SAGAN, p.55-56)

Ciência, educação e esperança

É realmente difícil não associar arrogância e prepotência aos cientistas e racionais, é comum para qualquer pessoa que detém algum conhecimento se colocar numa condição de pai/filho ou professor/aluno, às vezes falta paciência e tato para lidar com questões delicadas, mas alguns desses, como Carl Sagan, fazem o possível para não serem ou parecerem prepotentes ou condescendentes. É fácil perceber como, no fundo, esses homens desejam ardentemente a acreditam que o futuro da humanidade depende de que todos tenham acesso as “boas novas” da ciência, mas ao contrário do que alguns pensam, a ciência não se propõe a ser uma nova crença ou um novo dogma, há certamente muitas coisas incompreensíveis nas ciências, mas nenhum *mistério* no sentido religioso, as verdades

das ciências estão abertas a todos aqueles que queiram conhecê-las e contestá-las, obviamente, desde que se respeite o método científico. Essa é a beleza da Ciência, tendo posse das ferramentas e cientes da forma como utilizá-las, qualquer pessoa no mundo, independentemente da sua origem, etnia, religião, crença, filosofia, ideologias, opções políticas, etc., pode constatar essas boas novas.

Nesse sentido, a preocupação com a ignorância e com a educação é de praxe nas ciências, e o que torna essa preocupação bela é que, por mais que esses homens pareçam ou de fato se coloquem em uma posição privilegiada em relação aos demais, isso não se baseia em alegações de privilégios divinos ou de nascimento, nem eles querem permanecer sozinhos nessa posição privilegiada, como o fizeram os grandes nomes da filosofia grega, por exemplo, não faltam exemplos do primeiro tipo entre os homens da ciência no século XX.

Isaac Asimov, por exemplo, nasceu em 1920 em Petrovich, na época, uma pequena aldeia russa, percorreu um longo caminho até se tornar um intelectual mundialmente conhecido, e um dos maiores escritores de ficção científica de todos os tempos, também foi autor de diversos livros didáticos de História e de Ciências, e ganhou diversos prêmios por se empenhar em popularizar a ciência. Também demonstrava preocupação com questões sociais, em especial a educação, um de seus posicionamentos mais conhecidos foi, quando ao comentar num periódico americano, ele disse que

Há um culto a ignorância nos Estados Unidos, e sempre houve. A pressão do anti-intelectualismo tem constantemente se ligado à nossa vida cultural e política, alimentada pela falsa noção de democracia que significa que “minha ignorância é tão válida quanto o seu conhecimento.” (ASIMOV, Isaac. ***A cult of ignorance***. *Newsweek*, *New York*, 21 de janeiro de 1980)

Carl Sagan mostrava a mesma preocupação e empenho no combate a ignorância/anti-intelectualismo, para ele, não explicar a ciência parecia perverso, já que quando se está apaixonado, você quer contar a todo mundo (SAGAN, 2006, p.42). Estado-unidense e de origem modesta, sempre criticou aquela sociedade e o aparente emburrecimento da mesma, que principalmente através da TV - meio de comunicação de suma importância naquela sociedade, mostrava constantemente uma programação pobre, nivelada por baixo, naturalizando pseudociências e superstições, celebrando a ignorância (SAGAN, 2006, p.43).

A preocupação com a ignorância e mais especificamente, com a ignorância científica, é explícita em Sagan, ao comentar suas experiências como professor em sala de aula, ele fala como é preocupante o contraste entre os estudantes do jardim de infância e o último ano do secundário (anos finais do nosso ensino médio), boa parte das crianças são cientistas natas, curiosas e ansiosas por aprender, mas se tornam adolescentes desinteressados, que perderam muito da admiração pelo conhecimento e ganharam muito pouco em ceticismo.

Isso estaria relacionado com a sociedade como um todo, que no macro, desestimula e não incentiva os estudos, e no micro, também faz o mesmo a partir da criação e da educação das crianças, que com suas perguntas curiosas e sinceras, como “por que o céu é azul?”, “por que a grama é verde?”,

“por que a lua é redonda?”, acabam irritando ou constrangendo os adultos que muitas vezes não sabem responder, e rapidamente mudam de assunto ou dão uma resposta negativa como “e o que você queria, que a Lua fosse quadrada?”. Com tal retorno negativo, as crianças vão aprendendo que certas perguntas incomodam, que não é interessante ser curioso ou estudar, até mesmo para não se diferenciar das outras crianças e assim ser excluída socialmente.

Richard Dawkins mostra a mesma preocupação com o descaso que a educação, assim como a educação científica, nos EUA, chega até mesmo a chamar de abuso infantil a educação religiosa, “pedras e paus podem me quebrar os ossos, mas palavras jamais vão me machucar”. O provérbio é verdadeiro desde que você não *acredite* de verdade nas palavras.” (DAWKINS, 2007, p. 405). Então Dawkins questiona, se toda a educação que a criança recebe, dos responsáveis, da escola, da igreja, faz com que a criança *acredite de verdade* nas punições que os pecadores sofrem no inferno, que tipo de mal isso não causa a formação da criança? Além dos inúmeros problemas de ordem psicológica que não cabe aprofundar aqui para não fugir da proposta deste trabalho, essa educação causa um terrível problema ético, que tipo de pessoas estamos criando ao ensiná-las desde cedo a temer a vida?

Bertrand Russel na sua otimista obra *Por que os homens vão à guerra*, discute, entre outras coisas, o princípio do crescimento (pessoal) e o redirecionamento dos impulsos (uma discussão paralela a de Freud), discute também a relevância da religião e das igrejas em um contexto de reconstrução da sociedade. Essa obra foi produzida a partir de em uma série de palestras dadas em 1916, foi escrita no contexto da Grande Guerra. Russel ficou perplexo com a paixão com que seus compatriotas abraçaram a guerra e isso o levou a militar contra a mesma, seu livro é escrito quase como uma fórmula do que deveria ser feito para evitar esse impulso autodestrutivo. Neste sentido, uma das suas fórmulas serve para complementar o argumento de Dawkins sobre o dano causado pela educação religiosa na criação das crianças, Dawkins, parte de uma perspectiva mais pessimista, Russel, de uma otimista, mas no fim o cerne da mensagem é o mesmo:

A primeira e maior transformação que se requer é o estabelecimento de uma moralidade de iniciativa e não de uma moralidade de submissão, de esperança e não de medo, de coisas que se devem fazer e não de coisas que não podem ser feitas. Todo o dever do homem não está limitado a se esgueirar pelo mundo para escapar da ira de Deus. O mundo é *nosso* mundo, e depende de nós torná-lo um inferno ou um céu. (RUSSEL, 2014, p. 168)

Sagan (2006, p.58) apresenta quatro motivos pelos quais a ciência deveria ser aliada a educação e amplamente divulgada e popularizada:

- . A ciência é o melhor caminho para se vencer a pobreza e o atraso, isso através das pesquisas e de seus benefícios;
- . Apesar de vários problemas surgidos a partir de invenções, também é a ciência (ou os cientistas) que nos alerta sobre os perigos introduzidos pela tecnologia;
- . A ciência traz novas informações sobre questões profundas como as origens, naturezas e destinos, das

espécies, do homem, da terra, do universo etc. O que, na visão teológica/conservadora, é visto como uma humilhação por supostamente reduzir a importância da humanidade, na ciência é visto como um convite à humildade;

. Os valores da ciência e da democracia são concordantes, ambas requerem o amplo intercâmbio de ideias, assim como “raciocínio adequado, argumentos coerentes, padrões rigorosos de evidência e honestidade”.

Esse tom de otimismo e esperança, quando se pensa em um futuro mais racional/científico, não é particular de Carl Sagan ou Bertrand Russell, é comum a todos os que trabalham no sentido de popularizar a ciência, afinal, diversos problemas sociais decorrem da ignorância e de crenças ou superstições: machismo, racismo, discriminação religiosa, xenofobia, antissemitismo, para citar apenas alguns dos principais. Mesmo quando a ciência é mal utilizada, como, por exemplo, para fins de eugenia, isso é decorrente de crenças e ideologias. Como então não ser otimista quando se pensa um futuro em que a ciência é a *mestra da vida*?

Quando os corações e as mentes entram em conflito

Bilhões e bilhões: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio é um dos trabalhos mais belos de Carl Sagan, é composto por 19 artigos sobre temas variados, mas que tem a vida e a morte como tema central. O tópico “aborto: é possível ser ‘pró-vida’ e ‘pró-escolha?’” é um bom exemplo do que sugerimos há pouco, de que a razão/ciência é uma ferramenta usada de acordo com as vontades (ideologias e mentalidades) daquele que a manuseia.

Vemos aqui basicamente uma história do aborto. O que acontecia quase que despreocupadamente em quase toda a história humana, e inclusive não foi motivo de preocupação em um livro conhecido pelas proibições - o Antigo Testamento, acabou se tornando um problema ético e social no início do século XX, isso se deu a partir da má interpretação da ciência por parte das pessoas comuns, e principalmente pela ação dos médicos (ao menos nos EUA), com a tentativa de se impor como detentores do saber. Os médicos formam a AMA (associação médica americana) e passam a exigir que apenas médicos licenciados façam aborto, logo, passam a arbitrar sobre o corpo e o direito de escolha da mulher.

O teor moralista dos médicos se une a característica costumeira dos religiosos de selecionar o que convém para o seu credo, e “deu no que deu” naquele país, com diversos ataques e atentados contra ativistas, médicos e clínicas de aborto, como os EUA do início do século XX era o centro das atenções e referência no mundo ocidental, isso cria um problema ético mundial praticamente inédito até então. Para se ter uma ideia do caráter recente da ideologia pró-vida, Santo Agostinho e Tomás de Aquino, nomes de peso na filosofia cristã, não consideravam aborto assassinato, o último até chama a atenção para o caráter não humano (a aparência) do feto. (SAGAN, 2008, p. 203)

O poder tende a corromper, como observamos no exemplo acima, outro exemplo disso é o físico Edward Teller (1908-2003), o mesmo que convenceu Albert Einstein (1879-1955) a assinar a carta recomendando ao governo estadunidense que levasse adiante as pesquisas com a bomba atômica,

Teller é o estereótipo encarnado do cientista maluco que teria explodido o mundo inteiro se pudesse. No capítulo 16. *Quando os cientistas conhecem o pecado* (SAGAN, 2006), Sagan discute as ambiguidades dos produtos da ciência, eles podem ser usados tanto para o bem quanto para o mal, essa é uma discussão que pode se estender no tempo até a descoberta do fogo e dos primeiros instrumentos feitos com pedra lascada.

O quanto não “evoluímos” desde então, atualmente está ao nosso alcance o poder de acabar com toda a vida na Terra. Neste ponto, tanto os defensores da razão/ciência quanto seus críticos são uníssonos aos dizer que é preciso repensar a ética, é preciso se esforçar mais que nunca para criar uma ética universal que nos impeça de se autodestruir. Como dito anteriormente, também é a ciência que nos alerta dos perigos do seu mau uso, quando Edward Teller propôs ao presidente Ronald Reagan (1911-2004) o projeto *Guerra nas Estrelas*, que levaria armas a laser ao espaço com a justificativa de proteger os EUA de possíveis ataques aéreos, dez mil cientistas e engenheiros norte-americanos se comprometeram publicamente a não trabalhar nesse projeto (SAGAN, 2008, p.329). Por vezes, a consciência desses homens, supostamente “frios”, fala mais alto que o desejo de um possível progresso.

Outro esforço semelhante ocorreu entre as décadas de 70 e 80, quando descobriram o grande perigo que os clorofluorcarbonetos (CFCs) representavam para a humanidade, dada a sua ação sobre a camada de ozônio. A principal companhia por trás da manufatura desses gases, a DuPont, vendia 600 milhões de dólares por ano, e fez todo o esforço possível para relativizar e diminuir o problema, assim como o fizeram países que estavam começando a produzir os CFCs e que não queriam perder dinheiro. O esforço dos cientistas em conscientizar seus governos levaram a criação do protocolo de Montreal, onde 156 nações haviam se comprometido a interromper a produção dos CFCs, desde então, as questões climáticas estão sempre sob os holofotes. Esse foi talvez o maior esforço conjunto da humanidade em direção à cooperação para construir um futuro melhor.

Considerações finais

A razão nada mais é que uma lente, ou melhor, um óculos, trazendo nitidez para uma vista míope e cansada. Se acontece de o homem por trás dos óculos ter predisposições para a violência e infringir a lei, e em decorrência da aquisição dos óculos novos ele se torna um exímio atirador, vamos culpar os óculos? O oftalmologista? A pessoa que vendeu? O fabricante? É isso que a crítica contemporânea da razão parece fazer, mesmo levando em conta tantas *verdades* ao formular suas análises, parecem que propositalmente, esquecem que somos movidos por ideologias e mentalidades, e que usaremos os meios disponíveis para alcançar nossos objetivos.

Colocando de outra forma, numa situação como o mito do Éden, culpariam a própria maçã! Eva teria sido mesmo fraca ao ser tentada pela serpente? A serpente foi antiética ao usar dos seus conhecimentos para manipular aqueles seres inocentes? Qual seria a parcela de culpa de Adão, que apenas ficou em silêncio enquanto Eva levava a culpa? E afinal, por que Deus colocou aquela tentação ali de forma tão acessível? Que tipo de pai deixaria uma garrafa de veneno (a fruta proibida) aberta ao alcance de um bebê (Adão e Eva)? Nada disso parece relevante. A maçã é culpada pela própria

existência. É assim que soa a crítica, ao menos a que parte do lado junguiano da força.

Talvez (ou com certeza) ainda falte aos céticos e racionais tato para lidar com questões sentimentais, como o luto, por exemplo, ninguém discorda que em momentos assim a crença é um consolo útil, mas parece uma ação de má-fé essa tentativa de fazer destes, robôs frios e sem alma, o ceticismo não é incompatível com a espiritualidade, isso é evidente sobretudo em Sagan:

Em alguns aspectos, a ciência superou em muito a capacidade da religião de criar uma admiração reverente. Por que será que nenhuma das grandes religiões examinou a ciência e concluiu: “Isto é melhor do que pensávamos! O Universo é muito maior do que diziam os nossos profetas, mais grandioso, mais sutil, mais elegante. Deus deve ser ainda maior do que imaginávamos!”? Em vez disso, dizem: “Não, não, não! Meu deus é um deus pequeno e quero que ele continue assim”. Uma religião, antiga ou nova, que acentuasse a magnificência do Universo revelada pela ciência moderna poderia atrair reservas de reverência e admiração ainda não canalizadas pelos credos convencionais. Mais cedo ou mais tarde, essa religião vai aparecer. (SAGAN. 2019, p.59)

Vemos em autores diversos, como Valls (1994) e Russel (2009), que definir o que é ética não é uma tarefa fácil, é uma daquelas explicações longas e que variam em certos pontos de autor para autor, mas normalmente as definições giram em torno de dois pontos, um relacionado a regras morais, e/ou outro ao que nos é benéfico, não por coincidência, os religiosos se atêm ao primeiro ponto, e os filósofos ao segundo. Pretendemos neste trabalho abordar as duas questões a partir de perspectivas racionais, os exemplos aqui são apenas alguns entre tantos outros, queremos apenas ilustrar que é possível construir uma ética científica, *o futuro de uma ilusão* de Freud é basicamente sobre isso. Não seria um trabalho fácil ou rápido, não se pode cortar a religião/crença de um só golpe e simplesmente colocar a ciência/racionalismo no lugar, também não se trata de abolir crenças, mas de ensinar a viver a realidade racional, e não magicamente, estimular a vontade de construir, e não alimentar crenças que induzem a inação. Seria necessário um esforço universal diversas vezes maior que aquele empreendido na criação do protocolo de Montreal, para, através da educação, criar indivíduos com os “pés no chão”, empenhados no mundo terreno em tentar tornar a vida menos opressora e mais suportável para a maioria (FREUD, 2021, p.123).

Para além de pensar a questão como cidadãos, pensemos também como profissionais, José D’Assunção Barros, em um de seus trabalhos mais recentes, trata sobre alguns novos desafios que o novo milênio - e o contexto recente do Brasil, trouxe para a historiografia, e no fim, (para Barros) umas das principais contribuições sociais que o historiador/professor pode fazer é estimular no cidadão comum o mesmo senso crítico que (supostamente) temos. Transferir essa criticidade. Pois analisar os discursos presentes nas fontes requer a mesma capacidade crítica que deve ser conclamada para analisar os discursos contemporâneos (BARROS, 2019, p.97), que tal começar revendo os nossos discursos, e parar de pensar e falar dos pensamentos racional/cético/científico como se estivessem

superados? Que tal dar uma chance verdadeira a razão, sem a mão da crença/ideologia por trás?

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. **Seis desafios para a historiografia do novo milênio**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

DAWKINS, Richard. **Deus, um delírio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. 2º ed. Porto Alegre: L&PM, 2021.

GOERGEN, Pedro. **Pós-modernidade, ética e educação**. SP: Autores Associados, 2001.

JUNG, Carl Gustav; *et al.* **O homem e seus símbolos** – 3º ed. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2016.

RUSSEL, Bertrand. **Por que os homens vão a guerra** – 1º ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RUSSEL, Bertrand. **Religião e ciência**. São Paulo: FUHPEC Editora, 2009.

SAGAN, Carl. **Bilhões e bilhões: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro** – 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAGAN, Carl. **Pálido ponto azul: uma visão da humanidade no espaço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

Cristianismo, política e condenação da escravidão: os *quakers* do Delaware Valley durante o século XVIII

Sofia Zambelli Menck
Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS)
Email: sofia.z.menck@unesp.br

Resumo: A Sociedade dos Amigos, mais comumente conhecida como movimento *quaker*, foi uma vertente radical do protestantismo que construiu seu lugar de poder econômico e político na região do Delaware Valley nos, hoje, Estados Unidos da América. Durante o século XVIII, diversos colonos *quakers* publicaram testemunhos contrários ao tráfico e cativeiro de africanos no Novo Mundo. Mas, afinal, o que levou os Amigos a criticarem a escravidão em um período em que as mais destacadas nações e filosofias do Ocidente a legitimavam? Para responder essa pergunta, o presente estudo utiliza da análise de noções morais e religiosas que sofreram uma transformação de significado para alguns *quakers*. Este artigo pretende mapear e compreender os diferentes argumentos que compuseram a construção de um sentimento contrário à escravidão moderna e, como resultado, foi contemplado que a teologia perfeccionista *quaker* e o contexto da Guerra dos Sete Anos construíram alguns dos motivos que levaram a Sociedade dos Amigos a colocarem em xeque a legitimidade do cativeiro.

Palavras-chave: *Quaker*. Escravidão. Pensilvânia. Religião.

Introdução

De modo geral, a Inglaterra do século XVII assistiu à formação de grupos que possuíam seus próprios costumes e interpretações dos preceitos cristãos; nascia, então, religiões sectárias que negavam muitas das crenças tradicionais do protestantismo. A Sociedade Religiosa dos Amigos, mais comumente conhecida como o movimento *quaker*, é considerada uma vertente radical do cristianismo protestante e descendente direta das tradições sectárias emergentes no Império Inglês. Foi fundada em 1652 por George Fox (1624-1691) e rapidamente se espalhou pelas colônias inglesas, especialmente na região do Delaware Valley nos, hoje, Estados Unidos da América.

Como forma de contornar os problemas advindos da perseguição religiosa – afinal, a Sociedade só entrou na legalidade a partir de 1686 – os *quakers* se destacaram no Novo Mundo pela sua complexa rede de sociabilidade e pela sua organização. As reuniões, de frequência semanal, mensal e anual, ocorriam nas regiões de maior proeminência *quaker*; de modo hierarquizado, as Reuniões Semanais eram precedidas em cada microrregião habitada por membros da Sociedade, e as Reuniões Anuais tinham sede na Filadélfia, o polo de concentração dos Amigos. A construção de uma extensa rede de comunicação foi um dos fatores que contribuíram para o estabelecimento efetivo da Sociedade dos Amigos no ambiente colonial, em pouco tempo o grupo ocupava quase todo o nordeste dos Estados

Unidos, abriam comércios, ocupavam cargos políticos e, principalmente, se envolviam com o tráfico e o trabalho cativo de origem africana (DAVIS, 1999, p.226).

O envolvimento com o trabalho escravo foi tema de controvérsias entre os *quakers* por anos a fio, durante as primeiras décadas do século XVIII cerca de 60 a 70% dos Amigos possuíam ou traficavam escravos (SODERLUND, 1985, p.34). Como veremos adiante, o debate cristão acerca da escravidão também esteve presente entre os membros dessa sociedade. Durante os séculos XVI-XVIII as Universidades de Coimbra, Évora e Salamanca foram marcadas pelo crescente debate acerca do tráfico e cativo de africanos no Novo Mundo; os teólogos e juristas ibéricos procuravam em textos históricos, nas legislaturas régias e em argumentos religiosos justificativas para a escravidão (VAIFAS, 1986, p.21, pp.93-94). Enquanto isso, a Sociedade dos Amigos, com suas crenças e costumes peculiares à época, possibilitaram uma nova visão nessa discussão que vinha sendo construída há dois séculos em Portugal e Espanha.

Sem oficiais ordenados, sacramentos, instituições e clero (DAVIS, 2001, p.337), a teologia *quaker* se diferenciava em diversos pontos do cristianismo tradicional. Os Amigos negavam a ideia de predestinação, portanto, a salvação estava estreitamente ligada aos ideais pacifistas e seria alcançada pelos princípios morais da vida cotidiana (SODERLUND, 1985, p.5). Uma vez que a redenção era proporcionada por meio da purificação moral, a Sociedade Religiosa dos Amigos se tornou um ambiente de vigilância constante; as boas maneiras de um *quaker* expressavam, ou deveriam expressar, sua aptidão para atingir a Luz Divina. A demonstração de cordialidade era religiosamente indispensável, e sua falta, inclusive com os cativos africanos, poderia ser relacionada a uma alma em decadência (DAVIS, 2001, p.343). Esses fatores, em conjunto com demais pontos de sua teologia e com a análise do contexto em que estavam inseridos, possibilitaram que os Amigos se tornassem os pioneiros, embora não os únicos, a questionarem a legitimidade do sistema escravista na América, afinal, como veremos adiante, alguns consideravam impraticável conciliar o tráfico e a escravidão com os ideais cristãos de fraternidade.

Havia uma contradição entre os *quakers* quando se dizia respeito à escravidão moderna, enquanto muitos participavam do sistema sem criticá-lo, uma parcela minoritária e radical questionava o modo como ele havia se constituído no Novo Mundo. O tema da escravidão entrou de maneira efetiva em debate entre os Amigos apenas no final do século XVII, quando os *quakers* de Germantown, na Filadélfia, alertaram a Sociedade do perigo espiritual que o trabalho forçado poderia representar para o grupo. Devido ao fato de mais da metade dos Amigos estarem envolvidos, de maneira direta ou indireta, com a escravidão, o debate foi extinto. Contudo, a discussão retornou durante a primeira década dos Setecentos, quando as reuniões presididas na Pensilvânia passaram a debater novamente sobre a espiritualidade do cativo até que, em 1711, chegaram à conclusão de proibir completamente o tráfico de africanos na região (DRAKE, 1965, pp.11-14).

Contudo, a decisão de 1711 entrou em conflito com os interesses da Metrópole, o reinado de Ana da Grã-Bretanha estava perto de formalizar um acordo – *The assiento or contract for allowing to the subjects of Great Britain the liberty of importing negroes into the Spanish America* (1713) – que prometia para a Coroa espanhola o tráfico de africanos até 1743. Não havia espaço para proibir o

comércio mais lucrativo do Império, e assim, os Amigos foram impedidos de romper legalmente com o tráfico. Isso não impossibilitou, contudo, que os *quakers* continuassem preocupados com as possíveis consequências espirituais causadas pelo cativo, mas de maneira geral, a primeira onda de antiescravidão (AZEVEDO, 2003) da Sociedade dos Amigos havia acabado e durante duas décadas o debate foi mais uma vez abafado (DRAKE, 1965, pp.22-33).

Foi em meados da década de 1730 que o tema da escravidão foi novamente alvo de discussão, contudo, agora possuía caráter mais radical. Os *quakers* Ralph Sandiford e Benjamin Lay foram os responsáveis por fazer um ataque nada discreto à escravidão, e pelo fato de residirem na Pensilvânia – o polo da colônia, do tráfico de escravos e da Sociedade dos Amigos – suas críticas causaram maior polêmica (DRAKE, 1965, p.34). Em 1729, Sandiford publicava seu testemunho *A Brief Examination of the Practice of the Times* e, em 1737, Lay dava continuidade ao debate no seu livro *All slave-keepers that keep the innocent in bondage*. Ambos os escritos condenavam à morte espiritual de todos os envolvidos com a escravidão e igualavam a instituição do cativo com os sete pecados capitais, era necessária a abolição imediata do cativo de africanos e descendentes. Contudo, o fato de seus protestos terem sido publicados ilegalmente e conterem alto teor revolucionário culminou na postura defensiva por parte dos *quakers* e na posterior exclusão dos dois Amigos entre a Sociedade.

Em termos de ser alvo de atenções positivas por parte da Sociedade dos Amigos, foi John Woolman que teve mais sucesso em seu apelo antiescravista. Duas décadas à frente de Lay e Sandiford, Woolman utilizou das mesmas ideias radicais, mas com um vocabulário muito mais comedido; o seu tratado *Some Considerations on the Keeping of Negroes* (1754) havia sido escrito sete anos antes do seu ano de publicação, mas Woolman decidiu esperar que os Amigos autorizassem a impressão de escritos voltados à crítica do sistema escravista, fato que só ocorreu em 1753. Ele soube jogar de acordo com as regras do ambiente colonial e, simultaneamente, criticar a escravidão no Novo Mundo (SODERLUND, 1985, pp.13-27).

A região Delaware Valley, especialmente na Pensilvânia, apresentava a maior contradição entre a Sociedade dos Amigos, ao mesmo tempo, em que era a região dos Estados Unidos em que os Amigos mais colocavam em xeque a legitimidade da escravidão, era também o ambiente com maior proeminência de *quakers* escravistas. Para compreendermos melhor o que os levou a questionar o cativo de africanos e descendentes em um momento que o Império Britânico, e a própria Sociedade dos Amigos, se beneficiavam dela, é necessário analisar a teologia sectária do século XVIII, assim como o contexto político em que ela estava inserida.

A oligarquia Quaker na Pensilvânia

A região do Delaware Valley – que atualmente engloba o sudeste da Pensilvânia, sul de Nova Jersey, norte do Delaware e norte da costa leste de Maryland – recebeu uma quantia considerável de *quakers* imigrantes das Ilhas Britânicas. Contudo, foi na Pensilvânia que grande parcela dos Amigos conseguiram estabelecer mais facilmente seu poder econômico e político; muitos chegaram já sendo grandes proprietários de terras e com contatos importantes em Londres e nas Índias Ocidentais

(SODERLUND, 1985, p.7). Rapidamente, a Filadélfia se tornou um dos principais pólos da colônia devido à sua ligação direta com a economia Atlântica internacional, em meados de 1700 o volume de comércio não ultrapassou por pouco o de Nova York (SODERLUND, 1985, p.56).

De modo geral, a estrutura política da região durante o período colonial foi dominada por membros da Sociedade dos Amigos, a elite *quaker* ocupou cadeiras e controlou a Assembleia da Pensilvânia durante décadas do século XVIII. Richard A. Ryerson (1986) comenta sobre uma oligarquia *quaker* que permaneceu no poder desde a década de 1720 até meados da Revolução Americana, mesmo com o agitado e cada vez mais heterogêneo contexto colonial. O autor coloca que,

“A visitor entering the eighteenth century Pennsylvania Assembly would first be struck by the simple, almost rustic dress of several of the members, by their broad-brimmed hats planted firmly upon their heads, and above all by their long silences, those inner dialogues that were central to the Quaker decision-making process. In its formal organization, the Pennsylvania House resembled many another colonial American legislature; in its members’ personal style, it was unique.” (RYERSON, 1986, pp.109-110)

Caso não houvesse apoio político por parte do Partido Quaker, pouco importava a experiência política, conexões familiares, educação e fortuna de um candidato. Políticos *quakers* de Bucks, Chester, Lancaster e Filadélfia ministravam anualmente reuniões para selecionar quais seriam os próximos candidatos para cargos provinciais e do condado; escolhiam desde participantes da Assembleia da Pensilvânia e xerifes, até ocupações menores como assessores e médicos. Depois que a escolha era feita, os Amigos mobilizavam apoiadores ao longo das cidades e do campo para promoverem seus candidatos. Foi dessa maneira que a Sociedade dos Amigos manteve seu controle do governo popular da Pensilvânia durante quatro décadas e meia até a Independência. (TULLY, 1986, pp.76-77)

No entanto, mesmo que uma oligarquia política tenha se mantido no poder até a Revolução Americana, a influência da Sociedade dos Amigos foi abalada durante a década de 1750. Os desdobramentos da Guerra dos Sete Anos fragilizaram a relação entre os *quakers* e a Metrópole; a Inglaterra passou a cobrar mais impostos e exigir participação da colônia na guerra contra a França, e os Amigos, cuja teologia era fundamentada no pacifismo, se recusaram ativamente a ajudá-los. O ano de 1756 é frequentemente descrito como crucial para a história do Partido Quaker, muitos se retiraram da Assembleia para evitar contato com questões militares e, por consequência, os Amigos se tornaram minoria na ocupação de cadeiras políticas da Pensilvânia (TULLY, 1986, p.77). A elite *quaker* havia ganhado a fama de traidores e fanáticos tanto para o governo inglês, quanto para o governo colonial (DAVIS, 2001, p.368).

Contudo, o Partido Quaker continuou na participação das eleições dos quatro condados; o poder político da Sociedade não pode ser medido apenas na quantidade de cadeiras ocupadas na Assembleia da Pensilvânia. Mesmo com um número significativamente menor de *quakers*, muitos cargos ainda eram ocupados por políticos “quakerizados”, ou seja, deputados não-*quakers* que frequentavam as Reuniões Anuais e demais homens que haviam crescido dentro da Sociedade, mas haviam abandonado

a religião (TULLY, 1986, p.78).

De modo geral, a Sociedade dos Amigos como um todo apoiava o partido, mesmo com divergências de opinião – como é o caso de John Woolman, Ralph Sandiford e Benjamin Lay – os *quakers* conseguiram manter uma unificação estratégica para prolongar seu poder político em um contexto colonial agitado. A preocupação com uma Sociedade unificada advinha não só dos mecanismos de sobrevivência desenvolvidos durante a perseguição religiosa no século XVII, mas também de uma certa possessividade em relação à Pensilvânia; havia um sentimento de necessidade de proteger a terra que, entre os Amigos, era considerada deles. Afinal, a Pensilvânia levava o nome de um dos membros mais marcantes da Sociedade – William Penn –, em resumo, a identidade do grupo dependia da administração da região (TULLY, 1986, p.81).

Teologia e antiescravismo

Em acordo com a historiografia especializada, é possível afirmar que o ponto-chave para compreender a relação entre cristianismo e a escravidão moderna é a noção de pecado. As mais destacadas filosofias e vertentes cristãs do Ocidente acreditavam que após o pecado original os homens carregavam consigo uma subordinação natural. O dogma do pecado de Adão e Eva atribuiu a ideia de que a servidão do corpo seria um produto direto de uma alma pecaminosa. A convicção da hierarquização da sociedade, ou seja, de que todos estavam abaixo de Deus e alguns – nesse caso, os africanos e seus descendentes – foram condenados a uma condição de completa subserviência, justificou por séculos o tráfico e a escravidão de pessoas no Novo Mundo (DAVIS, 2001, pp.327-370; DRESCHER, 2009, p.9).

Os *quakers* realizaram com maestria a tarefa de inverter o dogma do pecado original. Ralph Sandiford e Benjamin Lay foram menos discretos em suas condenações aos Amigos escravistas, ambos relacionaram a escravidão com os pecados capitais. Ao ver desses dois críticos, o cativo representava a soberba, a ira, a preguiça, a avareza e a luxúria; uma vez que a escravidão era completamente contrária ao ideal cristão de fraternidade, a inevitabilidade do julgamento de Deus demandava um ataque imediato ao tráfico atlântico de escravos (DAVIS, 2001, pp.327-370).

Como veremos adiante, o texto de Lay e Sandiford têm essência estritamente religiosa, todos os argumentos contra o tráfico e escravidão de africanos e descendentes possuem trechos retirados da Bíblia que justificam seus pensamentos. Logo na primeira página do testemunho de Sandiford, abaixo do título, vinha estampado uma denúncia “He that leadeth into Captivity, shall go into Captivity (rev. xiii.10)” (SANDIFORD, 1729, n.p.).

De modo geral, o ataque direto e a condenação aos senhores de escravos são os pontos de enfoque dos escritos de Sandiford, visíveis em diversos pontos da leitura,

“Cursed be their Anger, for it is fierce, & their Wrath, for it is cruel, to keep the Creature thus in Bondage, whereby we entail Sin on our Posterity, ad Infinitum, tho' our Saviour says, he that dies therein, where he is gone shall never come. Like the Jews when they crucified Christ, desired his Blood might remain on them and their Children; and yet so blind were they, as many are now, thro'

being accustomed to Sin, that they see not this Trade to be an Evil.”
(SANDIFORD, 1729, n.p.)

Já o livro de Lay demonstra seu teor condenatório aos Amigos senhores de escravos logo no título, *All slaves keepers that keep the innocent in bondage, apostates pretending to lay Claim to the Pure and Holy Christian Religion; of what Congregation so ever; but especially in their Ministers, by whose example the filthy Leprosy and Apostacy is spread far and near; it is a notorious Sin, which many of the true Friends of Christ, and his pure truth, called Quakers, has been for many years, and still are concerned to write and bear Testimony against; as a practice so gross & hurtful to Religion, and destructive to Government, beyond what Words can forth, or can be declared of by Men or Angels, and yet lived in by Ministers and Magistrates in America* (1737)

As exposições de Lay e Sandiford demonstram que ambos estavam atentos aos demais debates religiosos travados no tema da escravidão moderna, os seus escritos refutam alguns dos quatro justos títulos evocados no debate acerca do tráfico e do cativo no Novo Mundo. Os justos títulos – tema de debate desde o século XVI entre os teólogos e juristas de Coimbra, Évora e Salamanca – legitimavam a escravidão caso ela apresentasse justificativas específicas, em especial a guerra justa, a substituição de uma pena de morte, a alienação própria da pessoa e o nascimento (VAINFAS, 1986, p.21, pp.93-94; ZERON, 2011, pp.206, 207).

A partir desse momento a escravidão se tornava legítima se apresentasse algumas justificativas. Enquanto Sandiford colocou em xeque o título da escravidão voluntária em caso de necessidades extremas, Lay questionou o tópico da guerra justa, frequentemente utilizado para justificar o tráfico de africanos.

“Tho' I would not be understood to pervert the Order of the Body, which consists of Servants and Masters, and the Head cannot say to the Foot, I have no need of thee; but it is the Converting Men's Liberty to our Wills, who have not, like the Gibeonites, offered themselves willingly, or by Consent given their Ear to the Door-post [de Israel], but are made such by Force [...]”
(SANDIFORD, 1729, pp.9-10)

“For aught is known, their Wars [dos africanos] are much such as were between *Jacob's Sons* and their Brother *Joseph* [José foi vendido como escravo pelo seus irmãos]. If they be between Town and Town; Provincial or National: Every War is upon one side Unjust. An Unlawful War can't make lawful Captives. And by Receiving, we are in danger to promote, and partake in their Barbarous Cruelties. I am sure, if some Gentlemen should go down to the *Brewsters* to take the Air, and Fish: And a stronger Party from *Hull* should surprise them[...] they would think themselves unjustly dealt with; both by Sellers and Buyers. And yet 'tis to be feared, we have no other kind of Title to our Nigers. *Therefore*

all things whatsoever ye would that Men should do to you, do ye even so to them: for this is the Law and the Prophets. Matt. 7. 12.” (LAY, 1737, pp.206-207)

A semelhança no debate de Sandiford e Lay não é devido a mera coincidência, os *quakers* antiescravistas mantinham contato sempre que possível e, nos casos em que existia uma longa diferença geracional, não é incomum encontrar escritos com citações e menções aos Amigos do passado que também haviam se deleitado sobre o tema. O próprio Benjamin Lay menciona Sandiford em seu livro, “Many worthy Men have borne Testimony against this foul Sin, Slave-keeping, by Word and Writing; some of which I have noted elsewhere; but especially *Ralph Sandiford*, amongst many others, has writ excellently well, against that filthy Sin.” (LAY, 1737, p.18).

John Woolman, por sua vez, evitou o ataque direto à escravidão e aos senhores de escravos, ele optou por argumentar que a Sociedade dos Amigos deveria apenas se realinhar com sua teologia e repensar o tráfico e o cativo. Nos momentos em que Woolman comenta abertamente sobre a escravidão, não existe qualquer condenação aos Amigos escravistas. O teor comedido e o fato de Woolman ter aguardado sete anos para a publicação de seu tratado deixa explícito que, de fato, a questão não era tão urgente para ele quanto para seus colegas Sandiford e Lay (SODERLUND, 1985, pp.26-27).

“There are various Circumstances amongst them that keep Negroes, and different Way by which they fall under their Care; and, I doubt not, there are many well disposed Persons amongst them who desire rather to manage wisely and justly in this difficult Matter, than to make Gain of it. But the general Disadvantage which these poor Africans lie under in a enlight’ned Christian Country, having often fill’d me with real Sadness, and been like undigested Matter of my Mind, I now think it my duty, through Divine Aid, to offer some Thoughts thereon to the Consideration of others.” (WOOLMAN, 1976, p.10)

Para compreender o pensamento de homens como Lay, Woolman e Sandiford é necessário retornar aos grupos sectários não contemporâneos da escravidão moderna. A discussão sobre o dogma do pecado original já estava em debate em seitas protestantes anteriores à criação da Sociedade dos Amigos. Ao acreditarem em Deus como uma força revolucionária, esses grupos colocaram em questão o ideal de servidão eterna ao pecado (AZEVEDO, 2003, pp.35-58; DAVIS, 2001, pp.327-370).

As religiões sectárias negavam, geralmente, os sacramentos e liturgias do cristianismo tradicional, prevalecia, então, uma nova maneira de enxergar a história em que a humanidade caminhava rumo à perfeição. É perceptível que as noções posteriormente utilizadas pela Ilustração já estavam em cena (DAVIS, 2001, pp.364-370), afinal, essa transformação da maneira de imaginar a história por parte dos sectários radicais teve por consequência uma ideologia em que o homem estaria caminhando de uma era de servidão ao pecado para, futuramente, ser emancipado e governado pelo Espírito Santo.

A inversão de valores não era apenas na maneira de dispor o tempo, para tais seitas o pecado não era onipresente na natureza humana, e sim centralizado em um único indivíduo ou instituição soberana. Por conseguinte, os vícios dos homens seriam eliminados quando os males externos fossem extintos, ou no momento que sectários se retirassem da sociedade pecadora e vivessem isolados à base da fraternidade - tudo em prol da purificação moral (DAVIS, 2001, pp.327-370).

A intenção dessa breve digressão é que a Sociedade dos Amigos, descendentes diretos ou indiretos desses sectários, de fato herdaram costumes e crenças de seitas contemporâneas e das que os antecederam. George Fox, por exemplo, converteu grupos inteiros para o quakerismo – os *seekers*, religião sectária protestante do século XVII na Inglaterra, já possuíam seus próprios ideais e erudição bíblica quando foram todos convertidos para a Sociedade dos Amigos. Hostilidade às instituições externas, negação dos sacramentos e da predestinação, pacifismo e caminhada à emancipação dos pecados eram todos ideais das tradições sectárias e estavam presentes nos princípios *quakers* desde seu nascimento (DAVIS, 2001, pp.327-370; SODERLUND, 1985, p.5)

Às crenças dos *quakers* foi acrescentado mais um ponto essencial para que eles questionassem a escravidão moderna. O sistematizador da teologia da Sociedade dos Amigos, Robert Barclay, colocou o testemunho individual com o Espírito Santo acima da Bíblia e das leis externas – isso explica o fato das reuniões dos *quakers* serem realizadas em silêncio, sem mediação necessária entre o indivíduo e o Divino – e, desse modo, uma vez que o contato pessoal com as preces era primordial, todo o restante podia ser mais facilmente colocado em segundo plano e observado por outra perspectiva (DAVIS, 2001, pp.327-370). Até mesmo os escritos de Sandiford resumem essas características,

“For before Friends were a People, many of them were valiant Men with the Sword, for which they were had in great Esteem amongst Men, because thereby they sought the Nation's Deliverance from the Oppression of Priests, Physicians and Lawyers [...] And when our Friend *George Fox* was called forth by the Lord to minister, not in the Wisdom of Man, for in that he was unlearned, but in the Openings of Truth, which manifested to him wherein all these were out of the Way [...]” (SANDIFORD, 1729, n.p.)

Em conjunto, esses aspectos contribuíram para que homens como Benjamin Lay, John Woolman e Ralph Sandiford atribuíssem, durante a primeira metade dos Setecentos, uma nova perspectiva relacionada ao tráfico atlântico de escravos e ao cativoiro. A concepção de um progresso gradual até a perfeição inverteu o dogma do pecado e possibilitou que o comércio mais lucrativo da Inglaterra fosse posto em xeque (DRAKE, 1965, p.22); de acordo com David Brion Davis os ideais iluministas e evangélicos aparentam não divergir quando o tema em debate é o progresso natural da história (DAVIS, 2001, pp.364-370).

Considerações finais

É possível afirmar que os *quakers* não possuíam apenas a peculiaridade de sua teologia sectária

protestante, mas também do contexto da América Inglesa. Para Célia Maria Marinho de Azevedo, mesmo que a escravidão moderna tenha semelhanças entre os Estados Unidos e o Brasil – uma elite enraizada, números substanciais de escravos e a proposta de uma implantação gradual do trabalho imigrante (AZEVEDO, 2003, p.28) – os ideais antiescravistas da América Portuguesa foram construídos majoritariamente por meio de preceitos iluministas e secularizados, enquanto da América Inglesa era baseada em sua maior parte em preceitos cristãos.

De um lado, por mais que os ideais do Iluminismo tenham sido contemplados em diversos países, havia a preocupação do trabalho cativo comprometer os valores espirituais e infringir a lei divina (AZEVEDO, 2003, p.47-50). De outro, prevalecia o medo das revoltas, do desequilíbrio social e político, em conjunto com o enfoque nos direitos naturais de todos os seres humanos. A preocupação dos *quakers* com o tráfico e a escravidão moderna era relacionada à salvação da própria alma e da alma dos demais membros da Sociedade dos Amigos, e não com africano e seus descendentes em si.

Os métodos de Benjamin Lay e Ralph Sandiford, por mais que tenham sido reverenciados por futuros abolicionistas do século XIX (REDIKER, 2017, p.216), não conseguiram convencer a Sociedade dos Amigos. Os primeiros sinais de que as Reuniões Anuais mudariam o rumo em relação ao cativo foi após a aprovação do ensaio de John Woolman em 1754; a reunião seguinte à publicação do ensaio resultou na impressão de um trato antiescravista dos *quakers* como um todo. A Reunião Anual da Filadélfia publicava, então, *An Epistle of Caution and Advice, Concerning the Buying and Keeping of Slaves* (1754), que tratava a questão do tráfico e do cativo de africanos e descendentes como práticas que iam contra o cristianismo (SODERLUND, 1985, p.27).

“Yet, as we have with Sorrow to observe, that their Number is of late increased amongst us; we have thought proper to make our Advice and Judgment more public, that none may plead Ignorance of our Principles therein; and also, again, earnestly to exhort all to avoid, in any Manner encouraging that Practice of making *Slaves* of our Fellow Creatures.” (PHILADELPHIA YEARLY MEETING, 1754, p.2)

“[...] dear *Friends*, you who by Inheritance have *Slaves* born in your Families, we beseech you to consider them as Souls committed to your Trust, whom the LORD will require at your Hand, and who as well as you are made Partakers of the Spirit of Grace, and called to be Heirs of Salvation, and let it be your constant Care, to watch over them for Good, instructing them in the Fear of GOD, and the Knowledge of the Gospel of CHRIST, that they may answer the End of their Creation, and GOD be glorified and honoured by them, as well as by us, and so train them up, that if you should come to behold their unhappy Situation, in the same Light that many worthy Men who are at rest have done, and many of your Brethren now do; and should think it your Duty to set them free, they may be the more capable to make a proper use of their Liberty.” (PHILADELPHIA YEARLY MEETING, 1754, p.7)

Os *quakers* não foram os pioneiros ao debaterem o tema da escravidão, mas trouxeram uma parcela de inovação aos argumentos que vinham sendo construídos há dois séculos ao redor do mundo. Os motivos para tal inovação variam na historiografia, Sydney V. James (2014) aponta que a elite da Filadélfia vivenciou uma crise de identidade com a perda de poder político em 1756 e, por consequência, encontrou na filantropia e na oposição à escravidão uma forma de manter certa influência.

David Brion Davis (2001) também vê o antiescravismo dos Amigos como uma consequência da crise da década de 1750 e, em uma obra diferente (1999), Davis defende que havia uma crescente aceitação do ideal de liberdade como um direito básico de todos os seres humanos. Enquanto isso, Gary B. Nash (1993), por meio de uma abordagem econômica, comenta que um aumento na taxa do tráfico de africanos durante a Guerra dos Sete Anos resultou em uma parcela de *quakers* cada vez mais conscientes da situação.

Contudo, todos esses aspectos – os efeitos psicológicos da Guerra dos Sete Anos, a teologia perfeccionista, o crescimento da importância de homens como John Woolman, a emergência dos ideais iluministas e o aumento significativo de cativos no Novo Mundo – possibilitaram que os *quakers* do Delaware Valley se tornassem contrários à instituição da escravidão (SODERLUND, 1985, p.10). Aos poucos, os *quakers* encontrariam no tema da escravidão a oportunidade perfeita para encaixar sua fé no mundo colonial sem, ao mesmo tempo, questioná-la; o medo da condenação moral e os constantes conflitos do grupo com as instituições externas precisavam de uma causa que os alinhasse com o ambiente que estavam inseridos.

REFERÊNCIAS

Fontes

LAY, Benjamin. **All slave-keepers that keep the innocent in bondage**. Filadélfia: [s.n.], 1737. Disponível em: <<https://www.loc.gov/resource/rbc0001.2019franklin38906/?st=gallery>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

PHILADELPHIA YEARLY MEETING. **An Epistle of Caution and Advice, Concerning the Buying and Keeping of Slaves**. Filadélfia: Religious Society of Friends, 1754. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/e/evans/NO5675.0001.001/1:2?rgn=div1;view=fulltext>>. Acesso em: 02 de junho de 2023.

SANDIFORD, Ralph. **A Brief Examination of the Practice of the Times**. Filadélfia: [s.n.], 1729. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/e/evans/n02709.0001.001?rgn=main;view=fulltext>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

GREAT BRITAIN. **The assiento or contract for allowing to the subjects of Great Britain the liberty of importing negroes into the Spanish America**. London: printed by John Baskett, 1713. Acesso em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/12acd250-fc20-0138-6240-0242ac110003#/?uuid=7e0de820-3253-0139-1f0a-0242ac110003>. Acesso em: 07 jun. 2023.

WOOLMAN, John. **Some Considerations on the Keeping of Negroes (1754)**. Reprinted of the

1970 ed. New York: Grossman Publishers, 1976. Disponível em: <<https://archive.org/details/someconsideratio0000wool/page/n7/mode/2up?q=benjamin+lay&view=theater>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

Bibliografias

AZEVEDO, C.M.M. **Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)**. 1 Ed. São Paulo: Annablume, 2003.

DAVIS, David Brion. **O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAVIS, David Brion. **The Problem of Slavery in the Age of Revolution (1770-1823)**. 2 Ed. New York: Oxford University Press, 1999.

DRAKE, Thomas E. **Quakers and Slavery in America**. New Haven: Yale University Press, 1965.

DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. 1 Ed. Tradução de Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

JAMES, Sydney V. **A People Among Peoples: Quaker Benevolence in Eighteenth-Century America**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

NASH, Gary B. **Quakers and politics: Pennsylvania, 1681-1726**. 2 Ed. Boston: Northeastern University Press, 1993.

REDIKER, Marcus. The Fearless Benjamin Lay: **The Quaker Dwarf Who Became the First Revolutionary Abolitionist**. 1 Ed. Boston: Beacon Press, 2017.

RYERSON, Richard A. "Portrait of a Colonial Oligarchy: The Quaker Elite in the Pennsylvania Assembly, 1729-1776". In: DANIELS, Bruce C. **Power and Status: officeholding in Colonial America**. 1 Ed. Connecticut: Wesleyan University Press, 1986.

SODERLUND, Jean R. **Quakers and Slavery: a divided spirit**. Princeton: Princeton University Press, 1985

TULLY, Alan. Quaker Party and Proprietary Policies: "The Dynamics of Politics in Pre-Revolutionary Pennsylvania, 1730-1775". In: DANIELS, Bruce C. **Power and Status: officeholding in Colonial America**. 1 Ed. Connecticut: Wesleyan University Press, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. "Ideologia & escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial". In: **Coleção História Brasileira**, v.8. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. **Linha de Fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)**. 1 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

Mulheres (in)civilizadas em um periódico no interior da Amazônia paraense (Vigia/1878-1879)

Luciana Cardoso Castro
Universidade do Estado do Pará – UEPA
Email: cardosoluciana05082014@gmail.com

Samuel Brito Monteiro
Universidade do Estado do Pará – UEPA
Email:britosamuel365@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar três casos de mulheres que foram publicados pelo jornal *O Espelho*, na cidade de Vigia - PA, entre os idos de 1878 a 1879. A saber, trataremos da repercussão das histórias de uma mulher que se vestia com trajes masculinos, de uma escravizada que lecionava e das cartas atípicas de uma leitora do referido periódico. O ponto em comum entre as três situações está na visibilidade que os articulistas concederam a cada uma delas, reverberando de maneiras distintas em cada caso. Com isso, a relevância em analisar esses acontecimentos está na possibilidade de perceber as relações de poder e de gênero em uma sociedade amazônica no final do século XIX, ao mesmo tempo, em que nos permite compreender as representações que os escritores criaram e publicaram em um jornal com ânsia de civilização.

Palavras-chave: Mulheres. Civilização. Amazônia. Jornal.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar três casos de mulheres que foram publicados pelo jornal *O Espelho*, na cidade de Vigia, entre os idos de 1878 a 1879. Antônia, Custódio, Euzébia e Gervásia da Purificação do Coração de Jesus são os nomes das personagens que protagonizam este artigo. A primeira, conhecida como a mulher-homem de Portugal, causou certa comoção quando da descoberta de seu gênero, relatada tanto na imprensa portuguesa quanto nas de aquém-mar, como em Belém e Vigia. Já Euzébia, foi uma mulher negra escravizada que surgiu nas páginas do *O Espelho* por incomodar a elite local com as aulas que ministrava no Arapiranga (então segundo distrito da cidade), sendo a denúncia de suas ações postadas na folha. E Gervásia, por sua vez, foi apresentada aos leitores do periódico quando sua carta – na qual pedia por igualdade nas críticas feitas pelos redatores às mulheres – foi publicada.

Além de apresentar as personagens que compõem este artigo, é necessário discorrer brevemente sobre o periódico em que foram publicados os referidos casos. *O Espelho* foi inaugurado no dia 01 de setembro de 1878, domingo, tendo sua circulação encerrada dez meses depois, no dia 06

de julho de 1879, em seu 39º número. De carácter efêmero, teve como diretores Manoel Epaminondas de Vasconcellos Palheta e Augusto Ramos Pinheiro.

A linguagem do jornal em questão também merece destaque, posto que ela carrega grande importância na forma como os casos foram levados a público. Essa linguagem se caracteriza, principalmente, por um discurso direto, crítico, ácido e, muitas vezes, repleto de ironia, o que, de saída, torna esse empreendimento literário muito interessante de ser analisado nessa conjuntura. Em suas próprias palavras, na primeira página do número de estreia, lemos que “o «Espelho» vem, com efeito, exercer a crítica; mas crítica justa e sensata, mesmo porque os seus redatores sabem que «quem boa cama fizer, nela se há de deitar.»” (O Espelho, 1878, n. 1, p. 1). Essa afirmação depreende que os diretores do periódico tinham uma diretriz, um projeto para a cidade, que envolvia tanto o jornal como espaço de produção literária para os jovens, quanto também de apontamento crítico dos comportamentos e hábitos considerados inadequados.

Nessa seara, *O Espelho* procurava criticar a sociedade vigiense, almejando um padrão a ser alcançado, padrão este “baseado em valores morais, sociais e cristãos” (Araújo, 2011, p. 81). Sua função seria a de ser, como o descrevem seus próprios idealizadores, um espelho da moralidade posto em frente a sociedade vigiense, que faria com que esta observasse suas ações e, a partir disso, procurasse corrigir seus atos (O Espelho, 1878, n. 1, p. 1). Numa Vigia onde os ideais de civilização e progresso se faziam presentes, *O Espelho* se mostrava como um difusor destes.

Por esse e por outros motivos, percebe-se n'*O Espelho*, em grande medida, um estilo panfletário muito particular dos redatores do início do XIX, que combinava algumas características retóricas como a “[...] capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo, densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar [...] uma visão de mundo geral e definida” (Morel, 2012). É nessa tônica que os redatores desse periódico, majoritariamente, vão empreender seus textos, expor suas opiniões e agir no espaço público dentro dos mais diversos temas.

Um número considerável de trabalhos acadêmicos já realizou estudos sobre o jornal *O Espelho*, com o intuito de demonstrar seu surgimento, suas características, seus objetivos, entre outras especificidades (Soeiro, 2010; Araújo, 2011; Oliveira, 2019). O que pretendemos neste artigo é avançar nas discussões sobre este periódico vigiense, mostrando como um recorte de gênero, que enfatiza as experiências e representações das referidas personagens, nos permite refletir sobre as ideias de civilização e progresso que circulavam na cidade, especialmente as veiculadas por este jornal.

Mulheres (in)civilizadas: entre a norma e a subversão dos comportamentos

Inicialmente, dirigimos nossa atenção para a notícia publicada no dia 27 de abril de 1879, na seção *Cousas e Lousas* da edição de nº 30 do jornal, assinada pelo pseudônimo *O Triqui-liqui*, que anuncia uma novidade: *a história da mulher-homem*. A publicação trazia à tona o caso de uma mulher que, desde pequena, se utilizava de trajés masculinos. Sua *metamorfose* se operava, segundo a folha, no intuito de que esta não fosse importunada pelos homens que *continuamente atentavam contra o*

pudor das mulheres.

A partir da folha, pouco sabemos sobre ela: seu nome ou sua idade, por exemplo, não são citados na notícia. Percebemos pelo relato, entretanto, não apenas o seu objetivo de esquivar-se de tais homens, mas que esta mulher também acabou por se tornar *caixeiro* de um estabelecimento comercial em Porto, onde sua história e experiência passariam despercebidas caso ela não fosse presa por se defender de um *atrevido*, tornando-se, a partir disso, notícia e sendo tratada com estranheza, tanto por conta de sua forma de se vestir, quanto também por sua acusação aos homens. Este último ponto nos chama atenção por um detalhe que podemos perceber a partir da análise da fonte que noticiou o seguinte:

A novidade principal destes últimos tempos é a história da mulher-homem.

— Mas como é isso? Então a sujeita é mesmo fêmea, ou é macho?

— E' fêmea sim; mas desde criança vestio-se de homem, e assim passou a servir de caixeiro de um estabelecimento comercial, no Porto, até que sendo presa ultimamente, por ter esmurrado a um atrevido, descobri-o a «historiada» (Com licença do tio Béco).

Interrogada a heroína portoense, declarou que resolveu usar dessa metamorfose com receio dos srs. «homens» que continuamente atentavam contra o pudor das mulheres.

Olhem que conceito fazia a sujeita da gente de calça!... (O Espelho, 1879, n. 30, p. 4).

O detalhe que nos chamou atenção foi a surpresa do articulista, não com o fato dela ter sido importunada por homens durante sua vida, necessitando optar pela estratégia de trajar-se de roupas masculinas, mas sim pela acusação e pela forma tal qual a moça se referia *as gentes de calças*, ou seja, aos homens. Essa narrativa, segundo nossos estudos, parece desvalorizar e tornar irrelevante o discurso e a atitude da então mulher, tirando o foco desta, para levá-lo ao homem.

Outro ponto que podemos levantar seria a forma como ela foi representada na notícia desse número, a partir das palavras que o escritor utilizou para veicular a informação. No escrito, encontramos palavras como *macho* e *fêmea*, que são utilizadas de maneira irônica para se referir à mulher, com o objetivo de desumanizá-la, trazendo um sentido animalesco à situação. Dessa forma, quando, no diálogo, se questiona o seu gênero, percebe-se uma curiosidade, mesmo que de maneira sarcástica, em compreender o que seria essa pessoa. Os termos *sujeita* (no feminino) e *heroína*, parecem concorrer para esse mesmo objetivo de satirização.

Uma análise mais minuciosa da fonte, em consonância com a bibliografia, nos permitiu inferir que *O Espelho* estivesse se referindo a Antonia Custódia das Neves (ou Antonio Custódio das Neves), mulher portuguesa, nascida em Granja do Tedo e criada pelos pais como um menino. Segundo Maria Lucilena Tavares (2017), a notícia da *mulher-homem* percorreu por todo Portugal e foi um escândalo. Quando chegou na província paraense, a recepção do fato não foi menos comentada, uma vez que, os jornais da capital noticiaram o ocorrido em Portugal um mês após a sua publicação no *Jornal do Porto*,

além de que na província ocorreu também a venda das fotos de Antonia Custódia.

Coincidência ou não, no mesmo dia em que a notícia foi publicada no jornal *Diário de Belém*, em 13 de abril de 1879, esta também foi publicada pelo *O Espelho*, evidenciando uma rápida circulação das notícias entre a capital e o interior da província. Nosso intuito, neste caso, não é o de atingir a “verdade” acerca do caso, visto que ele é bastante controverso e possui diversas versões.⁵⁰ O que nos cabe aqui é analisar e compreender as representações que os redatores vigienses criaram em torno da notícia da mulher-homem de Portugal.

Com intuito de apreender sobre o significado da mulher-homem para a sociedade vigiense, a quem *O Espelho* dirigiu tal notícia, podemos traçar um paralelo entre esta e as análises de Caulfield (1993) acerca do semanário carioca *Vida Policial (1925-1927)*, onde a autora apresenta três notícias que denominavam suas protagonistas (Jandyra, Arminda e Genoveva) enquanto “mulher-homem”. A autora afirma que idealizadores da folha objetivaram identificar tais pessoas inserindo-as em categorias objetivas de “mulher” ou “homem”. Entretanto, “para a frustração daqueles que, como os escritores do *Vida Policial*, tentam identificar tipos individuais colocando-os em categorias objetivas e racionais de ‘mulheres’ ou ‘homens’, as fronteiras de gênero estão em um estado de fluxo constante” (Caulfield, 1993, p. 170, tradução nossa).

Dessa maneira, apesar de ambos os periódicos terem surgido em momentos distintos, *O Espelho*, tal qual o *Vida Policial*, intentou inserir as experiências destes indivíduos nas categorias explicitadas acima. Além disso, Caulfield afirma que “as mulheres e os homens individualmente desempenham papéis múltiplos e muitas vezes contraditórios e incoerentes à medida que se reformulam continuamente em resposta a diferentes *demandas e interesses*” (Caulfield, 1993, p. 170, grifo nosso, tradução nossa). Ou seja, os papéis de gênero não são fixos, mas mudam conforme a necessidade do indivíduo. Tal questão se torna perceptível quando notamos que a atitude da mulher-homem noticiada pelo *O Espelho* culmina na sua necessidade de não ser importunada pelos homens.

Em uma sociedade onde os papéis pareciam fixos, dando muito mais liberdades para o gênero masculino, a mulher-homem noticiada no *O Espelho*, a partir de nossas análises, encontrou em sua *metamorfose* não apenas uma maneira de não ser incomodada pelos homens, mas também encontrou nela uma forma de gozar das regalias que o sexo masculino oportunizava. Assim, Jandyra e Arminda – bem como Antonia Custódia –, não escaparam de serem “[...] ridicularizadas e humilhadas por aspirarem às liberdades masculinas” (Caulfield, 1993, p. 174, tradução nossa).

À vista disso, analisando o jornal não apenas enquanto um local de simples publicização, mas como um espaço que propaga os desejos e ideais almejados por um grupo específico, pensemos esta publicação, não como uma simples notícia referente a uma causalidade incomum ocorrida no cotidiano vigiense oitocentista, mas como um mecanismo, uma estratégia para se propagar o ideal moralizante.

⁵⁰ Percebemos, pelo menos, três versões da história de Antônia Custódia: a primeira se refere a publicação do *O Espelho* que relata que ela foi descoberta a partir da agressão a um homem; a segunda referente a tese de Maria Lucilena Tavares onde está afirma que Antonia Custódia, desde a infância, foi criada como menino por seus pais, além de ter se relacionado com Rosa dos Prazeres Carvalho; e a terceira versão é do memorialista português Germano Silva (2018), que afirma que Antonia Custódia foi descoberta após o interrogatório feito pelo chefe da polícia do Porto José Ribeiro dos Santos, onde os traços finos de seu rosto e seu modo gentil não passou despercebido pela polícia.

Dessa forma, se utilizando do caso da *mulher-homem* e a partir de seu objetivo enquanto jornal *crítico e noticioso*, *O Espelho* refletiria, a todos os cantos, “[...] mostrando ao vivo os jeitos e trejeitos que cada um fizer, a boa, ou má ação que praticar, [...] [incitando-os] a corrigir-se...” (O Espelho, 1878, n. 1, p. 1).

No tocante à questão da civilização, o caso da *mulher-homem* se mostra interessante de ser analisado, além de tudo que já foi mencionado, por conta da transgressão da nossa personagem com relação às roupas que ela trajava. Em uma Vigia onde existiam vestimentas para cada momento e cada gênero⁵¹, o fato dela se utilizar de uma roupa destinada aos homens gera estranheza e confusão, pois na mentalidade da época tal ato iria à contramão dos costumes e comportamentos considerados civilizados.

Na dissertação de João Arnaldo Machado Gomes (2017), que aborda o papel da imprensa no cotidiano dos moradores da cidade de Belém na passagem do século XIX para o XX, aponta-se que tal imprensa se encontra entre dois mundos: o mundo dos “produtores” (que buscavam desenvolver uma cidade ideal, leia-se elite) e o dos “usuários” (pessoas comuns, das classes menos favorecidas da sociedade). Segundo o autor, ao mesmo tempo, em que a imprensa dialogava com o discurso de modernização e civilização propagandeados pela alta classe e pelo Estado, a partir da condenação dos costumes e comportamentos populares considerados bárbaros, também daria espaço para estes denunciarem as injustiças cometidas pelos primeiros.

Assim sendo, no caso da mulher que se trajava de vestes masculinas, o jornal advoga pelo lado dos “produtores”, na medida em que se utiliza indiretamente deste caso como um exemplo de algo fora da norma, estranho aos hábitos civilizados. Suas queixas, nesse sentido, se tornam secundárias, vindo seu comportamento dissonante tomar a dianteira. Ainda no sentido de ações e comportamentos considerados incivilizados, tomemos o exemplo da escravizada Euzébia, que no dia 08 de dezembro de 1878 também figurou nas páginas d'*O Espelho*.

A então publicação se encontra na seção *Um pouco de tudo*, configurando-se enquanto um ofício que o Delegado literário encaminhou ao Tenente Pedro José Pereira a partir de uma denúncia feita pelo *O Espelho* acerca da escravizada Euzébia, que lecionava sem a qualificação necessária à época:

Louvamos assas a prometidão com que o mesmo Delegado atendeu aos reclamos da imprensa. Fez muito bem.

Um periódico não se avalia pelo tamanho; mas pela circunspecção e justiça com que é escrito.

Bem pequeno era David; porem matou Golias.

Eis o ofício:

"Delegacia literária da Cidade da Vigia, 29 de novembro de 1878. – Item. Sr. –

⁵¹ O texto escrito por Gervásia da Purificação do Coração de Jesus, publicado no *O Espelho* no dia 29 de setembro de 1878, apresenta alguns hábitos com relação às vestimentas utilizadas na Vigia oitocentista, como paletós compridos brancos, paletós de talhes esquisitos e frackes com talhes de casacas. Cf. O ESPELHO, 1878, n. 5, p. 4.

Tendo o periódico crítico, literário e noticioso, denominado – O Espelho, que se publica nesta cidade, chamado a atenção desta delegacia literária para o escandaloso facto de estar a escrava Euzébia, da propriedade de VS, ensinando meninas no lugar denominado Arapiranga, segundo distrito desta cidade, e tendo me dirigido a essa localidade e sabido de fonte insuspeita ser certo que a dita escrava lecciona a dous meninos e uma menina nos quais até aplica castigos severos; faço responsável a VS. pela continuação de tão inqualificável abuso. VS., homem bem-intencionado, como o considero, não ignora que o governo muito se empenha no intuito de difundir a luz benéfica da instrução primaria por todas as classes da nossa população, e para este grandioso fim tem estabelecido nesta cidade quatro escolas, a testa da qual a juventude encontra mestres que por sua dedicação ao magistério, e pela probidade e inteligencia com que se recomendam à sociedade, nada mais deixam a desejar (O Espelho, 1878, n. 14, p. 2).

A documentação, nos, evidencia que Euzébia lecionava no segundo distrito da cidade chamado Arapiranga, ensinando dois meninos e uma menina. Em uma publicação d’*O Espelho*, anterior à supracitada, *O Mizericordia-tnúm* (pseudônimo) adverte sobre a prática de Euzébia, questionando aos leitores se o Delegado literário tem conhecimento acerca do caso. Nessa nota, o articulista relata que nossa personagem “[...] abri-o uma escola no Arapiranga, onde ensina principalmente a cantar ladainhas e a dedicação dos escravos aos seus respectivos senhores” (O Espelho, 1878, n. 11, p. 4). Vale ressaltar o caráter de denúncia com que o articulista escreve a notícia, visto que, para ele, Euzébia, segundo podemos inferir, não estava apta a exercer a função de lecionar, além de mostrar uma insatisfação com o fato de escravizados estarem sendo instruídos.

Para a sociedade da época, *difundir a luz benéfica da instrução primária* era de grande relevância, visto que o governo se empenhava bastante nesta finalidade. Isso fica explícito pela quantidade de escolas neste período (quatro) e pela exaltação que se faz aos jovens instruídos da época, pois estes estariam de fato hábeis para aquele objetivo. A dedicação aos estudos, honestidade e inteligência eram as características dessa dedicada juventude vigiense que, para a sociedade da época, correspondia exatamente aquilo que se esperava enquanto algo civilizado.

A escravizada Euzébia, neste sentido, subvertia o cotidiano da cidade de Vigia; suas ações e reações iriam contra as normas vigentes na época, por ser uma mulher negra cativa que exercia a função de educadora. Tal situação se evidencia a partir do que destaca Nepomuceno (2012) que afirma que durante o império, havia no Brasil uma mentalidade de que a população negra era vista como possuidora de um “caráter degenerado”. A autora destaca ainda diversas expressões que eram comuns aparecerem nas páginas dos jornais como “alienado”, “bêbado”, “imoral”, entre outras, que procuravam difundir uma imagem negativa dessas populações, especialmente a partir da proximidade da abolição. Com isso, os jornais procuravam “alertar” a elite branca, bem como a sociedade no geral, acerca de um suposto malefício advindo da existência e participação das populações negras em sociedade.

Isso fica evidente no decorrer do ofício publicado, onde o Delegado literário discorre acerca de sua preocupação em deixar a educação das crianças nas mãos de uma pessoa que, segundo o pensamento da época, não era qualificada. Todas essas imagens negativas, são evidenciadas quando o Delegado diz:

Ora, desde que já podemos contar, em prol da instrução pública, com tão importantes vantagens, seria um crime de lesa-civilização tolerar-se que uma escrava, talvez até de maus costumes, esteja dentro do perímetro da cidade exercendo indevidamente o magistério, no qual em vez de instruir a essas desventuradas criancinhas, cujos pais tão mal cuidam de sua educação, as esteja embrutecendo e inoculando-lhes o veneno dos maus hábitos.

Esta Delegacia literária espera do patriotismo e boas intenções de VS. a coabitação de tão grande mal; assim como espera lhe acuse o recebimento deste ofício – Deus Guarde a VS. – Illm. Sr. Tenente Pedro José Pereira – Assinado – O Delegado literário – Francisco de Moura Palha.” (O Espelho, 1878, n. 14, p. 2).

O caso de Euzébia é ilustrativo, pois nos permite perceber a participação de uma mulher negra em uma sociedade escravocrata, ao mesmo tempo, em que permite compreender as representações que os articulistas, porta vozes de um projeto civilizatório, elaboravam sobre as práticas dessas e de outras mulheres, traduzindo sua mentalidade e seus ideais que não permitiam a participação ativa de uma mulher escravizada em uma atividade considerada ilustre.

Outro ponto que nos chama a atenção é a afirmativa do escritor de ser um crime de *lesa-civilização* deixar que Euzébia exerça o magistério *dentro do perímetro da cidade*. Ao que tudo indica, esse referido espaço, lugar idealizado pelos grupos dominantes enquanto civilizado, não se configurava apropriado para uma escravizada lecionar. A historiografia acerca da organização, idealização e transformação da cidade durante o final do século XIX já enfatizou com bastante robustez o papel das cidades nos projetos civilizatórios e modernizantes do período que se convencionou chamar de *belle-époque* (Sarges, 2010; Campos, 2008).

Edínea Mascarenhas Dias (2019) foi pioneira ao analisar, através de um outro olhar, a Manaus do “fausto”, ou seja, a capital que se desenvolveu a partir da exploração do látex. O que o seu trabalho trouxe de novidade foi sua sensibilidade em perceber que esse dito “fausto” não contemplou a todos os habitantes, pelo contrário, gerou pressão, exclusão e separação aos grupos que não faziam parte do projeto político da elite local. “Numa cidade de ‘fausto’, a pobreza, a doença, a vagabundagem agredia e [...] ameaçavam a ordem e a harmonia da cidade que se projetava na representação burguesa, como limpa, ordeira e sem problemas” (Dias, 2019, p. 96).

A cidade de Vigia não passou por grandes transformações urbanísticas em fins do século XIX, as quais possamos chamar de *belle-époque*. Entretanto, as análises do *O Espelho* nos mostram a gana por uma cidade civilizada, principalmente a partir dos comportamentos. À luz da reflexão de Dias sobre

a Manaus dos excluídos, percebemos a figura de Euzébia como uma personagem que não fazia parte do projeto civilizatório pretendido na cidade de Vigia. Somamos a essa equação questões referentes a raça, classe e gênero. Além desses, seu ofício de professora, à revelia de seus denunciante, nos revela sua agência histórica enquanto mulher negra em uma sociedade escravocrata.

Como já foi discutido, a instrução era um tema importante em uma sociedade que almejava um padrão de civilização europeu. A publicação acerca do caso de Euzébia explicita-nos algumas questões quanto a isso e nos mostra uma mulher negra no papel de professora. Dessa forma, podemos levantar um questionamento: a que passos estava a instrução da mulher no final do século XIX?

Saffioti (1976) nos oferece um panorama da agitação de ideias a respeito das necessidades de instrução feminina nos dois decênios anteriores à proclamação da república no Brasil. Esclarecendo as particularidades de cada corrente de pensamento, a autora destaca quatro vertentes: o pensamento conservador (Igreja Católica), que procurava manter a mulher no âmbito doméstico; o liberalismo clássico, que defendia a preparação da mulher para os papéis de esposa e mãe; o liberalismo cientificista, que levou os debates do liberalismo clássico a um patamar superior; e o positivismo, que, por sua vez, propagou que a educação da mulher e do homem deveriam ser distintas, objetivando não a autonomia da mulher em sociedade, mas sim sua condição de dependência ao homem, com sua instrução voltada para a educação dos filhos.

Este quadro geral, referente à instrução feminina, nos leva ao nosso terceiro e último caso deste artigo, pautado nas cartas de Gervásia da Purificação do Coração de Jesus, que foram publicadas em datas diferentes: 29 de setembro e 06 de outubro de 1878 e 06 de abril de 1879. Apesar de não termos informações para além de seu nome, suas publicações evidenciam suas ideias acerca do mundo e da sociedade daquele momento. Em sua primeira publicação no jornal *O Espelho*, datada de 29 de setembro de 1878, Gervásia questiona as críticas direcionadas ao sexo feminino publicadas em momentos anteriores, exclamando que estas também devem ser direcionadas aos homens, como podemos observar na carta abaixo:

HAJA IGUALDADE NAS CENSURAS

Senrs. Redatores. – Permitti que uma das mais obscuras leitoras do «Espelho» – venha também deixar refletir n'elle os seus mediócrees pensamentos.

Meu fito não é contestar as censuras que V. Sas. Tem feito as pessoas do meu sexo, não. Elas são justas, com quanto algum tanto exageradas.

O que desejo é pedir-lhes que sejam imparciaes, estigmatizando os vícios dos homens, da mesma forma que o fazem as faltas das mulheres. Ou V. Sas. Julgam que não é feio, por exemplo, um moço, todo vestido no rigor da moda, andar com um cigarro no canto da boca, muitas vezes a babar? . . .

Oh! É feio e muito feio,
Ver um moço de cigarro,
Que deixa o dente amarello

E a gengiva cheia de sarro.

E os que usam da «graphia»? . . .

Oh! Eu acho feio que um moço

Faça uso da «graphia». . .

Quando o vejo... tremo toda...

Credo! Cruz! Ave Maria! (O Espelho, 1878, n. 5, p. 4).

Assim, como podemos observar, as ideias de Gervásia nos permitem entrever o tom de algumas reações que os discursos dos articulistas propagaram na cidade de Vigia. Nota-se também que as críticas eram direcionadas, em grande parte das vezes, ao sexo feminino. Visto que, a partir de nossas análises, cabia à figura da mulher uma atenção diferenciada, que podemos depreender a partir das próprias críticas efetuadas pelos produtores do discurso. Para além disso, os reclames de Gervásia inauguram, especificamente no *O Espelho*, a presença dos escritos femininos.

No final do século XIX, a imprensa feminina já se estabelecia no Brasil, como, por exemplo, no Rio de Janeiro. Isso nos mostra como a mulher passou nesse momento a ocupar outros espaços para além do trabalho na esfera doméstica. Segundo Ferreira (2010), a imprensa feminina não se utilizava apenas da literatura e da moda para reivindicar a emancipação da mulher a partir de sua instrução. Antes, tal forma de imprensa

[...] reconhecia a função formadora da mulher, ampliava seu poder na esfera doméstica e enfatizava sua capacidade de intervenção moralizadora na sociedade, mas também projetava vozes que clamavam por mais do que sua atuação na esfera privada: denunciavam a discriminação sexual e reivindicavam o sufrágio feminino (Ferreira, 2010, p. 15).

As mudanças sociais que ocorreram nas últimas décadas oitocentistas refletem uma mudança no próprio conteúdo dos jornais, assim como na configuração dos sujeitos que participam desse processo, no caso a presença das mulheres em tais espaços. Dessa maneira, os escritos de Gervásia n' *O Espelho* não estão em desalinho com o que ocorria no restante do país e em outras partes do mundo. Sua contribuição à folha representa um momento ímpar na história da cidade, pois assinala uma retórica crítica que clama por igualdade nos discursos dos escritores.

As críticas de Gervásia, por outro lado, nascem conservadoras, na medida em que nascem dentro da lógica dos organizadores d' *O Espelho*. Seus pedidos para os escritores serem justos e estendam suas críticas também aos homens vigienses, relatando a feiura dos hábitos também ao sexo masculino, se mostram preciosas na historiografia sobre a mulher vigiense e sua trajetória na sociedade. Demarca não somente o *florescer* de uma escrita – se formos utilizar o termo cunhado por Oliveira (2019) –, mas também a imposição das ideias femininas no espaço público. Isso não se pode negar. Mesmo assim, se formos estender o debate, podemos refletir sobre o conteúdo das cartas de

Gervásia e os mecanismos envolvendo sua publicação.⁵²

Como já falamos anteriormente, os jornais não podem ser analisados como simplesmente um suporte material onde determinados conteúdos são publicados periodicamente; devem, antes de mais nada, serem interpretados como espaços que mesclam público e privado, interesses coletivos e particulares (Capelato, 1988, p. 18). Ao mesmo tempo, discorreremos sobre as particularidades d'O *Espelho*, os interesses e projetos de seus idealizadores. A partir disso, podemos compreender as vicissitudes das publicações de Gervásia.

Ainda a partir de um fragmento de sua primeira publicação n'O *Espelho*, podemos vislumbrar o posicionamento de Gervásia acerca do comportamento de homens e mulheres vigienses e como o jornal deveria agir para com eles:

Censurem, Snrs. Redatores, censurem, por exemplo, aquelas minhas colegas que vão à Igreja com os tas paletós cumpridos brancos, quando eles só servem para passeio, como dizem os entendidos; mas também censurem aqueles rapazes que usam paletós de talhes tão esquisitos que parecem polacas; assim como aqueles que usam fraks com talhes de casacas.

Se V. Sas. Permitirem, ainda voltaremos.

Gervasia da Purificação do Coração de Jesus (O *Espelho*, 1878, n. 5, p. 4).

Suas cartas, ao falarem dos maus hábitos e de que estes não são inadequados somente às mulheres, mas também aos homens, não “bagunçam” a ordem social desejada pelos redatores. Sua maneira de dirigir sua indignação perante às injustiças causadas ao sexo feminino, apesar de serem novidade naquele periódico e nos causar curiosidade até os dias de hoje, não vai totalmente na contramão do que pensavam os agentes da civilização em Vigia.

Gervásia se referiu em suas cartas principalmente a questões de ordem comportamental, como formas de se vestir, de ir à igreja e, em última instância, de como se portar e se mostrar em sociedade. Todos esses fatores, como vimos, já foram levantados pelos escritores deste jornal, criticando ou cumprimentando, dependendo do caso, questões relacionadas à civilidade. O que muda a partir do posicionamento de Gervásia é o propagador dessa ideologia, que passa a ser feminina. Mas seus discursos não procuram ir em contraponto ao que os articulistas pensam enquanto modelo ideal de sociedade, pelo contrário, concorrem para a efetivação progressiva de uma sociedade que não possa ser outra coisa além de civilizada, com a diferença de que nossa escritora propõe uma igualdade entre os sexos.

Podemos fazer um exercício rápido com algumas perguntas: seria Gervásia a única mulher em Vigia indignada com as imposições feitas ao sexo feminino? Será que outras mulheres, durante a

⁵² Há, ainda, a possibilidade de Gervásia ser um pseudônimo de um escritor masculino escrevendo sob a identidade de uma mulher, tanto pelo caso atípico e o conteúdo das cartas, que operam na mesma lógica do jornal, quanto também pelo próprio nome assinalado, de caráter incomum, que evoca símbolos e comportamentos religiosos (Purificação, Coração de Jesus). Entretanto, a ausência de fontes mais concretas anuvia a confirmação dessas possibilidades.

vigência deste jornal, não teriam também endereçado cartas aos seus diretores no intuito de reclamar de tais injustiças? Ou, um pouco mais concreto, se as críticas de Gervásia estivessem desalinhadas do que defendia o periódico, elas teriam sido publicadas? Algumas dessas perguntas, principalmente as duas primeiras, jamais poderemos saber as respostas. Entretanto, elas nos provocam a pensar algo que é imprescindível quando trabalhamos com os jornais: a faculdade dos editores dos jornais em permitir ou não determinado texto, ou assunto. Em outras palavras, são os diretores do jornal que escolhem aquilo que irão publicar ou censurar.

Nossa escritora recebeu um espaço generoso nas colunas d'*O Espelho*, inclusive, mais de uma vez. Suas palavras certamente causaram burburinhos de alguma espécie entre os homens, leitores ou organizadores desta folha. Sua presença não passou despercebida nem de seus olhos, nem dos nossos. Entretanto, seus escritos, mesmo sendo provocativos e inovadores para este contexto espaço-temporal, ainda assim operavam dentro da mesma lógica em que estava inserido o projeto de civilização dos escritores do jornal.

Tomemos como comparativo os casos da professora negra escravizada e da mulher que se vestia com trajes masculinos. Delas, através do *O Espelho*, sabemos menos ainda. O que chega até nós através das páginas da folha são as visões dos articulistas sobre elas, carregadas de escândalo e estranheza. As práticas dessas duas mulheres fugiam dos padrões formulados socialmente, por isso, delas quase nada sabemos. A elas não foram dedicados grandes espaços nas páginas, nem mesmo foi lhes dada a palavra – no caso de Antonia Custódia, os detalhes do caso foram reverberados por outros periódicos. Antes disso, suas existências e experiências são representadas nesse jornal ora sob o signo do exótico e do esdrúxulo, ora como casos a serem controlados pela polícia.

Considerações Finais

As argumentações engendradas neste texto deságuam na ideia de que a representação da mulher no jornal *O Espelho*, notadamente aquelas que tangiam as normas e comportamentos sociais, contribuía para a divulgação de um ideal de cidade civilizada almejada pelos redatores da folha para a Vigia oitocentista. Em outros termos, as personagens que tiveram suas ações recepcionadas por essa folha serviram como modelo para a sociedade local do que fazer e de como agir ou, ao contrário, do que não fazer e de como não agir, numa espécie de pedagogia que tinha como principal instrumento o jornal.

Gervásia, sendo mulher ou pseudônimo de um escritor masculino, representa o ordeiro, aquela que, apesar de fazer reclames aos modos como os escritores pesam suas críticas de maneira mais severa sobre as mulheres, faz coro junto destes quando o assunto é a censura dos modos considerados inadequados. Já Euzébia ou Antônia Custódia figuram como a outra face dentro do jogo civilizatório, representando aquilo que deve ser repellido, repreendido, criticado ou satirizado, no intuito de ser afastado e combatido da imagem pretensa de cidade civilizada.

A recepção da história de Antônia Custódia (de Portugal) ou de Euzébia (do Arapiranga) foi ponto importante para entrevermos as dinâmicas entre a norma social e a subversão dos comportamentos; entre as expectativas dos redatores e demais agentes sociais que pautavam o que era esperado de uma sociedade civilizada e as atitudes cotidianas que pouco se adequavam a essas expectativas. As experiências delas enriquecem nossas perspectivas acerca dos projetos civilizatórios pensados para a cidade, mostrando possibilidades de vivências às margens dos discursos oficiais e a despeito deles.

Torna-se evidente, por fim, que refletir sobre os discursos civilizatórios desta cidade amazônica envolve pensar sobre a exclusão de sujeitos sociais desse processo, ao mesmo tempo que constitui também uma reflexão sobre as relações de poder pautadas pelas relações de gênero. Nesse sentido, o pedido de Gervásia pela igualdade nas censuras denota as diferenças no que era esperado para os homens e para as mulheres, bem como as disputas existentes entre estes no que tange os comportamentos.

Fontes

O ESPELHO. "**Com licença!...**". Acervo da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto". Vigia, 01 de setembro de 1878, p. 01.

O ESPELHO. "**Haja igualdade nas censuras**". Acervo da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto". Vigia, 29 de setembro de 1878, p. 04.

O ESPELHO. "**A pedido**". Acervo da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto". Vigia, 17 de novembro de 1878, p. 04.

O ESPELHO. "**Um pouco de tudo**". Acervo da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto". Vigia, 08 de dezembro de 1878, p. 02.

O ESPELHO. "**Cousas e lousas**". Acervo da Sociedade Literária e Beneficente "Cinco de Agosto". Vigia, 27 de abril de 1879, p. 04.

Referências

ARAÚJO, Joseane Sousa. **Arquivos, bibliotecas e periódicos na Vigia oitocentista**. Dissertação (mestrado em letras) – Universidade Federal do Pará, Faculdade de Letras, Programa de pós-graduação em estudos literários, Belém, PA, 2011.

CAMPOS, Ipojucan Dias. **Repressão, higiene e disciplina na Belle-Époque belenense (1890 / 1900)**. In: Textos & debates. Boa vista: UFRR, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAULFIELD, Sueann. **Getting into trouble: dishonest women, modern girls and women-men in the**

conceptual language of *Vida Policial*, 1925-1927. *Signs*, autumn, 1993.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto** — Manaus 1890/1920. Manaus: Valer, 2019.

FERREIRA, Lúcia M. A. **Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX**. *Fênix – Revista de história e estudos culturais*, v. 07, n. 02, pp. 01-16, mai./ago. 2010.

GOMES, João Arnaldo Machado. **Vigiando, divulgando e reprimindo: o papel da imprensa no cotidiano dos moradores de Belém (1897-1910)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, PA, 2017.

MOREL, Marco. **Os primeiros passos da palavra impressa**. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NEPOMUCENO, Bebel. **Mulheres negras: protagonismo ignorado**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Jayne Yasmin Furtado de. **O Espelho, o Lusco-Fusco e Gazeta da Vigia: o florescer da escrita feminina em jornais dos séculos XIX e XX**. Monografia (graduação em Letras) – Universidade do Estado do Pará, Vigia, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3. Ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SILVA, Germano. **A mulher-homem**. *Visão*, 2018. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/opiniao/a/historias-portuenses/2018-07-07-a-mulher-homem/>. Acesso em: 01 de fev. 2023.

SOEIRO, A. I. P. **A Sociedade Literária e Beneficente “Cinco de Agosto” da cidade de Vigia (1871 – 1882)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, PA, 2010.

TAVARES, Maria Lucilena Gonzaga Costa. **Laços luso-paraenses na imprensa Oitocentista**. Tese (doutorado em letras) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Programa de pós-graduação em estudos literário, Belém, PA, 2011.

ENTRE A PASSAGEM E A MORADA: as falas dos moradores de um edifício no bairro Bela Vista em Campina Grande/PB

Maria Vitória Oliveira dos Santos

Email: profmvtoriaods@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

RESUMO: O trabalho é resultante do cumprimento da disciplina curricular “História II na EI e nos AI do EF” do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande. É como sujeito inserido no arranjo brasileiro que historicamente privilegiou os desejos de formação dos moradores da classe dominante à medida que dispõem Instituições de Ensino Superior voltada a esse público, que me desloco da minha cidade natal para estudar na UFCG. Nesse contexto, têm-se como objetivo evidenciar e relacionar as falas dos moradores de um edifício no bairro Bela Vista de Campina Grande/PB, buscando compreender de que maneira um único lugar pode possuir diversos significados. Para tanto, utilizou-se da metodologia da História Oral (BOSI: 2003), tendo como fonte principal, as falas dos moradores locais para compreender as diferentes facetas de uma mesma realidade, bem como o estudo da História Local de modo a compreender melhor os processos históricos em nível regional, nacional e global. A partir das entrevistas percebeu-se que ao longo dos anos, as construções passam a possuir significados que vão do sentimento de pertencimento ao de estranhamento.

Palavras-chave: História Oral. História Local. Campina Grande. Universidade. Bairro Bela Vista.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho compreende os esforços para conclusão da disciplina curricular “História II na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, ministrada pela professora Dra. Keila Queiroz e Silva, no curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd), do Centro de Humanidades (CH), na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A trajetória que me traz a esse trabalho é transpassada por vivências que decorrem do arranjo histórico brasileiro, o qual dispôs Instituições de Ensino Superior (IES) para as grandes cidades e/ou capitais, com vistas de atender o desejo da classe dominante para a qual o ensino superior era “sinônimo de prestígio político e poder local” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 105 apud BEZERRA, 2007, p. 24), com intenções distantes de atender as classes populares, conforme Bezerra (2007, p. 38) ressalta, não ter universidades era algo vexatório que fez com que os políticos locais se interessassem pela “adesão”.

Nesse sentido, me encontrava moradora da cidade de Santa Cruz do Capibaribe (SCC), localizada no interior do agreste pernambucano, estado que, assim como a Paraíba, também priorizou, inicialmente, cidades com maior fluxo de desenvolvimento das classes dominantes para alocar as IES.

Por esse motivo, para me tornar aluna do curso de Pedagogia tive como necessidade me deslocar da minha cidade de origem para ser moradora de Campina Grande/PB, dado que SCC não possui universidade. Tal prática é recorrente entre estudantes universitários em todo o país, e, principalmente para aqueles de classes populares, representa ao saírem de suas cidades, a possibilidade de realizar o curso desejado e conquistar o ensino superior.

No entanto, diante das reflexões propiciadas em sala de aula na disciplina que demandou o presente trabalho, bem como na disciplina de “Geografia I na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, ministrada pelo professor Dr. Paulo Sérgio Farias, percebi que, para além de uma cidade para a qual me mudei para estudar, Campina Grande/PB, no plano macro, e o prédio onde resido no bairro Universitário, em micro, representam mais do que a materialização da vida universitária, em meio ao percurso anteriormente citado, a cidade se tornou minha moradia fixa, na qual exerço minha independência enquanto mulher, ao trabalhar, estudar e manter minhas condições de existência sem suporte de terceiros, entendendo-o, a partir da minha morada, como um lugar de pertencimento.

É a partir dessas reflexões que percebo a multiplicidade de significados que a cidade passa a exercer para cada sujeito. Diante disso, o presente trabalho pretende evidenciar e relacionar as falas dos moradores de um edifício no bairro Bela Vista de Campina Grande/PB, buscando compreender de que maneira um único lugar pode possuir diversos significados. Para tanto, utilizou-se da metodologia da História Oral, ao partir das falas dos moradores locais para compreender as diferentes facetas de uma mesma realidade, compreendendo, conforme Silva (2023, p. 127) “as vozes dos narradores e o trabalho com a metodologia da história oral como um caminho democrático, sensível e horizontal.”, bem como o estudo da História Local como “um dos pré-requisitos para se compreender melhor os processos históricos em nível regional, nacional e global” (MACEDO, 2017, p. 61).

O presente trabalho organiza-se na presente introdução, logo após uma breve história sobre a ascendência universitária na cidade de Campina Grande, para daí então aprofundarmos no bairro Universitário e, nas falas dos residentes de um edifício construído para moradia de estudantes, bem como suas percepções do lugar onde vivem.

CAMPINA GRANDE: CIDADE UNIVERSITÁRIA

Em meados do século XX, Campina Grande encontra-se em desenvolvimento das atividades industriais e de comércio, apesar disso, o setor educacional não acompanha esse desenvolvimento. Esse setor só passou a se consolidar em 1952, com a criação da Escola Politécnica, do campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e mais adiante em 1966, com a Universidade Regional do Nordeste (URNe).

A Escola Politécnica passa a funcionar em 1954, tem como primeiro curso Engenharia Civil, e em seguida, Engenharia Elétrica que nascem com o objetivo de formar mão de obra qualificada, sob a ideia de que a formação de engenheiros possibilitaria a modernização da cidade, em outra perspectiva, conforme Ramalho (2008, p. 41 apud FERNANDES, 2010, p. 4) a escola também “surgiu da necessidade de mudança diante da desigualdade social pela qual passava a cidade, e estava sendo uma

experiência de um novo empreendimento feito por empresários para a implantação de uma escola técnica, mas com nível superior.”



Escola Politécnica em Campina Grande

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande



Guiseppe Gióia, professor da disciplina Geometria Analítica - elementos de monografia, quando ministrava aula para uma turma de alunos da Escola Politécnica - 1956

Da esquerda para direita:

Primeira linha - Mário Carneiro - Arlete Figueiredo - Marcílio Paiva - José Bezerra e Fernando Cunha Lima

Segunda linha - Talma Benevolê- Sebastião Ernesto - e Roberto Moura

Terceira linha - Francisco Celestino

Turma de alunos da POLI, assistindo aula em 1956

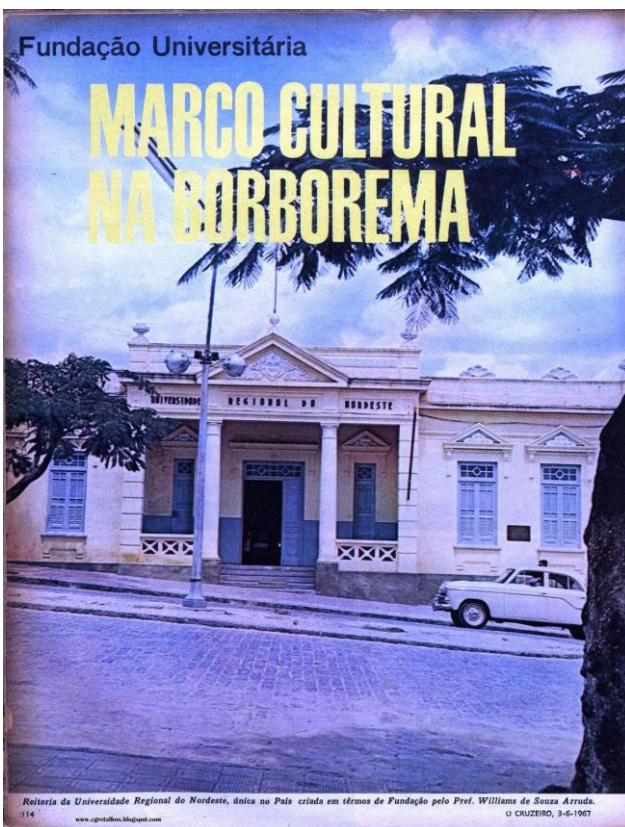
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande

Em 1961 é iniciada a construção da sede da Universidade Federal da Paraíba, atual Universidade Federal de Campina Grande que é finalizada em 1964, nos anos seguintes a POLI é incorporada pela UFPB que em 2002, torna-se UFCG.



Período de construção da sede definitiva da atual UFCG no bairro de Bodocongó
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande

A URNe é fundada em 1966, através da Lei Municipal de Campina Grande nº 23, em 1987 é estadualizada pelo então governador Tarcísio Burity, ocasião na qual, torna-se Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).



Revista “O Cruzeiro” traz a recém criada Universidade Regional do Nordeste (1967)
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande

Nesse período, Campina Grande ganha destaque com os avanços do setor educacional passando a receber grande parte dos estudantes de diversos estados do país, ainda hoje possui atração de diversos estudiosos e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, bem como também passa a atrair

setores de serviço e de tecnologia. Conforme estudos da geógrafa Marisa Braga (2000), nesse período (décadas de 1950 e 1960), a Rainha da Borborema tem perdido o trono de *urbs* comercial e conquista o trono de cidade que se destaca no setor de serviços, inclusive no setor educacional.

O BAIRRO BELA VISTA

O bairro Bela Vista fica localizado na Zona Norte do município de Campina Grande, fazendo limite com os bairros Pedregal, Prata, Centenário, Monte Santo, Universitário e Bodocongó, recebe esse nome dada a sua localização que fica em maior altitude e possibilita uma visão privilegiada da região.

O Bela Vista surge em meio às transformações econômicas e espaciais no bairro da Prata, conforme salienta Paiva (2021, p.10),

Entre os anos de 1935 e 1945 houve modificações urbanísticas e higienistas na cidade de Campina Grande, que resultaram na expulsão da população pobre, sendo destruídas casas de taipas e cortiços da área central da cidade, com o argumento de “embelezar” a urbe e trazer modernidade à cidade.

A autora ressalta as condições insalubres que os moradores do bairro possuíam inicialmente, com ausência de água, saneamento básico e os dejetos eram jogados em rua que recebeu o nome de “rua da merda”. O bairro surge a partir do desmembramento do bairro da Prata, a medida em que é urbanizado, surgem outros bairros que não fizeram parte do plano de urbanístico de Campina Grande, na contramão, Paiva ressalta que:

[...] criava-se outro movimento: os moradores sem renda e crianças, passaram a trabalhar no espaço do referido mercado (Mercado da Prata, atual Feira da Prata), vendendo restos de carnes com ossos, verduras, legumes, entre outras mercadorias, etc., garantindo assim, a manutenção alimentar precária das famílias do lugar.



Rua Dom Pedro II (1957)

Fonte: EZEQUIEL, José. IBGE (2010), apud Paiva (2021)

A localização possui diversas contradições, as regiões com proximidade do bairro da Prata passam a se desenvolver, outras permanecem em situação de vulnerabilidade, é na expansão educacional da cidade com a criação da UFCG e UEPB nos arredores do Bela Vista, que o bairro passa a ser palco de investimento imobiliário das classes dominantes da cidade. Nesse contexto, a crescente verticalização do bairro fomenta a criação de edifícios que buscam atender aos estudantes universitários.

AS FALAS DOS MORADORES DE UM EDIFÍCIO NO BAIRRO BELA VISTA

O Edifício em questão foi criado há cerca de 32 anos, com o objetivo principal de locar estudantes universitários vindos de outras cidades para estudar em Campina Grande/PB, aos arredores estão dois outros edifícios que possuem o mesmo dono, que é proprietário de várias lojas de material de construção. Na sua disposição, possui cinco blocos, que ficam interligados, na parte da frente, que compõe o térreo, possui espaços de comércio, um deles atualmente compreende um restaurante que oferta almoço a preços acessíveis, ao lado se localiza uma pequena conveniência do edifício, que se assemelha muito a um mercadinho, e um salão de beleza.

Lugar de sustento

Os moradores narradores optaram por não serem identificados, por uma questão de ética no trabalho com a metodologia da história oral, o anonimato de todos os entrevistados vai ser preservado. A parte central da entrada do edifício possui um casal como locatários, que estão há 8 anos, em alguns momentos estiveram no espaço do restaurante e atualmente estão na conveniência. Em entrevista, ambos relatam sua relação com o bairro, rua e edifício.

(Marido) Pra gente primeiro foi o comércio, depois a moradia, a gente tinha um restaurante aqui do lado que entregamos na pandemia, aí depois viemo pra cá, com a conveniência. Eu pensei em colocar algo pra ajudar os estudantes, pra quando faltasse um arroz, uma coisa vir aqui e não precisa ir longe, porque se você ver aqui nessa rua toda só tem a gente e vem estudante de todos os prédios ao redor comprar aqui.

O prédio tem 32 anos, o velho criou já pra os estudantes, ele viu que tinha muito estudante que vinha pra cá e os pais não conseguia manter, aí ele foi e construiu esse prédio já pra isso, colocou essa parte de comércio na frente, pra ser um lugar que tivesse de tudo e que fosse barato, pra os pais conseguirem manter.

Foi daqui que eu conquistei minhas coisas, comprei um apartamento, mas depois com o filho decidimos vir morar aqui na frente mais por conta do conforto, mas assim, nada a reclamar, a rua é tranquila, é bem localizado, tudo perto, gosto muito de morar aqui.

(Esposa) Eu já fui assaltada duas vezes no centro e desenvolvi uma fobia de sair sozinha sabe, não ando de ônibus há muitos anos, mas aqui me sinto muito segura, aqui é muito tranquilo.

(Entrevista concedida 10 de junho de 2023)

O casal expressa uma relação de moradia ainda que seja o local onde trabalham, já que moram no prédio em frente à conveniência. Em alguns momentos, percebe-se a intenção de defesa das intenções do próprio dono, dado que a construção do prédio foi feita em detrimento de um sentimento solidário do proprietário para com os universitários, idealizado especialmente para possibilitar a realização do curso sem interrupções, também se remete bastante a ajuda aos pais desses estudantes, dado que o casal conhece a maioria (senão todos) os moradores, entende-se que a maioria seja mantida pelos parentes. Em outro momento, ambos relatam a segurança do local, apesar de haver assaltos frequentemente, as ocorrências não são suficientes para considerarem a localidade perigosa, pelo contrário, o marido ressalta ser algo de épocas e que se dá, na maioria das vezes, pelo descuido dos estudantes ao descenderem para a universidade.

Lugar que possibilita o trabalho

Ainda que construído com a intenção de contemplar os estudantes universitários, no edifício também há moradores que se mudaram para trabalhar. O entrevistado a seguir é um policial militar

que, apesar de pernambucano, obteve sucesso em um concurso aqui no estado da Paraíba e por isso passou a residir em Campina Grande.

Minha história aqui no prédio começou há uns 3 anos. Antes de vir morar aqui eu morei em outro bairro, porém o aluguel era bem mais caro e ficava muito longe da base onde trabalho. Devido a essas dificuldades eu decidi procurar um lugar mais perto do trabalho e mais barato, foi aí que encontrei o edifício. Várias coisas me chamaram atenção aqui, apesar de ser uma construção antiga. O fato de ter estacionamento coberto foi importante na minha escolha, mas o que mais me encheu os olhos foi a piscina, que mais tarde eu descobri que não podia trazer convidados kkk...como falei no começo do texto, o preço e a localidade também foram essenciais para minha vinda pra cá, mas como nem tudo é perfeito, aqui também existem alguns defeitos. Apesar deles disponibilizarem um local para estacionar o carro, não tem vaga fixa, o cara tem que ir pra onde não tem carro, a questão de visita acaba sendo um pouco complicado já que não podem usufruir dos poucos espaços de lazer que o condomínio disponibiliza. Tem também o fato de algumas paredes serem feitas de gesso e isso faz com que moradores acabem ouvindo coisas dos vizinhos. Minha relação com os outros moradores é bem tranquila, passo a maior parte do tempo dentro do apartamento ou viajando, raramente alguém me ver por aqui. Com relação a mudança, desde que vim para aqui não houve nada que me afetou, continuo gostando do mesmo jeito. Pra finalizar, acredito que aqui é uma boa opção para quem quer economizar tanto no aluguel quanto na ida a universidade. No meu caso que tenho carro, acabo economizando também no combustível quando vou trabalhar, pelo fato de ser pertinho. Vejo aqui mais vantagens do que desvantagens E pelo pouco que conheço das pessoas, acredito que eles são gente boa, muitos jovens que estão morando só pela primeira vez e estão descobrindo as coisas da vida.

(Entrevista concedida via Whatsapp dia 8 de junho de 2023)

O morador enfatiza o fato de ter escolhido edifício dada a sua proximidade do trabalho, bem como o valor de aluguel mais acessível, dentre outras vantagens, fala sobre economizar na gasolina, o estacionamento coberto. Quanto às desvantagens, ele elenca as restrições de convívio, a pouca privacidade, que, no entanto, não o incomodam de maneira que se sobressaiam. Para ele, a realização do seu trabalho é possibilitada por essas vantagens presentes no lugar onde vive. Ao reforçar os fatores econômicos percebe-se a importância que o sujeito atribui a economia, que não se sabe ao certo se por ter pouca renda ou por opção própria. Contudo, considera o apartamento onde vive sua moradia fixa.

Lugar?

A estudante da entrevista seguinte é recém moradora do edifício, vinda de outro estado com o intuito de atender às demandas do curso na UFCG.

Eu considero aqui uma passagem... porque eu só tô aqui tecnicamente para concluir a graduação... me sinto turista... porque ainda não consegui ter tanta estabilidade aqui, por exemplo financeira, porque eu penso vou arrumar um emprego, como eu vou fazer estágio. Se minha bolsa acabar eu vou ter que voltar pra casa, se eu não arrumar emprego eu vou ter que voltar pra casa, dos meus pais no caso. Assim né, a relação não é boa nem ruim, pelo menos não normalmente no dia a dia, nas exceções eu posso ir que eu não poderia ir na minha cidade posso fazer passeios em lugares que não tem lá, por exemplo ir ao cinema ou ao museu. Eu acho que por enquanto minha casa é aqui, mas a casa dos meus pais também é minha, eu sou que nem um menino que tem os pais que se separaram, tenho duas casas. No início não gostei muito, porque eu tava longe da minha família fiquei triste, depois de um tempo a pessoa acostuma, porque eu tô aqui com o objetivo de dar continuidade a minha formação, porque eu gosto de tá estudando porque se não eu tinha voltado pra casa.

(Entrevista concedida dia 16 de junho de 2023)

Ao iniciar sua fala sobre o espaço onde vive, a estudante falou sobre estar só de passagem por ter mudado de cidade para concluir o curso que já havia iniciado, nesse caso a mudança de cidade ocorreu não por escolha, mas sim por necessidade. Mesmo quando considera o edifício sua casa, à medida que descreve sua relação com o espaço em que vive, fala sobre não se considerar estável e levanta dúvidas sobre como proceder em relação à moradia, tendo a possibilidade de “voltar pra casa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que percebe-se a mudança no cenário do desenvolvimento brasileiro, também se vê a intensificação da vida universitária em Campina Grande, bem como os planos de urbanização, entendendo-se que “o lugar com suas características locais e globais, é um reflexo da compressão espaço-tempo – se de um lado as redes de fluxos diminuem as distâncias espaciais, por outro, a velocidade em que se processam tais fluxos tende a quase extinguir a dimensão tempo.” (LEITE, 1998, p. 19). Ainda que não de maneira imediata, Campina Grande sofre influência dos discursos dominantes no país, estes, no entanto não são únicos, a partir das resistências das classes populares, outras visões de mundo são elaboradas.

As falas dos sujeitos moradores do edifício no bairro Bela Vista, associadas à conjuntura

histórica de organização dessa região, possibilitaram compreender a definição que Leite (1998, p. 17) traz ao afirmar que “O lugar surge como produto de uma ambigüidade que se estende a todas as relações sociais que envolvem o homem e o meio – é o singular (o fragmento) e é também o global (universal) que o determinam”.

Ao estabelecerem relação com o lugar onde vivem, entendendo que a relação pode ser de pertencimento ou não, os sujeitos também ficam expostos à totalidade social a qual estão inseridos, esta é determinante, porém também pode ser determinada, de maneira que um mesmo sujeito pode estabelecer relações topofílicas ou topofóbicas com o mesmo lugar. No presente caso, as relações de sustento, trabalho e moradia temporária são evidenciados e denotam diferentes posições sociais frente a um mesmo lugar, assim como as motivações dessa investigação representam o fator de independência como aspecto importante para se estabelecer vínculo com o lugar onde se vive.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Francisco Chaves. O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais/Francisco Chaves Bezerra - João Pessoa, 2007.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: ateli~e Editorial, 2003.

CASTELO BRANCO, Ugyguaciara Velôso. A Construção do Mito do “Meu Filho Doutor”: fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil-Paraíba. João Pessoa: UFPB/Ed. Universitária, 2005.

FERNANDES, Silvana Torquato . A construção do polo universitário de Campina Grande e ideário de modernização traçados pela experiência de formação e estadualização da URNe. 2010.

Leite, Adriana. (1998). O Lugar: Duas Acepções Geográficas. Anuário do Instituto de Geociências. 21. 10.11137/1998_o_9-20.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros. De como se constrói uma história local: Aspectos da Produção e da utilização no ensino de história. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. (Org). Reflexões sobre História Local e produção de materiais didáticos. Natal: EDUFRN, 2017. P.58-80

RAMALHO, Maria da Silva; LUCENA, Thayamma Brena Leite Maranhão de; MEDEIROS, Rawena Ertha Leopoldino de. Campus de Patos: uma história que deu certo. Campina Grande: EDUFPG, 2008

SÁ, Marisa Braga de. A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz. (org.). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Prefeitura Municipal de Campina Grande, Secretaria da Educação, Campina Grande, 2000.

SILVA, Keila Queiroz. Os bairros dizem a cidade: O mapeamento do Patrimônio Cultural dos “outros” moradores urbanos. Universidade Federal de Campina Grande - Programa de Educação Tutorial e do PROEX. Mnemosine Revista. Ensino de História, memória e cidades. v.8. N.4, 2017.

GETÚLIO VARGAS: ENTRE A REPRESENTAÇÃO FOTOGRÁFICA E A REALIDADE.

José Gabriel Vieira Junior

Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: jose.vieira.70@edu.ufes.br

Resumo: Tendo como fonte primária fotografias da Festa do Dia do Trabalho realizada no estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama, em 1942, irei fazer uma breve análise das fontes, acerca da importância delas na propaganda do Estado Novo (1937-1945), na perspectiva dos impactos da figura do então presidente, Getúlio Vargas e tudo o que sua imagem representava na conjuntura em que se encontram as fontes analisadas. Assim, como trata-se de uma fonte de cunho político, pretendo demonstrar a centralização do poder presente nas mãos de Vargas e em como a propaganda ajudou a esconder o caráter ditatorial de seu governo neste período, além de compreender a importância da fotografia como ferramenta representativa e manipulável contrapondo a realidade histórica.

Palavras-chave: Fotografia; Estado Novo; Getúlio Vargas; Trabalhadores

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FONTES

O contexto em que se passa as fontes analisadas são importantes para que se possa entender alguns aspectos, principalmente dos efeitos da propaganda política feita pelo Estado Novo, e a recepção pela sociedade civil. Na década de 40, o Estado Novo, principalmente nos primeiros anos se aproximou de grande forma dos trabalhadores urbanos, a fim de ter uma sobrevida política para a manutenção de seu governo, uma vez que a oposição vinha ganhando força nas críticas ao governo e os militares começaram a perceber que eram feitos “fantoques” no jogo político de Vargas, e assim, na busca por autonomia e participação política efetiva, as forças armadas se articulam para a derrubada de Getúlio, que ocorreu em 1945.

Tendo esse cenário que começava a se desenhar, Getúlio Vargas com o objetivo de fortalecer a sua figura paternalista utiliza-se de vários meios de propaganda para estar perto do eleitor, sobretudo da grande massa urbana. Então, foi comum nesse período a realização de eventos e comícios que pudessem reunir muitas pessoas para ouvir o grande estadista, e “Pai dos pobres”. Portanto, como afirma Maurício Drummond (2012), “Vargas utilizava-se do capital simbólico dos estádios para se aproximar das classes populares, que tinham no esporte um de seus principais elementos de lazer”. Dessa maneira, a realização de vários eventos principalmente no Estádio do clube de Regatas do Vasco da Gama eram recorrentes no período do Estado Novo, eventos estes que buscavam exaltar a figura do

Trabalhador e a de Vargas como um Pai e protetor da nação. A seguir, Drummond relata um pouco da liturgia que se seguia nos eventos realizados no dia do Trabalhador:

[...] a festa do Primeiro de Maio é levada para o Estádio de São Januário. Cerca de quarenta mil pessoas se deslocam para o estádio de São Januário em bondes e ônibus gratuitos, de linhas especialmente montadas para o evento. O evento se iniciava às 15 horas com a entrada triunfal de Vargas em carro aberto, dando uma volta olímpica no campo, saudando o público presente. Depois, o discurso do ministro do Trabalho, Valdemar Falcão, foi seguido pela apresentação da Canção do Trabalhador, cantada por Carlos Galhardo, uma das maiores estrelas do rádio da época (DRUMMOND, 2012).

Além dos estádios de futebol, era comum Vargas reunir multidões em eventos que exaltavam sua imagem, como por exemplo, as comemorações do dia da Pátria, da Independência e até do seu aniversário. Nesta última pode-se perceber o tamanho da devoção que as classes populares tinham por Getúlio. Também era comum em eventos dessa grandeza, a preocupação com elementos que remetessem a figura nacionalista do governo varguista, como as bandeiras do Brasil, os comandantes das forças armadas sempre ao lado de Vargas.

Era comum também sempre haver uma foto do presidente, em proeminência de outras. Com esses eventos, observa-se que Vargas buscava a todo tempo o apoio da classe trabalhadora para se manter no poder que estava ameaçado, dando a eles uma série de benefícios que geralmente eram anunciados nesses eventos. Também buscava reforçar a sua figura em panfletos e cartilhas se colocando sempre ao lado de nomes da história nacional como, Dom Pedro e Tiradentes.

Após fazer uma pesquisa dentro do SIAN⁵³, local onde foram retiradas as iconografias, não foi possível chegar a todos os autores responsáveis pelas fotos. Assim, só as imagens referentes a solenidade ao Dia do Trabalho em 1942, tem autoria referida ao jornalista Antônio Monteiro e ao fotógrafo francês Jean Manzon. Já as fotos da homenagem a Tiradentes em 1941⁵⁴, depois de muita pesquisa, não há nos registros o fotógrafo responsável pelas iconografias. No entanto, há semelhanças a respeito das fontes, como o estado em que foram produzidas, ambas são de origem do Estado do Rio de Janeiro e em locais muito utilizados pelo governo de Getúlio Vargas para se dirigir a população em

⁵³ O Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN é o principal meio de acesso às informações relacionadas ao acervo custodiado pelo Arquivo Nacional.

⁵⁴ As imagens referentes ao evento serão utilizadas para complementar a análise das fontes principais e dar sustentação aos aspectos levantados.

eventos, sendo: o Estádio do Clube de regatas Vasco da Gama, conhecido como São Januário e o palácio de Tiradentes, localizado no centro do Rio de Janeiro. A data de publicação das imagens segundo os dossiês analisados corresponde ao dia em que foram realizados os eventos, sendo, então, 1 de maio de 1942 e 21 de abril de 1941.

A FOTOGRAFIA COMO UM DOCUMENTO HISTÓRICO.

A discussão a seguir tem por objetivo refletir acerca do uso da fotografia como um documento de caráter histórico. Afinal, é possível analisar um fato histórico através das iconografias? A iconografia pode complementar o olhar do historiador sobre um fato, além dos documentos impressos e escritos?

Buscando a resposta para tais perguntas, alguns autores se debruçaram a demonstrar que os documentos imagéticos podem sim ser importantes para a compreensão e o estudo da História. Dessa forma, as contribuições de Gabrielle Batista (2016), são relevantes acerca do uso de imagens para compreensão histórica. Segundo a autora:

“Analisar fotografias requer compreender relações mais amplas, uma vez que, por meio de seu estudo, podem ser reveladas as relações de poder do governo e os modos pelos quais determinados saberes legitimaram-se socialmente, transformados em imagens representativas” (BATISTA, 2016, p.7).

Ainda a despeito, Gabrielle Batista (2016), complementa que “A fotografia, desde o seu surgimento, tem sido aceita e utilizada como “prova” e como um testemunho da “verdade” de um fato acontecido”, e este seria um dos aspectos sobre quem usa esse tipo de “documento” deve ter cuidado, pois, a fotografia é um importante instrumento de manipulação e veiculação de ideologias, e portanto, não estaria representando de fato a realidade que ela aparenta querer demonstrar, uma vez que é manipulável e carrega em si ambivalências e sobretudo, significados e projetos que estão implícitos a ela. Nesse caso, a autora traz o exemplo do próprio governo Vargas, em que ela aponta que “Através das fotografias produzidas durante o governo de Getúlio Vargas, por exemplo, pretendia-se garantir a propagação do ideário de “nação” e a legitimação da “história nacional”, principalmente por conta do caráter de “verdade” que lhe era conferida.” (BATISTA, 2016)

Portanto, é importante além das fotografias a busca pela reconstituição dos fatos, para que o historiador possa de fato compreender o projeto político, as ideologias e a mensagem que as iconografias, ou quem as fotografou ou encomendou desejam passar. Dessa forma, as iconografias analisadas apresentam duas características: a primeira referente ao projeto de cultura que o Estado

Novo desejava construir, sobretudo, pautado no *nacionalismo*; e em segundo, a representação do próprio Getúlio Vargas, como o líder desse projeto, o único capaz de fazer o Brasil ser forte no âmbito econômico, cultural, em que buscava-se o afastamento das ideologias e culturas europeias da época, além do afastamento do capitalismo; e assim, a construção de um Estado forte nas mãos do líder Getúlio Vargas, que para isso contou com sua habilidade de mobilização a massa operária brasileira, como parte desse projeto desenvolvimentista, e principalmente como uma base sólida política, e isso se torna mais evidente após o golpe que culmina no Estado Novo, onde que no início da década de 1940, a aproximação de Vargas a massa trabalhadora é forte, resultando em grandes eventos realizados em espaços onde se podia levar essas pessoas, e passar a sensação que o líder, estava próximo de sua nação, próximo dos brasileiros. Assim, conforme Gabrielle (2016):

o projeto de nacionalidade do Estado Novo buscava incutir na população valores cívicos, de reconhecimento e orgulho. Para isso, era necessário apresentar à nação um país ainda desconhecido. Era preciso descortinar o Brasil, apresentar uma ideia de unidade e, sobretudo, formar “identidade” [...] Autêntica no sentido de reconhecer internamente a riqueza cultural oriunda de suas raízes; e autônoma no sentido de criar sua identidade sem precisar copiá-la de nenhum outro país. (BATISTA,2016, p.8)

Nesse sentido, a propaganda era fundamental para que essa ideologia, esse projeto proposto desse certo. E a fotografia, foi um recurso inovador, pois “Nesse intuito, as narrativas fotográficas procuravam evitar que os distintos grupos humanos da época fossem hierarquizados, numa tentativa de formação da identidade brasileira”, demonstrando que os brasileiros eram um só, mesmo com as diferenças regionais. Assim, Vargas se colocou à frente do projeto de “nacionalização”, pois era necessário símbolos que pudessem unir a todos em prol da unidade nacional. E quer símbolo maior que possa ser identificado que a figura do seu “Líder”? Desse modo, mesmo no período de centralização do poder estatal no Estado Novo, censuras... Vargas era a maior representação para todos os setores importantes do país; símbolo das forças armadas, das elites industriais que se beneficiaram com os programas e incentivos protecionistas, o “pai dos pobres” para a massa trabalhadora, e até uma representação para seus opositores, sendo o *Ditador*. Assim, sendo o representante maior do país, era importante a manutenção da propaganda de seu líder, e era isso que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), buscava, alimentando e aproximando o seu líder do povo, sendo até colocado como um dos grandes nomes da História do Brasil, no qual fica claro nas imagens de Getúlio no dia do evento em homenagem a Tiradentes.

Portanto, pode-se afirmar, que além de veicular ideologias, e projetos, a fotografia como documento histórico é importante para “imortalizar”. Desse modo, as contribuições de André Bazin

(1991)⁵⁵, são de suma relevância para se refletir essa “imortalidade imagética”. O autor no capítulo, *Ontologia da Imagem Fotográfica*, reflete acerca do poder que a fotografia tem, pois ela permite “a defesa contra o tempo.”, ao “Fixar artificialmente as aparências carnis do ser é salvá-lo da correnteza da duração: aprumá-lo para a vida”. Assim, o documento imagético nos consegue dar possibilidades para analisar o fato histórico, uma vez que não estamos lá, mas que através das suas representações, é possível chegar na forma mais aproximada da mensagem que ela traz. A fotografia, segundo Bazin, é poderosa no sentido que “a fotografia não cria, como a arte, eternidade, ela embalsama o tempo, simplesmente o subtrai à sua própria corrupção.” (BAZIN, 1991, p. 24). Sendo assim, ao tratar das fontes analisadas, elas nos remetem ao passado e suas representações, fazendo com que o historiador possa ter uma fonte analítica a mais para somar aos documentos, pensar o passado com mais detalhes. No entanto, tendo o cuidado em analisar o contexto em que foram retiradas, os elementos presentes, e até o olhar subjetivo do fotógrafo, pois ele trabalha para alguém tem os porquês por trás da foto. Dessa forma, é importante relacionar a vida de ambos os autores com a conjuntura que foram produzidas suas imagens, durante o Estado Novo, tentando encontrar se os indivíduos possuem relação com o governo Vargas ou não e qual a importância das imagens.

Antônio Figueiredo Monteiro

Escritor, professor, jornalista, historiador e poeta, Antônio Figueiredo Monteiro nasceu em 03 de novembro de 1903, na cidade de Aracati, localizada no Estado do Ceará. Desde cedo, Antônio já dava sinais que seguiria a carreira de jornalista, quando na sua escola no ensino fundamental fundou um jornalzinho intitulado “O Sol da Liberdade”. Em 1929, migrou para a capital cearense, Fortaleza, a fim de estudar e trabalhar. Ingressou no curso de Humanidades da Fênix Caixeiral e em seguida para Academia de Comércio Fênix Caixeiral; durante esse tempo foi um dos componentes do Grêmio dos Estudantes Fênixitas e por iniciativa dele e de alguns colegas transformaram o jornal que tinha como nome "Ensaio" em Revista Fênix. Nesse período, Antônio redigia para a imprensa cearense e alguns jornais e revistas do sul do país, como o: *O Nordeste*, órgão oficial da Arquidiocese de Fortaleza, o qual assinala seu ingresso oficialmente na carreira jornalística, que data de 30 de abril de 1927, e *A Noite Ilustrada*, *A Carioca*, *A Noite*, do Rio de Janeiro. Além desses, sua carreira de jornalista teve destaque no jornal *O Povo*. Além disso, Antônio foi importante pesquisador colaborando com pesquisas para várias instituições culturais do país como: a Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Joaquim Nabuco, Projeto Rondon, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco do Nordeste do Brasil. Em 1980, fundou e administrou a Biblioteca Getúlio Vargas em sua cidade natal, Aracati, como também fundou a Academia de Letras da cidade. Antônio Figueiredo Monteiro faleceu no dia 3 de maio de 1988, em Aracati, aos 78 anos de idade.

⁵⁵ BAZIN, André. **O que é cinema?** Trad: Eloisa de Araújo Ribeiro São Paulo: Brasiliense, 1991.

Jean Manzon

Fotógrafo e cineasta. Jean Manzon nasceu em 1915, na cidade de Paris, na França. inicia sua carreira atuando como repórter fotográfico da revista francesa *Paris Soir*. Em 1940, vem para o Brasil, onde residirá na cidade do Rio de Janeiro; Manzon realizou diversas publicações na revista *O Cruzeiro*, como na revista *Manchete*. É visto por alguns estudiosos como o responsável pela renovação da fotojornalismo brasileira com a série de ensaios fotográficos que realizou para *O Cruzeiro*. Seu trabalho está frequentemente associado ao de David Nasser, responsável pela redação dos textos com quem produziu reportagens de 1943 a 1951, as quais foram fundamentais para o sucesso de vendas da revista. Além disso, Jean também trabalhou durante o governo de Getúlio Vargas como diretor de fotografia e cinema no DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Sendo o fotógrafo preferido do presidente Getúlio Vargas. Em 1952, funda uma empresa cinematográfica, que realiza mais de 900 documentários entre os quais se destaca "L'Amazone", premiado com o Leão de Ouro do Festival de Cinema de Veneza, Itália, em 1966. Entre 1968 e 1972, retorna a Paris e assume nesse período a direção de *Paris Match*. Também foi autor dos livros *Mergulho na Aventura*, 1950, em parceria com David Nasser escreveram; *Flagrantes do Brasil*, 1950; *Brasil*, 1952 (Mônaco); e *Féerie Brésilienne*, 1957 (Suíça), entre outros. Jean Manzon se destacou pelo seu trabalho como fotógrafo. Segundo Helouise Costa (1998), "Em suas reportagens, introduz uma linguagem fotográfica decorrente de sua formação europeia: ângulos de baixo para cima e vice-versa, tomadas oblíquas, ênfase em detalhes expressivos e uso intencional da cenografia." Seu trabalho se caracteriza, sobretudo, pela utilização de uma câmera Rolleiflex, que facilita o controle da composição e a marcação do espaço. Apesar do caráter de encenação, suas fotografias são vistas como exposições de cunho realista. Dessa forma, a trajetória do trabalho de Jean Manzon seguiu trilhas paralelas ao desenvolvimento político, social, cultural e industrial do país cobrindo o período entre 1940 e 1990. Além de Vargas, tirou fotos icônicas do presidente Juscelino Kubitschek e fotografou o desenvolvimento da construção da cidade de Brasília. Jean, faleceu em 1990, em Portugal.

Após a descrição da biografia de ambos autores das imagens analisadas, é importante levantar algumas questões: qual o vínculo de ambos com a ideologia do Estado Novo? era apenas empregatício?

Sobre Antônio Monteiro, não foi possível encontrar fontes que descrevessem a fundo a ligação dele com Vargas, ou se apoiava o Estado Novo. Mas pela sua biografia descrita é possível traçar hipóteses, que foi um homem de confiança de Vargas, pois fez inúmeras pesquisas para a Fundação Getúlio Vargas, e como também a criação da biblioteca com o nome do político em sua cidade natal. Dessa forma, é sim, possível levantar a hipótese que além do vínculo empregatício, Antônio Monteiro pode ter sido um grande admirador da pessoa de Getúlio, o que seria comprovado pela criação da biblioteca. No entanto reitero que não foram encontrados documentos que comprovem essa

admiração. Sobre Jean Manzon é possível obter informações para as questões levantadas. Pela biografia Manzon, trabalhou no DIP, até 1942, sendo o chefe do Departamento de Reportagens Fotográficas, sendo uma de suas principais funções acompanhar e fotografar as atividades do presidente Getúlio Vargas, o que remete uma proximidade com o Vargas, sendo Manzon, elogiado por ele, pela qualidade de suas fotos. Além disso, o fotógrafo francês contribuiu para a construção do fotojornalismo brasileiro, baseado no projeto de identidade nacional do Estado Novo. Além disso, é importante ressaltar o trabalho de Manzon a Revista *O Cruzeiro*, tendo por dono Chateaubriand, dono de inúmeras revistas, estações de rádio e outros meios de comunicação. É interessante que Chateaubriand desde década de 1930, tinha uma relação bilateral com Vargas, hora de rompimentos e críticas a ele, outrora, com benefícios no qual, pela Revista exaltava a imagem do presidente. E isso se mostra presente, no Estado Novo, e no início da década de 40, no qual tendo o alinhamento com o Estado Novo, houve um enriquecimento. Segundo Helouise Costa (1998), após a entrada do Brasil na Segunda Guerra, a Revista *O Cruzeiro*, será o principal meio de ataque ao Governo Vargas. e já nesse período Manzon estava trabalhando na revista. A autora define o trabalho de Manzon no DIP “como uma atividade militante, na medida em que a ele cabia dar concretude visual, através da fotografia e do cinema, a um ideário previamente estabelecido.” Portanto, é possível concluir que tanto Antônio, quanto Jean Manzon eram próximos do governo Vargas. No entanto, não é possível afirmar que ambos eram favoráveis a ideologia do Estado Novo, mas eram queridos pela pessoa do Presidente isto fica mais evidente no caso de Jean Manzon, responsável pela propaganda política do presidente Vargas, como da regulação dos meios de comunicação, imprensa e artísticos. O fato é que através dos seus trabalhos Manzon trabalhou com demais políticos, tendo feito trabalhos para o governo de Juscelino Kubitschek. Assim o vínculo de Manzon era apenas cumprir o seu trabalho, reforçar a figura de Getúlio como um grande líder, através das suas lentes, sobretudo para a classe trabalhadora, que era seu principal ponto de apoio político nesse momento. No entanto, Manzon se mostra importante na construção de uma identidade foto jornalística do país, vinculado, de certa forma, ao projeto nacionalista Varguista.

O ESTADO NOVO ENTRE A REPRESENTAÇÃO E O REAL

Conforme discutido anteriormente, a fotografia ela é apenas uma representação do real, e que essa “realidade” é manipulável a fim de servir a fins políticos, ideológicos. Partindo desse pressuposto, é daqui em diante que a análise da fonte será cruzada com os fatos. O Brasil que Vargas se propôs a representar e o que era o Brasil durante o Estado Novo, tendo as fontes imagéticas dos eventos relacionados ao Dia do Trabalho e a Homenagem a Tiradentes; cerimônias realizadas especialmente na conjuntura analisada, 1941 e 1942, no qual o Estado Novo e Vargas viveu o auge do seu projeto político e ideológico, sendo personificado como o Grande Líder e sobretudo, o pai da população brasileira, aquele que iria proteger o Brasil das ameaças internas e externas, como a Segunda Guerra

Mundial. Segundo Lucília Almeida, o Brasil dos anos 40 “[...]tem, dentre outras, uma marca muito especial, a da crença na transformação do presente com o objetivo de construção de um futuro alternativo ao próprio presente.”, nesse sentido “[...] Havia um forte sentido de esperança, caracterizado por uma marcante consciência da capacidade de intervenção humana sobre a dinâmica da História, buscando-se implementar um projeto de nação comprometido principalmente com o desenvolvimento social” (ALMEIDA, 2001, p.171). Portanto, para o sucesso desse período desenvolvimentista era necessário para Vargas ter sob sua tutela dois setores importantes para o sucesso econômico e também político: as elites industriais e os trabalhadores. Pois, nesse momento, o governo já havia se desgastando com as forças armadas, sobretudo com a Aeronáutica e a Marinha, dessa maneira, Getúlio Vargas sabia que era importante obter um novo núcleo político que pudessem o assegurar no poder, e esse núcleo se deu por meio dos trabalhadores. Para Lucília Almeida:

“Foi um tempo em que parte importante da população constituiu-se como ator de um processo, que, apesar de contraditório, pois marcado por resquícios do autoritarismo paternalista intrínseco proporcionou, simultaneamente, a expansão de manifestações participativas, qualitativamente novas, posto que definidas por um forte potencial de autonomia em relação ao Estado.” (ALMEIDA, 2003 p.174)⁵⁶

Se no início da década de 1940 essa aproximação com os trabalhadores favorecia Vargas a continuar no poder, essa voz dada a população operária brasileira irá resultar na politização dos trabalhadores, que culminou na criação do Partido Trabalhista Brasileiro, (PTB). O partido surge em um momento no qual Getúlio já estava enfraquecendo, e o partido, ao contrário foi se fortalecendo mesmo após Vargas ser derrubado pelas forças armadas em 1945.

Vargas entre 1941 e 1942, ainda detinha o poder máximo e o projeto nacionalista centrado em um estado forte e na sua própria representação estava estabelecido, tendo por sua base os trabalhadores, que por exemplo, no evento realizado em 1 de maio de 1942, onde Vargas anunciou uma série de medidas, sendo a mais importante a Lei do Salário-mínimo, além de institutos de pensões para sindicais. No entanto, toda essa popularidade era intensa por meio da sua propaganda, que demonstrava o quanto Vargas se sacrificava pelo povo, para a proteção contra a não aproximação com regimes estrangeiros, como o de Mussolini ou de Adolf Hitler, tudo em nome da soberania nacional. No entanto, esse mesmo Estado em que há um desenvolvimento industrial forte, também é possível encontrar perseguições, censuras a todos aqueles que de certa forma não estavam de acordo com o governo Varguista. Segundo Robert Levine:

⁵⁶ Cap: trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: Um projeto para o Brasil (1945-1964), presente na obra FERREIRA, JORGE (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Vargas descreveu os brasileiros do povo como "enfraquecidos pela pobreza, mal alimentados, indolentes e sem iniciativa", mas declarou que a educação e o bom exemplo os alçariam a níveis mais elevados." Tomou, porém, poucas providências concretas para ajudá-los e, além disso, seus sindicatos ignoraram os milhares de brasileiros das classes pobres que não tinham qualificação suficiente para encontrar trabalho. (LEVINE, p 101-102. 2001)

Através das observações de Levine é possível refletir sobre o caráter ambivalente da representação de Getúlio Vargas e do Estado Novo. Obras e desenvolvimento, mas ainda assim, a massa em modo geral estava longe de ser contemplada de fato, uma vez que a corrupção entre os sindicatos aliados ao governo era de forma exorbitante. O autor complementa trazendo um balanço sobre a sindicalização dos trabalhadores durante todo o período do Estado Novo:

a maioria dos trabalhadores da indústria negou-se a se sindicalizar.

Menos de 3% da categoria associou-se ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil de São Paulo; e apenas 5% dos metalúrgicos afiliaram-se ao sindicato oficial da categoria. Poucas fábricas no país tinham mais de 20% de trabalhadores sindicalizados. Em Minas Gerais, alguns sindicatos permaneceram vazios até a campanha em prol de novas afiliações iniciada por Vargas em 1943, havia mais mendigos nas ruas de Recife do que sindicalizados em dia com suas contribuições nos sindicatos. Em alguns lugares do Brasil, imperavam os grandes empregadores por exemplo, a São João del Rey Mining Co. em Morro Velho, uma vez que ofereciam benefícios atraentes aos trabalhadores, à maneira da tradição paternalista dos estabelecimentos industriais urbanos. (LEVINE, p.102, 2001, Grifo nosso.)

Essa negação vai de encontro com as análises feitas sobre o que as imagens representam ou querem representar, e o contexto real dos fatos. Portanto, segue as fotografias escolhidas para análise.



Imagem 1- Desfile nas comemorações ao dia do Trabalhador 1942 Fonte: Jean Manzon. Sistema de Informações do Arquivo Nacional



Imagem 2 - Desfile nas comemorações ao dia do Trabalhador - 1942

Fonte: Antônio Monteiro. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).



Imagens 3 - Desfile nas comemorações ao dia do Trabalhador - 1942

Fonte: Jean Manzon. Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Nas imagens nota-se o cuidado em capturar todos os elementos presentes que reforçam as ideias de propaganda utilizadas, fundamental para esconder o caráter ditatorial do Estado Novo, e ao mesmo tempo fortalecer a figura de Getúlio Vargas como um grande político, principalmente para as classes populares. Nesse sentido a construção imagética é fundamental para a mensagem que se deseja repassar com a sua fotografia. Conforme aponta Maria Leandra Bizzelo:

A estrutura ficcional, isto é, a encenação é contundente nas reportagens e filmes publicitários, pois estão sempre amarrados por uma estória que está tanto na narração quanto na construção de uma imagem. Há sempre a necessidade de se contar uma estória para mostrar um fato. A narrativa ficcional constrói personagens que podem ser até mesmo uma hidrelétrica ou uma fábrica; a realidade é manipulada para que o fato não seja apenas captado pelo olhar da câmera, mas ali montado, numa montagem antes da montagem. **Se na fotografia é fundamental a pose o que imprime um caráter estático, quebrado aparentemente quando monta a sequência, nos filmes ela participa do movimento, fundamento da imagem fílmica.** (BIZZELO, p.36, 1995)

Assim, mesmo que o olhar do fotógrafo está construindo uma realidade, ela é manipulada pela sua edição conforme o objetivo que se deseja passar com a iconografia tirada. Na Imagem 1- observa-se o estádio cheio e todos os ritos que antecedem o discurso de Getúlio. O interessante é quem puxa a fileira do desfile, um trabalhador que carrega uma grande figura de Getúlio Vargas, seguido por mulheres vestidas com um vestido branco carregando bandeiras do Brasil. Nas fotos 2 e 3, vemos Getúlio ao lado de Gustavo Capanema que está ao lado de oficiais da Marinha, reforçando a importância política das forças armadas, como a habilidade que o presidente possuía para lidar com divergências e oposição ao seu governo oriundos da Marinha e Aeronáutica. Isso se dá pela imagem 3, no qual traz jovens marinheiros enfileirados seguindo o desfile em comemoração ao Dia do Trabalhador, além de ter sempre inúmeras bandeiras do Brasil, reforçando ainda mais a política nacionalista do Estado Novo. É importante ressaltar que ao atentar-se às fontes, nota-se a importância das mulheres, dos trabalhadores e dos jovens marinheiros, permitindo supor através da análise a importância da educação na propaganda getulista. Em várias cartilhas e panfletos, é possível observar que as mulheres eram importantes, pois são elas responsáveis por educar os filhos para se tornarem bons cidadãos que amem e defendam o país contra ameaças externas, como a difusão do Liberalismo e do Socialismo e influências culturais americanas, encorajando os jovens a lutarem pelo Brasil, uma vez que nesse

período está ocorrendo a Segunda Guerra Mundial, em que, nesse momento o Brasil se encontrava neutro, mas que a priori entraria na guerra em 1944 ao lado dos Aliados. Por fim, vê-se a devoção dos trabalhadores à figura de Vargas, líder que concedeu inúmeros benefícios aos mesmos, como nesse evento no qual ocorreu o anúncio da Lei do salário mínimo aos trabalhadores.

É importante ressaltar que a imagem de Getúlio Vargas evoca, quase que de forma inconsciente os conceitos de *Populismo* e *Fascismo*. No entanto, na análise das imagens foi feita a escolha por não trazer a luz esses conceitos, mas, não se pode negar o caráter autoritário do Estado Novo, e sim, há algumas semelhanças que levam a caracterização de um governo fascista. Quanto ao não uso do conceito de Populismo trago as contribuições de Ângela de Castro Gomes⁵⁷, para demonstrar o não uso conceitual. Em primeiro lugar, a autora destaca que “Não importa qual seja a escolha realizada; escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco. Por incompletude ou por “má” compreensão, por adesão ou por rejeição [...]”, em segundo lugar destaca-se que o conceito de populismo está atrelado a “[...]uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência” (DE CASTRO, 2001, p.24.)

Nesse sentido, o objetivo da análise trazendo a representação e o real, tem por finalidade também demonstrar a não submissão da classe trabalhadora a Vargas de forma passiva. Mas como atores ativos na política brasileira que também colocavam seus interesses em jogo, e até discordavam de Vargas, pois em uma coletividade não há um pensamento homogêneo total, e como já foi discutido, a maioria da classe trabalhadora não era sindicalizada, e a partir de 1942, surgem inúmeras greves e insatisfações da classe com Getúlio. Assim, ainda tendo os apontamentos de Ângela de Castro em que a autora diz que não há como pensar os trabalhadores como passivos pois, “[...]O crescente enfrentamento que vinha ocorrendo entre as forças que sustentavam o pacto populista eclode quando o movimento popular assume formas mais novas e mais autônomas” (DE CASTRO, 2001, p 39-40). Dessa forma, vejo a relação das massas, na representação dos trabalhadores com Vargas, em um certo diálogo, mesmo no regime autoritário do Estado Novo, cada um com suas ideologias e interesses, mas que de certa forma era conveniente tanto para Getúlio, que tinha uma base para se apoiar politicamente, quanto para os trabalhadores que conseguiram seus direitos e cresceram de forma a se politizarem, que resulta na criação do PTB, que foi um partido importante na política brasileira até o Golpe de 1964. Portanto, se as imagens demonstram trabalhadores que parecem passivos a política e aceitarem tudo, a realidade, apresenta diferente; as massas e os trabalhadores eram politicamente ativos, tanto que após não atenderem seus pedidos, Vargas perde o seu apoio, e é obrigado a renunciar.

O segundo conceito que Vargas evoca, como já fora citado acima é o de Fascismo, e nas imagens a seguir, é possível encontrar alguns elementos que pode configurar o Estado Novo como um governo de

⁵⁷ Ver cap: o populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito, na obra FERREIRA, JORGE (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

caráter fascista.



Imagem 4- Homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Rio de Janeiro, 1941.

Fonte: Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Imagem 5 - Oficiais da Marinha discursando na Homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, no Departamento de Imprensa e Propaganda - 1941.



Fonte:

Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Essas duas iconografias servem para complementar a análise feita de como a Propaganda foi importante para o reforço da figura de Vargas como um grande estadista e também esconder a censura e repressão de suas políticas durante o Estado Novo (1937-1945), através de grandes cerimônias. Primeiro, chama atenção na localização em que está ocorrendo o evento, no palácio Tiradentes em que ficava a sede do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável pela propaganda e controle dos meios de comunicação, das produções artísticas. Pela imagem 4, percebe-se como a propaganda prezava em colocar Vargas sempre em evidência, isto fica claro, pela imagem ao fundo posta em destaque, em uma cerimônia que nem era para ele, e sim para homenagear o grande nome da Inconfidência Mineira, Tiradentes. Com esse gesto, Vargas deixava explícito a sua representação ao povo, se colocando ao lado de figuras importantes da História do Brasil, querendo, assim, demonstrar grandeza e se igualar ao homenageado Tiradentes, como um mártir, que luta pelo povo. Já que nesse momento, a oposição ao governo dele começava a se tornar consistente e na iminência de um golpe que veio anos depois, pelas forças armadas.

Além disso, é interessante ressaltar alguns elementos das imagens como: a reverência ao grande líder pelas crianças, que seguram a bandeira nacional, as forças armadas discursando, fotos de Vargas em tamanho que o coloque acima de todos; esses aspectos de forma inconsciente evoca e induz o governo Vargas, sobretudo no período do Estado Novo a semelhanças com governos totalitários concomitantes como de Mussolini na Itália, Perón na Argentina e de Adolf Hitler na Alemanha. Assim, é comum atribuírem a Getúlio Vargas a denominação de *fascista*. Contudo, a pesquisa rejeita rotular o presidente como fascista, ou o Estado Novo como um governo fascista. Dessa forma, trago as contribuições de Robert Paxton em sua obra “*Anatomia do Fascismo*”⁵⁸, no qual o autor aponta alguns erros e que hoje estão presentes até no senso comum, no qual seguindo um “rotulo” em que “o fascismo

⁵⁸ Recomendo a leitura dos capítulos 1 e 8 da obra.

se apresenta a nós por vívidas imagens primárias: um demagogo chauvinista discursando bombasticamente para uma multidão em êxtase; fileiras disciplinadas de jovens desfilando em paradas; militantes vestindo camisas coloridas e espancando membros de alguma minoria demonizada”; ademais, Paxton complementa que é um erro apontar governos autoritários como fascistas por encontrar algumas características que remetem a governos realmente fascistas, por exemplo, “A imagem do ditador todo-poderoso personaliza o fascismo, criando a falsa impressão de que podemos compreendê-lo em sua totalidade examinando o líder, isoladamente.”, para o autor, ao analisar os governos e ditaduras, sobretudo do século XX, para denominar se foram importantes é necessário que “[...]examine as interações entre o Líder e a Nação, e entre o Partido e a sociedade civil.” (PAXTON, 2016, p). Assim, por mais que o Estado Novo e Getúlio apresentem semelhanças com os governos fascistas de Hitler e Mussolini como: a propaganda, censura, exaltação ao nacionalismo... é importante salientar algumas características como; o não militarismo como na Alemanha e Itália, e não é possível notar no caso do Governo Vargas, o anticapitalismo que é também um dos estágios de governos fascistas, uma vez que o presidente brasileiro negociou investimentos com os Estados Unidos para acelerar a industrialização brasileira. Portanto, por mais que as imagens 4 e 5, evocam um governo que aparenta ser fascista e semelhante a Mussolini e ainda mais parecido com o governo de Perón na Argentina no mesmo período, é importante lembrar que a representação nem sempre confirma a realidade. No entanto, mesmo não seguindo a linha historiográfica que enxerga o Varguismo como fascista, não eximo o caráter ditatorial do Estado Novo e de ditador de Getúlio Vargas.

CONCLUSÃO

Assim, após analisar as fontes que remetem a Festa do Dia do Trabalho realizada no estádio do Clube de Regatas Vasco da Gama, em 1942, e a complementação das imagens retiradas na homenagem a Tiradentes em 1941, é possível concluir pelas iconografias tendo o cuidado em lidar com a fotografia como um documento histórico passível de manipulação para os fins necessários, nesse caso, a propaganda do Estado Novo conseguiu o seu objetivo no início da década de 40 do reforço político do regime, bem como esconder a repressão e perseguição à oposição, além de que, conseguiu o apoio das classes populares, se apoiando politicamente nelas. Entretanto, a realidade mostra um Estado forte nas mãos de Vargas, mas com interações e participação ativa das forças armadas e dos trabalhadores na política, sendo o trabalhismo de forma alguma manipulado por Vargas, mas entendo que há uma relação mútua, em que o Varguismo e a massa popular, representada pelos trabalhadores se apoiam a fim de atenderem seus objetivos finais. Deste apoio, surgem movimentos como o Queremismo entre outros, e mesmo após cair em 1945, sua figura mediante a classe popular permanece intacta, no qual reflete na volta de Vargas à presidência em 1951 por meio do voto direto.

Também cabe destacar as representações que Getúlio evoca; para alguns, “o Pai dos pobres”;

para outros o chefe militar forte que leva o Brasil ao protagonismo na Segunda Guerra, o salvador da “ameaça comunista”; e por fim o Vargas ditador. Assim, como Tiradentes, Vargas também conseguiu se tornar o mártir que desejava, e realmente *Saiu da vida e entrou para a História*. Portanto, deixo como questionamento: entre a representação e a realidade, qual Getúlio Vargas, o caro leitor evoca?

LISTA DE IMAGENS

Dossiê: Festa do Dia do Trabalho no Clube de Regatas Vasco da Gama, Rio de Janeiro, RJ. In: **Sistema de Informações do Arquivo Nacional** (SIAN). Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1470218&v_aba=1>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

Imagem 1 - Cód. de referência do documento: BR RJANRIO EH.o.FOT, EVE.2722 **Imagem 2** - Cód. de referência do documento: BR RJANRIO EH.o.FOT, EVE.2722 **Imagem 3** - Cód. de referência do documento: BR RJANRIO EH.o.FOT, EVE.2722

Dossiê: Homenagem a Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Rio de Janeiro, RJ. In: **Sistema de Informações do Arquivo Nacional** (SIAN). Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1470218&v_aba=1>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

Imagens 4 e 5: Cód. de referência do documento: BR RJANRIO EH.o.FOT, EVE.2668

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Maria Celina Souza D. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BATISTA, Gabrielle Nascimento. **Modos de ver, formas de narrar: a cultura e o povo brasileiro nas lentes de Jean Manzon e José Medeiros**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História da Arte)-Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

BAZIN, André. **O que é cinema?** Trad: Eloisa de Araújo Ribeiro São Paulo: Brasiliense 1991.

BIZELLO, Maria Leandro. **Imagens otimistas: representações do desenvolvimentismo nos documentários de Jean Manzon 1956-1961**. Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de mestrado, 1995.

CAPELATO, Maria Helena. Estado novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. II. p. 104 a 144.

CORRÊA, Marcos. **O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o IPÊS**

(1962/1963). Campinas, SP, 2005.

COSTA, Helouise. **Um olho que pensa: estética moderna e fotojornalismo**. 1998. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DRUMOND, Maurício. **Getúlio Vargas, São Januário e o 1º de Maio**. Ludopédio, São Paulo, v. 35, n. 1, 2012.

FERREIRA, JORGE (Org). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JEAN Manzon. In: ENCICLOPÉDIA **Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira**. São Paulo: Itaú Cultural, 2022.

LEVINE, R. M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, F. Antonio - **O Grupo Lua Cheia** - biografia de Antonio Monteiro; Publicado em Poetossíntese; 25 de julho de 2021

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. II. p. 13 a 39.

PAXTON, Robert O. **A Anatomia do Fascismo**. tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres - São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HISTÓRIA LOCAL, FUTEBOL E PAIXÃO: encontrando narradores e construindo relações no Estádio Governador Ernani Sátiro “O Amigão”

Laio Brandão Beserra – UFCG

Aluno do Curso de Pedagogia, Departamento de Pedagogia, UFCG, Campina Grande, PB, e-mail: laiobrandaoobb@gmail.com

RESUMO Este artigo teve como objetivo relatar a história local do Estádio Governador Ernani Sátiro - “O Amigão” a partir das experiências de vida de quatro sujeitos diferentes, focalizando a narrativa em quatro pontos centrais: a criação do estádio e as reivindicações campinenses, a formação identitária relacionada ao sentimento de pertença, as experiências amalgamadas no espaço “lugarizado” e as contradições sociais presentes no estádio. Como aporte teórico foi utilizado às noções de história local, a experiência como elemento constituinte do narrador, a emergência da crônica, o espaço como lugar e a cidade como expressão ativa dos sujeitos. Por fim, refletiu-se acerca da importância de promover espaços de escuta e compartilhamento de histórias populares que são muitas vezes subjugadas pela história tradicional, bem como pelos “grandes” fatos e personagens.

Palavras-chave: Amigão. Lugar. Narrador. História de vida.

Introdução

Escolher um espaço para estudá-lo historicamente foi uma tarefa difícil, pois me fez viajar por muitas lembranças significativas e constituintes do sujeito que sou hoje, despertando saudades esquecidas e desejos adormecidos de muitos lugares. No entanto, há sempre um espaço que ocupa lugares especiais em nosso âmago, lugares forjadores de relações, sensações e sentimentos. Na minha vida, esse lugar se chama “Amigão”, nome como é conhecido o Estádio Governador Ernani Sátiro. Para quem não gosta de futebol, ter um estádio como lugar de afetividade pode soar estranho, exagerado, mas tentarei explicar o porquê do “Amigão” ser tão especial, adiantando que esse lugar não exala apenas futebol.

A minha história com o “Amigão” iniciou-se aos quatro anos de idade e essa primeira ida ao estádio não teve nada relacionado a futebol. Nessa ocasião, a minha mãe estava indo treinar para conseguir a carteira de habilitação, prática ainda comum até os dias de hoje nas imediações do estádio. Recordo que durante o percurso meu pai contava sobre a beleza do estádio pontuando que este ficaria ainda mais belo quando tinha jogo do Campinense Clube. Enquanto criança não tinha ainda a dimensão do

que ele estava contando, todavia isso ficou guardado na minha memória por alguma razão. Enfim, continuando, lembro que ao avistar pela primeira vez o “Amigão” fiquei impressionado pelo seu tamanho e forma arquitetônica, contudo, a minha maior vontade era acessar o gramado e jogar, coisa que não consegui até hoje. Destarte, voltei para casa frustrado, pois apesar de me impressionar com a beleza física do espaço, não pude aproveitá-lo concretamente, sendo uma experiência meramente espectadora. Nesse momento, nem imaginava que aquela experiência frustrante voltaria a acontecer no futuro sob outras formas e contextos.

Vocês podem estar se perguntando: ora, como essa experiência frustrante inicial foi transformada com o tempo? Posso tranquilizá-los que essa resposta será construída durante o artigo, assim como a minha relação com o “Amigão” foi se constituindo ao longo do tempo. Assim, os convido a viajar pela minha história e de outras pessoas, para conhecer não apenas a história local do estádio, mas também as relações que nele foram tecidas. Dito isto, o artigo está organizado em quatro momentos distintos e acompanhará a história do estádio, assim como a minha história e a de outros sujeitos que influenciaram diretamente ou indiretamente nas minhas experiências. Os tópicos do artigo são: Transformações históricas do espaço: da criação à lugarização do “Amigão”; Formação Identitária: o despertar topofílico e o sentimento de pertença; Experiências e conexões: o “Amigão” como amálgama relacional; Desigualdade, preconceito e violência: as contradições pela ótica dos torcedores

Transformações históricas do espaço: da criação à lugarização do “Amigão”

A história do “Amigão” iniciou-se em meio a discussões sobre a construção de um estádio de maior porte na Paraíba, ensejando debates profícuos entre campinenses e pessoenses sobre qual cidade deveria receber esse patrimônio. Tudo começa quando o então governador da época, Ernani Sátiro, promete a elaboração de um estádio para João Pessoa, entretanto, a sociedade campinense ficou incomodada com a promessa, afinal, naquele momento Campina Grande possuía uma maior expressão futebolística no cenário regional e nacional.

Buscando chamar a atenção do governador, a crônica esportiva local organizou em conjunto com a sociedade campinense uma série de apelos através dos meios de comunicação, objetivando reivindicar uma praça de esportes para a capital do futebol paraibano, representada em grande parte pelas agremiações do Campinense Clube e Treze Futebol Clube. Depois de muito esforço e da ajuda de pessoas como Joselito Lucena e Ary Rodrigues, o estádio de Campina Grande se tornava cada vez mais realidade.

Ferreira (2022) destaca onze fatos históricos que foram cruciais para que esse dia se tornasse realidade. O primeiro deles, ocorreu em 1972, quando em plena campanha eleitoral, o candidato a vereador José Júnior convence o candidato a prefeito Evaldo Cruz a se comprometer na luta pela construção do estádio de Campina Grande. No dia 13 de fevereiro de 1973, através da portaria de nº 259/73 o prefeito eleito Evaldo Cruz instituiu um grupo de trabalho formado por desportistas para estudar a viabilidade de se construir um novo estádio. Em 22 de outubro do mesmo ano, o prefeito campinense através do decreto nº 67/73, desapropriou uma área de vinte e cinco hectares no Bairro do

Tambor, destinando-a construção de um Estádio Municipal. Nessa mesma data, o prefeito de Campina Grande enviou um ofício ao governador Ernani Sátiro comunicando sua decisão e solicitando seu apoio. No dia seguinte, o governador surpreendeu a todos e anunciou a decisão de construir dois estádios, um na capital administrativa, João Pessoa, e outro na capital do futebol, Campina Grande. No dia 28, os desportistas campinenses receberam o governador no aeroporto “João Suassuna” para agradecer a sua atitude.

No dia 15 de março de 1974 começaram os serviços de terraplanagem da área desapropriada e no dia 20 de maio do mesmo ano, o Governador Ernani Sátiro assina o contrato de construção com os diretores das empresas CONE e PECAL, determinando o início imediato das obras. Ulteriormente, em 8 de março de 1975, depois de muita insistência e luta dos campinenses, o Estádio Governador Ernani Sátiro é inaugurado em partida realizada entre Campinense Clube e Botafogo-RJ, que terminou empatada em 1 a 1. A título de curiosidade, o nome “amigão” foi dado em homenagem ao governador Ernani Sátiro e está relacionado com a forma que ele tratava seus auxiliares e pessoas do convívio, como amigos de longa data. Em 07 de fevereiro de 1982, o “Amigão” conseguiu atingir pela primeira vez a sua capacidade máxima de 42.149 torcedores durante a partida entre Flamengo-RJ e Treze Futebol Clube.

Ao transcorrer da década de 80, a construção do estádio impulsionou o processo de urbanização da área, modificando os espaços do bairro do Tambor e, ulteriormente, do bairro Itararé, bem como contribuiu para a relevância das vias: Rua Vigário Calixto, Estrada de Ferro, Avenida João Wallig e Rua Manoel Alves de Oliveira. No entanto, esse novo espaço urbano surgiu de maneira açodada para satisfazer os proprietários fundiários que possuíam terras no local. Sendo assim, a partir do aligeiramento das obras do estádio, houve, posteriormente, a criação de uma área residencial em volta do mesmo, onde as condições naturais da localidade foram ignoradas, como traz Celestino (2012).

O autor supracitado reflete que o terreno que circunda o estádio é marcado até hoje pela presença de problemas, como o de escoamento, pois o processo de urbanização ocorreu de modo apressado e desordenado, desrespeitando também as ruralidades do local. Por exemplo, nessa área é comum a presença de alagamentos, pois havia um riacho que foi aterrado de maneira inadequada para a construção residencial.

No contexto da dialética histórica, não há como negar essas inconsistências logísticas apontadas por Celestino (2012), porém é preciso sempre lembrar que a construção do Estádio Ernani Sátiro passou também pela diligência e insistência da comunidade campinense em vociferar os seus desejos. A esse respeito, Pesavento (2007) afirma que: “nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares.”

Em consonância com Pesavento (2007) e Macedo (2017), a história local nem sempre é marcada pelos grandes personagens e antagoniza muitas vezes com a história tradicional. Portanto, em antagonismo ao tradicionalismo, vale ressaltar que a história do estádio “O Amigão” é polifônica, grifada por vários personagens ativos que resistem às metodologias invisibilizantes e que se manifesta

nos gritos das arquibancadas. É imprescindível reconhecer que nessas vozes há uma riqueza imensurável de histórias locais que ressoam através da descendência, (re)produzindo os mais diversos sentimentos e experiências. Trata-se de uma reciprocidade ancestral e descendente, de pais para filhos, é a transformação de espaço em lugar, de fato histórico em vida.

Tuan assevera que: "lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais (...) Sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos" (TUAN, 1983, p. 203). Nas vivências subjetivas, o significado de espaço frequentemente assume sua faceta de lugar. O autor ainda afirma que: "A sensação de tempo afeta a sensação de lugar. Na medida em que o tempo de uma criança pequena não é igual ao de um adulto, tampouco é igual sua experiência de lugar." (TUAN, 1983, p. 206). As afirmações de Tuan penetram o meu contexto, o da minha família e amigos, afinal, é a partir da criação e usufruto do estádio "Amigão" que pude experimentar a transcendência da natureza física do espaço, ao frequentá-lo, consegui sentir suas qualidades metafísicas e, por conseguinte, o transformei em espaço "lugarizado", tecendo histórias e relações topofílicas e interpessoais.

Formação Identitária: o despertar topofílico e o sentimento de pertença

Os momentos reflexivos que antecederam a escrita deste artigo foram marcados por tentativas de resgatar nas lembranças as experiências que ajudaram a forjar minha identidade enquanto sujeito. Nesse esforço elucubrativo, lembrei de uma das primeiras coisas que gostei quando criança, a mistura das cores preto e vermelho. O rubro-negro estampado nas camisas do Campinense que meu pai usava, despertava um desejo anímico de me vestir igual, ainda não sabia, mas já era um dos primeiros sinais do sentimento de pertença que nasceria mais tarde no estádio Amigão. Pensar sobre essas cores, reviver essa reminiscência colorida me ajudou a recordar da primeira vez que fui ao estádio para torcer pelo Campinense Clube.

Era 07 de Julho de 2001, eu tinha sete anos e o meu pai já não ia ao estádio há um bom tempo, mas a boa fase do Campinense naquele ano, bem como a minha vontade de conhecer o estádio o motivou a levar-me ao jogo. Lembro que o jogo seria no domingo, e logo na quinta-feira ele me comunicou que iríamos ao Amigão. Quando recebi essa notícia fiquei muito entusiasmado e ansioso, recordo também de contar no dia seguinte aos meus amigos da escola que iria ver o meu time jogar. Passei os dias pensando apenas em como seria essa experiência de visitar o estádio Ernani Sátiro em dia de jogo.

Os dias passaram e chegou o domingo, logo pela manhã fui surpreendido com um presente, minha mãe tinha comprado uma camisa do Campinense, uma réplica que valeu mais do que qualquer produto oficial. Naquele dia, foi a primeira vez que vesti uma camisa do meu time, e foi a primeira vez que me senti fazendo parte de algo. Quando o relógio bateu às 14 horas em ponto, o meu pai falou: "vamos pra gente não se atrasar, quero encontrar um bom lugar para ficar", então saímos para pegar o ônibus 245, conhecido também como "azulão". Nessa época não havia integração, então foi preciso andar um "bocado" do Jardim Paulistano até o bairro do Tambor, porém não sentia cansaço, parecia

que cada passo tinha um significado. Memoro que sorria ao andar lado a lado com o meu pai, tinha a sensação de estar se conectando cada vez mais a ele. Desde esse momento, percebi que era muito mais do que simplesmente assistir a uma partida de futebol, pois sabia de alguma forma que seria o início de uma grande história.

Passando pelo Tambor e atravessando a Estrada de Ferro, chegamos às imediações do Amigão. Havia torcedores por toda parte, buzinas, carros de som, o hino da Raposa Feroz ressoava nos meus ouvidos, era como se tivesse encontrado o meu lugar. Fui contagiado pela energia que circunscrevia o estádio e que de alguma forma ecoava no meu coração. Lembro de ficar com a boca seca, o coração acelerado e uma azia angustiante enquanto esperava na fila dos ingressos. Com os ingressos em mãos, nos direcionamos para a fila de acesso da arquibancada sombra e a sensação de apreensão só aumentava. Meu pai preocupado com o tumulto me colocou à sua frente e tentava a todo o momento me proteger. Sentindo-se protegido e completamente inebriado, conseguimos passar pela roleta e entramos no estádio. Confesso que no primeiro momento a arquitetura do espaço me assustou um pouco, mas isso foi mudando à medida que fui subindo as escadarias até a arquibancada. É difícil descrever, mas o escuro encontrado nos corredores de acesso já estava sendo substituído pela luminosidade que refletia do gramado. Além disso, foi arrepiante ver tantas pessoas no mesmo lugar, cantando em uníssono: “ih fudeu, a raposa apareceu”! Em concomitância, fogos de artifícios eram disparados para prestigiar a equipe que entrava em campo, o som histriônico que se propagava pelas arquibancadas assumia cada vez mais um tom harmônico, como se meus ouvidos estivessem se adaptando a uma nova forma musical. Passando pela ansiedade, espanto e arrebatamento, a festa ficou completa quando o Campinense abriu o placar, foi inacreditável, o meu corpo completamente em êxtase pulava e cantava com um orgulho inexplicável, tomado por uma alegria espontânea que parecia vir de algo sobrenatural. E essa foi a primeira vez de muitas que torci no Amigão, que me senti especial e que pertenci completamente a um lugar.

A partir da experiência exposta acima, o estádio Amigão passou a ser um lugar de afetividade, um espaço vivo onde vários sujeitos cantam a uma só voz e, principalmente, um local de vivência para desfrutar da companhia do meu pai. Ademais, assim como diz o hino do Campinense Clube: “as cores da Paraíba, minha grande inspiração, rubro-negro na camisa, sangue, nervos e coração”, as minhas experiências no estádio Ernani Sátiro são também formas enunciativas do meu orgulho de ser matuto, campinense e paraibano. Seja em campeonatos locais, inter-regionais ou nacionais, vestir o manto rubro-negro é também representar de alguma forma a minha terra, nutrir o sentimento de pertencimento e ter altivez na hora de cantar: Ah, é Paraíba!

Experiências e conexões: o “Amigão” como amálgama relacional

No tópico anterior versei sobre minha primeira experiência no Amigão, porém o artigo não é apenas sobre minha relação com o estádio. Destarte, pretendo abordar outras histórias que se aglutinam com a história do Ernani Sátiro, relatos de outras pessoas e gerações, mais precisamente, de três sujeitos que possuem grandes narrativas. São estes: o meu pai, ‘seu’ Balduino e um dos meus melhores amigos, José Laurentino.

Como relatado anteriormente, a vivência no estádio despertou meu sentimento de pertença e de afetividade através da paixão de torcedor, mas, felizmente, a riqueza idiossincrática da história permite que naveguemos por outra aventura e outro despertar, isto é, outras formas de se relacionar com a história local, bem como maneiras distintas de participar dela.

O primeiro sujeito que tive o prazer de conversar foi Balduíno, o mais velho dos três e o mais saudosista. Segundo este, o Amigão perdeu muito de sua magia, pois a torcida de hoje é bem menos apaixonada e mais violenta. O Estádio para ele também era uma fonte de renda, já que preparava salgados e doces para vender em cada jogo. Além disso, o senhor de 79 anos não escondeu sua paixão pelo futebol, lembrando com certa facilidade dos melhores jogadores paraibanos do século passado e deixando claro que o Amigão era sua segunda casa. Quando perguntado sobre o que ele sentia mais falta, respondeu sem muita cerimônia que é dos grandes times do passado, que hoje Treze e Campinense são meros coadjuvantes no cenário futebolístico. Por ser torcedor do Campinense, comentou que era muito difícil conter suas emoções quando ia vender seus lanches em jogos do Treze, passando por situações complicadas, por exemplo, ter que comemorar gol do time rival para evitar problemas e melhorar suas vendas.

A segunda pessoa que pude entrevistar foi Lucinaldo, meu pai. Para ele sua experiência com o amigão está imbricada com a de Balduíno, afinal, sua primeira ida ao Amigão foi para ajudar na venda de lanches. Balduíno conhecia a minha avó e ofereceu a oportunidade para meu pai ganhar um dinheiro extra. Natural de Pernambuco, Lucinaldo aos 15 anos não torcia pelo Campinense, paixão que só desenvolveu dois anos mais tarde, depois de muitas idas para vender no estádio. Torcedor assíduo da Raposa da Borborema, ele conta que o Amigão era um lugar para encontrar os amigos raposeiros e aproveitar as emoções que só o futebol proporcionava. Em tom de brincadeira, confidenciou que após as vitórias ou derrotas sempre fazia a mesma coisa, ia para o bar mais próximo para beber, visando festejar ou atenuar os sentimentos decorrentes do resultado da partida. Em meio à emoção, confessou também que quando mais novo tinha o sonho de compartilhar momentos no estádio com um filho, afirmando que era muito feliz por tê-lo realizado.

Por fim, conversei com José Laurentino, um dos meus melhores amigos e torcedor do Campinense Clube. Ele afirmou que foi em 2 de novembro de 2003 que seu pai o levou pela primeira vez ao Amigão para prestigiar uma partida entre Campinense x Itapipoca pela série C do Campeonato Brasileiro. Relembrando das histórias no Amigão, contou que: “Meu pai não costumava ser tão contemplativo ou observador, e assim, até então, não demonstrava ter tanta paciência em sair de casa para assistir ao Campinense jogar, mesmo sendo seu clube do coração, o qual sempre acompanhava, porém não tinha no roteiro ser um torcedor assíduo, capaz de passar duas horas em pé participando da festa na torcida. De um dia para outro, ele decidiu assistir a todos os jogos possíveis do Campinense, decidiu, por ele e por mim, fazer parte disso. Dali em diante, aquela decisão mudaria para sempre a sua vida e a minha, o roteiro que ele trouxe para si, também foi escrito para mim. Passei então, a conhecer a versão espectador do meu pai, que tinha paciência para assistir a uma partida inteira, mesmo sendo a pessoa que parecia precisar estar sempre falando ou em busca de alguém para conversar. Com um cigarro numa mão e um copo de cerveja na outra, tinha sempre um assunto na ponta da língua, ou na

ausência de um interlocutor, sempre uma música na ponta da agulha para poder se deleitar no que ele costumava chamar de música boa de verdade.

De certa forma, nossos caminhos para encontrar o Amigão estão conectados, pois, ainda que a relação do pai de José com o clube fosse diferente da que o meu tinha, as nossas histórias com o estádio irrompem da relação pai e filho e, se conectam no futuro através do nosso laço de amizade. Vale destacar que em nosso primeiro encontro, no primeiro dia de aula do IFPB, tivemos a nossa primeira conversa partindo de experiências futebolísticas no Amigão e, de lá para cá já festejamos e sofremos juntos em momentos inesquecíveis no Ernani Sátyro. Outrossim, a paixão pelo Amigão que construí a partir do meu pai, teve influência do convite de trabalho feito por Balduino, sem ele, talvez, Lucinaldo não tivesse desenvolvido o amor pelo Campinense e, conseqüentemente, não influenciado a me tornar o torcedor que sou. Indo mais além, se não fosse torcedor do Campinense e frequentador assíduo do estádio Amigão, a conversa que deflagrou várias outras com José Laurentino talvez nunca tivesse acontecido e, o meu grande amigo poderia ser apenas mais um colega.

É nesse contexto relacional que a história local do Amigão entra em consonância com outras histórias de vida. Palco de grandes emoções, um estádio de futebol pode ser um amálgama relacional, assim como foi para Lucinaldo, Balduino e José Laurentino, é também um potencializador das minhas relações, auxiliando na minha formação enquanto narrador, filho, amigo, torcedor e ser humano.

Infelizmente, essas histórias intergeracionais muitas vezes são perdidas, pois os narradores locais são ignorados e as histórias populares tecidas nas implicitudes do cotidiano perdem espaço para as histórias “oficiais”. Para Benjamim (p. 210, 1985): “Não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade da reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades. Somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas...”. Dessa maneira, vislumbro que há mais histórias desses e outros narradores que precisam ser contadas, basta que os nossos ouvidos anseiem e busquem vozes menos conhecidas, vozes sufocadas pelo fetiche dos “grandes” personagens. A esse respeito, Bosi (2003) faz um convite para revivermos as crônicas, as experiências locais e a poesia popular, corroborando que em nosso meio há narradores emudecidos pela nossa impaciência.

Desigualdade, preconceito e violência: as contradições pela ótica dos torcedores

Nesse artigo, o Estádio Governador Ernani Sátyro já foi abordado como espaço representativo da sociedade campinense, lugar significativo e de pertença, bem como um amálgama relacional. Entretanto, o Amigão também é um arcabouço de questões críticas que refletem a nossa sociedade. Enquanto torcedor é impossível não notar as contradições e incongruências típicas do capitalismo e de uma sociedade preconceituosa, que acabam contaminando as experiências e suscitando preocupações. A partir das minhas experiências, elenquei abaixo alguns elementos dialéticos que estão presentes no tempo e espaço do estádio Amigão.

O primeiro elemento contraditório é o que está exposto de modo explícito na disposição dos sujeitos pelo local, expresso na divisão das arquibancadas. “Cadeiras”, “Sombra” e “Sol” são os setores do estádio Amigão e estes refletem a divisão social que há no estádio. De modo geral, essas arquibancadas são preenchidas por pessoas de classes sociais distintas, sendo a “Geral” o setor que tem preços mais acessíveis e, por conseguinte, ocupada em sua grande maioria por pessoas de menor poder aquisitivo. Vale ressaltar que após 22 anos de vivências no Amigão, posso afirmar que é na “Geral” onde os gritos têm maior ressonância e fervor.

No território do Amigão há também muito mais do que torcedores. Destaco primeiramente os vendedores, seja nas imediações do estádio ou nas arquibancadas, assim como seu Balduíno, essas pessoas aproveitam das partidas de futebol para conseguir complementar sua renda. Muitas vezes invisibilizados, esses agentes são importantes sujeitos do estádio e contribuem diretamente para a experiência local. Além desses, há também os jornalistas esportivos, como locutores e repórteres que realizam transmissões para aqueles que estão em suas casas. Não posso esquecer também dos jogadores, que em comparação aos grandes nomes do futebol recebem muito menos que seus companheiros de profissão mais famosos. Afinal, o futebol virou um grande negócio e times como Campinense e Treze sofrem para se manterem competitivos, o que acaba, infelizmente, afastando os torcedores menos fanáticos das dependências do Estádio Ernani Sátiro.

Além dos setores e dos agentes que atuam no espaço, há também muita violência por parte das torcidas organizadas, sobretudo, a Torcida Fação Jovem e a Torcida Jovem do Galo que disputam em clima de guerra o título de torcida mais “forte”. Seja no estádio ou fora dele, a violência por parte das torcidas se tornou algo corriqueiro, chegando a extrapolar o terreno de jogo e comprometer a vida de muitos sujeitos. Antigamente, durante os jogos entre Campinense e Treze as arquibancadas eram separadas ao meio com ajuda da força policial e cabos de isolamento, entretanto essa prática foi extinta devido ao grande número de incidentes violentos. Hodiernamente, há uma separação total das torcidas a partir do mando de campo, logo, a equipe mandante fica com sua torcida na arquibancada sombra e a outra na “Geral”. Vale destacar também que a força policial muitas vezes por despreparo ou por falta de contingente acaba sendo exageradamente truculenta com os torcedores, aplicando força excessiva e lesando pessoas que não fizeram nada.

Por fim, outro ponto nevrálgico observado no estádio são os preconceitos raciais, sociais e de gênero. Ofensas racistas e homofóbicas são as mais comuns perpetradas contra outros torcedores, jogadores e árbitros. Por exemplo, dizeres como “macaco” e “viado” são ditos muitas vezes sem nenhum pudor. Além disso, é importante relatar a pouca presença das mulheres no estádio, sendo o público feminino ainda uma grande minoria, afinal, o ambiente do futebol continua machista e extremamente tóxico com as mulheres, necessitando ainda de muitos avanços para alcançar um nível “aceitável”. Assim como qualquer outro espaço, o estádio precisa ser um lugar para todos e todas!

Considerações Finais

Em minhas observações finais destaco cinco elementos fulcrais. O primeiro deles está relacionado ao pseudo-protagonismo do pesquisador, porque o trabalho foi elaborado sem a presença

de hierarquias ou de valorações das histórias contadas. Esse tipo de abordagem me permitiu visitar outras histórias, enquanto as harmonizava com as minhas. Ademais, independente da forma que essas experiências foram narradas, todas elas carregavam uma riqueza não quantificável, repletas de experiências metafísicas do espaço que transgridem a lógica reificadora do capital.

O segundo elemento trata-se da importância de cultivar as lembranças. Reconhecer que relembrar é reviver e sentir o que foi enevado pelo desvanecer cotidiano. Buscar recordações históricas é um ato de preservar as memórias das pessoas que marcam/marcaram nossas vivências. O terceiro elemento está intimamente ligado a este e, refere-se à necessidade de nos formarmos ouvintes assíduos. Afinal, temos experienciado a pressa egoica de falar muito sobre nossas façanhas e ouvir cada vez menos, as do próximo.

Outro elemento imprescindível é o de empoderar os narradores populares. Assim como Walter Benjamin e Ecléa Bosi, defendo o enaltecimento das histórias vivas e pulsantes que permeiam as vozes clamantes do povo. Por fim, o último elemento, imbricado a este quarto, parte da afirmação que sempre há uma grande história perto de você. Seja na sua família, ou na sua rua, um narrador adormecido o espera para contar-lhe sua história, seja a história de um local ou de outras pessoas. Tais histórias podem colaborar para a sua formação enquanto sujeito consciente, crítico, reflexivo e, principalmente, sensível.

Em conclusão, fecho o meu trabalho com as seguintes palavras de Pesavento (2007): “Finalizando, retornamos àquela característica icônica do perfil das cidades: a sua materialidade, tão bem conhecida. Cidades são pedra, aço, ferro, vidro, barro, equipamento, traçado. Mas cidades de pedra podem ser lidas, já dizia Walter Benjamin, e os procedimentos dessa leitura, que fazem da arquitetura uma narrativa, são quase os mesmos daqueles do discurso literário”.

Referências

- ALVEAL, C. M. O.; FAGUNDES, J. E; ROCHA, R. N. A. **Reflexões sobre História Local e Produção de Material Didático**. Natal: EDUFRN, 2017.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. volume I, 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CELESTINO, J. C. P. **Uma abordagem socioespacial da evolução urbana do bairro Itararé no entorno do estádio Amigão entre 1970 e 2011**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, p. 220. 2012.
- FERREIRA, J. J. de Lucena. **O Radiojornalismo Esportivo de Campina Grande: uma análise a partir do arquivo pessoal do cronista esportivo Joselito Pereira de Lucena (1950-2011)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, p. 260. 2022.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Dossiê: cidades, Rev. Bras. Hist. Agosto, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/BXNmGmrvkWDkdVR4VPskmLJ/?lang=pt>
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 560p

AS PERSEGUIÇÕES AOS CARBONÁRIOS NO DUCADO DE MÓDENA ENTRE 1820 E 1822

Luiz Felipe dos Santos Narciso
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: lfelipesnarciso@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as perseguições aos Carbonários ocorridas no Ducado de Módena, um dos Estados da Península Itálica, entre 1820 e 1822. Por meio das fontes de época, buscar-se-á compreender a relação entre as perseguições, consolidadas pela convocação do Tribunal de Rubiera, e a nuance assumida pelo processo de Restauração no ducado, sem perder de vista também os impactos dos movimentos insurrecionais ocorridos na península durante este contexto e, a dura repressão que lhes fora empreendida pelas potências do Concerto Europeu.

Palavras-chave: Carbonários. Módena. Tribunal de Rubiera.

Introdução

Quando as tropas napoleônicas iniciaram suas vitoriosas campanhas ao norte da Península Itálica contra austríacos e piemonteses, entre abril e maio de 1796 (MORAES, 2021, p.72), não tardou muito para que alcançassem o Ducado de Módena, um dos Estados localizados entre o Reino da Sardenha e o Grão-ducado da Toscana. Naturalmente, o avanço das tropas francesas pelo território ducal significou a sua introdução na esfera de influência francesa. Assim, o ducado padano⁵⁹ foi incorporado primeiramente à República Cispadana⁶⁰, que se fundiu posteriormente com a República Transpadana⁶¹ e formou a República Cisalpina, entre 1797 e 1802 (NARCISO, 2021, p.164), uma das *repúblicas irmãs*, ou seja, repúblicas formadas entre 1796 e 1799 que seguiam os mesmos princípios da Primeira República Francesa (NARCISO, 2021, p.163).

Entre 1797 e 1805, os diferentes rumos tomados pelo Estado Francês em suas políticas interna e externa impactaram diretamente a relação francesa com aquelas áreas para onde seus ideais revolucionários haviam sido exportados. As derrotas ocorridas no biênio 1799-1800 levaram a uma mudança no trato com tais áreas; não bastava apenas fundar repúblicas que fossem guiadas pelos princípios da Primeira República, mas sim anexá-las diretamente. Para Hobsbawm, a mudança no trato com estas zonas contíguas à república, onde foram proclamadas as *repúblicas irmãs*, explica-se pelo fato dos elementos conquista e exploração imperial terem superado o elemento libertação (1977, p.96).

Outro elemento que deve ser levado em consideração diz respeito à política interna francesa, o

⁵⁹ Padano significa tudo aquilo que tem ligação com o Rio Pó. A ligação do Ducado de Módena com tal rio explica-se pelo fato da cidade de Módena ser banhada pelo Panaro, um dos afluentes do Pó.

⁶⁰ República formada na Península Itálica pelas regiões que correspondem à Módena, Reggio, Ferrara e Bolonha.

⁶¹ República formada na Península Itálica pela região que corresponde a Milão.

início do Império Napoleônico em 1804. A dimensão imperial do poder napoleônico acentuou ainda mais o processo de expansão, o que fez com que novas áreas fossem anexadas ao Império, ou postas sob sua zona de influência, e novos Estados fossem criados. Entre 1801 e 1814, diversos Estados ou regiões da Península Itálica foram anexados à República e, posteriormente ao Império, como o Ducado de Parma, o Piemonte, o Grão-ducado da Toscana e, Roma (NARCISO, 2021, p.164).

O historiador francês Jean-Baptiste Duroselle ao analisar as áreas afetadas pela expansão francesa, divide-as em alguns exemplos e, dois deles podem ser aplicados aos casos verificados na Península Itálica: as zonas assimiladas e as zonas de influência (DUROSELLE, 1985, p.8). Para Duroselle, as primeiras referem-se aos casos onde as localidades tenham sido anexadas diretamente ou incluídas em Estados Vassalos (1985, p.8), ou seja, Estados não anexados, mas que foram chefiados por Napoleão ou por homens de sua confiança, a exemplo do Reino da Itália, que teve Napoleão como rei e Eugène de Beauharnais como vice-rei (NARCISO, 2021, p.164).

Neste primeiro caso, as instituições francesas foram expandidas e aplicadas, a exemplo da igualdade perante a lei, do Código Napoleônico e da abolição da feudalidade. O segundo caso se trata das zonas de influência, ou seja, localidades alcançadas pela expansão napoleônica, mas que não foram anexadas ao Império ou incluídas na formação de um Estado Vassalo. Neste caso, o autor inclui o Reino de Nápoles (DUROSELLE, 1985, p.8), onde o Antigo Regime foi eliminado e o Código Napoleônico adotado. Entre 1806 e 1815, o Reino de Nápoles, controlado pela dinastia borbônica, foi chefiado primeiramente por José Bonaparte e, posteriormente, por Joaquim Murat, irmão e cunhado de Napoleão, respectivamente (NARCISO, 2021, p.169).

Entre 1805 e 1814, os territórios correspondentes ao Ducado de Módena foram incorporados ao Reino da Itália; Estado que compreendia as atuais regiões italianas da Lombardia, da Emília-Romanha, do Vêneto e partes da Toscana (NARCISO, 2021, p.164). A cidade de Módena foi também sede de um departamento, o Departamento do Panaro⁶², conforme ocorreu com outras cidades itálicas durante o decênio napoleônico, a exemplo de Parma, que sediou o departamento do Taro e de Florença, onde se localizava o departamento do Arno.

No dia 06 de abril de 1814, Napoleão foi forçado a abdicar (HOBSBAWM, 1977, p.105) e, cinco dias mais tarde, a assinar o Tratado de Fontainebleau, responsável por estabelecer as bases do processo de Restauração, consolidado mais adiante com o Congresso de Viena. Este tratado estabeleceu, dentre outras coisas, o exílio napoleônico na ilha de Elba e, a possibilidade do retorno dos soberanos destronados aos seus domínios.

O Significado da Restauração

Sobre a Restauração, convém analisá-la sob dois prismas: como um período e como um processo. Compreender a Restauração como um período, significa estabelecer marcos para seu início e término. Como marco inicial, foi estabelecido o Congresso de Viena (REMOND, [s.d.]; HOBSBAWM, 1977), ocorrido entre 1814 e 1815, onde ficaram determinados os princípios de legitimidade, equilíbrio

⁶² Recebeu este nome por conta do rio Panaro, um dos afluentes do Rio Pó, que corta a cidade de Módena.

e compensações, que nortearam a reorganização do mapa europeu, promovida pelos representantes das Quatro Grandes: Áustria, Rússia, Prússia e Inglaterra, que foram responsáveis pela derrota de Napoleão.

Este Período da Restauração foi marcado pela formação do Concerto Europeu, ou seja, um grupo restrito formado pelas Quatro Grandes e, acrescido posteriormente da França, criado com o intuito de suprimir os distúrbios que ocorressem no continente europeu (BURNS, 1977, p. 639). Para o funcionamento de tal concerto, ficou estabelecido o sistema de congressos regulares, convocados quando alguma ocorrência ameaçasse os preceitos e a ordem estabelecidos em Viena. Entre 1818 e 1822, foram organizados cinco congressos, em Aix-La-Chapelle, Carlsbad, Troppau, Laybach e Verona. Outros destaques deste período foram a criação da Santa Aliança e os movimentos insurrecionais ocorridos no biênio 1820-21, cujos impactos ajudaram a pôr em xeque a ordem estabelecida em 1815, conforme será visto mais adiante.

O marco mais utilizado para o fim do período da Restauração é o ano de 1830 (REMOND, [s.d.]; BURNS, 1977, p.642; HOBSBAWM, 1977, p. 122) e, estabelecer este ano como símbolo da derrocada do Sistema de Metternich significa utilizar como causas os movimentos insurrecionais iniciados em 1830, bem como a falência do Sistema de Congressos, com a saída da Inglaterra após o Congresso de Verona, o desenrolar da Guerra de Independência Grega e a Guerra Russo-Turca⁶³, já que o Império Russo deixou de pertencer à Santa Aliança após este conflito (BURNS, 1977, p.643).

É conveniente apontar que outros marcos também podem ser estabelecidos como responsáveis pelo fim do Período da Restauração, pois de alguma forma contribuíram para ajudar a solapar o que restava intacto da ordem estabelecida em Viena, são eles: a Primavera dos Povos, a Unificação da Alemanha e a Primeira Guerra Mundial. Considerar a Primavera dos Povos como marco do término do Período da Restauração significa, para além de ampliar seu período de vigência até 1848, levar em consideração os impactos gerados pelos diversos momentos em virtude de sua simultaneidade, da heterogeneidade das reivindicações, do forte caráter nacionalista e do peso da participação popular, por meio das organizações de trabalhadores e das manifestações socialistas (MORAES, 2021, p.90).

Os dois últimos marcos possíveis, a Unificação da Alemanha e a Primeira Guerra Mundial, relacionam-se ao mesmo ponto, o fim do equilíbrio europeu e seus impactos. A concretização da unidade alemã em 1871 contribuiu para acabar com o que restava da obra do Congresso de Viena (MAGNOLI, 2012, p.113), uma vez que o Segundo Reich projetou-se no continente europeu com pretensões hegemônicas, algo que se buscou evitar na Europa pós-napoleônica. A Primeira Guerra Mundial também pode ser considerada um rompimento com o equilíbrio europeu, estabelecido há pouco menos de cem anos, já que envolveu mais de duas potências no conflito, o que não ocorria desde a Guerra da Crimeia⁶⁴ (HOBSBAWM, 1977, p.118).

Tratar a Restauração como um processo, por sua vez, significa analisar principalmente os seus objetivos, os seus impactos na vida social e política europeia após o turbilhão napoleônico e, acima de

⁶³ Nome pelo qual ficou conhecido o conflito entre os Impérios Russo e Turco-Otomano, ocorrido entre 1828 e 1829, durante a Guerra de Independência Grega.

⁶⁴ Conflito ocorrido entre 1854 e 1856 que opôs o Império Russo a uma coligação formada pelo Império Turco-Otomano, pela Inglaterra, pelo Segundo Império Francês e, pelo Reino do Piemonte-Sardenha.

tudo, as suas contradições, que não foram poucas. René Remond apresenta a Restauração como:

o nome do regime estabelecido na França durante quinze anos, entre 1815 e 1830, mas essa denominação convém a toda a Europa. Ela é múltipla e se aplica a todos os aspectos da vida social e política. ([s.d.], p.8).

A Restauração tinha por objetivo uma volta total ao Antigo Regime (REMOND, [s.d.], p.9), ou seja, por meio da reinstituição da feudalidade, do restabelecimento do absolutismo monárquico, da retomada dos antigos aparelhos administrativos e, acima de tudo, da reorganização das fronteiras. No entanto, sabia-se que uma restauração total da velha ordem não seria uma tarefa fácil e, os próprios estadistas europeus tinham noção disso (BURNS, 1977, p.636). Esta impossibilidade de restabelecer a antiga ordem fez da Restauração um processo não integral (REMOND, [s.d.], p.10) e, cheio de contradições.

Algumas contradições podem ser percebidas em diversos âmbitos, como na reestruturação administrativa, na reorganização das fronteiras e no restabelecimento das instituições. Para ilustrar estas afirmações, convém analisar o caso da Península Itálica. No que concerne à reestruturação administrativa, o rei das Duas Sicílias, Fernando I, permitiu a permanência de figuras políticas que atuaram durante o decênio napoleônico, desde que lhe jurassem fidelidade, conforme ficara estabelecido nos Acordos de Casalanza⁶⁵ (NARCISO, 2021, p.169), além de preservar a abolição da feudalidade nas partes continental e insular. No âmbito político, o Código Napoleônico permaneceu em alguns Estados do Norte da Itália (REMOND, [s.d.], p. 12), a exemplo do Reino Lombardo-Vêneto e do Ducado de Parma, mas a ausência de constituições permitiu o despotismo de alguns soberanos locais (DUROSELLE, 1985, p.10), como Vítor Emanuel I no Piemonte-Sardenha e Francesco IV no Ducado de Módena.

O território da Península Itálica permaneceu bastante fragmentado, mas passou por uma simplificação, a exemplo do que ocorreu com o restante do mapa europeu (REMOND, [s.d.], p.10). As Repúblicas de Gênova e Veneza desapareceram⁶⁶, pois sua existência feria o princípio da legitimidade já que ele residia na hereditariedade e na longevidade das grandes dinastias (DUROSELLE, 1985, p.4), no entanto, este mesmo princípio foi violado por outro, o das compensações, o qual foi responsável por conceder os ducados da Itália Central e o Reino Lombardo-Vêneto, formado pelos extintos Ducado de Milão e República de Veneza, aos austríacos (BURNS, 1977, p.639).

Os elementos supracitados ajudam a demonstrar que a Restauração, além de não ter sido integral, foi também contraditória. Estas contradições permitiram que o processo de Restauração assumisse uma feição mais heterogênea, o que nos possibilita falar em processos de restauração. Estes assumiram duas tendências principais, conforme analisa Maria Sofia Corciulo (2011, p.2), buscando a

⁶⁵ Acordo estabelecido em 20 de maio de 1815, responsável por formalizar o fim do decênio napoleônico e o início do processo de Restauração no Reino de Nápoles, antes deste fundir-se com o Reino da Sicília e, dar origem ao Reino das Duas Sicílias.

⁶⁶ A primeira foi incorporada ao Reino do Piemonte-Sardenha, conforme o artigo 86 das atas do Congresso de Viena, a segunda, por sua vez, fundiu-se com o Ducado de Milão e deu origem ao Reino Lombardo-Vêneto.

anulação do legado napoleônico ou a conciliação deste com as permanências do Antigo Regime. Novamente, os casos da Península Itálica permitem ilustrar estas duas tendências; o Reino das Duas Sicílias e o Ducado de Parma, por exemplo, tenderam à conciliação, enquanto o Reino do Piemonte-Sardenha e o Ducado de Módena visaram à anulação (CORCIULO, 2011, p.2).

A Restauração no Ducado de Módena

Graças à possibilidade dos soberanos retornarem aos seus domínios, Francesco IV de Habsburgo-Este, neto do duque destronado Ercole III, chegou a Módena em 15 de julho de 1814 (PECORARO, 2001, p.833), sendo posteriormente confirmado pelas atas do Congresso de Viena. De acordo com elas:

ARTICLE XCVIII. His Royal Highness the Archduke Francis d'Este, his heirs and successors, shall possess, in full Sovereignty, the Duchies of Modena, Reggio and Mirandola, such as they existed at the signature of the Treaty at Campo-Formio (OAKES; MOWAT, 1930, p.84).

O Ducado de Módena foi um dos Estados da Península Itálica colocados sob dominação austríaca, assim como ocorreu com os outros dois ducados da Itália Central, o de Parma e o Grão-ducado da Toscana e, o Reino Lombardo-Vêneto (BURNS, 1977, p.639). A confirmação da dominação austríaca sobre estas localidades foi um desdobramento do princípio das compensações, estabelecido no Congresso de Viena e, que teve como objetivo conceder territórios às potências do Concerto Europeu que haviam vencido Napoleão.

Conforme mencionado anteriormente, a Restauração não foi um processo homogêneo e, os Estados da Península Itálica ajudam a ilustrar esta afirmação. As duas tendências relacionadas aos processos heterogêneos de Restauração foram a busca pela anulação do legado napoleônico e, a conciliação relativa marcada pela manutenção de alguns elementos. O exemplo modenense enquadrou-se justamente no primeiro caso, pois o soberano reempossado buscou apagar o legado napoleônico e, pôs em prática no ducado a face mais austera da Restauração (CORCIULO, 2011, p.2).

Os principais elementos que comprovam esta nuance austera do processo de Restauração verificado no Ducado Estense⁶⁷ foram a anulação do Código Napoleônico e, a retomada do *Codice Estense* de 1771, que foi responsável pela unificação da estrutura judiciária do ducado no século XVIII (SOLIERI, [s.d.], p.16). Outros elementos que também corroboram a presença desta tendência voltada para a austeridade foram o restabelecimento da censura, o retorno da incumbência dos jesuítas atuarem na educação básica, a limitação do ingresso de estudantes na Faculdade de Direito e, a retomada do processo de *guetização*⁶⁸ dos judeus, que fora iniciado no século XVII (PECORARO, 2001, p. 838).

Diante deste aparato repressivo vivenciado não só no Ducado de Módena, mas em toda a

⁶⁷ Relativo à Casa de Este.

⁶⁸ Processo de segregação espacial dos judeus, marcado pela transferência destes para os guetos.

Península Itálica, a difusão das sociedades secretas foi a única maneira encontrada de perpetuar a defesa de ideais liberais. O Ducado Estense, naturalmente, não fugiu à regra no que concerne ao desenvolvimento das sociedades secretas e, algumas delas, como a Carbonária, os Sublimes Mestres Perfeitos e a Spilla Nera tiveram grande expansão em seu território (ORI, 2011).

Dentre as três, a mais difundida era a primeira, a Carbonária, assim como em boa parte da Península Itálica. Suas principais características eram a defesa do Liberalismo e do Constitucionalismo em oposição ao Absolutismo, restaurado pelo Congresso de Viena. Esta oposição ao Absolutismo era de longe o único denominador comum entre os membros da Sociedade Carbonária por dois motivos principais, o primeiro era que ela congregava em seu interior uma diversidade de membros, o que acarretava multiplicidade de projetos políticos defendidos; poderiam ser encontrados tanto defensores do republicanismo quanto de uma monarquia constitucional (NARCISO, 2021, p. 171).

O segundo e, ainda mais complexo, é que seus objetivos modificavam-se de acordo com as diversas localidades. Um caso bastante ilustrativo desta pluralidade de bandeiras entre os carbonários ocorreu no Reino das Duas Sicílias, onde a atuação destes sectários foi bastante relevante, vide os movimentos insurrecionais de 1820. Este reino era formado por duas porções, a continental e a insular; na primeira, a atuação carbonária voltava-se para a defesa do Constitucionalismo em oposição ao Absolutismo. Na segunda, por sua vez, os interesses carbonários estavam divididos entre aqueles que também defendiam o Constitucionalismo, com maior incidência na porção oriental da Sicília e, aqueles mais radicais, defensores do autonomismo, atuantes na porção ocidental, mais destacadamente em Palermo (NARCISO, 2021, p.180).

As Perseguições e o Emblemático Caso Andreoli

Entre 1815 e 1820, a insatisfação com os efeitos da Restauração no território italiano foi bastante evidente, e um dos elementos que ilustram essa afirmação foi a grande expansão da Sociedade Carbonária (NARCISO, 2021, p. 170). Logo no primeiro dia de 1820, a Europa deparou-se com uma nova onda insurrecional, desta vez iniciada na Espanha; era a Revolução de Cádiz, que brevemente transformaria a monarquia absolutista de Fernando VII em uma monarquia constitucional parlamentar.

O exemplo bem-sucedido dos espanhóis acenderia o rastilho de pólvora na Península Itálica, que, assim como a Espanha, também presenciou a ocorrência de insurreições marcadas pela defesa do Constitucionalismo e do Liberalismo em oposição ao Absolutismo, pela participação das sociedades secretas e, pelo apego à Constituição de Cádiz (NARCISO, 2021). Os principais eventos insurrecionais na Península Itálica ocorreram em Nápoles e em Palermo, em julho de 1820 e, no Piemonte, em março de 1821.

Dois meses após o início das insurreições na Península Itálica, o duque Francesco IV emitiu dois decretos em sequência, um no dia 20 de setembro de 1820 e, outro no dia seguinte, por meio dos quais determinava que o pertencimento à Carbonária e às demais sociedades secretas era considerado crime de lesa-majestade, passível assim de pena de morte. Conforme os decretos:

1. Chiunque, avendo già cognizione dello scopo suddetto della Società dei *Carbonari*, si fosse ciò non ostante aggregato alla medesima, si è fatto reo del delitto di lesa Maestà in primo grado, contemplato dal §1, tit. II, lib. V del vigente Codice di leggi [...] (DOCUMENTI..., 1860, p.2).
3. I Rei di lesa Maestà in primo grado si puniranno con pena di morte non disgiunta dalle più rigorose esemplarità secondo le circostanze di si infame delitto [...] (DOCUMENTI...,1860, p.4).

A publicação destes dois decretos marca o início das perseguições aos Carbonários no Ducado de Módena, embora ficasse claro que não era apenas o pertencimento à Carbonária que era considerado criminoso (DOCUMENTI...,1860, p.2). Após estes decretos, pertencer a qualquer sociedade secreta significava atentar contra a figura do duque, o que caracterizaria o grave crime de lesa-majestade, o único passível de pena de morte. Além das condenações à morte, os réus que fossem condenados pelo crime supracitado também teriam seus bens confiscados conforme ficou estabelecido no decreto de 21 de setembro de 1820 (PECORARO, 2001, p.834).

O estabelecimento das perseguições não significou, contudo, a diminuição das atividades das sociedades secretas, pois em fevereiro de 1821, o número de filiações à Carbonária disparou, mais especificamente entre os dias 07 e 20 (PECORARO, 2001, p.837). Este crescimento ocorrido dentro de um curto espaço de tempo não foi casual, deveu-se, sobretudo, ao fato do caminho dos modenenses ter se cruzado com aquele percorrido pelos exércitos incumbidos da repressão da monarquia constitucional napolitana.

Ao final de janeiro, foi estabelecida no Congresso de Laybach⁶⁹ a incumbência dos austríacos desmobilizarem a monarquia constitucional parlamentar, que fora estabelecida em Nápoles desde julho de 1820. Foi entre os dias 07 e 20 de fevereiro, que as tropas austríacas atravessaram o território estense para alcançar o Reino das Duas Sicílias. Durante esta travessia, ocorreu outro evento que contribuiu para o avanço das perseguições aos Carbonários, a descoberta da Proclamação Latina.

Esta proclamação, intitulada *Strenui Milites Hungari⁷⁰!*, clamava para que o exército invasor, formado majoritariamente por húngaros, não procedesse a sua marcha em direção a Nápoles, pois o movimento que ocorrera em julho de 1820 significava a luta de um povo irmão pela sua liberdade (STRENUI..., 1821) e, não merecia ser reprimido. A descoberta deste documento acirrou ainda mais a perseguição “anticarbonária”, empreendida pelo duque Francesco IV e pelo chefe da polícia ducal, o odioso Giulio Besini.

Foi apenas em 1822 que as perseguições desdobraram-se em prisões e, a primeira delas foi a de Antonio Sacchi, em 03 de fevereiro de 1822 (ORI, 2011), dono da loja maçônica *La Costanza*, que havia sido fundada em 1818 (PECORARO, 2001, p.836). Entre fevereiro e abril, foram muitas as prisões ocorridas; mas a repressão viria a sofrer um duro golpe em 15 de maio de 1822, com o assassinato de

⁶⁹ Congresso ocorrido em janeiro de 1821, do qual participaram os representantes das potências do Concerto Europeu e os plenipotenciários italianos.

⁷⁰ Tradução para o português: Extenuados Soldados Húngaros!

Giulio Besini por Antonio Morandi (GLI ALTRI..., [s.d.]). No entanto, as forças repressoras utilizaram-se de um artifício ainda mais cruel: a convocação do Tribunal de Rubiera, por meio da lei n.º 08 de 15 de junho de 1822. Segundo esta lei:

(...) rimane istituito un Tribunale Statario Straordinario, il quale è delegato a conoscere e giudicare sommariamente ed in unica istanza e senza alcun ricorso, dei delitti di Lesa Maestà o di aderenza alle Sette ed associazioni segrete, che sotto qualsiasi nome tendono allo scopo di sovvertir l'ordine dello stabilito e legittimo Governo; e ciò non solo quanto agl'imputati che sono attualmente detenuti, ma ancora quanto ai contumaci e profughi, ed a quelli tutti, che in appresso venissero d'ordine Sovrano rimessi al detto Tribunale ond'essere giudicati per gl'indicati titoli intorno ai quali per Sovrana speciale Disposizione viene tolto qualunque privilegio di foro (ISTITUZIONE..., 1822)

O Tribunal de Rubiera foi um tribunal estatal extraordinário, com estrutura similar aos tribunais inquisitoriais, que funcionou no Castelo no Rubiera após ser convocado pela lei supracitada, com o objetivo de julgar e condenar aqueles que fossem suspeitos de pertencer às sociedades secretas. É interessante destacar que as regras para seu funcionamento já existiam antes de sua convocação, pois um decreto datado de 14 de março de 1821 havia estabelecido que o julgamento e a condenação dos suspeitos de pertencerem às sociedades secretas deveriam ser conduzidos por um Tribunal extraordinário convocado pelo Estado (DOCUMENTI..., 1860, p.6).

Este tribunal, estabelecido em 1822, teve como características principais de sua atuação a ausência do privilégio de foro, o estímulo às delações, a exploração de interrogatórios extenuantes e, a utilização de diversos métodos para a obtenção das confissões, desde as falsas promessas de perdão ducal até o uso de substâncias tóxicas, como a atropina da beladona (PECORARO, 2001, p.837). Muitos destes elementos são encontrados no caso mais emblemático relacionado à atuação do Tribunal de Rubiera, o caso de Giuseppe Andreoli, o único a quem fora imposta a pena de morte.

Nascido em 1789, Giuseppe Andreoli teve o interesse despertado pela vida monástica muito cedo, no entanto, demorou para que conseguisse finalmente seguir o seu caminho em virtude das dificuldades financeiras de sua família e da oposição do pai. Tornou-se sacerdote em 1817 e passou a se dedicar ao ensino de Letras e Oratória (ORI, 2011). Na primavera de 1820, ingressou na Carbonária que funcionava sob responsabilidade dos irmãos Carlo e Giuseppe Fattori e, graças à influência sobre seus alunos, conseguiu fazer discípulos, podendo citar os irmãos Flaminio e Ippolito Lolli, Giovanni Ragazzi e Domenico Galvani (GIUSEPPE..., [s.d.]; ORI, 2011).

Quando as prisões tiveram início, em fevereiro de 1822, não tardou muito para que Andreoli fosse preso, o que ocorreu ainda em fevereiro, sendo levado para Módena e posteriormente para Rubiera, onde fora submetido aos interrogatórios conduzidos por Giulio Besini (ORI, 2011). Enquanto esteve preso no Castelo de Rubiera, foi constantemente instigado por Besini a confessar seu envolvimento com os carbonários, em troca de falsas promessas de perdão ducal e da possibilidade de cumprir sua sentença em um convento de frades (VANUCCI, 1880, p. 250).

Outro elemento característico dos processos do Tribunal de Rubiera que pode ser encontrado no caso de Giuseppe Andreoli é o estímulo às delações. Besini estimulava os prisioneiros a delatarem uns aos outros, utilizando-se de falsas promessas e de barganhas, a exemplo daquelas que oferecera ao padre. Andreoli confessou ao seu companheiro de cela, o capitão Malagoli, que era carbonário e, este, por sua vez, levou a informação a Giulio Besini (ORI, 2011; VANUCCI, 1880, p.250).

O julgamento de Giuseppe Andreoli ocorreu entre os dias 26 e 31 de agosto de 1822, pesando sobre ele as acusações de proselitismo⁷¹ e lesa-majestade (ORI, 2011), esta última era passível de condenação à morte conforme o decreto de 20 de setembro de 1820. Nem mesmo a atuação do advogado Andrea Bettoli foi capaz de impedir a sua condenação. Convém ressaltar que os réus dos processos de Rubiera não contaram com nenhum privilégio de foro, tampouco de foro eclesiástico no caso Andreoli, uma vez que a possibilidade de um religioso ser julgado por um tribunal formado apenas por religiosos, ou seja, o foro eclesiástico, só foi estabelecido no ducado em 1841 graças a um acordo entre Módena e a Santa Sé (ORI, 2011).

Em 11 de setembro de 1822, fora emitida uma sentença que condenava 47 pessoas à prisão e outras 09 à pena de morte, sendo Giuseppe Andreoli uma destas (GIUSEPPE...,[s.d.]; ORI, 2011). Interessante pontuar que apenas Giuseppe Andreoli e outro prisioneiro, Francesco Conti di Montecchio, estavam presos no Castelo de Rubiera e, ambos foram condenados à morte, no entanto, Montecchio teve sua pena comutada em 10 anos de cárcere (GIUSEPPE...,[s.d.]).

Além de Montecchio, outros condenados à morte também tiveram suas sentenças comutadas em anos de cárcere, e um dos agraciados era acusado de ter matado o próprio pai (VANUCCI, 1880, p.250). O caso de Giuseppe Andreoli era mais grave perante o duque e o Tribunal de Rubiera por se tratar de um padre. Dentro desta lógica, Andreoli havia atentado duas vezes contra Deus: quando conspirou contra o poder ducal, o qual era justificado por Deus, e, quando ingressou em uma sociedade secreta que tinha como objetivo estabelecer uma trama contra a religião (ECCLESIAM...,1821,p.1), de acordo com a bula *Ecclesiam a Jesu Christo*⁷², emitida pelo Papa Pio VII em 13 de setembro de 1821.

Mesmo com as súplicas de Ficarelli, bispo de Reggio, Andreoli não teve a sua pena comutada (VANUCCI, 1880, p. 251) e, foi executado em 17 de outubro de 1822, aos 33 anos. Anos mais tarde, o duque Francesco IV reconheceu que violara privilégios da Igreja Católica durante a vigência do Tribunal de Rubiera (ORI, 2011) e, o ambiente político ducal foi marcado por uma maior tolerância, ainda que Francesco IV tenha publicado, em 01 de março de 1824, um édito contra os maçons, culpando-os pela desordem política ocorrida nos anos anteriores (PECORARO, 2001, p. 834).

Considerações Finais

A incapacidade de promover a restauração da velha ordem e a anulação completa do legado de mais de 10 anos de dominação napoleônica resultou em um processo de Restauração frágil, contraditório e não integral. Estas características abriram precedentes para que a Restauração assumisse feições heterogêneas nos diversos Estados europeus, que variaram entre a busca pela anulação do legado napoleônico e a conciliação com éditos e legislações remanescentes.

⁷¹ Utilizar de suas funções para conseguir seguidores.

⁷² Tradução para o português: A Igreja por Jesus Cristo.

No caso do Ducado de Módena, que fora restaurado sob o cetro de Francesco IV de Habsburgo-Este e sob a tutela austríaca, a nuance da Restauração visou justamente à anulação das reminiscências do período napoleônico (CORCIULO, 2011, p.2). Esta tendência austera entrava em choque com os ideais liberais e constitucionais, ainda veiculados pelas sociedades secretas, e com o contexto de insurreições, ocorrido na Península Itálica no biênio 1820-1821. Em meio a este panorama marcado pela difusão de insurreições, era necessário evitar que novos movimentos insurreccionais ocorressem e, a forma encontrada de fazê-lo foi por meio da repressão.

Em suma, pode-se inferir que a análise das perseguições e das repressões aos carbonários no Ducado de Módena, entre 1820 e 1822, requer uma abordagem que leve em consideração a nuance austera empreendida por Francesco IV no território estense, a atuação das sociedades secretas, bem como a ocorrência dos movimentos insurreccionais em Nápoles, em Palermo e, no Piemonte, que acabou por gerar a necessidade de se promover uma linha de atuação repressiva que se antecipasse à ocorrência de outros movimentos.

Fontes Primárias

1. **Documenti riguardanti il governo degli Austro-Estensi in Modena dal 1814 al 1859 (tomo I)**. Modena: Nicola Zanichelli Librai ed Editore, 1860;
2. **Ecclesiam a Jesu Christo**. 1821. Disponível em: < <https://www.vatican.va/content/pius-viii/it/documents/bolla-ecclesiam-a-jesu-13-settembre-1821.html>>. Acesso em: 03 mar. 2023;
3. **Istituzione del Tribunale Statario contro i delitti di lesa maestà**. 1822. Disponível em: <<https://www.comune.rubiera.re.it/entra-in-comune/i-servizi/cultura-e-tempo-libero/testi-e-pubblicazioni/rubiera-nera/la-restaurazione/>> Acesso em: 20 nov. 2022;
4. **Sentenza del Tribunale Statario Straordinario residente in Rubiera per giudicare i rei di Lesa Maestà e di associazione alle sette proscritte**. 1822. Disponível em: <<https://www.musei.re.it/collezioni/museo-del-tricolore/sala-risorgimentale/la-bandiera-clandestina/sentenza-del-tribunale/#:~:text=Il%20processo%20si%20svolse%20nel,al%20dispotismo%20di%20Francesco%20oIV./>>> Acesso em: 25 nov. 2022;
5. **Strenui Milites Hungari!** 1821. Disponível em: <https://www.comune.rubiera.re.it/wp-content/uploads/2015/06/3_150616010304.pdf> Acesso em: 25 nov. 2022.

Referências Bibliográficas

- BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental: Do Homem das Cavernas até a Bomba Atômica**. Porto Alegre: Editora Globo, 1977;
- CORCIULO, Maria Sofia. **Costituzionalismo 1820-1821**. Disponível em: <<https://www.bibliotecaliberale.it/glossario/c/costituzionalismo-1820-21/>> Acesso em: 03 mar. 2023;
- DUROSELLE, Jean Baptiste. **A Europa de 1815 aos nossos dias**. São Paulo: Pioneira, 1985;
- Giuseppe Andreoli**. Disponível em: < https://www.treccani.it/enciclopedia/giuseppe-andreoli_%28Dizionario-Biografico%29/>. Acesso em 25 nov. 2022;
- Gli Altri Stati Italiani dopo la Restaurazione**. Disponível em: <<https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1822b.htm/>> Acesso em: 25 nov. 2022.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977;
- MAGNOLI, Demétrio. Congresso de Viena (1814-1815). In: MAGNOLI, Demétrio. (org.). **História da Paz**. São Paulo: Contexto, 2012;
- MORAES, Luís Edmundo. **História Contemporânea: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2021;

NARCISO, Luiz Felipe. I Moti del 1820 in Italia: 200 anos dos movimentos revolucionários de 1820 na Península Itálica. **Revista Historiador**, 2021, n.14, p.163-182;

OAKES, Augustus; MOWAT, R.B.(orgs.). **The Great European Treaties of the Nineteenth Century**. Oxford: Clarendon Press, 1930;

ORI, Fabrizio. **Don Giuseppe Andreoli. Primo Martire del Risorgimento**. Disponível em: <<https://www.comune.rubiera.re.it/entra-in-comune/i-servizi/cultura-e-tempo-libero/testi-e-pubblicazioni/don-giuseppe-andreoli-primo-martire-del-risorgimento/>> Acesso em: 25 nov. 2022;

PECORARO, Mario. Massoneria, società segrete e “congiura estense”. In: SPAGGIARI, Angelo; TRENTI, Giuseppe (orgs.). **Lo Stato di Modena: Una Capitale, una dinastia, una civiltà nella storia d’Europa**. Ministero Per I Beni e Attività Culturali: Modena, 2001;

REMOND, René. **O Século XIX: 1815-1914**. Disponível em: < <https://doceru.com/doc/x8sx0>>. Acesso em: 03 fev. 2023;

SOLIERI, Fabrizio. **Il Fallimento di un Ducato. Ceti dirigenti, società e volontariato militare a Reggio Emilia (1848-1859)**. Tese de Doutorado apresentada na Università degli Studi di Parma, [s.d.], 567f;

VANUCCI, Atto. **I Martiri della Libertà Italiana dal 1794 al 1848**. Milão, 1880.

ENTRE A REVOLUÇÃO URBANA E O FIM DE UMA ERA

Gabriel Alves de Nápolis

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Instituto de História (INHIS). napolisgabriel@gmail.com

Resumo: O presente texto tem por objetivo a análise de um dos períodos mais sanguinários de uma das civilizações mais importantes na história da humanidade: a civilização mesopotâmica. Para tal, foram utilizadas a análise sistemática de fontes primárias, entre elas os anais de Senaqueribe e de Tiglath-Pileser I, ambos traduzidos para o inglês; e de fontes secundárias para a análise breve de um dos períodos mais importantes para a formação da sociedade humana como conhecemos. A primeira parte do artigo é dedicada a elencar como se deu o processo de Revolução Urbana, abarcando a influência religiosa que permitiu dar vida ao processo que deu origem aos primeiros núcleos urbanos e a intensificação de laços comerciais. Por fim, a parte final do presente texto irá compreender uma análise de alguns dos Reis mais sanguinários que governaram a Mesopotâmia, pertencentes aos Assírios.

Palavras-Chave: Mesopotâmia. Assírios. Revolução Urbana.

Introdução

Depois que a realeza desceu do céu, a realeza estava em Eridu. Em Eridu, Alulim tornou-se rei; ele governou por 28.800 anos. Alagar governou por 36.000 anos. Dois reis; eles governaram por 64.800 anos. (ETCSL, [s.d], linha 1-39)

O trecho acima faz parte da Lista de Reis Sumérios, compilada a mando do rei Utu-Hegal de Uruk, que foi o responsável por empreender uma campanha contra os bárbaros das montanhas iranianas situadas ao leste do território, conhecidos como gutis, um povo cujas investidas mergulharam a parte sul da Mesopotâmia em uma verdadeira era das trevas por mais de um século. “Utu –Hagal estava ansioso por deixar claro que sempre houvera apenas uma cidade soberana e legítima em toda Suméria e que ele e Uruk eram os herdeiros legítimos da realeza em toda a região” (KRIWACZEK, 2018, p. 31). Após um período de muito tempo, um arqueólogo, a serviço da Companhia Inglesa das Índias Orientais, John Taylor, redescobriu a muito esquecida Eridu em um conjunto de pântanos. Em um vale de 25 quilômetros, aproximadamente, Taylor “encontrou uma coleção de cômoros e ‘uma fortaleza arruinada, cercada por altas muralhas, com um bastião ou torre numa das extremidades’, encimando uma colina no centro de um lago ressecado” (KRIWACZEK, 2018, p. 32). No vale com abertura em seu Norte para o rio Eufrates, localizou um importante achado, mas sua inexperiência técnica na arte da arqueologia o levou a realizar escavações um tanto quanto desconexas e, como os museus da época ansiavam por artefatos de aparência rica e esplendorosa, o britânico se via decepcionado, levando para

casa apenas um conjunto de tabuletas com inscrições em cuneiforme. A descoberta de Taylor revelava a Lista dos Reis Sumérios que dava a Eridu o caráter de “pai da civilização”.

Agora distante no tempo, as características que fizeram deste local o suposto começo da civilização estão perdidas. Mas, para entender o que fez deste lugar o berço da civilização, é necessário compreender que a paisagem atual é fruto de uma contínua transformação, na qual as antigas estepes cobertas por gramíneas, que permitiam a existência de uma abundante pastagem, deram lugar ao deserto. O mar do atual Golfo Pérsico, que infiltrava na terra e dava uma abundância de peixes, retrocedeu; bem como nas trilhas de terra e areia batida que permitiam a passagem de uma vasta rota de comércio, que iam desde as montanhas do Irã até a parte meridional da Mesopotâmia. Além disso, havia o em uma depressão fruto de um impacto de um suposto meteorito, que formaria o lago pantanoso que os sumérios conheciam por Apsu que fornecia abundância de água doce e peixes. Este retorno no tempo é necessário para entender que o local que abriga as atuais ruínas de Eridu já foi um ambiente rondado por vida e por condições que propiciavam o nascer de uma civilização.

A presente pesquisa tem por finalidade uma breve exposição bibliográfica, construída por meio de fontes primárias e secundárias, de um dos períodos mais sanguinários da história da Mesopotâmia: o reinado dos assírios. Seu principal objetivo é percorrer os governos de seus reis mais sanguinários que impuseram um reinado de terror legitimado pelas leis divinas de seus deuses, em especial o deus Assur. Mas, além da análise deste período particularmente sangrento, é necessário compreender a Revolução Urbana, acontecimento que tornou por possível a construção das civilizações da Mesopotâmia. No núcleo de sua problemática, está a necessidade de compreender os mecanismos de violência utilizados para a coerção de uma sociedade ancestral. O recorte temporal estabelecido para tal é o período que compreende o período de dominação Assíria, em especial o domínio de Tiglath-Pileser I, que vai de algum momento do século XII a.C. até o ano de 1076 a.C.; e o reinado de Senaqueribe, que compreende os anos de 705 a.C. até 681 a.C.

Antes de tudo, uma análise pertinente a ser realizada logo na introdução se refere às práticas de violência. Hayek (2009), em seu artigo “Refletindo Sobre a Violência”, atribui o início do interesse do gênero acadêmico pela violência aos estudiosos do século XIX. Retornando a autores como Marx, Hegel e Nietzsche, Hayek aborda que

para Marx a violência passou a ser algo superável e não inerente ao homem. E para Nietzsche ela é algo que pertence ao homem. Por se tratar de uma questão já existente desde a Antiguidade, vale lembrar que existem relatos referentes à Idade Média em que a violência física fazia parte do homem medieval (HAYEK, 2009, p. 1).

A discussão acerca da temática da violência se torna mais expressiva na década de 1980, período do qual, para Hayek, às práticas violentas são banalizadas, uma vez que alguns teóricos, como Odalia (1985, p. 14 *apud* HAYEK, 2009, p. 2), atribui que “[...] uma das condições básicas da sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala

desconhecida pelos outros animais”. No mais, a definição de violência deve passar por uma análise de sentidos. É preciso compreender que este termo está envolto por diversos sentidos, que variam de sociedade para sociedade e de cultura para cultura. Nesse sentido, partindo do pressuposto de Raymond Williams (2007), deve-se tratar a violência como uma palavra que se articula a partir de uma definição primária. Nesse sentido, se tornou pertinente a utilização da definição encontrada na obra da indiana Veena Das e do psicólogo também indiano, Ashis Nandy, intitulada “Violence, victimhood and the language of silence” (Violência, Vitimismo e a linguagem do silêncio, 1985). Segundo os autores,

a violência não deve ser definida a partir de sua incidência, de suas supostas causas e consequências, tampouco a partir de tipologias, mas como experiência relacionada a processos políticos, atravessada por noções de família e de parentesco, e pela forma como as pessoas utilizam a linguagem para expressar dor e sofrimento (LACERDA; PARREIRAS, 2021 apud DAS; NANDY, 1985).

Nesse sentido, se empreende uma análise da violência palaciana no contexto político do reinado dos Assírios.

A historiografia que trata deste assunto remonta ao século XIX. Esse período de estudos acerca dos povos mesopotâmicos detinha, como enfoque, à realeza urbana. Para os historiadores do século XIX, esta realeza urbana era

um sinônimo de poder mais estável e contínuo e relegando a chefia tribal ao papel de elemento de disfunção. Os mais de três mil anos de história da região foram concebidos como uma sucessão de poderes monárquicos sediados em cidades, e as tribos nômades, vistas como erupções transitórias e violentas no continuum da vida de sociedades urbanas, sedentárias, centradas em palácios (...) a assiriologia reproduziu um modelo de alternância entre fases de centralização, fundada em pilares palacianos endógenos e “períodos intermediários” de desagregação, resultantes da intervenção de elementos antagônicos externos, de natureza tribal” (REDE, 2017, p. 12-13).

Assim, a interpretação das relações de poder era resumida na interação palaciana: “a monarquia de caráter divino, o rei como agente soberano e o palácio como centro decisório – esses foram os componentes essenciais da análise que se impôs na maior parte do tempo” (LIVERANI, 1997; 2013 apud REDE, 2017, p. 13). No que tange a interpretação das relações de poder dentro do mundo mesopotâmico, às análises se encontram um tanto quanto presas a essa concepção palaciana e urbana da sociedade mesopotâmica. Essa prisão se deve ao fato de que o “processo de formação da documentação textual e material favoreceu um viés palaciano e urbano, que as escolhas de arqueólogos e epigrafistas apenas fizeram acentuar” (REDE, 2017, p. 14). Uma alternativa a essa historiografia tradicional se encontra na realização de um resgate da complexidade e pluralidade dos agentes em

interação e em constante mudança. Se nas obras historiográficas do século XIX, os protagonistas eram às interações palacianas, essa historiografia posterior busca por erguer as dinâmicas tribais nesta posição protagonista. Rede (2017), acerca dessa dinâmica de análise, propõe uma categoria conceitual chamado “palácio Beduíno”. Essa categoria conceitual

implica uma leitura do poder em sua constituição híbrida, palaciana e tribal, na qual a autoridade do líder – ao mesmo tempo, monarca e chefe de tribo - exercia-se sobre um conjunto populacional, sedentário e nômade, mais do que sobre um território composto pela capital real e suas adjacências urbanas e aldeãs (REDE, 2017, p. 14).

A metodologia utilizada para a pesquisa que resultou no presente artigo foi a leitura bibliográfica, principalmente, do assiriólogo Samuel Noah Kramer (Mesopotâmia: O Berço da Civilização), do historiador Paul Kriwaczek (Babilônia: A Mesopotâmia e o Nascimento da Civilização), o trabalho de Gwendolyn Leick acerca das cidades mesopotâmicas (Mesopotâmia: Invenção da cidade). Para além das fontes secundárias, foram também utilizados os anais de Senaqueribe e de Tiglath-Pileser I como fontes primárias. A partir dessas, foi possível uma sistematização entre as fontes e a análise deste período sangrento da história de uma das primeiras civilizações do mundo.

A Revolução Urbana

Apesar de se referir, em parte, a transformação do meio urbano, esse não é seu aspecto principal. A cidade possibilitou uma hierarquização da sociedade e permitiu a introdução de uma instituição palaciana e, conseqüentemente, concebeu conceitos como a divisão do trabalho, de uma organização religiosa, do planejamento urbano, do planejamento de leis que se organizariam nos dando direitos e códigos penais que existem hoje e que regem a vida pública. Além, é claro, das tamanhas inovações que surgiram para facilitar a vivência em sociedade e na organização de uma sociedade soberana, bem como na organização de uma economia concisa, tais como o barco a vela, a escrita e, até mesmo, a invenção da roda. Estas inovações não fugiram das observações do rei Utu-hegal e de seu escriba ao redigir a Lista dos Reis Sumérios e atribuir a realeza o caráter de divindade e atribuindo, dessa forma, essas tantas inovações ao rei divino e soberano dos quatro cantos da terra. Isso, atualmente, pode soar como uma loucura, uma vez que a democracia surge para retirar do soberano esse caráter divino e absoluto, mas quando observados alguns comentários de radicais ligados ao trigésimo oitavo (38º) presidente do Brasil, por exemplo, ao associarem sua imagem com o messias bíblico; percebe-se que esta tendência em associar um indivíduo político a uma divindade não é uma atribuição exclusiva dos antigos. Assim como aqueles que atribuem o sucesso da evolução humana a alienígenas como os teóricos Erich Von Däniken e Zechariah Sitchin, as evoluções e transformações da natureza ou a evolução social e econômica, os antigos buscavam na mitologia uma forma de explicar seu sucesso e suas conquistas.

A Revolução Urbana, iniciada em Eridu, assim como outros tópicos do conhecimento e da história da humanidade, alvos constantes de discussões entre progressistas e conservadores que colocam a humanidade, não como responsável pelas suas próprias conquistas, mas como um objeto passivo à ação de um terceiro, de supostas forças exteriores, e nisso até mesmo os antigos têm em comum com os modernos.

Verdade ou não, é inegável que alguma força exterior proporcionou caminhos ideais para a evolução humana até os dias atuais. As discussões entre abordagens progressistas de uma certa parcela da população, que observa e prioriza a evolução e progresso, e de conservadores, uma parcela populacional articulada através da manutenção dos costumes e de antigos métodos, proporcionaram a humanidade grandes mudanças culturais que resultaram no mundo como se é conhecido na atualidade. Um grande exemplo deste processo está, justamente, em um processo anterior a Revolução Urbana: a Revolução Neolítica. Uma coisa é clara, os caçadores e coletores que se viam dispostos em hábitos nômades ou semi-nômades se viam em uma clara disputa com aqueles que desejavam se fixar na terra, se aproveitando do cultivo e da pecuária para sobreviver. De início, esse novo costume que se inaugurava era visto como algo não tão compensador.

As próprias escrituras sagradas do livro de Gênesis provam isso, sendo uma clara evidência de que a Revolução Neolítica foi o sinônimo de uma queda do homem: “Maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela, todos os dias da tua vida. Espinhos e cardos nela te produzirá, e comerás ervas do campo. Com o suor, teu rosto comerás o teu pão. ” (BIBLIA, 2018, Genesis 3:17-19.). Textos como esse evidenciam uma resistência ao processo de sedentarismo proporcionado pelos avanços na Revolução Neolítica por parte de uma parte dos caçadores e coletores e essa resistência se expressa até hoje sob comunidades como os Kung, uma comunidade que vive no deserto de Calaari. Com isso, a religião teve um importante papel no quesito de disseminar a ideologia que a revolução neolítica trazia.

Esse mesmo processo entre o conservadorismo e o progressismo ocorreu na Revolução Urbana, mas não em mesma intensidade, não ocasionando em um processo destrutivo de costumes antigos. No entanto, havia um sacrifício importante que se diz respeito a autonomia e a liberdade e nisso, a religião e a ideologia foram imprescindíveis para a adaptação desse povo a vida regrada nas cidades. Prova disso, foi a disseminação e a própria confecção da Lista dos Reis Sumérios e na autoafirmação dos reis como divindades.

Os Assírios: As Sádicas Dinastias do Terror e do Sangue

Após compreender os termos e as transformações na sociedade em decorrência da Revolução Urbana, é possível seguir rumo à análise do reinado de terror dos Assírios. Os assírios se lançaram em uma campanha ambiciosa de poder e busca por hegemonia, firmando domínio por toda a extensão do Oriente Próximo. Tiglath-Pileser I era um dos arquitetos dessa campanha. Derrotando os hititas e defendendo o comércio que girava em torno do ferro, este rei subjugou os guerreiros vindos da Armênia e dos montes Zargos, exigiu tributo dos fenícios na costa do mediterrâneo e capturou por um período curto a cidade-estado da Babilônia. Como não só de conquistas um rei se mantém no poder, Tiglath

também foi responsável por inúmeras restaurações de Zigurates, construções públicas como parques. Além disso, este rei disseminou muitas práticas culturais e administrativas das quais se apoderou da babilônia. Mas, apesar de bondoso com seu povo, era cruel com seus inimigos, que não conheciam essa faceta bondosa. Sua cruel política de carnificinas “tornaria os reis assírios temidos em todo mundo antigo. Não há guerra que seja cruel, mas a partir de Tiglath-Pileser I os assírios praticaram o terror com uma implacabilidade que é talvez sem par em toda história dos povos instruídos e civilizados” (KRAMER, 1969, p.57). Em suas inscrições dos anais reais, este rei descreve uma política de adoração aos deuses que, apesar de não ser difundida dentro da assíria, incluía o sacrifício humano. O sacrifício humano praticado por Pileser é mencionado na inscrição do próprio rei que dizia: “Eu os construí [referência a suas obras destinadas reconstrução dos templos e zigurates]com tijolos, eu alarguei-os além da sua forma inicial e os adornei. Dentro deles, eu sacrifiquei preciosas vítimas para o meu senhor Vul” (Assyrian Inscription of Tiglath-Pileser I, c.1100 a.C., linha 47). Não era de cidadãos assírios e tão pouco de voluntários, mas supõe-se que eram realizados entre os inimigos, em uma política que espalhava o terror entre os inimigos e inspirava o temor de seus súditos.

Outra de suas vitórias sangrentas e demonstrações de violência, que tinham como claro objetivo disseminar o terror, foi empreendida contra a Anatólia e seus aliados. Em outro fragmento da obra de Tiglath, esse afirma:

No começo do meu reinado, vinte mil (de seus guerreiros), e cinco dos seus reis, que mantinham os reinos Alza e Perukhuz, sem pagar tributos e oferendas para o meu senhor Ashur e a quem o rei da Assíria nunca se aventurou a encontrar em batalha, se entregaram a sua força para apreender (dominar) o país de Comukha. A serviço do meu senhor Ashur, eu reuni carruagens e guerreiros (para atravessar) o reino de Kasiyaia, um reino difícil que passei. Com seus vinte mil guerreiros e seus cinco reis, do reino de Comukha, eu me ocupei e os derrotei. As fileiras de seus guerreiros na batalha foram derrotadas como se por uma tempestade. Suas carcaças cobriam os vales e os topos das montanhas. Eu cortei suas cabeças fora e, nos parapeitos das muralhas de suas cidades, eu fiz montes, como montes de terra. Seus moveis, sua fortuna e seus objetos de valor eu saquei uma quantia incontável. Seis mil de seus soldados rasos que se renderam diante dos meus servos e aceitaram meu jugo, eu os tomei e os entreguei aos homens (Assyrian Inscription of Tiglath-Pileser I, c.1100 a.C., linha 5)

Com um governo baseado na disseminação do terror, Tiglath não era um governante que, como grande parte dos seus sucessores na luta pelo poder mesopotâmico, conseguia um domínio forte nas áreas conquistadas. Tal movimento de manutenção de poder resultou na perda da Babilônia e, principalmente, após sua morte em 1080 a.C., os conquistados rapidamente escaparam do domínio assírio e se tornaram independentes novamente. Este processo de declínio no seu domínio virou a maré do domínio assírio contra seu favor e, rapidamente, a tribos em seu entorno, em especial aqueles que

viviam nos Montes Zargos, fora reduzindo seu governo a uma fina faixa de terra ao lado do rio Tigre. Outra tribo que fixou residência nas proximidades do atual Golfo Pérsico foram o povo que tornaria os caldeus, habitantes da Caldéia devido à forma que eram conhecidos como caldu. Cento e cinquenta anos depois do desastre político e bélico que assolou a Assíria decorrente do fracasso que a política de terror de Tiglath representou, o fim do século X a.C. foi marcado pelo reerguimento do reino.

Sob reinado de Adadniari II, os assírios foram bem-sucedidos na retomada do controle da situação ao erradicar as tribos dos Monte Zargos, tomando grande parte do território babilônico. Mas foi no reinado de seu neto, Assurnasirpal II, que a Assíria se veria grande novamente. Com a realeza que lhe for concebida, um exército formidável a acompanhou. Fileiras de soldados de cavalaria que lutavam montados em bigas de combate puxadas por cavalos e uma engenharia de guerra capaz de construir aríetes poderosos foram conduzidas rumo as costas do Mar Mediterrâneo, derrotando, saqueando e dominando os fenícios e trazendo uma incontável soma de espólios para a Assíria. A política desse novo rei, no entanto, não era de conquistas, mas sim de pilhagens, não gerando um aumento significativo no território assírio, mas tornou o povo temível diante de seus adversários, o que, em uma terra em que reinos lutavam constantemente pela soberania, era uma conquista valiosa. Como rei, Assurnasirpal II justificava seu empenho em manter o seu império unido a todo custo ao se declarar como um representante do deus Ashur e, por consequência, representante de ordem e paz, algo um tanto quanto contraditório. Desta forma, não tolerava quaisquer ameaças a sua soberania e a ordem de seu império. Uma prova de seu desgosto pelas rebeliões está retratada em seus anais onde, em 883 a.C., ele partiu em campanha na cidade de Suru, um ano após a sua ascensão a realeza, para reprimir uma série de rebeliões que ocorriam na região. Como não era de seu interesse perder o tempo enclausurado em questões internas, logo deu um exemplo de crueldade que mais uma vez comprova a tendência ao terror que os assírios possuíam. Entre os brutais textos de seu anal, ele descreve uma de suas atrocidades: “eu construí uma coluna contra o portão da cidade e esfolei todos os chefes que se revoltaram e cobri a coluna com suas peles (...) Cortei os membros dos oficiais que se rebelaram (...)” (MARK, 2014 apud *Annals of Ashurnasirpal II*, [S.D]).

Suas conquistas foram detalhadas em seus anais extensos com o propósito de, conforme era de praxe entre os historiadores mais a frente, como Heródoto no século V a.C., apresentar um relato que fosse de serventia para seus sucessores e de fato foram. O ditador serviu de inspiração para os governantes que vieram depois deste cruel e sádico rei, uma vez que Ashurnasirpal II “possuía ao extremo todas as qualidades e defeitos de seus sucessores, os impiedosos e incansáveis construtores de impérios: ambição, energia, coragem, vaidade, crueldade, magnificência” (ROUX, 1992, p. 288).

Em busca de novos ares, o rei também mudou a clássica capital dos assírios de Assur para Calah, situada em alguns quilômetros da atual Mossul e que compreendia a atual Nimrud. Segundo algumas teorias de estudiosos, o empreendimento foi colocado em prática devido ao desejo de Ashurnasirpal de constituir uma nova cidade e uma nova população que fosse inteiramente dedicada a servi-lo. Implementando um extenso sistema de irrigação para os campos ao redor e, removendo as ruínas anteriores que fizeram parte de uma comunidade anterior para construir uma cidade totalmente nova que seria lar de um palácio que, segundo seus desejos, deveria ser maior do que qualquer outro palácio

construído por um rei assírio. Em suas inscrições nos seus anais, ele descreve o processo: “Essa cidade eu construí de novo. Eu estabeleci pomares ao redor dele, frutas e vinho eu ofereci a Assur, meu senhor, eu cavei até o nível da água. Eu construí o seu muro; desde o alicerce até o topo eu o construí e completei” (MARK, 2014 apud *Annals of Ashurmasirpal II*, [S.D]). A cidade foi povoada com os cativos de incursões anteriores e compreendia uma área com um entorno de sete mil e quinhentos metros, cobrindo uma área equivalente a trezentos e sessenta hectares. Mas a sua construção mais exuberante era o palácio, que tinha duzentos metros de comprimento e cento e trinta metros de largura, ocupando uma área de aproximadamente dois hectares. Era um “labirinto ricamente decorado, de salões para atos de cerimônia, aposentos reais, depósitos de viveres e terraços arejados” (KRAMER, 1969, p. 58), uma descrição corroborada pelas escrituras do próprio rei. E para celebrar a conclusão da cidade, um festival de proporções imensas ocorreu, reunindo mais de sessenta mil convidados em festividades que duraram dez dias. Ashurmasirpal II foi sucedido por seu filho Salmanasar III em 858 a.C. e logo ficou evidente que este era tão, se não mais, cruel que o pai.

Assim como o pai, Salamansar tinha uma política de saques e pilhagens, se concentrando mais em espalhar o terror e extorquir inimigos como os fenícios e os hebreus do reino de Israel, do que em expandir seu território, passando grande parte dos seus trinta e cinco anos de governo em batalha, atacando desde os montes da Armênia até a cilícia na Ásia menor, chegando no Golfo Pérsico e nos Montes Zargos. Apesar de um rei guerreiro, fracassou em exercer domínio na cidade aramaica Damasco e na Babilônia. Mas, seu reinado foi marcado pelo início do colapso do Império Assírio, ocasionada por rebeliões entre as castas nobres, afundando a Assíria em uma longa guerra civil que a prejudicou, a deixando vulnerável contra seus inimigos e provocando a perda do controle sobre os seus subjugados. A longa geração de guerras por pilhagens promovidas pelos governantes anteriores encontraria um fim no governo de Tiglath-Pileser III, que foi responsável por um vasto império assírio. Promoveu um feroz ataque contra seus inimigos e contra o Oriente Próximo, mas, diferente de seus antecessores, este rei tinha uma abordagem mais voltada para a conquista. As terras conquistadas se tornavam províncias e eram governadas por uma extensa rede de administradores que tinham algumas funções na construção de obras públicas e a garantia da lei e da ordem, um pilar fundamental para os assírios. O rei tinha uma política dura contra as revoltas. Se uma cidade demonstrasse indícios de que se rebelaria, ele exilava a população inteira em algum lugar longínquo, preenchia com outros de seus cativos. Tiglath-Pileser III também constituiu uma vasta rede de comunicações baseada em estações de revezamento, o que deixava sua presença no vasto território bastante evidente. Outra de suas reformas se deu no campo militar. O exército assírio não era permanente, sendo convocado em momentos de conquista e sendo constituído por uma força de camponeses limitada. Ele pôs um fim no caráter não permanente do império e o transformou em uma das maiores e mais poderosas máquinas de guerra do seu tempo, sendo composto por um núcleo de oficiais assírios e engrossado por mercenários, soldados de províncias conquistadas e um sistema bastante presente de recrutamento.

Essa máquina de guerra era fundamental no profundo processo de expansão de seu império. Expandindo em direção da Ásia Menor e da Síria, indo rumo ao Mediterrâneo oriental e Gaza, bem próximo ao Egito. Na Babilônia, depunha um usurpador caldeu e, pela primeira vez, em quatrocentos

anos, conquistava o domínio da região mesopotâmica. Mas, o Egito começou a ameaçar parar essa máquina de guerra. Enxergando com maus olhos a conquista de Gaza que ficava na sua fronteira e a ameaça dos assírios no comércio com outras cidades, em especial com os fenícios, os egípcios começaram a promover revoltas na Síria e na Palestina. Os assírios ficaram em maus lençóis, uma vez que um poderoso reino situado na Armênia, o lar do povo de Urartu, tinham promovido ataques nas províncias assírias próximas de seus domínios. Foi nesse cenário de revoltas e ameaças à soberania assíria que, em 721 a.C., Sargão II assumiu. Grande parte de seu tempo no governo foi gasto tentando repelir revoltas, ataques de países vizinhos e reconquistando territórios como a Babilônia, que havia se recusado a aceitar a suserania dos assírios sobre o comando de outro calde e apoiado pelos elamitas. O fim de seu reinado foi marcado por uma transferência de sua capital de Calah para Dur-Sharrukin, situada próxima de Nínive e lar de um palácio que rivalizava com o de Ashurmasirpal II e de muralhas guardadas por estátuas de touros com cabeça humana. Mas, pouco tempo após a construção da cidade, que levou dez anos, Sargão II pereceu em combate.

O seu sucessor, Senaqueribe, estava de frente com graves revoltas, em especial as orquestradas pelo Egito nos domínios assírios, na Fenícia e na Palestina, bem como o controle da Babilônia pelos caldeus e elamitas. Elaborador de uma ampla reforma que fez de Nínive uma esplendorosa capital, o novo rei devia enfrentar estes problemas. Subjugando um total de quarenta e seis cidades, conforme retratado em seus anais e na própria Bíblia no Segundo Livro dos Reis. A capital do reino de Judá fora assediada e temendo perdê-la, Ezequias se rendeu, se submetendo a humilhações promovidas pelo soberano da Assíria. Em suas palavras retiradas de seu vasto anal:

Eu acrescentei ao tributo anterior e coloquei sobre ele (a condição de entregar-me) suas terras (assim como) impostos - presentes para minha majestade. Quanto a Ezequias, o terrível esplendor de minha majestade o venceu, e (diante da minha majestade) os Urbi (árabes) e suas tropas que deveriam fortalecer Jerusalém, sua cidade real, (o abandonaram) (...) (Devem ser entregues) todos os tipos de tesouros valiosos, bem como suas filhas, seu harém, seus músicos masculinos e femininos, (em um comboio que deve me acompanhar) para Nínive, minha cidade real. Para pagar tributo e aceitar (a) servidão, ele despachou seu (s) mensageiro (s) (The Annals Of Sennacherib, 1924 [689 a.C.], p. 33-34, linhas 38-49).

Senaqueribe, diferente de seus antecessores, não enxergava Babilônia como uma grande cidade, da qual os assírios muito devem culturalmente. O tratamento que ele deu a Babilônia por sua afronta ao seu poder foi muito diferente da piedade que mostrou a Ezequias em Judá, aniquilando por completo a Babilônia. Em seu relato, ele descreve as atrocidades que fez com a Babilônia:

Em minha segunda campanha eu avancei rapidamente contra a Babilônia, cuja conquista eu havia determinado, como vindo de uma tempestade eu me soltei, e

eu a dominei como um furacão. Eu investi completamente nessa cidade, e com minhas mãos sendo os motores, eu (peguei da cidade), uma pilhagem poderosa, não deixei nada passar. Com seus cadáveres enchi as praças da cidade. Shuzubu, rei da Babilônia, junto com sua família e seus (nobres) eu os levei vivos para a minha terra (...). Depois de quatrocentos e dezoito anos, eu os tirei da Babilônia e os devolvi ao seu lugar em Ekallete (?). A cidade e (suas) casas, fundação e paredes, eu destruí, devastei, queimei com fogo. As paredes, templos e deuses, templo-torre de tijolo e terra, quantos foram, eu arrasei e joguei no lixo Arahtueanal. Pelo meio daquela cidade cavei canais, inundei seu local com água, e muito de suas fundações. Eu tornei sua destruição mais completa do que por uma inundação. Isso em dias por vir, o local daquela cidade, e (seus) templos e deuses, não poderão ser lembrados, eu apaguei completamente com (inundações) de água (The Annals Of Sennacherib, 1924 [689 a.C.], p. 84, linhas 43-54)

No entanto, sua violência contra a cidade e contra os deuses da babilônia cobrou seu preço alguns anos mais tarde. Seus filhos o assassinaram brutalmente e um breve período de luta dinástica tomou conta. Mas, outro de seus filhos assumiu o poder por onze anos e seu nome era Esarhaddom. Este notável rei assírio reconstruiu a Babilônia que havia sido levada a destruição quase que completa por seu pai décadas atrás, firmou tratados de paz com aqueles que ameaçavam sua fronteira e guerreou com outros. Sua campanha dentro do seu território permitiu um período de estabilidade, um período propício para um ataque vingativo contra o Egito, em 671 a.C. Na ocasião, os egípcios não conseguiram repelir os assírios e sua capital Memphis, assim como todo o Egito, se tornaram vassalos da Assíria por um período de dezesseis anos. Assim, Esarhaddom se saldava, e com razão, como dominante todopoderoso, deixando ao seu sucessor um legado que ia desde o Nilo egípcio até o Cáucaso armênio e o vasto domínio consagrou importantes tesouros adquiridos de seus vassalos e extorquidos como metal, marfim e até animais exóticos. Mas, com um vasto império, vem um vasto problema administrativo, em especial em defender as fronteiras e em controlar rebeliões. Diversas rebeliões eclodiram nos diversos cantos do grande império assírio e nenhum rei conseguiu reprimi-las e recuperar sua hegemonia. No século VII a.C., para decretar o fim do poder assírio, uma coalisão entre os medos do Irã e os caldeus da Babilônia surgiu para saquear todas as importantes cidades da Assíria, como Nínive e Assur.

Considerações Finais

Como é possível verificar na análise acima, os reinados assírios na Mesopotâmia foram constituídos de uma verdadeira violência cujo objetivo era assegurar os domínios por intermédio do medo. Seu imenso poder político, que chegou a se estender do Cáucaso armênio rumo ao Egito, somente foi superado por uma crise interna que se provou insuperável. As rebeliões, não mais controladas pela violência implacável e as invasões dos Caldeus e dos Medos, colocaram um basta neste domínio atroz.

O presente artigo buscou por analisar um dos períodos mais sangrentos da história de um dos berços da humanidade. Assim, é possível notar uma clara presença de uma violência governamental que se mostra presente desde o começo da vida hierarquizada dos seres humanos.

A questão apresentada pelo texto, isto é, as formas violentas de governo em uma sociedade ancestral, mostram uma eficácia viciosa que arrastou os reis assírios em um ciclo vicioso e brutal de dominação pela violência; se mostra respondida ao examinar os governos de alguns dos reis mais brutais da história. Desde torturas brutais a utilização das águas de um rio para a destruição completa de uma cidade, há uma clara evidência da violência como instrumento palaciano de domínio.

Referências Bibliográficas:

BÍBLIA. Barueri: SBB, 2018. 1376 páginas.

HAYEK, Cynara Marques. **Refletindo Sobre a Violência**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, Rio Grande, volume I, número 1, p. 1-8, Julho, 2009. Disponível em: [Vista do Refletindo sobre a violência \(furg.br\)](http://Vista.do/Refletindo.sobre.a.violencia.furg.br). Acesso em 22/09/2023.

KRAMER, Samuel Noah. **Mesopotâmia: O Berço da Civilização**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

KRIWACZEK, Paul. **Babilônia: A Mesopotâmia e o nascimento da civilização**. 1ª Edição São Paulo: Zahar, 2018.

LEICK, Gwendolyn. **Mesopotâmia: A Invenção da Cidade**. Rio de Janeiro: Imago Editorial, 2003.

MARK, Joshua J. **Ashurnasirpal II**. Word History Encyclopedia. Disponível em: https://www.worldhistory.org/Ashurnasirpal_II/ Acesso em: 14/01/2023.

REDE, Marcelo. **Chefia Tribal e Realeza na Antiga Mesopotâmia**: Notas Para uma Abordagem. Revista PHOÏNIX, Rio de Janeiro, Volume 23, número 2, p. 12-26, 2017.

ROUX, Georges. **Ancient Iraq**. 3ª Edição. Londres: Penguin Books, 1992.

SENAQUERIBE. **The Oriental Institute Prism Inscription**. In: LUCKENBILL, Daniel David. The Annals of Sennacherib. Illinois: the university of Chicago press, 1924. Páginas 23-48.

THE ELETRONIC TEXT CORPUS OF SUMERIAN LITERATURE. **The Sumerian King List: Translation**. ETCSL. Disponível em: <https://etcsl.orinst.ox.ac.uk/section2/tr211.htm>. Acesso em: 12/01/2023.

TIGLATH-PILESER I. **Assyrian Inscription of Tiglath-Pileser I**. C. 1100 a.C. Disponível em: <https://d1lexzaozk46za.cloudfront.net/coursepacks/history/worlds5/docs/tiglath-pileser.pdf> Acesso em: 15/01/2023.

VIOLÊNCIA – Veena Das. In: ENCICLOPÉDIA DE ANTROPOLOGIA. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: [Violência - Veena Das | Enciclopédia de Antropologia \(usp.br\)](http://Violencia-Veena-Das|Enciclopedia-de-Antropologia.usp.br). Acesso em: 25/09/2023.

WILLAMS, Raymond. **Palavras-Chave: Um Vocabulário de Cultura e Sociedade**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

CORPOS SUBALTERNIZADOS, VIDAS ENTRELAÇADAS: A VIOLÊNCIA FICCIONAL CONTRA AS MULHERES À LUZ DA OBRA CORPO DESFEITO, DE JARID ARRAES

Francisca Cibele da Silva Gomes⁷³

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Email: cs6445758@gmail.com.

Resumo: O presente artigo possui como objeto de estudo as vivências e representações femininas de três mulheres de uma mesma família que foram transpassadas pela violência patriarcal. Portanto, o objetivo geral foi analisar a relação entre interseccionalidade e construção feminina impelidas na obra *Corpo Desfeito*, de Jarid Arraes (2022). A metodologia baseou-se em um estudo bibliográfico qualitativo para ser possível debruçar-se sobre as nuances da obra literária, sobretudo no que discerne a violência contra a mulher, a relação entre ficção e crítica social, interseccionalidade e representações femininas ficcionais na compreensão do enredo, as perspectivas das personagens e das suas construções acerca da realidade. As mulheres descritas na obra incorporaram a violência externa com sendo culpa de si mesmas, como sujeitos subalternizados assumiram a inferioridade para compor os papéis delimitados pelos opressores.

Palavras-chave: Literatura Ficcional. Violência de gênero. Corpos Desfeitos.

Introdução

A presente pesquisa possui como objeto de estudo a relação entre literatura ficcional e o estudo das relações de gênero que permeiam a formação de contexto de violência doméstica e abusos contra as mulheres. Nesse caso, possui como enredo a trajetória de três personagens com distintas faixas etárias e vivências sociais de uma família nordestina retratada na obra *Corpo Desfeito*, de Jarid Arraes (2022). Foram entrelaçadas pela violência, marginalização e subalternização das identidades femininas em relação aos discursos e ações masculinas que negligenciaram suas perspectivas e sua própria humanidade para impelir expressões físicas e psicológicas engendradas no discurso patriarcal.

O objetivo geral do trabalho acadêmico foi analisar a relação entre interseccionalidade e a crítica literária desenvolvida na obra literária. Já os objetivos específicos foram: salientar as representações do feminino presentes na produção literária; descrever as nuances da violência contra a mulher expelidas nos corpos e mentes das três personagens; e, especificar as vivências de gênero, raça e classe que permeiam a obra ficcional e engessaram as suas vidas e suas sobrevivências em meio a raiva, privações e a quase morte.

A metodologia tratou-se inicialmente de uma pesquisa bibliográfica em autores que analisaram

⁷³ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: cs6445758@gmail.com.

a relação entre gênero, violência e literatura como: Akotirene (2019), Bourdieu (2022), entre outros para compreender o conceito de interseccionalidade que permeia as nuances da obra em questão para que partíssemos a análise da literatura fictícia dividida em duas fases: a primeira trata-se das vivências da avó enquanto o marido estava vivo e todo o contexto de violência, inferiorização e degradação da sua condição humana entrelaçado pelas lembranças da vida de sua filha que também sofriam os maus tratos do pai e depois precisou abandonar os estudos para sustentar a filha sozinha. Em seguida, tratou-se das memórias da neta após a morte da mãe e sob os cuidados (os descuidados) da avó que criou uma crença de purificação feminina a partir de sonhos com sua filha morta. Essas visões tornaram-se verdadeiros suplícios na manutenção da vida de Amanda.

Pode-se concluir que a relação entre gênero, raça, classe e violência permeou com naturalidade as relações sociais, de modo que passaram a serem inquestionáveis e tratadas como um “mal necessário”. Mesmo quando feriam a noção de humanidade e o direito à vida, às personagens optaram pelo silenciamento e pelo não questionamento, provocando ainda mais ataques físicos e psicológicos, embora tenham se mostrado ineficientes. A condição de aquinhoamento causou o rebaixamento e a inferiorização das mulheres sem o direito à fala, a revolta e a fuga, mas também sentindo-se culpadas pelas suas próprias condições de degradação humana. Como se a causa para seus problemas fosse o seu comportamento, a sua representação feminina e a sua própria existência. Essas são algumas das problemáticas provocadas pela intersecção entre condição feminina e a literatura ficcional.

Engendrando corpos: análise crítica do feminino oprimido na obra *Corpo Desfeito*, de Jarid Arraes (2022)

A obra literária *Corpo Desfeito*, de Jarid Arraes, foi publicada em 2022 e conta com uma narração entrelaçada pela história de três mulheres, duas adultas e uma jovem adolescente, em contextos diversos que exploraram a subjetividade e a liberdade, bem como a opressão e violência de maneiras distintas. A primeira, uma senhora idosa, conhecida como a avó da protagonista, passou metade de sua vida sob o cárcere de um marido alcoólatra e agressivo, deixando-a acuada e submissa a todas as suas intempéries para satisfazer os seus gostos e não ser violentada. A segunda, sua filha, uma mulher jovem que deixou os estudos para cuidar da filha e carregar o peso de sustentar seus pais e sua criança. Renunciou a tudo e de todos os seus sonhos para se dedicar ao sustento de sua amada filha e tentar sobreviver sozinha.

A terceira jovem se trata de Amanda, a protagonista que passou de criança abusada violentamente pela avó doentia, a apaixonada pela sua melhor amiga e cúmplice, Jessica, parte dessa história de amor e dor. Sofrem juntas a impossibilidade de viverem juntas em razão do cárcere mantido pela avó à neta e a disruptiva insanidade que assolou a idosa após a morte da filha e do marido. Sem aparo, trocou a violência que sofreu durante parte de sua vida para atormentar sua neta com surras intensas, privações, isolamento e uma falsa crença que sua filha morta havia virado santa e acreditando que os sonhos seriam previsões para o presente e orientações para livrar a jovem da impureza, da corrupção de uma vida promíscua. Acreditava que sendo filha “sem pai” ou “filha de ninguém” “sabe

quem” teria mais chances de ser uma criança “perdida” para “não prestar” (ARRAES, 2022, p. 119).

Nesse contexto, o conceito de gênero é entendido como uma construção social do feminino e masculino e como categoria de análise das interações. O uso da categoria de gênero nos estudos contra a mulher traz uma percepção de que o fenômeno social se expressa na forma de “violência de gênero”. Produzida e reproduzida por homens e mulheres como uma ideologia de dominação mais ampla e complexa do que a dominação masculina e que ainda é legitimada por desigualdades hierárquicas para dominar, explorar e oprimir. Enquanto dominação de poder e exploração situados nos campos políticos e ideológicos, econômicos, sociais e culturais. Aparado em relações de poder, mas não necessariamente exercido unicamente pelo homem sobre a mulher, mas dinâmico e relacional, exercido por ambos, ainda que de forma desigual (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 158).

Na narrativa, a jovem após se tornar órfão passa a viver seus dias com uma avó. Uma mulher traumatizada pela violência doméstica exercida pelo marido durante década e que, após a perda trágica de sua filha, passou a reviver memórias de tormento e sofrimento que saíram do mundo imaginário e assumiram a realidade e um trágico relacionamento com o passado que persistia em manter-se presente. Viu na neta uma imagem sua e daquilo que deveria reprimir e contestar cotidianamente com violências, repressões, tormentos e medos. Queria imprimir na jovem as dores que havia sofrido, os receios e a censura diária para assumir um papel de mulher submissa, silenciada e violentada pela dominação de seu marido morto.

Sua neta passou a assumir a imagem do seu corpo na juventude e a sofrer a maldição que trazia das vivências passadas no casamento. Nesse contexto, a construção social da feminilidade está associada à masculinidade na composição da violência (SANTOS; IZUMINO, 2005, p. 160). As vítimas da violência também podem sonhar em ser colocadas na pele do opressor.

Nessa conjuntura, a jovem conta suas vivências como testemunha da desigualdade de gênero e subalternização feminina quando sua mãe, ainda na adolescência, engravidou e precisou se ausentar da escola. Para o próprio avô seria uma fraqueza feminina e para seus colegas de turma um motivo para chamar atenção. Mesmo assim, não quis uma paternidade indesejada e decidiu sozinha cuidar da filha e assumir as tarefas diárias, o trabalho em tripla jornada e as contas da casa. Apesar das ameaças deferidas pelo próprio pai/avó em não aceitar uma filha que não estivesse casada e grávida. Ela começou a trabalhar e a produzir seu sustento e de sua bebê para os próximos meses (ARRAES, 2022, p.12). A mulher, como evidencia o posicionamento do avô, deveria estar voltada para o privado do lar sob a presença de um marido definido hierarquicamente pela dominação masculina. Cabendo a elas o papel de mãe, cuidadora da casa e do esposo (SILVA, 2010, p. 558).

A morte da mãe significou o fim de sua vida pela segunda vez. A primeira foi quando, ainda muito jovem, precisou sair da escola para cuidar da sua filha que iria nascer. A segunda foi a morte traída, pega de surpresa, quando voltava para casa após um incansável dia. Para sua filha significou o fim do seu recomeço de vida quando iria regressar aos estudos e tentar sair da sua rotina de sobrevivência. Seria um novo recomeço, mas acabou sendo finalizado tragicamente em um acidente envolvendo uma pessoa pobre e invisível para a sociedade em geral que acabou virando estatísticas sem solução para as intenções das políticas públicas brasileiras (ARRAES, 2022, p. 23).

O enredo também denuncia e expõe uma mulher (na figura da avó) que sofreu durante a maior parte de sua vida às ameaças de morte, agressões, por motivos banais ou qualquer suspeita de traição criada na mente do agressor/marido a partir de um passeio demorado, olhares medrosos, silêncio intimidado ou receio em evitar uma próxima acusação com pouquíssimos fundamentos (ARRAES, 2022, p. 25). Esses valores reforçam a concepção de que a masculinidade estava associada ao homem forte, dominador e responsável por tudo que envolva a família, incluindo as representações de feminilidade relacionadas às mulheres aceitas sob sua vigilância. Tais expressões exaltavam a supremacia masculina a partir do substrato psicológico, discriminatório, opressor e dominante. Legitimada mediante atitudes que desvalorizam a figura feminina apoiadas em instrumentos patriarcais, médicos e sociais que nos normalizam como naturais (FERREIRA, 2004, p. 124). Sobre esse contexto opressor vivenciado pela Mainha, ainda são destacadas as vivências de sua mãe durante o casamento:

Quando casou, vó foi ameaçada de morte muitas vezes. Muitas vezes quase foi morta. Jamais faltaram motivos para que vô Jorge, virado na cachaça, aceitasse o impulso de pegar uma peixeira. O arroz sem sal, a camisa engilhada, o som muito alto, o cachorro da vizinha que latia no quintal, se vó sorria sem motivos ou se chorava enquanto guarda as roupas. Tia Margarete era a testemunha das muitas ações mínimas que o atiçavam. E se vó se ressentia, se o rosto falhava em esconder a verdade, isso também era tomado como provocação (ARRAES, 2022, p. 25-26).

Esses problemas iniciaram ainda nos primeiros anos de relacionamento. A personagem, sentindo-se envergonhada pela situação que passou, ansiava pela fuga para manter seus problemas longe dos olhares estranhos. Embora, tenha preferido um esconderijo do que outro mecanismo para combater as opressões que vinha sofrendo. Para o agressor, seria um meio para mantê-la afastada dos amigos e pessoas que estranham as brigas e agressões. Sobre esse contexto opressor vivenciado pela Mainha, ainda são destacadas as vivências de sua mãe durante o casamento:

Quando casou, vó foi ameaçada de morte muitas vezes. Muitas vezes quase foi morta. Jamais faltaram motivos para que vô Jorge, virado na cachaça, aceitasse o impulso de pegar uma peixeira. O arroz sem sal, a camisa engilhada, o som muito alto, o cachorro da vizinha que latia no quintal, se vó sorria sem motivos ou se chorava enquanto guarda as roupas. Tia Margarete era a testemunha das muitas ações mínimas que o atiçavam. E se vó se ressentia, se o rosto falhava em esconder a verdade, isso também era tomado como provocação (ARRAES, 2022, p. 25-26).

Ele não gostava que ela parasse um minuto para conversar com os vizinhos ou outros

conhecidos, e ainda pagava outras pessoas para vigiá-la para saber com quem estava e se tinha saído. De modo que a ideologia de dominação reproduz a ideia de que a mulher seria mais fraca e precisava ser protegida e cuidada pelo marido. Apoiado na suposta inferioridade feminina que serve apenas para justificar opressões e reforçar desigualdades de gênero (FERREIRA, 2004, p. 123). Após o nascimento da primeira filha, o marido começou a apresentar suspeitas da ausência de paternidade.

O esposo a todo instante buscava meios e ações que pudesse justificar seu posicionamento ou sua suposição para com a filha e a esposa. Buscando traços corporais semelhantes ao vizinho e depois a outros homens, mas nunca consigo mesmo. A postura da mulher beirava ao medo e a busca incessante em procurar atributos que fossem parecidos com o esposo a fim de sanar suas dúvidas e acabar com as deliberações falsas sobre sua maternidade. Ela mostrou-se acuada com medo de sofrer algum tipo de punição pelo suposto adultério, mesmo sabendo que não era verdadeira a acusação. Obrigando a criança a se aproximar forçadamente do pai com gestos de carinho e afeto, buscava tratá-lo o mais bem possível ao trazer comida em bandejas, copos d'água servidos a um simples gesto da mão, dizia que o amava, mas não adiantava sempre era acusada de traição e tratada com uma obrigação indesejável (ARRAES, 2022, p. 28). Para tentar sanar suas dúvidas obrigou-se a:

Ele gostava de beliscar a perna ainda gordinha, dava risada quando o choro alto rompia os limites das portas. Proibia que vó trocasse fraldas, com a desculpa da economia, mas sempre queria saber se mainha estava assada. E, quando estava em casa, não permitia que ela comesse mais de uma vez ao dia, dizendo que criança precisava de pouco. Vó tinha que encher a fuça de mainha durante as ausências de vô Jorge, cuidando para que ele não desse muita falta dos alimentos, já sabendo que a partir das seis mainha teria que ser forte para aguentar até depois do café da manhã. Nos finais de semana, deixava a menina chorar de fome até que ele próprio perdesse a paciência e ordenasse dar de comer à criança. Mas se encimentava ao lado do berço ou da mesa, contando os caroços de frutas e o quanto a mamadeira estava cheia (ARRAES, 2022, p. 29).

O pai costumava beliscar e maltratar a criança quando ainda era um bebê ao restringir sua alimentação, os momentos de higiene corporal para provocar dores e feridas espalhadas pelo corpo. Para tentar amenizar essas condições de maus tratos, a mãe pedia que o sujeito a trancasse em casa com a filha ao sair de casa. Deixando-as sem as chaves e presas no espaço doméstico, tendo como única exceção a igreja. Embora, essa mesma desconfiança tenha sido atribuída a neta ao acusá-la de “menina órfã”, “sem família”, “cara de qualquer um”. Mesmo quando se distanciava da mãe em direção à filha ao notar diferença entre ambas. Porque seus cabelos e o do avô eram mais parecidos, e, porque sua pele não tinha o tom marrom, que era o mesmo da avó. Sua palidez, parecia a dele, também se tornou uma possibilidade de afeto (ARRAES, 2022, p. 33).

Nota-se uma questão racial ao excluir a filha por ser negra e aproximar-se da neta por sua pele “pálida” (ARRAES, 2022, p. 33). A interseccionalidade também se faz presente ao relacionar gênero,

raça e classe na formação e construção da violência e exclusão. A mulher negra se manteve forçadamente na base de uma estrutura de hierarquia racial, na qual mantêm profundas diferenças de papéis a partir da discriminação aos lugares e posições inferiores. A mulher negra tem menos possibilidades do que qualquer outro grupo e ainda convive com subempregos informais menos remunerados, representações estereotipadas dos seus papéis sociais, a cor de sua pele funcionando como atrativo erótico e que de fato pertence às classes pobres e uma “raça primitiva” que a faz menos mulher que facilitaria a tarefa do homem em exercer sua dominação sem censura, pois a moral não se preocupa em estabelecer regras aos que carecem de poder aquisitivo (NASCIMENTO, 2021, p. 60-61). Em um momento de revolta, Mainha na fase adulta disparou:

No dia das roupas jogadas no lixo, mainha, com a boca toda pinicada, chamou vó até o quintal, que ficava longe da cozinha, e foi a primeira e única vez que vi uma pequena demonstração de revolta. Queria saber como vó conseguia continuar com aquele homem, assim, direta com as palavras. E eu percebi que também me perguntava isso, só não tinha articulado com minhas próprias frases. Vó respondeu cochichando: – tu não tem marido e acha que eu vou jogar o meu fora? Senti muita vergonha por ter escutado aquilo. Pela boca de vó, mainha era tanto quenga quanto rapariga, significava que ela não tinha um macho que trocasse seu sobrenome (ARRAES, 2022, p. 34).

O pai havia jogado todas as roupas da filha em sacos de lixo para serem despejados fora de casa. Foi uma tentativa de humilhá-la e tornar sua vida ainda mais sufocante e violenta. A filha, tomada pela raiva, questionou o motivo de sua mãe, mesmo diante de todos os problemas e sofrimentos, não ter tentado um divórcio. Ela afirma que não desejava ser mãe solteira como a filha, pois a associava ao mundo da prostituição e não queria o mesmo destino. Embora a raiva não pudesse ser descontada no marido, acaba respingando na filha, “[...] marido é coisa sagrada, é a vontade da Virgem Maria, que as esposas sejam pacientes, que aceitem sua missão. E ela não julgaria nenhum das amantes de vó Jorge, porque como ela, suportavam suas provações” (ARRAES, 2022, p. 35).

Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, pois o racismo estrutural que as mantém fora do mercado de trabalho formal ao longo de sua vida às vezes começa até mesmo na infância. Tendo que obedecer ora ao marido ou patrão/patroa. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. Negando a humanidade e racializando os corpos negros no trabalho doméstico, na exploração de classe, os abusos sexuais, físicos e psicológicos, mergulha em estereótipos, linchamentos e classificação racial acusatória de serem inferiores. Trata-se de uma opressão patriarcal de gênero e discriminação racial (AKOTIRENE, 2019, p. 18-19).

A construção feminina negra na narrativa ficcional é entrelaçada com a violência física e psicológica natural que beirava a uma espécie de tortura aceita como natural e necessária para a manutenção da família e do lar, mas sobretudo para manter o status de “mulher casada” ao invés de “mãe solteira”. Precisava se permitir à submissão e ao silêncio para evitar problemas mais graves como

o fim do casamento e o desgosto de sair do enlace desamparada. Para isso aguentou tudo e todas as humilhações possíveis em nome do seu status de esposa dedicada e amável. Mesmo quando o limite da agonia parecia ser a morte ou a perda da vida de um familiar como a filha. O sacrifício diário destruiu pouco a pouco a sua esperança para dias melhores e o gosto pela liberdade ao ponto de perder a sua própria sanidade para sustentar um casamento-prisão. Logo, “a identidade, como a de gênero, ou sexual, ou qualquer outra, é produto tanto da cultura e do discurso, quanto da natureza que nos identifica na materialidade do corpo” (FUNK, 2011, p. 67).

Desfazendo o corpo, tecendo a dor: memória da infância da personagem Amanda em Corpo Desfeito, de Jarid Arraes (2022)

A dominação masculina patriarcal pretende reduzir o papel das mulheres aos meios e máquinas, ou seja, como meras portadoras sem atuação criativa ou poder. O mito da virgindade envolve tanto o gênero quanto a raça. Em narrativas patriarcais, ser virgem é estar sem desejo ativo ou atuação sexual, aguardando passivamente a intervenção masculina na história, na linguagem e na razão. Alguém a ser possuída, simbolicamente reduzida, aos olhos dos homens, ao espaço de disputa masculina, as mulheres experimentam as dificuldades particulares ao reivindicarem alternativas e narrativas próprias. Ainda são figuradas como propriedades pertencentes aos homens, sobretudo no espaço doméstico (MCCLINTOCK, 2010, p. 58). Pode-se interpretar:

O corpo tem sua frente, lugar da diferença sexual, e suas costas, sexualmente indiferenciadas e potencialmente femininas, ou seja, algo passivo, submisso, como nos fazem lembrar, pelo gesto ou pela palavra, os insultos mediterrâneos contra a homossexualidade (sobretudo o famoso ‘*bras d’honneur*’ – ‘dar uma banana’); tem suas partes públicas, face, frente, olhos, bigode, boca, *órgãos nobres da apresentação*, nos quais se condensa a identidade social, o ponto de honra, o *nif*, que obriga a enfrentar ou a olhar os outros de frente, e suas partes *privadas*, escondidas ou vergonhosas, que a honra manda dissimular (BOURDIEU, 2022, p.35-36, grifos do autor).

Nesse contexto, a domesticidade tem gênero. Onde o valor econômico e político é negado e projetado ao espaço doméstico. Denotando tanto o espaço geográfico e arquitetônico quanto às relações de poder. Etimologicamente, o verbo “domesticar” tem origem na raiz de “dominar”, que deriva de *dominus*, senhor do *domus*, o lar. Através dos rituais da domesticidade, mulheres, animais e pessoas colonizadas eram retirados de seu estado “natural” e eram induzidas, a uma hierarquia dirigida pelos homens brancos. Conduzindo a uma esfera social que é considerada natural e universal, imposta e definida pelas camadas sociais compostas por homens brancos e patriarcais (MCCLINTOCK, 2010, p. 63). Essa domesticidade é uma tentativa de subjugar o público feminino aos mais minguados papéis e expressões performáticas.

A violência seria concebida como algo natural ou artificial. O primeiro caso seria a violência própria de cada indivíduo humano. A origem do termo vem do latim *violentia*, expressão usada para identificar o ato de violar outrem ou de se violar. O termo também pode indicar algo fora do natural, ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos, psicológicos, como: morte, tortura, humilhações, constrangimentos, ferimentos, ofensas, ameaças, entre outros, que são práticas contrárias à liberdade e à vontade alheia, de transgressão contra aquilo que a sociedade considera justa e aceita ao residir na dimensão moral e ética. Essas características variam conforme o tempo, espaço, segundo padrões culturais de cada sociedade e cultura (PAVIANI, 2016, p. 8). Como sendo:

Numa terça-feira depois da aula, o cinto de couro me esperava. Nas mãos de vó, o cinto de vó Jorge era um pedaço de maldição sussurrando que ele voltaria o mesmo tempo que esfregava na cara de vó sua ausência. Vó tomou posse daquele grande absurdo e, procurando em quem jogar as recordações, me escolheu. Nessa terça, o que motivou a vontade de me bater foi o sumiço de dois reais. Tentei negar, mas vó não queria a verdade, queria a justificativa. E eu gostaria muito de ter dois reais para comprar merenda na escola, só que mainha morreria de desgosto caso eu roubasse qualquer centavo que fosse, ainda mais de vó. Eu jamais decepcionaria mainha (ARRAES, 2022, p. 43).

A exemplo dessa questão, a avó de Amanda tenta enquadrá-la em um padrão rigorosamente definido. A personagem ainda na infância sofria com a violência sem justificativa ou por qualquer motivo expelida em sua pele por surras e maus tratos, silenciados a todos para que ninguém soubesse o acontecido. Depois desse momento iniciavam-se seções violentas utilizando um cinto para agredi-la e caso não achasse que estava machucando o suficiente, usava um “cipó verde de pé de fruta” ou a obrigava ajoelhar em grãos de milho. “Era uma forma de machucar meu corpo, mas a ferida criava casca direto na minha mente, onde minhas vergonhas se buliam. Naquela posição, eu não era insignificante, mas o contrário, era cheia de significados” (ARRAES, 2022, p. 44).

Essa mágoa e raiva impelida sobre seus algozes pode ser vista quando seu avô morreu e o desejo que aquele dia fosse um milagre ao ter menos um problema em sua vida. O seu enterro foi comemorado no interior de sua mente como um momento memorável a ser lembrado como feliz e libertário. Não mais teria que ver ele ameaçando a avó com armas brancas ou com agressões verbais e psicológicas, não mais precisaria ter medo dos momentos de bebedeira e fúria incontrolável seguidos de ameaças, violências e imposições. Esses medos seriam uma parte de um passado remoto, embora o presente ainda reservasse problemas mais sérios. Para a jovem, “[...] o funeral aconteceu, eu não compareci, e assim se enterrou o maldito sem que quatro pessoas lamentassem o fato. Ele estava sumido por tantos meses que sua morte foi apenas mais um longo desaparecimento” (ARRAES, 2022, p. 47). No entanto, após a morte da filha, a avó começou a ter sonhos e a se comportar de maneira pacífica e distraída:

Então ela sentou num dos sofás apertados contra a parede e me contou que enquanto estava vivendo aquele luto intenso, chorando todas as noites, começou a receber sonhos enviados pelos céus. Mainha aparecia vestida como santa, com um manto azul-claro que reluzia tanto quanto o da Virgem Maria, e tinha o rosto sereno e descansado. Num deles, mainha explicou para a vó que toda aquela culpa precisava de perdão e que a única forma de ser perdoada estava no esforço para manter uma vida decente e modesta. Em outro, falou sobre mim, sobre como vó deveria me proteger para que eu não fizesse escolhas ruins, porque eu devia ser pura. Nos dias que seguiram, vó recebeu fragmentos de normas, regras a serem seguidas, instruções de como buscar esse perdão e uma reza pequena a ser repetida todos os dias, especialmente aos domingos, quando aconteceria uma preparação, tudo regido por vó. Eu quis saber como era a reza, quais eram as regras. Mas tudo tinha um tempo certo para ser revelado, foi o que escutei. Paciência e cuidado com o que era nosso (ARRAES, 2022, p. 53).

A avó de Amanda começou a ter sonhos que apresentavam sua filha como uma santa que, após uma morte trágica e uma vida de sofrimento, havia ascendido como divina e sido santificada. Essas aparições iniciaram após um longo período de depressão e isolamento provocados pelo luto da Mainha e do marido. Ela havia parado de falar e sair do quarto por nenhum motivo. A mudança no comportamento iniciou com as visões e sonhos que atestam para uma devoção religiosa rigorosa que tinha como objetivo a pureza e proteção de sua filha. Julgada que estava percorrendo caminhos pecaminosos, portanto, necessitava de mais cuidados e mais distanciamento dos aspectos terrenos, das músicas, roupas, tecnologias, estudos formais e dos amigos. Para tanto, seria necessário adotar uma vida de celibato e dedicação aos cuidados com a casa e a falecida mãe.

As mulheres são acusadas de provocar estupros, assédios e assassinatos por não saberem se comportar ou como se vestir, ou por não serem submissas o suficiente ou por parecerem sedutoras e “ofensivas” aos olhares externos pela sua personalidade ou aparência. O que o público feminino sente na realidade unicamente com a maternidade ou casamento repercute mais como velhas falácias machistas de que “[...] tudo que uma mulher precisa para ‘se acalmar’ é de um ‘bom homem’ [...]” (LORDE, 2021, p. 78). Para poderem cuidar da família, da casa e dos filhos, esquecendo de si mesmas, para que “nossas filhas e irmãs feridas, traumatizadas, espancadas e mortas são um silencioso testemunho dessa realidade” (LORDE, 2021, p. 78). O gênero estabelece vivências sociais com significados que se autolegitimam ao ponto de serem naturalizados (OLIVEIRA; NORONHA, 2016, p. 763). As restrições orientavam-se:

Usar somente vestidos azuis. Calçar somente sandálias de couro marrom. Não cortar o cabelo. Manter o cabelo preso. Tomar três banhos por dia. Manhã, tarde e noite. É proibido ouvir música. É proibido assistir televisão e filmes. É

proibido ter contato com qualquer tipo de material impróprio. É proibido tocar em si mesma de maneira imprópria. É proibido ter amigos meninos, rapazes ou homens. É proibido tocar meninos, rapazes ou homens de maneira imprópria. É obrigatório praticar a reza de domingo. É obrigatório seguir todas as etapas de Purificação. É obrigatório rezar todos os dias. Durante os banhos, ao acordar e antes de dormir. As etapas da Purificação devem ser iniciadas com o banho. Somente o sabão de coco é permitido. Os cabelos sempre devem ser lavados primeiro. O banho não deve durar mais do que dez minutos, para que não haja contato impróprio com o corpo. A porta do banheiro deve ser mantida aberta, para evitar atitudes impróprias. Após o banho, se vestir e se calçar. No domingo de reza, seguir a ordem: tomar banho, tirar a toalha, ajoelhar diante do oratório, repetir a reza (ARRAES, 2022, p. 70-71).

Obrigou sua neta a usar um vestido azul e currulepes (chinelos de couro), sem roupas da moda, jeans, decotes, saias, cores variadas, precisava rezar três vezes ao dia, tomar três banhos enquanto rezava a oração Mãe, Santa Filha, só podia usar sabão de coco em todo o corpo e cabelos, não poderia ter energia elétrica em casa, nem alimentos que precisasse de refrigeração como carne, a fim de proteger do mal, das impurezas, da sujeira, da vergonha. Nesse contexto, a personagem Mainha também representou no ato de sua morte:

Daquele dia, o acidente que ela sofreu foi a única coisa que conheci em todos os detalhes. Atravessava a rua Padre Pedro Ribeiro na esquina com a São Pedro, sem prestar atenção no trânsito, e foi atropelada por uma topique que vinha em velocidade acima do permitido. A cabeça foi esmagada pela roda no mormaço, as bolhas estourando no asfalto quente. A blusa de malha que se rasgou e a barriga toda ralada. Ninguém achou que Mainha sobreviveria. Todo mundo desceu para olhar, ninguém quis pegar outro transporte na calçada de lá, e bastava só atravessar a rua. Quiseram assistir, futricar a desgraça. A morte de Mainha foi uma traição. Com esse tipo de morte você não se relaciona. Esse é o preciso tipo de ir que torna a morte, para aqueles que sobram, uma negação do que se entende como natural. Nem morte morrida, nem morte matada. Morte traída. Pela segunda vez, Mainha perdia a vida na data do meu nascimento. Chorei. Engasguei muitas vezes no meu catarro (ARRAES, 2022, p. 22).

Após uma morte sofrida, um exemplo de martírio pela gravidade do acontecimento e pela comoção gerada. A avó imaginou idolatrar sua filha deveria ser uma vida de sacrifícios para o corpo e mente onde a dedicação e a oração intensa e constante variam parte do suplício em nome da filha vista como santa. Incluindo, jejuns com duração de uma semana sem comida, apenas água e orações conciliadas com a limpeza exaustiva da casa minimamente inspecionada pela avó. A condição do corpo

passa a ser marcado pela configuração animalesca, desprovida de razão ou sensibilidade, confinada e acuada, adjunto aos padrões judaico-cristã que se instalam em definitivo no imaginário patriarcal e propicia aprisioná-las em teias do estereótipo. O corpo expõe a condição de vítima de uma ordem social impelida na exploração e preconceito (DUARTE, 2009, p. 65).

As restrições aumentaram ao ponto de Amanda não aguentar mais as imposições de sua avó e tentar outro caminho, embora trágico. O momento de vergonha e ressentimento originou-se de uma tentativa de usar uma roupa que não remete ao vestido azul tradicional e ao calçado de couro, pego de uma cliente da sua avó que havia deixado roupas para serem costuradas. No entanto, acabou sendo descoberta e enfureceu sua avó, que foi agredi-la e ofendê-la em público para que não usasse tais vestimentas, mas sim o hábito tradicional. Para a neta foi uma verdadeira humilhação, embora tenha se assemelhando a perda da sua própria expressividade pessoal em detrimento dos dizeres e crenças da matriarca. Foi o rompimento com sua vivência juvenil e uma punição que mais parecia o cumprimento de uma pena ou castigo para sua curta vida e o distanciamento de tudo e todos (ARRAES, 2022, p. 86).

A sequência de sonhos e violências começou a ser constante, mesmo quando Amanda ficava quieta e silenciosa, os abusos, espancamentos e ameaças intensificaram conforme a reverência das mensagens transmitidas via sonho pela mãe morta. Seria uma tentativa de tornar ainda mais severos os castigos e as sanções à liberdade e expressividade da neta. Até que sua revolta foi iminente com o medo de perder os estudos e o acesso à escola, para a jovem seria o fim do desejo de sua Mainha em continuar na educação formal para, quem sabe, no futuro ter uma vida melhor com menos sofrimento (ARRAES, 2022, p. 90). A violência contra a mulher é descrita como uma prática abusiva, seja física, psicológica, sexual ou emocional. Os abusos são inseridos como parte da família patriarcal (GOMES, 2013, p. 3).

Abandonar essa esperança foi um momento desesperador e doloroso, principalmente pelas surras e tapas, seguidos de aprisionamento no quarto de oração por vários dias para que não pudesse sair de casa, sem acesso ao banheiro ou a uma alimentação higienizada. Essa sanção de valores e ações ligadas às mulheres pode ser interpretada como uma tentativa de recompensar ou não quando se comportam “mal” para os padrões estereotipados. O que existe é uma hierarquia de comportamentos, ações e pensamentos que subjagam uma mulher em detrimento das outras. Buscando uma utopia feminina na manutenção de crenças acerca dos preconceitos ligados a estrutura opressora e patriarcal (AMORIM et al., 2021, p. 255). Para não sufocar em meio a sua dor, Amanda se autoflagelou: “segurei pelo cabo e bati contra minha cabeça. Meu corpo não foi forte o suficiente, minha covardia interferiu, as pancadas foram leves. Então comecei a me estapear. Eu gritava e me batia na cara, no corpo, eu mesmo puxava meus cabelos [...]” (ARRAES, 2022, p. 91).

Precisava contar, mas não sabia como, até o momento de desabafo no sítio da tia Margarete, quando contou sobre a troca de roupas forçada na escola, da escravização que sofria e da humilhação que sofria, já que sua avó esfregava na sua cara cada grão de arroz comprado, mesmo assim sentiu vergonha ao falar das surras e dos sonhos, preferiu o silêncio sobre o assunto. Foi também o momento em que “ao lado de um curral, debaixo do céu carregado de nuvens escuras, com as pernas cheias de

terra e vacas mugindo perto de nós. Eu não sabia como beijar e nunca tinha imaginado que meu primeiro beijo seria com uma garota” (ARRAES, 2022, p. 96). No entanto, após volta para casa:

Passei as mãos no rosto, esperando que elas voltassem sujas de lama, como no sonho que minha mãe deu para vó, mas a água era limpa. Minhas pernas já estavam muito vermelhas e eu chorava alto, totalmente esquecida da existência de tia Margarete e de Jéssica. Eu soluçava tanto, me sentindo criança pequena de novo, que não conseguia pedir que tivesse pena de mim. Ela me bateu na cara com tapas, puxou meu cabelo de tantas formas diferentes que ficou com vários fios nas mãos, depois jogou as mechas no chão do banheiro. Quando bateu no meu rosto três vezes, pontuou o intervalo entre cada pancada com um você, precisa, obedecer. Me encostou contra a parede pressionando meus ombros, que estralaram, e tive muito medo de que ela fosse quebrar meus ossos. Olhou para o chuveiro e tirou a mangueirinha de plástico. Dobrou ao meio com um chicote e então eu me despeguei do meu corpo (ARRAES, 2022, p. 97).

A cena dolorosa para uma jovem que havia descoberto e vivido momentos curtos, mas singulares em sua vida. Acabou se deparando com a violência física e psicológica, espancada duramente para aprender a se “comportar” e a “obedecer” para que o seu corpo e mente fossem violentados para torná-la silenciada e sem meios para reagir a não ser obedecendo constantemente. Para a avó: “[...] eu bato pra educar, pra ela aprender, não virar uma drogada, uma quenga, ou me dominar, hoje em dia tem filho que bate em pai e mãe” (ARRAES, 2022, p. 101). Como punição foi proibida de sair de casa, é vigiada constantemente até o ponto de pensar que não pediu para nascer. A ordem masculina também pode ser expressa por mulheres, inscrita nos corpos por injunções tácitas, divisões sexuais do trabalho, condutas que marginalizam o público feminino, tentativas de regularização da ordem social e física, assinalando lugares inferiores, ensinando-lhes a postura correta do corpo, mente e comportamento (BOURDIEU, 2022, p. 46).

Sua medida mais imediata foi trocar os remédios do coração para os comprimidos para dor de cabeça. Ela queria o fim do seu próprio sofrimento nem que fosse através da morte de sua avó. Logo adoeceu e não conseguia sair da cama, exceto quando Amanda ajudava. A doença, que não sabia nomear, prosseguiu por duas semanas até que a neta decidiu interromper o plano. Contudo, arrependeu-se após o sofrimento seguinte. Onde foi trancada num quatinho de oração sem comida ou banheiro após ser pega usando uma calça jeans. Na verdade, planejava se encontrar com Jéssica no Natal, quando todos estivessem ocupados demais para perceber sua ausência. Mas fatalmente sua avó viu a troca de roupas e a “[...] minha única recordação é de meu corpo sendo empurrado para dentro do quatinho e do som da chave rodando duas vezes para me trancar” (ARRAES, 2022, p. 112).

A jovem desesperada ansiava em partir para outra vida, longe de tudo que fosse ruim que já viveu e que ainda estava vivendo. Ela fala que queria ser outra pessoa que não fosse tímida, medrosa e calada, mas, na verdade, essa condição foi imposta pela obsessão pela filha morta que havia virado

santa. A própria Amanda já não acreditava que sua mãe pudesse após a vida desejar tanta dor e violência para seu corpo, pois em vida sempre se mostrou carinhosa e amável. Fazendo pensar que: “a dor não se controla, não se doma. Não a minha. Tantas vezes pesadelos e imagens, tantas vezes os gritos. Os pesadelos diante dos meus olhos abertos e a repetição de que aquilo não é real. Não é real, não é de verdade. Mas também era” (ARRAES, 2022, p. 116). Em seguida, iniciou as agressões físicas e verbais, essa atitude fez Amanda pensar que:

A estátua não era abençoada, todas aquelas regras absurdas eram ridículas e, depois de conseguir dizer isso com a boca cheia, enxergava como eram aterradoras. Eu chorava também de vergonha. Que vergonha ter passado por todas coisas. Que vergonha ter acreditado, e ter obedecido, e ter vagado com alma, ter caído como vítima. No dia seguinte, vó não saiu do quarto. Já era mais de seis da noite e ela não abriu a porta. Imaginei que estava se enrolando na cama fazendo mais um de seus dramas encenados, certa de que eu abriria a porta para adular, dar de comer, que eu a chamasse, a encomenda era urgente. Tive que entrar devagar no quarto, cochichando. Mas não pude evitar o grito. Suas pernas estavam em cima da cama e seu corpo caía pela metade virado de barriga para baixo. As mãos tocando o piso e o cabelo solto (ARRAES, 2022, p. 121).

A crença da jovem na mãe morta havia sido confundida com o medo, a raiva e o rancor de uma vida de tristeza e solidão. Sua avó carregou as chagas da violência doméstica durante vários anos e ainda viu sua filha humilhada e morta após uma longa rotina de trabalho para sustentar a família. A depressão chegou mais rápido com a confusão dos sonhos e das visões de uma espiritualidade que beirava a insanidade. Amanda, já não mais acreditava na benevolência e santidade de sua mãe, pois ela seria incapaz de provocar dor e sofrimento. Após uma discussão terrível e entre socos e chutes, ambas saíram cada uma para seus quartos, no entanto, apenas uma acordou viva. Após o sepultamento, restou apenas a dor da partida, sem avó, sem a mãe, sozinha, embora não fosse mais assombro ou uma visagem, “ali não era lugar de criança, de Jéssica, de beleza, nem era momento para as sementes que Jéssica plantava em minha boca” (ARRAES, 2022, p. 122).

Os discursos masculinos produzidos pela ordem patriarcal, são responsáveis pela modelagem da subjetividade feminina condicionada a uma categoria de mulher obediente como filhas, boas mães, esposas dedicadas e compulsórias, cúmplices das violências praticadas contra elas mesmas. A marca do gênero explicita as violências sofridas por mulheres brancas, negras, bem como a categoria de raça explicita o racismo imposto aos corpos negros. Interseccionando raça, classe, gênero, sexualidade, nação na composição dos pensamentos hegemônicos que vêm as mulheres em segundo plano aquinhoadas pela domesticidade, afinal “Gênero inscreve o corpo racializado” (AKOTIRENE, 2019, p. 19). As violências, os linchamentos, os estereotípicos, a classificação racial acusatória abusa cotidianamente das mulheres independentemente da faixa etária e da condição social alargados pela exploração dos corpos feminizados.

A mulher é um indivíduo no qual a subjetivação acabou sendo transpassada dentro das normas e comportamentos sociais definidos como femininos pelo contexto histórico e cultural, podendo ser aceita, rejeitada ou rebelar-se contra as normatizações. Não deixam que falem a não ser sob seus termos e condições sociais, as mulheres são rechaçadas a condições subalternas quando não correspondem aos padrões predominantes. Sobretudo, quando o discurso heterossexual é opressor e condizente, reproduzem situações de crises e conflitos nos relacionamentos familiares, onde a mulher está em papel de submissão e passividade ou demonstrando protesto contra esse contexto quando ela toma consciência daquilo que é e o que a sociedade reproduz com seus corpos e mentes (SANDER, 2013, p. 39). Logo, “[...] a literatura de mulher é altamente reveladora ao trazer à tona uma experiência culturalmente mantida na mais profunda escuridão, ao desvendar as semelhanças e a natureza comum da visão de mundo e da trajetória da mulher [...]” (SANDER, 2013, p. 43).

Considerações finais

A obra literária *Corpo Desfeito*, de Jarid Arraes (2022), parte da crítica literária a um contexto atual e realista da sociedade brasileira permeada pela violência contra as mulheres e as relações entre gênero, raça e classe na expressividade do patriarcado. Esse contexto atinge milhares de mulheres silenciadas pelos seus parceiros e pelo medo e submissão a uma relação violenta e desumana. Sentem-se impedidas de exercerem a sua liberdade e são representadas social e politicamente, em razão da existência de uma condição protecionista e inferiorizada, como objetos a serem manipulados por violadores em espécie de cárceres naturalizados por medo de perderem uma relação amorosa abusiva, ou em nome da manutenção da família, ou na esperança de um futuro com a figura amada mesmo que pareça impossível.

Nessa conjuntura, a autora trouxe discussões tensas e delicadas, mas também extremamente necessárias para entender a representação feminina em contexto periféricos e patriarcais, expressadas na figura de três mulheres que sentiram desde muito cedo a dor e a sensação de impotência frente ao seu agressor. A morte seria o único caminho, embora o mais doloroso e libertador, para a condição de marginalização, violência e coisificação impelidas as suas expressividades como mulheres, pobres e negras tentando sobreviver a cada dia sem a certeza de dias melhores ou o fim dos seus alcoses. Tratou-se de “desfazer” os seus corpos, a sua identidade, a sua representação feminina para atender a uma demanda do seu (sua) violentador (a) para satisfazer os seus gostos e tentar retirar o peso da culpa por existir e se sentir culpada pelas violências direcionadas a sua existência.

Referências

ARRAES, Jarid. **Corpo Desfeito**. 1.ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/ Coordenação de Djamila Ribeiro). Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_)

[_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](#). Acessado em: 19 mar. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner, 20.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v.13, n.25, 2009, p. 63-78. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4368>. Acessado em: 18 abr. 2023.

FERREIRA, Maria Cristina. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em Psicologia da SBP**, v.12, n. 21, 2004. p. 119-126. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004. Acessado em: 06 abr. 2023.

FUNK, Susana Bornéo. O que é uma mulher? **Revista Cerrados**, v.20, n.31, 2011, p. 63-74. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/26036>. Acessado em: 19 abr. 2023.

GOMES, Carlos Magno. Marcas da violência contra a mulher na literatura. **Revista Diadorim/Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v.13, jul, 2013. p. 1-11. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1961/1/MarcasViolenciaMulher.pdf>. Acessado em: 17 abr. 2023.

MCCLINTOCK, Anee. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate imperial. Tradução: Plínio Dentzien. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4413226/mod_resource/content/1/McClintock-Couro-Imperial-pdf.pdf. Acessado em: 09 abr. 2023.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma História feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Disponível em: <https://dlivros.com/livro/historia-feita-por-maos-negras-beatriz-nascimento>. Acessado em: 21 mar. 2023.

OLIVEIRA, Adriana Vidal de; NORONHA, Joanna Vieira. Afinal, o que é “mulher”? E quem foi que disse? **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v.07, n.15, 2016. p. 741-776. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25169#:~:text=O%20artigo%20apresenta%20conceitos%20e,com%20feminismos%2C%20og%C3%AAneros%20e%20sexualidades>. Acessado em: 19 abr. 2023.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **E.I.A.L.**, vol. 16, n.1, 2005. p. 149-164. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1408/viol%C3%AAncia_contra_as_mulheres.pdf. Acessado em: 06 abr. 2023.

SILVA, Sergio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, 2010. p. 556-571. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzhdT5gCxp8sfQm4kzWZCw/?lang=pt>. Acessado em: 06 abr. 2023.

Complexo Arqueológico Canta Galo: Espaço de ensino e aprendizagem da história de Pedra Lavrada

Érica Melo Lima

Universidade Federal de Campina Grande

erica.lima1110@gmail.com

RESUMO: Este trabalho visa uma discussão em torno da utilização dos complexos arqueológicos de Pedra Lavrada como espaço de ensino - aprendizagem nas aulas de campo e elemento de valorização da História local. Tendo como cenário o mural de Itacoatiara na Pedra de Retumba, localizada no Complexo Arqueológico Canta Galo, considerado um Patrimônio Histórico Cultural e utilizado para aula de História por parte de professores e alunos da rede municipal de ensino, especificamente da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Ana Albuquerque, situada no Distrito Cumaru. O estudo, aqui, desenvolvido possibilita que se pensem as Itacoatiaras presentes no município como uma fonte metodológica. Nesse sentido, dialogamos com Juvandi de Souza Santos (2020) para discutir o tema sítios arqueológicos paraibanos e com Ledeny Priscila de Lima Dias (2020) para pensar este Complexo Arqueológico como história local. A metodologia aplicada é o estudo de caso, referente a uma aula de campo, como possibilidade de projeto educacional.

Palavras-chave: Pedra de Retumba. Patrimônio Cultural. Metodologia de Ensino.

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho visa debater sobre a utilização dos sítios arqueológicos encontrados no Seridó paraibano, especificamente o do município de Pedra Lavrada nomeado Canta Galo, onde se localiza a Pedra de Retumba, como um instrumento metodológico de ensino para os estudantes das escolas da Rede pública do município, enquanto patrimônio histórico municipal.

As fontes da pesquisa são as obras que giram em torno da Pedra da Retumba, as novas escavações realizadas por pesquisadores da Universidade Estadual da Paraíba no início do ano de 2020 e as experiências dos estudantes da Escola municipal de Ensino Fundamental Santa Ana de Albuquerque na utilização do local como espaço para aula de campo de educação patrimonial desde o ano de 2018.

Existe urgência no desenvolvimento de atividades de educação patrimonial no município, pois, vários sítios arqueológicos encontram-se em estágios avançados de degradação, sejam eles pela ação da natureza ou humana. Alguns locais mesmo estando em difícil acesso, já apresentam sinais de vandalismo, comprometendo seriamente a preservação desses lugares e a construção da história e identidade social. (Dias, 2015, p. 8)

O Brasil, dentro de sua imensa extensão territorial, tem inúmeros sítios com vestígios

arqueológicos de pinturas rupestres, o problema é que devido à falta de financiamento governamental para preservação e valorização destes parques eles sofrem fortes danos. Em um cenário regional, podemos destacar no Nordeste o sítio de São Raimundo Nonato, localizado no parque Nacional da Serra da Capivara no Piauí, foi a partir das pesquisas realizadas neste sítio que Niède Guidon formulou teorias sobre o povoamento da América.

Pedra Lavrada possui uma área de 393.4 km, tendo dentro de seus limites territoriais aproximadamente 11 (onze) sítios arqueológicos. A Pedra de Retumba é objeto da pesquisa principalmente pelo seu grande valor patrimonial para a população em geral e a origem do município, visto que o município de Pedra Lavrada recebe este nome devido à presença de pinturas rupestres no seu território, além da Pedra de Retumba ser cenário de mitos e lendas do imaginário popular dos moradores do município.

A história da pedra é extensa e cercada por alguns mitos de desaparecimento e aparição. O primeiro registro foi realizado no ano de 1886, por um engenheiro de minas chamado Francisco Soares da Silva Retumba, que notificou em seu relatório a presença de gravuras em rocha (Fig. 1) para o presidente da Província da Parahyba do Norte.

Figura 1 – Croqui da cópia feita por Francisco Retumba das inscrições em Pedra Lavrada.



Fonte: Imagem retirada da página 40 do livro **“História da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Pedra Lavrada: A devoção de José Bezerra da Costa”** de Padre João Jorge Rietveld, 2010.

Em relação à imagem apresentada anteriormente, é explicado no artigo “Salvamento arqueológico da Pedra de Retumba: A evidenciação de uma lenda” que:

No ano de 1886 o engenheiro de minas contratado pelo presidente da Província da Parahyba no Norte, Francisco Soares da Silva Retumba, que dá nome à pedra, enviara um relatório ao seu patrono acerca de uma formação rochosa na localização do poço do Gado Bravo, hoje chamado pela população local de Cantagalo, que continha uma grande diversidade de inscrições. (Oliveira, et al., 2020, p. 40)

Um dos objetivos da pesquisa é destacar o sítio arqueológico da Serra das Flechas como possibilidade de aula de campo para os professores e alunos. A utilização de um espaço próprio do

município visa à valorização do patrimônio histórico municipal e da identidade dos moradores. Além do grande valor interdisciplinar que o local apresenta para as ações de ensino em outras disciplinas.

É necessário perceber a falta de trabalhos em torno da área de pré-história e pinturas rupestres, principalmente em sítios menores como os do município de Pedra Lavrada. Estes trabalhos simbolizam o enaltecimento da identidade cultural dos populares, do ambiente histórico e patrimonial municipal e a utilização destes lugares no ensino-aprendizagem do alunado.

A pesquisa tem embasamento principalmente nos textos de Flávio Berutti e Adhemar Marques sobre ensino de história, na obra do Padre João Jorge Rietveld intitulada “História da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Pedra Lavrada: A devoção de José Bezerra da Costa” que conta sobre as origens do município e sua ligação com o mural Itacoatiara que o nomeia.

Além desses, utilizaremos informações da equipe de pesquisadores composta por: Dennis Motta Oliveira, Ian Victor S, Juvandi de Souza Santos, Karen Nadja Souza Morais, Lucas Ramon Porto de Assis, Thalles Rennan Maia de Medeiros e Ledeny Priscila de Lima Dias, pesquisadora com outras obras voltadas para os sítios arqueológicos do Seridó paraibano com enfoque na Pedra de Retumba do Sítio Canta Galo. Esses realizaram em 2020 uma atividade arqueológica buscando evidenciar o mural das pinturas itacoatiaras da Pedra de Retumba, que havia sido submersa por um açude construído nas proximidades.

“MITO” DA PEDRA DE RETUMBA E A COMPROVAÇÃO DO MURAL ITACOATIARA ATRAVÉS DO RESGATE ARQUEOLÓGICO

Inicialmente, o fato de destaque é a presença de pinturas rupestres desde o início da habitação humana, essas pinturas são símbolo de manifestações artísticas e da evolução cognitiva dos homínídeos, o desenvolvimento de pinturas rupestres é normalmente caracterizado por apresentar os horizontes culturais de um dado grupo humano. Os sítios arqueológicos no geral têm um papel muito forte no desenvolvimento de estudos sobre o período da “pré-história”.

O município de Pedra Lavrada, dentro da sua extensa faixa territorial e dos inúmeros sítios arqueológicos, tem no mural de Itacoatiara da Serra das Flechas o principal vestígio histórico de sua origem. O referido mural se encontra na rocha nomeada como “Pedra de Retumba”, devido ao nome do engenheiro que realizou o primeiro registro das pinturas: “Uma das primeiras referências feita de um sítio arqueológico existente no município, data do ano de 1886. Através do relatório do Engenheiro de Minas Francisco Soares da Silva dirigido ao Presidente da Paraíba Antônio Herculano de Souza Bandeira” (Dias, 2015, p. 5).

A Pedra de Retumba fica localizada a pouco mais de 950 m do perímetro urbano de Pedra Lavrada, parte do monumento se localiza no Complexo Arqueológico do Canta Galo, contando com aproximadamente mais cinco ilustrações rupestres de tradição Itacoatiara (Fig. 2).

FIGURA 2 - Pintura Itacoatiara localizada no alto da pedra de Retumba



Fonte: Valquiria Lopes (Acervo pessoal, 2018).

Como o Padre João Jorge Rietveld (2010) apresenta, Pedra Lavrada guarda no seu nome, uma referência a um sítio arqueológico e os antigos habitantes, o nome Pedra Lavrada é uma referência a nomenclatura Itacoatiara de origem tupi, “Ita = Pedra + kwatia = riscada, resultando o seguinte termo: pedra com inscrições” (Santos, 2007, p. 07).

O mito da Pedra de Retumba tem início depois desse primeiro registro em 1886. Após a notícia da existência deste mural, estudiosos dos séculos XIX, XX e XXI que foram em busca de tal painel com suposta abundância de gravuras rupestres não puderam encontrá-lo (Oliveira, et al., 2020, p. 41). Diante deste mistério, alguns historiadores se dispuseram a produzir teorias sobre o suposto desaparecimento do mural de Itacoatiara da Pedra de Retumba. Para exemplificar as divergências vamos externar duas teorias diferentes que apresentadas e discutidas por Ledeny Priscila.

A primeira, da arqueóloga Gabriela Martin, destina que a pedra tenha sido destruída para a fabricação de paralelepípedos (Dias, 2012, p.15), essa é abalada inicialmente pelo fato de que apesar da região municipal ter como atividade de base a exploração de minério e das pedras, a área onde se localiza o mural nunca foram fontes de exploração mineral; depois, Gabriela faz a afirmação, mas não cede no seu texto nenhuma fonte de pesquisa que ateste o que ela afirma.

A segunda, do historiador Vanderley Brito, afirma que a pedra encontra-se soterrada (DIAS, 2012, p.16) (Fig. 3). A primeira evidência da estabilidade da teoria do autor é o testemunho de moradores da cidade, que afirmam lembrar perfeitamente da existência da mesma, além de jovens que tiveram a prática de utilizar a pedra como local de salto em tempos de cheia. Outra prova desta teoria do soterramento é a presença de resquícios materiais da construção de um açude no local:

O soterramento da mesma, que, segundo ele, ocorreu por conta do estouro de outras barragens que se localizavam acima do pequeno açude, isso pode ser facilmente comprovado, porque, ocorreu exatamente no período em que a região era contemplada com o inverno rigoroso, mais precisamente no final dos anos 70 e início dos anos 80. (Dias, 2012, p. 16

FIGURA 3 – Imagem da Pedra de Retumba parcialmente soterrada.



Fonte: Juvandir de Souza Santos (Acervo do livro “Resgatando a história da Pedra de Retumba: das lendas e mitos às atividades arqueológicas”, 2020).

Este “desaparecimento” acarretou questionamento acerca da existência do mural Itacoatiara ser ou não verdadeiro. A ideia mais coerente é a de que o complexo arqueológico do Canta Galo, que fica próximo a áreas de armazenamento de água, passou por um processo de assoreamento após cheias muito fortes.

A fim de esclarecer o mistério, Juvandi de Souza Santos entrou em contato com a Prefeitura de Pedra Lavrada, por intermédio do grupo de trilheiros da União Caatinga, visando realizar um convênio que visava o salvamento arqueológico da Pedra de Retumba. Após a confirmação do convênio, o IPHAN-PB foi contatado e autorizou o processo de salvamento arqueológico da Pedra, que culminou na evidênciação do enorme painel contendo centenas de gravuras rupestres (Oliveira, et al., 2020, p.44).

A UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO AQUEOLÓGICO DO CANTA GALO COMO INSTRUMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NAS AULAS DE CAMPO

A utilização deste sítio arqueológico como espaço de aula de campo é de suma importância principalmente no ensino de turmas do ensino fundamental. O papel da história é de esclarecer, expor fatos e contribuir para a formação de opiniões na sociedade contemporânea (Berutti e Marques, 2009, p.16). Entendendo que, tal como as experiências pessoais dos alunos contribuem para sua formação enquanto cidadãos, também os vários processos históricos do passado são essenciais para a compreensão da sociedade e do mundo atual.

A partir da observação acerca da importância da compreensão dos processos históricos para formação dos alunos, podemos avaliar o valor dos sítios arqueológicos para a historicidade do município de Pedra Lavrada e para o processo de ensino cultural de seus símbolos, tal qual a presença de sítios arqueológicos, que possuem pinturas rupestres marcantes.

Neste trabalho, destacamos as ações da professora Valquiria Lopes, da Escola Santa Ana Albuquerque, no distrito Cumaru, que utiliza aulas de campo mediante pedagogias e medidas

interdisciplinares que contribuam para o ensino de História relacionada às pinturas rupestres presentes no município, de modo a traçar uma relação entre o ensino da história e a representação cultural das Itacoatiara do município.

A metodologia utilizada para essas aulas de campo inicialmente foi a utilização de uma aula expositiva com auxílio de slides, que serviram para passar informações técnicas e temporais acerca do Sítio arqueológico. Em seguida, a realização da visita na Serra das Flechas com a turma de concluintes do fundamental II, onde os alunos tiveram contato direto com a história local, através da observação das pinturas rupestres e de outros vestígios historiográficos. Vale destacar que nenhuma das turmas chegaram a ver o famoso mural de itacoatiaras, já que este só teve a existência comprovada no ano de 2020.

A utilização da visitação in-loco, além de ser um grande ponto de partida para o professor incitar a consciência e valorização patrimonial nos alunos, ajuda na reconstrução do processo de ensino-aprendizagem de história através da ligação de saberes escolares e sociais: “O professor exerce função primordial no processo de ensino-aprendizagem do conteúdo histórico, pois tem a possibilidade de apresentar as diversas leituras dos acontecimentos que marcaram a história revelando a estes que também são agentes construtores” (Alves; Rosa, 2016, p. 38).

A visita In-loco, além de ser um ponto crucial para o estudo e a análise das pinturas rupestres, serve como ponto para estudo geográfico do lugar onde se localizam os sítios e a diversidade de vegetação local. Durante as aulas de história da professora Valquiria Lopes, os alunos relataram oralmente sua vivência e aprendizados adquiridos durante a aula de campo. A partir desta discussão em sala se constata a interdisciplinaridade como um agente fundamental do ensino-aprendizagem de história, análises geográfica, científicas, artísticas e historiográficas presentes nos sítios, com acréscimos de debates sobre religiosidade devido à forte presença católica – constatada via imagens religiosas coladas nas pedras.

Na interdisciplinaridade escolar a perspectiva é educativa, assim os saberes escolares procedem de uma estruturação diferente dos pertencentes aos saberes constitutivos das ciências. Na interdisciplinaridade escolar as noções, finalidades habilidades e técnicas visam favorecer, sobretudo, o processo de aprendizagem respeitando os saberes dos alunos e sua integração. (Fazenda, 2015, p. 12)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como ponto de partida a análise das aulas de campo com a visitação in-loco dos sítios arqueológicos do município de Pedra Lavrada, que visa fortalecer e incentivar a busca pela compreensão acerca da historicidade local e fundação do município, além da valorização do cenário de imaginário popular, mediante que a grande maioria dos alunos não conhecia o local, tornam os resultados positivos.

Segundo o relato oral dos próprios alunos em sala de aula, a oportunidade de ter contato direto com o ambiente das pinturas acarretou aumento da percepção dos alunos acerca do ensino-aprendizagem de

história. Ainda consoante os alunos, o contato direto com algo que antes só era observado nas páginas, gera um maior interesse pela história local.

A própria ação dos pesquisadores, que realizaram o resgate arqueológico do mural de itacoatiras da Pedra de Retumba que estava soterrado, é um exemplo de ação que deve ser incentivada no município. O cuidado e a manutenção do patrimônio local, de suma importância para a valorização da identidade cultural da população com o que nomeia seu município.

A utilização destes ambientes como “sala de aula” agrega aos alunos elementos socioculturais de sua própria história. O contato dos alunos com o objeto de pesquisa, além de fortalecer os laços de pertencimento com o município, aumenta o interesse dos alunos, retirando-os da mesmice da sala física. Estas aulas cobram didática dos professores para lidar com o ensino-aprendizagem e a interdisciplinaridade, para que o conhecimento seja transmitido de forma atrativa e convidativa, tornando necessário uma adaptação da forma de transmissão (Alves e Rosa, 2016, p.38), o espaço da aula de campo proporciona aos professores uma maior versatilidade para condução da aula e facilita o aprendizado coletivo.

A análise realizada indica que precisamos, enquanto comunidade acadêmica, incentivar as pesquisas acerca da história local. Através disto pode-se incentivar a curiosidade dos alunos e da população municipal acerca das origens da civilização, alavancando a reconstrução da história municipal através das análises feitas das pinturas rupestres e do acervo arqueológico.

O incentivo à reconstrução e manutenção da história, além de ser um ponto de partida para a valorização do patrimônio cultural do município, também serve como argumento para a desconstrução da ideia de que a história é uma ciência imutável e composta apenas de conhecimentos pré-concebidos.

Nessa perspectiva, conclui-se que, através do estudo acerca das pinturas rupestres e do resgate arqueológico realizado no município de Pedra Lavrada, enfatizando o papel desta análise na reconstrução da historicidade local do município, tal qual a identidade cultural dos habitantes. Além da valorização da historicidade local, estes ambientes são considerados importantes para o ensino-aprendizagem de história e de outras disciplinas. Através das experiências dos estudantes e professores das turmas do 9º ano do Ensino Fundamental da Escola Santa Ana de Albuquerque, propôs-se um método diversificado e fora dos parâmetros educacionais tradicionais, de modo a incentivar o pensamento holístico, bem como a busca pelo conhecimento ancestral.

Além disso, salienta-se a importância das pinturas rupestres como objeto de estudo e Patrimônio Cultural, possibilitando aos alunos um contato real com uma fonte historiográfica tão rica em vestígios culturais das primeiras comunidades, de modo que conseguiram despertar a atenção e interesse da turma. Portanto, concluímos que o contato direto dos alunos com as pinturas é um dos caminhos para a propagação da história do município de Pedra Lavrada e para o incentivo nas pesquisas na área da pré-história.

Além destes parâmetros educacionais, a importância das pinturas rupestres como objeto de estudo do patrimônio cultural que possibilita o contato direto dos alunos com uma fonte historiográfica, de modo que permita despertar atenção da turma, concluímos que este contato direto dos alunos com material histórico é um incentivo a compreensão da história municipal, assim como o

hino municipal ressalta, “[...] lavrada pela grandeza de uma civilização antepassada [...]” escrito por Paulo Sergio Guimarães de Aguiar Campos.

REFRÊNCIAS

ALVES, Carlos Jordan Lapa; ROSA, Geder de Rocha. **Uma reflexão sobre o ensino de história:** um estudo de caso do processo de ensino aprendizagem. Revista Ensaio Pedagógicos, v.6, n. 11, p.35-43, 2016.

BERRUTI, Flávio; MARQUES, Adhemar. **Ensinar e Aprender História.** Belo Horizonte: RHJ, 2009.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DIAS, Ledeny Priscila de Lima. **A arte rupestre em Pedra Lavrada:** uma discussão acerca da importância da preservação do patrimônio arqueológico local. Monografia - especialização em história do Brasil e da Paraíba, centro de educação, Faculdades Integradas de Patos, Campina Grande, 2015.

DIAS, Ledeny Priscila de Lima. **A Pedra de Retumba:** escavando uma história. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação em história, Centro de educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **INTERDISCIPLINARIDADE:** Didática e Prática de Ensino. In: Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade (GEPI) – Educação: Currículo – Linha de Pesquisa: Interdisciplinaridade (ORG). Interdisciplinaridade. São Paulo: PUCSP, v. 1, n. 6, 2015, p. 9-17. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/interdisciplinaridade/article/view/22623>> acesso em 08 de setembro de 2020.

OLIVEIRA, Dennis Motta; CORDEIRO, Ian Victor S.; SANTOS, Juvandi de Souza; MORAIS, Karen Nadja Souza; DIAS, Ledeny Priscila; ASSIS, Lucas Ramon Porto de; MEDEIROS, ThallesRennan Maia de. **SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO DA PEDRA DE RETUMBA:** A evidenciação de uma lenda. Periódicos ufpe: clío arqueologia, Pernambuco, v. 1, n. 35, p. 39-52, 27 de abril de 2020. Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246933>> acesso em 01 de setembro de 2020.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Ocorrências de Itacoatiaras na Paraíba.** João Pessoa: JRC, 2007.

SOUTO, Valquíria Lopes de; LIMA, Érica Melo. **VESTÍGIOS DE UM PASSADO PRESENTE.** In: Anais da I semana nacional de história da UEPB: história, interdisciplinaridade e culturas. Anais...Campina Grande(PB) UEPB, 2019. Disponível em:

<<https://www.event3.com.br/anais/Isn/220915-VESTIGIOS-DE-UM-PASSADO-PRESENTE>>.

Acesso em: 31/08/2020 12:24

Portal Lavradense. **Sítios arqueológicos Seridó Oriental.** 17 minutos. Disponível em

<<https://www.youtube.com/watch?v=7x6eiLUeLSU&feature=youtu.be>> acesso em 07 de setembro de 2020.

RIETVELD, Padre João Jorge. **História da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Pedra Lavrada:** A devoção de José Bezerra da Costa. Campina Grande: Maxgraf, 2010.

A REVOLTA DA CHIBATA 1910: REVISÃO HISTÓRIOGRÁFICA

Larissa Mikaely de Farias

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Email: Larissa.mikaely1998@gmail.com

Resumo: Neste artigo, a proposta é analisar e revisar as produções historiográficas e as ausências da temática dos marinheiros (1910) nos livros didáticos e na academia, trazendo discussões e perspectivas historiográficas de diversos autores com visões parecidas ou diferentes, que se propuseram a pesquisar a revolta da chibata em 1910. Buscando compreender as implicações do movimento assim como sua importância, além de destacar as questões que contextualizaram a chamada “Revolta da Chibata” e como a historiografia contemporânea a discute. O artigo discute também a consolidação da Revolta da Chibata como um tema da memória nacional brasileira e como durante muitos anos ela foi censurada e silenciada pela marinha e pelo governo do estado. Além disso, com base em diferentes fontes, o artigo descreve os problemas enfrentados nas primeiras décadas do pós-abolição e a própria Revolta da Chibata, partindo dos discursos deixados pelos líderes do movimento, oficiais e cronistas acerca do racismo, da escravidão e dos castigos corporais.

Palavras chaves: Movimento dos marinheiros. Historiografia. Castigos corporais.

INTRODUÇÃO

A Revolta da Chibata foi um movimento dos marinhos que aconteceu durante a república velha em 1910. Uma revolta de marinheiros⁷⁴ majoritariamente negros revoltados com os castigos físicos empreendidos por superiores brancos de uma elite militar eclode tomando conta de algumas das embarcações mais modernas e poderosas da Marinha do Brasil. Contudo, o movimento não acontece de uma hora para outra, houve antes diversas reuniões, discussões sobre suas queixas e preparação de estratégias para o dia que iria ser realizado a revolta, foram dois anos se preparando para o tão

⁷⁴ A revolta dos marujos será conhecida posteriormente como a Revolta da Chibata através do livro de Edmar Morel em 1959.

esperado momento, já tinham uma carta pronta para enviar ao presidente no dia de sua posse.

A revolta estava marcada para acontecer dia 15 de novembro de 1910, porém, receberam autorização para desembarcar e ir para a posse do presidente Hermes da Fonseca, nesse dia aconteceu diversos obstáculos, como: chuva, desfile dos soldados e impossibilidade de reunirem todos os que iriam participar da revolta. Como resultado a revolta é adiada.

No entanto um dos Marinheiros chamado Marcelino chegou a bordo do navio embriagado, o que era contra as regras. Além disso, ele acabou ameaçando um cabo, o que o faz ser punido com 250 chibatadas sem cuidados médicos, todos os marinheiros foram obrigados a assistir aquela terrível cena em que um de seus companheiros estava quase morto. Por mais que já estivessem preparados para fazer a revolta, presenciar aquela atrocidade foi um estopim os deixando ainda mais revoltados com a situação em que estavam vivenciando. Eram homens que serviam ao seu país, lutavam por ele e perante a constituição deveriam ser vistos como iguais e não como escravos.

Dessa forma, o levante explode em 22 de novembro de 1910 sendo considerado como um dos eventos mais conhecidos e importantes da República Velha. Durante alguns dias a revolta obrigou o Estado brasileiro a negociar, buscando atender as principais demandas dos revoltosos. Uma das primeiras reivindicações da marujada exigia que fossem retirados “os oficiais incompetentes” que exigiam cumprimentos de atividades sem levar em conta os números de marinheiros disponíveis, ou seja, eram sobrecarregados independente de quantos tinham.

A segunda delas exigia a “reforma do código imoral e vergonhoso a fim de que desapareça a chibata, o bolo e outros castigos semelhantes”, em outras palavras o fim dos maus tratos e escravidão dentro da marinha. A terceira reivindicação exigia que o governo educasse os marinheiros que não tinham competência para vestirem farda e nem para servir com excelência para o país. Era necessário que a Marinha educasse e preparasse seus marinheiros para o trabalho e a vida em grupo, assim diminuiria as tensões e os castigos, já que a maioria entrava de forma obrigatória ou para serem disciplinados, não tinham direito de passar pela escola de formação da marinha para se capacitar ia direto para o trabalho braçal, muitos entravam com 14 ou 15 anos.

No quarto dia, diante da proposta de anistia feita pelo governo, os amotinados depuseram as armas. Esta, veio no dia 26 de novembro, quando o presidente Hermes da Fonseca declarou que os castigos físicos estavam abolidos e que os revoltosos que se entregassem seriam anistiados. No entanto, suas reivindicações e denúncias continuaram na ordem do dia, mobilizando a atenção dos jornais, da classe política, do governo federal e da própria Marinha de Guerra. Mas, no dia seguinte, após a anistia vem um decreto autorizando a expulsão dos marujos da corporação, acusados de indisciplina, na teoria não tinha nada a ver com a revolta, na prática não tinha anistia nenhuma. Vários marujos foram presos, outros foram deportados, desapareceram e nunca mais voltaram. João Cândido um dos líderes da revolta continuava na marinha.

Contudo, a história não acabaria por aí. O racismo escancarado dos militares, governos, imprensa e sociedade tratou a revolta com desdém, mesmo havendo algum apoio popular a ela. Mas uma nova revolta, não relacionada com a primeira ocorrida, pouco tempo depois minou o apoio público aos revoltosos e alguns dos líderes da Revolta da Chibata foram presos. O principal líder, João Cândido,

pagaria o preço de sua liderança sendo preso, torturado e desprezado pela Marinha pelo resto da vida.

CENSURAS

A revolta dos marinheiros por um longo tempo foi proibida e esquecida pela população, sobretudo durante a revolução de 1930 de Vargas⁷⁵ e se perpetuou durante o período da ditadura militar de 1964. Primordialmente, as proibições começaram ainda em 1910, uma das primeiras proibições iria ser os filmes documentários no cinema brasileiro até então ainda em nascimento. Entre elas, havia três filmes sobre a revolta que foram gravados, inspirando também a criação de um curtametragem mudo de ficção, realizado entre 1910 e 1912, intitulado *A vida de João Cândido*⁷⁶ (Silvia, 2011).

Esse filme poderia ter sido uma das primeiras produções do cinema brasileiro a serem censuradas pelo governo. Foram tidos como desaparecidos, existem poucas informações sobre seu conteúdo.

Segundo Silva (2011), uma nota publicada no *Correio de Manhã* em 23 de janeiro de 1912 dizia que o chefe de polícia do Rio de Janeiro:

Proibiu a sua representação, mandou apreender os cartazes-reclamos e deu ordens para que prendesse os distribuidores dos reclamos. E com isso o sr. Belizário lavrou um tento, porque, se não fizesse o que fez, talvez a essa hora o Rio em peso estivesse revolucionado ... para ver a fita que se exibia na rua marechal Floriano (Almeida, 2011, p 64).

Logo após, a proibição do filme, em janeiro de 1913, o circo Spinelli organizou uma sessão em homenagem a vida de João Cândido” (*Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro Paiz*, 24 jan. 1913). No entanto, o circo, para poder exibir suas atrações, tinha que estabelecer boas relações com as autoridades. Portanto, alguns dias antes do anúncio do espetáculo em homenagem a João Cândido, o chefe de polícia do Distrito Federal⁷⁷, o mesmo que havia proibido a exibição do filme sobre a vida do marinheiro, (Silvia 2011) assistiu ao espetáculo para se certificar que não teria nada que não fosse aceitável por ele sobre a revolta (*O Paiz*, 21 jan. 1913)

Se já era difícil tratar do movimento dos marinheiros até o início da década de 1930, ficou ainda pior durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) o assunto parecia ter “desaparecido” das livrarias e da vida pública. No entanto, o poeta francês Benjamin Péret (1899-1959) na clandestinidade escreveu um livro que se intitulava “*O Almirante Negro*” em homenagem a João Cândido em 1931.

Péret viveu no Brasil entre 1929 e 1931, porém, foi preso e expulso do país acusado de ser um “elemento nocivo à tranquilidade pública” sua perspectiva sobre a revolta dos marinheiros era que ela

⁷⁵ Getúlio Vargas (1930-1945);

⁷⁶ ARAÚJO, Vicente de Paula. *A bela época do cinema brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p.354;

⁷⁷ Chefe da polícia Federal: Belizário Fernandes da Silva Távora.

seria uma versão tupiniquim do motim russo em 1905, ele a analisava como uma expressão da luta de classes. De acordo com Almeida (2011) O seu livro nunca chegou a ser publicado, pois os manuscritos foram pegos pela polícia de Getúlio Vargas e possivelmente destruídos quase em sua totalidade. Somente quatro páginas foram encontradas posteriormente.

Outra repressão, se deu em 1934, uma publicação clandestina foi editada em Pelotas, no Rio Grande do Sul, seguindo a mesma direção do livro de Benjamin Péret. O autor, que assinava com o pseudônimo de Benedito Paulo, foi identificado como o médico Adão Pereira Nunes⁷⁸, em seus textos o Brasil é apresentado como um “país semicolonial”, cujo “povo oprimido” deveria conhecer histórias como a da revolta dos marinheiros para que se construísse uma consciência de classe popular.

Comentava-se que o jornalista foi sequestrado e agredido fisicamente por seis oficiais da Marinha. (Silvia 2011)

Em contrapartida a essas censuras, havia também publicações contra a revoltas a essas eram permitidas pelo governo a serem divulgadas a exemplo: Alencastro Graça que publica em forma de resposta, a uma reportagem sobre a memória da revolta dos marinheiros que foi publicada pelo jornalista Raimundo Magalhães Júnior no Diário de Notícias em 1948. O oficial diz, a respeito de João Cândido, que o nome do mesmo não deveria estar nos anais da história e que se tivesse não deveria ser tratado como herói e sim como criminoso. (Arias Neto, 2001)

AUSENCIA DA REVOLTA DA CHIBATA NA ACADEMIA E NOS LIVROS DIDÁTICOS

Segundo o historiador Mário Maestri (2010), ainda hoje são raros e um pouco recentes os estudos sobre o movimento dos marinheiros, os trabalhos em abundância são mais sobre João Cândido, um dos líderes do movimento do que o próprio movimento em si. Com exceção dos livros e dos folhetos escritos pelos oficiais, sobretudo em defesa de suas ações ou de seus companheiros de fardas (brancos), pouco fora escrito até o lançamento, em 1959, do livro do jornalista Edmar Morel ‘A REVOLTA DA CHIBATA’ apesar de ter sido escrito um quatro décadas após 1910, o livro contém o depoimento e as visões explícitas e implícitas de inúmeros contemporâneos aos acontecimentos. Sobretudo nas suas repetidas edições corrigidas e ampliadas, A Revolta da Chibata constituiu-se também como importante orientação crítica sobre as publicações referentes à insurreição. (Mário Maestri 2010)

Porém, Edmar Morel, durante o golpe civil militar de 1964 teve sua licença cassada, foi proibido de votar por 10 anos e teve dificuldades em arrumar trabalho. A principal razão desse ato foi a publicação do livro “A Revolta da Chibata”. Durante os primeiros anos do período militar, o tema da revolta dos marinheiros foi da mesma forma ‘cassado’ e proibido novamente.

A historiadora Tania Ferreira (2010)). Em sua narrativa sobre o movimento dos marinheiros de 1910, inclui, em linhas gerais, o contexto social e econômico do Brasil da época em que ocorreu o Movimento dos Marinheiros de 1910. Entretanto, em sua concepção teria sido através de Marcos Silva,

⁷⁸ PAULO, Benedito [Adão Pereira Nunes]. A revolta de João Cândido. Pelotas (RS): s.n., 1934, p.1-2

na obra *Contra a Chibata: marinheiros brasileiros em 1910* (1982). Que começaria a entrar em evidência questões importantes sobre o movimento e que permitiria adiante uma linha de divulgação mais ampla quanto ao tema, que era tão pouco estudado e referido nos livros didáticos da época.

Dessa forma, com a redemocratização era possível então a retomada do assunto.

Adiante, mesmo com a redemocratização o historiador Álvaro afirma que ainda em 1994 o tema ainda era pouco abordado nas academias, ele exemplifica: que essa mesma academia, que debatia a cidadania republicana na virada do século XIX para o XX e os mandos e desmandos dos governos, sabia muito pouco sobre a Revolta da Chibata, alguns não reconheciam mais que o título do tema - outros, até hoje, a confundem com a Revolta da Armada de 1893. Não havia mestrandos e doutorandos estudando ou pesquisando sobre o assunto em 1994. (Álvaro 2010)

Em 2003, segundo Márcia Costa e Eumar Conde uma lei tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, a Lei 10.639/2003 para que fosse incluso à presença do negro no livro didático de História, sobretudo os movimentos com liderança negra. Mas de que forma a revolta dos marinheiros passa a ser apresentada nos livros didáticos? Marcia Costa (2018), fala que ao analisar o livro didático percebe-se que se reproduz “verdades” sobre a população negra, “verdades” essas que foram impostas por uma sociedade hegemônica branca, que não se preocupava em trazer as histórias e os valores culturais dos movimentos negros assim como a sua importância social

Sendo assim, o livro didático é o instrumento mais utilizado por professores e alunos em sala.

Segundo Branco (2005), o livro didático reproduziu uma historiografia que não reconhece “o valor do negro como construtor e participante da vida brasileira”. Diante disso, os autores Márcia Costa e Eumar Conde (2018) se propuseram a fazer uma análise sobre a revolta da chibata dentro dos livros didáticos. Começaram com A coleção Projeto Araribá História⁷⁹ A temática da revolta da chibata está descrita em uma página, em formato de apêndice, numa seção denominada Atividades de Ampliação, expondo apenas como conteúdo complementar.

Na segunda análise, feita pelos mesmos autores (2018), também feita em uma obra do Projeto Araribá de História⁸⁰. A temática da Revolta da Chibata é desenvolvida em meia página com uma única imagem de marinheiros negros segurando um cartaz com a frase “Viva a liberdade”, os organizadores em nenhum momento descrevem que a revolta era composta por homens negros. Ao término da análise se percebe-se que em ambas as edições, as mudanças são mínimas. Em ambas, a história é pouco falada e discutida, tratando o tema superficialmente, não a uma observação crítica sobre o movimento, muito menos um interesse em falar sobre o assunto nas salas de aula, novamente silenciando os negros até mesmo de suas lutas.

Outra análise, a respeito da presença/ausência da “Revolta da Chibata”. o historiador Jorge Dias (2014) percebeu a ausência de novas abordagens produzidas sobre o movimento, pela historiografia,

⁷⁹ A coleção Projeto Araribá História foi concebida, desenvolvida e produzida coletivamente pela editora Moderna e aprovada pelo PNL D para ser usado no ano de 2014 a 2016 (3 ed.) .

⁸⁰ Obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela editora Moderna em sua 4ª edição aprovado pelo PNL D para os anos de 2017 a 2019. do 9º ano do Ensino Fundamental.

sobretudo nos livros didáticos em que pesquisou, entre os anos de 2004 e 2009. Segundo, Levi Cavalcanti (2019) Jorge Dias defendia a diminuição da distância entre a academia e a escola, com o intuito de que novas abordagens historiográficas eliminasse o modo neutro de se tratar questões relacionadas especialmente ao movimento negro. Porém ao analisar os livros didáticos, as possibilidades do uso de novas contribuições e o diálogo com os movimentos sociais, o autor confirmou que o Movimento Reivindicatório dos Marinheiros de 1910 está cristalizado e com pouca abordagem de novas perspectivas sobre o tema:

Ao que nos parece a Revolta da Chibata se deu de tal forma que não cabe mais nesses cem anos passados novas abordagens. Cristalizou-se um conhecimento sobre o fato e por mais que tenha havido por parte da historiografia avanços pertinentes ao tema, esses não foram incorporados aos livros didáticos. (DIAS, 2014, p. 13)

Ou seja, para Dias mesmo com os avanços por parte da historiografia, nos livros didáticos a história do movimento e suas implicações ainda continuam parada no tempo sem novas nuances, com isso, podemos perceber que ainda há grande preconceito e resistência em inserir as histórias dos negros nos livros didáticos, sobretudo da revolta da chibata, história essa que colocou em evidência o descaso, a violência e o racismo, que ainda ocorria e ocorre atualmente.

DISCUSSÕES HISTORIOGRÁFICAS

Contudo, o historiador Levi Cavalcanti Silva (2019) afirma que as narrativas dos historiadores contemporâneos abriram novos caminhos sobre a revolta “Revolta da Chibata”, partindo de novas abordagens historiográficas e da inclusão de fontes diversas que foram levantadas. Para o autor, as novas abordagens consistiram em análises sobre as motivações para a organização do movimento e luta por conquista de direitos influenciados pela república. Uma visão oposta aos trabalhos anteriores, que interpretava o Movimento dos Marinheiros de 1910 apenas como um motim, a partir da “Marinha” versus “marinheiros”.

Entretanto o autor (2019) concorda com Jorge Dias que mesmo com novas narrativas historiográficas e com novas diversidade de fontes, essas abordagens ainda estão muito longe dos livros didáticos e da escola, sendo assim ele afirma que era preciso criar abordagens pedagógicas para tratar a revolta da chibata indo para além de um tema sensível:

Para isso, é salutar a nossa interpretação da “Revolta da Chibata” como um movimento de reivindicação da cidadania, na perspectiva de uma luta pela dignidade humana, contra a opressão da Marinha, opondo-se a uma perspectiva de punição exemplar exercida através dos castigos

Autores como Love (2010), Arias Neto (2013, 2003), Almeida (2011, 2014, 2010) e Álvaro Nascimento (1997, 2002, 2008, 2010) trabalharam com a perspectiva interpretativa do Movimento dos Marinheiros de 1910 como um movimento de luta por cidadania, diretamente ou indiretamente. Arias Neto (2003; 2013) vem com o viés historiográfico oposto ao dos historiadores e memorialistas, que concentrava na visão do movimento contra os castigos corporais, cujo a principal causa era a chibata. Ele traz um alerta para uma abundante memória produzida pelos próprios militares da Marinha que insistiam, e insistem ainda hoje, “em definir o movimento como quebra de hierarquia, nominando-o como insubordinação ou revolta” (ARIAS NETO, 2013, p. 55-56). Ele trata também o acontecimento histórico como luta por cidadania.

Além disso, na perspectiva de Almeida (2014) e Arias Neto (2013), o documento enviado pelos marinheiros ao Presidente da república é uma evidência de que o movimento significou mais do que uma luta pelo fim dos castigos físicos e das más condições de trabalho, que além de lançarem mão da concepção de liberdade de associação também cobravam por respeito à dignidade humana como um direito constitucional.

O movimento, na época (1910) foi considerado uma sublevação, revolta ou motim pelos jornais e oficiais, logo depois foi chamado de “Revolta da Chibata” por Edmar Morel (1959), de “Revolta dos Marinheiros de 1910” por Álvaro Nascimento (2002, 2008), de “Revolução dos Marinheiros de 1910”, por Arias Neto (2003) e de Movimento Reivindicatório dos Marinheiros de 1910, por Jorge Antônio Dias (2014). A nomenclatura mudava conforme novos olhares e novas análises sobre a documentação do movimento. Almeida (2014) também irá direcionar sua pesquisa da mesma forma que Arias Neto. A autora resume os fatores que explicam as reivindicações dos marinheiros e o contexto de luta por direitos sociais, fazendo uma alusão à luta por cidadania como um dos principais motivos da revolta.

Por outro lado, o historiador estado-unidense Joseph Love (2010) acreditava que foi através do fim da Monarquia em Portugal e a instauração da República no país que os marinheiros brasileiros anteciparam as ações do movimento, em 1910, para Love a queda da monarquia teve forte influência para o movimento brasileiro. Almeida (2014) discorda de Love (2010) sobre as influências da Proclamação da República de Portugal no movimento dos marinheiros de 1910: “ela afirma que: “não podemos, por falta de evidências encontradas nos documentos, fazer uma relação definitiva entre os dois movimentos” (ALMEIDA, 2014, p. 52).

Para, Almeida (2010; 2011; 2014), a realização do Movimento dos Marinheiros de 1910, foi por um viés de uma memória coletiva e de uma memória nacional. Diferentemente de Álvaro Nascimento, que caracterizou a “Revolta da Chibata” como um movimento organizado por pessoas de cor negra, Álvaro Nascimento (1997; 2002; 2008; 2016), desenvolveu uma série de pesquisas sobre a “Revolta dos Marinheiros de 1910”, pela perspectiva de uma História social, consultando documentos da

marinha referente aos marinheiros, em fichas que detalhavam aspectos de suas vidas pessoais.

José Murilo de Carvalho (1995), fez análise de um aspecto da vida de João Cândido, o descrevendo como um bajulador, sugerindo que o Movimento dos Marinheiros de 1910 poderia ter sido um movimento político, no sentido negativo, onde ele traz uma suposta proteção que aparentemente João Cândido recebia do ex-ministro da Marinha Alexandrino Alencar: “cuja família protegia a gente de João Cândido, na distante Rio Pardo (p. 76). Carvalho (1995) construiu uma narrativa que procurava de toda forma desqualificar João Cândido o colocando como “rebelde”⁸¹ e duvidando da sua capacidade de liderar um movimento. Ao contrário de Edmar Morem (1959) que descrevia João Cândido como um herói nacional ele esculpiu em granito indestrutível a atuação do marujo como principal dirigente da rebelião.

Diferentemente dos demais autores, Edmar Morel (1958) considerava que a revolta tinha um “forte viés nacionalista” (Maestri, 2010, p. 26), os autores citados acima deixaram claro as influências externas que a revolta teve, Edmar Morel foi o primeiro a escrever um livro que se tornaria posteriormente a obra mais citada como referência, direta ou indiretamente, em todos os artigos publicados. Porém, Morel era contrário a essas concepções acreditando que toda a organização e pensamento em volta a essa revolta teria sido puramente nacionalista, com a criação das leis constituintes, colocava agora em evidencia o direito de igualdade e o fim de muitos castigos corporais, ou seja, para Morel a revolta não teria influências externas e sim internas, ao passo que levaram a se organizarem e reivindicarem seus direitos

Contudo, essa perspectiva de Morel iria contra ao o que os próprios marinheiro falaram e fizeram, de acordo com João Cândido e alguns sobreviventes eles viajam muito ao redor do mundo, por isso tiveram contato com diversas revoltas e participaram de reuniões onde eram discutidas as estratégias e como iria proceder suas lutas por melhores condições, devido a participação e convivência com marinheiros de outros países, eles começaram a movimentação e organização de reuniões para discutir as medidas e o que eles queriam reivindicar. Essas influências são identificadas por Sousa quando sintetiza que:

os marinheiros brasileiros designados para o treinamento na Inglaterra mantiveram contato direto com seus colegas russos, exilados naquele país depois dos acontecimentos de 1905. Seus ideais revolucionários teriam, portanto, de alguma maneira, contribuído ideologicamente para fomentar o protesto dos marujos brasileiros. [...] No que diz respeito mais especificamente à influência da revolta do encouraçado Potemkin, ela apareceu em uma carta anônima ameaçadora que Francisco Dias Martins, sob o pseudônimo de Mão Negra, deixou para o comandante Alberto Durão, no scout Bahia, em uma viagem ao Chile em 1910. (Sousa,

⁸¹ “rebelde” foi um termo utilizado pelo autor .

Ou seja, a afirmação de Morel iria contra a história que os próprios participantes do movimento relataram, uma tentativa de torna a revolta puramente nacional sem interferência, seria invalidar suas experiências no mar a partir de contatos com outros marinheiros ao redor do mundo. Portanto essa percepção entra em discordância com os relatos dos participantes e com o que a maioria dos estudiosos que estudaram a revolta e suas influências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, como os marinheiros eram, na maioria, negros, pardos e mestiços, e sua reivindicação primeira era a abolição da chibata símbolo das punições a que os escravos se submetiam, homenagear João Cândido e lembrar a revolta da chibata é algo que permite ao mesmo tempo denunciar e reescrever a história da escravidão e suas heranças durante o período pós-abolicionista. A revolta da chibata foi um dos movimentos mais marcantes da república velha, apesar de ter sido um movimento que tinha como uma de suas principais queixas, acabar com castigos corporais, que se perdurava deste a escravidão, também trouxe novas narrativa e consciência de lutas por direitos e igualdade atribuídos pela constituição, uma luta constante e que se perdura até os dias atuais.

Logo, também podemos perceber a escassez de estudos sobre a revolta, que teve como resultado por muito tempo a proibição e a censura feita pela marinha e pelo governo. Mesmo após essas proibições, as pesquisas predominantes eram mais sobre o líder João Cândido, do que a revolta em si. Não está sendo discutida a validação da sua memória e sim a análise de como os estudos ficaram limitados a uma única figura, inclusive é o próprio movimento que escancara o racismo e abre espaço para diversas discussões sobre preconceito, pautas como étnico raciais e luta de classes.

Podemos observar também, que dentro dos livros didáticos se fala pouco, ou quase nada sobre o movimento, e mesmo que tenha é contando uma narrativa em que coloca os marujos como rebeldes e indisciplinados. Dessa forma, vemos novamente a tentativa de silenciar os negros até mesmo de suas lutas, tirando espaços em que a história deveria ser contada a partir de suas próprias concepções, experiências e vivências e não em uma percepção racista e preconceituosa.

Todavia, encontraremos em muitas obras Edward Palmer Thompson, sendo um dos grandes nomes que influenciara os historiadores e demais pesquisadores, ele abriu novas possibilidades de explorar fontes diversas e permitirá um novo diálogo com o marxismo, analisando valores e costumes existentes no passado, muitos escritos que chegaram posteriormente tiveram fortes influências de Thompson, sobretudo dentro da temática da revolta da chibata.

Por fim, pensamos a História como uma compreensão do passado pelo presente e o presente pelo passado Marc Bloch (2002). A construção desse trabalho foi baseada em várias versões consultadas, para um mesmo acontecimento histórico, já que toda narrativa histórica se trata de uma

resposta provisória, posto que a História é uma constante interpretação e reinterpretção do passado e essa não poderia ser diferente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silva Capanema P. de. Vidas de Marinheiro no Brasil Republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910. *Antíteses*, v. 3, n. esp. p. 90-114, dez. 2010.

ALMEIDA, Silva Capanema P. de. Do marinheiro João Cândido ao Almirante Negro: conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n^o 61, p. 61-84- 2011.

ALMEIDA, Silva Capanema P. de. Marinheiros nacionais, e a ideia republicana: circulações, revoltas e apropriações. *Antíteses*, v. 7, n. 13 p. 47-59, jan./jun. 2014. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

ARIAS NETO, José Miguel. Violência sistêmica na organização militar do império e as lutas dos imperiais marinheiros pela conquista dos direitos. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 35, p. 81-115, 2001. Editora da UFPR.

ARIAS NETO, José Miguel. João Cândido 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros. *História Oral*, v. 6, 2003, p. 159-185.

ARAÚJO, Vicente de Paula. A bela época do cinema brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 1976, p.354.

BRANCO, Raynette Castello. O negro no livro didático de História do Brasil para o Ensino

Fundamental II da rede pública estadual de ensino, no Recife. 2005. 176f. Trabalho de

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, UFP, Recife, 2005;

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Zahar editor, Rio de Janeiro, 2002

CARVALHO, José Murilo de. Os bordados de João Cândido. *História, Ciências, Saúde– Manguinhos*, vol. II, Jul-out/1995.

DIAS, Jorge Antônio. O movimento reivindicatório dos marinheiros de 1910 e os livros didáticos de história: representações no ano do centenário - pós-Lei 10.639/03. XII Encontro da

Associação Nacional de História: “Democracias e Ditaduras no Mundo Contemporâneo. Seção Mato Grosso do Sul, 13 a 16 de outubro de 2014 – UFMS/CPAQ – Aquidauana – MS.

DOMINGUES, P. Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910. *Perseu: História, Memória e Política*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj. 2011

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. A imprensa e o contexto da Revolta da Chibata: história e historiografia. *Antíteses*, v. 3, n. esp. p. 11-23, dez. 2010.

KAREPOVS, Dainis. Présentation de l’Amiral Noir de Benjamin Péret. In: BENJAMIN PÉRET ET LE BRÉSIL. Trois Cerises et une Sardine. (Publication de l’association des amis de Benjamin Péret à Paris, n.17, oct. 2005)

MAESTRI, Mário. Cisnes Negros: uma história da Revolta da Chibata. São Paulo: Moderna, 2000

MOREL, Edmar. A revolta da Chibata [1959]. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

PAULO, Benedito [Adão Pereira Nunes]. A revolta de João Cândido. Pelotas (RS): s.n., 1934, p.1-2

PINHEIRO, M.C. Junior, Eumar C. Q. Revolta da chibata: uma análise deste conteúdo no livro didático de história. *Revista em favor da igualdade*, v.1, n.1. p 102-105, fev. 2018

Silva, Levi Cavalcanti. Ensino de história e direito humanos: a Revolta da Chibata como um tema sensível para além da sala de aula / Recife,2019.

Silva, M. A. (1982). *Contra a Chibata marinheiros brasileiros 1910*. São Paulo: brasiliense.

SOUSA, Claudio Barbosa de. *Marinheiros em luta: A revolta chibata e suas representações*. Uberlândia, 2012.

ENTRE A PASSAGEM E A MORADA: as falas dos moradores de um edifício no bairro Bela Vista em Campina Grande/PB

Maria Vitória Oliveira dos Santos
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Email: profmvitoriaods@gmail.com

RESUMO: O trabalho é resultante do cumprimento da disciplina curricular “História II na EI e nos AI do EF” do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande. É como sujeito inserido no arranjo brasileiro que historicamente privilegiou os desejos de formação dos moradores da classe dominante à medida que dispõem Instituições de Ensino Superior voltada a esse público, que me desloco da minha cidade natal para estudar na UFCG. Nesse contexto, têm-se como objetivo evidenciar e relacionar as falas dos moradores de um edifício no bairro Bela Vista de Campina Grande/PB, buscando compreender de que maneira um único lugar pode possuir diversos significados. Para tanto, utilizou-se da metodologia da História Oral (BOSI: 2003), tendo como fonte principal, as falas dos moradores locais para compreender as diferentes facetas de uma mesma realidade, bem como o estudo da História Local de modo a compreender melhor os processos históricos em nível regional, nacional e global. A partir das entrevistas percebeu-se que ao longo dos anos, as construções passam a possuir significados que vão do sentimento de pertencimento ao de estranhamento.

Palavras-chave: História Oral. História Local. Campina Grande. Universidade. Bairro Bela Vista.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho compreende os esforços para conclusão da disciplina curricular “História II na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, ministrada pela professora Dra. Keila Queiroz e Silva, no curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação (UAEd), do Centro de Humanidades (CH), na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

A trajetória que me traz a esse trabalho é transpassada por vivências que decorrem do arranjo histórico brasileiro, o qual dispôs Instituições de Ensino Superior (IES) para as grandes cidades e/ou capitais, com vistas de atender o desejo da classe dominante para a qual o ensino superior era “sinônimo de prestígio político e poder local” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 105 apud BEZERRA, 2007, p. 24), com intenções distantes de atender as classes populares, conforme Bezerra (2007, p. 38) ressalta, não ter universidades era algo vexatório que fez com que os políticos locais se interessassem pela “adesão”.

Nesse sentido, me encontrava moradora da cidade de Santa Cruz do Capibaribe (SCC), localizada no interior do agreste pernambucano, estado que, assim como a Paraíba, também priorizou, inicialmente, cidades com maior fluxo de desenvolvimento das classes dominantes para alocar as IES. Por esse motivo, para me tornar aluna do curso de Pedagogia tive como necessidade me deslocar da

minha cidade de origem para ser moradora de Campina Grande/PB, dado que SCC não possui universidade. Tal prática é recorrente entre estudantes universitários em todo o país, e, principalmente para aqueles de classes populares, representa ao saírem de suas cidades, a possibilidade de realizar o curso desejado e conquistar o ensino superior.

No entanto, diante das reflexões propiciadas em sala de aula na disciplina que demandou o presente trabalho, bem como na disciplina de “Geografia I na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, ministrada pelo professor Dr. Paulo Sérgio Farias, percebi que, para além de uma cidade para a qual me mudei para estudar, Campina Grande/PB, no plano macro, e o prédio onde residio no bairro Universitário, em micro, representam mais do que a materialização da vida universitária, em meio ao percurso anteriormente citado, a cidade se tornou minha moradia fixa, na qual exerço minha independência enquanto mulher, ao trabalhar, estudar e manter minhas condições de existência sem suporte de terceiros, entendendo-o, a partir da minha morada, como um lugar de pertencimento.

É a partir dessas reflexões que percebo a multiplicidade de significados que a cidade passa a exercer para cada sujeito. Diante disso, o presente trabalho pretende evidenciar e relacionar as falas dos moradores de um edifício no bairro Bela Vista de Campina Grande/PB, buscando compreender de que maneira um único lugar pode possuir diversos significados. Para tanto, utilizou-se da metodologia da História Oral, ao partir das falas dos moradores locais para compreender as diferentes facetas de uma mesma realidade, compreendendo, conforme Silva (2023, p. 127) “as vozes dos narradores e o trabalho com a metodologia da história oral como um caminho democrático, sensível e horizontal.”, bem como o estudo da História Local como “um dos pré-requisitos para se compreender melhor os processos históricos em nível regional, nacional e global” (MACEDO, 2017, p. 61).

O presente trabalho organiza-se na presente introdução, logo após uma breve história sobre a ascendência universitária na cidade de Campina Grande, para daí então aprofundarmos no bairro Universitário e, nas falas dos residentes de um edifício construído para moradia de estudantes, bem como suas percepções do lugar onde vivem.

CAMPINA GRANDE: CIDADE UNIVERSITÁRIA

Em meados do século XX, Campina Grande encontra-se em desenvolvimento das atividades industriais e de comércio, apesar disso, o setor educacional não acompanha esse desenvolvimento. Esse setor só passou a se consolidar em 1952, com a criação da Escola Politécnica, do campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e mais adiante em 1966, com a Universidade Regional do Nordeste (URNe).

A Escola Politécnica passa a funcionar em 1954, tem como primeiro curso Engenharia Civil, e em seguida, Engenharia Elétrica que nascem com o objetivo de formar mão de obra qualificada, sob a ideia de que a formação de engenheiros possibilitaria a modernização da cidade, em outra perspectiva, conforme Ramalho (2008, p. 41 apud FERNANDES, 2010, p. 4) a escola também “surgiu da necessidade de mudança diante da desigualdade social pela qual passava a cidade, e estava sendo uma

experiência de um novo empreendimento feito por empresários para a implantação de uma escola técnica, mas com nível superior.”



Escola Politécnica em Campina Grande

Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande



Guiseppe Gióia, professor da disciplina Geometria Analítica - elementos de monografia, quando ministrava aula para uma turma de alunos da Escola Politécnica - 1956

Da esquerda para direita:

Primeira linha - Mário Carneiro - Arlete Figueiredo - Marcílio Paiva - José Bezerra e Fernando Cunha Lima

Segunda linha - Talma Benevolê- Sebastião Ernesto - e Roberto Moura

Terceira linha - Francisco Celestino

Turma de alunos da POLI, assistindo aula em 1956

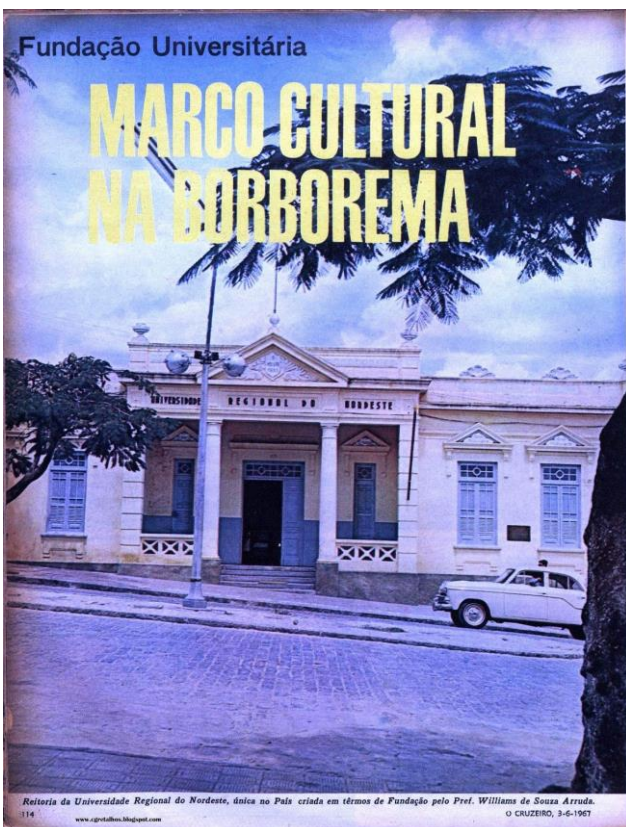
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande

Em 1961 é iniciada a construção da sede da Universidade Federal da Paraíba, atual Universidade Federal de Campina Grande que é finalizada em 1964, nos anos seguintes a POLI é incorporada pela UFPB que em 2002, torna-se UFCG.



Período de construção da sede definitiva da atual UFCG no bairro de Bodocongó
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande

A URNe é fundada em 1966, através da Lei Municipal de Campina Grande nº 23, em 1987 é estadualizada pelo então governador Tarcísio Burity, ocasião na qual, torna-se Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).



Revista “O Cruzeiro” traz a recém criada Universidade Regional do Nordeste (1967)
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande

Nesse período, Campina Grande ganha destaque com os avanços do setor educacional passando a receber grande parte dos estudantes de diversos estados do país, ainda hoje possui atração de diversos estudiosos e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, bem como também passa a atrair

setores de serviço e de tecnologia. Conforme estudos da geógrafa Marisa Braga (2000), nesse período (décadas de 1950 e 1960), a Rainha da Borborema tem perdido o trono de *urbs* comercial e conquista o trono de cidade que se destaca no setor de serviços, inclusive no setor educacional.

O BAIRRO BELA VISTA

O bairro Bela Vista fica localizado na Zona Norte do município de Campina Grande, fazendo limite com os bairros Pedregal, Prata, Centenário, Monte Santo, Universitário e Bodocongó, recebe esse nome dada a sua localização que fica em maior altitude e possibilita uma visão privilegiada da região.

O Bela Vista surge em meio às transformações econômicas e espaciais no bairro da Prata, conforme salienta Paiva (2021, p.10),

Entre os anos de 1935 e 1945 houve modificações urbanísticas e higienistas na cidade de Campina Grande, que resultaram na expulsão da população pobre, sendo destruídas casas de taipas e cortiços da área central da cidade, com o argumento de “embelezar” a urbe e trazer modernidade à cidade.

A autora ressalta as condições insalubres que os moradores do bairro possuíam inicialmente, com ausência de água, saneamento básico e os dejetos eram jogados em rua que recebeu o nome de “rua da merda”. O bairro surge a partir do desmembramento do bairro da Prata, a medida em que é urbanizado, surgem outros bairros que não fizeram parte do plano de urbanístico de Campina Grande, na contramão, Paiva ressalta que:

[...] criava-se outro movimento: os moradores sem renda e crianças, passaram a trabalhar no espaço do referido mercado (Mercado da Prata, atual Feira da Prata), vendendo restos de carnes com ossos, verduras, legumes, entre outras mercadorias, etc., garantindo assim, a manutenção alimentar precária das famílias do lugar.



Rua Dom Pedro II (1957)

Fonte: EZEQUIEL, José. IBGE (2010), apud Paiva (2021)

A localização possui diversas contradições, as regiões com proximidade do bairro da Prata passam a se desenvolver, outras permanecem em situação de vulnerabilidade, é na expansão educacional da cidade com a criação da UFCG e UEPB nos arredores do Bela Vista, que o bairro passa a ser palco de investimento imobiliário das classes dominantes da cidade. Nesse contexto, a crescente verticalização do bairro fomenta a criação de edifícios que buscam atender aos estudantes universitários.

AS FALAS DOS MORADORES DE UM EDIFÍCIO NO BAIRRO BELA VISTA

O Edifício em questão foi criado há cerca de 32 anos, com o objetivo principal de locar estudantes universitários vindos de outras cidades para estudar em Campina Grande/PB, aos arredores estão dois outros edifícios que possuem o mesmo dono, que é proprietário de várias lojas de material de construção. Na sua disposição, possui cinco blocos, que ficam interligados, na parte da frente, que compõe o térreo, possui espaços de comércio, um deles atualmente compreende um restaurante que oferta almoço a preços acessíveis, ao lado se localiza uma pequena conveniência do edifício, que se assemelha muito a um mercadinho, e um salão de beleza.

Lugar de sustento

Os moradores narradores optaram por não serem identificados, por uma questão de ética no trabalho com a metodologia da história oral, o anonimato de todos os entrevistados vai ser preservado. A parte central da entrada do edifício possui um casal como locatários, que estão há 8 anos, em alguns momentos estiveram no espaço do restaurante e atualmente estão na conveniência. Em entrevista, ambos relatam sua relação com o bairro, rua e edifício.

(Marido) Pra gente primeiro foi o comércio, depois a moradia, a gente tinha um restaurante aqui do lado que entregamos na pandemia, aí depois viemo pra cá, com a conveniência. Eu pensei em colocar algo pra ajudar os estudantes, pra quando faltasse um arroz, uma coisa vir aqui e não precisa ir longe, porque se você ver aqui nessa rua toda só tem a gente e vem estudante de todos os prédios ao redor comprar aqui.

O prédio tem 32 anos, o velho criou já pra os estudantes, ele viu que tinha muito estudante que vinha pra cá e os pais não conseguia manter, aí ele foi e construiu esse prédio já pra isso, colocou essa parte de comércio na frente, pra ser um lugar que tivesse de tudo e que fosse barato, pra os pais conseguirem manter.

Foi daqui que eu conquistei minhas coisas, comprei um apartamento, mas depois com o filho decidimos vir morar aqui na frente mais por conta do conforto, mas assim, nada a reclamar, a rua é tranquila, é bem localizado, tudo perto, gosto muito de morar aqui.

(Esposa) Eu já fui assaltada duas vezes no centro e desenvolvi uma fobia de sair sozinha sabe, não ando de ônibus há muitos anos, mas aqui me sinto muito segura, aqui é muito tranquilo.

(Entrevista concedida 10 de junho de 2023)

O casal expressa uma relação de moradia ainda que seja o local onde trabalham, já que moram no prédio em frente à conveniência. Em alguns momentos, percebe-se a intenção de defesa das intenções do próprio dono, dado que a construção do prédio foi feita em detrimento de um sentimento solidário do proprietário para com os universitários, idealizado especialmente para possibilitar a realização do curso sem interrupções, também se remete bastante a ajuda aos pais desses estudantes, dado que o casal conhece a maioria (senão todos) os moradores, entende-se que a maioria seja mantida pelos parentes. Em outro momento, ambos relatam a segurança do local, apesar de haver assaltos frequentemente, as ocorrências não são suficientes para considerarem a localidade perigosa, pelo contrário, o marido ressalta ser algo de épocas e que se dá, na maioria das vezes, pelo descuido dos estudantes ao descenderem para a universidade.

Lugar que possibilita o trabalho

Ainda que construído com a intenção de contemplar os estudantes universitários, no edifício também há moradores que se mudaram para trabalhar. O entrevistado a seguir é um policial militar que, apesar de pernambucano, obteve sucesso em um concurso aqui no estado da Paraíba e por isso passou a residir em Campina Grande.

Minha história aqui no prédio começou há uns 3 anos. Antes de vir morar aqui eu morei em outro bairro, porém o aluguel era bem mais caro e ficava muito longe da base onde trabalho. Devido a essas dificuldades eu decidi procurar um lugar mais perto do trabalho e mais barato, foi aí que encontrei o edifício. Várias coisas me chamaram atenção aqui, apesar de ser uma construção antiga. O fato de ter estacionamento coberto foi importante na minha escolha, mas o que mais me encheu os olhos foi a piscina, que mais tarde eu descobri que não podia trazer convidados kkk...como falei no começo do texto, o preço e a localidade também foram essenciais para minha vinda pra cá, mas como nem tudo é perfeito, aqui também existem alguns defeitos. Apesar deles disponibilizarem um local para estacionar o carro, não tem vaga fixa, o cara tem que ir pra onde não tem carro, a questão de visita acaba sendo um pouco complicado já que não podem usufruir dos poucos espaços de lazer que o condomínio disponibiliza. Tem também o fato de algumas paredes serem feitas de gesso e isso faz com que moradores acabem ouvindo coisas dos vizinhos. Minha relação com os outros moradores é bem tranquila, passo a maior parte do tempo dentro do apartamento ou viajando, raramente alguém me ver por aqui. Com relação a mudança, desde que vim para aqui não houve nada que me afetou, continuo gostando do mesmo jeito. Pra finalizar, acredito que aqui é uma boa opção para quem quer economizar tanto no aluguel quanto na ida a universidade. No meu caso que tenho carro, acabo economizando também no combustível quando vou trabalhar, pelo fato de ser pertinho. Vejo aqui mais vantagens do que desvantagens E pelo pouco que conheço das pessoas, acredito que eles são gente boa, muitos jovens que estão morando só pela primeira vez e estão descobrindo as coisas da vida.

(Entrevista concedida via Whatsapp dia 8 de junho de 2023)

O morador enfatiza o fato de ter escolhido edifício dada a sua proximidade do trabalho, bem como o valor de aluguel mais acessível, dentre outras vantagens, fala sobre economizar na gasolina, o estacionamento coberto. Quanto às desvantagens, ele elenca as restrições de convívio, a pouca privacidade, que, no entanto, não o incomodam de maneira que se sobressaiam. Para ele, a realização do seu trabalho é possibilitada por essas vantagens presentes no lugar onde vive. Ao reforçar os fatores econômicos percebe-se a importância que o sujeito atribui a economia, que não se sabe ao certo se por ter pouca renda ou por opção própria. Contudo, considera o apartamento onde vive sua moradia fixa.

Lugar?

A estudante da entrevista seguinte é recém moradora do edifício, vinda de outro estado com o intuito de atender às demandas do curso na UFCG.

Eu considero aqui uma passagem... porque eu só tô aqui tecnicamente para concluir a graduação... me sinto turista... porque ainda não consegui ter tanta estabilidade aqui, por exemplo financeira, porque eu penso vou arrumar um emprego, como eu vou fazer estágio. Se minha bolsa acabar eu vou ter que voltar pra casa, se eu não arrumar emprego eu vou ter que voltar pra casa, dos meus pais no caso. Assim né, a relação não é boa nem ruim, pelo menos não normalmente no dia a dia, nas exceções eu posso ir que eu não poderia ir na minha cidade posso fazer passeios em lugares que não tem lá, por exemplo ir ao cinema ou ao museu. Eu acho que por enquanto minha casa é aqui, mas a casa dos meus pais também é minha, eu sou que nem um menino que tem os pais que se separaram, tenho duas casas. No início não gostei muito, porque eu tava longe da minha família fiquei triste, depois de um tempo a pessoa acostuma, porque eu tô aqui com o objetivo de dar continuidade a minha formação, porque eu gosto de tá estudando porque se não eu tinha voltado pra casa.

(Entrevista concedida dia 16 de junho de 2023)

Ao iniciar sua fala sobre o espaço onde vive, a estudante falou sobre estar só de passagem por ter mudado de cidade para concluir o curso que já havia iniciado, nesse caso a mudança de cidade ocorreu não por escolha, mas sim por necessidade. Mesmo quando considera o edifício sua casa, à medida que descreve sua relação com o espaço em que vive, fala sobre não se considerar estável e levanta dúvidas sobre como proceder em relação à moradia, tendo a possibilidade de “voltar pra casa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que percebe-se a mudança no cenário do desenvolvimento brasileiro, também se vê a intensificação da vida universitária em Campina Grande, bem como os planos de urbanização, entendendo-se que “o lugar com suas características locais e globais, é um reflexo da compressão espaço-tempo – se de um lado as redes de fluxos diminuem as distâncias espaciais, por outro, a velocidade em que se processam tais fluxos tende a quase extinguir a dimensão tempo.” (LEITE, 1998, p. 19). Ainda que não de maneira imediata, Campina Grande sofre influência dos discursos dominantes no país, estes, no entanto não são únicos, a partir das resistências das classes populares, outras visões de mundo são elaboradas.

As falas dos sujeitos moradores do edifício no bairro Bela Vista, associadas à conjuntura histórica de organização dessa região, possibilitaram compreender a definição que Leite (1998, p. 17) traz ao afirmar que “O lugar surge como produto de uma ambigüidade que se estende a todas as

relações sociais que envolvem o homem e o meio – é o singular (o fragmento) e é também o global (universal) que o determinam”.

Ao estabelecerem relação com o lugar onde vivem, entendendo que a relação pode ser de pertencimento ou não, os sujeitos também ficam expostos à totalidade social a qual estão inseridos, esta é determinante, porém também pode ser determinada, de maneira que um mesmo sujeito pode estabelecer relações topofílicas ou topofóbicas com o mesmo lugar. No presente caso, as relações de sustento, trabalho e moradia temporária são evidenciados e denotam diferentes posições sociais frente a um mesmo lugar, assim como as motivações dessa investigação representam o fator de independência como aspecto importante para se estabelecer vínculo com o lugar onde se vive.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Francisco Chaves. O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais/Francisco Chaves Bezerra - João Pessoa, 2007.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: ateli~e Editorial, 2003.

CASTELO BRANCO, Ugyguaciara Velôso. A Construção do Mito do “Meu Filho Doutor”: fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil-Paraíba. João Pessoa: UFPB/Ed. Universitária, 2005.

LIBERDADE OU OPRESSÃO? AS MULHERES E SUA CHEGADA NO BANDO DE LAMPIÃO (1930-1938).

Nayla Thaynã Soares Alves de Meneses

Mestranda em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Especialista em História da Guerra. Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Atualmente é professora do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus São Raimundo das Mangabeiras.

Email: naylaalvesmeneses@gmail.com.

Resumo: Este artigo buscou discutir e analisar sobre o ingresso feminino no cangaço brasileiro em uma época em que as relações de poder se concentravam nas mãos masculinas, devido à cultura patriarcal bastante evidenciada. A metodologia aplicada foi a de pesquisa bibliográfica com uso de diversas fontes, tais como: revistas científicas, artigos, monografias, dissertações, teses e livros, tendo por finalidade formar uma base teórica e interpretativa acerca do assunto abordado. Foi utilizado como apoio, recursos provindos de documentários e entrevistas localizadas na plataforma YouTube, como forma de trazer a realidade dos fatos ocorridos na época do cangaço, através da fala daqueles que participaram diretamente do movimento do Cangaço, já que todos se encontram mortos, e alguns deixaram inúmeras entrevistas narrando suas vidas e seus feitos dentro do movimento, como foi o caso de Dadá.

Palavras-chave: Cangaço. Mulheres. Protagonismo feminino.

INTRODUÇÃO

A representação que cada gênero possui neste contexto está relacionada, como sugerido por Chartier (1988), a aquele que obtém o poder sobre os demais e que possui uma percepção social que o empodera enquanto sujeito de e com autoridade, com força ideológica e física. Considerando a relação homem e mulher, o contexto do cangaço revela este tipo de representação que apresenta um conceito, uma prática e uma apropriação que está inserido na busca pela dominação sobre o outro.

A mulher era vista como aquela que deveria servir ao homem sem queixas e onde a violência contra elas representava a autoridade do homem. Diante de uma realidade de submissão atrelada à violência e ao desrespeito ao outro sexo, torna o período do cangaço um momento histórico a ser analisado e discutido, porque vê-se a mulher inserida em um ambiente de extrema violência e que sua representação social se torna demonstrada por apresentar também, na prática, poder sobre o grupo no cangaço.

Essa contradição na representação das relações de poder é evidente quando se observa na história que, por vezes, as figuras de Dadá e Maria Bonita, por exemplo, personagens importantes da

época do cangaço, são colocadas como aquelas que “governam seus homens”, ou seja, aqueles que detinham o poder de um grupo – Lampião e Corisco. Apesar destes homens saberem que, de certa forma, eram dominados por suas mulheres, por estas algumas vezes intervirem nas ações do cangaço, sempre as aconselhavam a não agirem de forma autoritária na frente de outras pessoas, para manutenção do *status quo* (FREITAS, 2005).

O CANGAÇO

O Cangaço surge como um movimento de resistência às ações coronelistas no sertão nordestino, sendo formado por jovens sertanejos que viam o movimento como uma oportunidade de fugir das dificuldades enfrentadas no sertão como a seca e a pobreza, além de representar uma ascensão social. Este movimento, entretanto, representará uma dicotomia em relação aos coronéis onde uma hora serão inimigos e outra, aliados.

Interpretado pela memória popular como um movimento protestador e revolucionário, o Cangaço é um movimento que surge como forma de resistência ao domínio e opressão causados por coronéis que detinham o poder econômico e político na região Nordeste do Brasil. Os indivíduos que viveram e participaram do Cangaço conviviam sob o regime dos coronéis e se tornavam vítimas de suas ações ditatoriais. Sendo caracterizado uma forma de banditismo próprio da região nordestina, que se caracteriza pela profusão de grupos criminosos em meados do século XIX, com seu apogeu nas décadas de 1920 até 1940 (CARNEIRO, 2010).

No caso brasileiro, Alessio (2004) discorre que o Cangaço será uma forma de banditismo social, característica do Nordeste brasileiro, que surge em meados 1870 e se finda em 1940, tendo como uma de suas causas a crise econômica pela qual passaram as cidades do interior nordestino. Associada ao banditismo, a ação do cangaço é abordada pelo meio teórico-científico como banditismo social e banditismo rural, que se configura como uma revolta contra a opressão das elites locais, e, uma vez que se torna profissionalizado, vira um meio de vida e de sustento para quem o integra.

Enquanto banditismo rural, se torna um protesto camponês, nascente de áreas remotas e de difícil acesso, direcionado à opressão e a pobreza. Hobsbawn (2010) interpreta que seus integrantes são bandidos sociais primitivos, sendo um fenômeno universal que ocorre em diversas experiências históricas, destacando a invenção mítica do bandido social, como forma de resistência e rebeldia às transformações introduzidas na sociedade onde vive.

O bandido social faz parte de uma sociedade rural e é visto pelo Estado como um sujeito criminoso, pois é qualificado como aquele que pratica roubo, violência, homicídio e que faz parte de guerrilhas. Com esta definição, o Estado manipula a ideia sobre o Cangaço, marcando um grupo de pessoas como inimiga da sociedade, tendo como dever persegui-las até sua aniquilação, mas, embora inimigo geral do Estado, o bandido social é diferente do bandido comum.

De acordo com Lira (2014), o bandido social é aquele que recebe apoio e abrigo da população, pois ela acredita está sendo protegida e vingada por meio de suas ações – constrói-se a ideia de que

ele veio para combater a injustiça, agindo contra a forma econômica-política de determinado lugar, este regido pelo Estado e aqueles com determinado poder. Enquanto o bandido comum é considerado inimigo comum a todos e que é facilmente entregue pela população (LIRA, 2014).

O Cangaço era caracterizado por bandos organizados que tinham como figura principal um líder hegemônico, com hierarquia própria e formado por sertanejos pobres. Eram viajantes do sertão nordestino, que não tinham casa própria e que se sustentavam de recursos extraídos do resultado dos saques realizados nas cidades do interior nordestino. Estes cangaceiros se relacionavam com a sociedade de forma ambígua, onde estabeleciam acordos de ajuda e segurança com os líderes locais e as famílias abastadas, sendo, ao mesmo tempo, opressores e defensores da população local. (CARNEIRO, 2010)

Considerando a realidade brasileira e os significados sociais atribuídos ao Cangaço, vale colocar as interpretações dada ao fenômeno, pois este se descaracteriza do ideário mítico trazido por Hobsbawm. Negreiros (2018) interpreta que o cangaceiro Lampião não tinha intenção de ser justo com os pobres, ou seja, queria virar fazendeiro ou coronel igual aos líderes regionais e em meio às lutas, e os menos favorecidos encontravam-se no fogo cruzado, sendo vítimas das intenções particulares dos atores do Cangaço, considerando dessa forma que o movimento não tinha a intenção de romper com o coronelismo.

Além disso, Alessio (2004) explica que os bandidos sociais surgem como defensores dos valores éticos e morais da família, combatendo a injustiça causada pela frequente e crescente desigualdade social, podendo ser identificados pela população como ladrões nobres ou justiceiros.

Wiesebron (1996) trata que o papel do bandido social será modesto para as transformações sociais, independente da pessoa ser ativa ou não na sociedade, ou ser um profeta. Para esta autora, o banditismo não formará um movimento social, mas poderá ser revolucionário mesmo que o motivo seja considerado conservador para o resto do mundo e faz críticas à ideia mítica de Hobsbawm, afirmando que este imagina o bandido social a partir de lendas e mitos, assim ele não existe na realidade, sendo necessário analisar de onde origina o mito sobre um ladrão. Assim, o protesto social surge junto ao mito em torno do bandido, que expressará o desejo do homem em ter honra e poder, aumentando também o poder deste.

LAMPIÃO

No século XX, com a consolidação do poder dos coronéis no interior nordestino, os cangaceiros se expandem pelos interiores, formando pontos de resistência e reação contrária ao *status quo* social, político e econômico em que a população estava submetida. Neste período grandes nomes que seriam perpetuados pela história e memória popular, como Virgulino Ferreira da Silva, o Capitão Lampião, e Cristino Gomes da Silva Cleto, o Corisco, que carregam consigo além da história de valentia e violência, companheiras que se destacariam na história do cangaço, Maria Bonita (esposa de Lampião) e Dadá (esposa de Corisco), vieram a se tornar figuras de grande destaque no Cangaço (NEGREIROS, 2018).

O mais influente e famoso dos cangaceiros, Virgulino Ferreira da Silva, nasceu em 07 de julho de 1897 na cidade de Vila Bela, agora Serra Talhada, no semiárido pernambucano. Era o terceiro filho dos sertanejos José Ferreira dos Santos e Maria Sucena da Purificação, seus pais eram donos de pequenos lotes de terra e viviam da criação de animais de pequenos portes e da agricultura. Em contraste a seus contemporâneos, aos 10 anos já estava em fase de alfabetização e era apaixonado pela leitura, três anos depois deixou a escola para ajudar seus pais na fazenda, e apesar da pausa no processo de educação formal, não abandonou a paixão pelo cordel e poesia. Como outras crianças da época, cresceu escutando histórias sobre as bravuras dos cangaceiros, os “guerreiros da caatinga”, que desafiavam a vida, tornando-se admirador do Cangaço sobre a figura de Antônio Silvino, que era considerado por muitos um “bom cangaceiro” (LINS, 1997).

Aos 17 anos, trabalhando como artesão, Virgulino trilhava o sertão, construindo relações e vínculos com pessoas das mais diversas classes. Sua família, entretanto, vivia em contestações com outras famílias locais, principalmente por causa de terras e animais, tendo se mudado por diversas vezes. Em um desses confrontos com fazendeiros, seu irmão Antônio é ferido, levando a família a andar armada para sua proteção. Já na cidade de Água Branca (PE), Virgulino e seus irmãos fazem seus primeiros contatos com bandos de Cangaceiros, porém, apenas três ingressaram junto a ele. Já atuando como bandoleiro, Virgulino assalta uma vila e a polícia, em represália, invade a casa da família e mata o seu pai e pouco tempo depois sua mãe falece. A partir desse ato, ele e seus irmãos juram vingança e começam a aprofundar ainda mais sua vida no cangaço, adentrando logo em seguida no bando do Cangaceiro Sinhô Pereira (LINS, 1997).

Em 1922, Sinhô Pereira, seguindo os conselhos de Padre Cícero, se aposenta, mas, não sem antes nomear como novo líder de seu bando, Virgulino, que ganha sua confiança ao matar membros da polícia, pois era um perfeito exemplo de valentia e coragem e um exemplo a ser seguido pelos outros membros. Assim, Virgulino Lampião passa à liderança, sendo sustentação do grupo e inicia definitivamente a sua caminhada para ser o “Capitão” e o “Rei do Cangaço” (NEGREIROS, 2018).

De família católica, Virgulino estava todo o domingo na missa, tendo como padroeiros Nossa Senhora da Conceição e o Padre Cícero Romão Batista, que era “amigo de Deus, dos Coronéis e dos Cangaceiros” (LINS, 1997), a quem se tinha muito respeito e se seguia as crenças e conselhos.

Em 1926, com a chegada da Coluna Prestes, que segundo Souza (2010) será a mais importante e a maior demonstração de insatisfação e aversão à República Velha, onde se liga intimamente ao movimento do Tenentismo e os 18 do Forte. E para esse movimento ganhar mais adeptos e simpatizantes, são realizadas incursões pelo interior do Brasil, que desafiam os Batalhões Patrióticos espalhados pelo sertão, comandados pelos Coronéis e enfileirados por cangaceiros e jagunços. Quando a Coluna chega ao sertão nordestino, Virgulino é chamado por Padre Cícero para servir ao Batalhão Patriótico de Juazeiro, onde receberia em troca a anistia dos crimes cometidos e a patente de Capitão do Exército Brasileiro, de onde se originaria o nome por qual ficaria famoso: Capitão Lampião – entretanto, este acordo não se cumpriu já que a Coluna se desintegrou antes de chegar à cidade.

Como seu bando agregava cada vez mais homens atraídos pelo enriquecimento ou com sede de justiça e como forma de despistar a polícia, Lampião subdividiu o bando, designando homens de sua confiança para comandá-los, entre eles o que mais se destacou fora Cristino Gomes de Cleto, o Corisco.

Corisco nascera em 10 de agosto de 1907 na cidade de Água Branca (AL), em 1924 foi convocado pelo Exército Brasileiro, mas desertou e na mesma época em uma briga na sua cidade natal, matou um homem que era protegido pelo coronel da região, com medo de ser morto e sem ter onde se resguardar decide entrar no bando de Lampião, onde se torna líder de um dos subgrupos e frequentemente o acompanhava em saques e invasões. Foi casado com Dadá, a quem raptou quando tinha 13 anos de idade, tendo sete filhos, destes apenas três sobreviveram. Após a morte de Lampião, Maria Bonita e seu bando em Angico, 1938 e a consequente entregas voluntárias de outros componentes à polícia em troca de anistia prometida pelo governo, o casal recusou-se a se entregar e viviam em uma fazenda de coiteiros, até serem entregues pelo dono da fazenda as volantes, onde o cangaceiro é atingido por rajadas de metralhadora no abdômen e Dadá é atingida na perna. Corisco morreu horas depois, e com ele o Cangaço se finda. (NEGREIROS, 2018).

AS MULHERES NO CANGAÇO

As cangaceiras

Anésia Cauaçu

Embora pouco abordada pela historiografia, a baiana Anésia Cauaçu é considerada a primeira cangaceira, sendo ao lado de seu irmão José, chefe do bando de cangaceiros Cauaçu. O que diferencia Anésia de outras mulheres que participaram do grupo de cangaceiros será a liderança que Anésia terá em seu bando, diferentemente de Maria Bonita, que fora esposa do chefe de um bando e não terá papel de liderança e o bando que compõe, um bando familiar. (ROCHA, 2017).

Semelhante as motivações que levaram grandes nomes como Lampião e Corisco a ingressarem no Cangaço, Anésia ingressa ao Cangaço por vingança ao seu irmão Augusto, que é assassinado por um jagunço de Zezinho dos Laços, um rival de sua família e os proibem de enterrar o corpo de Augusto, deixando-o exposto como exemplo. A família Cauaçu torna-se bandoleira, sobre a liderança de José Cauaçu, irmão de Anésia, que usavam lenços pretos em torno do pescoço, em sinal de luto. Ao desenrolar do conflito entre a família Rabudos e a Cauaçu, Anésia adentra o conflito, mostrando-se mais valente do que os próprios homens, além de ter uma pontaria excelente. (NOVAES, 2016).

O bando dos Cauaçus tinha como características a participação das mulheres na luta contra os Rabudos e as expedições policiais. Dentre as mulheres do bando se encontravam Anésia e sua mãe Maria Galiana, além de irmãs e esposas de seus irmãos e companheiros, que se encontravam munidas de armas e lutavam com seus companheiros, onde junto a seu irmão José, torna-se líder do bando. Nos anos de 1911, quando Maria Bonita nasce, Anésia já comandava uma tropa de mais de 100 homens, além de ser umas das pioneiras no jeito de praticar a montaria de frente (as mulheres

na época montavam de lado) e uma das primeiras a utilizar calças compridas, para facilitar o combate sob o cavalo, além de saber lutar capoeira, coisas inéditas para a época. Em 1916, Anésia abandonou o cangaço para viver com sua família sob a proteção de um fazendeiro, entretanto foi traída pelo mesmo e entregue a polícia, onde não se teve mais notícias suas. (NOVAES, 2016)

Maria Bonita

A mais famosa das cangaceiras é eternizada por seu nome de guerra, Maria Bonita, Maria Gomes de Oliveira nasceu em 17 de janeiro de 1910 em Malhada da Caiçara, BA, sendo a segunda de doze filhos de José Gomes de Oliveira e Maria Joaquina Conceição de Oliveira ou Dona Déa, agricultores que moravam em uma casa de pau a pique no meio do nada, sem energia ou saneamento básico, sem cama ou qualquer item luxuoso para o sertão. Aos quinze anos, Maria de Déa casa-se com o sapateiro José Miguel da Silva, seis anos mais velho. Não fora um casamento feliz, o casal passava por diversas crises por causa do ciúme de Maria e da infidelidade de Zé de Neném, como era conhecido o sapateiro que preferia deleitar-se com os prazeres noturnos, raramente deitava-se com sua esposa e não dava a atenção necessária ao casamento. (NEGREIROS, 2018)

Maria Bonita e Lampião (FIGURA 1) se conheceram na casa dos pais dela, que eram coiteiros e após o almoço Lampião pergunta a Maria Bonita se ela sabe bordar, diante da resposta afirmativa, Lampião pede à moça que borde uns lenços de seda e que voltaria em duas semanas para buscar, duas semanas depois ele voltou para pegar os panos, iniciando assim um namoro com Maria, e durante o ano de 1929, regularmente Lampião interrompia suas andanças sertão adentro para visitar Maria, o que não impedia ao capitão e seu bando também procurar amor em outras andanças, sendo comuns após os ataques as cidades pela noite irem à zona de meretrício e deleitar-se com as mulheres de lá. (NEGREIROS, 2018)

Figura 1- Lampião segura um exemplar da revista A Noite Estrelada e Maria Bonita se encontra entre os cachorros do casal. 1936



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco –Recife/PE- Coleção cangaço, cerca de 1936.

A entrada de Maria Bonita no bando de Lampião possibilitou o ingresso de outras, uma vez que alguns homens do bando já possuíam mulheres e Lampião autorizou aos subchefes de outros bandos a levarem suas companheiras e até amantes para o movimento, como Dadá, Sila, Lídia, Lili entre outras. Até então, as mulheres eram consideradas frágeis e fracas, entretanto, a partir do momento que se integraram, as mulheres se adaptaram a vida e as funções que exerceriam. (CARNEIRO, 2010)

Em 28 de Julho de 1938 os cangaceiros são acordados em seu acampamento na Grotta de Angico, Sergipe por gritos de “Tem macaco!! Tem macaco!!!”, enquanto a tropa comandada pelo Tenente João Bezerra atacava o acampamento. Apenas poucos conseguiram sair vivos do ataque, um dos primeiros tiros atingiram em certo a cabeça de Lampião que caíra já morto entre as pedras, já Maria Bonita foi atingida por um tiro no ventre, tendo pedido misericórdia a um soldado, que ainda tinha uma filha para criar, mas com um só golpe ele a degolou ainda com vida, chegando a ter visto antes a degolação de seu marido. Ao todo morreram onze cangaceiros na chacina de Angico. Todos tiveram as suas cabeças cortadas, tendo os corpos decapitados dos bandoleiros ficados ao relento, já o de Maria seria abandonado com as pernas abertas e um pedaço de madeira enfiada nas partes íntimas (NEGREIROS, 2018)

Figura 2- As cabeças dos cangaceiros mortos em Angico em uma exposição pública na praça de Piranhas, AL. 1938. Anônimo. Piranhas, Alagoas



Fonte: Coleção Instituto Moreira Salles

Hobsbawm (2010) interpreta que o papel feminino no banditismo é de ser amante dos bandidos, nesse caso dos cangaceiros, onde não participavam dos confrontos armados e nem possuíam ou sabiam atirar com armas de fogo, assim as mulheres são interpretadas pelo autor como um objeto sexual no bando. Anésia exerce o papel que o autor denomina de o terceiro papel da mulher, onde ela se torna bandida, exercendo o combate e a liderança, onde apenas

seu gênero irá distingui-la, assim Anésia consegue esse espaço por representar uma amazona, com sua destreza e habilidades excepcionais.

Dadá

Além de Maria Bonita, outro nome importante para o Cangaço foi Dadá, filha de Sérgio Ribeiro da Silva, ela torna-se uma das figuras mais notórias do Cangaço, ao lado de Maria Bonita, pela sua posição e participação direta em confrontos com volantes e no dia a dia, se ressaltando a sua prática, postura e imagem que fez questão de alimentar mesmo após o fim do movimento. Além disso, Dadá será a única cangaceira que lutou lado a lado de seu companheiro. (CÂMARA, 2015)

Nascida em Belém do São Francisco, PE, em 1915, Dadá fora instruída desde pequena a vida matrimonial e fazia suas próprias roupas. Aos 13 anos fora raptada por Cristino Gomes da Silva Cleto, o Corisco, sendo violentada por ele nesse mesmo dia, segundo Câmara (2015) seu defloramento foi tão violento que quase morreu por hemorragia. Sendo obrigada a morar com Corisco, pois não podia voltar para casa, Dadá acabou desenvolvendo afeto, visto que o cangaceiro a tratava bem e a ensinou a manusear armas de fogo, ler, escrever e fazer contas. Segundo ela mesma:

– (...) gostava muito de Corisco. Eu tinha um amor do mundo por ele, eu lutava, eu assumia comando depois que ele ficou sem os braços....um não tinha firmeza, o outro ficou seco com as balas....não pegava em armas. A arma dele eu tomei conta, passei quase um ano nessa peleja, sendo que era eu que decidia tudo, tanto era o amor que eu tinha por ele (...) (DIAS, 1989, p. 18).

Figura 3 - Dadá e Corisco, 1936



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco –Recife/PE- Coleção cangaço, cerca de 1936.

Após a morte de Lampião e Maria Bonita na Chacina de Angicos em 1938, Dadá e Corisco (FIGURA 3) decidem viver uma vida de retirantes, entretanto, foram entregues pelo fazendeiro que os hospedava. Corisco fora atingido por tiros de metralhadora no intestino, morrendo 10 horas depois e Dadá foi atingida na perna, tendo que amputá-la por causa da gangrena que lhe afligiu. Após a morte de Corisco, viveu em Salvador, onde se casou novamente e morreu em 1994. A morte de Corisco e a desintegração de seu bando representam o fim do Cangaço. (CÂMARA, 2015)

OUTROS NOMES

A seguir um quadro que mostra as mulheres que participaram do cangaço, seus nomes, estados de origem e companheiros:

Tabela 1 - Relação dos nomes das mulheres do cangaço, segundo localização e companheiros realizado pela autora do artigo.

Nomes e apelidos	UF – origem	Companheiros/nomes e apelidos
Maria Gomes de Oliveira - Maria Bonita	Bahia	Virgolino Ferreira da Silva - Lampião
Sérgia Ribeiro da Silva - Dadá	Pernambuco	Cristiano Gomes da Silva Cleto - Corisco
Otília Maria de Jesus- Otília	Bahia	Mariano Laurindo Granja - Mariano
Lili	Bahia	Lavadeira
Joana Gomes - Moça	Bahia	Cirilo da Ingrácia
Joana Gomes – Moça	Bahia	Jacaré
Ilda Ribeiro de Souza - Sila	Sergipe	José Ribeiro Filho - Zé –Serenó
Neném	Bahia	Luís Pedro
Lídia	Bahia	Zé Baiano
Enedina	Sergipe	José do Nascimento - Cajazeiras
Dulce Silva - Dulce	Sergipe	Criança
Inacinha	Bahia	Gato
Maria dos Santos - Mariquinha	Bahia	Ângelo Roque – Labareda

Ana	Bahia	Ângelo Roque - Labareda
Maria Fernandes - Maria de Juriti	Sergipe	Manuel Juriti - Juriti
Maria de Azulão	Bahia	Azulão
Dinda	-	Delicado
Durvalina Gomes - Durvinha	Bahia	Virgínio
Áurea	Sergipe	Manoel Moreno - Baiano
Maria Jovina - Maria de Pancada	Bahia	Pancada
Laura Alves - Doninha	Alagoas	Manoel dos Santos - Boa Vista
Cristina	Alagoas	Português
Florência	Bahia	Rio Branco
Sebastiana Rodrigues	Alagoas	Moita Brava
Eleonora	-	Serra Branca
Lica Maria da Conceição	Bahia	Passarinho
Sabina da Conceição	Bahia	Manoel Nascimento de Souza - Mourão
Quitéria	Bahia	Moita Brava
Bídio	Bahia	Antonio dos Santos - Volta Seca
Antonia Maria de Jesus	Bahia	Gabriel Lima - Baliza
Rosinha	-	Mariano Laurindo Granja - Mariano
Gertrudes	Bahia	Emídio Ribeiro - Beija-Flor
Dalva	-	Arvoredo
Adília	Sergipe	Canário
Maria Cardoso	Sergipe	Antonio Felix - Gitirana
Rosa	-	Simplício José dos Santos - Caracol
Amélia*	-	-
Maria*	-	-
Isabel*	-	-

Adelaide	Sergipe	O ex-cangaceiro não permitiu a divulgação de seu nome.
----------	---------	--

*A matéria veiculada no Correio da Manhã em 16/11/1932, p. 5, apenas menciona a participação dessas mulheres no bando de Faustino e não esclarece de quem eram companheiras. Fonte: FREITAS, p 122, 2005.

A partir da relação demonstrada no quadro 1, observa-se que as cangaceiras vinham dos estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, entretanto estas não andaram todo o território nordestino, se limitando ao Rio São Francisco, nos limites dos estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco e Sergipe, além de terem sido presentes nas invasões às cidades de Jeremoabo, Jacobinas, Queimadas, Paulo Afonso, Água Branca, Piranhas, Garanhuns, Monteiro entre outras. (FREITAS, 2005).

No documentário “Feminino Cangaço” (Viana e Neto, 2016) explica que as cangaceiras não proviam das elites sociais, com exceção de Jovina Maria da Conceição Souto, conhecida Durvinha, que era filha de um grande fazendeiro. Em entrevista ao documentário, Adília, esposa de Canário, explica que a entrada no Cangaço representa a ela uma declaração de independência pessoal uma vez que o pai dela não queria que ela dançasse, pintasse os lábios, usar esmaltes e brincos. Já Durvinha, filha de um fazendeiro da região e rica, se apaixona por Virgínio, fugindo com ele.

No supracitado documentário, explica-se que a mulher sertaneja não tinha liberdade no seu ambiente. A poucas era dado o poder de saber ler e escrever, uma vez que não existia muitas escolas nos povoados, sendo mais predominantes nos grandes centros urbanos e segundo a moral vigente, os pais não autorizavam o acesso à escola pois tinham medo de que aprendendo a ler e escrever, arrumassem namorados, assim os estudos ficavam restritos aos homens. As sertanejas também não se arrumavam, usavam joias, adornos, perfumes e nem usarem perfumes. Já no Cangaço, além de estarem autorizadas a se arrumarem, maquiarem e se perfumarem, muitas foram ensinadas a ler e escrever, principalmente Dadá, a qual Corisco levava constantemente folhas para contas e leitura. Assim, entende-se que ao adentrarem o Cangaço, as mulheres passavam de coadjuvantes para protagonistas de sua história, onde exerciam a liberdade de poderem ser elas mesmas.

Para Freitas (2005) entre as mulheres existia uma cumplicidade, mas, ao mesmo tempo uma rivalidade, onde uma queria ser melhor que a outra, se vestindo com as melhores joias e vestidos. Entre as mulheres, a faixa etária era de 13 a 26 anos, em muitos casos tinham mulheres já defloradas ou desquitadas, uma vez que o destino que as esperava seria o da prostituição, então seria melhor viver no Cangaço do que em uma sociedade que a julgaria e não aceitaria.

A imprensa da época pouco abordava as mulheres, estas só foram noticiadas cerca de um ano depois do ingresso de Maria Bonita e de suas companheiras no bando e de forma depreciativa, sendo chamadas de “meninas ou moças do harém de Lampião”, meninas, pois entre algumas, encontravam-se crianças de 12, 13 anos, como foi no caso de Dadá, raptada por Corisco com 12 anos de idade e mesmo as relações se tornando mais claras (que na verdade as “meninas” e “moças” eram companheiras/esposas de alguns cangaceiros). No jornal O Estado de São Paulo em uma matéria chamada “As proezas de Lampião”, postada em 29 de julho de 1933 discorre sobre como era o grupo:

(...) composto de 23 pessoas: “Lampeão”, 19 caibras e 3 mulheres – 3 verdadeiras megeras; todos fardados de brim kaki, bem montados, armados de fuzil e rifle, trazendo farta munição. Conduziam também, punhaes e revólveres á cinta. Roubaram dinheiro, fazendas, jóias, moedas antigas de ouro e prata (*sic.*). (O ESTADO DE S. PAULO 29/07/1933, p. 4 *apud* FREITAS, 2005, p. 127).

Com essas primeiras matérias com teor desqualificantes e depreciativos as mulheres são pensadas desde sua primeira vez nos jornais como prostitutas, que estavam no bando para satisfazer os impulsos sexuais dos cangaceiros e participarem das ações criminais. Freitas afirma sobre o Estado de São Paulo:

O periódico paulista utiliza os seguintes termos para qualificar as cangaceiras: “bandidas”, “amantes”, “megeras”, “companheiras”, “Habéis amazonas”, “Crueis”, “destemerosas”. Tais adjetivos acabam generalizando a criminalidade à toda as mulheres independente do motivo que as impulsionaram às fileiras do banditismo. A postura do periódico é um indicativo de que não havia elementos para discutir detalhadamente a natureza do ingresso feminino nos bandos (FREITAS, 2005, p. 125).

Os jornais tão pouco se interessaram pelo que faziam ou o que eram, sendo as informações sobre elas limitadas, ou ao nome ou aparência ou ao nome da pessoa de quem era companheira, sendo raramente mencionada como esta entrava no bando, sendo frequentemente tratadas ora como saqueadoras, ora como meretrizes. Maria de Déa fora descrita em um jornal com “mãos de unhas sujas e descuidadas” e “semblante sem a beleza de um sorriso meigo”, exigiam-se que se comportassem e fossem o que se esperavam das mulheres: meigas, delicadas, bondosas e bonitas. (NEGREIROS, 2018)

O INGRESSO E A VIDA NO BANDO

Claudino (2017) explica que cangaceiros anteriores, como Jesuíno Brilhante, Sinhô Pereira entre outros, não autorizavam a entrada das mulheres não só por aspectos práticos, como também pela aparente fragilidade que a mulher tinha e o seu despreparo com as armas, as fugas e violências, além disso, o aspecto religioso era relevante também, pois segundo as crenças religiosas dos cangaceiros elas poderiam trazer má sorte ao grupo, amolecer os homens e enfraquecê-los, onde as rezas fortes seriam quebradas por elas.

O ingresso das mulheres no Cangaço manifesta várias interpretações acerca da motivação e de como mudam sua organização. Santos (2005) exemplifica que o ingresso das mulheres mudará não só a organização, como também o modo de vida das mulheres e homens dentro do movimento, marcando um novo momento na história do cangaço e até mesmo no próprio bando de Lampeão, em que o grupo se reorganiza para a entrada dessas mulheres.

Freitas (2005), explica que havia distinção social entre as mulheres, nem todas eram oriundas de famílias desprovidas economicamente, onde escolhiam o Cangaço com o intuito de renunciar os padrões estabelecidos pela sociedade patriarcal e, também, representava uma alternativa para que

pudesse escolher seu próprio marido. Para as sertanejas menos abastadas representava a oportunidade de ascensão social e possibilidade de se livrar dos trabalhos rurais.

Lins (1997) interpreta o cangaço como um lugar de ascensão social e de resistência ao modelo de vida da sociedade sertaneja, mesmo que os cangaceiros fossem opressores femininos dava-se lugar as mulheres no grupo, assim, as moças enxergavam o cangaço como uma sociedade menos opressora as mulheres.

Ao observar a história de Maria Bonita, relata-se que Lampião temeu levá-la para o bando, mas, esse medo não foi sentido por ela, o que justifica a afirmação de que algumas delas adentravam ao grupo por livre e espontânea vontade, pois poucas foram de fato raptadas pelos cangaceiros, deslegitimando o uso da violência e do rapto para ingressar no bando. (LINS, 1997)

No imaginário das mulheres sertanejas à época, os cangaceiros obtinham riqueza fácil, devido aos roubos que praticavam, além disso, representavam a virilidade masculina uma vez que eram considerados valentes e o temor que provocavam nos poderosos.

Para Lins (1997), a construção sobre a ideia romântica das mulheres com os cangaceiros surge delas mesmas, ao imaginá-lo como uma representação de aventura, de amor ou risco. Na história de Lampião e Maria Bonita, por exemplo, foi de onde se construiu o misticismo acerca do amor, paixão, fuga, lutas e perigos, esquecendo-se ou renegando o que estas mulheres sofreram sob esse movimento, além das modificações que trazem. Afirmando:

(...) A mulher cangaceira representou, de fato, uma ameaça à ordem simbólica do cangaço; mais ainda, à ordem simbólica sertaneja, sociedade na qual as bases materiais ou imaginárias dessa ordem pertenciam a desordem instituída. A mulher vai, pois, nesse contexto, aparecer como a matriz de verdadeiros agenciamentos coletivos de socialidade no interior do cangaço (...) (LINS, 1997, p 122)

Sob o olhar da sociedade militar, as mulheres ao ingressarem no bando acabam por ser generalizadas e tratadas como megeras e criminosas, em contribuição ao estereótipo dado aos homens, além de também serem descritas como amantes ou objetos de prazer. Entre as mulheres, o medo de ser pega por uma volante policial era constante, pois estariam destinadas ao estupro, por vezes coletivos, e/ou torturas praticados pelos policiais. (FREITAS, 2005).

As relações de gênero no sertão irão ser ligadas diretamente com a violência doméstica, onde o contexto sertanejo apresenta uma ambiguidade para a mulher, ora uma “mulher macho”, ligada ao Cangaço, outra como “mulher frágil”, ligada ao coronelismo. Como o cangaço é considerado um movimento sem leis e sem regras, é interpretado como um agente violento, principalmente contra as mulheres. Já o coronelismo representará a dominação não só sobre uma sociedade, como também sobre a mulher, consideradas objetos de sexualidade do marido, onde a violência doméstica ainda será legitimada no sertão nordestino. (LIRA, 2018).

A formação da família se dava pelo casamento religioso, que ocorriam comumente na adolescência, a partir dos 15 anos ou quando começasse a menarca. O eixo era o patriarcalismo, centrado na figura do homem, tendo a mulher a responsabilidade de gerar a maior quantidade de

filhos possíveis, já que os filhos configuravam em mão de obra gratuita para uma sociedade que vivia de agricultura familiar, no entanto quando a seca chegava, eram os mais famintos. (SILVA, 2014).

Nesse imaginário que predomina uma separação de gêneros, a diferença entre eles e a moral religiosa, vê-se a mulher como um ser que carrega os males que assolam a humanidade após o pecado de Eva; a errância, o desejo; infidelidade e enfraquecimento, pois será através de Eva que o homem conhecerá os pecados carnis, e assim as mulheres serão interpretadas dentro da perspectiva do Cangaço: como seres que carregam consigo os pecados e tentam os homens praticá-los (SANTOS, 2005 *apud* SANTOS JR., 2010).

Em Lins (1997) é retratado que as críticas e rejeições a entrada das mulheres no bando será visto como uma figura de tentação a todos. Para Lins, Maria Bonita, a *primus et paris* do gênero feminino no cangaço, será malquista não só por ser mulher, mas, também, será rival imaginária ou real dos participantes do bando, visto que esta causa uma interferência direta entre Lampião e seus homens, que sentem ciúmes. Assim que a mulher adentra um movimento essencialmente masculino, a sociedade e até os cangaceiros estranham, mesmo que elas entrem não para fazer parte do front, mas para acompanhar seus respectivos companheiros.

As cangaceiras, oriundas dessa sociedade sertaneja, aprendiam desde cedo a cozinhar, costurar e seu papel como futuras esposas e mães, o não significa dizer que todas tinham esse mesmo pensamento. Entretanto, muitas escolheram o cangaço como forma de fugir desse destino, que não poderia ser negado. Muitas mulheres não entraram para o cangaço por vontade própria, era muito comum o rapto, como fora o caso de Dadá, companheira de Corisco, o braço direito de Lampião, que fora raptada aos 13 anos pelo cangaceiro, já outras como Maria Bonita, Adília entre outras, foram seduzidas pelas aventuras que o cangaço poderia oferecer. (NEGREIROS, 2018).

Mas a presença feminina também era marcada pela opressão vinda dos cangaceiros. Ao adentarem no bando, as mulheres tinham que seguir regras impostas pelos mesmos, onde fidelidade, obediência e respeito eram as principais. A mulher não era dada o direito da infidelidade, uma vez que se houvesse suspeita de traição pelo seu companheiro, a punição era a morte, regra aplicada nas cangaceiras Lídia, companheira de Zé Baiano, Lili, companheira de Moita Brava e Cristina, companheira de Português, as mulheres citadas foram mortas por seus companheiros por suspeita ou confirmação de traição. Assim percebe-se a reprodução de ações da sociedade onde viviam, que tratava a mulher como propriedade, por mais que o movimento desse uma liberdade e independência pessoal, as mulheres teriam que acatar essas regras de convívio. (NEGREIROS, 2018)

No documentário “Feminino Cangaço” (Viana e Neto, 2016), Dadá, companheira do cangaceiro Corisco, por exemplo, relata em entrevista realizada em 1976 que as mulheres no bando não faziam todos os afazeres no acampamento, uma vez que os homens já estavam acostumados a fazer desde sempre, também afirma que as mulheres no bando não eram domésticas, porém, afirma que elas que lá estavam deveriam dar suporte e respeito ao marido, por isso deveriam estar sempre bem arrumadas, vestidas e perfumadas para agradá-los. Assim dividiam seu tempo entre bordar e costurar, principalmente as indumentárias do bando. Como não tinham residência física, não realizavam trabalho doméstico como varrer, limpar ou atividades comuns a outras sertanejas.

Segundo Câmara (2015), Maria Bonita irá inaugurar um novo tempo no Cangaço pois com as mulheres o movimento humaniza e os deixam vaidosos, uma vez que ao se verem rodeados por mulheres os cangaceiros se tornaram mais preocupados com sua estética, quando sob influência feminina, os seus trajes e acessórios são customizados, ganhando novos bordados e joias.

Uma vez ingressadas no movimento, as mulheres viam seus papéis invertidos. Segundo (SANTOS JR., 2010 apud CÂMARA, 2015), a sertaneja quando se casava morria para o mundo, passando a usar preto, não usava perfume, maquiava e nem arrumava os cabelos, esperando os bons modos e que fosse uma mãe e dona de casa fiel e dedicada. Já com as cangaceiras existia um contraste: ao adentarem o cangaço as mulheres não precisavam costurar, se dedicar a tarefas domésticas como cozinhar e cuidar de casa, já que moravam em acampamentos que eram rapidamente desmontados, mas podiam se embelezar, utilizarem as melhores roupas e joias, usarem maquiagem e se preocuparem com a estética. (FIGURA 4).

Figura 4- As cangaceiras Nenê, Maria Jovina e Durvinha, 1936



Fonte: Benjamim Abraão, 1936.

Para Negreiros (2018) Maria Bonita e suas companheiras não podem ser consideradas pioneiras no feminismo, visto que o feminismo a época do Cangaço ainda estava em seus estágios iniciais no Brasil. Maria Bonita ao escolher entrar para o Cangaço quer fugir dos maus tratos de seu esposo e seguir uma vida de aventuras e fora da monotonia que levava, mas não significa que este sentimento foi algo predominante entre as outras mulheres uma vez que muitas foram raptadas e forçadas a viver em uma ambiente que não queriam.

Em contraste a imagem de “mulher macho” que lhes foram dadas, as mulheres conseguiam exercer sua feminilidade sem interferências, podendo ser interpretado que a presença feminina

ameniza a brutalidade e violência dos homens do movimento, atos que foram eternizados nos cordéis sobre o movimento. Maria Bonita a exemplo, recebia presentes e cuidados que Lampião podia oferecer o que esta desejasse, já Dadá recebia de Corisco gentilezas impensáveis a ela, como a aprendizagem escolar, com este levando frequentemente cadernos e lápis para Dadá praticar escrita e contas. (CÂMARA, 2017).

Em contraste, as mulheres cangaceiras, como já discutido anteriormente, se veem sob um clima hostil, sendo marcadas por seca, crises econômicas, dominação masculina e autoritarismo, que as limitam em ações, direitos e liberdade pessoal. Entretanto ao entrar no Cangaço, se encontram sob a ética machista e opressora dos Cangaceiros, que lhes dão liberdade, mas, com restrições; era necessário e obrigatório respeitar seu marido e a todos com respeito, uma vez que as punições serviam para todos. (FREITAS, 2005)

O ingresso feminino transforma o cotidiano dos cangaceiros, onde algumas terão protagonismo, como já fora citado no caso de Dadá, sendo líder do bando de seu marido e tendo respeito. Negreiros (2018) ressalta que não se há indícios que Lampião tenha agredido alguma vez Maria Bonita, entretanto relata que entre alguns cangaceiros era comum as agressões, como foi o caso do cangaceiro Pancada que em alguns momentos agredia sua companheira, Maria Jovina (ou Maria de Pancada) obrigando-a a acompanhá-lo a pé, enquanto viajava no cavalo e quando este corria a galope, a agarrava e puxava seus cabelos arrastando-a pelo solo arenoso.

A partir dessa interpretação, as representações do cangaço e da inserção da mulher neste contexto se revelam importantes para compreender a história em vários aspectos. No eixo familiar a representação é o patriarcalismo. Para Joan Scott (1991) o patriarcado não será apenas o poder do pai, mais sim o poder masculino na sociedade, sendo organizadas por dois princípios básicos: que em uma hierarquia social, as mulheres estão subordinadas aos homens e que os jovens são subordinados aos mais velhos. Assim, a hierarquia masculina ditada pelo patriarcado aumenta significativamente o valor às atividades realizadas por homens do que por mulheres. Mas, o controle não se encontrará apenas no quesito social, como também na sexualidade feminina. O corpo, a autonomia e a sexualidade feminina estariam também sobre controle absoluto do homem, seja ele seu pai ou marido.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa procurou-se apresentar e discutir a situação feminina no Cangaço, em particular no Bando de Lampião. Ao longo da pesquisa destacam-se as diferentes facetas femininas no âmbito social e local, onde a mulher que estava inserida no litoral tinha mais acesso à modernidade do que as mulheres sertanejas. Assim foram reconstruídas as diversas imagens que as mulheres tiveram no Cangaço, sobre a interpretação e ressignificação das experiências de algumas destas mulheres, em especial Maria Bonita e Dadá.

Ao analisar o Cangaço e a presença feminina no movimento, nota-se que entre um ambiente violento as mulheres ainda se preocupavam com a estética e a representação da sua imagem para a sociedade, mas mostra-se equivocado a ideia de que participavam dos combates e de serem violentas

com outras pessoas, como a exemplo os sertanejos. É importante o entendimento acerca de muitas mulheres estarem presentes ali contra a sua vontade, por mais que muitas optassem por essa vida, como no caso de Maria Bonita, assim muitas odiavam a vida que forçosamente levavam.

Analizou-se também a vida no bando e suas regras que visaram manter a sua organização sobre as mulheres no ambiente. Reproduzindo as ideologias machistas vigentes que negavam a mulher o adultério, sendo julgadas com a morte, ressaltando os casos de Lili e Lídia, mortas por seus homens por praticarem o adultério, enquanto a estes eram-lhe resguardados os direitos do adultério, assim entende-se que sua presença no Cangaço era regrada pelo medo e pela violência.

Os papéis das mulheres no grupo eram diversos, ressaltando-se as de companheirismo, que significava uma certa cumplicidade entre os casais, onde as mulheres se viam obrigadas a cuidar e seguir seu companheiro, sem contestá-lo, além de também servirem como “enfermeiras”, tendo vasto conhecimento sobre as ervas medicinais por mais que os homens já realizassem esse trabalho além de cozinhar, onde entende-se que não havia problemas de assumir tarefas predominantemente femininas.

Assim interpretamos que o Cangaço, que embora restringisse alguns aspectos as mulheres, também foi a declaração de independência pessoal de várias, que ao ingressar tiveram a liberdade de se vestir, embelezar e principalmente de ler e escrever, algo restrito aos homens sertanejos. Destacase os seus protagonismos ao romperem com o patriarcado predominante, sendo utilizadas como forma de representatividade feminina, que mostram um Cangaço feminino, sendo utilizadas para estereotipar a mulher nordestina.

Após o fim do Cangaço, muitas mulheres que sobreviveram ao movimento e as prisões como no caso de Dadá, Sila, Odília, Adília, Durvinha, Dulce, reconstruíram suas vidas, formaram famílias e foram mães, donas de casas além de trabalharem com a suas memórias e experiências de vida no Cangaço.

As análises feitas nesta pesquisa ressaltam um protagonismo e certa independência dessas mulheres, entretanto não houve um rompimento com a violência, dominação masculina, machismo, patriarcado e a relação entre gêneros, como ressaltado nas falas dos autores Saffioti (2001) e Freitas (2005) que destacam a violência de gênero, que exclui a possibilidade de imaginar uma cumplicidade entre homens e mulheres. Assim, esses debates sobre a presença feminina no cangaço serão fundamentais para que se desconstrua o fato machista em que interpreta a mulher apenas como um ser para casar, cuidar da casa e de seus filhos e não serem consideradas aptas para o ingresso em lugares políticos e sociais. Entretanto, apesar de tantos avanços e conquistas feitas pelo gênero feminino, ainda não é o bastante, visto que ainda se insere em uma sociedade transvertida de moderna, mas apresenta atitudes retrógradas ao progresso e consciência de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALESSIO, Renata Lira dos Santos. A representação social da violência na literatura de cordel sobre cangaço. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 24, n. 4, dez. 2004.
- CLAUDINO, Nadja Claudinale da Costa. **As escritas de uma vida: Discursos sobre a cangaceira Maria Bonita (1930-1938)**. Local: UFPB, 2017.

CARNEIRO, Gabriel de Campos. No rastro dos cangaceiros: em busca de novas trilhas para a apreensão de um movimento social. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2. 1997.

CÂMARA, Yis Rabelo; CÂMARA, Zzy Maria Rabelo; SOUTULLO, Melina Raja. Maria Bonita e Dadá revisitadas: a análise de sua importância para o cangaço e seu registro na literatura brasileira como um testemunho de sua prática cultural. **Raído**, v. 9, n. 20, p. 203-218. 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. [Trad. Maria Manuela Galhardo]. Lisboa: Difel, 1988.

DIAS, José Umberto. Benjamin Abrahão, o mascate que filmou Lampião. In: CAETANO, Maria do Rosário (org). **Cangaço – o Nordeste no cinema brasileiro**. Distrito Federal: Avathar Soluções Gráficas, 2005.

DIAS, José Umberto. **Dadá**. 2. ed. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1989.

FREITAS, A. P. S. **A presença feminina no cangaço: práticas e representações (1930-1940)**. Dissertação de mestrado em História. Assis: Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, 2005. p. 242.

HOBBSAWN, Eric. **Bandidos**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOLANDA, Lúcia Maria de Souza et al. Lugares de memória: Jesuíno Brilhante e os testemunhos do cangaço nos sertões do oeste potiguar e fronteira paraibana. 2010.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

LINS, Daniel Soares. **Lampião: o homem que amava as mulheres: o imaginário do cangaço**. São Paulo: Annablume, 1997.

LIRA, Kalline Flávia Silva. Mulher macho, sim sinhô? Refletindo as relações de gênero e as violências contra as mulheres do sertão de Pernambuco. **Barbarói**, v. 2, n. 52, p. 71-90. 2018

LIRA, Jaqueline Resende, SILVA, Suelen Stefanini de Souza, MARTINS Eduardo. **Lampião e o banditismo social: Uma possibilidade de leitura**. Disponível em: <http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1412803050_ARQUIVO_AR_TIGOBanditismoSocial.pdf> Acessado em 10 janeiro 2021.

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço**. São Paulo: Objetiva, 2018.

NOVAES, S. DOS S. **Mulheres Sertanejas: política, sociedade e economia (1840- 1920)**, 2016. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1143.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2021

RODRIGUES, Ana Paula Kravczuk; NIELSSON, Joice Graciele. **O protagonismo feminino e a violência de gênero em espaços de resistência: Maria Bonita e o cangaço**. III Congresso Nacional Ciências Criminais e Direitos Humanos, v. 1. n. 1. 2019.

ROCHA, Talita Cordeiro. **A importância da mulher no cangaço: Anésia Cauaçu**. 2017. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

SÁ, Sarah Ritchelle Cristovão de, et al. A mulher no cangaço: um olhar para além de Maria Bonita (1930-1938). 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos PAGU**, v. 16, p. 115-136. 2001.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em perspectiva**, 1999, v. 13, n. 4, p. 82-91. 1999.

SILVA, Uilma Maíra Queiroz. Viúvas da Seca: as relações de gênero no sertão. In: X Encontro Estadual da ANPUH-PE, 10, 2014, Petrolina. **Anais** eletrônico, Recife: ANPUH, 2014. p. 2.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife: S.O.S. Corpo, 1991

SANTOS, Flávia Santana dos. **Cangaceiras: rebeldia, romantismo e liberdade**. Monografia. Brasília: UniCeub, 2005.

SANTOS Jr. As Marias no Cangaço: faces femininas no banditismo social (1930-1940). **Historien – Revista de História**, v. 3, p. 121-135, 2010.

SOUZA, Rafael Policeno DE. A Coluna Prestes: Uma Abordagem Necessária. *Revista Historiador*, 2010, 3.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Coronelismo: transformações e interpretações. *Tempos Históricos*, 2006, 8.1: 131-158.

WIESEBRON, Marianne L. Historiografia do cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional (Brasil) e internacional. **Ciência & Trópico**, v. 24, n. 2, 1996.

DOCUMENTÁRIOS:

VIANA, Lucas. NETO, Manoel. **Feminino cangaço**, 2016. Disponível em: <Link- <https://www.youtube.com/watch?v=wsTCQ7LOeds>>. Acesso em 25/02/2023.

“A LINGUAGEM DA MODA NA ERA VARGAS: PADRÕES. PODER E REPRESENTATIVIDADE FEMININA”

Jaienny Synara Santana da Silva
Universidade estadual da Paraíba
Email: jaiennysynara6@gmail.com

RESUMO: No presente artigo, a finalidade é revisar e realizar uma análise crítica acerca das diversas produções historiográficas, tratando a temática sobre as lacunas acerca do estudo da moda de 1930 até o final do governo de Getúlio Vargas, tratando a moda como uma linguagem instantânea, voltada para as figuras de poder feminino. De certo, a partir das pesquisas buscaremos compreender as implicações dentro da moda, assim como entendê-la como um movimento de representatividade que só cresce e se fortalece durante os tempos e compreender sua força, indo de encontro com embates políticos e sociais, além de elencar as inúmeras questões que tendem destrinchar a relação da moda com esses aspectos citados. Com isso, busca-se aqui, através de uma análise aprender um pouco da estética vestimenta do período varguista, assim como relacioná-la ao ideal feminino promovido pelo governo de Getúlio Vargas que, indiretamente, contribuiu para criação de cursos técnicos de costura em todo o país.

Palavras chaves: Linguagem. Moda. Representatividade. Historiografia.

INTRODUÇÃO

Na década de 1930 e os anos que se sucedem, até meados 1945, foram fortemente marcados pela chamada “Era Vargas”, uma época de inúmeros acontecimentos que vem marcar a história do Brasil. Os anos 30 foram considerados por muitos como a pior década do século XX por iniciar com a Grande Depressão e acabar com a Segunda Guerra Mundial. O Brasil, nesse contexto, sofria grandes impactos acerca da quebra da bolsa de valores dos Estados Unidos e, em geral, períodos de crise costumam não contar com muita ousadia no campo da moda. É interessante observar a moda a partir dessa época pois nesse momento surgem as primeiras adaptações de roupas para o clima brasileiro.

A moda vestimenta é um fato social presente nas mais diversas sociedades que possamos imaginar, desde o século XIV e XV, até os dias atuais. O Brasil desde a colonização consome roupas e têxteis, entretanto, no que tange à educação superior de moda, apenas em 1989 foi criado o primeiro curso de Desenho de Moda, um fator raro, mas de grande valia para esse âmbito, antes disso os processos para aprender acerca do desenho ou da moda propriamente dita eram mais dificultosos, onde, os indivíduos se propunham a recorrer pelas correspondências ou vinham a depender exclusivamente de cursos técnicos presenciais posteriormente, porém ainda assim era

umtanto difícil conseguir tais oportunidades.

Ainda, a moda se configura como um espelho para a compreensão dos desdobramentos culturais durante os tempos e quaisquer sociedades, uma vez que se atrela a aspectos, tais como valores, crenças, manifestações artísticas, escritos, como vem mostrar a historiografia, fazendo-se gerar involuntariamente uma expressão própria e então vem a necessitar de estruturação numa relação que pode ser definida como cultura material. O objetivo desta revisão bibliográfica está centrado em debater de que forma as transformações por intermédio da moda se atrelam a sociabilidade, poder, culturas e suas respectivas linguagens que vem a se basear nas indumentárias.

A RELAÇÃO DA MODA FEMININA COM O GOVERNO DE VARGAS: REPRESENTATIVIDADE E PRODUÇÃO

O Estado Novo vem a corresponder necessariamente ao período da história do Brasil entre os anos de 1937 e 1945 que, com um governo de cunho militarizado, comandado pelo político Getúlio Dornelles Vargas impôs ao país seu projeto de desenvolvimento nacional. A moda nessa década passava por incontáveis mudanças, visto que a situação posterior a Grande Depressão se fez emergir a situação do Brasil e do mundo.

O início do Estado Novo mostra claramente um projeto nacional voltado diretamente na indústria. De certo, o governo iria perseguir a garantia da unidade nacional e acabar com a dicotomia entre o Brasil político e o econômico, que não coincidiam (SAVIANI FILHO, 2013). Dentro desse contexto, diversas transformações aconteciam, como eram propostas por Getúlio Vargas, dentre elas a constitucionalização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para o controle do que seera consumido pela população, buscando assim alcançar todos os públicos com o que viria a falar ou ordenar, por intermédio da comunicação e influência do seu poder no discurso.

No início do século XX, já podia-se observar as políticas educacionais voltadas exclusivamente para as mulheres, políticas de cunho moralistas, muitas das concepções sexistas começaram a ser marcadas na historiografia no final do século XIX, mostrando desde cedo discursos de gênero, ainda, podendo analisar essas permanências no governo Vargas.

“Os artigos destinados à educação feminina pontuavam as virtudes próprias da mulher, consagrando sua missão de esposa e de mãe e, sobretudo, seu papel de colaboradora do outro sexo na construção da Pátria. Em oposição, a educação masculina considerava atributos como a coragem, a força de vontade, a compreensão do dever - qualidades dos grandes homens da Nação, heróis da vida civil e militar.” (SANTOS et al., 2012, p.350).

Ainda, pode-se analisar o governo Vargas com características intencionalizado ao sexismo, onde procurava manter as mulheres em uma linha tênue, tida por exemplo, como “conservadora”,

as influenciando por meio dos polos midiáticos vestimentas, tal como, aplicando um conjunto de normas de forma sutil para população. Então, como escreve Mendonça (2013, p. 2) a forma como a moda rege a imprensa dirigida para mulheres, vai muito além da representação de roupas, pois passa pelo recorte das pautas, pelo estilo de vida que é. A moda descrita por Lobo, Limeira e Marques (2014) é um fenômeno sociocultural que expressa hábitos e costumes de uma sociedade, podendo ser considerado um fenômeno em mutação, sendo uma parte tão presente na vida social que através de seus padrões estéticos pode-se contar fatos históricos de cada época e entendendo isso, nesse momento, a moda se voltada para outros âmbitos cada vez mais simplistas e discretos.

Então, somado a representatividade da mulher cada vez mais forte com papéis de grande importância na sociedade, pode-se destacar que pela necessidade enquanto produção de roupas e a difusão de novos estilos e modos de vestir, a procura feminina por cursos de corte e costura era grande e o primeiro diz respeito ao fato que entre os anos de 1920 até 1940, havendo uma ampliação do campo da moda por meio do trabalho das costureiras e das operárias das indústrias têxteis em larga escala, exigindo cada vez mais mão de obra.

) ao mostrar que as transformações na moda em São Paulo caminham *pari-passu* às atividades das mulheres como costureiras no lar e das operárias fabris, como meios para driblarem a pobreza, as condições sociais e econômicas em que viviam. Entende-se então, que a partir de tais ganhos como costureiras domésticas ou com salário de operárias no sustento familiar foram mudanças processadas neste período. Compreendendo a grande procura do trabalho enquanto corte e costura, a mulher tinha muita importância dentro desse contexto pois além tudo assumia a responsabilidade de gerir sua família por meio deste, agregando na renda.

Condicionamentos e necessidades variadas levaram as mulheres a assumir diversas “funções produtivas”, abraçando habilmente as possibilidades existentes, ocupando brechas no mundo do trabalho ou tomando para si, postos e colocações antes vetados ou inacessíveis. Nesse processo, foram mais facilmente incorporadas ao mercado laboral quando assumiram ocupações para as quais eram consideradas hábeis ou vocacionais (fiar, tecer, costurar, cuidar, servir). (MATOS; BORELLI, 2012, p. 127).

As condições fabris eram muito precárias, nesse aspecto, ainda, sabendo da necessidade e da urgência, enquanto sua sobrevivência, as mulheres optavam por aceitar tais condições de trabalho pela situação que pudera encontrar nesse momento. Ainda, observando as necessidades da população pode-se afirmar então, que a crescente valorização dos ofícios femininos, segundo MALERONKA (2007, p.77) estimulou incrivelmente muitas mulheres a aprender a costurar num momento em que a indústria do vestuário já registrava forte expansão, mas ainda não atendia a demanda da população” por esse serviço, o que contribuiu para a “proliferação de escolas de costura que, valendo-se de meios pedagógicos, ministravam esses conhecimentos técnicos”.

INFLUÊNCIAS DAS VESTIMENTAS:

De certo, entendendo a importância da mulher dentro do âmbito da moda, no momento que as mulheres eram inseridas nesse contexto trabalhista elas também viravam o foco, acerca de suas vestimentas usadas nos trabalhadores braçais. O período da grande depressão trouxe uma influência hollywoodiana de roupas e acessórios onde, buscava resgatar a moral da população, trazendo novas necessidades e mobilidade social para as mulheres. O uso de calças por exemplo, simbolizavam atitude e emancipação trazendo representatividade para aquelas que eram anteriormente excluídas do âmbito social de forma mais ativa

De acordo com a autora Márcia Pinna Raspanti, com a II Guerra Mundial e a necessidade das mulheres assumirem os postos de trabalho deixados pelos homens, a calça comprida finalmente passou a ser usada pelas cidadãs comuns e a praticidade venceu aos poucos o preconceito.

Ainda, João Braga (2013) afirma que Paris sempre foi a inspiração brasileira, sendo a legitimação do melhor da moda mundial, é de grande valia citar que a Europa também se encontrava mergulhada em governos autoritários e a estética vestimenta vigente acabou por ser absorvida na ditadura do Estado Novo. Apesar das dificuldades na década de 1930, a crise também trouxe novas conquistas às mulheres, tal qual, as brasileiras estavam conseguindo obter alguns direitos políticos e como resultado, essa nova mulher vinha com um estilo mais firme e sensual, ainda que simples. A inspiração era voltada principalmente a algumas atrizes do cinema que viriam a influenciar por conta dos trajes num tanto andrógenos que estavam em alta. Ainda, havia uma necessidade de adaptar as roupas para o mercado nacional, iniciava-se uma enorme preocupação enquanto adaptação de roupas acerca do clima do Brasil e o que viria depois, durante os anos emergia enquanto a essa adequação.

No Brasil alguns estabelecimentos cresciam com essas transformações culturais no modo de vestir principalmente o público feminino, buscando usar o mais novo do exterior no Brasil, fazendo com que houvesse tudo de mais luxuoso em âmbito brasileiro estava na Casa Canadá, inaugurada desde a década de 1920. Desde então, o estabelecimento já possuía um perfil fora do comum. Localizada na Rua Gonçalves Dias no Rio de Janeiro, até então capital nacional, a Casa Canadá foi a primeira casa a trazer visons (animal muito usado no mercado de moda de luxo) para o Brasil a partir de 1931 (Carvalho, 2009). Havia uma inspiração constante vinda do exterior, que refletia diretamente no âmbito brasileiro mesmo no contexto pós-guerra, a autora *Denise Pittade Almeida*, vem dizer que o glamour e sofisticação da moda dos anos 30 teve mais uma vez que dar espaço a um maior racionamento e sobriedade, sendo assim, não foi apenas a realidade na Europa, como também no Brasil, entendendo as necessidades do país.

Havia uma revista com muita influência na época chamada “O Cruzeiro”, foi fundada por Assis de Chateaubriand no ano de 1928 e alcançava todo o país e, segundo Braga e Prado (2011) ela influenciava decisivamente no comportamento feminino de modos diversificados. Para Accioly Netto (1998) O Cruzeiro foi a principal revista ilustrada do início do século XX no país, ela tratava

de temáticas variadas como culinária, vida social, beleza, cinema, moda, charges e esportes. Entendendo que ela promovia uma influência principalmente acerca da moralidade feminina, existia sistema educacional da época, assim, a educação e vestimenta era propagada por um grande veículo de comunicação. Então, imagens da revista no ano de 1937, ainda, mostram a importância desses anos e dos que se sucedem, pois representam o início e o fim da ideologia presente no Estado Novo que acaba em 1945, marcado por características diversas, mas, evidenciando sempre as inspirações dos croquis na moda internacional, essa foi espelho para o Brasil desde sua formação nacional.

Padrões era mostrados na revista acerca dos comprimentos das saias e as estampas, as mangas aparecem menores, a inserção de mangas nas roupas para associar a fragilidade, somado a isso o uso do tweed, a estampa xadrez popular após a Segunda Guerra. O uso de pequenos e delicados chapéus adornados com lacinhas, luvas, salto alto e carteiras de mão ou bolsinhas são sem dúvidas símbolos estéticos vestimenta que condizem com a elegância, moralidade e feminilidade pregada no final dos anos trinta. Ainda, os estereótipos de dona de casa eram reforçados associando as mulheres a serviço do lar, mais apropriadas ao serviço doméstico entendendo que após a Segunda Guerra não se encontrava facilidade para empregadas do lar, nesse momento as imagens na revista mostram uma mistura de utensílios como copos, pratos e aventais como uma estética mais romântica. O uso de tons mais sóbrios tomam conta dos conflitos armados pós 1945, pois as mulheres começa a assumir outros espaços que antes eram ocupados por homens e tinham que refletir uma imagem acerca das ideologias dominantes.

Entende-se que a moda promove sentido e é a linguagem, sendo símbolo e se atrela a uma ditadura estética imposta numa temporalidade, assim Miranda e Garcia (2003) mencionam isto uma vez que caracterizam a moda como um processo simbólico, no qual a transferência de significados será a base de um processo de comunicação social, tornando assim o vestuário uma forma de comunicação. Sabendo que a moda é linguagem, a qualidade signífica das peças transcende apenas a interpretação puramente física – cor, material, modelagem – e alinhava-se com determinados significados sociológicos, psicológicos e culturais, conferindo para a indumentária a capacidade de comunicar por exemplo o pertencimento ou não de um indivíduo a um determinado grupo social.

Analisando algumas colocações de Crane (2006, p. 465) que menciona que “A análise das maneiras de vestir revela a importância de conceituar as culturas das sociedades contemporâneas como agregados complexos de códigos, conjuntos de itens de vestuário aos quais os grupos sociais atribuem significados inter-relacionados”. Nessa perspectiva, Crane, se faz instrumento para que perceba-se a importância da moda, tal como, da diferenciação entre culturas, ainda, mostra-se a valorização das indumentárias e os modos como elas resignificam variando de povo para povo, porém a moda segue uma lógica intencional, mesmo que não se consiga perceber de forma

instântanea, esta traz representatividade e nas suas entrelinhas seus consequentes significados.

A IMAGEM DE REPRESENTATIVIDADE ACERCA DA FIGURA DE DARCY VARGAS

De certo, a imagem das primeiras-damas sempre repercutiu durante o tempo, levando em consideração sua apresentação em público, tal como suas vestimentas e jeitos, sua figura vem a refletir constantemente nesse contexto principalmente na vida das mulheres, como é o caso de Darcy Vargas, esposa do chefe do governo provisório, circulado assim nos jornais e revistas da época.

Citando Mendonça (2013, p. 2) a forma como a moda rege a imprensa dirigida para mulheres vai muito além da representação de roupas, pois passa pelo recorte das pautas, pelo estilo de vida que é sugerido, pela beleza, pela casa e toda uma ideia de feminilidade, focada na informação que é passada agregada a imagem. Nessa época não era diferente, olhares e opiniões eram voltados a essa figurarepresentativa e simbólica no meio social.

Impressionou-me sobre modo a sua mocidade. Ela completaria trinta e cinco anos já como Primeira-dama do Brasil. A doçura do trato marcava todos os seus gestos, e conquistava logo simpatia e admiração. Não parecia assustada com os graves acontecimentos que tinham sacudido o país de norte a sul, antes preparada para desempenhar o grande papel que o destino lhe reservara. Um claro sorriso iluminava-lhe o belo rosto, respondendo sempre as perguntas do repórter. E notei: os dias vividos na agitação revolucionária, as graves preocupações com o marido à frente da Revolução, o filho mais velho alistado num dos batalhões de voluntários, não lhe deram tempo para cuidar das coisas fúteis. Era uma bela e ilustre senhora de província, que chegava ao Rio, capital da moda e do Brasil. (BRITO, 1983, p.67).

Então, observando a discussão da imagem representativa dessa mulher o que o governo pregava enquanto patriotismo, uma ideia nacionalista, ainda dentro desse contexto analisa-se na citação acima que para além de Darcy ser linda, devia-se ajustar seu modo de vestir, tendo em vista que aquela mulher seria a esposa do presidente, devendo usar o que de melhor a moda do Rio de Janeiro oferecia para desempenhar seu papel ao lado de Vargas, impondo-lhe uma certa responsabilidade, pressão enquanto mulher naquele momento. Pensando assim, pode-se concluir que os polos midiáticos da época ainda usavam a figura da mulher vinculada com o poder para representar uma espécie de exemplo a ser seguido.

Entre os anos 1940 e 1945 Darcy Vargas era considerada uma figura que se pautava em feminilidade, associada à sua posição de primeira-dama estava noções de beleza, bem vestir, feminilidade pautados a práticas a serem seguidas, apresentando a sociedade com conceito de vestir de forma feminina, os quais formatavam o conceito de gênero. É evidente, a moda serve adesígnios políticos”, escreveram Shari Benstock e Suzanne Feriss (2005, p. 15). Considerando a intencionalidade do governo varguista fazendo diversas manobras e estratégias para inserir conceitos e imagens representativas que fundamentassem a ideologia do patriotismo, incutindo na população a noção de povo unido diante do inimigo comum, o conflito mundial, da união de esforços entre homens e mulheres.

É de suma importância a análise das imagens fotográficas, levando em consideração a quantidade de detalhes que passam despercebidos cotidianamente, visto que se torna uma fonte de pesquisa rica que se faz necessária nos estudos da história e da moda. “A constituição das fotografias como documentos apoiou-se em Peter Burke (2004, p. 11), ao afirmar que as imagens “constituem um guia para mudanças de ideias sobre doença e saúde e são ainda mais importantes como evidências de padrões de beleza em mutação ou da preocupação com a aparência tanto de homens quanto de mulheres”. A investigação acerca das fotografias promove a aproximação acerca da finalidade do que se usava em quaisquer temporalidades instruindo por meio das indumentarias, cabelos, sapatos, roupas, para melhor entender o contexto da época, ainda a literatura ajudara a complementar a ideia de instruir leitores e leitoras a como se vestir, maneiras de como compor seu visual de forma alinhada a seus conhecimentos.

A relação da primeira-dama com a moda para construir suas aparências foram conduzidas seguindo os encaminhamentos sugeridos pelas reflexões de quem trabalha com fotografias/imagens no âmbito da história e da moda. Kossoy (1993, p. 14; 2001, p.117), orienta que na análise do material fotográfico é necessário “conjuguar as informações fotográficas ao conhecimento do contexto econômico, político e social, dos costumes, do ideário estético refletido nas manifestações artísticas, literárias, culturais da época retratada [...]”, ainda, essa colocação se faz importantíssima, pois deve analisar o lugar social onde aquela sociedade está inserida para produção de quaisquer trabalhos.

Barthes (2005, p. 263), afirma que nos exames de imagens, o vestuário deve ser “implicitamente concebido como o significante particular de um significado geral que lhe é exterior (época, país, classe social)”, onde, pudera observar que a intencionalidade enquanto as peças de roupa ou conjunto que compunha a moda vai sendo configurando a partir desses diversos motivos até que os indivíduos perceba.

Nesse contexto, podemos compreender que a figura de Darcy Vargas em vários momentos significava um meio de norteio as mulheres, fazendo da sua imagem um manual a ser seguido, tendo influência do que o governo pretendia passar e queria da imagem da mulher feminina evidenciando as necessidades de segurar as “rédeas” ou manter um controle enquanto

as mulheres e seus novos papéis dentro da sociedade. Por conseguinte, Darcy serviu de espelho, reflexo ou até mesmo de uma ponte para influenciar em diversos âmbitos sociais, sejam dentro da moda propriamente, como nas mais profundas questões que envolviam comportamento e feminilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Pôde-se compreender que a partir do golpe liderado por Getúlio Vargas, diversas modificações no cenário do país aconteceram, que refletiam nos âmbitos sociais, econômicos, políticas, educacionais e até nas vestimentas. A moda como descreve Lobo, Limeira e Marques (2014) é um fenômeno sociocultural que expressa hábitos e costumes de uma sociedade, podendo ser considerado um fenômeno em mutação, sendo uma parte tão presente na vida social que através de seus padrões estéticos pode-se contar fatos históricos de cada época.

O imaginário das pessoas dando mais ênfase sobre as mulheres se construíam à partir das redes midiáticas que as instruíam-as a consumir, seguir padrões das formas impostas pelo governo. Ainda, como tais características, entende que o governo de Vargas foi pautado em autoritarismo pela dominação total dos meios de comunicação que vem a influenciar pessoas diretamente, como era o caso da revista O cruzeiro que criava estereótipos por meio das figuras femininas nas edições, tal como, imagens da feminilidade, voltado ao lar delicadeza de Darcy Vargas como um exemplo a ser seguido, nesse momento pudera ser criado uma noção enquanto aos modos e vestir, configurando-se como influências diretas para a classe feminina.

Nessa temporalidade o ensino da moda era mais restrito a mulher e as revistas ajudavam a disseminar as tendências, ainda, a partir da abertura de cursos de corte e costura e de economia doméstica, a prática das vestimentas e dos jeitos comportamentais iam se impregnando e ressignificando. Por conseguinte, pode-se observar que posterior a Segunda Guerra Mundial e em especial na temporalidade do Estado Novo, a partir de projetos estabelecidos por intermédio do governo Vargas, as mulheres por necessidade em meio as adversidades desse período, foram levadas a situação de buscar autonomia no âmbito trabalhista por questões de necessidade, tal qual, numa vertente econômica, pois foram impostas a essa situação. Nesse momento a moda se torna um fator importantíssimo dentro de uma perspectiva social e econômica, fazendo com que propicie empregos e lucro, enquanto as peças que sofriam tais influências europeias, como mudava as configurações na moda entre os anos 1945 a 1974 perpassando o espaço brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GARCIA. Ana. A Moda feminina no Estado Novo A relação da Moda e da Política nos anos sessenta em Portugal. Universidade Técnica de Lisboa Faculdade de Arquitectura Lisboa, Janeiro

de 2011

BRITO, Chermont de. Vida luminosa de Dona Darcy Vargas. Rio de Janeiro:LBA, 1983. BURKE, Peter. Testemunha ocular. História e imagem.Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; MARQUES, Thaís Pio. Breve guia de leitura para entender o período Vargas (Bibliografia Comentada). In: Café História. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/bibliografia-comentada-do-periodo-vargas/>. Publicado em: 19 jul. 2021

CRANE, Diana. Ensaio sobre moda, arte e globalização. Tradução de Camila Fialho.Organização de Maria Lúcia Bueno. São Paulo: Senac, 2011.

FERREIRA, Amanda Alves. O consumo como simbólico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO CONSUMO, V, Rio de Janeiro, 2010. Anais... Rio de Janeiro/RJ: 2010.

MALERONKA, Wanda. Fazer roupa virou moda. Um figurino de ocupação da mulher. SP: Estações das letras e cores, 2007.

MOUTINHO, Maria Rita; VALENÇA, Máslava Teixeira. A moda no século XX. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2005.

NETTO, Accioly. O Império de papel: os bastidores de O Cruzeiro. Ilustrado. Porto Alegre: Sulina, 1998.

RASPANTI, Márcia Pinna. A calça comprida e a emancipação feminina. História Hoje, 2023.Disponível em: <https://historiahoje.com/a-calca-comprida-e-a-emancipacao-feminina/>

SANTOS, Tânia Cristina; et al. A ditadura varguista no Brasil (1937-1945) e o Primer franquismo na Espanha (1939-1945): poder e contra-poder das enfermeiras. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília: BY, 2012- Bimestral

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: o poder da dominação oligárquica patriarcal e seus reflexos na história participativa feminina no Município de Camalaú

Jackson Jose Leite Ferreira
Universidade Federal de Campina Grande- Campus sede
Email: jackson2017leite@gmail.com
Jordana dos Santos Barros
Universidade Federal de Campina Grande - Campus Sede
Email:jordana.santos@estudante.ufcg.edu.br

RESUMO:O presente artigo objetiva analisar a participação feminina no Município de Camalaú, desde a primeira eleição em que constam candidaturas femininas, em 1982. Examinamos as eleições de 1966-2020 em Camalaú-PB, especificamente para os cargos proporcionais, a fim de traçar um comparativo do quantitativo da participação feminina e de classes nos espaços políticos. Para tanto, traçaremos um paralelo sobre os conceitos de gênero e classe, que possuem distinções e particularidades próprias, que não permitem exame homogêneo no panorama representativo. Será abordado o conceito de “oligarquia”, que na Ciência Política é chave para o entendimento da dinâmica política social no Brasil. Faremos, ainda, a análise das mudanças provindas a partir do primeiro código eleitoral de 1997, que através da Lei 9.504/97 estabelece que “cada partido ou coligação deveria conter em sua totalidade o mínimo de 30% de composição feminina, neste momento sem previsão de sanções”. Percebemos que este fator, entretanto, não modificou o cenário de exclusão de gênero.

Palavras-chave: Classe. Gênero. Participação Política.

INTRODUÇÃO

No século XX, a partir do fim da Ditadura Militar Brasileira e abertura democrática, com a efervescência do processo de redemocratização, abriu-se maior espaço naquele ambiente constituído pelo patriarcado misógino. Mesmo com as políticas públicas de integralização do gênero feminino, este trabalho buscou esmiuçar o quanto o sentido de objetificação feminina não foi vencido no âmbito político. Assim como, evidenciar que a dominância patriarcal tenta ludibriar o processo democrático/participativo igualitário, com novas ferramentas para anular a presença feminina que hodiernamente se caracteriza pelas conhecidas “candidaturas laranjas”.

A construção machista dominante e estrutural, sinônimo de assédio e dominação, prevalece

nos pequenos interiores do Brasil, como legado da herança das velhas oligarquias. O papel político e o controle familiar mantém-se como genealogia de poder e como “negócio de família”, o qual garante a prevalência “varonil”. Ao longo do processo de construção de identidade política, o feminino foi posto em anonimato pelo poder patriarcal e logo quando inserido no ato permanece inibido, haja vista as forças exteriores oligarcas. A estrutura da oligarquia e sua configuração enquanto cerne do processo de construção Coletiva da Teoria do Nepotismo e do Parentesco na Política, os partidos e sua configuração masculina dominante, predominaram e ainda predominam por muitos séculos na História do Brasil e por muitas décadas em cidades como Camalaú, interior da Paraíba.

A constituição da herança política só ratifica o argumento em que para ser político no Brasil não necessita tão somente pertencer às fileiras dos partidos. Mais que isso, precisa ser reconhecido como legítimo (no masculino). E um dos distintivos que tem configurado essa legitimidade está no nome da família. Este, claro, associado a outros tipos de capitais: econômico e cultural. Nesse sentido, a origem social torna-se um dos mais preponderantes fatores, tanto para o sucesso quanto para o fracasso na escolha da representação política. Nascer em famílias políticas é herdar (nome e sobrenome), capital político familiar que se traduz em capital simbólico conhecido, reconhecido e desconhecido – como capital – por isso legitimado na sua forma simbólica de dominação (MONTEIRO, 2017, p 107)

O regime político com características de democracia liberal burguesa predominou durante o Séc. XX, manteve a oligarquia e a estrutura patriarcal a qual é estabelecida por relações de poder. A oligarquia retém um pequeno grupo de agentes sociais que em suma pertencem ao mesmo partido, grupo familiar e detém interesses intrínsecos como garantia da sua hegemonia. Hegemonia é um conceito trabalhado por autores como Antonio Gramsci (2007), que postula tais configurações sociais, as quais se apresentam de formas diversas no contexto de tempo e espaço. Tal noção remete ao sentido complexo de estrutura e superestrutura, neste sentido a ideologia reflete o papel central e constitutivo das configurações e relações sociais, que possuem classe, gênero, cor e raça

O gênero feminino e sua classe ampla e diversa foram silenciados por muitos anos, inseridas no regime patriarcal. Criou-se uma cultura da “inutilidade” feminina no espaço político, pois na cultura misógina cabia a mulher atribuições domésticas. Ao longo do processo

histórico, o movimento feminista conquistou espaço, subdivido em classes. O logradouro de gozo dos direitos mesmo conquistados passou a ser restrito, pois apenas mulheres da classe dominante obtiveram visibilidade, como Alzira Soriano (UDN), primeira mulher eleita, em 1928, para a prefeitura de Lajes – Rio Grande do Norte. Fato atípico e importante, que deve ser analisado e criticado, uma mulher eleita mesmo quando o Brasil não permitia o sufrágio do voto feminino, que passaria a ser permitido em 1932, com o novo código eleitoral, promulgado por Getúlio Vargas, demonstra o poder e força das estruturas oligarcas dominantes. Alzira Soriano, era primogênita do político, líder regional e fazendeiro Miguel Teixeira Vasconcelos (UDN).

Ilusoriamente, em nome de uma democracia liberal burguesa, se cria uma abstrata possibilidade da liberdade de votar, assim como de igualdade incondicional que lhes daria o direito constitucional de votar e ser votada. Os arcabouços jurídicos do Estado, que criam estes panoramas de participação plural e igual, encobrem que a representação política é simbólica e material. Conforme postulado por Osório (2014), monopolizam historicamente a gestão política nos espaços e instâncias de representação e que, pelo domínio dos segredos e labirintos da política – e de suas normas e linguagens – conseguem manter ou aumentar seus privilégios enquanto setores específicos. A linha do esquecimento imposta às camponesas, pretas, operárias, não impediu a progressão das pautas e lutas das mulheres subalternas no campo político.

O presente artigo problematiza o caráter dos conceitos de Hegemonia e Política, adentrando na própria conceituação de classes subalternas e dominantes, voltados ao processo da representação e figura da mulher neste processo o qual foi pesquisado no recorte histórico de 1966-2020. Seria às políticas públicas de igualdade de gênero ineficazes perante toda superestrutura de opressão tão arraigada no seio político/sociocultural no município de Camalaú?

Os métodos utilizados na pesquisa são o método hipotético-dedutivo e o método de procedimento monográfico, com aprofundamentos bibliográficos e documentais, organizando dados e baseados em estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral. Tendo como pretensão, propor uma revisão das políticas públicas adotadas para demonstrar uma necessidade de alteração legislativa no código eleitoral para que se crie caminhos transparentes e que façam valer as políticas públicas que democratizam e garantam espaço das vias eleitorais para efetividade de participação feminina no espaço político.

O município de Camalaú está localizado no Estado da Paraíba, no Brasil, integrando a Microrregião do Cariri Ocidental. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), censo de 2011, sua população estimada era de 7.000 habitantes. A área territorial é de 603 km². Sua emancipação política ocorreu em 19 de março de 1962, sendo desmembrada do

Município de Monteiro-PB, conforme a Lei Estadual nº2.617 de 12 de novembro de 1961. O contexto político e social da conjuntura em estudo leva em conta o seguinte acervo documental: resultado de eleições, livros de registros eleitorais e fontes orais. Após a aprovação da Emenda Constitucional (EC) Nº 97/2017 vedou-se a ortodoxia no que diz respeito à celebração das coligações nas casas legislativas do Brasil. A principal reestruturação foi no código eleitoral que passou a exigir no registro de candidaturas à justiça eleitoral, pois com o fim das coligações, cada partido foi obrigado a indicar 30% de mulheres filiadas, como forma de introduzir políticas públicas de “igualdade entre gêneros”, favorecer na quebra dos paradigmas e estigmas.

DESENVOLVIMENTO

Participação política feminina no Século XX em Camalaú

A primeira eleição para o Executivo, como para o Legislativo, ocorreu no ano de 1966, após a emancipação política datada no dia 19 de março de 1962, cinco anos depois da Justiça Eleitoral sediar a primeira eleição com participação dos cidadãos do Município. Ao todo, 1.618 homens e mulheres votaram. Em 1966 a Câmara dispunha de 7 cadeiras, todas disputadas e ocupadas por homens (TRE-PB, 1966). O regime vigente na estrutura política brasileira desde a colonização era a “Patronagem”, fundada no latifúndio, ao qual o homem através de sua ascensão social vislumbrava notoriedade, garantindo espaços no meio social. Havia uma vigência quase que absoluta do patriarcado e inexistência de participação feminina nas relações políticas do Séc. XIX até metade do XX.

A partir da investigação em livros catalogados no Cartório de Registro Civil, da cidade desde a primeira eleição indireta para Presidente do Estado da então Parahyba, datada no dia 20 de novembro de 1919, no distrito de São José de Camalaú, pertencente ao município de Alagoa do Monteiro. É possível constatar que antes de 1966, nenhuma mulher havia participado de manifestações democráticas, fossem manifestos, plebiscitos ou eleições.

Não há dúvida, entretanto, que o coronelismo patriarcal é muito menos produto da importância e do vigor dos senhores de terras do que da sua descendência. A debilidade dos latifundiários só apresenta fortaleza em constante com a grande massa de gente que vive, mesquinamente, sob suas asas e enche as urnas eleitorais a seu mandato, já que o provedor é seu capital político e financeiro.

O “coronelismo” assenta, pois, nessas duas fraquezas: fraquezas do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; reflexos de fraqueza adjunto cria-se um estigma de desamparo e desilusão dos seres subumanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades. Configuram uma realidade subalternização e se cria

a estrutura dos “currais eleitorais”, alimentados pelo patronato. Apenas na década de 1980, agentes sociais do gênero feminino começaram a ocupar espaços no cenário do Legislativo do Município de Camalaú. Aqui, cabendo melhor análise das faces dessa participação, especialmente, no que se refere às classes pertencentes. Nesse sentido, a separação das mulheres exemplifica a hierarquia de classes no movimento feminino que compõe a classe dominante, oligarquia, agrária e mulheres das composições subalternas, trabalhadoras do campo, operárias e estudantes.

Suprimidas pela força hegemônica, mesmo que busquem mudanças efetivas e fundamentais na estrutura existente, visando uma ideia unitarista para que assim viesse substituir antigos paradigmas, cada classe possui um caráter diferenciado. Os grupos das mulheres ligadas ao aparelho hegemônico privilegiado, com elevados níveis de educação, recebem espaço de acesso ao poder de classe semelhante aos de seus pais e esposos. Apesar disso, mulheres subalternas ficaram suplantadas pela condição desigual imposta no sentido de espaço, trabalho e vivência social.

Políticas públicas de integralização x Predominância da política masculinizada

Em passos lentos, a integralização de mulheres na política demonstra a fragilidade das políticas públicas de agregação do gênero feminino ao campo de disputa pelo pleito político, seja no âmbito Legislativo quanto Executivo. Em 2020, na Câmara Municipal de Camalaú, foram eleitas duas mulheres, correspondendo a 20% das cadeiras ocupadas. O pleito de 2020 deixou em evidência o sentido inverso que o campo das políticas em igualdade de gênero desfavorece e acrescenta o âmbito das desigualdades. No ano de 2021, a justiça eleitoral recebeu cerca de 243 ações contra candidaturas femininas com suspeita de serem laranjas, segundo o jornal Folha de São Paulo (2021). Em Camalaú, das duas legendas registradas, de um total de 25 candidatos e candidatas, apenas 9 eram mulheres, e delas 6 obtiveram votação inferior a 50 votos.

A realidade do panorama político deixa evidente a ineficácia da existência da lei de cotas, sem favorecimento para garantir efetivamente respeito às mulheres como agentes no campo ativo social da política, garantindo uma afirmação da construção de uma sociedade que busca igualdade, como forma cumpridora do Art. 5º da Constituição Federal, “são todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, etc”

A decisão colegiada do TSE foi dada na análise de uma consulta apresentada por oito senadoras e seis deputadas federais. O entendimento dos ministros foi firmado em consonância com o que foi estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 15 de março de 2021,

no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.617/2018. Na oportunidade, a Corte Constitucional determinou a destinação de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário às campanhas de candidatas.

A norma jurídica coloca em equívoco o êxito efetivo da Lei 9.100/95, posta pela Lei das Eleições. A legislação eleitoral pecou em não expressar explicitamente uma penalidade (sanção), prevista como consequência punitiva caso fosse ignorado ou burlado a lei de cotas viciosa para se burlar, sendo de pouca eficácia as políticas integrativas, sendo necessário ao legislador detetar equívoco e retificar a lei de 12.034/09, sendo reformulada a redação do Art. 10 § 3º, da Lei das Eleições, onde passou a ser exigido os 30% de vagas resguardadas para candidatas mulheres. Além disso, a Lei ainda em vigor, passou a penalizar com indeferimento toda candidatura coletiva de todo partido que burlasse.

Como incentivo a campanhas femininas, foi alterada a Lei nº 13.877/19, sendo modificado o art. 44, inciso V, da Lei 9.096/95, destinando 5% dos recursos de fundo partidário, em forma de fomentar difusão e promover mulheres a se sentirem instigadas a concorrer aos pleitos eleitorais. O TSE, em 2019, visando as eleições de 2020, trouxe a resolução nº 23.607/19, com destaque para o art. 19, § 3º, que orientava para que os partidos destinassem a financiar no mínimo 30% da receita total do Fundo Partidário. Concomitante, perante os diversos desdobramentos da legislação para favorecer políticas públicas de igualdade, que vislumbravam potencializar participação feminina na política, foi acometida diversas infrações autuadas pelos órgãos fiscalizadores. Fraudes no processo de candidaturas assinalaram a necessidade de reflexão se as novas medidas por desvio de finalidade não abriram caminho para que de forma sorrateira ludibriar a lei e beneficiar os partidos políticos, tendo como reflexo um abismo entre igualdade e democracia.

No ano de 2020, o Brasil ocupava a 148ª posição de 189, entre os países com a maior porcentagem de mulheres ocupando o parlamento, conforme revela a pesquisa “Mulheres na Política”, realizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) e pela UIP (União Interparlamentar). Diante da relevância do problema, as políticas existentes mostraram-se insuficientes e ineficazes no que tange a realidade brasileira. Foi lançado um projeto de Lei complementar nº 112/21, que restabeleceu novas formulações no Código Eleitoral, tendo como mudança a previsão de multa em caso de ato infracional (fraude à cota de gênero), indo de encontro com o art. 626, § 1º, do referido projeto de Lei complementar, deixando explícito que a referida conduta é abuso de poder político. Possivelmente, tal conduta desencadeia em cassação do registro, do respectivo diploma ou mandato conforme o § 2º do art. 626, aplicado quando restar caracterização do ilícito descrito no *caput* do mesmo artigo, seja qual for o abuso de poder político advindo de exploração eleitoreira da Estrutura do Estado, assim como desvirtuar o uso das competências e prerrogativas inerentes à condição de agente público que

configure vantagem eleitoral indevida.

A masculinização dos espaços “democráticos”, sendo eles Legislativos e Executivo, faz predominância da herança patriarcal, a qual remete ao homem predominância e guarnição dos respectivos espaços. A garantia de representatividade e escolhas é sempre feita ousada tentativa de ludibriar a lógica sistemática. Aos que ocupam posições de subalternidade nos espaços sociais e possuem pouco ou quase inexistente distintivo social, as classes populares se identificam pelo pequeno ou inexistente patrimônio.

O fator condicionante de existência, levam um estilo de vida marcado pelas pressões materiais e urgências do tempo, sendo exposto o exercício de dominação por meio de processos de violência simbólica. Mulheres camponesas, membros dessa composição subalterna, tendem a lutar por representatividade, aderindo partidos de ideologia social-democrata e de esquerda. E mulheres filhas e herdeiras das velhas raízes oligarcas garantem seus espaços no campo político, ainda que com ressalvas. Pois, vale ressaltar que independente de classe, o feminino na sociedade e cultura vigente é desvalorizado, seja em grau menor ou maior, o sexismo é presente e funda os alicerces da política brasileira.

Historicização da questão patriarcalista

Correlato ao aporte epistemológico, o cenário político brasileiro desde o período Pombalino (1750-1777), a então colônia teve sua base política fundada no latifúndio e produção agro-pastoril, a qual homens de posses detinham influências e título de cidadania que lhes favoreciam participação política na sociedade. O paternalismo (patriarcado) que expropria, explora e anula o gênero feminino, o qual ao longo do tempo a sociedade capitalista designou a identidade de sexo como força motriz no suporte de especificidades no campo do trabalho.

O século XX traz mudanças no meio político brasileiro em meio ao período em que o sentido de “famílias” torna-se chave para compreensão do meio político e suas relações. Tais relações de famílias, dominação, genealogia e poder que configuram os quadros políticos e estruturas baseadas no poder político-econômico. A estrutura familiar de base oligárquica garantiu a poucas mulheres sustentação no meio político, o capital político de parentela exprimiou uma sustentação durante décadas destas figuras. Famílias, como exemplo Chaves, Lucas-Jerônimos, ao verem suas figuras patriarcais desgastadas, inserem neste campo representações femininas de casta que asseguraram continuação da superestrutura.

No município de Camalaú, sua identidade política começa a ser traçada anterior a sua emancipação em 19 de março de 1962, então Distrito de São José de Camalaú, fundado em 21 de junho de 1895. A conjectura das forças oligárquicas patriarcais era liderada pelos Coronéis, Capitães e tenentes, títulos concedidos no início da República aos senhores de terras que

almejavam maior notoriedade e adquiriam mediante compra.

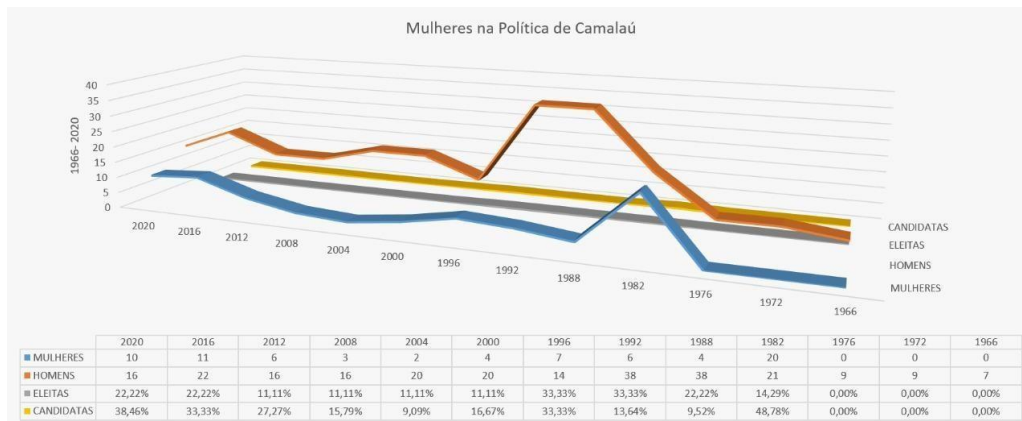
Os movimentos feministas do final dos anos 1930 no Brasil, o qual era caracterizado por mulheres da classe operária, classe das intelectuais (professoras, artistas, poetisas), se uniram e com muita luta conquistaram o direito ao voto em 24 de fevereiro de 1932. O decreto sancionado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, promulga o decreto denº 21.076. Ainda assim, frisando que:

Uma pessoa não se torna defensora de políticas feministas simplesmente por ter nascido do sexo feminino. Assim como a todas as posições políticas, uma pessoa adere às políticas feministas por escolha e ação. Quando mulheres se organizaram pela primeira vez em grupos para juntas conversar sobre questões relacionadas ao sexismo e a dominação masculina, elas foram claras quanto ao fato de que as mulheres eram tão socializadas para acreditar em pensamentos e valores sexistas quanto os homens. A diferença está apenas no fato de que os homens se beneficiaram mais do sexismo do que as mulheres e, como consequência, era menos provável que eles quisessem abrir mão dos privilégios do patriarcado (HOOKS, 2018, p. 25)

No entanto, em Camalaú, apenas em 1982 uma mulher pela primeira vez se candidata, sendo eleita como a primeira a ocupar um cargo na Câmara Municipal João Galdino Chaves, astéismo pelo grau de parentesco, nominada de Antônieta Chaves de Sousa, neta de João Galdino Chaves, o qual alcunha a Câmara Municipal.

O primeiro gráfico assinala acerca das desigualdades sociais e culturais que restringiram o gênero feminino de participação na política. Atentando ao sentido da lógica patriarcal que induz a mulher apenas às atividades restritas ao âmbito doméstico e filial, cabendo à mulher o entendimento de preparo na educação do varão que, pressupostamente, iria substituir seu pai. Os dados trarão uma ampla demonstração do condicionamento excludente do processo para disputar o pleito e dispor de condições para almejar logradouro efetivo de conquista de espaço na cena política. Na direção dos dados expostos desde a primeira eleição ao legislativo de Camalaú-PB no ano de 1966 até o último escrutínio em 2020, temos o seguinte panorama:

Gráfico 1: Mulheres Candidatas e Eleitas comparadas ao número de ocupantes do gênero masculino.



Fonte: TER - PB (Tribunal de Justiça da Paraíba - Cartório Eleitoral 29, Zona-Cariri)

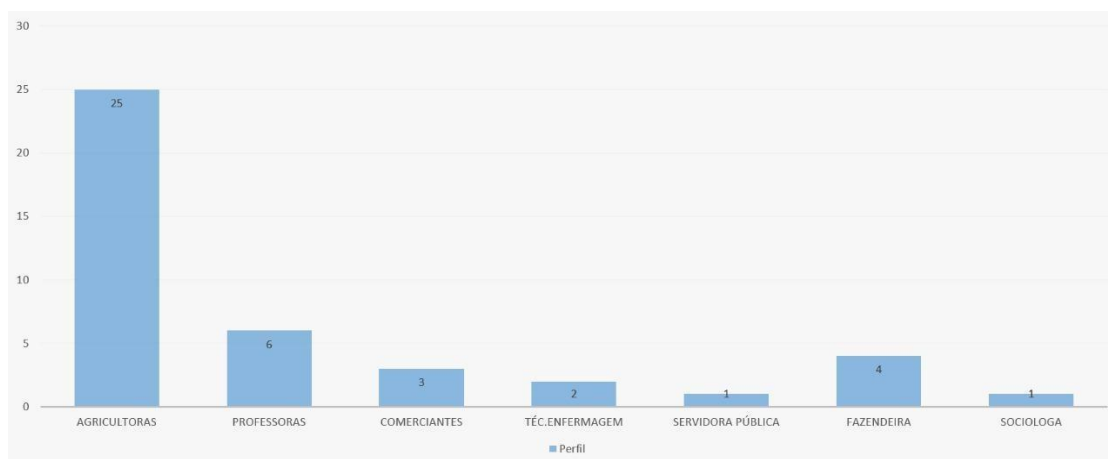
A primeira mulher eleita para uma cadeira no Legislativo do município foi Antonieta Chaves de Sousa-PDS (Eleição de 1982), filha do fazendeiro José Gomes Chaves. A eleição de 1982 teve 23 candidatos, sendo apenas duas mulheres: Antonieta Chaves de Sousa (PDS) - eleita (168 votos) e Maria Rosilene Mendes de Barbosa (PMDB), 18 anos del - não eleita (84 votos). Rosilene, primeira mulher candidata pelo grupo recém-lançado partido de oposição, filha dos agricultores, Sebastião Mendes Calumbi e Odete Barbosa Rodrigues, de cor parda, perdeu por 2 votos.

A oposição liderada pelo Professor Antônio Mariano Sobrinho se levanta em oposição ao grupo oligárquico que desde a fundação do distrito em 21 de junho de 1895, liderado por Pedro Bezerra da Silveira Leal, Ivo de Luna Chaves e Antônio Galdino Chaves, condicionaram os caminhos políticos até 1988, sendo substituídos apenas os nomes, pois os sobrenomes se perpetuaram. Antonieta Chaves de Sousa, posta na política por seu pai, foi reflexo da influência do poderio da herança das velhas oligarquias para uma “abertura” e continuísmo das famílias hegemônicas na política. Com efeito, parte-se da problematização de Bourdieu (1989) sobre o fenômeno da violência simbólica enfrentada pelas mulheres em campos considerados eminentemente masculinizados, especialmente na esfera política. E neste cenário prevalece o poder invólucro ao gênero, classe e a condição econômica cultural e social pré-estabelecida.

Nas eleições de 1988, Antonieta Chaves de Sousa - PL (eleita com 312 votos), foi a candidata da situação e a mais bem votada entre os 10 eleitos. Na referida eleição, 4 mulheres disputaram o cargo ao Legislativo. Dentre elas, a recém-formada em Ciências Sociais, Audenice Chaves de Sousa - PMDB -, de 26 anos (eleita com 112 votos). Ela foi a candidata de oposição, filha de Antonieta Chaves. Merece destaque Maria do Carmo de Melo Almeida -PT, de 30 anos (não eleita - 06 Votos), candidata de oposição e agricultora. Respectivamente, na eleição da década de 80, se refletem as mazelas de uma velha força hegemônica, responsável, em suma,

pelo domínio e vitórias eleitorais dos candidatos homens do oficialismo, neste sentido, não possuindo ideal político democrático.

Gráfico 2: Perfil social das mulheres candidatas – 1982-2020



Fonte: dos autores (entrevista com 42 candidatas, tendo a mais velha 84 anos e a mais nova 23 anos).

O sentido de interpretação de classe social condiz com os dados. De forma expressiva, demonstra que a maioria das eleitas são herdeiras das nossas estruturas econômicas culturais dominantes. O resultado do quociente de mulheres eleitas ilustra que ainda no século XX nenhuma mulher subalterna chegou a conquistar um espaço na Câmara Municipal. Nota-se que mesmo após a criação de um grupo de oposição, com características sociais-democratas, torna-se inerte a tentativa, já que Maria Rosilene Mendes Barbosa (PMDB), jovem agricultora, perde por dois votos para seu companheiro de legenda Manoel Cazuza Neto (PMDB). Foi uma disputa marcada pela desproporção econômica. Um número de vinte e três (23) candidatas, sendo apenas duas (2) mulheres, marcam o histórico misógino da política local. Os setores subalternos como as agricultoras, expressado por mais que as maiorias das outras classes, sem posses de capital econômico e sem forças para aprimorar seus projetos sociais, ficam silenciados pela falta de representação. O corpo elitista de composição na política para as mulheres não se faz exceção à regra imposta de forma sistemática.

Gráfico 3: Panorama dos partidos das candidatas filiadas .



Fonte: Câmara dos Deputados (estatutos dos partidos)

O Brasil da década de 1980, em pleno processo de redemocratização, fez criar pontes que favoreceram politicamente a transição pelas vias democráticas, que desencadearam a Constituição de 1988. Ao mesmo tempo, os partidos incorporam o caráter de “militantes” para que se formasse um novo projeto para a sociedade, pautado pela liberdade invólucro a lutas “simbólicas”, travadas perante o regime ditatorial iniciado em 1964, pelos militares. Tal liberdade advinda de um seio cultural autoritário.

Os velhos partidos de direita deflagrados pelo tempo tomam nova forma em prol do “projeto liberal burguês” de nova Pátria, e veem chance de uma unidade para ganho de espaço político. Já os partidos de esquerda, propondo um “projeto” de democratização social, foram postos de lado, pois tal ideia não era interessante para os partidos dos setores hegemônicos do capital. Estigmatizados, o papel da esquerda na construção de uma identidade subalterna ganha força nos anos noventa, ficando até então agindo nas bordas, pois o estigma criado em volta a sua significância foi “demonizado” e as suas bandeiras rechaçadas. Para Shompeter (1984), a democracia não seria mais que um simples método de seleção das elites por meio das eleições periódicas.

As lutas simbólicas e materiais estabelecidas propiciaram a vitória de um modelo democrático que, antes de pôr em suspensão a ordem social, poria as regras de escolhas dos candidatos. Esses passaram a ser eleitos através da universalidade do sufrágio, porém, sob domínio e o controle daqueles que, historicamente, estavam atrelados ao aparelho do Estado.

As escolhas para composição partidária eram estabelecidas por ordem dos conchavos dos líderes políticos, em suma Homens. Neste caso, Antônio Mariano, alinhado com um dos líderes do PMDB-PB, João Fernandes da Silva, que na eleição de 1982 foi o segundo mais bem votado, recebeu 763 votos. Os líderes da oposição, ambos homens, concomitantes reproduzem

o paternalismo que anula o projeto social de igualdade de gênero. Em suma, a maioria dos partidos os quais estavam inseridas as candidatas que concorreram à eleição não representavam um projeto de luta e representatividade de classe e gênero. Dos 17 partidos, apenas um era alinhado à lógica de democratização social erguida de forma conjunta.

Gráfico 4: Número de mandatos femininos por cada mulher eleita. (1982-2020)



Fonte: TER-PB (Tribunal de Justiça da Paraíba - Cartório Eleitoral 29, Zona-Cariri)

O sentido de continuidade e democracia substantiva exposto por Osório (2014) consiste em um modelo de democracia que se baseia numa concepção de sociedade como unidade orgânica, que tem na igualdade social de seus membros um dos objetivos centrais. O bem da sociedade e a liberdade dos indivíduos são assumidos como um conflito permanente a ser resolvido. Para isso, não basta ditar a lei sobre a igualdade de oportunidades (liberdade negativa), é necessário proporcionar efetivamente as oportunidades para todos (liberdade positiva).

Antonieta Chaves de Souza (5 mandatos), mãe de Audenice Chaves de Souza (8 mandatos), sogra de Valdete de Souza (1 mandato) e prima de Laudicéia Chaves (1 mandato); Josefa Jerônimo Chaves (2 mandatos), esposa de João Dagoberto Lucas Chaves, primo de Antonieta. Neste sentido, a única que não possui laços familiares com o clã Chaves é Karina Inô Vigário, professora residente no Sítio Rajada, no Município de Camalaú. O cenário político em Camalaú (e no Brasil), fundadono polo dominante pelos filhos e netos das oligarquias, é de agentes políticos de composição provindas das velhas estruturas políticas, linhagens hedeiras da política coronelística.

Gráfico 5: As adequações na Legislação Eleitoral para integralização feminina no campo política

CONFIGURAÇÃO DE CANDIDATURAS FANTASMAS 1988-2020	
CANDIDATAS-2020 (ABAIXO DE 10 VOTOS)	
MOCINHA MELO (PL)	9 VOTOS
FABIANA SILVA (PROS)	6 VOTOS
ROGÉRIA CAMPOS (PL)	2 VOTOS
NIETA CHAVES (PL)	2 VOTOS
CANDIDATAS-2016	
DAMIANA (DEM-PDT-PSB-PRP-PR)	1 VOTOS
ELISANGELA (PRB-PT-PV)	0 VOTOS
GILVANEIDE (PRB-PT-PV)	0 VOTOS
VÂNIA (PRB-PT-PV)	0 VOTOS
CARMINHA (PRB-PT-PV)	0 VOTOS
LEIDE (DEM-PDT-PSB-PRP-PR)	0 VOTOS
LUCRÉCIA (PRB-PT-PV)	0 VOTOS
CANDIDATAS-2012	
BETA (PSD-DEM-PSB-PRP-PR)	2 VOTOS
MARIA FERREIRA (PT-PV-PSC)	0 VOTOS
IVANILDE (PSD-DEM-PSB-PSRP-PR)	0 VOTOS
DAMIANA (DEM-PDT-PSB-PRP-PR)	0 VOTOS
CANDIDATAS-2004	
ANGÉLICA COSTA	10 VOTOS
CANDIDATAS-1988	
MARIA MELO(PT)	6 VOTOS

Fonte: TER-PB (Tribunal de Justiça da Paraíba- Cartório Eleitoral 29 Zona-Cariri)

A participação feminina na política é colocada em efetivação quando promulgada a Lei de nº12.034/2009, colocando que se instituísse o mínimo de 30% de representatividade do gênero feminino nas candidaturas. O contexto de instigar a sub-representação do gênero feminino, ao longo da história democrática do Brasil, com ênfase na realidade pretérita e presente do Município de Camalaú-PB. O caráter das assimetrias e das desigualdades de gênero antepostas, uma necessidade de efetivação das políticas públicas, com isso o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em convênio com o Legislativo, Câmara Federal e Senado Federal, criar artifícios relativos às políticas públicas distributivas com finalidade de ampliar participação do gênero feminino no sistema democrático representativo.

Segundo o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), após 80 anos da conquista do voto feminino, apenas 10% do setor de presença feminina na política é preenchido pelas mesmas nos mais variados níveis das Casas Legislativas do Brasil. Antes de 1982, nenhuma mulher chegou a concorrer ao cargo para o legislativo no Município de Camalaú, e ao longo dos processos eleitorais a porcentagem de candidatas não passou dos 33%, quando comparado ao número de candidatos de gênero masculino que sempre esteve entre (100%-62%).

Vale acentuar que apenas na década de 1980 e 1990, o legislativo se inspirou na construção da CRFB (Constituição da República Federativa do Brasil), de 1988. Em sua elaboração, parcela de classes dos movimentos femininos participaram das intensas mobilizações e articulações, vislumbrando a garantia de direitos de igualdade de gênero. A Lei nº 9.100/1995 (BRASIL [1997]), a primeira mobilização para políticas de cotas, que passaria a estipular participação mínima na política, uma forma de mudança do quadro de sub-representação.

No âmbito federal e estadual foi contemplado pela Lei das eleições Lei nº 9.504 (Lei das Eleições), de 30/9/1997 (BRASIL, [2022]), a margem percentual proposta foi de 30% a 70%, seu art.10 deixava em aberto e não expresso, que fossem ocupadas as vagas por partido. A lei neste sentido não era auto-executável, não existindo sanção prevista caso descumprimento e não efetividade por partido. Já em 2009, após treze anos, foi aprovada a Lei nº 12.034/2009 que tornou obrigatório o preenchimento de 30% para candidaturas de sexo feminino. O legislador desta vez impôs sanções previamente expressas e penalidades econômicas em caso de descumprimento.

Estabeleceu também outras inovações para fortalecer a participação feminina na política: a previsão de 10% do tempo de propaganda partidária, no art. 45, § 4; e adestinação de 5% dos recursos do fundo partidário para a formação política e o incentivo à participação feminina, disposta no art.º. 44, § 5 (BRASIL, 2009).

Cabendo aos partidos fazer cumprir a Lei de cotas de gênero (Lei Nº 12.034/2009), percebe-se que os partidos políticos ludibriam e dão prioridade a candidatas que possuem notoriedade e maior poder de capital/cultural, elegendo assim personalidades já consagradas pelo histórico da política de parentesco. O ato normativo federal ou estadual nº 5.617 pelo STF, é fundamental para estimular a participação feminina e seria uma política de incentivo e estímulo às mulheres para concorrer a cargos eletivos e políticos, já que garantiria o investimento para despesas mínimas exigidas em uma campanha partidária.

Os gêneros femininos excluídos por muito tempo de direitos refletem a fragmentação entre classes, onde as subalternas estão submetidas a maior exploração e opressão, tal condição histórica deve ser superada, intencionando que as respectivas classes suprimidas possam deixar a subalternidade e transitar para disputar contra a hegemonização, assim ganhando organicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo histórico a luta das mulheres esteve marcada pelo combate incansável contra a supressão do patriarcado na busca pela equidade em direitos e liberdade

mínima de existir enquanto agente social, livre das formas de dominação da mulher. Autoras feministas como Simone de Beauvoir, Beel Hooks e Silvia Federici expõem em suas obras como as mulheres e seus movimentos feministas ao longo da história evidenciaram resistência relutante, garantindo vitórias mesmo que tardias contra a estrutura paternalista. O século XX é representado pelas maiores concretizações formais, que garantiram gozo em direitos como o voto e o divórcio, previstos em normas constitucionais. O fator discriminatório é decorrente no âmbito social (político, profissional, familiar).

Os impropérios do cenário contemporâneo exigem que se busque estudar às políticas públicas que propõem igualdade entre gênero, em forma de aprimoramento das políticas públicas que saiam do plano teórico e discursivo e se transformem em políticas públicas efetivas. O Estado, enquanto provedor de instituições paralelas, deve difundir planejamentos para corrigir as desigualdades entre gênero e favorecer participação plural das classes, que devem trazer suas pautas para serem assistidas e agregadas. O debate de gênero e igualdade, por mais que refutado por parcelas conservadoras do meio político, é fundamental no processo de desconstrução e criar consciência crítica para desmonte das estruturas paralelas ao sentido de um Estado democrático de direito.

O poder político como alternância dos laços familiares ligados ao poder aquisitivo devem ser criticados e estudados, como forma de propor agremiações do corpo político mais diverso contra o quadro de sub-representação. Vigilantes poderes instituídos, como o TSE (Tribunal Superior Eleitoral), devem fiscalizar como forma de evitar e punir com mais rigor

os partidos que tentam ludibriar a Lei nº 12.034/2009. Para instituir e garantir que as condições necessárias para se desenvolver uma campanha que preserve a lisura do processo de forma igualitária, favorece o campo dos debates e propostas das mulheres e homens candidatos, podendo levar suas pautas sociais e políticas sempre respeitando o direito de liberdade e igualdade que, em suma, são o sentido do alicerce de uma democracia.

FONTES

BRASIL. [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Rio de Janeiro: Presidência da República, [1935]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 22 abril. 2022.

Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Altera as Leis nos 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm. Acesso em: 23

abril. 2022.

_. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nos 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm. Acesso em: 20 abril.2022.

____. Senado Federal. Mulheres na política. [Brasília, DF]: Senado Federal, Secretaria de Transparência, 2014c. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/pesquisa-aponta-que-para-83-da-populacao-o-sexo-do-candidato-nao-faz-diferenca-na-hora-de-escolher-candidatos>. Acesso em: 20 abril. 2022.

_. Supremo Tribunal Federal (Plenário). Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.617/DF. Ação direta de inconstitucionalidade. 15 de março de 2018. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=748354101>. Acesso em: 22 Abril.2022.

_. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais. Brasília, DF: TSE, [20--]. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: 20 Abril. 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENHABIB, Seyla. **O Outro Generalizado E O O Outro Concreto**: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista. Em Benhabib, Seyla & Cornell, Drucilla (org.) *Feminismo como crítica da modernidade* RJ, Rosa dos Tempos Modernos, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Maquiavel. *Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.3.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para Todo Mundo**: políticas arrebatadoras. Editora Rosa dos Tempos, 2018.

MONTEIRO, José Marciano. **A Política como Negócio de Família**: Para uma sociologia política das elites e do poder político familiar. Editora LiberArs, 1ªed, 2017.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

ANALISANDO HISTÓRIA COM MANGÁ: AS CONSEQUÊNCIAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL ATRAVÉS DE GEN PÉS DESCALÇOS

(Campina Grande/PB, 2023)

Lucas Amadeus de Albuquerque Barbosa – UFCG
Email: lamadeus91@gmail.com

Ana Isabela do Nascimento Silva – UFCG
Email: anaisabelanascimento10@gmail.com

RESUMO: Este presente trabalho tem por objetivo demonstrar a potencialidade do mangá Gen Pés Descalços, de Keiji Nakazawa como um material didático para a disciplina de História, sobre o conteúdo de Segunda Guerra Mundial no Japão, entre 1945 e 1946. A história é baseada nas experiências do autor como sobrevivente do bombardeio atômico de Hiroshima durante a Segunda Guerra Mundial. O Mangá foi adaptado para várias formas de mídia, incluindo filmes de anime. Ele foi elogiado por sua representação realista dos efeitos do bombardeio atômico e sua mensagem poderosa contra a guerra. O trabalho se concentra especificamente nos dois primeiros volumes da obra de Nakazawa. A pesquisa se dá através de uma revisão bibliográfica do autor e dos estudos acadêmicos de historiadores especialistas no Japão. Dessa forma, essa arte cômica pode ser um excelente auxiliar no ensino de história, pois pode ajudar a visualizar eventos históricos, oferecer perspectivas de personagens, ter uma narrativa envolvente, promover o multiculturalismo e diversificar a forma como a história é ensinada. Esse material pode ser usado para os devidos fins acadêmicos.

Palavras-chaves: Mangá, Ensino de História, Cultura Pop, autobiografia.

INTRODUÇÃO

Japão. Que imagens esta palavra nos traz a mente? Para pessoas mais velhas talvez sushi, samurais, tecnologia, cidades com arquitetura tradicional? Mas para a nova geração talvez venha algo mais cultural e midiático como *Dragon Ball Z*, *Naruto*, *One Piece*, os diversos animes e mangás que são publicados anualmente por esse país estão repletos de história e mitologia, essa cultura nipônica conquistou os jovens no mundo todo, especialmente no Brasil. Durante a década de 1980 o Japão finalmente conquistou o mundo, ao menos de forma cultural. No final do século XX, houve uma espécie de “febre cultural japonesa” que se espalhou pelo mundo inteiro e quem puxou isso foram os animes, que começaram a ser exibidos com

frequência nas televisões ocidentais, criando uma legião de fãs apaixonados que continua crescendo até hoje. Isso se estendeu para outros tipos de entretenimento, como os mangás que também passaram a ser consumidos no Ocidente. Existem muitos animes, jogos e principalmente mangás que são baseados nas antigas lendas e mitos do Japão. Então, a explosão da cultura japonesa pelo mundo que vemos hoje em animes e mangás, essas mesmas histórias que ajudaram a construir a identidade do povo japonês e sua forma de pensar. Milhares de anos atrás, essas mesmas histórias eram contadas em aldeias e vilarejos dentro de um arquipélago praticamente isolado do resto do mundo, hoje elas estão presentes na sua TV, videogame, moda, leitura, esse fenômeno é chamado de cultura pop japonesa, se antes o Japão parecia ser algo distante e quase incompreensível de pessoas deste lado do globo, agora parece ser parte do cotidiano e algo mais próximo que a porta do vizinho. Mais ainda, o Japão tornou-se sinônimo de algo legal, inusitado e *fashion*.

O contato que a maior parte dos estrangeiros têm com o Japão começou do modo mais imperceptível e aparentemente irrelevante: com os produtos que o país passou a exportar após a Segunda Guerra Mundial. Na condição de nação derrotada após a 2ª guerra mundial, o pop foi instrumento fundamental na formação de uma renovada e mais liberal identidade e o ponto de partida para um novo cartão postal do Japão para o mundo ocidental. Como explicar a continuidade da dinastia nipônica, que sobreviveu a todas as convulsões internas, ao longo dos séculos, e até mesmo à catástrofe da derrota militar de 1945?

Para entendermos melhor isso, é preciso analisar o período da era Meiji de 1868 até o pós segunda guerra mundial no Japão 1945. Dessa forma, o artigo pretende analisar como era o Japão antes da segunda guerra, durante a guerra e pós-guerra, e como todas as tradições se mantiveram a parti dessa perspectiva cômica do mangá. Desse modo, é possível explicar determinados temas históricos de forma simples e objetiva e, ao mesmo tempo, de forma fascinante, uma proposta de recurso didático interessante para o ensino fundamental II.

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO JAPÃO A PARTI DA VIDA E OBRA DE KEIJI NAKAZAWA E DOS ESTUDOS DE CÉLIA SAKURAI:

Quando falamos de Segunda Guerra Mundial, mesmo quem conhece muito pouco, tem alguns nomes que vem à cabeça como: Adolf Hitler, Josef Stalin, Benito Mussolini, Anne Frank. Todos eles viveram no período histórico mais marcante do século XX. Porém, imagine a Segunda Guerra Mundial sendo narrada a partir de uma história em quadrinhos com a experiência de um sobrevivente desse evento, é isso que Gen Pés Descalços é. Nesse trabalho, vamos analisar a Segunda Guerra Mundial e comparar as diferentes perspectivas sobre esse evento nos livros

acadêmicos, filmes e mangá.

O conteúdo da Segunda Guerra Mundial é um dos assuntos de história mais vistos pelos pesquisadores e de interesse dos alunos, porém, o tema nos livros didáticos e acadêmicos e até mesmo nas próprias aulas de história é sempre concentrado, dando ênfase nos acontecimentos da Alemanha, Inglaterra, Itália, Rússia e Estados Unidos, e, muitas vezes, deixando a participação do Japão esquecida. Sendo assim, a história do Japão pode ser explicada a partir de sua própria perspectiva e cultura, tratando o mangá como recurso didático para aula de história sobre Segunda Guerra Mundial.

O mangá *Gen Pés Descalços* conta a história de Gen Nakaoka (autor Keiji Nakazawa), um menino que viveu no tempo da Segunda Guerra Mundial no Japão na cidade de Hiroshima e acompanhou de perto o impacto que essa guerra causou no Japão, principalmente para aquela população mais pobre. Vamos também acompanhando o que a bomba atômica na cidade de Hiroshima causou e como foi a vida dos sobreviventes. O mangá é um verdadeiro dossiê da Segunda Guerra Mundial com a perspectiva de quem mais sofreu com ela. Nakazawa, sua mãe e dois irmãos mais velhos sobreviveram, sofrendo não apenas comas privações do Japão pós-guerra, mas também de trauma e doença de radiação. Seu mangá, hoje compilado em dez volumes, não só shows o caindo de o bombar e os imediatamente consequentes horrores, mas também reconta as fortes dificuldades que enfrentou o restante da família nos próximos anos.

Diferente de muitas HQs, ou história em quadrinhos, essa história não tem exatamente um final feliz, pois nada que esse evento histórico trouxe pode terminar bem. Em cada volume acontece uma tragédia pior na vida de Gen Nakaoka, mas essa é a intenção de mostrar a realidade. Por vezes o mangá pode parecer repetitivo, porque durante a leitura o autor repete muitas informações e histórias trágicas, o motivo é mostrar através dessas repetições como as consequências de uma guerra, principalmente da bomba atômica foram ruins para a sociedade, trazendo fome, frio, preconceito, perseguição. A angústia do autor é trazida para o leitor.

Além de contar a história de um sobrevivente do trágico acontecimento em Hiroshima em 1945, o mangá revela algumas verdades que não eram apresentadas em alguns livros como veremos mais a frente. Com um toque artístico, as páginas ilustram características do Japão em 1945, como exemplo: crença, nacionalismo, perseguição de pacifistas e é claro as consequências da bomba atômica, cada página é cuidadosamente detalhada para aqueles que apresentam a história do Japão.

O JAPÃO DA ERA MODERNA, O COMEÇO DO NACIONALISMO (1868 – 1912)

Para entendermos os motivos que fizeram o Japão participar da Segunda Guerra Mundial, primeiro precisamos revisar um pouco do seu passado, pois mesmo o Japão dos dias de hoje, ainda carrega valores e tradições de séculos passados, o passado e futuro estão sempre presentes nas decisões diplomáticas desse país. O período de modernização no Japão, marcou o início de um intenso processo de mudança que influenciou toda a sua história posterior.

A partir da era Meiji 1868, o poder do país volta a ser do imperador (que sempre foi visto como um deus para sua nação), no entanto, agora o Japão precisa passar por reformas internas cujo objetivo é adaptar o Japão as exigências do mundo na época e assim entrar na competitividade do mercado mundial. Para realizar essa tarefa, os japoneses já eram acostumados a aprender com facilidade algumas vantagens das influências estrangeiras, sendo assim, o Japão passa a ter uma nova fase política, social, educacional e honrosa com o Estado. Em linhas gerais, para o progresso da modernização ser concluir era preciso o esforçonal coletivo que envolveria de fato a população em um só propósito: a busca pela identidade japonesa.

O Japão, mesmo em sua era moderna, não se ocidentalizou como outros países orientais. Mesmo com influências estrangeiras entrando no país, o Japão manteve seus valores e tradições culturais como modelo a seguir, fato esse é que até a Segunda Guerra, a maioria dos japoneses mantinha ofícios antigos que eram repassados por suas famílias de geração em geração.

O nacionalismo é um sentimento de união de um povo ou de uma cultura e normalmente desenvolvida na ideia de que o seu povo é superior a todos os outros. Assim, o governo começou a criar uma filosofia de que servir o imperador significava ser um bom japonês, algo que não podia jamais ser compartilhado com outros povos. Porém, isso teve consequências bem negativas, de todas as ideias que chegavam ao Japão nessa época, a mais perigosa era a democracia, afinal esse conceito poderia enfraquecer o poder do imperador, com a ideia do individualismo e modo de vida liberal. A partir dai o governo foi impondo regras a sociedade a partir de leis, decretos e regulamentos que vem de cima para baixo. O funcionamento da sociedade japonesa passou a ser a preservação do Estado, a vontade do imperador. Um dos decretos presentes na constituição é sobre a educação nacional nas escolas:

“Respeite sempre a Constituição e observe as leis; quando vier a emergência, ofereça- se corajosamente ao Estado e, por consequências, guarde e mantenha a prosperidade do nosso trono imperial” **pág. 134: os japoneses**

O edito mencionado passou a ser lido em voz alta diariamente em todas as escolas japonesas, desde o período Meiji até os anos 1940. O argumento do sacrifício necessário pela pátria e da subserviência ao imperador. Houve um sentimento de glorificar o passado japonês para fortalecer o orgulho de nação. A ideia da existência de uma identidade nacional entre os japoneses recebeu vários reforços, como a demonstração da homogeneidade linguística, da existência de um passado comum, a condição do Japão como país insular e o isolamento que vivera no decorrer dos séculos. Os japoneses seriam únicos, diferenciados dos demais povos, sendo esse um motivo para se ter orgulho? Exemplo disso é a xenofobia japonesa se acentuou com a propaganda da ideia da nação japonesa como uma única e grande família.

A partir de 1868, a figura do imperador passa a girar a vida da nação japonesa, esforços coletivos são feitos em nome de sua glória, que se confunde com a do próprio Japão. Na Constituição japonesa, o imperador é considerado um deus vivo, mas não mais como eram interpretadas as divindades japonesas até então e sim um deus todo-poderoso como na acepção judaico-cristã. Os ideólogos do período enfatizaram por todos os meios disponíveis a figurado imperador Meiji, cujo poder seria legitimado pelo passado (mítico), sendo, portanto, perfeitamente fundamentado o seu papel de líder (simbólico) do processo de modernização do país. Com ideias como essas, os governantes conseguiram colocar todo o povo empenhado na construção do "novo Japão". Essa modernização e um líder de nação colocado como um deus guiador do país com a ideia de nacionalismo, será uma das consequências que levará o Japão a entrar na segunda guerra e sofrer com os ataques das bombas atômicas em Hiroshima e Nakazaki em agosto de 1945.

O JAPÃO EM QUE KEIJI NAKAZAWA VIVEU (1940 – 1954)

Com o ideal de nacionalismo unindo o Japão, muitos japoneses começaram a enxergar que talvez um governo mais autoritário deixasse as coisas mais organizadas. O Japão começa a olhar com uma certa admiração para a Alemanha e Itália que começavam a ganhar governos fascistas. A partir de 1941, o maior inimigo dos japoneses passa a ser os Estados

Unidos, que cortaram as relações comerciais, principalmente a importação de petróleo que era essencial para os navios e tanques japoneses.

Com isso, em 7 de dezembro de 1941, a aviação japonesa atacou navios norte-americanos atracados em Pearl Harbor e entrando de fato no eixo da Segunda Guerra Mundial. Porém, a partir de 1942, os Estados Unidos passam a atacar o Japão e destruir suas frotas, bases e tomando colônias de guerras passadas. Os japoneses passam a perder a guerra no pacífico, mas para o orgulho japonês o pior seria se render. O Japão tinha poucos recursos para continuar na guerra, sendo assim, a prioridade passou a ser defender o país de uma invasão inimiga, forçando várias famílias a participar obrigatoriamente da guerra. A partir desse momento, a história do autor Keiji Nakazawa em *Gen Pés Descalços* começa.

O primeiro volume do mangá começa no Japão, na cidade de Hiroshima, durante os últimos dias da Segunda Guerra Mundial. O protagonista é uma criança chamada Gen Nakaoka, que vive com sua família de agricultores, e mostra o dia a dia dos cidadãos de Hiroshima em meio a guerra, o Japão estava sob invasão dos Estados Unidos, porém, o protagonista nos mostra que os maiores inimigos do povo japonês eram os próprios japoneses e o imperador, que queria a qualquer custo a vitória sob a guerra.

O menino Gen, nos mostra o horror de viver em um país que está sob a guerra. O dia a dia da população é tentar sobreviver aos ataques americanos e ainda ter que trabalhar e contribuir com insumos para o exército do Japão se manter forte na guerra. Os ataques geralmente eram sempre aéreos sob a cidade, o maior número de vítimas era sempre de civis inocentes.

Para destacar os tópicos importantes da segunda guerra no Japão, o artigo visa detalhar os pontos mais marcantes tanto da história, como da experiência do autor no período. Durante a Segunda Guerra Mundial, o governo japonês adotou uma série de medidas para mobilizar a população e garantir recursos para a guerra. Os japoneses foram instados a contribuir para a guerra de várias maneiras, incluindo:

- **Trabalho forçado: os japoneses foram obrigados a trabalhar em indústrias relacionadas à guerra, incluindo produção de armamentos e munições, construção de infraestrutura militar e extração de recursos naturais.**

Como as páginas do foram convocados para mangá mostram, os civis, homens, mulheres e até adolescentes, trabalhar em indústrias de armamentos, de qualquer outro equipamento necessário ou de alimentos, para garantir a manutenção dos soldados em luta no

exterior.



- **Racionamento:** O governo impôs racionamento de alimentos, combustíveis e materiais de construção para garantir que as necessidades das forças armadas fossem atendidas.



los para uma guerra de consequências desastrosas. As comidas eram racionadas entre a população, a grande maioria dos alimentos e remédios era mandado para as bases militares, para manter os soldados com condições de lutar.

- **Serviço militar obrigatório: o governo japonês instrutores que todos os homens aptos a partir dos 20 anos de idade se alistem nas forças armadas.**



A imagem acima mostra o irmão mais velho de Gen que decide se alistar para servir o exército japonês e honrar a sua descendência japonesa, o motivo também era que seu pai era um pacifista contra a guerra, e isso trouxe sérios problemas a família, pois seu pai era considerado um traidor da pátria e do imperador. Para muitos japoneses manter o orgulho mesmo sobre a morte era sinal de ser um bom japonês, motivo esse que fez KoujiNakaoka ser alistar na marinha japonesa. O "espírito samurai" foi revivido de forma contundente como exemplo de comportamento a ser seguido por todos os japoneses: lealdade, obediência às normas e à hierarquia, orgulho da pátria. Perseguição aos pacifistas e torturas militares

Como mencionado anteriormente, a vontade do imperador era de ganhar a guerra e grande parte da nação se subordinou a cumprir sua vontade, porém aqueles que eram contra a guerra eram considerados

traidores, os pacifistas como o pai de GenNakaoka, o autor relata em sua obra que por diversos momentos viu seu pai ser preso e torturado simplesmente por se opor a ir à guerra ter um ideal de paz. Além disso, havia o controle permanente das polícias no combate aos presumíveis "vermelhos" ou a qualquer manifestação contrária ao "espírito" nacional. Keiji Nakazawa não deixou de comentar a maneira cega que os japoneses seguiam na guerra e perseguindo o próprio povo que pensava diferente.



As páginas do mangá acima mostram o quanto o pai da família Nakaoka era contra a guerra e tinha uma visão realista do conflito e sabia os verdadeiros motivos que levaram o seu país a entrar na guerra. Insistindo diariamente o quão a guerra era prejudicial ao país e as famílias. Sendo assim ele se recusa a lutar nas batalhas, o que levou a população de Hiroshima

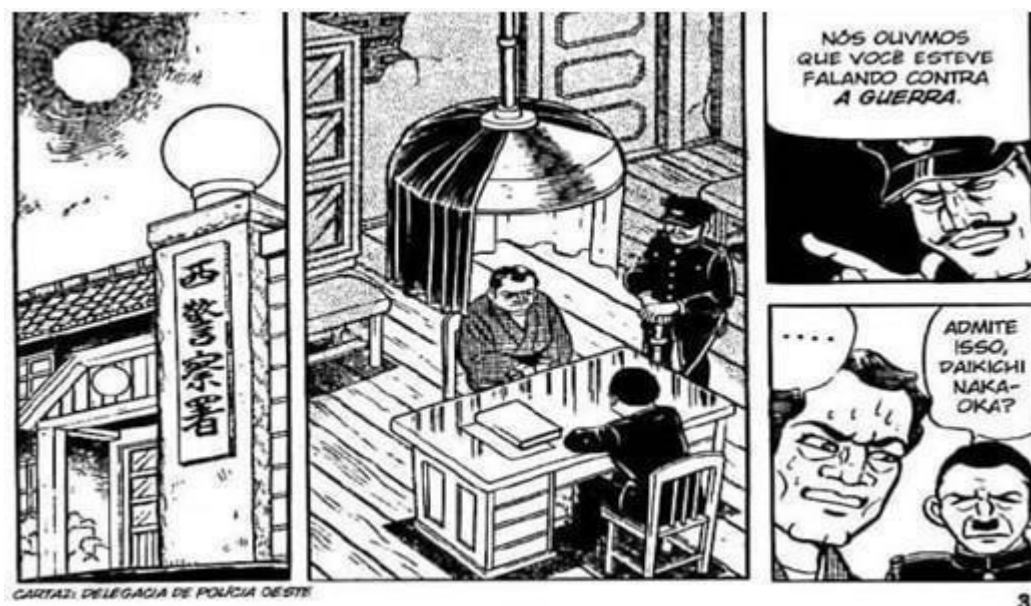
a considerar os Nakaoka como traidores do império.



13

Porém, sua ideologia pacifista não era bem-vista pela população, até mesmo os seus vizinhos o denunciaram para a polícia várias vezes por expor um ideal de paz e desistência da guerra, o que era considerado um insulto ao imperador e ao orgulho japonês. No primeiro volume do mangá, é mostrado como os próprios japoneses eram cruéis consigo mesmo,

perseguido, insultando e torturando os pacifistas. Como o pai da família Nakaoka era visto como traidor, todos os seus filhos foram considerados da mesma maneira.



Página ilustra o interrogatório e formas de torturas infligidas aos pacifistas.

Nakazawa não deixou de comentar a maneira cega como os japoneses abraçaram o idealismo do governo naquela época, que colocava o imperador como uma entidade divina a ser obedecida e venerada a todo custo, mesmo com o sacrifício da vida se necessário. Isso causou um sentimento de orgulho que, misturado com imponência diante da guerra, aumentou o preconceito contra os pacifistas.

Relato do dia 6 de Agosto de 1945





NESSA MESMA HORA, NOS EUA, FINALIZAVA-SE A PRODUÇÃO DE UMA ARMA NUCLEAR, A BOMBA ATÔMICA DO "PROJETO MANHATTAN". OS CIENTISTAS TRABALHAVAM HÁ TRÊS ANOS NA PESQUISA.



UM DESSOS SETE, BATIZADO ENOLA GAY, EM HOMENAGEM À MÃE DO PILOTO, CARREGAVA A BOMBA LITTLE BOY, FRONTO PARA SER ACIONADA.



ÀS 13H35 DA MADRUGADA, TRÊS AVIÕES DE RECONHECIMENTO DIVULGARAM PARA HIROSHIMA, A COORDENADA DO ALVO NÚMERO UM, E RELATARAM QUE O TEMPO ERA IDEAL. DECIDIU-SE ENTÃO JOGAR A BOMBA ATÔMICA EM HIROSHIMA.



EXPLODIR UMA BOMBA ATÔMICA COM MENOS PODERES DE DESTRUIÇÃO SOBRE O JAPÃO SERIA DAR UM FIM NA GUERRA DO PACÍFICO DE MANEIRA VANTAJOSA... OS ALVOS PARA A BOMBA TINHAM SIDO REDUZIDOS A QUATRO CIDADES: KOKURA, HIROSHIMA, KYOTO E NAGATA, E CONTINUAVAM OS PREPARATIVOS.



QUANDO A GUERRA VAI ACABAR? NÓS JÁ TIVEMOS DE MAIS...



O LANÇAMENTO DA BOMBA FOI MARCADO PARA AS 8H35 DA MANHÃ QUORA JAPÃO ENTRA NO DIA 06 DE AGOSTO.

ÀS 21H35 DA MADRUGADA, O ENOLA GAY LEVANTOU VOO DE SUA BASE NAS ILHAS MARIANA, SEGUIDO POR DOIS AVIÕES DE RECONHECIMENTO.



A BOMBA ATÔMICA NÃO DESTRUIU SOMENTE HIROSHIMA, MAS COBRIU A CIDADE INTEIRA COM RADIOATIVIDADE.

A RADIOATIVIDADE PENETROU NO CORPO DAS PESSOAS E COMEÇOU A DESTRUIR SUAS CÉLULAS... O SEGUNDO HORROR DA BOMBA ATÔMICA JÁ TINHA COMEÇADO: O ENVENENAMENTO RADIOATIVO...

O primeiro volume termina justamente em 6 de agosto de 1945, o pobre menino Gen que achava que levava uma vida dura, mal sabe o que estava para acontecer. O autor consegue passar todos os sentimentos de quem estava nesse dia. A partir desses capítulos, o leitor percebe a realidade cruel e devastadora da guerra, algo que alguns livros didáticos e acadêmicos não abordam com tanto detalhamento, assim as próximas páginas explicam como o evento mais trágico da história do Japão aconteceu, sob a visão de uma criança de 7 anos. No dia 6 de agosto, os Estados Unidos lançaram a bomba atômica sobre Hiroshima. Só com o lançamento morreram ou desapareceram entre 70 e 80 mil pessoas. A historiadora Sakurai, mostra em suas pesquisas, que a radiação continuou fazendo um número enorme de vítimas, as mortes somaram mais de 300 mil em Hiroshima e cerca de 150 mil entre mortos e feridos em Nagasaki. Os socorros às vítimas das doenças causadas pela radiação ainda continuam. Pesquisas médicas, sobretudo de leucemia, foram largamente desenvolvidas no Japão para dar assistência aos sobreviventes. Os movimentos a favor da paz mundial hoje têm em Hiroshima e Nagasaki os seus maiores símbolos.

O desfecho dessa Era pode ser indicado pela transmissão radiofônica do imperador Hiroito no dia 14 de agosto de 1945. Pela primeira vez, sua voz é ouvida fora de seu círculo. Pela primeira vez, o povo japonês se depara com a figura humana de seu imperador, e, pela primeira vez, o Japão se depara com uma derrota. Mas depois do bombardeio em Hiroshima e Nagasaki, um clima de assombro tomou conta de todo o país, pois não se pensava que o próprio imperador Hiroito pudesse proferir palavras de derrota. Mas, se não fosse isso, a derrota seria dificilmente assimilada pelo povo e pelos leais e obstinados soldados em luta.

Todas essas operações exigiam esforços da população japonesa que, desde o início da década de 1930, vivia um clima de instabilidade quase permanente, extremamente insegura quanto ao seu futuro. Havia, é claro, euforia e orgulho pelas conquistas, mas também uma enorme dose de sacrifícios, seja pelo racionamento dos bens básicos para a sobrevivência, seja pela interrupção das atividades normais em nome do esforço de guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o mangá, tenho como minha análise uma visão marxista desses primeiros volumes, sob a perspectiva de ser visto como uma obra que apresenta a realidade da classe trabalhadora japonesa e as consequências do sistema capitalista na sociedade. As questões de exploração da classe trabalhadora como sendo o motor que mantém o Japão em pé para continuar na guerra, enquanto os políticos, generais e imperador se mantêm afastados dos

conflitos, apenas dando ordens e mantendo um padrão de vida com condições boas em comparação aos trabalhadores submissos a sua vontade.

Dessa forma, o mangá *Gen Pés Descalços*, sob a perspectiva marxista, pode ser entendido como uma obra que denuncia as contradições do sistema capitalista e as desigualdades sociais presentes no Japão do século XX, ao mesmo tempo, em que apresenta a resistência e a luta dos

trabalhadores contra a opressão e a exploração. É possível perceber a exploração e a opressão a que os personagens são submetidos pelo governo japonês e pelos militares, em busca de recursos para financiar a guerra. Além disso, a história mostra a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, assim como a resistência contra a opressão.

Através da história da família Nakazawa, a obra mostra a luta pela sobrevivência em meio à pobreza e as injustiças sociais. Além disso, o mangá também expõe as atrocidades cometidas pelo imperialismo japonês durante a Segunda Guerra Mundial, o que pode ser interpretado como uma crítica à ideologia nacionalista e militarista presente na sociedade japonesa na época.

Na perspectiva marxista, essa luta é vista como uma forma de resistência à exploração capitalista, que busca maximizar o lucro em detrimento dos trabalhadores. Assim, o mangá *Gen Pés Descalços* pode ser considerado uma forma de expressão cultural que retrata a luta de classes e pode ser utilizado para debater questões relacionadas à justiça social e à igualdade, tão importantes para a perspectiva marxista. Uma conclusão marxista sobre o mangá *Gen Pés Descalços* pode abordar várias perspectivas, dependendo da análise que se faça. Por exemplo, a obra retrata a realidade das classes trabalhadoras japonesas antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial, evidenciando as desigualdades sociais e a exploração dos trabalhadores pelas elites políticas e econômicas do país.

A história de Gen e sua família reflete a luta do proletariado em busca de condições de vida dignas, acesso aos direitos básicos e à justiça. O mangá também mostra a opressão das mulheres e a discriminação contra minorias étnicas, como os coreanos no Japão. Sob uma perspectiva marxista, pode-se destacar que o mangá *Gen Pés Descalços* contribui para uma reflexão crítica sobre a sociedade japonesa e a dinâmica de classes, ao mesmo tempo, em que resgata a memória daqueles que foram oprimidos e explorados pelo sistema capitalista. Dessa forma, a obra pode ser vista como um instrumento para a conscientização e a luta das classes populares contra a dominação e a exploração. "*Gen Pés Descalços*" é uma obra rica em potencial didático e histórico, que pode ser explorada de diferentes maneiras em sala de aula,

dependendo dos objetivos pedagógicos e das abordagens teóricas adotadas.

A visão das pessoas que mais sofreram na guerra, vista na forma de uma narrativa cômica, pode ser muito bem trabalhada para os devidos fins acadêmicos.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

Boulos Jr., Alfredo. História, Sociedade e Cidadania. São Paulo: FTD, 2010.

Dosse, François. O Desafio Biográfico: Escrever Uma Vida. São Paulo: Editora daUnesp,2009.

Frank, Anne. O Diário de Anne Frank. São Paulo: Editora Record, 1997. (Título original emholandês: HetAchterhuis - Dagboekbrieven)

LUYTEN, Sonia M. Bibe. HQ como prática pedagógica. In: LUYTEN, S. M. B.(Org.).Histórias em quadrinhos: leitura crítica. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

Nakazawa, Keiji. Gen Pés Descalços, volume 1. São Paulo: Conrad Editora doBrasil, 2004.(Título original em japonês: Hadashi no Gen)

Nakazawa, Keiji. Gen Pés Descalços, volume 2. São Paulo: Conrad Editora doBrasil, 2004.(Título original em japonês: Hadashi no Gen)

SAKURAI, Célia. Os japoneses. São Paulo: Contexto, 2007.

Yoshimoto, K., &Nakazawa, K. (2004). Gen Pés Descalços: Uma história, vol 1. Yotube: canal Universo História: O Japão na Segunda Guerra Mundial – Documentário

Yotube: canal MrdominioPublico001: A HISTÓRIA REVELADA - HIROSHIMAFEZ O JAPÃO SE RENDER

Yotube: canal Nostalgia: A HISTÓRIA DO JAPÃO - Nostalgia HistóriaYotube: canal SIGLO0721: Barefoot Gen's Hiroshima Trailer

**O DESAFIO ENFRENTADO PELA SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO
MÉDIO: UM RECORTE DA VIVÊNCIA PIBIDIANA NA ESCOLA
CLEMENTINO PROCÓPIO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB.**

Leandro Demetrius Silva Santos
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Email:Leandrodemetrius83@gmail.com

Ana Livia Alves da Silva
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
Email:alilivia563@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de sublinhar um recorte da vivência proporcionada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Federal de Campina Grande – PB (UFCG), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com vigência de novembro de 2022 até o primeiro semestre de 2024. A pesquisa mostrará o processo de institucionalização da Sociologia como disciplina na educação básica, embasada nos entraves do ensino da Sociologia no novo ensino médio, onde será apresentada uma das atividades desenvolvidas com os alunos do 2º ano regular do turno da tarde. Metodologicamente, o trabalho possui encargos bibliográficos, assim como análise das alterações da legislação do novo ensino médio, buscando discutir como a Sociologia está passando por um processo de exclusão, que abre portas para uma educação pautada sob a égide do neoliberalismo.

Palavras-Chaves: PIBID. BNCC. Sociologia. Novo Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O ensino médio brasileiro sofreu várias alterações desde que se estabeleceu em 1930, em conjunto com a criação do Ministério da Educação, porém apenas em 1988 ele passou a ganhar maior espaço na sociedade com a chamada "Escola gratuita para todos". Em 1985, o ensino médio teve o papel de fomentar a educação para aqueles que não tiveram acesso à escola, ou que dela saíram antes de concluir todo o percurso escolar (Decreto n.º 91.980, de 25 de novembro de 1985). Logo mais, em 1996, em comunhão com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que atribui normas para todo o sistema educacional, o ensino de Sociologia passou a ser considerado parte do

ensino regular, a qual é vigente hoje. Desse modo, o ensino médio no decorrer da sua trajetória de desenvolvimento na educação básica passou por algumas mudanças, as quais a Sociologia e Filosofia foram as disciplinas mais afetadas por essas mudanças, que ocorreram e estão ocorrendo no ensino médio brasileiro. Sendo assim, ao decorrer desse texto será colocado em pauta a discussão acerca do novo ensino médio, e como fica o papel da Sociologia em virtude desse novo modelo de áreas do conhecimento. O trabalho posto tem por objetivo tentar responder a seguinte questão: como pode ser entendida a exclusão da Sociologia no novo ensino médio? Ao decorrer do texto são apresentados os principais desafios que a Sociologia encontra enquanto uma disciplina dentro do campo do Itinerário das Ciências Humanas e Sociais aplicadas.

O trabalho versa sobre o processo de institucionalização e consolidação da Sociologia enquanto disciplina no Ensino Médio, também passa pela contextualização da Sociologia perante o novo ensino médio, a partir de observações e vivências pibidianas, ou seja, dos alunos de graduação vinculados ao PIBID. Buscando mostrar como este processo é perpassado por flutuações e incertezas, o que é reflexo da desvalorização desta Ciência no contexto brasileiro. Com isso, a dialética entre ensino e aprendizagem acaba passando por diversas fases de vulnerabilidade, o que acaba prejudicando a compreensão dos alunos e conseqüentemente da sociedade acerca da importância da Sociologia e do papel que ela possui em suas vidas.

O trabalho é embasado de acordo de uma bibliografia acerca do ensino da Sociologia a partir de artigos, órgãos públicos como: Ministério da educação (MEC), Lei de Diretrizes Nacionais da Educação (LDB), e seus respectivos artigos e alterações do novo ensino médio. Há também o uso de teses, dissertações, revistas, e sites jornalísticos, assim como obras voltadas ao estudo da temática educacional, e do estudo do desenvolvimento cognitivo do adolescente. Por fim foi utilizado uma oficina de interações acerca da contribuição e importância da Sociologia na percepção dos alunos, realizada em sala de aula com a turma do 2º ano da E.E.E.F.M. Clementino Procópio, localizado no bairro do São José em Campina Grande - Paraíba.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

ENSINO MÉDIO BRASILEIRO: UMA SÍNTESE.

O novo ensino médio traz dúvidas, medos e frustrações que tomam conta dos professores, gestão escolar, e principalmente dos alunos. A construção do ensino básico

no Brasil foi se constituindo em um cenário histórico hegemônico elitista, agindo na manutenção das desigualdades sociais, tendo suas primeiras mudanças na Revolução de 1930, no governo Getúlio Vargas (1882-1954), criando o Ministério da Educação e Saúde Pública, gerido por Francisco Campos (1891-1968), com reformas explicitamente dualistas e elitizadas, como aponta Medeiros:

Enquanto o ensino secundário era voltado para uma minoria, sendo esta praticamente a única modalidade que permitia o ingresso em cursos superiores, o ensino técnico comercial era direcionado para as classes mais baixas. O grau de escolaridade conferido por essas duas modalidades era equivalente. (Medeiros. 2020, p. 841)

Após a alteração do inciso na Constituição Federal de 1988, onde era descrito que é dever do Estado garantir o acesso do ensino médio para toda a população, de forma gratuita, que diz o seguinte: “ II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”. Com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB), Lei n.º 9.394/96, houve uma mudança na redação da Constituição Federal, passando a ser “progressiva universalização do ensino médio gratuito”. O Ensino Médio pode ser entendido como uma etapa final da educação básica, como consta na Lei n.º 9.394/96. Art.35 da LDB “ O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos... ”. Essa última fase da educação básica sempre foi e ainda é marcada por entraves, resistências, perdas e vitórias, e um ponto crucial é que dentro deste processo, o ensino médio segue, historicamente, uma divisão entre o aluno que segue uma linha preparatória para a universidade e o que é “destinado” ao mercado de trabalho, essas dualidades estão vivas até hoje na realidade dos estudantes, seguida em decorrência da conjuntura sociopolítica e econômica, como também do aclave da globalização.

PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM RESUMO.

O processo de institucionalização da Sociologia no ensino básico foi embasado na inclusão e exclusão da disciplina no currículo ao decorrer de cada contexto político do

desenvolvimento do Brasil. Em 1882 surgiu a primeira tentativa de inserção através do deputado Rui Barbosa (1849-1923) ficando apenas no campo das ideias, na prática, não se consolidou. Dando um salto para 1891, com Benjamin Constant (1836-1891) logo depois da Proclamação da República, há uma introdução da Sociologia na sala de aula, nesse mesmo contexto surgiu a cátedra de Sociologia e moral no ensino secundário, no entanto, com a reforma educacional em 1901 de Epiácio Pessoa (1865-1942) a Sociologia foi retirada do currículo. Foi em 1925 que a disciplina voltou ao ensino secundário, dessa vez a partir da reforma do professor Rocha Vaz (1881- 1964).

Ministrada por Gilberto Freyre, no Ginásio Pernambucano de Recife, em 1928, a Sociologia entra no currículo das escolas normais de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco (Santos, 2004, p.58). Na vigência do seu mandato como ministro da educação, Francisco Campos em 1931 inclui a Sociologia como matéria obrigatória no segundo ano dos três cursos complementares. Em 1935 Roger Bastide (1898- 1974), Donald Pierson (1900- 1995) e Fernando de Azevedo (1894- 1974) ajudaram no processo de inserção da Sociologia no curso normal do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis. Seis anos depois, com a reforma Capanema, em 1941, a Sociologia deixa de ser obrigatória nos cursos secundários, ficando apenas no curso normal. Chegando em 1949 até 1954 há uma discussão acerca da introdução e permanência da Sociologia na escola e no ensino secundário, em 1962 a Sociologia não é introduzida como disciplina obrigatória, eletiva e nem complementar no novo currículo do ensino médio, já em 1963 a Sociologia chegava nos cursos clássicos, científicos e ecléticos.

Em 1971, ainda no regime militar, o ensino médio possui atribuições profissionalizantes e é retirada a obrigatoriedade da Sociologia no curso da escola normal. Em suma, de 1982 até 2008 a Sociologia vem sendo inserida gradativamente no ensino médio, somente há quinze anos, através da Lei n.º 11.684, no dia 02 de junho de 2008, simbolizando um marco de luta, força e resistência é sancionada pelo vice-presidente da república, no exercício do cargo de Presidente da República, José de Alencar Gomes da Silva, depois da aprovação e do decreto do Congresso Nacional, a obrigatoriedade da Sociologia e Filosofia no currículo do ensino médio, assim diz a alteração no art.36: “Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.”

O apanhado histórico apresentado visa explicitar um panorama do contexto da Sociologia enquanto disciplina da educação básica no Brasil, mostrando como a introdução dela no ensino médio se dá de forma variável, estando suscetível aos contextos políticos e sociais. Sob uma perspectiva analítica, este é um fator relevante para a

construção de uma observação do novo ensino médio e suas implicações acerca dos entraves que a Sociologia encara.

NOVO ENSINO MÉDIO. TCHAU SOCIOLOGIA!

Como uma medida provisória aprovada por lei, em 2017, o ex-presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Educação, Mendonça Filho, assinaram a alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a partir da Lei n.º 13.415/2017. De acordo com o Art. 1º A Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, uma das principais alterações da nova reforma é:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos específicos, a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas de conhecimento ou de atuação profissional: I - linguagens; II - matemática; III - ciências da natureza; IV - ciências humanas; e V - formação técnica e profissional.

Assegurados no discurso de que o ensino médio se encontrava anacrônico e já não dialogava com as mudanças que rodeiam a sociedade, em outras palavras, o currículo estaria “desatualizado”. Assim diz a legislação:

[...] A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

A drástica mudança consiste na ampliação da carga horária do discente na escola, passando de 800 para 1.000 horas anuais, ou seja, ao todo são 3.000 horas obrigatórias que o aluno deve ter contabilizado ao concluir os três anos de ensino médio. Desta carga horária, 1.800 horas deve-se destinar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que passam a ser obrigatórias as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, estudos e práticas de Matemática. Já no campo dos itinerários, demais disciplinas, como

Sociologia, perdem autonomia como matéria obrigatória, ficando a critério da escola decidir qual itinerário ofertar. É válido ressaltar que segundo o último censo escolar de 2022, as escolas públicas lideram com 87,7% dos alunos no Brasil, esse dado, se somado a estas mudanças, resultará em uma perda de indivíduos críticos e autônomos de suas ideias, robôs e mãos de obras destinados a executar as finalidades dos Estados e do mercado, tendo em vista que a Sociologia possui como força motriz a desnaturalização e o estranhamento das realidades sociais, fazendo com que os alunos questionem o mundo que os cerca e os padrões que o regem. O último itinerário: formação técnica e profissional, ou seja, uma formação especializada para o mundo do trabalho, se relacionada pode ser encontrada na pedagogia do treinamento para Max Weber (1864-1920). Explica Tosi:

[...]” - e nota-se que, para Weber, este é o sentido próprio do termo “ educação”, enquanto base dos sistemas de status - e torna-se cada vez mais um preparo especializado com objetivo de tornar o indivíduo um perito” [...] Ainda mais que, além de minimizar uma formação humanística de caráter mais integral, a educação por assim dizer "racionalizada", que é a pedagogia do treinamento, continua a ser usada como mecanismo de ascensão social e de obtenção de status privado. (Rodrigues. 2007, p. 67)

A estrutura e a fundamentação por trás das alterações do ensino médio, deixa claro que a escola não é mais um processo para a emancipação do indivíduo, como também a educação deixa paulatinamente de ter como meta a qualidade da posição do Homem na vida (Tosi.2007, p.67). Esse novo modelo da etapa final do ensino básico age diacronicamente em diversos aspectos da vida cognitiva e social do estudante, é válido ressaltar que o ensino médio é constituído em grande parte por adolescentes, este é um período de grande relevância para a constituição do indivíduo enquanto sujeito, e esse processo não é respeitado, pois a adolescência pode ser entendida como uma construção social que vem assumindo novas configurações conforme o desenrolar das mudanças sociais e culturais, construídas pelos indivíduos. No entanto, ao pensar na faixa etária que está de forma majoritária inserida no ensino médio brasileiro, percebe-se que boa parte destes estão passando por um processo de transformação dos seus corpos, e sobretudo de maturação cerebral, assim, o cérebro do adolescente não está completamente desenvolvido, o que pode acarretar algumas fragilidades em seu processo de tomada de decisões, como salienta Papalia, Diane E. (2002, p. 392) “[...] Agora,

429

Revista Eletrônica Discente Homos, Volume 4, ISSN 2675-8725, dezembro 2023.

estudos de imagem revelam que o cérebro do adolescente ainda é uma obra em andamento”. Sendo assim, é importante relacionar essa tese com o que prega o projeto de vida, a priori este projeto consiste em:

A projeção para o mundo do trabalho é um dos focos do projeto de vida. Entretanto, é importante que o projeto de vida se contextualize no mundo do trabalho, mas também que saibamos que trabalho é exatamente essa capacidade de projetar e idealizar, transformando a natureza, diferente de emprego, atividade remunerada, típica da sociedade industrial, donde se extrai que a pessoa é produtiva durante certo período da vida e improdutiva, quando criança ou quando idosa. (BRASIL. BNCC)

Em detrimento desses aspectos, entende-se que o jovem é responsável por projetar todo o seu futuro ainda no ensino médio, escolher sua profissão e construir projetos visando o mercado de trabalho, no entanto, esta pressão pode acarretar problemas para o desenvolvimento cognitivo, fomentando frustrações para os jovens, ponto este que não está sendo deliberado. O projeto funda um tipo de educação mercantil que não possui a formação de cidadãos críticos, nesse sentido é que entra a exclusão da Sociologia, tendo em vista que ela visa instruir o aluno a partir de dois princípios epistemológicos iniciais: o estranhamento e a desnaturalização, esses dois pontos principais são desenvolvidos a partir dos fenômenos em torno das relações e vivências dos alunos com a sociedade, visando facilitar e corroborar o desenvolvimento da imaginação sociológica, ajudando no processo da formação de indivíduos críticos, conscientes de seus direitos e da importância de lutarem por eles. É importante também que tenham voz sociopolítica ativa, reconhecendo a diversidade cultural, sem preceitos etnocêntricos, para que identifiquem situações de violências simbólicas em qualquer campo que estejam inseridos. Estes são alguns dos objetivos do ensino da Sociologia, que deveriam ser postos em sala de aula para os alunos, no entanto, o que se nota é uma deficiência destes pressupostos sociológicos em diversas escolas públicas do Brasil, em função da valorização de uma formação técnica e profissional.

Muitas questões circundam a fragilidade do ensino crítico, a partir da literatura construída sobre a temática, e sobretudo a partir de relatos e trocas de experiência enquanto pibidianos, é possível notar grandes lacunas para a consolidação dos objetivos da disciplina no ensino médio. Uma delas é o tempo reduzido para as aulas, que acabam sendo de cinquenta minutos semanais para cada turma, neste pouco tempo o professor

vê-se em uma situação de redução não apenas do conteúdo, mas de profundidade das discussões, com isso os alunos acabam com ausências abissais de conteúdos teóricos, mas também da relação entre teoria e prática. A Sociologia é uma das poucas Ciências que possui um caráter reflexivo do entorno social, das formas de cultura e do processo de identificação e conhecimento de si mesmo, ela proporciona saberes que perpassam a vida, e a sua precarização debilita o pensamento crítico e reflexivo de toda uma geração. Isto se apresenta na fala dos alunos do colégio Clementino Procópio, onde notamos uma visão acerca da carência de conteúdos em muitas disciplinas, o que é reflexo de um ensino precarizado e de desvalorização da educação escolar, em relação à disciplina de Sociologia obtivemos respostas interessantes de alunos do segundo ano:

“gosto de estudar, então, Sociologia pode me ajudar no conhecimento de estudo, tipo estudo mais profundo. Também gosto de política, então gosto desses pontos positivos na Sociologia.” Aluna 1

“Bom, estudar e aprender são duas coisas que quanto mais se pratica, mais se aprende. Uma vez o filósofo Aristóteles disse: ‘conhecer a si mesmo é o começo de toda a sabedoria’, diante disso, uma vez que o indivíduo se auto estuda, a sociologia por si só, já absorve esses conhecimentos e os coloca em prática juntamente com a ciência, ou seja, diretamente, eu como um indivíduo pensante, já ajudo a sociologia a ser cada vez mais desenvolvida e racional para com a realidade individualista a socialista. Avante, aos estudos” Aluno 2

“Ela poderia me ajudar a criar o bem e em termos com a sociedade, não para fazer desunião, pois é uma coisa que eu odeio é desunião entre os humanos, entre tanta maldade no mundo. Eu ainda acredito que o mundo pode mudar” Aluna 3

Os alunos do Clementino Procópio indicam essa vitalidade do ensino da Sociologia em suas vidas, mas também apontam problemas estruturais. No entanto, os alunos deste colégio possuem algo que não se tem em todas as escolas públicas: um professor de Sociologia formado na área. A realidade de muitas escolas são professores formados em áreas diferentes que ministram aulas de Sociologia para complementar a carga horária

de suas disciplinas. Têm-se que a Sociologia seria uma disciplina de menor prestígio, logo, qualquer professor ou até mesmo aqueles que possuem o notório saber, podem lecioná-la, assim, muitas aulas acabam não sendo proveitosas para a disciplina apesar da vontade dos professores e alunos.

É possível verificar um processo crescente e constante de desvalorização das Ciências Humanas, não apenas no quadro de horários dos alunos, mas também no material didático indicado no PNLD de 2021, o qual é utilizado no colégio em questão, onde há uma junção dos conteúdos das áreas de humanidades dispostos em cinco livros, separados por eixos temáticos. Pressupõe-se uma interdisciplinaridade, um diálogo entre os conteúdos, uma visão mais abrangente das realidades sócio-histórico-geográficas, no entanto, não há uma preparação do corpo docente para esta mudança. O professor de Sociologia depara-se com livros que mesclam Filosofia, Sociologia, Geografia e História sem critério, apenas guiados por eixos temáticos, o que deságua em uma dificuldade para todos os professores por dois motivos principais identificados nas observações, o primeiro seria a falta de preparo para ministrar aulas que adentram em outras disciplinas e o segundo seria o movimento de separação do conteúdo da sua formação dentro dos eixos temáticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o exposto, pode-se observar as flutuações pelas quais a Sociologia atravessa na busca por consolidar-se enquanto disciplina obrigatória no ensino médio. No entanto, dentro desse processo de institucionalização, temos que durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff houve uma ampla discussão visando a reformulação do ensino médio, que seria feito de forma que ampliasse a qualidade da educação no Brasil, através do aumento de insumos, entre outras medidas. Entretanto, a partir do governo de Michel Temer novos caminhos são traçados para a educação brasileira, a consolidação do teto de gastos afetou amplamente a educação, uma das grandes mudanças efetivadas foi a reforma do ensino médio, a qual inclui a implementação de um currículo voltado para competências técnicas, destinadas ao mercado de trabalho, disciplinas como Projeto de Vida e profissionais respaldados pelo notório saber.

A reforma do ensino médio, além de alterar o currículo, aumenta a carga horária dos colégios, visando acompanhar os itinerários formativos. Sob um ponto de vista analítico pode-se colocar que a reformulação do ensino médio busca encaminhar os estudantes apenas para formação técnica e o mercado de trabalho, porém não direciona

o desenvolvimento de características que podem, e devem, serem levantadas pela escola, como o pensamento crítico e reflexivo, para que os alunos sejam capazes de compreender a sociedade, e questionem acerca do que é imposto pelas estruturas sociais. Apesar da construção deste tipo de conhecimento não ser exclusivo da Sociologia, uma vez que o pensamento crítico e reflexivo, assim como o questionamento da vida social, pode e deve, estar presente em todas as disciplinas, a Sociologia possui como intuito a desnaturalização e o estranhamento da realidade social tal como se apresenta, suscitando questionamentos relacionados à democracia, sustentabilidade, contato com culturas distintas, patriarcado, organização de classes, racismo, xenofobia, etarismo, capacitismo, LGBTfobia entre outras questões.

No colégio Clementino Procópio, a carga horária da Sociologia, para cada turma, é de uma aula por semana, dificultando a elaboração de debates profundos, uma vez que a construção crítica do conhecimento é um processo que leva tempo. Os livros didáticos recomendados pelo Plano Nacional do Livro Didático 2021 (PNLD) também passam a ser um entrave, uma vez que estão divididos em eixos temáticos, o que pode dificultar a compreensão. Questões estruturais também estão postas no colégio, pois os itinerários e o calendário sugeridos pelo novo ensino médio referem-se a uma escola que possui insumos de qualidade, espaço adequado e uma escola de tempo integral, no entanto, a realidade que se apresenta é um colégio com poucas aulas, muitos entraves estruturais, além de profissionais sobrecarregados com o acúmulo de funções e professores que se encontram exaustos buscando complementar as horas da sua jornada semanal.

No entanto, é possível observar dedicação no corpo da escola, através de professores, gestão, funcionários técnico-administrativos, e estagiários que buscam construir diariamente um colégio cada vez melhor para seus alunos, que também compreendem as fragilidades e debilidades do ensino médio como um todo, encontrando as problemáticas do recorte de classe, que acompanham recortes de raça, gênero entre outros. Pibidianos(a) estão igualmente inseridos nesse debate, uma vez que, observando o cenário social e político, assim como suas consequências de forma prática na educação, almejam um futuro melhor para um dos pilares de nossa sociedade, buscando preencher lacunas através de iniciativas que são proporcionadas por este tipo de projetos, sob o olhar reflexivo da Sociologia. Porém, a luta por uma educação de qualidade não é individual, e deve ser feita em conjunto com todos os setores da sociedade, incluindo professores, gestores, coordenadores, alunos, funcionários técnico-administrativos, estudantes e professores do ensino superior e, para além do corpo da escola, é uma luta que mobiliza toda a sociedade civil, mas que só pode ser feita através da conscientização política, social e cultural, que é a missão da Sociologia enquanto ciência formativa.

A escola deve desempenhar um papel basilar para que o ambiente escolar seja propício ao desenvolvimento do indivíduo, que passa pelo conhecimento e exercício dos direitos e deveres que são assegurados pela Constituição Federal Brasileira, assim como é necessário que os estudantes desenvolvam o pensamento crítico a fim de problematizar imposições postas pelas estruturas sociais.

FONTES

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394/96: Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=20540
2. Lei n.º 9.394/96. Art.35.) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>
3. Alteração no art.36. Lei no 9.394: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm
4. Ministério da Educação (MEC): Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017,flex%C3%ADvel%2C%20que%20contemple%20uma%20Base.>
5. Censo Escolar 2022: Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2023/02/censo-escolar-revela-crescimento-de-matriculas-na-educacao-basica/>
6. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Projeto de vida: Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/200-projeto-de-vida-ser-ou-existir?highlight=WyJlamEiXQ==>

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. * Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 14, de 12/09/1996. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/propmostrarintegra?codteor=205403>

BRASIL, Senado Federal. **Lei n.º 9.394/96. Art.35.) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**, pag.18. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/200-projeto-de-vida-ser-ou-existir>

BRASIL, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Art.36. IV. LEI N.º 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11684.htm

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017,flex%C3%ADvel%2C%20que%20contemple%20uma%20Base>

Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/o,,MUL586712-5604,00-SANCIONADA+LEI+QUE+TORNA+FILOSOFIA+E+SOCIOLOGIA+OBRIGATORIAS+NO+ENSINO+MEDI.html>

Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2023/02/censo-escolar-revelacrescimento-de-matriculas-na-educacao-basica/>

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. **Era Vargas: a Educação como Instrumento Político**. Id on LineRev.Mult. Psic., Maio/2020, vol.14, n.50, p. 835-853. ISSN: 19811179.

SANTOS, M. B. A Sociologia no Ensino Médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

RODRIGUES, **Alberto Tosi. Sociedade, Educação e Desencantamento**. Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, 6. Ed. (Pág.67).

PAPALIA, DIANE E. **Desenvolvimento humano** [recurso eletrônico] / Diane E. Papalia, Ruth Duskin Feldman, com Gabriela Martorell ; tradução : Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.] ; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... et al.]. – 12. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: AMGH, 2013.

WIERCZORKIEWICZ, Alessandra Krauss. **A Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica de suas idas e vindas no currículo escolar brasileiro**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n.º 29, 9 de agosto de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/29/a-sociologia-no-ensino-medio-uma-analise-historica-de-suas-idas-e-vindas-no-curriculo-escolar-brasileiro>.

EU SOU APENAS UM RAPAZ LATINO-AMERICANO, SEM PARENTES MILITARES E VINDO DO INTERIOR: BELCHIOR E O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL DO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 1970

Matheus Santos Garcia de Carvalho
Universidade Federal de Sergipe (Graduado em História)
Email: matheus.sgc@gmail.com

Maria Beatriz Rodrigues Souza
Universidade Federal de Sergipe (Graduanda em História)
Email: Mariabea2705@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho encontra-se no campo relacional entre História e Música e tem o objetivo de analisar como Belchior retrata o contexto político e social do Brasil na primeira metade da década de 1970 em seu álbum “Alucinação” (1976). Ao cruzarmos a biografia do cantor com a historiografia sobre o regime militar, em específico do período entre 1968 e 1976, é possível perceber como “Alucinação” se estabelece como uma fonte chave para estudarmos esse período a partir do olhar cultural. Belchior, com seu senso crítico, consegue catalisar a década de 1970 em várias camadas. As canções presentes no álbum evidenciam um certo olhar materialista do cantor e uma análise de conjuntura que, mesmo nas músicas de protesto, não pendeu ao derrotismo ou ao excesso de euforia nas músicas de abertura. Foi possível perceber que Belchior buscou retratar a partir da sua própria experiência a mescla de sentimentos, por vezes contraditórios, de um contexto social complexo, permeado de feridas provocadas e maquiadas pelo regime do qual era um opositor.

Palavras-chave: História e Música. Ditadura Civil-Militar. Belchior.

INTRODUÇÃO

Os estudos referentes à relação entre História e Música percorrem uma longa tradição intelectual. Para nos limitarmos a falar apenas a respeito da música moderna, podemos citar Theodor Adorno (1903-1969) como um dos primeiros intelectuais a se debruçar sobre a música. São de sua autoria: “Sobre o jazz” (1936); “O fetichismo na música e a regressão da audição” (1938) e “Sobre música popular” (1941), como refere Napolitano (2002b), tríade de textos básicos das reflexões adornianas a respeito do tema.

Desde então, os estudos que utilizam a música não são mais uma novidade na historiografia e com relação ao Brasil, estudos que tem como tema a MPB são profícuos.

Apesar da profusão de pesquisas que utilizam a música como fonte, as discussões metodológicas seguem sendo aprofundadas. Pode-se dizer que nos últimos anos, uma das maiores expansões de pesquisas ligadas a música tem a ver com as suas possibilidades de uso em sala de aula.

Especificamente sobre Belchior, são abundantes os estudos envolvendo sua trajetória musical, aspectos do seu cancionário e questões como identidade e nordestinidade, sobretudo nas duas últimas décadas. É possível citar, dentro desse escopo, os trabalhos de Carlos (2006) que buscou analisar a construção da identidade de Belchior a partir de uma estreita polêmica com nomes da MPB como Caetano Veloso; Costa (2014) analisa a inserção de Belchior no mercado fonográfico entre 1971 e 1976; Mendes (2015) que desenvolveu um estudo a respeito do apelo sexual vocoverbal empregado em canções interpretadas por Belchior; Zaguettho (2017) analisa as questões envolvendo a nordestinidade presente nas canções a partir do contexto migratório; Santos (2020) sobre as disputas de Belchior com a indústria fonográfica. Além das temáticas supracitadas, Belchior é frequentemente estudado a partir do contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira em trabalhos como os de: Silva (2006); Santos (2019); Alves (2021). São inúmeros artigos, dissertações, teses, reportagens, biografias que buscam interpretar a trajetória artística, pessoal e, em alguns casos, utilizá-lo como fonte histórica.

A década de 1970 é envolta de uma série de acontecimentos, especialmente na cena cultural. A popularização do formato *Long Playing (LP)* e o *boom* no mercado fonográfico, o retorno de Caetano Veloso e Chico Buarque em 1971, exilados por mais de um ano e o surgimento de uma miríade de novos artistas que ampliaram ainda mais o leque musical da MPB, são alguns dos acontecimentos que marcam a “década do silêncio” (NAPOLITANO, 2010). É nesse contexto musical que surge Belchior (1946-2017), um sobralense estudante de medicina que decide tentar a vida em festivais no Sudeste do país. Sua vida e produção musical está intimamente ligada aos acontecimentos políticos do período, especialmente no que se refere ao “Alucinação” (1976), álbum analisado no presente trabalho.

O contexto político que levou ao termo “década do silêncio” está ligado ao enrijecimento da censura com o AI-5 em 1968 e os anos de chumbo que ampliaram a perseguição político-ideológica no país. O clima de aparente e ilusório “milagre econômico” do início da década de 1970 levaria a uma proposta de abertura gradual do regime anos depois, no entanto, os aparelhos de censura não deixaram de funcionar. A

isso, segundo o professor Napolitano (2002a e 2010), pairou sobre a música brasileira um clima de esperança contrastado ao clima de medo que insistia em permanecer, as músicas da MPB nessa década retratarão esses dois lados, englobados na chamada “canção de abertura”. Diante do exposto, lança-se a seguinte questão de pesquisa: Como as músicas de Belchior retratam o contexto político e social do Brasil na primeira metade da década de 1970?

O presente artigo tem por objetivo analisar como Belchior retrata o contexto político e social do Brasil na primeira metade da década de 1970 em seu álbum “Alucinação” (1976). São diversos elementos biográficos, geopolíticos, econômicos e sociais que acabam influenciando e contribuindo para a produção de um dos discos clássicos da música brasileira. Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho percorreu as seguintes etapas:

Inicialmente foi realizada a definição do escopo desse trabalho, definido a partir dos aspectos biográficos, “Alucinação” (1976) foi o álbum que tornou Belchior um dos cantores mais reconhecidos da MPB. A escolha por Belchior e não por outros nomes também se torna intencional na medida em que se buscava a partir da música uma fonte que pudesse unir diversos contextos essenciais para a compreensão do cenário brasileiro no período.

A segunda etapa do desenvolvimento foi o levantamento e a leitura do referencial sobre relação entre História e Música. Utilizamos dois critérios para a escolha dos textos: primeiro a escolha por textos de pesquisadores de ampla e reconhecida produção acadêmica; segundo, procuramos também verificar quais as principais temáticas têm sido conteúdo de novas pesquisas na relação História e Música. Em uma extensão desse levantamento, fez-se necessário também conhecer os trabalhos acadêmicos e livros biográficos que tiveram Belchior como tema, sobretudo nos últimos 15 anos.

No terceiro momento consultamos os textos referentes ao contexto histórico da Ditadura Civil-Militar de 1964. Destaca-se a utilização de dois textos-base: Pequena história da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), de José Paulo Netto (2014) e Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972, de Janaína Martins Cordeiro (2012).

Em seguida realizamos a análise das fontes, com a audição acompanhada a leitura das letras para identificar temáticas comuns em cada uma das faixas do álbum. A partir dessa análise preliminar foi possível dividir o álbum em torno de três eixos centrais, sobre os quais buscamos analisar: as canções de protesto, as canções de abertura e as canções sertanejas. Por fim, realizamos a escrita do presente artigo.

A RELAÇÃO HISTÓRIA E MÚSICA: UMA NOTA

A respeito do estado da arte referente à relação entre História e Música, destacam-se inicialmente os trabalhos de Marcos Napolitano, “História e Música: História Cultural da Música Popular (2002b)”. Neste primeiro trabalho, de caráter mais didático, o pesquisador busca sintetizar e explicar de maneira panorâmica e introdutória, reconstituindo a longa relação entre esses dois campos, partindo dos estudos de Theodor Adorno (1903-1969) sobre a música popular urbana no século XX e a tradição de estudos culturais que o sucedem, até questões de ordem metodológica.

Em um segundo momento, recapitula brevemente a História da música brasileira, desde suas origens e disputas no século XIX até a moderna música popular brasileira – pós-expansão do mercado fonográfico no século XX. Dessa reflexão, vale ressaltar, especialmente pela relevância para o nosso trabalho, a periodização elaborada por Napolitano, que define a década de 1970, como um período fundamental para o estudo da música popular brasileira. Essa definição se deve sobretudo a relação da MPB com o contexto político e social do Brasil no período, o que fez com que, em suas palavras, a cena musical se unisse contra a censura e a repressão. Aliado a isso, o mercado fonográfico brasileiro vive um *boom*, que permite a descoberta de novos artistas e sons. De acordo com Napolitano:

“[...] a MPB dos anos 60 e, sobretudo, dos anos 70, sintetizou de forma singular as diversas tradições estéticas, circuitos culturais e tempos históricos que marcaram a vida cultural brasileira do século XX. Poderíamos dizer que ela aglutinou tudo que veio antes e apontou caminhos para tudo que viria depois daquelas décadas marcantes.” (2002b)

Por fim, o autor apresenta e discute, na terceira parte do texto, algumas problemáticas e abordagens metodológicas a respeito da música. Articula a experiência historiográfica a questões estritamente musicais que o pesquisador deve estar atento, por exemplo, a escolha do material analisado, os parâmetros básicos de análise, características gerais de abordagem, etc.

Em “A música popular brasileira (MPB) nos anos 70: resistência política e consumo cultural” (NAPOLITANO, 2002a), o autor busca traçar outro panorama, mais especificamente sobre a MPB na década de 1970. Napolitano discute como a concepção de música popular brasileira foi alargada e redefinida nessa década, ainda mantendo o significado de música de qualidade, adquirido na década de 60. Quanto a relação entre a

música popular e o regime ditatorial, o autor avalia que o AI-5 acaba por ser o grande motivador político que tornou a MPB um sinônimo de espaço de resistência, principalmente após o fechamento completo do regime e a posterior volta do exílio de artistas como Caetano Veloso (1942-), Gilberto Gil (1942-) e Chico Buarque (1944-).

Há ainda um terceiro trabalho do professor Marcos Napolitano que possui valia tanto para a visualização do estado da arte referente ao campo desta pesquisa, como para a fomentação de aportes historiográficos que sustentem as análises a serem desenvolvidas nesse trabalho. “MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982)” (NAPOLITANO, 2010), é um trabalho de mapeamento da cena musical dos anos 70, com enfoque na MPB. Utilizaremos a divisão realizada nesse artigo para a caracterização da Música Popular Brasileira, a fim de fundamentar a análise também na cena cultural.

Mais recente, o estudo de José D’Assunção Barros intitulado “História e Música: Considerações Sobre Suas Possibilidades De Interação” (2018) é outro trabalho panorâmico, que busca jogar luz a questões metodológicas na relação entre História e Música. Barros trabalha com quatro definições: História e Música; A Música como objeto de estudo para a História; A música como fonte histórica; e A música como meio de representação para a História.

APENAS UM RAPAZ LATINO-AMERICANO: BELCHIOR DO MOSTEIRO À CARREIRA MUSICAL

Do interior do Ceará para o efervescente Sudeste brasileiro, Antônio Carlos Belchior (1946-2017) ou simplesmente Belchior, foi um intérprete e compositor que marcou a história da MPB na década de 1970. Sua trajetória nada convencional nos revela o espírito aventureiro do homem que migrou de Sobral para o eixo Rio-São Paulo. Para traçar uma linha cronológica a respeito da sua vida, é necessário ter em mente a contradição que o próprio fazia a respeito da sua biografia. Com um grande senso de humor, o artista confundia o público em entrevistas, nas quais as informações eram sempre variadas e bem-humoradas. Jotabê Medeiros (1962-) que se propôs a traçar o perfil biográfico do cantor, constatou: “Belchior sempre gostou de botar mais lenha na fogueira das contradições biográficas em torno da sua figura”. (MEDEIROS, 2017)

Portanto, abordaremos brevemente a vida pessoal do nosso artista e partiremos para o cerne desse estudo, que são as inúmeras possibilidades de analisar a Ditadura Civil-Militar brasileira mediante as produções e interpretações de Belchior. Assim, retornamos para 1946, em Sobral, interior do Ceará. Seu pai, Otávio Belchior Fernandes, estava em seu segundo casamento, após ficar viúvo. Antônio Carlos foi o 13º contando

com os filhos do primeiro casamento de seu pai. A família Belchior ficou em Sobral até 1960, quando mudaram para a capital Fortaleza em busca de escolas, já que o colégio sobralense só comportava o ensino primário. Ainda muito jovem, uma admiração nasce. Seus olhos brilhavam ao ouvir as canções do astro nordestino Luiz Gonzaga (1912-1989), a quem não escondeu admiração e em suas produções contém referência ao Rei do Baião, a exemplo, a canção Velha Roupa Colorida de 1976: “Black bird, assum preto, pássaro preto, me responde: O passado nunca mais”. “Assum Preto” é também uma das grandes composições de Luiz Gonzaga com Humberto Teixeira, de 1950.

Em fevereiro de 1964, Belchior iniciou seus estudos em Filosofia na Ordem dos Capuchinhos, localizado no município de Guaramiranga, que ficava cerca de 100km de Fortaleza. “Frei Sobral” como era chamado, se voltou para a vida monástica em busca do debate intelectual proporcionado pela ordem, que era como uma universidade no Ceará e contava com 79 professores, sendo maioria sacerdotes. A rotina no mosteiro costumava ser rígida, e o Frei Sobral era disciplinado, atento e fraterno. Foi no mosteiro que se mostrou um grande verzejador e uma das suas composições “Galos, noites e quintais” nascera ali. Criava textos como paródias e inseria os colegas de turma como personagens.

Nesse contexto, dois importantes pontos devem ser evidenciados. A primeira delas é que Belchior só ficou sabendo da queda do presidente João Goulart (1919-1976) quatro meses depois do regime militar ser instaurado, já que os noviços não tinham acesso aos jornais e rádio, tampouco visitas ou cartas. Já em 1965, o mosteiro recebe o então ditador marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1897-1967). Em uma fotografia, Frei Sobral, em conjunto com outros membros do mosteiro, aparece ao lado de Castelo Branco. No ano seguinte, Belchior abandonou os capuchinhos, e uma das motivações estava na ausência de vocação para a vida religiosa e nas contradições que encontrava no mosteiro, como abusos por parte dos sacerdotes e uma questionável “opção pelos pobres”, relevadas, por exemplo, na recepção ao presidente cujo governo estava voltado para a retirada de direitos e à não execução da cidadania. Apesar de ser exemplar como aluno, Frei Sobral encontrava-se inquieto e duvidoso no mosteiro.

Após deixar os capuchinhos, ingressou na Universidade Federal do Ceará, no curso de medicina. E é a partir da universidade que conhece outros compositores e poetas, e juntos começam a participar de festivais no estado inteiro. Belchior foi reconhecido como compositor pela primeira vez em 1971, no Festival Universitário da Tupi, com “Na hora do almoço”. No mesmo ano, abandona o quarto ano de medicina e vai para Rio de Janeiro com “o pessoal do Ceará”, que era constituído por um grupo de artistas que desde 1968 apresentavam-se em festivais.

SEM PARENTES MILITARES: OS ANOS DE CHUMBO E A INSERÇÃO NA MÚSICA BRASILEIRA

A mudança de Belchior para o Rio de Janeiro e posteriormente São Paulo foi um período incerto e turbulento, provocando mudanças drásticas na carreira e na vida pessoal do artista. Esse período ficou marcado em suas composições de maneira crua. É notório, por exemplo, como o tema da migração para o Sudeste aparece em suas composições. Em “Fotografia 3x4”, escreveu: “Pois o que pesa no Norte, pela lei da gravidade/ Disso Newton já sabia! / Cai no sul, grande cidade/ São Paulo violento, corre o rio que me engana/ [...] Veloso, o sol não é tão bonito pra quem vem do norte e vai viver na rua”. (BELCHIOR, 1976, faixa 09)

Segundo Medeiros (2017), apesar da dificuldade, Belchior encarava tudo com bastante determinação. Durante o período no Rio de Janeiro conseguiu um emprego num bar da praça e lá ficou cantando tangos e boleros em troca de um cachê mínimo. O grupo do Ceará frequentava Saraus e foi num desses encontros que tiveram contato com “o pessoal da Elis Regina”, porém, o compositor sobralense só a conheceria em São Paulo.

Apesar do cenário propício ao surgimento de novos talentos, em 1971, o regime encontrava-se no seu período de maior repressão e violência (CORDEIRO, 2012). Os “Anos de chumbo” como ficou conhecido o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) coincidem com o chamado “milagre econômico”⁸² do primeiro triênio da década de 1970 e juntos produzem para o contexto cultural brasileiro uma espécie de esvaziamento provocado. Primeiro pela promulgação do AI-5 em dezembro de 1968, que institui a censura prévia dos aparelhos políticos, culturais e intelectuais que pudessem de alguma forma representar oposição ideológica ao regime. É nesse contexto inclusive que nomes como Chico Buarque, Caetano Veloso e Gilberto Gil serão exilados na Europa. Acrescenta-se ao AI-5 a reforma educacional⁸³ que visava principalmente promover uma “limpa” nas universidades.

Porém, todo o contexto de perseguição política aberto pela censura se torna formalmente necessário ao regime pela realização do modelo econômico, organizado através do Plano Nacional de Desenvolvimento I (PND I) – posteriormente reelaborado no PND II com Geisel – que sustentou uma ampliação dos níveis de industrialização, da

⁸² Período entre 1967 e 1973 em que as taxas de crescimento alcançaram níveis muito elevados, provocados pela política econômica liderada pelo Ministro da Fazenda Delfim Neto e por um contexto favorável a nível global. VER: FGV/CPDOC, 2023.

⁸³ A reforma educacional foi iniciada ainda em 1964, poucos meses após consumado o golpe militar e passou por amplos debates no fórum “a educação que nos convém” que visavam alinhar a educação brasileira a economia, privilegiando o ensino técnico e abrindo espaço para o setor privado na educação com a legislação que viria ao longo dos anos seguintes, dentre elas: A constituição de 1967; a lei da reforma universitária (nº 5.540/68) e a lei nº 5.672/71 voltada ao ensino básico. VER: SAVIANI, 2008.

agro exportação, dos setores de consumo e do sumário alinhamento – em todos os setores – ao capital estrangeiro. As transformações sociais provocadas nesse contexto passam a urbanizar o país, fazendo com que a população urbana superasse a população rural pela primeira vez no início dos anos 1970.

Segundo José Paulo Netto (2014), a ideia de “milagre econômico” foi sustentada a partir de três frentes: a primeira e lógica, pela repressão militar imposta no país; a segunda pela própria configuração do PND I, que enquanto elevou índices econômicos que permitiam a divulgação do famigerado milagre, relegou para as camadas mais pobres da população brasileira um extenso período de arrocho salarial, fraudes fiscais, aumento da dívida pública – interna e externa – e uma completa desestruturação de setores públicos como saúde, educação, saneamento básico e fornecimento de energia elétrica; por fim, o aparelhamento do setor de publicidade e comunicação e o fortalecimento dos slogans que cantavam louros ao milagre econômico. Todo esse cenário, milimetricamente elaborado pelo alto escalão militar, criou para a sociedade brasileira uma ampliação dos níveis de desigualdade social e concentração de renda (NETTO, 2014), quem de fato usufruiu do milagre econômico – fora o capital estrangeiro – foram os 5% mais ricos, que chegaram a concentrar em 1976 39% do Produto Nacional Bruto. A classe média, representada em um recorte de 15% da população economicamente ativa, atravessou as décadas de 1960 e 1970 sem impactos significativos nesse recorte de concentração de renda, o que lhe permitiu ser inserida em um mercado de bens de consumo. Contudo, ao passo do milagre, entre 1974 e 1975, um terço da população brasileira estava abaixo da linha da pobreza absoluta.

É nesse cenário complexo, que Belchior se desenvolverá como um expoente da música brasileira, em conjunto com novos grupos de artistas que a partir desse período deram novo fôlego a oposição contra o regime militar no auge dos seus anos mais violentos. Sua trajetória, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, a vida de um nordestino migrante e o contexto político do país se fizeram presentes em cada faixa do álbum “Alucinação”, que marca, ao mesmo tempo, um reflexo da canção de protesto e a esperança trazida nas canções da abertura política características da segunda metade dos anos 1970 (NAPOLITANO, 2021).

A minha alucinação é suportar o dia a dia: Belchior e o contexto político e social da Ditadura Civil-Militar

Passada a repercussão do jovem sobralense vencedor do concurso da TV Tupi em 1971, Belchior mudou-se para São Paulo, onde viveu, segundo relata Jotabê Medeiros,

em condições muito instáveis durante alguns anos. Em 1974 lança seu primeiro *Long Playing* (LP) intitulado “Mote e Glosa”, com algumas músicas que posteriormente se tornariam célebres sucessos de sua carreira como: “Na hora do almoço”, canção do já mencionado concurso que venceu no Rio de Janeiro; “A Palo Seco”, que viria a constar entre as faixas do álbum de 1976 e “Todo Sujo de Batom”, que voltaria a aparecer no álbum “Coração Selvagem” (1977).

Contudo, somente a visibilidade gerada pelo prêmio recente não foi suficiente e o álbum vendeu pouco, o que em termos de condições materiais nada pôde mudar a vida do jovem cantor. Ainda em 1974, foi convidado por Toquinho e Vinicius de Moraes para assistir uma gravação e conheceu Elis Regina pessoalmente. Desse encontro Belchior apresenta a Elis duas das músicas mais emblemáticas da história da música brasileira: “Como Nossos Pais” e “Velha Roupas Coloridas”. Ambas gravadas por Elis em seu disco “Falso Brillante” de 1975. Aliás, a gravação de Elis é talvez mais conhecida do que a gravação do próprio Belchior, com “Como Nossos Pais” sendo a música mais reproduzida da discografia da cantora, como refere Jotabê Medeiros (2017).

Impulsionado pelo sucesso de suas músicas na voz de Elis Regina, o álbum “Alucinação” foi lançado em 1976 e marca um ponto de virada na carreira de Belchior. Com diversos elementos que se tornariam marcantes em sua carreira, “Alucinação” (1976) é também um ponto de ruptura na música brasileira pela forma como os temas expostos são abordados e interpretados pela voz de Belchior. O disco contém dez faixas: 01. Apenas um rapaz latino-americano; 02. Velha roupa colorida; 03. Como nossos pais; 04. Sujeito de sorte; 05. Como o diabo gosta; 06. Alucinação; 07. Não leve flores; 08. A palo seco; 09. Fotografia 3x4; 10. Antes do fim. Tanto a repercussão da crítica como o impacto no mercado fonográfico foram imediatos: “Poucas coisas poderiam ter dado tão certo. Gravado em três dias, Alucinação vendeu meio milhão de cópias (era um tempo em que só Roberto Carlos beirava essa cifra). [...] O disco mudou a vida de Belchior para sempre.” (MEDEIROS, 2017).

Para melhor organização do material analisado, buscamos dividir as faixas do álbum em torno de três eixos centrais: As canções de protesto, as canções de abertura e as canções sertanejas – inseridas com essa definição mais pelo conteúdo e pela temática das questões sobre a migração e os problemas sociais da vida urbana do que pelo gênero sertanejo e a moda de viola clássicos. No mais, é importante ressaltarmos mais uma vez a utilização da divisão realizada por Marcos Napolitano (2021) sobre as canções da MPB na década de 1970 nos dois outros eixos citados. O objetivo desse agrupamento é facilitar, seja na análise ou na leitura, a visualização das temáticas presentes no álbum e como tais se relacionam com o contexto já abordado da Ditadura Civil-Militar de 1964.

As canções de protesto: lições e experiências da ditadura

As faixas do álbum mencionadas nesse primeiro eixo têm como abordagem principal a denúncia do regime militar, a exposição da insegurança, da perseguição política e da censura. Contudo, não é difícil notar que apesar de ser possível identificar esses temas comuns em várias faixas do álbum, cada canção vai tocar em outras temáticas ou outros sentimentos que nos ajudam a compreender o contexto retratado.

A canção de abertura do álbum “Apenas Um Rapaz Latino-americano” se tornou uma das músicas mais populares e reconhecidas de toda a sua carreira. O primeiro verso cantado soa como uma apresentação do cearense ao público, como quem exhibe suas credenciais, ou nesse caso, a falta delas: “Eu sou apenas um rapaz latino-americano/ Sem dinheiro no banco/ Sem parentes importantes, e vindo do interior” (BELCHIOR, 1976, faixa 01). Segundo Medeiros (2017), a frase teria sido extraída de outro cearense, o professor Augusto Pontes, que teria se apresentado como “apenas um rapaz latino-americano, sem parentes militares” durante uma aula na Universidade de Brasília. Vale ressaltar que a canção é escrita no momento auge do sucesso da ditadura brasileira, em um contexto de ampla perseguição e censura, no qual a própria ideia de se reconhecer latino-americano atravessa contextos um pouco mais amplos com as ditaduras iniciadas em 1973 no Chile e no Uruguai, que contaram com a participação do Brasil na adesão da *Operação Condor* (NETTO, 2014).

Esse sentimento de pertencimento a um contexto geopolítico da América do Sul e até mesmo de latinidade está presente também em outra faixa, “A palo seco”, na qual o compositor inclusive busca afirmar uma espécie de adesão cultural sul-americana em detrimento aos produtos culturais norte-americanos: “Tenho 25 anos de sonho, de sangue /E de América do Sul/ Por força deste destino/ Um tango argentino/ Me vai bem melhor que um blues” (BELCHIOR, 1976, faixa 08).

A canção apresenta ainda outros elementos que revelam o contexto mencionado de incerteza, provocada pela censura, mas, ao mesmo tempo, como afirma Napolitano (2021) já de um novo ar de esperança que vai marcar a MPB a partir de 1976: tudo muda e com toda razão!/ mas sei que tudo é proibido/ aliás, eu queria dizer/ Que tudo é permitido (BELCHIOR, 1976, faixa 01). Contudo, apesar de marcada por uma certa euforia, a canção não deixa de afirmar a intencionalidade e a objetividade de Belchior com sua arte: Não me peça que lhe faça uma canção como se deve/ Correta, branca,

suave, muito limpa, muito leve/ **Sons, palavras são navalhas/ e eu não posso cantar como convém/ Sem querer ferir ninguém** (BELCHIOR, 1976, faixa 01, grifo nosso). Essa intencionalidade inclusive reaparece em A palo seco: “E eu quero é que esse canto torto feito faca/ Corte a carne de vocês” (BELCHIOR, 1976, faixa 08) e ainda de uma forma mais implícita em Não leve flores “o inimigo eu já conheço/ Sei seu nome, sei seu rosto, residência e endereço.” (BELCHIOR, 1976, faixa 07).

Como nossos pais, que se tornou lendária na voz de Elis, como já mencionamos anteriormente, é talvez a música que consegue catalisar e sintetizar os diversos elementos presentes naquele momento histórico e que, como já exposto, acabaram por se tornar também parte da biografia de Belchior. A canção é marcada por uma forte frustração, fruto talvez da década de 1960, dos movimentos de 1968 e de um certo contexto de liberdade, causado pelos impactos do movimento hippie que contestava as guerras, sobretudo no Vietnã. No Brasil, essa frustração acaba sendo representada através da Tropicália, vanguarda da música brasileira, que acabou por ser o principal alvo da perseguição dos aparatos de censura. Todo esse sentimento de maior liberdade não conseguiu, contudo, conter as ditaduras que se espalham pelo continente. Esses elementos são evidenciados em trechos como: “Minha dor é perceber/ que apesar de termos feito/ tudo, tudo, tudo que fizemos/ ainda somos os mesmos e vivemos/ Como os nossos pais” e “Nossos ídolos ainda são os mesmos/ E as aparências, as aparências não enganam não/ Você diz que depois deles/ Não apareceu mais ninguém” (BELCHIOR, 1976, faixa 03). No segundo trecho, inclusive, há uma espécie inclusive de crítica ao chamado “vazio musical” que o país viveu após o exílio e a censura dos maiores nomes da MPB, reivindicando, sobretudo, às novas gerações – da qual Belchior era um membro – uma espécie de continuidade na oposição ao regime.

“Como o diabo gosta” e “Não leve flores” são duas das canções de menos impacto, porém nem por isso menos relevantes. Em ambas está presente uma clara posição de protesto e oposição ao poder: “Tudo tá como o diabo gosta, tá” “A voz resiste. A fala insiste: você me ouvirá.” (BELCHIOR, 1976, faixas 05 e 07). Diferentemente do tom utilizado nas primeiras faixas do álbum que mencionamos acima, a sonoridade presente nessas duas faixas é mais acelerada, remetendo mais ao fôlego para a luta do que à frustração. Daí talvez se faça surgir uma espécie de mudança na forma como o contexto político e social é retratado, ambas as músicas sugerem uma espécie de postura cidadã: “E a única forma que pode ser norma/ é nenhuma regra ter/ é nunca fazer nada que o mestre mandar/ Sempre desobedecer/ Nunca reverenciar” (BELCHIOR, 1976, faixa 05).

As canções da abertura: Mudança e esperança no horizonte

“Velha Roupa Colorida”, a primeira das duas músicas gravadas por Elis, apesar de melodicamente soar um pouco melancólica, apresenta como tema central um forte desapego ao passado e uma espécie de ode à mudança, quase uma ânsia por um futuro que parece chegar em breve: “Você não sente nem vê/ Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo/ Que **uma nova mudança em breve vai acontecer**/ E o que há algum tempo era jovem novo/ Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer” (BELCHIOR, 1976, faixa 02, grifo nosso). É necessário citar as várias referências utilizadas por Belchior nessa composição: Bob Dylan, Beatles, Luiz Gonzaga e Edgar Allan Poe. Black bird, assum preto, corvo, condor? “O passado nunca mais”.

A faixa quatro, “Sujeito de sorte”, é mais uma da lista de canções que se tornaram clássicos da música brasileira. Seu soar agitado é acompanhado por uma letra curta, mas potente, enquanto Belchior parece narrar uma espécie de batalha cotidiana pela vida que, apesar de todas as dores, ainda pode ser vencida e é justamente essa esperança que o torna um sujeito de sorte.

Antes do fim, a última faixa gravada no disco, também mais curta, nos permite pensar a respeito de como o álbum de maneira geral é organizado, atravessando esses momentos de euforia e esperança que já mencionamos algumas vezes, contrastando os momentos de protesto, também mencionados. Especificamente nessa faixa há um trecho em que mais uma referência ácida aos tropicalistas aparece no álbum “que fiquem sempre jovens/ e tenham as mãos limpas/ e aprendam o delírio com coisas reais.” (BELCHIOR, 1976, faixa 10), numa espécie de batalha que Belchior travou em “Alucinação” contra o esoterismo, o sobralense se coloca em diversos momentos como uma espécie de defensor de uma leitura materialista do mundo, não só por “Antes do Fim”, mas também por referências nesse mesmo sentido que estão presentes em faixas como “Alucinação” e “Fotografia 3x4”. Aliás, é dessa forma que o álbum se encerra, ainda que em ritmo eufórico, a última faixa é uma espécie de conselho, ao olhar vigilante e a atenção que viver requer: “Não tome cuidado comigo/que eu não sou perigoso:/ - **Viver é que é o grande perigo**” (BELCHIOR, 1976, faixa 10, grifo nosso).

Jovem que desceu do Norte: Migração e vida urbana na década de 1970

Nesse último eixo, separamos as canções que talvez tenham mais relação direta com o cotidiano que Belchior enfrentou nos anos de sua migração para o Sudeste. Esse contexto, como já exposto, apesar de biográfico, revela também um momento histórico do país, gerado a partir de um histórico abandono da região Nordeste, que seria ainda

mais acentuado nos anos de ditadura. Os dados dos censos entre 1970 e 2010, estudados pelos professores Ricardo Ojima Wilson Fusco revelam que apesar de nessa década, fruto do milagre econômico, alguns setores da economia, sobretudo com empresas estabelecidas no Sudeste, começassem a buscar uma maior regionalização, a falta de um plano econômico que comportasse a realidade do Nordeste evidencia o início de um fluxo migratório que perdurou pelas décadas seguintes: cerca de 7,9% dos nordestinos viviam no Sudeste em 1970. Todas as outras regiões somadas comportavam cerca de 3,8% dos nordestinos que acabaram deixando a região (OJIMA e FUSCO, 2014).

“Alucinação”, a faixa que dá nome ao disco, é também uma das faixas síntese do álbum, como algumas outras já abordadas. Assim, já anuncia a canção, há uma busca quase que contínua pelas coisas reais, como já abordamos em outras faixas, Belchior se coloca como um analista dos problemas materiais, deixando de lado uma alucinação exotérica, sua alucinação é suportar o dia-a-dia. Essa canção evidencia ainda um olhar sobre os grupos excluídos historicamente da nossa sociedade e como não seria diferente, do próprio milagre econômico:

Um preto, um pobre, um estudante, uma mulher sozinha/ [...] Blue jeans e motocicletas, pessoas cinzas normais/ Garotas dentro da noite, revólver: cheira cachorro/ Os humilhados do parque com os seus jornais/ Carneiros, mesa, trabalho, meu corpo que cai do oitavo andar/ E a solidão das pessoas dessas capitais/ A violência da noite, o movimento do tráfego (BELCHIOR, 1976, faixa 06)

Essa sequência de menções, parecem representar os olhos inquietos diante da vida urbana das grandes metrópoles, como se de alguma forma houvesse em cada canto do qual se pode enxergar desse cenário uma luta a ser vivida. Outro trecho retrata ainda a violência policial ao mencionar dois policiais que parecem reprimir um grupo de jovens “Cumprindo o seu (maldito) duro dever e defendendo o seu amor e nossa vida/ Cumprindo o seu (maldito) duro dever e defendendo o seu amor e nossa vida” (BELCHIOR, 1976, faixa 06). Além dessa espécie de afogamento na realidade que a canção provoca, Belchior deixa uma mensagem, quase que um conselho para suportar a realidade: “Amar e mudar as coisas me interessa mais”.

“Fotografia 3x4” é quase uma canção resposta a Caetano Veloso, na qual inclusive o cantor baiano chega a ser mencionado nominalmente: “Veloso o sol não é tão bonito pra quem vem/ do Norte e vai viver na rua/ A noite fria me ensinou a amar mais o meu

dia” (BELCHIOR, 1976, faixa 07). Porém, apesar desse desafeto, que chega a parecer uma questão pessoal, o sobralense ressalta que essa condição da dificuldade de se estabelecer em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro atravessa toda uma coletividade de nordestinos inseridos no contexto migratório: “a minha história é ... talvez/ é talvez igual a tua, jovem que desceu do Norte/ que no Sul viveu na rua/ e que andou desnordeado, como é comum no seu tempo” (BELCHIOR, 1976, faixa 07).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “Alucinação” (1976), Belchior buscou, como demonstra sua própria trajetória artística e pessoal, retratar diversos elementos que compunham o contexto político e social do Brasil durante os anos auge da Ditadura Civil-Militar que governava o país desde 1964, quando ele ainda era um frei em Guaramiranga. Esses elementos permeiam todas as dez faixas do disco, mesclando euforia, incerteza, esperança e uma crítica direta as feridas sociais provocadas pelo regime militar. Inserido em um contexto de expansão do mercado fonográfico brasileiro, o jovem compositor se lançou – em conjunto com outros nomes de uma nova geração de músicos – como uma nova tendência na música brasileira, contrastando com os grandes nomes da Tropicália que a essa altura eram inimigos vigiados de perto pelos órgãos de censura.

Dessa forma, “Alucinação” consegue reunir diversos pontos desse contexto social tão complexo da nossa história: a censura, a geopolítica do continente, a vida miserável, a migração, a frustração, a violência policial e a esperança de uma mudança que parecia estar no horizonte. Suas composições revelam-se riquíssimas tanto na amplitude de temas, quanto na criticidade com a qual o compositor expõe esses temas a partir da sua experiência.

FONTES

BELCHIOR, Antônio Carlos. **Alucinação**. [Compositor e intérprete]: Belchior. Rio de Janeiro: Philips Polygram, 1976. 1 disco vinil, lado A e B.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Shayene Bravo. Quero falar de uma coisa: os sentidos do amor em tempos de ditadura nas canções de Milton Nascimento e Belchior (1964-1985). 2021. 145 f. **Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Educação**, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021. Disponível em < <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/6589> > acesso em: 17 de jun. de 2023.

BARROS, José D.'Assunção. História e música: considerações sobre suas possibilidades de interação. **Revista História & Perspectivas**, v. 31, n. 58, 2018. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/3612>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

CARLOS, Josely Teixeira. **Fosse um Chico, um Gil, um Caetano: uma análise retórica-discursiva das relações polêmicas na construção da identidade do cancionista Belchior**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CORDEIRO, Janaina Martins. Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972. **Confluente. Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 4, n. 2, p. 82-102, 2012.

COSTA, Bruno Rodrigues. **Música e identidades: Antônio Carlos Belchior no mercado fonográfico brasileiro (1971–1976)**. Disponível em <<https://www.uece.br/eventos/eehce2014/anais/trabalhos.html>> acesso em: 17 de jun. de 2023

FGV/CPDOC (org.). **Milagre econômico brasileiro**. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>. Acesso em: 28 set. 2023.

MEDEIROS, Jotabê. **Belchior-Apenas um rapaz latino-americano**. Editora Todavia SA, 2017.

MENDES, Maria das Dores Nogueira. Um canto entre quatro paredes: a sensualidade no investimento vocoverbal de Belchior. **Revista Entrepalavras**, Fortaleza, ano 5, v. 5, n. esp., p. 10-23, ago./dez. 2015. Disponível em <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/24322>> Acesso em: 18 de jun. de 2023.

NAPOLITANO, Marcos. A música popular brasileira (MPB) dos anos 70: resistência política e consumo cultural. In: **Actas del V Congreso Latinoamericano IASPM**. 2002a.

NAPOLITANO, Marcos. **História & música: história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002b.

NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). **Estudos avançados**, v. 24, p. 389-402, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WRKQgz4GdHLx9YhJ7nHN7Qb/abstract/?lang=pt>.

Acesso em 01 de nov. de 2021.

OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. Migrações e Nordestinos pelo Brasil: Uma breve contextualização. In: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (Ed.). **Migrações nordestinas no século 21: um panorama recente**. Editora Blucher, 2015. p. 11-26.

SANTOS, Leandro Martan Bezerra. Belchior e o regime militar brasileiro: autoritarismo estatal e a migração inter-regional em suas letras. **Mosaico**, v. 11, n. 17, p. 64-85, 2019. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/562427>> Acesso em: 18 de jun. de 2023.

SANTOS, Leandro Martan Bezerra. Eu prefiro andar sozinho: As disputas de Belchior com a Tropicália e a indústria musical brasileira. **Faces de Clio**, v. 6, n. 12, p. 230-249, 2020.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cadernos CEDES**, v. 28, n. 76, p. 291–312, set. 2008.

SILVA, Gislene Maria. Era uma vez um homem e o seu tempo:: aspectos éticos e estéticos na lírica de Belchior. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 27, p. 103-135, 2006. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9094>> Acesso em 17 de jun. de 2023.

ZAGHETTO, Heitor. **A “Alucinação” de Belchior: Delírio e Nordestinidade nas**

canções de um migrante nordestino na metrópole. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/34218653/A_ALUCINAÇÃO_DE_BELCHIOR_Delírio_e_Nordestinidade_nas_canções_de_um_migrante_nordestino_na_metrópole. Acesso em: 16 de jun. de 2023.

RESENHAS



História oral na Primeira Guerra Mundial: As trincheiras no filme "1917"

Lucas Valencio do Prado

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/FCHS

E-mail: lucas.valencio@unesp.br

Fernanda Rossetto Cristino

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/FCHS

E-mail: fernanda.rossetto@unesp.br

A presente resenha aborda o filme 1917, uma produção de 2019 com direção de Sam Mendes baseada em um relato da Primeira Guerra Mundial feito por seu avô, Alfred Hubert Mendes, o qual participou dessa guerra. Portanto, podemos compreender como um trabalho de História Oral, que tem como objetivo, trazer relatos, vivências e experiências de determinados indivíduos, para compreender determinadas conjunturas, processos históricos, entre outras possibilidades de análise. Esta metodologia histórica tem seu como seu precursor Paul Thompson, em sua obra "Vozes para o passado" (1998), onde ele define a história oral como:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo (THOMPSON, 1992, p. 44)

Por vez, podemos compreender assim, o relato feito por Alfred Hubert Mendes, como uma tentativa de um trabalho de história oral, uma vez que Paul Thompson (1992), define três modos pelos quais a história oral pode ser construída: "A primeira é a narrativa da história de uma única vida" (THOMPSON, 1992, p. 303), na qual não se limita a narrativa de apenas um indivíduo ou a construção de uma biografia individual, uma vez que pode "transmitir a história de toda uma classe ou comunidade, ou transformar-se num fio condutor ao redor do qual se reconstrua uma série extremamente complexa de eventos" (THOMPSON, 1992, p. 303) na situação trabalhada na presente resenha, aborda um dia de dois soldados comuns da Primeira Guerra Mundial.

A segunda forma de uma construção da história oral, sendo uma coletânea de narrativas, onde essa construção da história oral facilita a construção de uma interpretação histórica mais ampla (THOMPSON, 1992, p. 303).

Por fim, a terceira forma da construção de história oral, por análise cruzada, a evidência oral é utilizada como fonte de informação e se analisa com demais textos

expositivos. A narrativa do filme engloba cerca de 24 horas na vida de um soldado, William Schofield (interpretado por George MacKay), durante a Grande Guerra ao tentar completar uma missão. A produção, com fotografia de Roger Deakins e montagem de Lee Smith, dá a impressão de ter sido gravada em plano sequência com seus cortes sendo escondidos na edição, aumentando o sentimento de urgência da missão da qual depende a vida de um batalhão de mais de mil soldados.

No início do filme, William Scholfield está acompanhado por seu amigo Thomas Blake (Dean-Charles Chapman), para quem a missão designada é ainda mais pessoal, pois seu irmão (Joseph Blake) faz parte do batalhão que receberá a mensagem da missão designada aos dois soldados. A mensagem, no caso, consiste em uma ordem para deter um ataque do exército inglês, do qual fazem parte, contra o exército alemão, pois haverá uma emboscada que poderá levar à morte de 1600 soldados do exército inglês.

Scholfield e Blake partem em sua missão no momento em que recebem as ordens, mostrando a já mencionada urgência que perpassa por praticamente toda a obra. Neste primeiro momento do filme é interessante observar a dinâmica das trincheiras, que caracterizaram a Primeira Guerra Mundial, nesta sequência pode se perceber uma certa dificuldade de comunicação entre oficiais e também é apresentado para a audiência o conceito de “Terra de Ninguém” e a dificuldade de se atravessar fronteiras entre trincheiras neste tipo de guerra.

Os dois ingleses não encontram inimigos por um bom tempo em sua jornada, nem enquanto estavam atravessando as trincheiras alemãs, porém lá caem em uma armadilha, devido um rato ocasionalmente ativá-la que resultou em uma explosão e conseqüentemente, levou o local no subsolo a desmoronar causando um enorme empecilho para eles escaparem daquele local, quase levando Scholfield a morte sendo ele salvo por Blake.

Porém, o momento em que encontram o inimigo tem conseqüências trágicas, levando a morte de Thomas Blake, que é esfaqueado ao tentar ajudar um piloto oponente que teve sua aeronave recém abatida por duas aeronaves aliadas. Outro momento impactante da narrativa é quando William Schofield, agora sozinho em sua missão, encontra-se com um batalhão inglês que o auxilia a percorrer seu caminho.

Nesta sequência pode ser observado o palpável cansaço dos soldados que já lutavam havia três anos da Primeira Guerra (1914-1918). Além disso, outra cena interessante onde se pode observar o impacto da guerra nas pessoas, é a interação entre Schofield e uma mulher francesa que está cuidando de um bebê o qual não se sabe o nome, neste caso é apresentado para a audiência como civis tentando sobreviver em um ambiente desolado.

Quando Schofield finalmente consegue alcançar o batalhão que buscava o que vemos, praticamente atrasado, a primeira onda do ataque já estava se preparando para começar. Assim, ele percebe que a única solução para atingir seu objetivo é atravessar correndo um campo de batalha em uma tentativa desesperada de entregar a mensagem antes que a segunda onda de ataques do batalhão “Devils” parta para a morte certa.

A mensagem de Schofield é entregue para o comando do batalhão, entretanto, não é inicialmente aceita pelo coronel, que estava na expectativa de uma vitória contra os alemães nesta batalha. Essa é mais uma cena onde é possível observar o cansaço que os longos anos de guerra deixaram nesses homens. Outra cena impactante do filme é o diálogo entre Schofield e o irmão mais velho de Thomas Blake onde ele lhe dá a notícia da morte de seu irmão, dizendo a ele também que não estaria vivo sem a ajuda do amigo e enfatiza que Thomas era um bom homem para tentar confortá-lo neste momento de luto. Com o término da ação, a cena final do filme espelha sua cena inicial, William Schofield sentado embaixo de uma árvore em um momento de descanso enquanto aguarda o que está por vir na guerra e desta vez estará sozinho sem Thomas Blake ao seu lado.

Interessantes análises e reflexões podem ser realizadas a partir do filme. As diferenças na infraestrutura das trincheiras dos ingleses e dos alemães, a "natureza" das trincheiras com a política do “viver e deixar viver” muito constante na Primeira Guerra Mundial, é o que se observa a partir da obra “A Primeira Guerra Mundial história completa” de Lawrence Sondhaus (2015).

Após os dois personagens principais atravessarem a “terra de ninguém” e adentrarem as trincheiras inimigas, ambos ficam impressionados com a infraestrutura das trincheiras alemã, contendo iluminação, estoque de alimento, camas para dormir e bunkers de proteção contra artilharias, tendo em vista “[...] que a onda de choque gerada por uma explosão de artilharia poderia ser tão fatal como o próprio projétil ou os estilhaços que gerava” (SONDHAUS, 2015, p. 231), enquanto, nas linhas inglesas, não se tinha toda essa infraestrutura, demonstrada no percurso inicial dos dois soldados para sair das mesmas..

A Primeira Guerra é fortemente marcada como a guerra das trincheiras, que se tornaram a principal forma de combate “em 1916, a guerra de trincheiras tinha assumido uma estrutura básica que poderia ser encontrada, com variações locais, em todas as frentes de batalha” (SONDHAUS, 2015, p. 227), criando-se assim uma natureza própria do conflito de trincheira.

A política do “viver e deixar viver” presente nas trincheiras, se apresenta com o objetivo de “para tornar mais habitável a vida nas trincheiras, os exércitos contrapostos

estabeleciam acordos informais do tipo “viva e deixe viver”, principalmente entre grandes ofensivas e em setores mais calmos da frente de batalha” (SONDHAUS, 2015, p. 228-229). Representado no filme essa política, no momento em que recebem as recomendações necessárias para atravessar a trincheira como o que fazer caso fossem atingidos, onde a única possibilidade de ajuda, seria a noite, onde ambas equipes vão procurar feridos, mas informa para não terem muitas expectativas que seriam salvos nessa situação.

Entretanto, essas relações de “fraternização” não eram bem vistas pelos oficiais enquanto as ações de “viva para deixar viver” tinham uma vista grossa dos superiores, porém elas continuavam ocorrendo como é demonstrada no seguinte excerto:

As exceções vinham quando as forças da natureza deixavam os dois exércitos com uma angústia comum, como as chuvas torrenciais que inundaram o setor Neuville-St. Vaast em meados de dezembro de 1915, forçando soldados franceses e alemães em posição oposta a sair de suas trincheiras. Nenhum dos lados disparou contra o outro; em vez disso, os soldados se misturaram na terra de ninguém e ameaçadoramente para seus oficiais, alguns começaram a cantar a Internacional.² Os comandantes rompiam as relações baseadas em “viver e deixar viver” e evitavam a fraternização fazendo rotação de unidades para tirá-las de setores onde a vida se tornará confortável demais. (SONDHAUS, 2015, p. 230)

Partindo desse pressuposto, podemos realizar algumas reflexões e especulações sobre a atitude do soldado Thomas Blake, em querer ajudar o aviador alemão, que tinha acabado de ser abatido por dois aviões aliados. Tendo em vista, a natureza das trincheiras que se desenvolveram no decorrer da guerra com a política do “viver e deixar viver”, assim como os casos mais generalizados no próprio ano de 1917 de fraternidade entre os soldados.

Seria possível que o tempo em que o soldado Blake permaneceu entrincheirado o levou a ter esse gesto de humanidade, que por outro lado ocasionou a sua morte, sendo esfaqueado pelo soldado alemão? Para responder essa pergunta, seria necessário um trabalho mais aprofundado, tendo disponível a evidência oral, documentações e fontes do relato desta história, procurando saber mais sobre o indivíduo Thomas Blake, através de relatos e até mesmo dos demais soldados.

Entretanto, por métodos dedutivos e hipotéticos podemos chegar a essa

conclusão (embora deixando evidente que a nossa fonte para realizar tal afirmação é um filme de Hollywood que tem como seu objetivo o entretenimento e trazer alguns questionamentos e porventura elucidaciones históricas) e um exemplo que deixa em dúvida a fidelidade do filme é a cena da ativação da bomba dentro de um bunker. Muito provavelmente em uma situação real, ambos estariam mortos, pois não conseguiriam escapar daquele ambiente, tendo em vista, que um simples estilhaço de uma explosão já seria fatal. Portanto, é necessário reafirmar que por se tratar de uma ficção, não precisa necessariamente trazer toda essa fidelidade uma vez que seu intuito é o entretenimento.

Por outro lado, se torna sustentável afirmar a natureza das trincheiras apresentadas no longa-metragem, a partir do trabalho de outros historiadores elucidado no decorrer desta resenha, mas para além disso, abrindo um parêntese na discussão, em outro contexto e outro recorte temporal, Svetlana Aleksievitch na sua obra “A guerra não tem rosto de mulher” (2016) realiza um trabalho puramente de história oral, buscando mulheres da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que lutaram pela sua nação na Segunda Guerra Mundial contra os nazistas. Embora, seja um recorte temporal diferente de outra guerra, entretanto, contra a mesma nação, algumas breves exposições sobre a vida nas trincheiras colaboram para a compreensão da situação vivida neste local.

Svetlana, traz em sua obra diversos relatos sobre a guerra e alguns deles que podemos destacar é uma família que após a sua casa ser queimada, com a chegada das tropas punitivas pela manhã, resulta em um trágico final. A narradora conta que a Tia Nastácia (vizinha da narradora) durante a madrugada brigou com seus filhos, pois estavam fazendo barulho durante a noite. Sua filha Lú Lietchka pedia comida a sua mãe, não aguentando mais a situação sua mãe afoga ela durante a noite, após o amanhecer voltando ao povoado carbonizado, com o tempo tia Nastácia se enforcou em uma árvore no fundo de sua residência (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 36).

Svetlana em uma de suas viagens, para realizar uma conversa, relata um diálogo que por acaso teve com um comandante do batalhão de separadores e um *partisan*, durante o trajeto dentro de um vagão do trem. Eles trazem relatos sobre a guerra e a visão do ponto de vista do homem da presença da mulher na guerra.

Svetlana retrata um dos relatos que teve, onde bravamente algumas mulheres que atuavam na guerra como enfermeira saltaram as trincheiras uma após a outra, sob fogo inimigo e assim fizeram resgate de alguns feridos naquela área. A bravura dessas mulheres foi tanta, que ambos os lados ficaram surpresos enquanto presenciava a cena (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 113-121). Vejamos como esse relato remonta um pouco da política do “viver e deixar viver” discutido até então.

Em suma, a presente resenha teve como objetivo descrever o filme 1917, trazendo

algumas questões históricas como a forma de convivência, as estruturas nas trincheiras, a partir da obra “A Primeira Guerra Mundial” de Lawrence Sondhaus (2015). Além de demonstrar como um recurso metodológico histórico, a história oral, pode ser utilizado para a elaboração de um filme de época, como 1917, uma vez que “a história oral se ajusta particularmente bem ao trabalho por projeto” (THOMPSON, 1992, p. 217).

Um trabalho de história oral tem como objetivo dar voz a aquelas pessoas silenciadas em determinada conjuntura, como demonstrado na obra “A guerra não tem rosto de mulher”, onde destaca a participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Assim como foi demonstrado no filme 1917, a visão de dois simples soldados durante a Primeira Guerra, onde evidencia todas as dificuldades que tiveram para concluir a missão designada bem como a vida em um momento de guerra.

REFERÊNCIAS:

1917. Direção: Sam Mendes. Produção: Amblin Partners, Amblin Entertainment, Neal Street Production, *et al.* Distribuidora: UNIVERSAL PICTURES, Brasil, 2019.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 1ª Edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2016.

SONDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial, 1914-1918**. São Paulo. Editora Contexto, 2013.

THOMPSON, Paul. **Vozes do passado: história oral**. 2 Edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

O ANO MÍTICO DE 1968: CLIMA POLÍTICO, SIMBOLISMO CULTURAL E LÓGICA TRANSNACIONAL EM “1968 CINQUENTÃO”

RIDENTI, Marcelo Siqueira. 1968 Cinquentão: Rebelião e Integração. **Revista ECO-Pós**, v. 21, n. 1, p. 10-29, 2018.

Lucas Barroso
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Email:lucas.barroso@ufrj.br

Em tempos presentistas de “instabilidade definitiva” (FEBVRE, 1992), a experiência do tempo é bipartida em dois *abismos*: um passado olhado como a-didático e a-exemplar; e um futuro marcado pela incerteza (VALÉRY, 1957). Nesse contexto, Furet (1995) aponta que a humanidade é novamente transpassada por sentimentos de ameaça, incerteza, angústia e escuridão em meio a expectativa de um futuro fechado em si. Em virtude desse estado definitivo de aflição, ações fora da ordem do capitalismo financeirizado mundial não seriam mais vislumbradas como possível. Por conta disso, desde o fim da Guerra Fria, a contemporaneidade seria tomada por uma inércia substancial (FURET, 1995). Entretanto, como salientado por Hartog (2013), a saída para esse cenário seria voltar-se ao passado, por meio, por exemplo, de acontecimentos políticos históricos. Por sua relevância cultural e política, o ano de 1968 pode ser tido como referência para a contemporaneidade.

Em virtude das múltiplas significações históricas atribuídas a esse ano, o objeto desta resenha é o artigo “1968 Cinquentão: Rebelião e Integração”, publicado no ano de 2018 pela *Revista ECO-Pós*, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A partir do cinquentenário dessa datação, o artigo supramencionado aborda os questionamentos históricos e atuais acerca de 1968, bem como as suas conexões transnacionais e as problematizações de suas celebrações a cada dez anos, isto é, em 1978, 1988, 1998, 2008 e 2018. A autoria é de Marcelo Siqueira Ridenti, doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e atual professor titular de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O artigo inicia com uma indagação de Ridenti (2018) sobre o chamado “ano mítico de 1968”: “ele envolveria um processo histórico encerrado no passado ou

continuará vivo?”. Podendo englobar duas respostas contrastantes, essa questão, segundo o sociólogo brasileiro, pode ser respondida de acordo com a perspectiva adotada por quem deseja respondê-la. Pode tanto ser um momento do passado, por ser um marco histórico de radicalização política, quanto ser uma urgência viva, a partir das necessidades que emergiram a partir dele. As considerações do autor e desta presente resenha aproximam-se da segunda resposta.

Ainda dependendo de perspectivas, a historicidade de 1968, para fins analítico-expositivos, pode possuir diversos marcos simbólicos enquanto *situações limítrofes* que são definidas “[...] para descrever as situações imprevisíveis e incalculáveis que forçam o sujeito a pensar” (ASSY, 2015, p. 13). Essas situações, que propiciariam a filosofia, seriam, ainda de acordo com Jaspers (1959), a morte, a culpa, o destino e o acaso, isto é, experiências que atestam a percepção vazia e aterradora da realidade.

A partir desse arcabouço teórico, Traverso (2016), por exemplo, localiza o ano mítico de 1968 entre a eclosão da Revolução Cubana de 1959 e o fim da Guerra do Vietnã em 1975. Todavia, dependendo do enfoque, haveria outras possibilidades de marcações iniciais, como as implicações terceiro-mundistas da Conferência de Genebra de 1954 e da Conferência de Bandung de 1955 e as desilusões geradas pelas denúncias, em 1956, dos crimes cometidos por Josef Stalin na União Soviética. Nessa direção, haveria também outros marcos finais, como a crise do sistema de *Bretton Woods* em 1971 e o golpe sofrido por Salvador Allende em 1973. De forma sintética, o ano-chave de 1968 foi influenciado pelo contexto contestatório do fim dos anos 1950 que se perdurou até meados da década de 1970.

Nessa direção, Ridenti (2018) aponta que estabelecer marcos cronológicos para o processo de uma determinada temporalidade é fundamental para compreender as especificidades de seu próprio contexto histórico. Sendo referenciado, vale destacar que essa tese é similar à de Reis (2017), que também aponta a urgência de se pensar o resgate de outros marcos cronológicos para o determinado processo de um evento-chave. A partir dessa concepção, Ridenti (2018) afirma que há bases para, de fato, compreender o ano de 1968 como uma época de radicais e variados questionamentos das ordens estabelecidas, sendo um emblema histórico do inconformismo social, de transformações estruturais e de revoltas populares. Nesse quesito, ainda aponta que, a partir de um amplo olhar internacionalista, é importante ressaltar o caráter internacional, transnacional e inter-relacionado dos acontecimentos políticos do chamado “1968 global” (WESTAD, 2018).

Entretanto, ainda de acordo com Ridenti (2018), para além de apenas uma simbologia passadista de mera revolta, o ano de 1968, marcado por questionamentos

políticos, sociais, econômicos e culturais ao progresso do capitalismo, também precisa ser entendido como um momento histórico de urgência de transformações, do reconhecimento político e de afirmações identitárias. Houve uma contestação de caráter internacional que abarcou tanto a política quanto a cultura. Nesse período, houve mudanças no comportamento social e novidades dos movimentos sociais que seguem marcando as sociedades globais até os dias de hoje. Assim, Ridenti (2018) aponta que, em detrimento da concepção de um processo histórico encerrado no passado, haveria um laço de continuidade que permitiria entender esse ano mítico como vivo no imaginário e na concretude da humanidade. 1968 é, de fato, um ano vivo na história recente da humanidade.

Além disso, em consonância com Ross (2010), uma outra interpretação desconstruída por Ridenti (2018) é a de que 1968, em suas comemorações, poderia ser reduzido a apenas um movimento cultural de jovens idealistas. Essa apropriação, por vezes oficial, mas meramente cultural e poética, esvazia as importantes dimensões políticas e sociais desse ano-chave. Nessa direção, abordando principalmente as celebrações dos acontecimentos de maio na França, o autor aqui resenhado aponta as perigosidades dessa visão, tais como a despolitização, a mistificação e a desvirtualização de importantes fatos históricos. Assim, em detrimento de certas comemorações que somente valorizariam mudanças dos costumes e da cultura, é importante resgatar o clima político de contestação da época, a partir de questionamentos inovadores à política institucional, ao ideal da “democracia burguesa” e da “recusa massiva de continuar a conceber o social de modo tradicional” (ROSS, 2010 *apud* RIDENTI, 2018, p. 14).

Todavia, mesmo com contribuições políticas, não se pode perder de vista o impacto cultural desse ano. Para isso, o autor utiliza, como exemplo, o maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses. Sobre isso, Ridenti (2018) retoma as considerações de Henri Weber, líder e intelectual de orientação trotskista que estava presente em 1968. Resgatando a alcunha de revolução invés de revolta, Weber (1998, p. 175) afirma que “o movimento de Maio é simultaneamente e indistintamente político (democracia direta, ultraigualitarismo) e cultural (busca de autenticidade, de preocupação por si, do ‘direito de ser você mesmo’, de fixar por si mesmo suas próprias normas)”. Desse modo, não se pode analisar cultura e política de forma separada, ainda mais no contexto do ano de 1968. Mais uma vez, cultura e política caminham – e devem continuar caminhando – juntas.

Por fim, outro ponto importante é o caráter transnacional dos anos 1960. Não negligenciando as especificidades nacionais, a ligação dos diversificados movimentos ocorridos em 1968, como salientado por Ridenti (2018), seria a insatisfação com o estado

das coisas. Já em um contexto de “aldeia global” (McLUHAN, 1967), é importante afirmar a existência de articulações e conexões transnacionais possibilitadas, por exemplo, por meio de intercâmbios, mídias, migrações e debates. Tanto no passado quanto no atual contexto de globalização econômica e mundialização da cultura, como referenciado por Ridenti (2018), diversas investigações foram e têm sido realizadas a fim de analisar a generalização internacional dos eventos ocorridos nesse período. Entender essa lógica transnacional, a partir de um viés internacionalista, é essencial para compreender as influências mútuas entre os acontecimentos e, ao contrário do que sugerem Klimke e Nolan (2018), não impor-se-á “uma falsa uniformidade” e nem irá ignorar os condicionamentos locais específicos, mas sim ajudará a analisar o articulado florescimento cultural, social e político do ano de 1968.

A partir desses apontamentos, conclui-se, assim, que resgatar tanto o simbolismo cultural quanto o clima político do “1968 global” (WESTAD, 2018) é fundamental para romper com as atuais inércias da contemporaneidade, sobretudo a partir de uma lógica transnacional. Se hoje reinaria uma angústia existencial de que não haveria alternativas perante à ordem política e social do mundo capitalista financeirizado, somente com um resgate histórico de diversificadas lutas por mudanças estruturais no passado é possível inflamar bases e proclamar novas ações e olhares para o incerto futuro da humanidade. Nesse sentido, o ano mítico de 1968, enquanto símbolo e evento-chave, pode ser visto como o começo vivo de uma insatisfação contestatória e o não o seu fim no passado. É nesse ponto que a leitura do artigo “1968 Cinquentão: Rebeldia e Integração” de Ridenti é essencial para entender os rumos da humanidade nos idos do século XXI.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ASSY, Bethania. *Ética, Responsabilidade e Juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FEBVRE, Lucien. *Combater pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1992.

FURET, François. *Le passé d'une illusion: essai sur l'idée communiste au XXe siècle*. Paris: Robert Laffont; Calmman-Lévy, 1995.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JASPERS, Karl. *Filosofia*. Madrid: Ed Universidad de Puerto Rico, 1959.

KLIMKE, Martin; NOLAN, Mary. Introduction. In: JIAN, Chen et al. (Org.). *The Routledge Handbook of the Global Sixties: between Protest and Nation Building*. Londres: Routledge, 2018, p. 1-9.

McLUHAN, Marshall. *The Medium is the Message: An Inventory of Effects*. Manhattan: Bantam Books, 1967.

TRAVERSO, Enzo. *Mélancolie de gauche: la force d'une tradition caché*. Paris: La Découverte, 2016.

REIS, Daniel Aarão. *A Revolução que mudou o Mundo: Rússia, 1917*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. 1968 Cinquentão: Rebeldia e Integração. *Revista ECO-Pós*, v. 21, n. 1, p. 10-29, 2018. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/18480. Acesso em: 05 fev. 2022.

ROSS, Kristin. *Mai 68 et ses vies ultérieures*. Paris: Agone, 2010.

VALÉRY, Paul. *Œuvres*. Paris: Gallimard, 1957.

WEBER, Henri. *Que reste-t-il de mai 68? – essai sur les interprétations des “événements”*. 2.ed. Paris: Seuil, 1998.

WESTAD, Odd Arne. Was there a 'global 1968'? In: JIAN, Chen et al. (Org.). *The Routledge Handbook of the Global Sixties: between Protest and Nation Building*. Londres: Routledge, 2018. p. 20-23.

O DINAMISMO DO JOGO POLÍTICO SOB A CONCEPÇÃO DE “O PRÍNCIPE” EM NICOLAU MAQUIAVEL

Maria Eduarda Araújo do Nascimento
Universidade Federal de Campina Grande
Email:araujo.nascimento@estudante.ufcg.edu.br

O presente trabalho trata-se da obra “O Príncipe” do historiador, filósofo, diplomata, músico, poeta e dramaturgo do período Renascentista, Nicolau Maquiavel, que tornou-se conhecido mundialmente como o fundador da Ciência Política Moderna. Considerado um pensador realista, refletiu a política como realmente é e não como deveria ser. A partir desse aspecto do realismo em convergência com o contexto da Renascença, no qual decorre a percepção de que as decisões são propriamente dos indivíduos, não mais condicionadas pelo direcionamento do divino. A partir do parâmetro desses elementos, ocorreu a abertura para experimentos em relação à política na medida em que novas concepções foram postas em evidência em virtude da ciência.

Nicolau Maquiavel nasceu em 03 de maio de 1469, na Itália, cidade de Florença onde manteve residência em grande parte da sua vida. Filho de advogado, do ramo mais simples da nobreza toscana, passa a ser influenciado por obras clássicas históricas em sua juventude. Em sua obra, Maquiavel exemplifica principalmente os acontecimentos e decisões políticas de sua época. Apesar de quase cinco séculos que separam o nosso tempo, as ideias de Maquiavel são excepcionalmente relevantes para o estudo da filosofia política.

Em seu tempo, Maquiavel desempenhou cargos públicos até alcançar o posto de Segundo Chanceler da República. Suas atividades, por conseguinte, foram diversas ao administrar os negócios e questões que envolviam as relações externas da cidade de Florença, colocando em prática as decisões dos Ottimati.

A oportunidade de atuar como um notório diplomata que ocasionou sua ascensão, foi encerrada com a retomada da família Médici ao poder. Acusado de insurreição por conspiração, chegou a ser preso e torturado. Em seguida, decidiu recolher-se em exílio na propriedade de San Casciano, próximo a Florença. Neste lugar, ele ampliou seus conhecimentos práticos sobre política. Mais tarde, esse conhecimento serviria de base para a reflexão de “*O Príncipe*”, que é considerado sua maior obra, a

dedicando ao filho da casa dos Medici, Lorenzo II.

Falecido em 21 de Junho de 1527, pouco sabemos acerca da vida pessoal de Maquiavel. É conhecido apenas que o autor se casou com Marietta Corsini, em 1501, com quem teve cinco filhos. Especialistas históricos consideram, por meio da análise da obra, que Maquiavel traçou um perfil de como ser um político bem sucedido, sob a ótica de que os resultados finais são os fatores decididamente relevantes de uma gestão político-administrativa.

A Itália como conhecemos hoje não é a mesma do séc. XV. Apesar de possuírem, em geral, características que os unissem enquanto Estado, como o próprio idioma único por exemplo, o território estava fragmentado em várias pequenas cidades-Estado, denominados de principados, além de repúblicas e consulados. À vista disso, esse resultado foi possibilitado em partes por meio da separação do Império Romano na parte ocidental da Europa. Em decorrência disso, ocorreram modificações no campo técnico — em relação à produção de objetos — como também, a inicialização do sistema mercantilista que proporcionou um conjunto de medidas político-econômicas, caracterizado por uma forte intervenção do Estado na economia, levando ao consequente avanço do meio científico.

Sendo assim, o fim do século XIV e início do século XV, há um movimento correspondente ao encadeamento de profundas transformações no tecido econômico, político e social da Europa, sobretudo na medida em que é situada e amparada por uma visão de mundo que desmistifica a autoridade divina. Aqui estabelecermos parâmetros compartilhados no continente europeu antes de prosseguirmos para a ideia central de Maquiavel: a doutrina teocentrista que fundamenta os princípios morais e vontade divina sobre a organização social geral, dá lugar ao antropocentrismo que determina, por sua vez, o homem como indivíduo central para o desenvolvimento da compreensão e desígnio do caminho da realidade.

Superado, portanto, o pensamento idealizador alimentado por crenças irracionais, o homem começa a acreditar em suas potencialidades enquanto protagonista da história por meio da racionalidade. Em decorrência dessa inovação de pensamento, a Era Moderna foi construída baseada na lógica, humanismo, desenvolvimento cultural-científico e reformas religiosas que, efetivamente, abalaram a influência da Igreja Católica. Ao longo de toda leitura de *O Príncipe*, é possível verificar que Maquiavel não está preocupado em definir conceitos, objetos de estudos, ou ainda, em descrever unicamente a realidade política de Florença; muito menos aflito em tornar legítimo o governo do principado. Dessa forma, os estudos e análises do autor estão

associados ao ensinamento de como conquistar e manter o poder, que na sua percepção, é a habilidade de um indivíduo projetar-se sobre os demais indivíduos que possam, por ventura, apresentar riscos ao estabelecimento e/ou continuidade do domínio político.

Sob essa perspectiva, reside na obra de *O Príncipe* um verdadeiro manual de ações políticas que tem como objetivo concretizar o poder absoluto. Além disso, se considerarmos por outra perspectiva, serve, do mesmo modo, para conscientizar as massas sociais acerca das movimentações e manobras políticas que podem ser adotadas pelos governantes no jogo político das quais, inclusive, intencionamos comentar posteriormente. No capítulo I, Maquiavel descreve as características de como são formados os principados e o modo de conquistá-los, de forma que o Príncipe, enquanto mediador de conflitos, aprenda a lidar com a equação proveniente da disputa de interesses entre o povo e os grandes. Assim, o filósofo considera que a própria condição de conflito decorre da política e das tomadas de decisões que poderão trazer ao príncipe, em única medida, prestígio ou ruína. Maquiavel analisa, ainda, que há dois conceitos básicos complementares de que o Príncipe pode depender: virtude e fortuna.

Diferente dos conceitos que antecederam o filósofo do que a virtude poderia ser, Maquiavel realiza uma releitura do termo. A *virtú* para Maquiavel é definida como a capacidade que o Príncipe deve desenvolver para possuir entendimento, desenvoltura e aptidão na manipulação do jogo político com o intuito de lidar com as forças desiguais entre as posições sociais. A *fortuna*, por sua vez, é vista como ocasião, ao ter a felicidade, por exemplo, de encontrar-se no momento e hora certa para agir. Maquiavel, compreende que os “príncipes novos” que foram menos afortunados na conquista, se mantiveram por mais tempo no poder porque por mais que a ocasião (fortuna) pudesse surgir em determinado contexto, é inútil sem que existam as potencialidades previamente necessárias, sendo preciso desenvolver-se na *virtú* para reconhecer o momento oportuno.

Na atualidade, consideremos — sob a iluminação da ideia de *virtude e fortuna* — o fracasso político do ex-presidente estadunidense Donald Trump, do Partido Republicano, em sua tentativa de reeleição no ano de 2020, considerando que em 100 anos ele foi o primeiro que não conseguiu reeleger-se para se manter na presidência do país. Portanto, é importante notar como o “feitiço virou contra o feitiço”. Trump venceu as eleições de 2016, em grande medida porque se apresentou como um “estranho político” que quebrava as regras e estava preparado para dar voz ao que antes era considerado espantoso, mas que lhe deu visibilidade, levando-o à vitória.

No entanto, em comícios realizados nas semanas finais da última disputa eleitoral, apesar dos Estados Unidos registrarem recordes diários no número de casos

de COVID-19, Trump manteve o discurso inflamado de outrora, com teor negacionista de que a pandemia estava chegando ao fim. Visivelmente anticientífico ao demonstrar desprezo às recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), perdeu seu prestígio político. Em outras palavras, o candidato que foi anteriormente eleito, não deteve a virtude necessária para discernir o contexto histórico em que estava inserido. Consequentemente, isto custou-lhe a vitória para seu adversário político, Joe Biden do Partido Democrata, que se apresentou moderado e com soluções inteligentes em relação ao enfrentamento da pandemia.

Ainda refletindo sobre a obra de *O Príncipe*, em vista da multiformidade dos principados - sejam estes hereditários, novos, mistos ou eclesiásticos - o autor elabora um código prático, propondo saídas para os problemas que podem ocorrer pela conquista até a conservação do governo. Para todo Estado, antigo, novo ou misto, os principais fundamentos para Maquiavel são boas leis e boas armas (consideremos que Maquiavel foi um dos primeiros a refletir sobre a função do poder militar na estabilidade da vida política). Maquiavel analisa que não há boas leis onde não há boas armas.

A referência, então, a boas armas não são como sendo mercenárias (há diferenciação entre tropas auxiliares, mistas, nativas e mercenárias), mas, sim, em relação à disposição das armas próprias do Príncipe, isto é, a própria composição dos cidadãos e súditos. Nesse aspecto, Maquiavel aconselha, primeiramente, que o príncipe deve resistir à fortuna, preparando-se com suas virtudes, ou aparentando tê-las, pois aquele que se torna príncipe pela própria capacidade e armas têm muitas dificuldades para se instalar no principado, mas após isto tem facilidade em conservá-lo. Orienta, em seguida, que para se firmar em um novo governo e garantir segurança, é preciso estabelecer novas instituições.

É neste quesito que identificamos a dificuldade na instalação do novo príncipe por quem mudanças são indesejadas pela sociedade e sempre um indivíduo ou grupo se sentirá prejudicado e descontente, porém se alcança o sucesso nessas mesmas dificuldades: quando o príncipe possui os mecanismos, e têm entendimento que possui, para constranger os descontentes e até mesmo ameaçar uso da força. Prontamente, caso seja necessário, deve-se pôr em ação a “maldade bem empregada” (MAQUIAVEL, 2019, p. 38). A tática ensinada, se bem utilizada, possui o poder de trazer benefícios e conquista de súditos, seja por incutir confiança ou reprimir injúrias. Para Maquiavel, o bem realizado não beneficia o príncipe em nenhuma medida, visto que pode ser uma atitude julgada como um benefício forçado e, no fim, ninguém será grato por essa prática.

É possível aplicarmos novamente essa análise do autor em nossa geopolítica atual e comprovarmos a modernidade do pensamento de Maquiavel. Como, por exemplo, os ataques terroristas no 11 de Setembro de 2001, organizados pela organização fundamentalista Islâmica Al-Qaeda. Em reação, os EUA enviaram tropas ao Afeganistão sob a percepção que o Taleban, grupo fundamentalista e nacionalista islâmico, oferecia refúgio aos terroristas da Al-Qaeda. Contudo, anteriormente, com um inimigo comum em meio à Guerra Fria, os Estados Unidos treinaram e deram equipamentos aos combatentes do Taleban. Vitoriosos em seu objetivo de retirar as tropas soviéticas da região afegã, esse grupo organizou-se internamente e em 1996 tomaram o poder no país.

Projetaram tão fortemente ao ponto de tomar a capital Cabul em duas semanas, sem resistência das tropas americanas que saíram do país em Agosto de 2021, desenvolvendo uma crise humanitária sem precedentes com a restrição de direitos humanos, principalmente no que se refere aos direitos sociais de mulheres e crianças. Levando em consideração, especificamente, o capítulo XII da obra de Maquiavel, esteé o risco de lutar com gêneros de milícias e soldados mercenários, seja para fins defensivos ou ofensivos, pois é certamente preceder a ruína, levando em conta que as armas mercenárias são inúteis e perigosas para o Príncipe.

O autor analisa que a própria fragmentação da Itália, no qual ele se demonstra profundamente entristecido, é em razão de terem utilizado tropas que teriam tais configurações para a defesa da cidade quando o rei Carlos VIII da França invadiu a Itália (1494), após ter sido atacada sucessivamente por outros estrangeiros. Sendo assim, em nossos tempos, é importante levarmos em consideração a reflexão crítica que Maquiavel teria em relação aos Estados Unidos e o uso do Taleban como um desastre da política externa, além da atuação desastrosa dos EUA por duas décadas no Afeganistão. Ou seja, após utilizar esse grupo como meio de ataque na expulsão dos soviéticos, propiciou as condições necessárias para que se organizassem e como quem é subestimado, cooperaram, tempos depois, para um revide em solo americano.

Os benefícios da leitura de *O Príncipe* são diversos, visto que a obra de Maquiavel é um verdadeiro manual que nos auxilia na compreensão e no julgamento das ações políticas a nível global, nacional e também local. Por meio de uma linguagem fluida de escrita, esta edição de *O Príncipe* que possa ser facilmente acessada, pode ser encontrada em livrarias físicas e lojas virtuais. A obra possui o poder de auxiliar-nos acerca das interpretações do autor sobre a identificação de governos ou políticos tiranos, sobretudo colabora para que tais ensinamentos se apliquem ao nosso cotidiano. Há, ainda, ao longo de toda a obra, uma sucessão de conselhos sobre como agir em

determinados momentos, como empregar a habilidade de manter a palavra ou não, como conservar as aparências em caso de não possuir determinada virtude visando ser alguém estimado, além de ensinar a arte de evitar adulares, prática considerada por ele necessária para que se torne possível considerar as “verdades necessárias”. E, principalmente, em como não devemos nos submeter à sorte, mas abreviar-nos as situações que podem eventualmente surgir supridos de virtudes reais.

REFERÊNCIAS

MAQUIAVEL, Nicolau. **500 anos de “O Príncipe”**. 1. ed. São Paulo: Pé da Letra, 07/10/2019. 130 p.

MANZANO, Fábio. **EUA concluem retirada das tropas do Afeganistão após 20 anos de ocupação: Americanos e aliados corriam contra o tempo para concluir a retirada após retomada do poder pelo Talibã**. Pela primeira vez desde 2001, não há tropas americanas no país. G1, 30 ago. 2021.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/30/eua-concluem-retirada-das-tropas-do-afeganistao.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2023.

COUTINHO, Alvaro Luz Alves; RODRIGUES, Guilherme Cia; GIMENEZ, Henrique Rachid; MORELATO, Pedro Henrique; DA SILVA, Vitor Alexandre Canedo. **NICOLAU MAQUIAVEL**. Vida, contexto histórico, obras, ideias e influências na contemporaneidade, Piracicaba - SP, ano 2017, p. 1-14, 14 jul. 2017.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA



Traga-me memórias e eu te conto histórias: relato das práticas educativas experienciadas na Residência Pedagógica em tempos de aula remota para o EJA (2021) (Campina Grande/PB, 2023)

Gabriel De Araujo Souto
PPGH - UFPB
Email: gabrielldearaujo@gmail.com

RESUMOO presente relato tem como objetivo apresentar as práticas pedagógicas realizadas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica (RP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no subprojeto de História, na Escola Cidadã Integral Assis Chateaubriand situada no bairro do Santo Antônio em Campina Grande-PB. A experiência sucedeu através da plataforma *Google Meet* para uma turma regular e noturna do EJA. O projeto consiste em quatro aulas, nas quais trabalhamos com os alunos o valor intrínseco da cultura, memória e dos registros históricos em suas vidas. Para concretização deste trabalho, dialogamos com as reflexões de Paulo Freire e Ricardo Oriá (2006). Com a experiência, podemos concluir que o projeto nos possibilita refletir sobre os processos de aproximação das memórias dos alunos com a História Local; as possibilidades dos recursos digitais e os desafios da prática docente em tempos de pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Residência Pedagógica. História. Memória.

INTRODUÇÃO

A Residência Pedagógica é um dos programas de formação de professores e professoras que tem como objetivo auxiliar os licenciandos no aperfeiçoamento da prática docente, proporcionando aos futuros educadores o contato direto com a sala de aula de uma escola pública, sendo uma oportunidade única para vivenciar as levezas e as dificuldades da docência antes de terminar o curso. Com a pandemia pelo Covid-19, o programa, por ser um intercâmbio entre Escola e Universidade, teve que se adaptar as instituições escolares que em meio ao caos criaram alternativas para o ensino presencial, vivemos assim a popularização do Ensino Remoto e os bolsistas passaram a experienciar como é ensinar em tempos de pandemia.

Portanto, o relato apresenta as práticas pedagógicas feitas por meio do Programa Residência Pedagógica (RP), realizadas através da plataforma *Google Meet* para uma turma regular e noturna do EJA. O projeto consiste em quatro aulas, nas quais

trabalhamos com os alunos o valor intrínseco da cultura, memória e dos registros históricos em suas vidas. Trabalhamos com os alunos questões relacionadas ao patrimônio histórico-cultural, a partir da História Local; analisamos juntos com os alunos a produção da memória, interpretações de fontes documentais e museus, buscando conscientizar sobre a necessidade e importância da preservação da memória de uma pessoa para a história de uma comunidade ou país; e fizemos avaliações pelo Formulário do Google e de forma interativa através da plataforma *Wordwall*, assim como um passeio virtual pelo Museu do Homem do Nordeste.

Para concretização desta pesquisa, dialogamos com dois autores, as contribuições de Paulo Freire sobre o papel do professor e o respeito aos saberes dos discentes e dos estudos de Ricardo Oriá (2006) acerca da importância de trabalhar história e memória na educação.

Com a experiência, percebemos que abordar História e memória no âmbito de ensino é levar em consideração que escrever, lembrar e esquecer não são atividades simples, mas atividades que consideram a subjetividade, reflexão, mexendo com o consciente e inconsciente do aluno. Portanto, podemos concluir que o projeto nos possibilita refletir sobre os processos de aproximação das memórias dos alunos com a História Local; as possibilidades dos recursos digitais e os desafios da prática docente em tempos de pandemia da COVID-19.

DESENVOLVIMENTO

Um dos momentos que mais estimamos são as reuniões, as quais se constroem como local de orientação, desabafo e diálogo. O primeiro encontro dos residentes da nova seleção aconteceu no dia 16 de abril com o pretexto de nos conhecermos e discutirmos os desafios que estavam a nossa espera, muitos dos bolsistas presentes participaram do primeiro módulo do subprojeto, desta maneira, o diálogo aconteceu de forma espontânea. A reunião seguinte, em 27 de abril, teve como mediador o preceptor Deuzimar Matias que apresentou a forma que as atividades seriam realizadas.

As aulas ficaram acordadas em uma semana de aula síncrona (*Google Meet*) e na outra alguma atividade. Os *links* das aulas e das atividades foram criados pelos próprios residentes. Os residentes foram divididos em grupos de duas ou três pessoas, sendo esta última a configuração ao qual se segue a experiência de ensino aqui descrita. Tendo o ciclo VI como turma designada, é importante destacar que o mesmo corresponde a unificação de duas turmas, uma do 2º ano do ensino médio, outra do 3º ano do ensino médio, ambas turmas da EJA, turno noite. Por se tratar de duas turmas em um único *link*

para aula, foi recomendado pelo preceptor que os conteúdos abordados fossem de ambos os anos do ensino médio, priorizando assuntos mais voltados para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas também deixando livre para assuntos transversais. Os encontros ocorreram nas quartas-feiras das 19h00 às 19h40min.

Para a primeira aula, foi solicitado pelo preceptor os planos de aulas. Sendo assim, a primeira aula ocorreu a partir do dia 17 de maio, seguindo o calendário escolar. No entanto, os residentes ficaram responsáveis apenas pelo segundo bimestre anual, de forma integral, período esse que se seguiu de 19 de maio a 08 de agosto. Entre esse meio tempo, houve recesso escolar de 24 de junho a 04 de julho, retomando as aulas online no dia 05 de julho. No entanto, a experiência de trabalhar patrimônio, memória e história local, ficou como planejamento para os quatro últimos encontros semanais. Dessa forma, seguiu da seguinte forma as últimas aulas:

Encontro do dia 14/07/2021: “Patrimônio histórico-cultural em Campina Grande – PB”;

- **OBJETIVO:** Construir um diálogo sobre patrimônio histórico-cultural, a fim de reconhecer e valorizar a permanência da memória através do patrimônio, identificando seus significados e representações em diferentes contextos.

Encontro do dia 21/07/2021: “A memória individual e a Construção da História Coletiva: despertando o sentimento de pertencimento na História”;

- **OBJETIVO:** Analisar juntos com os alunos a produção da memória e interpretações de fontes documentais, buscando refletir sobre a necessidade da preservação da memória individual para a história de uma comunidade ou país.

Encontro do dia 28/07/2021: “Museus são lugares que guardam memórias”;

- **OBJETIVO:** Discutir sobre a história do Museu de Arte Assis Chateaubriand (Campina Grande-PB) e seu acervo, visando construir familiaridade dos alunos com esses espaços na cidade, buscando ainda reforçar a importância de se preservar a memória para as futuras gerações.

Encontro do dia 04/08/2021: “Revisando a memória com o *Wordwall*”

- **OBJETIVO:** Construir diálogo interativo através de recurso digital (*Wordwall*) com o conteúdo das aulas anteriores sobre patrimônio histórico-cultural,

memória e museus, com a finalidade de recapitular e fixar um raciocínio geral dos respectivos assuntos.



Figura 1 – *PrintScreen*. Encontro do dia 04/08/2021. “Revisando a memória com o *Wordwall*”.

Além das reuniões, tivemos no dia 03 de junho a oficina “A auto-fotografia como possibilidade metodológica para a escrita de si”, com a Prof. Damiana de Matos. A professora pediu que desenhassem um autorretrato para percebermos como nos representamos, em seguida expôs frases e imagens que nos remeteram memórias, conversamos bastante sobre as imagens da UFCG, as quais já nos parecem bem nostálgicas, visto que estamos também em Ensino Remoto. A oficina foi crucial para pensarmos o projeto “Traga-me memórias e eu te conto histórias”.

Ao decorrer das aulas, deparamo-nos com alunos desinteressados ao ponto de após 30 minutos de espera aparecer apenas uma aula na sala virtual. Desmotivados, procuramos pensar em alternativas para engajar os alunos, decidimos mandar mensagens individuais aos alunos devido a falta de participação na aula anterior, tivemos uma resposta muito boa deles. Muitos alunos justificaram o porquê de não poder participar, a maioria citou que não possuíam acesso a internet ou que trabalhavam no horário da aula.

As mensagens surtiram efeitos, após serem enviadas 8 alunos compareceram na aula do dia 09 de junho, explicamos para eles sobre o motivo das mensagens, da busca por esses estudantes e o sentimento de pesar que nos apossou, depois pedimos que se apresentassem. Apenas 5 se apresentaram, como professores também nos apresentamos, foi uma conversa muito legal e acreditamos que serviu para criar um vínculo com os

alunos, fazendo com que queiram aparecer nas aulas.

Uma das alunas agradeceu muito a preocupação que tivemos em saber como os alunos estão e por ter ajudado a entrar na sala do *Meet*, ação que afirmou não saber mesmo estando no 2 bimestre do ano letivos. Outros dois alunos falaram que gostaram e que acham interessante as aulas no *Meet* devido a possibilidade de "aprenderem mais" e poderem tirar dúvidas com os professores. Após nos despedirmos, um dos alunos permaneceu na sala e elogiou a forma que estávamos trabalhando, afirmando também que temos uma "energia muito boa".

Deixamos o conteúdo para a próxima semana e os alunos prometeram que iriam aparecer, deixamos claro também que estamos sempre na posição de ajudá-los. O sentimento ao final da aula foi muito positivo: de que estamos seguindo o caminho certo. A espera agora era que as próximas aulas seguissem a mesma base de diálogo com os alunos. Vale citar que os alunos sugeriram que fizéssemos um grupo no *Whatsapp* para a disciplina, até o momento só tínhamos o contato com eles pelo grupo geral da turma, no mesmo dia criamos o grupo de História, até o fim das nossas aulas 16 alunos haviam entrado.

Nas aulas seguintes, os discentes foram novamente diminuindo, após o recesso escolar iniciado no dia 22 de junho e tendo seu término no dia 5 de julho, apenas 3 alunos passaram a frequentar as aulas. Com receio de perder os já poucos alunos, decidimos por elaborar o projeto visando alguns princípios da pedagogia de Paulo Freire, o primeiro pertinente ao "ensinar exige respeito aos saberes dos educandos",

"o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino de conteúdos." (FREIRE, 2019, p.31).

Nesse sentido, procuramos pensar em um tema que estivesse ligado às vivências desses alunos para que seus saberes pudessem sobressair nos nossos encontros, precisamente pensamos em trabalhar com memórias e conseqüentemente com história local, cultura e fontes históricas. De acordo com Ricardo Oriá (2021), o ensino de História tem papel fundamental no exercício da formação da cidadania, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural e na preservação

da memória social coletiva. (p.130)

Segundo o historiador, a memória dos habitantes, pensada a partir da cidade, faz com que eles percebam sua própria história, suas experiências sociais e lutas cotidianas. (p.139). Nosso objetivo seria conduzir esses alunos a um diálogo onde, nós professores assumimos o “dever de motivar, de desafiar quem escuta, no sentido de que, quem escuta diga, fale, responda.” (FREIRE, 2019, p.114). Estando disponíveis para a abertura à fala dos alunos e suas subjetividades, para que pudéssemos escutar, aprender e ensinar. Assim, seguimos em direção à nossa melhor aula onde os discentes e docentes na sala do meet de uma quarta-feira apresentaram e discutiram sobre a pluralidade das memórias, a construção da memória coletiva e a importância de não sermos “estrangeiros” na nossa própria cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, destacamos o quanto o programa Residência Pedagógica é importante para o amadurecimento profissional e pessoal dos residentes. Permitindo vivenciar as precariedades do ensino público, de forma que possamos levar essas dificuldades para o âmbito universitário e buscar junto aos professores alternativas e meios para fazer o melhor possível na sala de aula, tornando o ensino de História prazeroso.

Mesmo ainda em meio a um cenário de pandemia, a Residência 2021 conseguiu ser proveitosa, tendo em vista o contato que tivemos com os alunos, pois as aulas não foram gravadas e enviadas, como no módulo anterior (2020). Dessa forma, foi possível conversar com os alunos de forma espontânea e em tempo real, sabendo mais da vida e realidades deles, mesmo com quantidade pequena de alunos nos links de aulas.

É necessário que o estudante de licenciatura, ou mesmo o professor já formado, esteja devidamente atualizado em seus conhecimentos e se torne um profissional atuante em seus afazeres, não procurando ser apenas um repassador de conteúdo, mas tomando iniciativa para fazer parte decisiva no cuidado educacional, buscando lecionar de forma democrática, não esquecendo que enquanto ensina ele também aprende com seus alunos. Uma troca de afeto, responsabilidade social e conhecimento. E foi isso que a experiência de participar do programa Residência Pedagógica proporcionou.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. **Fontes Históricas - uma introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis:** Editora Vozes, 2019.

Ciências humanas e suas tecnologias: livro do estudante: ensino médio/ Coordenação Zuleika de Felice Murrie. — 2. ed. Brasília : MEC : INEP, 2006. p. 11-29.

Conhecendo museus. **Museu de Arte Assis Chateaubriand.** Disponível: <http://www.conhecendomuseus.com.br/museus/museu-de-arte-assis-chateaubriand/>. Acesso: 11 de jul. 2021.

Conhecendo Museus | **Episódio: MUSEU HOMEM DO NORDESTE.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fq2fwMvkRO8>. Acesso: 11 de jul. 2021.

FREITAS, Ana Paula Nunes de. **Os Tropeiros da Borborema: símbolo funcional da cidade de Campina Grande-PB (1790-1982).** 2013. 42f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 58ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2019

GOMES, Andresson Araújo. “**ALÔ, ALÔ MINHA CAMPINA GRANDE, QUEM TE VIU E QUEM TE VÊ NÃO TE CONHECE MAIS”: O LUGAR DA CRÍTICA, MEMÓRIA E DA AFETIVIDADE.** PIBIC/CNPq. 2014/2015. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA1_ID7851_08092015221954.pdf. Acesso 12 de jul. 2021

Luiz Gonzaga - Tropeiros da Borborema. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pYWvc_sTfAQ. Acesso em 11 de jul. 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.p. 366-476.

Memória, Educação, Cultura e Arte no Museu do Homem do Nordeste. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/pagina-muhne>.

Museu do Homem do Nordeste 360º. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ECQjhxjMfc&t=8s>. Acesso: 11 de jul. 2021.

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales. **Memória Individual e Memória Coletiva.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 13, pp. 339-348 Janeiro de 2017. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/memoria-individual-e-coletiva>. Acesso em 11 de jul. de 2021.

ORIÁ, Ricardo. **Memória e ensino de História.** BITTENCOURT, Ciro na sala de aula (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997. p. 130 - 148

_____. **ENSINO DE HISTÓRIA E DIVERSIDADE CULTURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388,

set./dez. 2005. < Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/sThSK33jrNMh5hQxB7VHWmJ/?format=pdf&lang=pt>. > Acesso 16 de jul. 2021.

PEREGRINO, Lucas N; BATISTA, Mércia R. R. **A Feira Central de Campina Grande (PB) e o campo do patrimônio: disputas por espaços e legitimidade.** 2017.

Página no Facebook. **Movimento “OcupAçude”:**
https://www.facebook.com/ocupacude/?ref=page_internal. Acesso 11 de jul. 2021.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2020. ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ASSIS CHATEAUBRIAND. Decreto de criação nº 38.139 de 16 de março de 2018. Campina Grande -PB.

QUEIROZ, Marcos Vinicius Dantas De. **Art Déco em Campina Grande (PB): valorização, patrimonialização e esquecimento.** Dossiê Art Déco: Revista UFG / Julho 2010 / Ano XII nº 8.

Viva Campina Grande - Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande.
Disponível em: <https://www.vivacampina.com.br/turista/estabelecimento/museu-historico-e-geografico-de-campina-grande#> .

